



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Ana Luiza Avelar de Oliveira

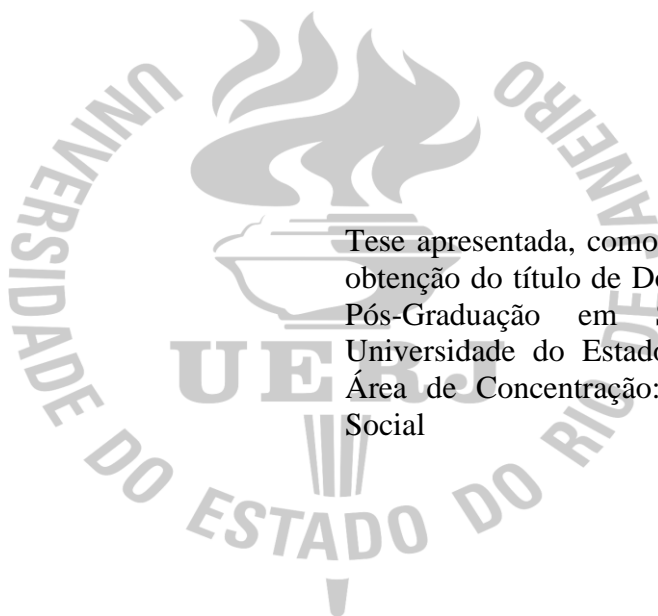
**Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade**

Rio de Janeiro

2021

Ana Luiza Avelar de Oliveira

**Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Inês Souza Bravo

Rio de Janeiro  
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

O48 Oliveira, Ana Luiza Avelar de.  
Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade / Ana Luiza Avelar de Oliveira. – 2021.  
421 f.

Orientadora: Maria Inês Souza Bravo.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Brasil – Teses. 2. Conservantismo – Teses. 3. Hegemonia – Teses. I. Bravo, Maria Inês Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Luiza Avelar de Oliveira

**Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social

Aprovada em 24 de maio de 2021

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Inês Souza Bravo (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Elaine Rosseti Behring  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof. Dr. Maurílio Castro de Mattos  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ednéia Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Beatriz Costa Abramides  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rio de Janeiro  
2021

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho, assim como vários outros ciclos na vida, vem acompanhada de um sentimento de “dever cumprido” e, principalmente, de gratidão. Minha jornada não é feita só, mas acompanhada da minha família, amigos e muitas outras pessoas que se fazem presentes.

Agradeço imensamente aos meus pais, Carlos e Lilian, que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando comigo alegrias e tristezas.

Ao Maurílio, que topou dividir comigo a vida, me incentivando e dando forças em todos os momentos ao longo desses anos ao meu lado.

À minha irmã, Amanda, por todo companheirismo e suporte e ao meu cunhado, Ricardo, pelas trocas e dicas.

À minha sogra e a minha cunhada, por todo o apoio e incentivo.

À turma de doutorado de 2017 da UERJ, pelas risadas compartilhadas, por todas as trocas e momentos de descontração ao final dos dias cansativos de aula. Agradeço principalmente à Alessandra, à Ana Paula e ao Fábio, por todos os momentos vividos, compartilhando os perrengues coletivos e pelo apoio que fez com que meus dias fossem melhores.

Agradeço às companheiras da diretoria da Seccional Juiz de Fora (CRESS 6ª Região), Sandra, Patrícia, Isabella e Thaysi, por todo apoio e pela convivência nesse período. Agradeço também as trabalhadoras e trabalhadores da Seccional, Flávio, Camila, Nanci e Terezinha, pelo tempo compartilhado e por todo aprendizado.

Aos meus amigos, por aceitarem minha ausência durante esse período e por me acolher quando precisei. Às amigas da Confraria, que nessa reta final trouxeram leveza e alegria às minhas quartas-feiras, se tornando uma parte tão importante dos meus dias.

A Faculdade de Serviço Social da UFJF, que desde a graduação é uma referência de formação para mim. Agradeço às companheiras e companheiros de trabalho por todo apoio e pela possibilidade de me licenciar para concluir este trabalho.

À Ednéia, por toda generosidade comigo e pelas inúmeras contribuições que fizeram com que este trabalho fosse possível.

À Cláudia Mônica e a Alexandra, que desde a graduação vêm contribuindo com minha formação e por tudo que representam para mim.

Agradeço a minha orientadora, Inês Bravo, por todas as orientações, pelas contribuições com meu trabalho e pela acolhida na UERJ.

Às professoras e professores do PPGSS/UERJ, por todas as contribuições em minha formação profissional.

Gostaria de agradecer ao professores Maurílio Mattos e Marcelo Braz e a professora Ednéia Oliveira, por todas as contribuições na banca de qualificação da tese. Gostaria de agradecer também às professoras e aos professores Ednéia Oliveira, Elaine Behring, Maria Beatriz Abramides e Maurílio Mattos, por terem aceitado o convite para participação na banca de defesa.

À FAPERJ, pela bolsa de estudo concedida por um período do meu processo de doutoramento.

À todas e todos que citei e tantas outras pessoas que fizeram parte desse processo e que fazem parte da minha vida, agradeço!

## RESUMO

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reatualização conservadora**: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade. 2021. 421 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A presente tese se propõe a realizar uma análise do pensamento conservador contemporâneo, com o objetivo de compreender as expressões do conservadorismo no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. A análise contida neste trabalho tem como referência o debate dentro da tradição marxista, que considera o pensamento conservador como uma expressão da luta de classes representante dos interesses das classes dominantes. Para tanto, do ponto de vista metodológico, optou-se por realizar uma pesquisa documental a partir da análise de três páginas no *Facebook* que têm como proposta debater o Serviço Social para além do que vem sendo construído pelo chamado “pensamento hegemônico”, quais sejam, “Serviço Social Libertário”, “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social e Pluralismo”. Por se compreender a profissão inserida na dinâmica das relações sociais, considerou-se necessário, em um primeiro momento, entender a origem do pensamento conservador, bem como as correntes do pensamento conservador contemporâneo que têm incidência no Brasil. Posteriormente procedeu-se a uma análise tanto de alguns expoentes do pensamento conservador clássico no Brasil, quanto de alguns contemporâneos, considerando-se a formação sócio-histórica do país. É a partir desse contexto que a análise da profissão é pensada buscando-se trazer elementos de sua gênese até a contemporaneidade, mas dando-se centralidade às análises sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Por fim, observou-se por meio da análise das páginas estudadas, que os movimentos conservadores presentes atualmente na profissão possuem alguns traços que lhes garantem unidade, que retomam elementos das vertentes “modernização conservadora” e “reatualização do conservadorismo”, do processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Conservadorismo. Conservadorismo contemporâneo. Serviço Social.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Conservative revival**: contemporary conservatism in Social Work and the dispute for hegemony in Brazil presently. 2021. 421 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis proposes to make an analysis of contemporary conservative thinking, with the objective of understanding the conservatism expressions in Brazilian Social Work in contemporary times. The analysis contained in this work has as a reference the debate within the Marxist tradition, which considers conservative thinking as an expression of the class struggle representing the interests of the dominant classes. To this end, from a methodological point of view, we decided to conduct a documentary research based on the analysis of three Facebook pages that have the purpose of discussing Social Work beyond what has been built by the so-called “hegemonic thinking”, which are “Libertarian Social Work”, “Conservative Social Work” and “Social Work and Pluralism”. By understanding the profession inserted in the dynamics of social relations, we considered necessary, at first, to understand the origin of conservative thought, as well as the currents of contemporary conservative thought that have an impact in Brazil. Subsequently, we made an analysis of some exponents of classical conservative thought in Brazil, as well as of some contemporary authors, considering the socio-historical formation of the country. In this context the analysis of the profession was thought in an attempt to bring elements of its genesis to contemporary times, but giving centrality to the analyses on the renewal process of the Brazilian Social Work. Finally, we observed through the analysis of the pages studied, that the conservative movements currently present in the profession have some features that guarantee them unity, which incorporate elements from the “conservative modernization” and “renewal of conservatism” strands of the renewal process of the Brazilian Social Work.

Keywords: Conservatism. contemporary conservatism. Social Work



## RESUMEN

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reactualización conservadora**: el conservadurismo contemporáneo en Trabajo Social y la disputa por la hegemonía en Brasil en la actualidad. 2021. 421 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tesis propone realizar un análisis del pensamiento conservador contemporáneo, con el objetivo de comprender las expresiones del conservadurismo en el Trabajo Social brasileño en la contemporaneidad. El análisis contemplado en este trabajo tiene como referencia el debate dentro de la tradición marxista, que considera el pensamiento conservador como expresión de la lucha de clases, que representa los intereses de las clases dominantes. Por eso, desde un punto de vista metodológico, se decidió realizar una investigación documental basada en el análisis de tres páginas en *Facebook* que tienen el propósito de discutir el Trabajo Social además de lo que ha sido construido por el denominado “pensamiento hegemónico”, “Servicio Social Libertario”, “Servicio Social Conservador” y “Servicio Social y Pluralismo”. Al comprender la profesión insertada en la dinámica de las relaciones sociales, se consideró necesario, en un primer momento, comprender el origen del pensamiento conservador, así como las corrientes del pensamiento conservador contemporáneo que impactan en Brasil. Posteriormente, se hizo un análisis de algunos exponentes del pensamiento conservador clásico en Brasil, así como de algunos contemporáneos, considerando la formación sociohistórica del país. Es a partir de este contexto que se piensa el análisis de la profesión, buscando traer elementos de su génesis a la época contemporánea, pero dando centralidad a los análisis del movimiento de renovación del Trabajo Social brasileño. Finalmente, se observó mediante el análisis de las páginas estudiadas, que los movimientos conservadores actualmente presentes en la profesión tienen algunos rasgos que les garantizan la unidad, que incorporan elementos de las vertientes de “modernización conservadora” y “renovación del conservadurismo” del Proceso de Renovación del Trabajo Social Brasileiro.

Palabras clave: Conservadurismo. Conservadurismo contemporáneo. Trabajo Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, CONSERVADORISMO E CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO</b> .....	17
1.1 <b>A dinâmica do capitalismo e o desenvolvimento de contradições internas</b> .....	17
1.2 <b>As origens do pensamento conservador</b> .....	26
1.3 <b>Crise do capital e sua reorganização interna</b> .....	43
1.4 <b>O conservadorismo na contemporaneidade e alguns de seus expoentes</b> .....	60
<b>2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL</b> .....	101
2.1 <b>O desenvolvimento do capitalismo brasileiro: elementos para sua análise crítica</b>	101
2.2 <b>O pensamento conservador no Brasil</b> .....	121
2.3 <b>Expressões do conservadorismo contemporâneo no Brasil</b> .....	135
2.3.1 <u>O pensamento de João Pereira Coutinho</u> .....	138
2.3.2 <u>O pensamento de Luiz Felipe Pondé</u> .....	147
2.3.3 <u>Pensamento e obra de Garschagen</u> .....	155
2.3.4 <u>Ideia e obra de Rodrigo Constantino</u> .....	169
2.3.5 <u>O pensamento de Olavo de Carvalho</u> .....	177
2.3.6 <u>O conservadorismo e a religião no Brasil hoje</u> .....	195
2.3.7 <u>Algumas indicações sobre o conservadorismo contemporâneo brasileiro</u> .....	198
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA</b> .....	202
3.1 <b>A emergência do Serviço Social no Brasil</b> .....	202
3.2 <b>O movimento de reconceituação latino-americano e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro</b> .....	214
3.3 <b>As vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro</b> .....	220
3.4 <b>O amadurecimento teórico da profissão e sua consolidação enquanto área do saber</b> .....	257
<b>4 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	279

4.1	<b>Caracterização da investigação.....</b>	279
4.2	<b>As discussões sobre as matrizes teóricas da teoria social .....</b>	284
4.3	<b>A análise da gênese da profissão e algumas concepções sobre o Serviço Social....</b>	301
4.4	<b>O debate sobre as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa.....</b>	325
4.5	<b>A crítica à hegemonia crítica na profissão .....</b>	348
4.6	<b>Uma proposta de reforma da profissão: o retorno de elementos do Serviço Social tradicional em análises recentes .....</b>	375
4.7	<b>Indicações, indagações e reflexões sobre as páginas .....</b>	384
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	389
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	398
	<b>APÊNDICE A - Conteúdo das publicações por tema .....</b>	413

## INTRODUÇÃO

O debate sobre o conservadorismo no Serviço Social não é um tema novo, mas considera-se que na contemporaneidade ganha novos contornos e dimensão, ampliando sua expressão na profissão. Nesse sentido torna-se mais do que necessário compreender esse fenômeno que, apesar de não ser novo, vem apresentando novas facetas e representantes. O objetivo desta pesquisa de doutorado é compreender as expressões do conservadorismo no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, a partir do estudo de páginas de Facebook sobre a profissão.

Considera-se que a profissão é fruto de determinantes macrossociais. Para a compreensão da profissão na contemporaneidade, é necessário analisar as mudanças que se processam na sociedade capitalista. Para tanto, parte-se da hipótese de que, de forma geral, os movimentos conservadores presentes na profissão nos dias de hoje possuem alguns elementos que lhes dão unidade e que retomam elementos das vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, denominadas por Netto (2008) de “modernização conservadora” e “reatualização do conservadorismo”. Nessa linha, considera-se que há uma tentativa de retorno a alguns elementos presentes na gênese da profissão, articulada a um metodologismo e à falta de acúmulo teórico das correntes que se apresentam. Esta hipótese leva à proposição da tese de que o conservadorismo hoje se apresenta como retorno e como novidade por combinar traços dessas vertentes que agregaram um grande número de profissionais no passado, e que hoje se coloca numa posição crítica e em oposição ao pensamento crítico na profissão, aqui denominado de “reatualização conservadora”.

A opção pelo estudo desse tema é fruto de amadurecimento teórico, político e profissional. Desde a graduação, a preocupação em debater sobre o Serviço Social, mais precisamente a partir da dissertação de mestrado, é que possibilitou o avanço na compreensão do Serviço Social, sobretudo no que diz respeito ao trabalho profissional.

No que concerne à experiência na profissão, a partir de inserções precárias no mercado de trabalho e dialogando com colegas, foi possível perceber alguns limites postos à atuação profissional, devido à condição de trabalhador assalariado do assistente social, ao ver em confronto o desejo da instituição e o posicionamento do profissional, bem como a forma como este responde às demandas.

Como membro da diretoria da Seccional Juiz de Fora do CRESS 6ª Região, entre 2014 e 2020 pude observar, ao acompanhar as visitas de fiscalização do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI), bem como as diversas demandas que chegam para esse setor e para a diretoria, que o conservadorismo na profissão está mais presente e ativo do que se imagina e, desta forma, há necessidade de combatê-lo. Esse conservadorismo encontra espaço junto à categoria profissional, que não consegue compreender quais as competências e atribuições profissionais do assistente social em seu espaço de trabalho – ou mesmo o que é a profissão – reproduzindo discursos rasteiros e que pouco ou nada possuem de relação com o projeto ético-político da profissão.

O momento em que este trabalho está sendo realizado colocou algumas dificuldades devido à pandemia, como, por exemplo, o fato de as bibliotecas públicas encontrarem-se fechadas, limitando assim a possibilidade de acessar alguns livros, principalmente aqueles vinculados às discussões do Serviço Social.

Na busca de apropriação do real em seus elementos mais complexos, será utilizado o método materialista dialético, por considerar que a partir dele é possível conhecer o fenômeno que se pretende conhecer em sua totalidade, permitindo assim uma maior aproximação ao real; por sua vez, a perspectiva de classe adotada nesta pesquisa coaduna com a adotada por Marx.

Segundo Marx (2011), ao se analisar um fenômeno deve-se iniciar pelo real e pelo concreto. Nesse sentido, em um primeiro momento, para que se proceda à análise, é necessário que se encontrem as determinações presentes no real e, a partir do movimento de abstração, se criem as categorias de análise.

Segundo Dussel (2012)

[A]construção dialética obedece a um duplo movimento. Por uma parte, maneja as determinações (claramente definidas como ‘conceitos’, eles mesmos ‘construídos’ enquanto essência pensada com determinações internas” e as relaciona mutuamente entre si (produção-consumo, por exemplo), codeterminando-se mutuamente. Deste modo os ‘opostos’ se codefinem. Num segundo momento, constitui-se sinteticamente com eles uma nova totalidade que adquire autonomia (é a totalidade articulada com múltiplas determinações). Levados a este nível concreto o que antes aparecia como opostos (produção e consumo), agora eles fazem parte de uma “unidade” que os compreende e explica.

A totalidade concreta é o completo, o simples é a determinação (que pode chegar ao nível de conceito, como trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca) (DUSSEL, 2012, p. 54).

Segundo Lukács (1978), categorias não são formas lógicas primárias que de algum modo se “aplicam” à realidade, mas sim os reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade e devem ser confirmadas na práxis humana no intuito de se tornarem categorias

lógicas. Porém, durante o processo de abstração é importante que não se perca o contato tanto com a realidade quanto com a práxis objetiva.

Marx (2011) considera a totalidade como categoria central do método, uma vez que só é possível entender a sociedade a partir da relação entre estrutura e superestrutura, ou seja, partindo-se de uma abordagem de totalidade na sociedade. Conforme Kosik (1985, p. 49), a totalidade não é um todo pronto que se recheia com um conteúdo, mas a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas a criação do conteúdo, mas também a criação do todo. Ainda de acordo com o autor, a dialética da totalidade não pretende conhecer todos os aspectos da realidade, oferecendo um quadro “total” desta; tampouco não é um “método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade” e, sim, a teoria da realidade como totalidade concreta (KOSIK, 1985, p. 35-36). Nesse sentido, a totalidade não significa todos os fatos, mas sim a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou a partir do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.

Para Marx (2011, p. 55) a totalidade concreta, entendida como totalidade de pensamento, como um concreto pensado, é de fato um produto do pensar, mas não pode ser considerada como um produto do conceito e sim um produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos.

Segundo Kosik (1985, p. 40), o ponto de vista da totalidade concreta é o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social, sendo que esta noção de totalidade significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Dessa forma, a recíproca conexão e mediação da parte e do todo, significam ao mesmo tempo que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade” (KOSIK, 1985, p. 41).

A compreensão dialética da totalidade significa, desse modo, que além de se entender as conexões e relações das partes entre si e com o todo, também é preciso compreender que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, uma vez que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

A pesquisa realizada neste trabalho se propõe a “conhecer um objeto real e determinado” (NETTO, 2011a, p. 7) e, para compreendê-lo, é necessário conhecer suas determinações constitutivas. Para tanto, é necessário entender as determinações que estão presentes no real, a partir do movimento de abstração, a fim de buscar compreender a totalidade concreta dos elementos constitutivos desse objeto.

Com o objetivo de se atingir aqui os objetivos pretendidos, propõe-se como percurso metodológico a pesquisa documental. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, visto que esta é a modalidade de abordagem que atende os objetivos traçados para esta proposta de estudo. Tal abordagem parte do pressuposto de que existe uma imbricação dinâmica entre a realidade e o sujeito, entre o caráter objetivo e a subjetividade do sujeito, uma interdependência entre o sujeito e o objeto (CHIZZOTTI, 2001).

De acordo com Pádua (1997), a pesquisa documental é realizada a partir de documentos contemporâneos ou não, considerados cientificamente autênticos e tem sido utilizada nas ciências sociais a fim de descrever e comparar os fenômenos, estabelecendo suas características ou tendências. A opção foi feita tendo em vista que, de acordo com Gil (2002, p. 63), esta é uma “fonte rica e estável de dados”, que possibilita uma leitura aprofundada das fontes e não implica em altos custos.

Destaca-se que a escolha dos autores conservadores contemporâneos analisados neste trabalho ocorreu primeiramente com a seleção das obras nacionais, feita a partir de uma investigação das mais divulgadas e vendidas, por meio de uma análise em *sites* de venda de livros e editoras. Posteriormente, realizou-se uma investigação nas obras selecionadas, a fim de que fossem identificadas algumas referências utilizadas; dessa forma, observou-se nelas uma orientação voltada principalmente para o conservadorismo estadunidense e inglês, o que norteou a seleção das obras para o primeiro capítulo.

Optou-se pelo estudo do conservadorismo no Serviço Social a partir de uma análise de páginas de Facebook, tendo em vista que atualmente as redes sociais se constituem num espaço de articulação e debate muito utilizado pelos brasileiros e pela população em todo o mundo. Dessa forma, foram analisadas três páginas: a “Serviço Social Libertário”, a “Serviço Social e Pluralismo” e a “Serviço Social Conservador”, com a coleta de todas as publicações disponíveis entre agosto e novembro de 2020.

Esperamos, com este aprofundamento teórico, conseguir estabelecer um diálogo entre as categorias analíticas estudadas e o que vem sendo difundido por grupos conservadores no Serviço Social na atualidade, a fim de compreender se há uma rearticulação entre os grupos conservadores no interior da profissão, de modo que possa se considerar que há uma nova vertente, a partir da articulação entre a “modernização conservadora” e a “reatualização do conservadorismo”.

Para proceder a uma análise da profissão que a compreenda em sua totalidade é necessário não somente um estudo das demandas sociais já consolidadas, mas sim uma análise

quanto à sua inserção na dinâmica da sociedade que, constantemente, cria e recria demandas que podem ser capazes de promover mudanças no cotidiano de trabalho profissional.

Diante disso, considera-se que este trabalho contém o esforço intelectual de desvelar algumas questões centrais para o debate no conservadorismo no Serviço Social. A primeira delas refere-se à compreensão do pensamento conservador, a partir de alguns de seus expoentes, e suas metamorfoses ao longo da história. Uma segunda questão refere-se à realidade brasileira que, para ser compreendida no tempo presente, deve ser analisada do ponto de vista de sua formação sócio-histórica, a fim de se identificar algumas das origens do conservadorismo no Brasil. Um terceiro elemento necessário refere-se à compreensão do Serviço Social no Brasil, desde sua gênese, considerando os determinantes centrais para seu processo de desenvolvimento, para a partir disso identificar alguns elementos do conservadorismo na profissão na atualidade.

De acordo com Iasi (2015), o conservadorismo é uma expressão da luta de classes e manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. Nesse sentido, no primeiro capítulo, em um primeiro momento, será debatida a dinâmica do capitalismo e o desenvolvimento de suas contradições internas, uma vez que se considera importante delinear o cenário no qual o conservadorismo se apresenta. A partir desse processo é possível então apresentar os elementos a partir dos quais o pensamento conservador se desenvolve, indicando algumas das referências teóricas consideradas como fundamentais para a sua compreensão. É segundo esse direcionamento que se faz necessário, dessa maneira, compreender as crises do capital e sua reorganização interna, tendo em vista que a difusão do pensamento conservador na atualidade se faz sobre bases materiais diferentes daquelas em que se desenvolveu sua gênese.

É a partir desses elementos que se constroem as análises do segundo capítulo, que procura debater o pensamento conservador no Brasil, considerando como central para o debate compreender a formação sócio-histórica brasileira, tendo em vista que é a partir desse cenário que o modo de produção capitalista se desenvolve no país. Nesse sentido, primeiramente será abordado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com a indicação de alguns elementos centrais para a análise crítica desse processo, para que posteriormente sejam apresentados alguns elementos que marcam o conservadorismo clássico brasileiro. Em um terceiro momento do capítulo, será feita uma análise sobre o pensamento e obra de expoentes do pensamento conservador brasileiro na contemporaneidade, quais sejam, João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé, Bruno Garschagen, Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho.



É importante destacar que nas análises dos pensadores conservadores, principalmente de seus expoentes recentes, empreendidas tanto no capítulo um, quanto no capítulo dois, optou-se quando da apresentação do seu pensamento, por manter a linguagem utilizada por eles, a fim de se manter o conteúdo apresentado da forma mais próxima possível ao que é apresentado nos livros.

A profissão, pensada a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, não poderia ser tratada sem que antes sejam apresentados elementos que garantem sua materialidade. Nesse sentido a análise da profissão começa a ser feita a partir do capítulo três, no qual busca-se apresentar os elementos presentes em sua gênese e desenvolvimento. O capítulo é dividido em quatro partes, sendo que na primeira dela será debatido a emergência do Serviço Social no Brasil, considerando as particularidades nacionais e como se deu esse processo no país. No segundo momento será realizada uma análise dos movimentos de reconceituação do Serviço Social latino-americano e de renovação do Serviço Social brasileiro para, na terceira parte, se debater de forma mais aprofundada as vertentes do processo de renovação. Por fim será realizada uma aproximação com o debate mais recente na profissão, a partir de seu amadurecimento teórico e consolidação como área do saber, principalmente a partir da década de 1990.

Já no último capítulo serão apresentados os dados da pesquisa nas páginas de Facebook “Serviço Social Libertário”, “Serviço Social e Pluralismo” e “Serviço Social Conservador”, no intuito de desvendar algumas expressões do conservadorismo contemporâneo no Serviço Social. Para tanto serão analisadas as matrizes teóricas que compõem as análises, as concepções sobre a gênese e a profissão, o debate sobre as demandas profissionais, a crítica realizada por esses grupos ao pensamento hegemônico da profissão, bem como sua proposta de reforma.

Por fim, nas considerações finais, são indicados alguns elementos considerados tanto como resultado final deste trabalho, quanto como indicativos para novas pesquisas que poderão ser desenvolvidas como desdobramentos desta. Para tanto são recuperados alguns elementos os quais serão sinalizados ou que, mesmo com alguns avanços elaborados com este trabalho, poderão ser melhor debatidos a fim de ganhar maior concretude a partir de novos avanços teóricos. Dessa forma, considera-se que as páginas analisadas se colocam como contraponto ao que vem sendo construído pelo Serviço Social no Brasil desde o processo de renovação e intentam construir uma proposta de reforma para a profissão, a fim de recuperar alguns elementos conservadores que compõem a sua história.

Esta tese representa, portanto, um esforço de aprofundar o debate do conservadorismo contemporâneo no Serviço Social, para que coletivamente possa ser combatido pela categoria.

Dessa forma, considera-se que desnudar seus elementos é que permitirá avançar para combatê-lo no cotidiano de trabalho profissional dos assistentes sociais.

# 1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, CONSERVADORISMO E CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo se propõe discutir a dinâmica do capitalismo e suas crises, as origens do pensamento conservador e alguns expoentes do conservadorismo na contemporaneidade. É importante destacar a importância de se debater a organização capitalista, visto que é a partir dessa forma de sociabilidade que o pensamento conservador se desenvolve.

## 1.1 A dinâmica do capitalismo e o desenvolvimento de contradições internas

De acordo com Marx (2017a, p. 255), “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”; dessa forma, o comprador desta a consome, transformando em ato aquilo que antes era potência. O trabalho, de forma genérica, é considerado como um processo entre o homem e a natureza, no qual, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo.

Para o autor, “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”, que são uma coisa ou complexo de coisas que são colocados entre o trabalhador e o objeto de trabalho e que servem de “guia de sua atividade sobre o objeto” (MARX, 2017a, p. 256).

O que diferencia as épocas econômicas, afirma Marx (2017a, p. 258), não é “o que” se produz, ou seja, quais são os valores de uso produzidos, mas “como”, isto é, com quais meios de trabalho se produz. O grau de desenvolvimento das forças de trabalho é medido pelo grau de desenvolvimento dos meios de trabalho, que indicam também as condições sociais nas quais se trabalha. Dessa forma, considera-se que o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que se colocam entre o trabalhador e seu objeto, “todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo”.

Segundo Marx (2017a, p. 277), “os diferentes fatores do processo de trabalho participam de diferentes modos na formação do valor dos produtos”. O trabalhador, no processo de trabalho, conserva o valor já criado e acrescenta valor ao produto ao trabalhar sobre ele. Dessa forma, pelo acréscimo de novo valor, ele conserva o valor anterior, ou seja, um lado do trabalho cria valor, ao mesmo tempo em que seu outro lado tem de conservar ou transferir valor.

O fiandeiro só adiciona tempo de trabalho quando fia, o tecelão quando tece, o ferreiro quando forja. É, portanto, por meio de uma forma determinada da adição de trabalho e de valor novo, isto é, por meio da fiação, da tecelagem, da forjadura etc., que os meios de produção, o algodão e o fuso, o fio e a máquina de fiar, o ferro e a bigorna se tornam elementos formadores de um produto, de um novo valor de uso. A antiga forma de seu valor de uso desaparece, mas apenas para reaparecer numa nova forma. [...] Assim, se o trabalhador conserva os valores dos meios de produção consumidos ou os transfere ao produto como seus componentes de valor, ele não o faz por meio da adição de trabalho em geral, mas por meio do caráter particularmente útil desse trabalho adicional, por meio de sua forma produtiva específica (MARX, 2017a, p. 277-278).

Nesse sentido, o trabalho adicional ocorre por meio do trabalho útil, mas a adição de valor ao material por intermédio do próprio trabalho ocorre como trabalho social geral, ou seja, como trabalho abstrato. É por meio da adição quantitativa de trabalho que um valor novo é adicionado. É importante que exista um valor de uso no produto; porém, para o valor, é indiferente em qual valor de uso determinado ele existe. Durante o processo de trabalho, as matérias-primas e as matérias auxiliares perdem a forma como ingressaram no processo de trabalho enquanto valores de uso e transferiram seus valores para o novo produto criado.

Já em relação aos meios de trabalho, ao considerar o período inteiro durante o qual são utilizados na produção, percebe-se que, a cada processo de trabalho, eles transferem ao novo produto uma parte do seu valor. Dessa forma, a depreciação de todos os meios de trabalho é calculada então “por sua perda diária de valor de uso e sua corresponde transferência diária de valor ao produto”, o que demonstra que “um meio de produção jamais transfere ao produto um valor maior do que aquele que ele perde no processo de trabalho por meio da destruição de seu valor de uso” (MARX, 2017a, p. 281).

Evidencia-se, assim, que um fator do processo de trabalho, um meio de produção, entra inteiramente no processo de trabalho, mas apenas parcialmente no processo de valorização. A diferença entre processo de trabalho e processo de valorização se reflete, aqui, em seus fatores objetivos, uma vez que, no mesmo processo de produção, o meio de produção atua de modo inteiro como elemento do processo de trabalho e de modo apenas fracionado como elemento da formação de valor (MARX, 2017a, p. 281).

No processo de trabalho, cada matéria-prima, matéria auxiliar ou meio de trabalho têm um limite máximo de perda de valor, que é? o valor original com o qual ingressaram. Dessa forma, jamais podem adicionar ao produto um valor maior do que aquele que possuem; por esse motivo, somente transferem ao novo produto parte ou todo o seu valor, mas não geram novo valor.

De acordo com a análise marxiana, só a força de trabalho é capaz de, além de conservar valor, adicionar um novo valor ao produto, por meio do trabalho vivo. “A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa”, afirmam Marx e Engels (2007a, p. 51), “é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado”.

É necessário que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende uma vez por todas, não mais será homem livre e sim escravo, deixará de ser vendedor de uma mercadoria e se transformará em mercadoria.

A partir do exposto, afirma-se que no capitalismo a mercadoria é composta de valor de uso e valor de troca. O primeiro constitui o “conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, já o valor de troca “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (MARX, 2017a, p. 114).

De acordo com Marx,

quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.  
[...] Para se tornar mercadoria, é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso (MARX, 2017a, p. 118-119).

No processo produtivo o que é consumido é o valor de uso, e é por meio do consumo do valor de uso que o trabalho cria produtos. O valor não pode ser consumido ou reproduzido, mas é conservado, pois no processo de trabalho o valor de uso original desaparece e é incorporado em um outro valor de uso. O valor de uso dos meios de produção reaparece no valor do produto como novo valor de uso, dotado do antigo valor de troca.

Diferente do que ocorre com a força de trabalho em ação, visto que além de transferir ao produto o valor dos meios de produção, cada movimento do trabalhador cria também um valor adicional, ou seja, cria um novo valor. Nesse sentido, por meio da ação da força de trabalho, não apenas o seu próprio valor é transferido ao produto, mas, para além disso, há a criação de um valor excedente.

O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado, meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, não são mais do que diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao se despojar de sua forma-dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho (MARX, 2017a, p. 286).

Nesse sentido, Marx (2017a) vai denominar “capital constante” a parte constante do capital, ou seja, aquela que não altera sua grandeza de valor no processo de produção, como as matérias-primas, as matérias auxiliares e os meios de trabalho. Já a força de trabalho, como modifica seu valor no processo de produção, sendo capaz não só de reproduzir um equivalente de seu próprio valor, mas também de produzir um valor excedente, que pode variar de acordo com as circunstâncias, denomina-a parte variável do capital, ou seja, “capital variável”.

Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável (MARX, 2017a, p. 286).

Segundo a teoria do valor, uma mercadoria vai ser determinada pela quantidade de trabalho contido nela, porém tal quantum é socialmente determinado. A alteração no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção geralmente ocorre devido ao aumento de capital constante, ou seja, da quantidade de valor dos meios de produção empregados e a uma grande diminuição da parte variável do capital.

O incremento da produtividade do trabalho consiste em aumentar o tempo de trabalho pretérito e diminuir a parte do trabalho vivo. O trabalho pretérito constitui-se, em parte no desgaste do capital constante fixo e, em parte, no capital constante circulante, incorporado por completo na mercadoria sob a forma de matérias-primas e materiais auxiliares.

A ampliação do caráter cooperativo do processo de trabalho amplia o conceito de trabalhado produtivo e de trabalhador produtivo. Com o desenvolvimento das forças produtivas, para trabalhar produtivamente, basta ao homem ser um órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções.

A partir da subordinação do trabalho ao capital para sua valorização, a partir da separação do produtor direto de seus meios de produção e subsistência, tem-se a subsunção formal do trabalho sob o capital. É por meio desse processo que se produz a contradição essencial do sistema capitalista, a produção social da riqueza e sua apropriação privada. Já a partir do desenvolvimento das forças produtivas, com o incremento da maquinaria e da ciência, tem-se a subsunção real do trabalho ao capital.

No capitalismo o que o trabalhador produz não é para si, mas para o capital; nesse sentido, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou que serve à valorização do capital.

Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar (MARX, 2017a, p. 578).

Marx (2017a) indica que existem duas formas de extração de mais-valor, sendo uma delas absoluta, que gira em torno da duração da jornada de trabalho, e a outra, relativa, a qual se dá pela revolução dos processos técnicos do trabalho e agrupamentos sociais. A extração do mais-valor absoluto envolve o aumento do valor total produzido por cada trabalhador, sem que haja alteração do montante de trabalho necessário. Já a extração do mais-valor relativo pode ser realizada de duas formas, sendo a primeira por meio da redução da quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, e a segunda, por meio da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produção da mesma quantidade de valores de uso.

A partir da subordinação formal do trabalho ao capital, como na manufatura, tem-se predominantemente a extração de mais-valor absoluto; já a subordinação real tem como uma de suas implicações a extração do mais-valor relativo, que envolve o incremento tecnológico para diminuição do tempo de trabalho necessário e dos produtos da cesta básica de reprodução do trabalhador.

Tanto a extração do mais-valor absoluto, quanto do mais-valor relativo, encontra limites, seja pela resistência operária à deterioração de suas condições físicas, seja pela própria dinâmica do capitalismo, que precisa transformar continuamente sua produtividade por força da concorrência.

O mais-valor relativo é absoluto, pois condiciona uma extensão absoluta da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. O mais-valor absoluto é relativo, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho que possibilita limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. [...] a diferença entre mais-valor absoluto e relativo torna-se perceptível assim que se trate de aumentar a taxa de mais-valor em geral (MARX, 2017a, p. 579).

Para Marx (2017a), a lei absoluta desse modo de produção é a produção do mais-valor, ou a criação do excedente. O objetivo a ser perseguido pelo capitalista é a valorização do seu capital, ou seja, produzir uma mercadoria que contenha mais trabalho (e conseqüentemente mais valor) do que ele paga.

A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (MARX, 2017a, p. 695).

O trabalho assalariado, nesse sentido, sempre conterà uma parte de trabalho não pago ao trabalhador. A relação entre capital, acumulação e taxa salarial nada mais é do que a relação entre o trabalho pago e o trabalho não pago.

Compreende-se então que a jornada de trabalho dos trabalhadores é constituída de dois tipos de trabalho: o trabalho necessário, sendo aquele pago pelo capitalista ao trabalhador, que comprará os meios necessários para sua subsistência; e o trabalho excedente, ou seja, o trabalho realizado para além do necessário, cuja produção realizada pelo trabalhador não é paga a este, mas sim é de propriedade do capitalista.

A base da produção na sociedade capitalista, como explicitado anteriormente, visa a criação de lucro. Caso o capitalista entrasse e saísse do processo produtivo com a mesma quantidade de dinheiro, não seria de seu interesse produzir tal bem, bastava comprá-lo de outrem. Dessa forma, o capitalista paga ao trabalhador um valor por sua força de trabalho que apenas garanta sua reprodução e explora sua força de trabalho fazendo com que, ao final do dia, a quantidade de mercadorias produzidas por aquele trabalhador seja superior ao quantum de trabalho gasto por ele em cada uma dessas mercadorias. Nesse sentido, o trabalhador, além de produzir as mercadorias para cuja produção foi pago, produz também uma quantidade extra delas.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização (MARX, 2017a, p. 271).

O valor pago aos trabalhadores por meio do salário varia, porém, dentro dos limites que não só deixem intactos os fundamentos do modo de produção capitalista, mas que também garantam sua reprodução em escala cada vez maior.

Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que



o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos (MARX, 2017a, p. 697).

O valor da força de trabalho deve variar então entre um mínimo, que garanta a sobrevivência dos trabalhadores, e um máximo, que não prejudique o processo de acumulação capitalista. Segundo Marx (2017a, p. 699), como o objetivo do capitalista é a valorização, no curso do processo de acumulação, “o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação”. Ocorre um aumento cada vez maior em capital constante, em comparação à força de trabalho incorporada (capital variável), o que leva a uma diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção.

De acordo com Marx (2017a) a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, ao mesmo tempo, os meios que fazem dela uma população supérflua. Tal parcela “sobrante” da classe trabalhadora é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no capitalismo e se torna a alavanca da acumulação capitalista. Esse exército industrial de reserva, proporciona o material humano necessário para a expansão do capital.

Dessa forma, todo movimento da indústria moderna nasce da constante transformação de uma parcela da classe trabalhadora em desempregados ou parcialmente desempregados. Ao capitalista é interessante extrair do menor número de trabalhadores determinada quantidade de trabalho, mas se for possível a compra de um número de trabalhadores maior pelo mesmo valor, ou até por valor inferior, a esse capitalista será mais lucrativa a compra de mais trabalhadores, na medida em que terá um gasto menor em capital constante.

Marx (2017a) considera então que, à medida que cresce o exército industrial de reserva, amplia-se a força expansiva do capital, ou seja, as potências da riqueza do capitalismo,

[...] quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2017a, p. 719-720).

Nasce, então, da lei geral da acumulação, a base fundante da questão social, uma vez que esta é entendida, de forma geral, como o conjunto de problemas da classe operária, oriundos do sistema capitalista. Nesse sentido, a partir da análise da exploração da força de trabalho realizada por Marx (2017a), percebe-se que, em decorrência da lei geral da acumulação, o

crescimento da pobreza e da miséria da classe trabalhadora atua, para o capitalista, como condição necessária para seu lucro e continuidade do sistema no qual se vive. Sendo assim, o exército industrial de reserva é então uma das condições para que a acumulação capitalista se efetive.

Segundo o autor, o processo de produção, em quaisquer características históricas, deve percorrer sempre os mesmos estágios, tendo em vista que a sociedade não pode renunciar à produção e ao consumo. Assim, devido a uma interdependência contínua e ao fluxo contínuo de sua renovação, todo processo de produção é também processo de reprodução (MARX, 2017a).

O processo de produção capitalista, tomado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadoria e mais-valor, mas ao mesmo tempo produz e reproduz a própria relação capitalista. Considera-se então que o processo de produção capitalista conduz dessa forma a um processo de produção e reprodução das relações de classes. Yamamoto e Carvalho (2007) defendem que a produção e reprodução da riqueza material são inseparáveis da criação e recriação das formas sociais de que se revestem, sendo este um processo eminentemente social. O processo de produção é então indissociável das relações sociais, que na era do capital têm como agentes fundamentais capitalistas e trabalhadores assalariados. Nesse sentido, defende-se que o processo de produção capitalista é então processo de produção e reprodução das relações sociais.

Chauí (2017), ao analisar a obra de Marx e Engels, afirma que as relações sociais, assim como a natureza, também são representadas imediatamente pelas ideias de maneira invertida. À medida que determinada divisão do trabalho se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a executar uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e pela forma da propriedade, não sendo possível a ele escapar da atividade que lhe é socialmente imposta.

A partir desse momento, todo o conjunto das relações sociais aparece nas ideias como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas e não como consequência das ações humanas. Pelo contrário, as ações humanas são representadas como decorrentes da sociedade, que é vista como existindo por si mesma e dominando os homens. Se a Natureza, pelas ideias religiosas, se “humaniza” ao ser divinizada, em contrapartida a Sociedade se “naturaliza”, isto é, aparece como um dado natural, necessário e eterno, e não como resultado da práxis humana (CHAUÍ, 2017, p. 25).

De acordo com Marx e Engels (2007b), a classe que detém os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual; nesse sentido, as ideias dominantes de uma época nada mais são do que as relações materiais dominantes, que se apresentam na

forma de ideias. Defende-se então que os pensamentos da classe dominante são considerados por eles, em todas as épocas, os pensamentos dominantes. Dessa forma, a consciência também é um produto social, e o será enquanto existirem homens.

Segundo Chauí (2017, p. 25), a consciência está “indissolúvelmente ligada às condições materiais de produção da existência, das formas de intercâmbio e cooperação, e as ideias nascem dessa atividade material”. Porém, ao invés de “representar nessas ideias a realidade de suas condições materiais”, os homens “representam o modo como essa realidade lhes aparece na experiência imediata”. Sendo assim, ocorre uma inversão do processo real, colocando como origem ou causa, o que é efeito ou consequência.

De acordo com a autora, a partir de sua análise da obra, a forma inicial da consciência é a alienação, “e porque a alienação é a manifestação inicial da consciência, a ideologia será possível”. A partir de então as ideias serão tomadas como anteriores, superiores e exteriores à práxis, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens (CHAUÍ, 2017, p. 25).

Quando há a separação entre divisão material e espiritual do trabalho, ocorre a completa divisão social do trabalho. Sendo assim, tem-se a ideologia propriamente dita, visto que esta é considerada como um

conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças\como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 2017, p. 43).

A partir da análise de Chauí (2017), pode-se dizer então que as principais determinações que constituem o fenômeno da ideologia são que esta é resultado da divisão social do trabalho, e em particular de divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, e que a separação entre estes dois campos estabelece uma aparente autonomia do trabalho intelectual sobre o trabalho material. Essa autonomia do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtos desse trabalho, ou seja, das ideias, que são, na verdade, as ideias da classe dominante de determinada época.

Dessa forma, a ideologia é um instrumento de dominação de classe e, por isso, tem origem na divisão da sociedade em classes contraditórias. Na sociedade capitalista a ideologia tem um papel de impedir que a dominação e a exploração de classes sejam percebidas no cotidiano, tendo a função portanto de “dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação” (CHAUI, 2017, p. 39).

Afirma-se então que no plano ideológico o conservadorismo é o projeto da burguesia. Este surge a partir do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, se colocando a princípio contra essa nova forma de sociabilidade, inspirado principalmente na Revolução Francesa, devido a seu caráter insurrecional contra o sistema feudal e sua organização de classe, ponto que será melhor estudado a seguir.

## 1.2 As origens do pensamento conservador

De acordo com Mannheim (1982), é preciso fazer uma distinção entre conservadorismo e tradicionalismo, sendo que este último se torna uma expressão de um modo de vida e de pensamento antigos, ligado ao medo dos prejuízos trazidos pela mudança, geralmente e quase exclusivamente se comportando de modo reativo.

Ainda segundo o autor, “em razão de sua natureza semirreativa e puramente formal, o comportamento tradicionalista não possui praticamente uma história verificável”, diferentemente do que é o conservadorismo moderno, que é coerente e verificável. A ação conservadora se coloca então de forma sempre dependente de um conjunto de circunstâncias concretas (MANNHEIM, 1982, p. 111).

O que é evidente, no entanto, é que a ação conservadora (ao menos na esfera política) envolve mais que reações automáticas de um certo tipo; isto significa que o indivíduo é consciente ou inconscientemente guiado por um modo de pensar e agir que tem por trás de si uma história própria, antes de entrar em contato com o indivíduo (MANNHEIM, 1982, p. 108-109).

O conservantismo se configura então de modo estrutural, objetivo e dinâmico, vinculado historicamente a determinadas situações. O pensamento conservador é tomado, portanto, de forma coerente em relação às situações históricas que sofrem alterações ao longo do tempo.

É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno, o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12).

Segundo Ricupero (2010), o conservadorismo em sua gênese se volta para o passado, especialmente o feudal, nesse sentido os conservadores costumam ser caracterizados como “profetas do passado”. Consideram de certa forma que o passado coexiste com o presente, sendo este considerado como o avançado estágio alcançado pelo passado.

A posição que os conservadores assumem, diante das grandes transformações do século XVIII, é, portanto, defensiva, o que estimula uma postura de pessimismo cultural. Também em razão disso, o pensamento conservador é relativamente inarticulado, definindo-se antes pelo que rejeita do que pelo que defende. [...] É assim, difícil generalizar quais seriam posições conservadoras, que não correspondem propriamente a um ideal substantivo. [...] As características que o(s) conservadorismo(s) assume(m) relacionam-se, na verdade, primordialmente com as instituições que defende(m), notadamente quando são vítimas de ataques. Por outro lado, o conservadorismo não deixa de estar relacionado com uma conjuntura histórica específica, a que corresponde à dissolução do Antigo Regime (RICUPERO, 2010, p. 77).

Compreende-se dessa forma que o surgimento do pensamento conservador ocorre, no contexto da moderna sociedade de classes, como um modo de pensar em constante processo de desenvolvimento e que pode se constituir em distintos estilos de pensamento<sup>1</sup>.

Nisbet (1987) indica que o conservadorismo começa a fazer parte do discurso inglês a partir de 1830, no entanto sua fundamentação filosófica surge com a obra de Burke em 1790. Em sua obra, Burke defende a “cultura tradicional”, criticando a Revolução Francesa, uma vez que em sua análise os jacobinos agrediram a história e as tradições francesas, sendo considerada por ele como “o acontecimento mais espantoso que sucedeu no mundo até a data” (BURKE, apud NISBET, 1987, p. 22).

De acordo com o autor (NISBET, 1987), houve um processo de descristianizar a sociedade francesa, preenchendo o espaço vazio que ficava com uma nova religião, dedicada a cultivar a razão e a virtude. A fim de se garantir a legitimidade dessa nova religião, o controle do tempo, do passado e da imagem é vital, fazendo com que surjam novos rituais para atender aos interesses dessa nova religião.

---

<sup>1</sup> Importa ressaltar que serão apresentadas neste momento correntes teóricas conservadoras que se desenvolvem até a década de 1970, momento em que surge o pensamento pós-moderno. Trata-se de uma aproximação breve com algumas correntes, selecionadas a partir de sua importância para a compreensão da análise do Serviço Social no Brasil, no intuito de indicar alguns elementos centrais.

É importante sinalizar que nesse momento o pensamento conservador se coloca contrário ao projeto da modernidade, no desejo de manter as tradições e costumes da época. Em sua análise, Burke não repudia o desenvolvimento do capital, mas a forma como ocorreu na França, a partir de uma revolução sangrenta, rompendo com as instituições consagradas pela tradição. De acordo com Escorsim Netto (2011), pode-se considerar que Burke desejava um capitalismo, mas sem a modernidade.

O pensamento burguês nesse contexto, expresso como exemplo nas ideias de Rousseau, se coloca como revolucionário, em oposição aos privilégios de grupos tradicionais, como o clero e algumas corporações, e em favor da vontade geral e da liberdade individual. Conforme afirma Nisbet (1987, p. 33), as reformas políticas que ocorrem a partir de 1832 aprofundam a ruptura dos laços entre Igreja e governo, assegurando aos dissidentes novos direitos, assim como em outro momento os foram garantidos aos católicos. Outra mudança realizada nesse contexto é a perda de poder político da aristocracia. Assistiu-se dessa forma à “substituição, em áreas crescentes, dos Juízes de Paz, isto é, a classe de agrários que combinavam a riqueza com o desempenho de certos cargos como magistrados não pagos em vilas e cidades, por uma nova classe de servidores civis eleitos ou nomeados”.

Nesse contexto, para além das alterações no campo da organização política da sociedade, também se processam alterações econômicas. A Revolução Industrial Inglesa se expande por toda a Europa, exportando máquinas a vapor e de fiar e, em rápida sequência, “um exército de monstros mecânicos emitindo sinfonias diabólicas de sons - e também de visões e de odores - nunca até então conhecida nos prados e colinas de Inglaterra”. Conforme indica o autor, em um primeiro momento, houve adesão do público “ao espetáculo destes novos engenhos trabalhando sem querer saber do ritmo dos dias e das noites, das estações, do tempo úmido ou seco, do calor ou do frio”, mas que, com o aprofundamento do modo de produção capitalista e pelas experiências vivenciadas nas fábricas, rompe com essas primeiras ilusões (NISBET, 1987, p. 30).

Tais mudanças na produção levaram a uma alteração no perfil demográfico da população, que atraída pela oferta de empregos nas fábricas, se mudava para áreas que antes possuíam baixa densidade populacional. De acordo com Nisbet (1987), instalou-se uma nova forma e intensidade do individualismo, com possibilidade de promoção na escala social, a partir das possibilidades de elevação do trabalhador a um grau de supervisor ou gerente.

Com a consolidação do modo de produção capitalista torna-se inviável um retorno ao regime feudal e, convertida em classe dominante, a burguesia deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade e passa a defender seus interesses particulares.

Cumprida sua *missão histórica* progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade [...] e é levada à defesa dos seus estritos interesses particulares. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 46).

A partir dessa conjuntura, principalmente entre os anos 1830 e 1848, o pensamento conservador sofre mudanças; abandona-se a ideia difundida no pensamento de Burke de que se tratava de um conservadorismo antiburguês, e passa-se para um protagonismo antiproletário. Essa mudança não é aleatória, mas tem como base uma alteração na dinâmica da sociedade, que se no feudalismo tinha a nobreza e o clero como classes dominantes, passa a partir desse momento a ver a burguesia como classe dominante, e o proletariado se coloca a partir de então como classe revolucionária.

Nesse contexto se consolida a estrutura de produção material do capitalismo, a partir de suas classes antagônicas, que encontra no pensamento conservador a base de sustentação teórica para se legitimar enquanto projeto dominante. Nesse sentido o projeto burguês estimula o *ethos* individualista, convertendo as refrações da questão social em problemas sociais e trazendo para o sujeito a responsabilidade em superá-los.

Dessa forma, após 1848, momento em que eclodem na Europa revoluções proletárias, o pensamento conservador passa a justificar o mundo burguês. De acordo com Escorsim Netto (2011, p. 49), houve uma “reviravolta político-ideológica” que transforma o pensamento conservador em subsidiário da defesa burguesa contra o proletariado, novo protagonista revolucionário.

Augusto Comte é um dos autores que exemplifica essa transformação do conservadorismo antiburguês para o conservadorismo antiproletário<sup>2</sup>. Segundo Escorsim Netto (2011), Comte se defronta com um presente que parece tanto irreversível quanto ameaçador, e busca elaborar alternativas que possam exorcizar a ameaça. Para Comte, o caminho se faria por meio de um conhecimento positivo que permitiria fundar uma religião da humanidade, garantidora de estabilidade social.

Conforme indica Comte (1978), a Revolução burguesa era necessária, tendo em vista que as antigas instituições sociais e políticas eram ainda teológicas, não correspondendo ao

---

<sup>2</sup> Segundo Escorsim Netto (2011, p. 51), outro autor que exemplifica esse contexto é Tocqueville, sendo considerados pela autora como “figuras transicionais do pensamento conservador, na medida em que, do seu momento de emersão, guardam o repúdio da ação jacobina e a recusa de valores próprios da Ilustração e, ao mesmo tempo, aceitam com visível desconforto determinadas consequências da ordem burguesa”.

estado de desenvolvimento das ciências da época. No entanto, seria necessário abandonar as doutrinas puramente negativas e metafísicas, que haviam dirigido o processo revolucionário.

Enfim, o desenvolvimento dessa reação retrógrada determinou, em seguida, uma manifestação memorável, que nossas lacunas filosóficas tinham tornado tão indispensável quanto inevitável, a fim de demonstrar de modo irrevogável que o progresso constitui, como a ordem, uma das duas condições fundamentais da civilização moderna. [...] O concurso natural dessas duas provas irrecusáveis, cuja renovação se tornou agora tanto impossível como inútil, nos conduziu hoje a essa estranha situação, em que nada verdadeiramente grande pode ser empreendido, nem para a ordem, nem para o progresso, por falta duma filosofia realmente adaptada ao conjunto de nossas necessidades. [...] Isto porque nossa situação intelectual os torna ainda indispensáveis para representar, duma maneira qualquer, as condições simultâneas da ordem e do progresso, até que uma única filosofia possa satisfazê-las igualmente, de maneira a tornar enfim igualmente inúteis a escola retrógrada e a escola negativa, na situação moderna em que uma se destina sobretudo a impedir a total predominância da outra (COMTE, 1978, p. 67).

Segundo Giannotti (1978), no pensamento positivista de Comte, o estado positivo caracterizava-se pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Ao contrário dos estados teológicos e metafísicos, o autor afirma que Comte considera impossível a redução dos fenômenos naturais a um só princípio (Deus, natureza ou outro equivalente).

Em suma, o espírito positivo, segundo Comte, instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais (GIANNOTTI, 1978, p. 12).

Para Comte as ciências se caracterizam segundo a menor ou maior simplicidade de seus objetos, sendo possível estabelecer uma sequência entre as ciências que vão da matemática à sociologia, em um nível crescente de complexidade (GIANNOTTI, 1978).

A sociologia é entendida por Comte no mais amplo sentido da palavra, incluindo uma parte essencial da psicologia, toda a economia política, a ética e a filosofia da história... Da mesma forma como protesta contra a abordagem dos fenômenos psicológicos individuais independentemente do desenvolvimento mental da raça, Comte opõe-se também ao isolamento da política e da ética em relação à teoria geral da sociedade. Comte ressaltou ainda que os objetos das ciências sociais não devem ser tratados independentemente do curso de desenvolvimento revelado pela história (GIANNOTTI, 1978, p. 13).

A sociologia seria vista por Comte como a ciência mestra das ciências, a ciência da sociedade, que se dividiria em duas grandes categorias, a estática social e a dinâmica social (NISBET, 1987). A primeira estudaria as condições constantes da sociedade, já a segunda investigaria as leis de seu progresso e desenvolvimento. Para Comte a ideia fundamental da



estática seria a ordem, e da dinâmica seria o progresso; já a segunda se subordinaria à primeira, uma vez que o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade, como a religião, a família, a propriedade, dentre outros (GIANNOTTI, 1978).

Não podemos negligenciar a difusão do conceito do século XIX de família, parentes, paróquia, aldeia, classe social e casta, posição social, cidade, igreja, seita, etc., todas, obviamente, as moléculas historicamente formadas da grande realidade, a sociedade. Estes, e não os indivíduos abstratos, dispersos, filhos da fantasia da lei natural, são os verdadeiros temas de uma verdadeira ciência do homem (NISBET, 1987, p. 130).

Em relação ao principal problema social da época, o crescimento do proletariado, Giannotti (1978) indica que, para Comte, diferentemente da posição revolucionária de Marx, todas as medidas sociais deveriam ser julgadas em termos dos efeitos na massa mais numerosa e mais pobre. Para ele, o proletariado é que deveria abrandar o egoísmo dos capitalistas e uma ordem moral humanitária poderia abolir todos os conflitos de classe. Os capitalistas deveriam ser então moralizados e não eliminados, e a propriedade privada deveria ser mantida.

É impossível que tal coordenação, desenvolvendo familiarmente as ideias de ordem e de harmonia sempre ligadas à humanidade, não tenda a moralizar profundamente, não apenas os espíritos de elite, mas também a massa das inteligentes, que caberá participar, em menor ou maior grau, dessa grande iniciação, conforme um sistema conveniente de educação universal. Uma apreciação mais íntima e mais extensa, ao mesmo tempo prática e teórica, representa o espírito positivo como sendo, por natureza, o único suscetível de desenvolver diretamente o sentimento social, primeira base necessária de toda moral sadia. (COMTE, 1978, p. 76).

De acordo com Nisbet (1981, p. 73), o trabalho de Comte foi o de “traduzir os princípios conservadores em uma perspectiva mais aceitável para as gerações posteriores de cientistas sociais”. Sendo assim, compreende-se que o conservadorismo contido no pensamento de Comte, assim como em outros pensadores positivistas, deu-se a partir da articulação entre valores presentes na sociedade feudal e do novo modelo econômico, social e ideopolítico que surgia com a ordem burguesa.

De acordo com Escorsim Netto (2011, p. 53), é, no entanto, na obra de Durkheim que se tem a melhor “abordagem de alternativas à crise e à revolução numa ótica de integração social que incorpora os valores básicos do conservadorismo”. Seu pensamento se desenvolve nesse contexto de transição da sociedade feudal para o capitalismo, e para o sociólogo, a coesão social deve ser assegurada por meio da moralidade laica (DURKHEIM, 1999).

Segundo Bonfim (2015, p. 36), “a lógica conservadora durkheimiana não ignora as tensões causadas pelas contradições da sociedade capitalista e é justamente para intervir nessas tensões que Durkheim sugere a saída na direção da coesão social”.

O complexo integrado de fatos sociais, para Durkheim, é a sociedade, que é externa aos indivíduos, e é a partir dela que as relações sociais entre os indivíduos são constituídas. Durkheim a compara a um organismo, sendo assim todas as relações ali ocorridas compõem um todo maior.

Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais (DURKHEIM, 2003, p. 2).

Um elemento que Durkheim (1999, p. 106) considera de suma importância para o surgimento de sociedades complexas é a existência da divisão social do trabalho, uma vez que essa é a causa da diversificação da sociedade. Tal sociedade “é um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas”.

Durkheim (1999, p. 21) analisa que a divisão do trabalho é condição de suma importância da sociedade para além dos serviços econômicos que ela pode prestar, sendo que “sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade”. Para o autor é a divisão do trabalho a principal ou única fonte da solidariedade social.

Sem dúvida só pode haver solidariedade entre outrem e nós se a imagem desse outrem se une à nossa. Mas quando a união resulta da semelhança das duas imagens, ela consiste numa aglutinação. As duas representações tornam-se solidárias porque, sendo indistintas, no todo ou em parte, se confundem e se tornam uma só coisa, e só são solidárias na medida em que se confundem. Ao contrário, no caso da divisão do trabalho, estão fora uma da outra e só são ligadas por serem distintas. Portanto, os sentimentos não poderiam ser os mesmos nos dois casos, nem as relações sociais que deles derivam (DURKHEIM, 1999, p. 29).

Devido ao grau de desenvolvimento das sociedades, Durkheim diferencia os tipos de solidariedade que praticam. Nas sociedades simples existe o que o sociólogo denomina solidariedade mecânica, que existe quando as diferenças individuais são minimizadas frente à coletividade, ou seja, a relação entre as partes e o todo é direta e estados fortes da consciência coletiva estão presentes em quase todas as consciências individuais. Nesse tipo de solidariedade as partes pensam de forma similar ao que o todo pensa, gerando a solidariedade sem contestação. Para Durkheim essa é uma solidariedade *sui generis*, que vincula diretamente o indivíduo à sociedade. Dessa forma esse tipo de solidariedade,

só pode ser forte na medida em que as ideias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade superem em número e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles. Ela é tanto mais enérgica quanto mais considerável é esse excedente. Ora, o que faz nossa personalidade é o que cada um de nós tem de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Portanto, essa solidariedade só pode crescer na razão inversa da personalidade (DURKHEIM, 1999, p. 106).

Conforme exposto anteriormente, para a existência de uma sociedade complexa é necessário a existência de especialização, sendo que esta produz um tipo de solidariedade específica. Para Durkheim a divisão do trabalho faz com que as consciências sejam fragmentadas, não existindo correspondência direta entre a consciência individual e a consciência coletiva como um todo. Esse tipo de solidariedade, denominada por ele solidariedade orgânica, só pode existir

se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. (...) Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios (DURKHEIM, 1999, p. 108).

As diferentes espécies de solidariedade, de acordo com Durkheim (1999, p. 36), correspondem a diferentes espécies de direitos, considerados por ele como “uma regra de conduta sancionada”. Quando se ofendem os estados fortes e definidos da consciência coletiva, para Durkheim, está-se cometendo um ato criminoso. Em sua análise, a verdadeira função da pena “é manter intacta a coesão social, mantendo toda a vitalidade da consciência comum” (DURKHEIM, 1999, p. 81).

De acordo com o sociólogo, “devemos dividir em duas grandes espécies as regras jurídicas, conforme tenham sanções repressivas organizadas ou sanções apenas repressivas”. Para ele a solidariedade mecânica tem ligação com o direito repressivo, ou seja, nas sociedades inferiores os delitos mais numerosos são o que lesam a coisa pública, sendo estes punidos com violência em nome da sociedade como um todo (DURKHEIM, 1999, p. 37).

Já nas sociedades mais evoluídas, nas quais prevalece a solidariedade de tipo orgânica, a ligação ocorre com o direito repressivo. O autor avalia que “enquanto o direito repressivo tende a permanecer difuso na sociedade, o direito repressivo cria órgãos cada vez mais especiais”. Dessa forma, compreende que a sanção aplicada não é expiatória, mas reduzida a uma simples restauração. Nesse sentido, indica em sua análise que é importante que a sociedade

permaneça coesa, e qualquer alteração que gere perturbação da ordem coletiva é considerada uma anomia (DURKHEIM, 1999, p 87).

Bonfim (2015) afirma que para Durkheim a função moral é então considerada como determinante, devendo estar acima das vontades individuais. A moral contém a ideia de dever, autoridade e disciplina, ficando a cargo da família e da escola a garantia da harmonia social.

É possível constatar que para Durkheim o domínio da sociologia compreende apenas um grupo determinado de fenômenos, sendo estes os fatos sociais. Nesse sentido,

um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência (DURKHEIM, 2003, p. 10).

A partir do exposto, pode-se afirmar que para Durkheim a sociedade é vista como um conjunto de relações de interdependência, devendo existir vínculos solidários entre os indivíduos (solidariedade orgânica), criando-se uma nova moral, laica e de base científica.

Outros nomes surgem na sociologia moderna que trazem elementos para o debate conservador, como é o caso de Talcott Parsons, apontado como um dos maiores representantes do estrutural funcionalismo. Influenciado por Durkheim, Parsons defende que a sociedade é um sistema e, segundo Rocher (1976, p. 66), esse “sistema social significa o conjunto das redes de interações pelas quais dois ou mais atores estão em relação uns com os outros; se interinfluenciam, atuam coletivamente de todos os modos possíveis”. Para Parsons a forma de manter o equilíbrio social é a partir de um processo de não-modificação. Em sua avaliação seria possível descrever o funcionamento de qualquer sociedade sem que haja uma mudança de estrutura.

De acordo com Rocher (1976), as mudanças de estrutura são uma das respostas às tensões crescentes em uma sociedade. Essas respostas podem ser dadas pelas forças de controle por meio do equilíbrio, modificando suficientemente a ordem existente a fim de fazê-lo sem, no entanto, transformar a sociedade. Uma segunda forma apontada por Parsons é a negação dos fatores de mudança e a contenção das forças de mudanças, que podem reaparecer sob outras formas e com mais poder. Já uma terceira forma de manutenção do equilíbrio ocorre por meio do isolamento das forças de mudanças, tornando-as inofensivas para o resto do sistema.

Constata-se, nesse sentido, que na obra de Parsons o indivíduo é um objeto a ser manipulado pelos sistemas, ficando a capacidade de construção e produção de novos valores relegada à sociabilidade burguesa.

O pensamento de Parsons, assim como o de Durkheim gerou grande impacto na construção de outra corrente do pensamento conservador, o estruturalismo. Segundo Coutinho (2010), propondo-se como método rigorosamente “científico”, que teria condições de superar o irracionalismo existencialista e a vazia abstratividade de um “humanismo” pseudomarxista, o estruturalismo rapidamente conquistou adeptos, penetrando e influenciando círculos bastante heterogêneos.

Assim como o positivismo clássico e o neopositivismo, o estruturalismo combate a razão dialética, e segundo Coutinho (2010, p. 78) se apresentaria “como um ‘novo’ e revolucionário método, capaz de, pela primeira vez, assegurar a inteligibilidade científico-racional dos fatos sociais”. Segundo Bottomore (2012, p. 207-208), “a característica principal do método estruturalista é tomar como seu objeto de investigação um ‘sistema’, isto é, as relações recíprocas entre um conjunto de fatos e não fatos particulares examinados isoladamente”. No entanto, conforme afirma Coutinho (2010), ao pretender abarcar “cientificamente” a realidade social, o estruturalismo reduz a atividade humana a simples manipulação.

Os estruturalistas compreendem que a realidade é composta de dados singulares, e a universalidade só surgiria no âmbito da estrutura. Para esses pensadores a racionalidade estaria limitada à aplicação de regras lógicas formais, e a história da humanidade seria resultado da soma e da justaposição de totalidades parciais.

O programa estruturalista consiste na afirmação de que a realidade social é um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação e de que o método capaz de torná-las inteligível é aquele próprio da linguística moderna. Para o estruturalismo “o conceito de estrutura que se tenta generalizar à totalidade da vida social é aquele elaborado pela moderna linguística estrutural”. Nesse sentido, o modo de ser da realidade social seria semelhante ao da língua (COUTINHO, 2010, p. 80).

Segundo Bottomore (2012), o estruturalismo está particularmente ligado à obra de Lévi-Strauss, de suma importância para a difusão da corrente, chegando a influenciar inclusive a antropologia marxista.

Lévi-Strauss (2017) afirma que a noção de estrutura social não se relaciona com a realidade empírica, mas sim com os modelos construídos a partir dela. As pesquisas de estrutura não têm a pretensão de ser um campo próprio entre os fatos de sociedade, mas, na realidade, constituem um método passível de ser aplicado em qualquer estudo social, podendo a análise estrutural ser utilizada em diversos campos.

Para merecer o nome de estrutura, os modelos devem satisfazer exclusivamente a quatro condições. A primeira delas é que uma estrutura apresenta um caráter de sistema, o que faz com que alterações, em qualquer um de seus elementos, acarretem uma modificação em todos os demais (LÉVI-STRAUSS, 2017).

Em segundo lugar, todos os modelos pertencem a um grupo de transformações, sendo assim o conjunto das transformações constitui um grupo de modelos; cada uma dessas transformações corresponde a um modelo da mesma família. As propriedades dessas transformações permitem prever como o modelo reagirá, caso haja modificação de um de seus elementos, sendo esta a terceira condição que deve ser satisfeita. Por fim o modelo deve ser construído de modo que seu funcionamento possa dar conta de todos os fatos observados (LÉVI-STRAUSS, 2017).

Bottomore e Nisbet (1980) afirmam que a mais importante tese desenvolvida por Lévi-Strauss, criada a partir de seu estudo sobre parentesco, é a de que se deve voltar para certas estruturas da mente humana para buscar a explicação das formas básicas de reciprocidade encontradas nos sistemas de parentesco e totem. Segundo sua análise, as estruturas dominantes surgem então da relação entre o indivíduo e os outros.

Coutinho (2010) indica que o objetivo principal da obra de Lévi-Strauss é a análise dos mitos, buscando descobrir uma “lei estrutural”, idêntica para todos, que pode ser expressa em uma equação matemática, considerada quase como uma regra, na qual todos os mitos podem ser reduzidos. Segundo Bottomore e Nisbet (1980, p. 758), “o mito tornou-se, sem dúvida, o interesse predominante em Lévi-Strauss; é claro que não o mito em si mesmo, mas como meio de atingir as estruturas básicas do pensamento e comportamento através da humanidade”.

Os mitos não são, para Lévi- Strauss, “produtos” da capacidade humana de criá-los, produtos de uma fuga à realidade. Seu valor principal é na realidade preservar, até o momento presente, os remanescentes dos métodos de reflexão e observação que eram, e ainda são, adaptados às descobertas de um tipo especial (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p. 761).

De acordo com Coutinho (2010), conforme vão sendo realizadas as reduções a partir da equação matemática, há uma negação da análise dos motivos das diferenças, da causa genética e do sentido humano das variações entre os mitos.

Percebe-se na obra de Lévi-Strauss uma orientação anti-historicista<sup>3</sup>, que “surge como uma preferência geral pelas investigações sincrônicas, em oposição às investigações diacrônicas”, a fim de descobrir as características estruturais universais da sociedade humana, relacionando-as com as estruturas universais da própria mente humana (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p. 771).

Para Lévi-Strauss a dialética aparece como algo subjetivo, que deve desaparecer no momento em que a razão analítica recuperar sua deficiência passageira, superando o afastamento transitório do entendimento da vida. Há uma redução da ciência à “razão analítica”, o que empobrece a racionalidade, limitando-a às regras formais, na qual não é possível compreender o mundo como uma unidade de contrários. (COUTINHO, 2010).

O estruturalismo recente possui duas características que o distinguem, sob aspectos importantes de uma abordagem estrutural geral, sendo a primeira delas o fato de a estrutura tornar-se conceito teórico básico, ocupando lugar central e dominante, “sendo objeto de desenvolvimento e aperfeiçoamento teóricos que vão muito além da obra dos pensadores anteriores”. Em segundo lugar, “a insistência sobre a penetração das aparências superficiais imediatamente dadas dos fenômenos sociais, até se chegar a uma estrutura interior, ‘oculta’ ou ‘profunda’” (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p. 772).

Outra corrente conservadora surge com o pensamento de Edmund Gustav Albrecht Husserl, no início do século XX. A fenomenologia é uma forma de pensar a realidade que propõe que o homem não considere como definitivas as noções recebidas, questionando o modo de ver e ser no mundo, ou seja, questiona a cultura (WOLFF, 1980).

Para Husserl é preciso registrar as coisas como parecem, que em sua análise significaria compreendê-las como são na realidade. O que não deve ser feito é aceitar como certo que sejam como foi ensinado; nesse sentido deve-se questionar a maneira como se ensinou a olhá-las. Para a fenomenologia, é preciso realizar o estudo das essências, ou seja, descobrir a manifestação das coisas como são em si mesmas, visto que esta é sua essência.

Segundo Tourinho (2012, p. 853), o método fenomenológico é um método de evidenciação dos fenômenos, “cuja estratégia consiste, grosso modo, no exercício da suspensão de juízo em relação à posição de existência das coisas, viabilizando a recuperação das mesmas em sua pura significação”.

---

<sup>3</sup> Coutinho (2010, p. 28), analisando o pensamento de Hegel, sustenta que o historicismo concreto é “a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana”.

Os fenômenos, isto é, a cadeira como me parece, sugerem aspectos além dos percebidos. Isso se compreende mais facilmente no caso de coisas materiais, como a cadeira: assim, o lado dela que eu na realidade percebo sugere outros lados, por exemplo, a frente sugere as costas, o lado esquerdo sugere o direito, etc.; mas isso também se aplica às coisas não-materiais (abstratas, ideais, irreais) – democracia, virtude, amor. Aspectos de alguma coisa não percebida (ou pensada, associada, ou pretendida de alguma forma – “apresentada”), mas que sugerem outros aspectos da mesma coisa são, em sua totalidade, chamados de “*horizonte interno*” do fenômeno. Mas há também um “horizonte externo”, que é a totalidade dos outros fenômenos que não são vistos, mas a que o fenômeno percebido se pode referir (WOLFF, 1980, p. 656).

Nesse sentido, segundo o pensamento fenomenológico, todo fenômeno percebido tem seu horizonte exterior e interior, assim como também toda cogitação é cercada de retenções (daquilo que aconteceu “agora mesmo”) e de protensões (que é a expectativa do que irá acontecer imediatamente). Relaciona-se por sua vez com outras cogitações, que já ocorreram ou que ainda irão ocorrer, através da lembrança (considerada pelo pensamento fenomenológico como aquilo que aconteceu antes) ou antecipação (quando ainda é uma cogitação antecipada, mas que ainda não foi experimentada de forma concreta, ou em sua plenitude) (WOLFF, 1980).

A atitude fenomenológica consiste em uma atitude reflexiva e analítica, a partir da qual se busca fundamentalmente elucidar, determinar e distinguir o sentido íntimo das coisas, a coisa em sua “doação originária”, tal como se mostra à consciência. Trata-se de descrevê-la enquanto objeto de pensamento. Analisar o seu sentido atualizado no ato de pensar, explicitando intuitivamente as significações que se encontram ali virtualmente implicadas em cogitos inatuais, bem como os seus diferentes modos de aparecimento na própria consciência intencional. Explorar a riqueza deste universo de significações que a coisa – enquanto um cogitatum – nos revela no ato intencional é o que é próprio da atitude fenomenológica, enquanto um “discernimento reflexivo” levado a cabo com rigor (TOURINHO, 2012, p. 856).

A fenomenologia seria nesse sentido a “ciência clarificadora” por excelência, e o método fenomenológico, o método de evidenciação plena dos fenômenos. Segundo Husserl, para se obter o grau máximo de evidência, seria necessário o exercício de suspensão do juízo em relação à existência das coisas. A partir disso ocorreria a então chamada “redução fenomenológica”, e com ela seria possível recuperar as coisas em sua pura significação, tal como se revelam (TOURINHO, 2012).

A obra de Schutz é também considerada como uma das referências do pensamento fenomenológico. De acordo com Wolff (1980), alguns dos principais conceitos da fenomenologia são apresentados por Schutz, devido a seu interesse em reunir aqueles que considerava mais proveitosos para as ciências sociais. É importante observar na argumentação de Schutz que não é possível chegar ao “significado subjetivo” puro de um objeto, mas apenas



realizar uma aproximação, tendo em vista que sujeito e objeto de pesquisa não são a mesma pessoa.

Para Schutz a ciência social se faz por meio de um conhecimento explícito, seja ele contemporâneo ou histórico, não remontando em nenhum momento à experiência frente a frente. A ciência é sempre um contexto-significado objetivo, e o tema de todas as ciências do mundo social é “constituir um contexto-significado objetivo de contexto-significados subjetivos em geral, ou de contextos-significados subjetivos particulares”. Para ele o problema de toda ciência pode ser resumido a partir de uma pergunta: “como são possíveis as ciências do contexto-significado subjetivo?” (WOLFF, 1980, p. 673).

De acordo com Zeferino e Carraro (2013, 827), Schutz “levou a fenomenologia para o mundo da vida onde o homem se encontra situado”.

Entende-se que nesse referencial a realidade é construída pelos homens para si próprios, a partir de suas experiências intersubjetivas. O autor, com suas ideias, fundamenta uma sociologia do conhecimento, que parte do senso comum da vida cotidiana e dos processos cognitivos através dos quais é estabelecida e aplicada, tratando a intersubjetividade como um dado intramundano sobre o qual se ergue qualquer atividade do eu de relação e da própria ciência social. Com isso a "fenomenologia assume outro olhar, onde o humano passa a ser considerado não somente como um uno, mas como um ser social" (ZEFERINO E CARRARO 2013, 827).

Schutz desenvolve uma concepção de mundo com algumas características básicas, sendo elas: “1) uma tensão específica da consciência; 2) uma *epoché* específica; 3) uma forma de espontaneidade predominante; 4) uma forma específica de experiência do próprio eu; 5) uma forma específica de socialidade e; 6) uma perspectiva temporal específica” (WOLFF, 1980, p. 674).

Na concepção de Schutz sobre ciência social, uma característica dessa *epoché* é a de que está suspensa a subjetividade do pensador enquanto homem entre homens, inclusive sua consciência corporal, adquirindo assim significação especial. Em sua análise, a partir das ciências sociais, a compreensão do homem no mundo se dá por meio de uma ótica subjetiva das relações sociais, o que requer que o pesquisador se distancie do sujeito para observá-lo e elabore um esquema conceitual a partir de sua observação.

Salienta que, para compreender-se o mundo, ou seja, a realidade social, deve-se apreender as suas tipificações, designadas como construtos de primeiro grau, que surgem das falas dos sujeitos. Assim, a função das Ciências Sociais é a elaboração dos construtos de segundo grau, a partir dos de primeiro, construindo, dessa forma, os tipos vividos, sendo que estes esquemas interpretativos do mundo social devem estar

de acordo com a compreensão do mundo científico e do senso comum, para serem válidos cientificamente (ZEFERINO E CARRARO 2013, 827).

Nesse sentido, a partir da análise do pensamento de Husserl e de Schutz, a fenomenologia deve ser considerada então como o estudo das essências, ou seja, a manifestação das coisas como são em sua essência. Ela deve tecer considerações sobre a posição de existência das coisas e direcionar a atenção para os fenômenos como se revelam em sua pureza.

A doutrina social da Igreja Católica também pode ser considerada como uma das principais difusoras do pensamento conservador. Por se tratar de uma instituição que surge durante o modo de produção feudal, alguns autores, como Yazbek<sup>4</sup> (2018), analisam o pensamento da Igreja Católica descolado do pensamento conservador, como pensamento doutrinário.

O catolicismo oficial, fundado no imobilismo, avesso à modernidade, surgiu a partir do Concílio de Trento, como reação à derrocada do *Ancien Regime* e a vitória das Luzes. Durante o século XIX, “diante do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e das novas formas de organização política e social, o catolicismo viu-se novamente ameaçado e obrigado a defender seu poder” (JALLES DE PAULA, 2013, p. 34).

Pio IX (1846-1878) convocou então o Concílio do Vaticano I, que incentivou a centralização do poder em Roma, firmou como um dos dogmas da Igreja a infalibilidade papal e adotou o tomismo como corrente teológica, ou seja, a partir desse momento este tornou-se então o pensamento oficial da Igreja Católica.

Influenciado por Aristóteles, Platão e Santo Agostinho, São Tomás de Aquino criou um sistema filosófico e teológico próprio e original que marcou a filosofia medieval. De acordo com Silva (2003, p. 88), “a importância de Tomás de Aquino consiste em ter encontrado a fórmula adequada para “cristianizar” a obra de Aristóteles, incorporando-a à teologia cristã”.

Para Aquino (2001) a teologia é considerada uma ciência, e no estudo da filosofia a verdade é descoberta por meio de revelação divina. O conflito entre filosofia e teologia existirá caso a primeira, fazendo uso incorreto da razão, tente explicar o mistério da doutrina religiosa sem o auxílio da fé.

O homem seria então constituído de alma e corpo, sendo que para Aquino (2001) este não seria considerado o cárcere da alma, mas seu servidor.

---

<sup>4</sup> Yazkek (2018), ao analisar as diferentes matrizes teóricas que orientaram o percurso histórico do Serviço Social no Brasil, elabora uma distinção entre o pensamento social da Igreja Católica, considerado por ela como referencial doutrinário conservador, e as matrizes teóricas, tal com o positivismo, que são construídas apoiadas no pensamento conservador.

Santo Tomás declara que a alma encontra-se em cada órgão do corpo, pois a ele está unida como forma. Ela é, portanto, uma forma substancial e constitui não só a perfeição do todo, mas também a de cada parte. A aliança entre alma e corpo ocorre não como problema de união entre duas substâncias que se supõem completas, mas como problema de união entre duas substâncias incompletas, para então, formar um ser composto, completo. O que prevalece e atua é a união de alma e corpo, o homem íntegro, a pessoa (SILVA, 2003, p. 90).

Na interpretação de Aquino (2001), a alma é a forma essencial do corpo, sendo os homens criados à imagem e semelhança de Deus. Nesse sentido os homens tenderiam naturalmente para Deus, e sua felicidade seria alcançada pelo auxílio da graça, uma vez que somente no amor divino está a felicidade perfeita.

Para Tomás de Aquino o homem seria então um ser social, que por meio da convivência com outros homens poderia encontrar a felicidade. No entanto, para viver em sociedade, é necessária uma ordem que discipline e oriente as ações e comportamentos dos homens, ordem esta que viria de uma autoridade, constituída e nomeada por esses mesmos homens (SILVA, 2003).

Em sua filosofia política, Santo Tomás de Aquino trata das relações de poder, cujo ponto inicial repousa na afirmação de que o homem é um ser por natureza social e, assim, procura o convívio e a cooperação social de outros semelhantes para a busca das condições necessárias à plena realização de suas virtualidades de ser humano. E esta convivência social exige o político, ou seja, um poder que oriente e organize este convívio. Em todas as unidades ou grupos, desde a família até o Estado, impõe-se a organização política como exigência natural para realização humana (SILVA, 2003, p. 90).

Tomás de Aquino considera que o Estado é uma necessidade que deriva da natureza do homem, e sua origem tem relação com a sociedade perfeita, que goza de autonomia. No entanto, tendo em vista que a Igreja tem por objetivo final o bem sobrenatural, esta seria superior àquela, pois goza de maior perfeição. Nesse sentido, o Estado deve subordinar-se à Igreja quando o interesse temporal tiver relação direta com o divino e eterno, sendo responsabilidade da Igreja a orientação final e decisiva (SILVA, 2003).

Em 1879, com o papa Leão XIII (1878-1903), a Igreja Católica recupera o pensamento de São Tomás de Aquino, a partir da Encíclica *Aeterni Patris*. Nesse contexto, segundo Yazbek (2018, p. 52), o pensamento tomista é retomado por autores como Jacques Maritain, na França, buscando “‘aplicá-lo’ às necessidades de nosso tempo”.

De acordo com Ortiz (2007), o neotomismo reconhece o homem como ser dotado de razão, com capacidade de realizar escolhas e considerado também como aquele que é ao mesmo

tempo criatura finita e imagem e semelhança de Deus. Segundo a corrente, ele deve dominar seus instintos e paixões a fim de viver em sociedade com outros homens, colaborando para a construção do bem comum. Caso não seja capaz, esse homem deve passar por uma reforma moral, portanto comportamental, adequando-se e ajustando-se à sua verdadeira naturalidade e destino.

Como ser “de carne e osso” necessita de proteção sempre que exposto a situações como a indigência, a doença, o abandono, dentre outros. Essa proteção deve ser feita, de acordo com os princípios neotomistas, por outros homens; sendo assim para além da filantropia e da caridade, a sociedade como um todo deve possuir como finalidade a afirmação do bem comum (ORTIZ, 2007).

Maritain pode ser considerado como um dos autores neotomistas mais prestigiados e, segundo sua tese do *humanismo integral*, a democracia cristã seria mais do que um sistema de governo, devendo constituir-se numa maneira participativa de viver em sociedade, construída pelo princípio vital da justiça social e do amor solidário, sob a condição de uma filosofia política do desenvolvimento humano integral.

Este novo humanismo, sem medida comum com o humanismo burguês e tanto mais humano quanto não adora ao homem, se não que respeita, real e efetivamente, a dignidade humana e reconhece direito às exigências integrais da pessoa, o concebemos orientado para uma realização sócio-temporal daquela atenção evangélica ao humano que deve não só existir na ordem espiritual, mas encarnar-se, tendendo ao ideal de uma comunidade fraterna. (MARITAIN, [1936]1965, apud SOUZA, 2019, p. 182).

Segundo Guedes (2001), o humanismo cristão defende a construção de valores cuja premissa básica é o respeito à dignidade da pessoa humana. Para Maritain, é por ser pessoa e ter direito à dignidade que o indivíduo deve ter o mínimo de bem-estar, que não comprometa sua integridade física, a ponto causar-lhe o fim último. O autor considera que a sociedade, além de garantir a sobrevivência física do homem, permite-lhe atender à solicitude da alma; nesse sentido, essa seria a instância na qual o homem pode completar-se e realizar-se como pessoa humana católica.

Sendo assim, segundo os pressupostos neotomistas, tanto o liberalismo quanto o comunismo deveriam ser refutados, e o que deveria existir seria um meio termo entre o individualismo da doutrina liberal e o coletivismo da perspectiva socialista. Nesse modelo de sociedade proposto, deveria existir harmonia entre as classes sociais como forma de se atingir o bem comum postulado pela filosofia neotomista. Dessa forma, a partir da filosofia neotomista

a questão social é concebida como questão moral, entendendo-a como desajustes das classes sociais (GUEDES, 2001).

É a partir dessas correntes que o pensamento conservador vem se desenvolvendo desde sua gênese, modificando-se em alguns aspectos, devido ao tempo histórico, mas mantendo elementos comuns capazes de garantir certa unidade entre seus pensadores. Nesse sentido, para se pensar o desenvolvimento do pensamento conservador na contemporaneidade é necessário tratar das mudanças no capitalismo, tendo em vista que são consideradas como determinantes para o surgimento dessa nova corrente de pensamento.

### 1.3 Crise do capital e sua reorganização interna

De acordo com Mandel (1985), a teoria marxista do valor parte da premissa de que a massa total de mais-valia é igual à massa total de trabalho excedente, ou seja, é determinada pela diferença entre o número total de horas de trabalho humano e o montante total de trabalho necessário.

No conjunto, essa massa total de mais-valia é independente da produtividade específica do trabalho em cada empresa; considerando-se constantes os salários, pode apenas ser modificada pela produtividade do trabalho na indústria de bens de consumo. Considerar a massa total como dado no fim do processo de produção, significa, na realidade, considerar como dados um salário médio, uma intensidade média do trabalho e um coeficiente médio de mais-valia (MANDEL, 1985, p. 68).

Nenhum capitalista emprega voluntariamente um novo método de produção se ele faz diminuir a taxa de lucro, por mais produtivo que seja ou por mais que possa aumentar a taxa de mais-valor. Só há a implementação de um novo método quando a média de trabalho requerida na produção é maior do que o tempo requerido com o novo método de produção. Nessas condições ele passa a vender sua mercadoria acima do seu preço e talvez acima do seu valor.

Quando o novo método de produção começa a difundir-se, reduz o tempo médio necessário de produção da mercadoria, e o capitalista deve vender seu produto abaixo do preço de produção pleno, devido ao efeito da concorrência. “Em outras palavras, e isso se apresenta como efeito da concorrência, precisam também introduzir o novo método de produção, que diminuiu a proporção entre o capital variável e o constante” (MARX, 2017a, p. 304).

Há, dessa forma, uma alteração na composição orgânica do capital, visto que, por ser calculada pela relação entre capital constante e capital variável ( $q=c/v$ ), uma alteração nessas grandezas de valor leva a uma alteração na composição do capital. Com essa alteração, e cada vez mais, para ingressar no processo produtivo o capitalista necessitará de um montante maior de capital. Nesse sentido, o processo de acumulação capitalista leva a um processo de concentração e centralização de riquezas.

De acordo com Marx (2017b, p. 250), “vimos que constitui uma lei do modo de produção capitalista que, conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado”. Como observado anteriormente, a composição orgânica do capital é a relação entre capital constante e capital variável e o capitalista investe cada vez mais em capital constante e diminui ou mantém inalterada a quantidade de capital variável.

Pode-se afirmar então que há uma tendência à elevação da composição orgânica e, concomitantemente, uma elevação de sua produtividade. Dessa forma, ao elevar-se a produtividade, observa-se que ocorre uma redução no tempo de trabalho necessário com o aumento tempo de trabalho excedente.

O processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação. Já vimos como, à medida que progride a produção capitalista, a massa de valor que tem de reproduzir-se ou conservar-se, simplesmente aumenta e cresce com o aumento da produtividade do trabalho, mesmo quando a força de trabalho empregada permanece constante (MARX, 2017b, p. 256).

O aumento da produtividade em decorrência do aumento do trabalho excedente perante o trabalho necessário é um aumento do grau de exploração do trabalhador, e caso não haja aumento na jornada de trabalho deste e, sim, a intensificação do seu trabalho na mesma jornada, pode-se dizer que há um aumento da mais-valia relativa.

Ademais bastará mencionar aqui que, com base na população trabalhadora dada, quando aumenta a taxa de mais-valor – seja pelo prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, seja pela queda de valor do salário em consequência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho –, a massa do mais-valor (e, portanto, a massa absoluta de lucro) tem necessariamente de aumentar, apesar da queda relativa do capital variável em relação ao capital constante (MARX, 2017b, p. 257).

O processo de centralização de capitais trata-se de uma alteração do agrupamento dos componentes de capital social, no qual o capital cresce nas mãos de alguns capitalistas, enquanto outros perderam capital. Já o processo de concentração de capitais ocorre de forma

mais lenta, por meio da acumulação, que faz com que alguns capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior.

Segundo Marx a acumulação acelera a queda da taxa de lucro, e esta faz com que haja a aceleração da concentração de capitais e sua centralização, pela desapropriação de capitalistas menores. “Desse modo, a acumulação se acelera na proporção de sua massa, ainda que a taxa de acumulação diminua juntamente com a taxa de lucro” (MARX, 2017b, p. 282).

Na medida em que a taxa de lucro é o fator estimulante da produção capitalista, sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes, se tornando, desse modo, uma ameaça ao processo de produção capitalista. De acordo com Marx (2017b), embora no curso do desenvolvimento da produção capitalista a soma total do mais-valor cresça constantemente, a taxa de lucro decresce também de maneira constante, pois o capital total investido cresce ainda mais rápido que o mais-valor.

A obtenção de mais-valor constitui o processo direto de produção, que pode encontrar dois obstáculos, sendo o primeiro deles a população trabalhadora, se está dada a taxa de mais-valor, isto é, o grau de exploração do trabalho, e o segundo, o grau de exploração do trabalho, se está dada a população trabalhadora. Para Marx (2017b, p. 283) “o mais-valor estará produzido tão logo a quantidade espoliável de mais-valor estiver objetivada”.

Com a produção do mais-valor completa-se o primeiro ato do processo de produção capitalista, ou seja, o processo direto da produção, e a partir deste o capitalista absorveu certa quantidade de trabalho não pago. Com o desenvolvimento do processo produtivo, tem-se a queda da taxa de lucro, e a massa do mais-valor produzido aumenta monstruosamente.

Tem-se então o segundo ato do processo, em que é preciso vender a massa inteira das mercadorias. Se não conseguir vendê-las, ou se conseguir apenas em partes ou por preços inferiores aos da produção, o trabalhador terá sido explorado, mas sua exploração não terá se realizado como tal para o capitalista.

De acordo com Marx (2017b, p. 285), “a taxa de lucro diminui não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque se emprega menos trabalho em proporção ao capital investido em geral”. Isso pode ocorrer visto que a taxa de mais-valor é calculada pela relação entre mais-valor e capital variável ( $m' = m/v$ ); já a taxa de lucro é calculada sobre o capital total adiantado ( $p = m/c+v$ ). Dessa forma, a taxa de exploração do trabalhador, medida pela taxa de mais-valor, não corresponde à taxa de lucro. Com o aumento da composição orgânica do capital, tem-se uma proporção maior de capital investido em geral, porém uma proporção menor de capital variável.

Ao diminuir a parte paga do trabalho empregado, o desenvolvimento da força produtiva provoca o aumento do mais-valor, porém ao diminuir a massa total do trabalho empregado, ele diminui o fator do número pelo qual se multiplica a taxa de mais-valor para obter sua massa. [...] A compensação do menor número de trabalhadores mediante o aumento do grau de exploração do trabalho encontra certos limites insuperáveis; ela pode, portanto, frear a queda da taxa de lucro, mas não anular. (MARX, 2017b, p. 287).

O que se constata nesse movimento é o aumento do investimento em capital constante e uma diminuição proporcional do capital variável em relação ao constante, ou seja, “a massa total de trabalho vivo agregada aos meios de produção diminui em relação ao valor desses meios de produção” (MARX, 2017b, p. 253), o mais-valor diminui em relação ao valor de todo capital investido.

De acordo com o autor, forças antagônicas operam umas contra as outras, manifestando uma contradição entre tendências contrárias. Ao mesmo tempo que se tem um impulso para o aumento real da população trabalhadora, atuam forças que criam uma superpopulação apenas relativa. Concomitantemente à queda da taxa de lucro, cresce a massa dos capitais, e em paralelo a essa queda, tem-se uma desvalorização do capital excedente, que a detém e gera um impulso acelerador à acumulação de valor do capital. Ao mesmo tempo que se tem o desenvolvimento da força produtiva, há o aumento progressivo da composição orgânica do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante (MARX, 2017b).

O conflito dessas forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, ou seja, são erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado.

*O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital*, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; fato de que a produção é produção apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. [...] O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017b, p. 289-290, grifos do autor).

Com a queda da taxa de lucro, o capitalista individual precisa dispor de uma quantidade maior de capital, requerido tanto para a exploração em geral, quanto para que o tempo de trabalho empregado não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário. Em paralelo, aumenta a concentração de capitais, porque “para além de certos limites, um grande



capital com uma taxa pequena de lucro acumula-se mais rapidamente do que um capital pequeno com uma grande taxa de lucro” (MARX, 2017b, p. 290).

Segundo Mandel (1985, p. 75), nas fases de acumulação ascendente, a acumulação de capital se acelera, havendo acréscimo na massa e na taxa de lucros, bem como um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. No entanto, “quando esse movimento atinge determinado ponto, torna-se difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado”, sendo a queda da taxa de lucros o indício mais claro dessa linha divisória.

A crescente concentração, atingindo certo nível, provoca uma nova queda da taxa de lucro, o que faz com que a massa dos pequenos capitais seja lançada ao acaso: especulação, fraudes creditícias e acionárias, crises. A superabundância de capitais surge das mesmas circunstâncias que produzem uma superpopulação relativa e constitui um fenômeno complementar, embora situados em polos opostos: o capital desocupado, de um lado; a população trabalhadora desocupada, do outro.

Segundo Marx (2017b, p. 292), a superprodução de capitais (e não de mercadorias individuais) não significa outra coisa senão a superacumulação de capital. Quando não se trata mais de dividir os lucros, mas sim as perdas, cada capitalista procura reduzir ao máximo sua participação e transferi-la para outro capitalista. As perdas são inevitáveis para os capitalistas, porém torna-se uma questão de poder e astúcia, uma concorrência livre entre “irmãos inimigos”, para que as perdas individuais se minimizem.

O equilíbrio do sistema só se estabeleceria por inativação e, em menor medida, por aniquilação de capitais. Desse modo, alguns capitais serão aniquilados, enquanto outros esperarão passar o momento da crise para reinvestir seu capital, ou seja, uns sofrerão perdas pesadas, enquanto outros só serão levemente afetados.

A inativação de parte da produção teria inativado parte ocupada da classe trabalhadora. A parcela de trabalhadores ocupada teria de tolerar uma queda do salário, mesmo que abaixo da média. Parte das mercadorias, para realizar seu processo de circulação, deve ser vendida mediante a desvalorização do seu valor. O capitalista, devido à luta concorrencial, deveria reduzir o valor individual de seu produto total abaixo do valor médio, levando a uma desvalorização dos elementos do capital fixo, diminuindo a relação entre o capital constante e o capital variável. A paralisação verificada na produção levaria a uma ulterior ampliação desta, dentro dos limites do capital.

E assim se percorreria novamente o círculo. Uma parte do capital, desvalorizada pela paralisação de suas funções, recuperaria seu antigo valor. Além disso, o mesmo

círculo vicioso seria outra vez percorrido com condições de produção ampliadas, um mercado expandido e uma força produtiva aumentada (MARX, 2017b, p. 294).

Observa-se que o envio de capital para o exterior não ocorre porque é impossível ocupá-lo no país, mas porque em outro país será possível investi-lo com uma taxa de lucro mais alta. Nesse caso, este é um capital excedente, tanto para a população trabalhadora ocupada, quanto para o país em geral.

De acordo com Mandel (1985), mesmo quando a produção de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, não houve a criação de um sistema uniforme de preços de produção, mas de um sistema diferenciado de preços de produção nacionais variáveis e de preços unificados no mercado mundial. Com isso foi possível que o capital de países capitalistas mais desenvolvidos conseguisse superlucros, uma vez que suas mercadorias podiam ser vendidas acima do preço nacional de produção de seus países de origem e, no entanto, abaixo do preço de produção dos países compradores.

Em última análise, esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variáveis de produtividade do trabalho. O imperialismo, longe de nivelar a composição orgânica do capital em escala internacional – ou de conduzir a uma equiparação internacional das taxas de lucro – *congelou e intensificou* as diferenças internacionais na composição orgânica de capital e no nível das taxas de lucro (MANDEL, 1985, p. 57, grifos do autor).

Para Marx (2017b), nesse sentido, os limites do modo de produção vão se manifestar de duas formas: a primeira delas, no fato de o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gerar, com a queda da taxa de lucro, uma lei que se opõe de maneira mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva, e que por isso deve ser constantemente superada por meio de crises. Já a segunda forma se manifesta na relação entre o trabalho não pago e o trabalho objetivado em geral, que decide se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais.

De acordo com Mandel (1985), nesse quadro há um subinvestimento periódico de capital, em que uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma taxa de lucros inadequada, levando então à ideia de que há uma superacumulação<sup>5</sup>. Nesse sentido, constata-se haver uma tendência à queda da taxa de lucro.

---

<sup>5</sup> Para Mandel (1985, p. 76), “o conceito superacumulação não é jamais absoluto, mas sempre relativo: não há nunca capital ‘em demasia’, em termos absolutos; há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada”.

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro (MANDEL, 1985, p. 243).

O que se constata nesse movimento é a necessidade de um investimento cada vez maior a fim de alcançar taxas de lucros cada vez menores. Há um aumento constante do mais-valor, no entanto em proporção cada vez menor, ao comparar a quantidade de capital total investido. A produção de valor ocorre, no entanto, caso não seja possível realizá-lo na circulação (através da compra e venda de mercadorias), o ciclo de reprodução do capital não se efetua, gerando assim estagnação. Considera-se então que este é o centro das crises do capital.

Evidencia-se que chegou o momento de uma crise dessa natureza, quando se ampliam e se aprofundam a contradição e a oposição, entrecrocando-se, de um lado, as relações de distribuição, portanto determinada configuração histórica das correspondentes relações de produção, e, do outro, as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento dos elementos propulsores. Entram, então, em conflito o desenvolvimento material da produção e a forma social dela (MARX, 1980, p. 1011).

Afirma-se então, a partir do exposto, que as crises do capitalismo são cíclicas. Operando de acordo com a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o capitalista, no intuito de retomar os índices de lucro do período anterior, se rearticula e busca criar novos processos produtivos, a fim de colocar o capitalismo em uma nova fase de expansão.

Mandel (1985, p. 83-84) analisa que a história do capitalismo em nível internacional aparece como uma sucessão de períodos cíclicos de aproximadamente 50 anos, indicando a existência de quatro experiências. O primeiro período, compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, marcado pela difusão gradativa da “máquina a vapor de fabricação artesanal ou manufatureira” por todos os ramos e regiões industriais mais importantes, foi caracterizado pelo autor como “a onda longa da própria revolução industrial”. O segundo período (crise de 1847 até a década de 1890), denominado a “onda longa da primeira revolução tecnológica”, é marcado pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico. A terceira experiência, a “onda longa da segunda revolução tecnológica”, compreendeu o período entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial e se caracterizou pela “aplicação generalizada de motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria”. O último longo período sinalizado pelo autor, iniciado na América do Norte em 1940 e nos outros países imperialistas entre os anos de 1945/48, caracterizou-se pelo controle generalizado das máquinas por meio de

aparelhagem eletrônica e pela introdução gradual da energia nuclear, sendo considerado “a onda longa da terceira revolução tecnológica”.

É evidente que essas “ondas longas” não se manifestam de maneiras mecânicas, mas operam através da articulação dos “ciclos clássicos”. Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da onda longa, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A “onda longa” é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações (MANDEL, 1985, p. 85).

Nesse sentido, Mandel (1985) constata que as curvas ascendente e descendente de uma “onda longa” são determinadas pelo entrecruzamento de diversos fatores, e que tais “ondas longas” não possuem a mesma periodicidade, mas mantêm íntima conexão com o mecanismo central que, devido a sua natureza, constitui uma expressão sintética de todas as mudanças a que está permanentemente sujeito o capital, ou seja, as flutuações da taxa de lucros.

Para superar os períodos de crise, observa-se, como explicitado anteriormente, que uma das características do capitalismo é sua capacidade de metamorfosear-se a fim de se manter como modo de produção e reprodução dominante. Mandel (1985) usa o termo “capitalismo tardio” para tratar do capitalismo de caráter imperialista que surge com o fim da Segunda Guerra Mundial.

O “termo capitalismo tardio” não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado de essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de O Capital, de Marx, e de O Imperialismo, de Lênin. [...] A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista (MANDEL, 1985, p. 4-5).

No pós-Segunda Guerra mundial, o capitalismo passou por um período de grande desenvolvimento econômico, apresentando resultados econômicos até então não alcançados. Nesse contexto a produção era de base taylorista-fordista, caracterizada pela produção em massa e em série de mercadorias. Esse modo de organização da produção se estruturava de forma mais homogênea e enormemente verticalizada, com grande parte da produção realizada internamente, a fim de reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho, para combater o “desperdício”, o que intensificou as formas de exploração (ANTUNES, 1999, p. 36-37).

Segundo Gramsci (apud Harvey, 2017, p. 121), o americanismo e o fordismo “equivaliam ao ‘maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com

uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”.

Paralelamente à perda de destreza do *labor* operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada (ANTUNES, 1999, p. 37).

As mudanças na produção e no consumo promoveram uma modificação na cultura, levando a uma adequação do trabalhador tanto ao novo tipo de trabalho desenvolvido, quanto da organização do processo produtivo. A experiência fordista, no entanto, só foi possível devido a uma série de compromissos e reposicionamentos dos principais atores do processo de desenvolvimento capitalista.

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 2017, p. 125).

Em relação ao Estado capitalista, Mandel (1985) sinaliza que suas principais funções podem ser classificadas da seguinte forma: 1) criar condições gerais de produção que não podem ser garantidas pelas atividades privadas de setores da classe dominante; 2) reprimir ameaças da classe trabalhadora, ou de algumas frações dela, ao modo de produção capitalista a partir da ação do exército, polícia, do sistema judiciário e penitenciário e; 3) integrar a classe trabalhadora, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e que a classe explorada aceite sua exploração.

No capitalismo tardio verifica-se a ampliação das funções estatais na dinâmica econômica e no controle e reprodução da força de trabalho, em consequência de três importantes características, sendo elas a redução da rotação do capital fixo; a aceleração da inovação tecnológica e o enorme aumento do custo dos principais projetos de acumulação de capital (MANDEL, 1985).

Segundo Netto (2011b), o Estado até então atuava como representante do capitalista coletivo, como guardião das condições externas da produção capitalista. Ultrapassava a

fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção somente de forma pontual, emergencial, através de um intervencionismo emergencial. A partir da idade do monopólio, além da preservação das condições externas da produção, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas de forma contínua e sistemática. Nesse momento as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas, no que se torna conhecido como keynesianismo.

O Estado passa então a assumir uma variedade de funções no pós-Segunda Guerra, para responder a essa nova dinâmica da sociedade.

Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais em monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público [...] vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa que também garantiam um emprego relativamente pleno [...]. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2017, p. 129).

Nesse sentido, ao Estado, com o keynesianismo, cabe o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, devido a sua visão de conjunto, devendo então intervir na economia, no intuito de superar os problemas de demanda efetiva.

De acordo com Netto (2011b), paralelamente à transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, tem-se um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, bem como o aparecimento dos partidos operários de massa, levando ao coroamento da conquista da cidadania. É a partir dessas condições que as sequelas da questão social podem tornar-se objeto de uma intervenção sistemática e contínua por parte do Estado.

A profunda recessão de 1973 levou à construção de um cenário oposto, de desregulamentação das conquistas consolidadas ao longo dos chamados trinta anos gloriosos. Conforme analisa Harvey (2017, p. 140), “uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”, levando à “passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta”.

Como forma de combater a crise, ocorrem mudanças no Estado, na produção e nas relações de trabalho, o que culminou nos processos de reestruturação produtiva, de flexibilização das relações trabalhistas, de implementação do ideário neoliberal e de financeirização da economia. As mudanças na organização da produção levam a uma substituição da rigidez da produção, que passa a ser flexível.

*A acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2017, p. 140).

Este foi um “intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES 1999, p. 31). Com a acumulação flexível houve a flexibilização das relações de trabalho, o aumento dos índices de desemprego e o retrocesso do poder sindical, levando então a uma radical reestruturação do mercado de trabalho.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2017, p. 143).

É preciso considerar que há nesse momento uma radical transformação na estrutura ocupacional, levando à necessidade e à possibilidade de conciliar usos mais intensivos e extensivos da força de trabalho, trazendo de volta antigas formas de exploração do trabalho, atrelada a novas formas que surgem com a flexibilização do trabalho e das legislações trabalhistas, rompendo com conquistas seculares da classe trabalhadora.

Como forma de conter a crise, também houve alterações no papel do Estado; com a emergência do neoliberalismo tem-se o processo de contrarreforma do Estado, que promove a contenção dos gastos sociais e a privatização de setores e serviços estatais.

Com a crise do modelo econômico da década de 1970, as ideias neoliberais começaram a ser aceitas, uma vez que, segundo seus ideólogos, as raízes da crise se localizavam no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que reivindicavam melhores salários e que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. A fim de garantir a estabilidade monetária, os governos deveriam manter uma disciplina orçamentária, contendo os gastos com bem-estar e restaurando a taxa “natural” de desemprego, criando um exército industrial de reserva a fim de diminuir a força dos sindicatos. A partir dessas medidas, “uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas”, voltando ao curso normal da acumulação e do livre mercado, que havia sido desastrosamente deformado pelas políticas keynesianas e

beveridgianas. O crescimento retornaria a partir do momento que a estabilidade financeira e os incentivos essenciais fossem restituídos (ANDERSON, 1998, p. 11).

Nos momentos de crise, há uma maior disputa pelos recursos do Estado e, de acordo com Oliveira (1998), o fundo público tornou-se fundamental tanto para o financiamento da acumulação, quanto para a reprodução da força de trabalho. Segundo Teixeira (2012), o fundo público pode ser considerado como componente estrutural e insubstituível, uma vez que se tornou tanto condição para a formação da taxa de lucro, quanto para a reprodução da força de trabalho, mediante o aumento do gasto social das despesas públicas.

Behring (2010) sustenta que o fundo público atua como um componente *in flux* do processo de produção e de reprodução do capital. A mais-valia produzida é dividida entre os capitalistas pelo capital prestamista (portador de juros), pelo capital funcionante (capitalista industrial) e pelo capital comercial. Parte dessa mais-valia também vai para o Estado, por exemplo, a partir do pagamento de impostos. Pode-se dizer desse modo que o fundo público é composto tanto pelo trabalho excedente, a partir da divisão da mais-valia, quanto pelo trabalho necessário, através do pagamento dos impostos e contribuições sociais ao Estado pela classe trabalhadora.

Com o neoliberalismo, o fundo público sofreu algumas mudanças, devido ao fato de o Estado ter se tornado um importante agente da redução dos custos do trabalho e dos serviços públicos, como também da financeirização da riqueza, favorecendo as frações de classes representativas do capital, principalmente o setor das finanças. Conforme analisa Salvador (2010), observando as últimas crises financeiras, percebe-se que o fundo público tem sido acionado para proteger instituições financeiras falidas, custeado pelos tributos pagos pelos trabalhadores. Para o autor, apesar de também no período keynesiano o Estado ter exercido importante papel no desenvolvimento capitalista, partir da crise de 1970 a disputa pelo fundo público tem levado a um aprofundamento crescente da hegemonia do capital à custa do trabalho.

Observa-se então uma alteração significativa na configuração das políticas sociais, tanto no que se refere a sua abrangência, quanto no que concerne aos instrumentos utilizados para sua implementação. O que vem ocorrendo é uma redução das políticas de caráter universal e o avanço da iniciativa privada na gestão das políticas, ao passo que a política de assistência social se amplia, em especial as de transferência de renda, que possuem papel fundamental no deslocamento do fundo público para as instituições financeiras. No entanto, constata-se mesmo assim que a parte mais significativa dos recursos públicos retorna para a classe dominante por meio das ações do Estado para garantir condições gerais de produção (BRETTAS, 2012).



Segundo Laurell (1997), há a transferência de parte das responsabilidades do Estado aos investimentos privados e à expansão da produção dos serviços sociais como mecanismo direto de acumulação, que ocorrerão dependendo de ações estatais específicas. A privatização é o elemento articulador dessas estratégias, no intuito de atender ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis para investimentos privados, a fim de ampliar os âmbitos de acumulação e de atender ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social.

Ainda de acordo com a autora, muitas são as formas de se proceder à privatização dos serviços públicos, podendo-se citar a transferência (em alguns casos, a venda) de estabelecimentos públicos para a propriedade privada; a interrupção de programas públicos e o desengajamento do governo em relação a algumas responsabilidades específicas, bem como a redução dos serviços publicamente produzidos, transferindo a demanda para o setor privado. Outras formas que podem ser observadas referem-se ao financiamento público de serviços privados, através da contratação de serviços terceirizados, de reembolsos ou “indenizações” aos consumidores e do pagamento direto aos provedores privados de tickets e “vales”, bem como por meio da desregulação e desregulamentação que permitem que empresas privadas entrem em setores antes monopolizados pelo governo (LAURELL, 1997).

Dessa forma, ao se inserir na lógica do mercado os bens públicos, é necessário que possam competir, em qualidade e preço, com os ofertados pelo mercado. A partir dessa medida, três dos objetivos neoliberais seriam atingidos: quais sejam, a remercantilização dos bens sociais; a redução do gasto social público e a supressão da noção de direitos sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que essa é a forma como se configuram as políticas sociais no neoliberalismo, com a privatização e focalização das políticas, a fim de atender aos interesses do mercado.

Ao analisar o plano ideológico da burguesia, o conservadorismo é considerado como seu projeto, que desenvolve uma estratégia que combina conservantismo e reformismo integrador. Nesse sentido, considera-se que o reformismo, para conservar, torna-se então a estratégia da burguesia (NETTO, 2011b).

Em resposta à crise do capital, há também uma reorganização do plano ideológico da burguesia, o que leva ao surgimento de novos modos de pensar, bem como de um debate no interior das ciências sociais sobre a crise dos paradigmas, envolvendo filiações epistemológicas e teórico-metodológicas diferentes.

De acordo com Ianni (1990), os críticos que propõem a existência de novos modelos, teorias ou paradigmas insistem em que o objeto das ciências sociais se modificou, visto que os

clássicos estariam apoiados em noções que, apesar de cabíveis no passado, já não atendem às particularidades do século XX, criticando as noções de capitalismo e industrialismo, bem como aspectos básicos da modernidade desse século.

Em seus argumentos, defendem que os fenômenos engendrados pela industrialização e as ideias fundantes do Iluminismo estão defasados, o que impede a realização do projeto da modernidade. Dessa forma, tem-se, segundo apregoam, o exaurimento de tal projeto, e a partir de uma crise dos paradigmas há a emergência de um novo, por meio da transição ampla e complexa que está no mundo, despontando em um novo período, que denominam de pós-modernidade.

Segundo Ianni (1990), os sujeitos que fazem a crítica aos paradigmas compreendem que é necessário superar a teoria da sociedade industrial, considerada como mito ultrapassado, e reconciliar uma epistemologia da ciência social com novos esquemas para análise do desenvolvimento das sociedades avançadas.

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 196), esses novos modos de pensar “têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos”. Esse ideário se expressa principalmente pela pós-modernidade, que pode ser considerada a base ideocultural da crise capitalista, sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante. Segundo Barroco (2011, p. 206), a ideologia pós-moderna é um subproduto do neoliberalismo, exercendo a “função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital”.

Anderson (1999) afirma que existem diversas definições e sentidos aos termos pós-modernismo, pós-modernidade e pós-moderno<sup>6</sup>, mas que parece haver concordância de que a melhor definição para a ideia surge na década de 1970, como expressão de um período que considera o esgotamento da era moderna e o surgimento da era pós-moderna. Um dos principais autores responsáveis pela propagação do pensamento pós-moderno é Jean-François Lyotard.

---

<sup>6</sup> Segundo Eagleton (1998, p. 7), a palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, “é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, autorreflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura “elitista” e a cultura “popular”, bem como entre a arte e a experiência cotidiana”. Já a pós-modernidade alude a um período histórico específico, podendo ser considerada como “uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação”. A pós-modernidade, contrariando os ideais do iluminismo, “vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiosincrasias e à coerência de identidades”. Essa maneira de pensar surge a partir de circunstâncias concretas, quais sejam: ela emerge com a nova forma de capitalismo, “para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de ‘políticas de identidade””.

De acordo com Harvey (2017, p. 53), em sua obra há indícios “de que o modernismo mudou porque as condições técnicas e sociais da comunicação se transformaram”.

Para Lyotard (1998) o saber científico é uma espécie de discurso e o desenvolvimento dos meios de comunicação afeta a circulação dos conhecimentos. De acordo com suas ideias, a modernidade foi superada e substituída pela pós-modernidade, que está relacionada a constituição de uma sociedade pós-industrial, na qual a principal força econômica é o saber, que deve ser “produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção” (LYOTARD, 1998, p. 5).

Harvey (2017, p. 51), analisa que Lyotard, juntamente com Foucault, ao enaltecerem o conhecimento como forma de poder, compreendem que é um problema localizar o poder nesses espaços, visto que na realidade ele se encontra “disperso em nuvens de elementos narrativos dentro de uma heterogeneidade de jogos de linguagem”.

Lyotard (1998) compreende a filosofia como um metarrelato, utilizado para legitimar a ciência moderna.

Existe uma “história” universal do espírito, o espírito é a “vida”, e esta “vida” é a apresentação e a formulação do que ela mesmo é; ela tem como meio o conhecimento ordenado de todas as suas formas nas ciências empíricas. A enciclopédia do idealismo alemão é a narração da “história” deste sujeito-vida. Mas o que ela produz é um metarrelato, pois o que conta este relato não deve ser um povo estrangulado na positividade particular de seus saberes tradicionais, e tão pouco o conjunto dos cientistas que são limitados pelos profissionalismos correspondentes às suas especialidades (LYOTARD, 1998, p. 61, grifos do autor).

O autor faz então críticas às metanarrativas, ressaltando-se aqui a crítica à Dialética do Espírito de Hegel e ao marxismo, justificando que foram utilizados para legitimar a ciência moderna e o Iluminismo. A partir do exposto, identifica-se que Lyotard considera a pós-modernidade como a incredulidade em relação às metanarrativas e defende que houve uma mudança no estatuto do saber a partir das sociedades informatizadas.

Anderson (1999), ao analisar a obra de Jameson, destaca alguns lances que a marcaram, sendo o primeiro deles, como já afirmado anteriormente, a ancoragem da pós-modernidade com as alterações objetivas da ordem econômica do capital. A análise considera que na obra do autor a pós-modernidade representa uma nova lógica do modo de produção capitalista na esfera cultural e tornou-se nesse contexto uma mercadoria, tendo em vista que nesse novo período cada poro do mundo satura-se com o soro do capital.

A cultura torna-se então intrinsecamente articulada à explosão tecnológica da eletrônica, dentro da qual o poder da mídia supera as fronteiras nacionais, aumentando o poder de

influência das grandes organizações de comunicação na vida dos sujeitos, alterações estas que provocaram mudanças também nas experiências dos sujeitos.

De acordo com Anderson (1999), Jameson indica que o segundo lance refere-se à negação do sujeito, que passa a ser considerado uma das facetas mais famosas de sua interpretação do pós-moderno. Existe para o autor a perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória.

Convencionalmente a histeria denota um exagero da emoção, um fingimento meio inconsciente de intensidade para melhor encobrir alguma insensibilidade interior [...]. Para Jameson, esta é uma condição geral da experiência pós-moderna, marcada por uma “diminuição do afeto” que ocorre quando o velho eu amarrado começa a se desgastar. O resultado é uma nova superficialidade do sujeito, não mais seguro dentro de parâmetros estáveis nos quais os registros de alto e baixo são inequívocos. Mas, em compensação, a vida psíquica torna-se debilitantemente acidentada e espasmódica, marcada por súbitas depressões e mudanças de humor que lembram algo da fragmentação esquizofrênica. Esse fluxo oscilante e hesitante impede tanto a catexia como a historicidade (ANDERSON, 1999, p. 68).

Ocorre uma perda tanto do reconhecimento do sujeito em si, como de identidade de classe, no qual, para os escritores pós-modernos, há apenas uma série de “presentes”. O terceiro lance da obra de Jameson refere-se às implicações da pós-modernidade no terreno da própria cultura, de acordo com Anderson (1999, p. 69). A obra de Jameson, diferentemente de outros autores que fizeram uma sondagem de forma setorial, teve outro escopo, realizando uma expansão do pós-moderno por todo o espectro das artes e de grande parte do discurso sobre elas, que resultou em “um painel da época incomparavelmente mais rico e abrangente do que qualquer outro registro dessa cultura”.

A arquitetura é considerada, para Jameson, como o estopim da virada para o pós-moderno, sendo o espaço onde haviam sido liberadas explosivas energias criativas. Nota-se que houve uma padronização e dependência da arte como domínio do sistema econômico, criando a ilusão de que havia uma liberdade criativa (ANDERSON, 1999).

Em relação ao cinema, Jameson destaca dois momentos: o primeiro deles se dá a partir do cinema mudo, trilhando um caminho do realismo ao modernismo, da mudança do capitalismo nacional para o capitalismo imperialista. O segundo se caracteriza pela indústria de Hollywood, inventando um realismo na tela, e pelo setor da propaganda e do design gráficos, presentes cada dia mais nas belas-artes, tornando-se um importante instrumento de alienação (ANDERSON, 1999).

Como quarto lance situam-se as bases sociais e o padrão geopolítico do pós-modernismo. Anderson (1999) aponta que com a pós-modernidade as tradicionais formações

de classe se enfraqueceram, enquanto identidades segmentadas e grupos localizados baseados em diferenças étnicas e sexuais se multiplicavam. Na era pós-moderna nenhuma estrutura estável de classe comparável à do capitalismo anterior se cristalizou, o que levou à necessidade de que surgisse um novo “trabalhador coletivo”, no entanto ainda com certa indefinição vertical.

Para Jameson a cultura modernista era inelutavelmente elitista, produzida por vanguardas intransigentes e minorias antipatizadas; já a cultura pós-moderna seria muito democrática, tendo em vista que operaria em outro tipo de indiferenciação, mais amplo. Nesse sentido a pós-modernidade seria marcada por novos padrões de consumo e produção, o que a tornaria hegemônica (ANDERSON, 1999).

O lance final de Jameson, e talvez o mais original de todos, refere-se ao tratamento valorativo, em aspecto positivo e negativo, do significado da pós-modernidade, podendo ser celebrado como corrupção do moderno ou como emancipação deste. Em sua análise compreende que existe uma cumplicidade inequívoca do pós-modernismo com a lógica do mercado e do espetáculo. Ele então afirma que ao se propor a analisar a pós-modernidade dialeticamente, de forma totalizante, abriu-se caminho para uma melhor compreensão dela, indicando inclusive como irrenunciável o projeto marxista (ANDERSON, 1999).

Ao contrário do que propõe o método de Marx, que considera a realidade como uma totalidade, o pensamento pós-moderno falseia-a, uma vez que defende um mundo real fragmentado. O que se constata então a partir dessa análise é que a pós-modernidade não se coloca como projeto que propõe alternativas às questões que ficaram inconclusas na era moderna, mas sim como negação às conquistas obtidas pelo projeto da modernidade, apresentando-se como “antimoderna”.

Valorizando a instabilidade e a dispersão, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento [...] (BARROCO, 2011, p. 207).

É no cenário dessas determinações do capitalismo contemporâneo, marcado pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade, que principalmente a partir dos anos de 1970, foi surgindo um conservadorismo com formato de novo ou de neo, que se reatualiza a partir das

mudanças societárias<sup>7</sup>. É importante destacar nesse processo a influência das igrejas, principalmente devido ao surgimento de inúmeras neopentecostais.

Segundo Barroco (2011), o neoconservadorismo<sup>8</sup> busca sua legitimação a partir da repressão de trabalhadores ou pela criminalização de movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão são mediadas moralmente, implicam a violência contra o outro e, em diferentes graus, objetiva a negação do outro, de seu direito de existir como tal ou de existir com suas diferenças.

Assim, no próximo tópico será feita uma análise de autores conservadores da contemporaneidade, da corrente anglo-americana, visto que esta tem se destacado no cenário mundial e pode ser considerada como uma das principais influências no Brasil atualmente.

#### 1.4 O conservadorismo na contemporaneidade e alguns de seus expoentes

De acordo com Barroco (2011), a ideologia dominante exerce função ativa no enfrentamento das tensões sociais, com o objetivo de manter a ordem social em que as contradições da sociedade e a luta de classes tornam-se mais explícitas. Os valores oriundos da sociabilidade burguesa, como o consumismo e a competição, se apoiam no princípio da propriedade privada, sendo incorporados pelos indivíduos como sinônimo de felicidade, liberdade e realização pessoal. No entanto, os valores vão adquirindo novos significados de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa, o que não deixa de significar que estamos diante de uma cultura claramente conservadora.

Considera-se então que o conservadorismo na contemporaneidade se apresenta como defensor da ordem capitalista tardia, assim como em sua gênese se apresentou como defensor da ordem burguesa, ou de restauração do antigo regime, conforme análise de Burke. No momento atual, as principais referências do pensamento conservador no Brasil concentram-se nos Estados Unidos e na Inglaterra, vertentes que se apresentam como centrais para as análises políticas no país.

---

<sup>7</sup> Neste trabalho optou-se pela utilização da expressão conservadorismo contemporâneo em vez de neoconservadorismo. Essa opção foi feita, tendo em vista que grande parte dos autores demarca que o segundo termo surgiu na década de 1970, mas algumas obras da década de 1950 analisadas aqui têm bastante semelhança com o debate de autores mais recentes, o que indicou a necessidade de substituição da expressão.

<sup>8</sup> Mesmo com o avanço do neoconservadorismo no mundo, é importante evidenciar que apesar dos desmontes ocorridos desde a década de 1970, podem-se registrar inúmeras ações da classe trabalhadora no intuito de superar a ordem vigente.

O pensamento conservador nos Estados Unidos, desde a Guerra Fria, apresentou um programa anticomunista e antirrevolucionário. De acordo com Vidal (2013, p. 264), a partir da década de 1950, a desintegração da família tradicional, o New Deal e a violência se tornaram marcas no país. Nesse contexto a ciência tomava lugar de valores tradicionais, como a fé e a moralidade, e os autores conservadores norte-americanos consideravam que tanto a ciência quanto a modernidade não tinham efeitos benéficos para a sociedade, sendo necessária a busca dos valores tradicionais norte-americanos, responsáveis por uma sociedade moral. O que unia os autores nessa tradição era “no plano político, a aversão ao comunismo; no plano econômico, a aversão ao Keynesianismo e às políticas liberais de bem-estar social; e no plano social, a busca pela retomada da religião e de valores tradicionais norte-americanos”.

Vidal (2013) indica três pilares do pensamento conservador estadunidense que se estruturou a partir de 1950, sendo o primeiro deles referente à política econômica, com uma crítica às políticas keynesianas e ao *Welfare State*, área na qual os princípios conservadores, como a “defesa de um governo limitado, segurança para a propriedade privada e ênfase na liberdade econômica”, são mais homogêneos e representativos. O segundo pilar apontado pela autora, a política externa, não deveria ser, na percepção dos autores conservadores, nem isolacionista, nem intervencionista, não lhe cabendo intervir para impor um modelo de democracia, mas sim para instaurar a liberdade. Já as guerras seriam permitidas, desde que norteadas por questões de interesse nacional, e não por questões materiais. São considerados assim como princípios do pensamento conservador nessa área a defesa do seu país e das tradições; a prudência; a tolerância e a pluralidade; e a crença nos valores cristãos.

O último pilar que sustenta o pensamento conservador estadunidense refere-se aos rumos tomados pela sociedade. As políticas liberais, baseadas nas noções de direitos humanos, o enfraquecimento das tradições e do papel da Igreja, seriam considerados por eles como os responsáveis por uma sociedade corrompida. A percepção desses autores a respeito da imigração, do aborto e da família deve ser entendida a partir da relação com a religião e na tradição. A família, a comunidade local e a igreja desempenham para eles papel fundamental para manutenção da ordem e da moral, uma vez que possuem a autoridade e a hierarquia necessárias, para além da proteção às liberdades individuais.

Autointitulado “mago de Mecosta” ou, como a ele se refere um de seus admiradores, “cavaleiro da verdade”, Russel Kirk é considerado como um dos autores responsáveis pela reestruturação do pensamento conservador no século XX. Segundo análise de Catharino (2014), Kirk possui, para o pensamento conservador norte-americano, a mesma importância que Burke tem para a formação do conservadorismo britânico.

Segundo Kirk (1960), os Estados Unidos e a Inglaterra são as duas únicas grandes nações que escaparam da revolução desde 1790, fato que atesta que o conservadorismo nesses países teve um forte crescimento. A investigação promovida por ele seria, portanto, uma recompensa. Destinou então sua obra aos pensadores conservadores desses países. Segundo sua análise (KIRK, 2014), os Estados Unidos são considerados o principal poder de resistência ao triunfo de um deprimente coletivismo ao redor do mundo.

Sua obra caracteriza-se pela análise de temas distintos, mantendo unidade “na defesa intransigente da verdade normativa apreendida pela grande tradição”, sendo que esta baseia-se “na crença de que o verdadeiro pensamento político transcende as instituições particulares e o período em que foi elaborado, devendo, por isso, ser transmitido para as gerações vindouras” (CATHARINO, 2014, p. 55).

Kirk elencou uma série de problemas que devem ser enfrentados pelos conservadores:

- 1) o problema da mente ou de como proteger o intelecto da esterilidade e uniformidade da sociedade de massa;
- 2) o problema do coração, ou de como ressuscitar as aspirações do espírito e os ditames da consciência em um contexto que foi tomado há muito tempo por horrores;
- 3) o problema do tédio, ou como é possível à sociedade industrializada e padronizada oferecer um significado novo para pessoas verdadeiras;
- 4) o problema da comunidade, ou como evitar o coletivismo a partir da restauração verdadeira da comunidade;
- 5) o problema da justiça social, ou como evitar que um homem se coloque contra seu semelhante, devido à inveja e à avareza;
- 6) o problema do querer, ou como repudiar os desejos injustos e satisfazer as justas aspirações;
- 7) o problema da ordem, ou como preservar a variedade e a complexidade em nosso meio;
- 8) o problema do poder, ou como conduzir a partir da reta da razão, a força posta em nossas mãos;
- 9) o problema da lealdade, ou como ensinar os homens a amar o país, os antepassados e o futuro;
- por fim, 10) o problema da tradição, ou como a continuidade poderá unir geração a geração, mesmo nesse contexto conturbado que parece reinar (CATHARINO, 2014).

Segundo Catharino (2014, p. 50), a proposta conservadora de Kirk deve ser considerada como um “conjunto de conselhos prudenciais que nos alerta para os riscos de desconsiderarmos totalmente os valores e costumes testados historicamente pela tradição em nome da arrogância racionalista de erigir uma nova ordem social a partir dos caprichos humanos”. Já Cardoso (2018) afirma que o mérito da obra de Kirk é dar uma feição menos conjuntural ao conservadorismo e de restituir sua estatura enquanto concepção de mundo, em um contexto de ascensão do liberalismo e do socialismo.



Até esse momento as noções de conservadorismo [...] se encontravam fragmentadas. Pela primeira vez o conceito de conservadorismo é exposto e estudado em grande profundidade através de uma análise histórica e bibliográfica (dando ênfase ao trabalho de Edmund Burke). O conservadorismo é, assim, definido como um movimento em transformação, *re-expressing their conviction to fit the time*. A essência conservadora, no entanto, permanece sempre a mesma, qual seja, a preservação da tradição moral da humanidade (VIDAL, 2013, p. 268).

A essência do pensamento de Kirk não deve ser compreendida, conforme a análise de Catharino (2014), como uma doutrina política, mas sim como estilo de vida, forjado pela educação e pela cultura, que se expressa como uma forma de humanismo cristão, baseado em uma concepção sacramental da realidade, em que fatos e circunstâncias culturais, como a moral e as instituições sociais, não são considerados como acidentes históricos, mas como desenvolvimentos necessários da própria natureza humana.

Para Kirk (1960) o conservadorismo não é um corpo determinado e imutável de dogmas, e os conservadores herdeiros de Burke possuem a capacidade de reexpressar suas convicções a fim de trazê-las para o presente. Como uma premissa do livro, o autor afirma que a essência do conservadorismo social é a preservação das antigas tradições morais da humanidade.

O conservadorismo kirkeano ressalta que as modernas sociedades ideologizadas são assombradas pela ansiedade, produzida pela “desordem na existência privada” e pela “desordem na experiência social”, que cresce “na fraqueza, impotência e frustração” e, apesar dessa inquietação nunca poder ser totalmente abolida, só recuará quando estivermos em conformidade com as normas, tendo recuperado, assim, “o propósito da existência do homem” (CATHARINO, 2014, p. 43).

O conservadorismo de Kirk sustenta que o verdadeiro conhecimento não é o produto de uma razão metódica e nem a convicção produzida pela lógica da linguagem ou pela acumulação dos fatos, mas encontra sua plenitude a partir do fundamento humanista, com a promoção da concepção de imaginação moral e defesa do ideal de classe de educação liberal (CATHARINO, 2014).

Nesse sentido, o autor elabora seis princípios do pensamento conservador, na tentativa de criar-lhe uma unidade. O primeiro desses pilares seria a crença de que a sociedade e a consciência são regidas por uma intenção divina, engendrando uma eterna cadeia entre direitos e deveres. Sendo assim, os problemas políticos seriam na verdade problemas religiosos e morais (KIRK, 1960).

Como segundo pilar o autor indica a propensão pelo mistério e diversidade propagados pela vida tradicional, em contraste com a uniformidade e igualitarismo restritos e os objetivos utilitários da maioria dos sistemas radicais. O terceiro pilar seria a convicção de que as

sociedades civilizadas requerem ordem e classes, que a única igualdade verdadeira é a moral, sendo que todas as outras tentativas de nivelamento levam ao desespero, se impostas por legislações positivas (KIRK, 1960).

O quarto pilar para o autor é a convicção de que propriedade e liberdade são inseparáveis, e nivelamento econômico não significa progresso econômico. Separar a posse privada da propriedade é apagar a liberdade. O penúltimo pilar indica que é preciso ter fé no que é dito e desconfiar dos sofismas e dos cálculos. O homem deve controlar seus desejos e suas vontades, tendo em vista que é governado mais pela emoção do que pela razão, como indicam os conservadores. Tradição e preconceitos fornecem as verificações em relação aos impulsos anárquicos do homem (KIRK, 1960).

Por fim, como sexto pilar, Kirk (1960) indica que é necessário reconhecer que mudanças e reformas não são idênticas, e que a inovação é mais uma grave conturbação social do que a chama do progresso. A sociedade deve optar por mudanças lentas, como forma de se conservar, mas a prudência é o instrumento mais adequado para a mudança, e o teste de um estadista é o reconhecimento da real tendência das forças sociais adequadas.

Para além desses seis pilares do conservadorismo, Kirk (2014) constrói um conjunto de princípios que refletem o que os conservadores nos Estados Unidos colocam em relevo. O primeiro deles indica que o conservador acredita que há uma ordem moral duradoura feita pelo homem, e este feito para ela, na qual a natureza humana é uma constante, e as verdades morais são permanentes.

A palavra ordem significa harmonia. Há dois aspectos ou tipos de ordem: a ordem interna da alma e a ordem externa da comunidade política. [...] O problema da ordem é a preocupação primária dos conservadores desde que *conservador* se tornou um conceito de política. [...] Já foi dito por alguns intelectuais de esquerda que o conservador acredita que todas as questões sociais são, no fundo, questões de moralidade privada. Entendida corretamente, essa afirmação é bastante verdadeira. Uma sociedade em que os homens e as mulheres são governados pela crença em uma ordem moral duradoura, por um forte senso de certo e errado, por convicções pessoais de justiça e de honra, será uma sociedade boa (KIRK, 2014, p. 105).

O segundo princípio apontado pelo autor indica que o conservador adere aos costumes, às convenções e à continuidade, tendo em vista que prefere o mal que conhece ao mal que não conhece, e caso seja necessário que haja mudanças, estas devem ser graduais e judiciosas, nunca rompendo com antigos interesses de uma só vez.

Posteriormente o autor afirma que “os conservadores acreditam no que se pode chamar de princípio da consagração pelo uso”, ou seja “da fruição das coisas estabelecidas pelo uso imemorial, de modo que a memória humana não corra às avessas”. A moral humana é

consagrada pelo uso; dessa forma, para os conservadores, é improvável que seja feita, pelos homens modernos, qualquer descoberta extraordinária em moral, política ou gosto. Para o autor, na política é necessário que se permaneça fiel a preceitos, precauções, ou mesmo interferências, “já que o grande e misterioso grêmio da raça humana obtém, pelo uso consagrado, uma sabedoria muito maior do que qualquer mesquinho raciocínio privado de um ser humano individual” (KIRK, 2014, p. 106-107).

O quarto princípio de Kirk (2014, p. 107) refere-se ao fato de os conservadores serem guiados pelo princípio da prudência. Para ele os esquerdistas e os radicais são imprudentes, lançando-se impetuosamente em direção aos seus próprios objetivos, sem se atentar para o risco de novos abusos, ainda piores do que aqueles males contra que se rebelaram. Já o conservador deve agir somente após bastante reflexão, levando em conta as consequências, tendo em vista que “reformas rápidas e agressivas são tão perigosas quanto cirurgias rápidas e agressivas”.

Para Kirk (2014) os conservadores prestam atenção ao princípio da variedade e são afeitos à complexidade prolífera de instituições sociais estabelecidas há muito tempo, bem como a seus modos de vida, sendo este o quinto princípio indicado por ele. Defendem a preservação de uma diversidade saudável, considerando necessária a existência de ordens e classes, das diferenças na condição material e dos muitos tipos de desigualdade, tendo em vista que a única igualdade real é a do Juízo Final.

[...] todas as outras tentativas de nivelamento levam, na melhor das hipóteses, à estagnação social. A sociedade almeja por uma liderança honesta e capaz; se as diferenças naturais e institucionais entre as pessoas forem destruídas, em breve algum tirano ou alguma sórdida oligarquia criarão novas formas de desigualdade (KIRK, 2014, p. 108).

A disciplina pela imperfectibilidade é considerada o sexto princípio, uma vez que os conservadores sabem que a natureza humana sofre com algumas falhas. Nesse sentido, um homem imperfeito jamais poderia criar uma ordem perfeita e, dessa forma, objetivar a utopia terminaria em desastre, tendo em vista que a humanidade não foi feita para a perfeição. O que se pode esperar é uma sociedade tolerantemente ordenada, justa e livre, com alguns males, desajustes e sofrimentos que se mantêm à espreita.

Como sétimo princípio, Kirk (2014) defende a premissa de que os conservadores estão convencidos de que liberdade e propriedade estão intimamente ligadas. Para ele as grandes civilizações são erigidas a partir do fundamento da propriedade, então quanto mais difundida for a propriedade, mais estável e produtiva será a comunidade política. Segundo afirmam os conservadores, igualdade econômica não significa progresso econômico. O que se deve almejar

é uma base econômica sólida para a pessoa, a família e a comunidade política, não sendo o principal princípio da existência humana adquirir e gastar.

Kirk (2014) define como oitavo princípio a defesa das comunidades voluntárias, assim como que estas devem ser opor a um coletivismo involuntário. Na percepção do autor, embora o povo norte-americano sempre tenha sido muito afeito à privacidade e aos direitos individuais, ao mesmo tempo também foi um povo notável pelo sucesso de seu espírito comunitário. Em uma comunidade verdadeira, as decisões que mais afetam diretamente a vida dos cidadãos devem ser tomadas local e voluntariamente. A história demonstrou que a existência de uma administração central, que privava os homens de suas responsabilidades, foi desastrosa; nesse sentido defende que a execução dos deveres na comunidade é que ensina prudência, eficiência e caridade.

Como nono princípio, Kirk (2014) afirma que o conservador vê a necessidade de limites prudentes sobre o poder e as paixões humanas. Para ele, em termos de política, o poder é a capacidade de se fazer o que se quiser, independentemente da vontade dos outros, cabendo então ao conservador limitar e equilibrar o poder político, a fim de que a anarquia e a tirania não tenham chances de surgir.

Sabendo que a natureza humana é uma mistura de bem e mal, o conservador não deposita a confiança na mera benevolência. Restrições constitucionais, freios e contrapesos políticos, um cumprimento adequado das leis, a velha e intrincada rede de restrições sobre a vontade e o apetite – são aprovados pelo conservador como instrumentos da liberdade e da ordem. Um governo justo mantém uma tensão saudável entre as pretensões da autoridade e as pretensões da liberdade (KIRK, 2014, p. 111).

Por fim, como último princípio, Kirk (2014, p. 111) defende que o “conservador razoável entende que a permanência e a mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade vigorosa”. Para o conservador é aceitável que haja melhorias sociais, no entanto não acredita na existência de qualquer tipo de progresso místico, tendo em vista que enquanto a sociedade progride em alguns aspectos, geralmente regride em outros. É preciso então que permaneça na sociedade o conjunto de interesses e convicções duradouros, que dão estabilidade, conciliado com um progresso refletido e moderado.

A mudança é essencial ao corpo social, pensa o conservador, da mesma maneira que é essencial ao corpo humano. [...] O conservador trata de que, em uma sociedade, nada seja totalmente velho ou totalmente novo. Essa é a maneira pela qual se conserva uma nação, da mesma forma que se conserva um organismo vivo. A exata medida e o tipo de mudança exigida por uma sociedade dependem das circunstâncias de determinadas época e nação (KIRK, 2014, p. 112).

Durante toda sua obra, Kirk promove uma cruzada contra os erros ideológicos da modernidade, que poderiam ser descritos por ele como o conflito entre três posturas distintas nos últimos três séculos. A primeira delas seria a reacionária, que possui uma visão idealizada do passado, buscando defender as tradições contra qualquer forma de mudança. A segunda postura seria a liberal ou progressista, que baseada em noções abstratas sobre a natureza do homem e da sociedade, ideologicamente vai contra os costumes e as instituições, acreditando que a revolução é a melhor forma de se implantar as mudanças necessárias. Nesta incluem-se tanto os esquerdistas moderados, liberais modernos e sociais-democratas, quanto os esquerdistas radicais, diferentes tipos de socialistas e comunistas. A mentalidade conservadora seria para ele a terceira postura, que busca preservar os princípios fundamentais apreendidos pela experiência histórica e aceita mudanças culturais ou sociais inerentes à dinâmica histórica, desde que orientadas pela virtude da prudência e feitas a partir de reformas gradativas (CATHARINO, 2014).

Na crítica ao pensamento progressista, Kirk (1960) afirma que este tende a atacar a harmonia consagrada da sociedade a partir de quatro pontos. O primeiro deles refere-se à “perfectibilidade” do homem e ao ilimitado progresso da sociedade. O segundo item diz respeito ao desprezo pelas tradições, prezando-se o determinismo materialista em vez de se privilegiar a sabedoria histórica. A partir dessa análise, considera que a religião formal é rejeitada e uma variedade de sistemas anticristãos são ofertados como substitutos. O terceiro ponto refere-se ao contínuo nivelamento político, de acordo com a ordem e o privilégio são condenados; por fim indica o desejo utópico pelo nivelamento econômico e o fim das desigualdades.

Estado e religião não podem ser considerados, na concepção de Kirk (1960), como instituições isoladas, tendo em vista que em sua concepção a religião verdadeira não é apenas uma expressão do espírito nacional, mas deve ser analisada como superior a uma lei terrena, podendo até ser vista como a fonte da lei. A ordem moral e as leis humanas derivam de uma lei moral imortal, sendo a moral a maior felicidade, assim como indica Burke.

A mentalidade conservadora defendida por Russell Kirk, portanto, não deve ser entendida à luz do “logicismo” moderno como mera construção intelectual, mas como uma disposição de caráter que nos move a lutar pela restauração e preservação das verdades da natureza humana e da ordem social, legadas pela tradição, e a rejeitar todos os esquemas racionalistas apresentados pelas diferentes concepções ideológicas (CATHARINO, 2014, p. 43).

Segundo a análise de Kirk, a ordem social começa a se desintegrar quando a teoria política e o costume político são completamente tomados pela ideologia, que para o autor não significa teoria política ou princípio, mas sim fanatismo político, e mais precisamente a crença de que o mundo pode ser convertido em um paraíso na terra pela ação da lei positiva e do planejamento seguro (CATHARINO, 2014).

Em oposição à política ideológica, Kirk (2014) defende que é necessário que haja uma política prudencial, tendo em vista que o conservador pensa nas políticas de Estado a fim de preservar a ordem, a justiça e a liberdade; já o ideólogo, em sentido contrário, pensa a política como instrumento revolucionário para transformar a sociedade e a própria natureza humana.

Kirk (2014) considera a ideologia como uma fórmula política que oferece o paraíso na terra à humanidade; no entanto, o que promove é uma série de infernos. Nessa direção o autor elenca três vícios da ideologia, sendo o primeiro deles a consideração de que se trata de uma religião invertida, que nega a doutrina cristã de salvação pela graça com a morte e considera, ao contrário, que a salvação coletiva é encontrada na terra por meio da revolução e da violência. A ideologia herda então o fanatismo que algumas vezes afeta a fé religiosa e aplica esta crença intolerante às preocupações seculares.

O segundo vício da ideologia consiste em fazer do entendimento político algo impossível, e o ideólogo não aceita nenhum desvio da verdade absoluta de sua revelação secular. Tal visão limitada leva a guerras civis, extirpação dos reacionários e destruição de instituições sociais consideradas pelo autor como benéficas e em funcionamento.

A competição entre os ideólogos é considerada como terceiro vício, tendo em vista que a partir de uma imaginada fidelidade à sua verdade absoluta, estes se movem rapidamente para denunciar os desviantes ou traidores de sua ortodoxia partidária. A separação entre os próprios ideólogos faz surgir dentre eles diversas facções e guerras, sem piedade e sem fim, uns contra os outros.

Conforme análise de Kirk (2014), a ideologia aparece como uma imitação da religião e como filosofia fraudulenta, confortando quem nunca teve ou perdeu uma fé religiosa genuína, ou aqueles que não possuem inteligência suficiente para aprender filosofia de verdade, compreendida como o amor ao ser por meio do amor ao Ser divino como fonte de sua ordem.

A ideologia, para o autor, é contrária à verdade e nega a consciência e o poder de decisão dos homens, podendo atrair os entediados da classe culta, que se desligaram da religião e da comunidade e desejam exercer o poder. Em sua análise, ela pode encantar os jovens parcamente educados, e as promessas de seus ideólogos podem arregimentar seguidores entre grupos sociais postos contra a parede (KIRK, 2014).

Para além de somente indicar os erros da ideologia, Kirk (2014) contrasta-os com alguns princípios da política da prudência. Conforme explicitado anteriormente, o autor considera a ideologia como uma religião invertida, tornando possível o compromisso político, e é acometida de um feroz faccionismo, tendo por fundamento o princípio da fraternidade ou morte. No entanto, o autor compreende que, em sentido contrário, um político prudente compreende que a verdadeira religião é uma disciplina para a alma, não para o Estado, deve ter plena consciência do propósito original deste, que é manter a paz, e entende que as estruturas políticas e econômicas são instituições sociais que se desenvolvem ao longo dos séculos, e não produtos de uma teoria que podem ser erigidos em um dia e demolidos em outro.

Kirk (2014) considera que até mesmo a democracia transformou-se por meio de processos sutis, em ideologia, ou uma quase-ideologia, perdendo sua associação aos conceitos de liberdade pessoal e aos ensinamentos cristãos. Hoje democracia significa, para os liberais progressistas norte-americanos, bem como para outros grupos,

[...] substancialmente a noção de um homem, um voto, como princípio inviolável; uma ordem política totalmente secularizada, renegando qualquer autoridade transcendente sobre a sociedade; a presunção de que o julgamento de uma pessoa é tão bom quanto o de qualquer outra (salvo, talvez, o acúmulo de graus universitários); um ardente desejo pela perfeita igualdade de condições, embora isso possa não ser imediatamente alcançável; e uma confiança de que o padrão norte-americano de instituições democráticas poderia e deveria ser imposto ao mundo inteiro (KIRK, 2014, p. 337).

A ideologia do democratismo serve para justificar a suposta conquista da “equidade” por meio de “direitos”, compreendendo a democracia como igualdade de condições. Kirk (2014, p. 338) considera que tal ideologia seria “o emprego do poder político de tributação para o benefício especial de interesses ou classes particulares”. O autor utiliza o Bem-Estar Social como exemplo de defesa de suas ideias, afirmando que compreendem a democracia como oportunidade de espoliar outras pessoas, ou seja, o público geral.

Para Kirk (2014) os proletários são um determinado grupo de pessoas que recebe auxílio social do governo, no entanto idosos, enfermos ou pessoas atingidas por algum outro mal que recebem algum auxílio não fazem parte desse grupo que compartilha da mentalidade e da moralidade proletária.

Em sua avaliação sobre o pensamento de Marx, Kirk (2014) considera-o como inimigo do patrimônio da civilização moderna, conclamando o proletariado a levantar e verter sangue em grande escala. O proletário não é capaz de construir, mas consegue destruir, é o que defende o teórico.

Para Kirk (2014) os proletários não são automaticamente pobres, apesar de a maioria se constituir de pobres, mas os ricos também podem ser considerados proletários, quando nada mais são do que uma vergonha para a comunidade política, adquirindo assim a mentalidade de um proletário. Ao mesmo tempo pessoas modestas podem ter um caráter louvável e ser bons cidadãos.

O proletariado, em suma, é uma massa de pessoas que perdeu — se é que alguma vez possuiu — a comunidade, a esperança de melhora, as convicções morais, os hábitos de trabalho, o senso de responsabilidade pessoal, a curiosidade intelectual, a participação em uma família saudável, a propriedade, a participação ativa nos assuntos públicos, nas associações religiosas e a consciência de fins ou objetivos da existência humana. A maioria dos proletários vive, tal como os cães, dia após dia, sem refletir (KIRK, 2014, p. 316).

Segundo Kirk (2014), o impulso conservador busca resgatar homens e mulheres de um destino insignificante na vida, sem objetivo e sem alegria, que é a condição proletária. Para o autor alguns espíritos malignos, em nome da igualdade, gostariam de ver todos os homens na condição de proletário, que para ele seria a doutrina da miséria igual.

Uma sociedade sadia necessita de uma base social, que estaria dada pela vida familiar, pela religião e pela educação e orientada pelo modelo clássico da educação liberal. De acordo com Kirk, a ordem civil e social se dissolve na ausência de convenções sensatas e na falta da variedade da vida e da diversidade das instituições, de tal modo que a normalidade dá lugar à tirania da padronização sem padrões (CATHARINO, 2014).

A decadência dos esquemas pedagógicos vigentes, marcados por concepções ideológicas que se refletem no fanatismo e na mediocridade de professores e alunos, deve ser combatida pela livre adoção de um “modelo educacional humanista, pautado no ensino dos clássicos da civilização ocidental, comprometido com a sensibilidade artística, e preocupado em despertar a busca da sabedoria e a prática da virtude” (CATHARINO, 2014, p. 52).

A fim de que superem o fanatismo, a trivialidade e a mediocridade da época atual, é necessário que as novas gerações adotem a educação liberal, renovando o contato com os clássicos, no intuito de conservar os conhecimentos legados pelos “gigantes do passado”, apreender as verdades eternas sobre as pessoas e as comunidades e romper com os grilhões do cativeiro do tempo e do espaço. Somente isso permitirá uma visão mais ampla e o entendimento do que é ser plenamente humano, capacitando os homens a transmitir para as próximas gerações o patrimônio comum da cultura (CATHARINO, 2014).



No que concerne à disputa política, Kirk (2014) afirma que vem sendo construído nas últimas décadas nos Estados Unidos um conservadorismo popular. Esse “conservador padrão” seria alguém de recursos modestos, que lê um periódico mensal<sup>9</sup>, e a partir dele faz críticas a outros noticiários, que alimenta o desejo de enviar os filhos à universidade, possui casa ou apartamento decente e trabalha com afinco. Esse sujeito se vê contrário ao pensamento marxista, rejeitando projetos “estranhos”, e não se interessa por política externa.

Nitidamente não é um homem rico obcecado pelo crescimento das fusões empresariais; de fato, tende a ficar ressentido com a consolidação dos bancos, de companhias aéreas, e Deus sabe o que mais – ao descobrir que era mais bem atendido quando havia mais competição. Detesta as políticas de raça e gênero; vota em candidatos conservadores quando consegue se identificar com eles, mas não pode ser descrito como um “ativista” político. Vai à igreja, ou pelo menos encoraja os filhos a frequentarem-na. Gostaria de se ver livre de traficantes de drogas e de assaltantes (KIRK, 2014, p. 225-226).

Esse grupo seria para Kirk (2014) a maioria da população dos Estados Unidos, que dirige olhar religioso à condição humana; ressentido-se da concentração de poder nas agências governamentais e na economia; que mantém a confiança na Constituição dos Estados Unidos e nas instituições e princípios do país; que se coloca firmemente contra o comunismo e outras ideologias; que acredita na propriedade privada, na economia competitiva e nas retribuições econômicas; e por fim que enfatiza os direitos da propriedade, comunidade voluntária e oportunidade pessoal.

Apesar de considerar que esses conservadores constituem maioria, Kirk (2014), afirma que no país há uma

tiranias das minorias – mas de minorias agressivas, intolerantes, endinheiradas e gerenciadas com inteligência. Refiro-me à minoria feminista, à minoria militante negra, à minoria dos direitos sociais, à minoria dos fabricantes de armas, à minoria das fusões industriais, à minoria da estigmatização da África do Sul, à minoria sionista, à minoria homossexual, à minoria dos direitos dos animais. Coerentes e vingativos, esses grupos afirmam possuir o poder de eleger e depor membros do Congresso – que muitas vezes são criaturas tímidas, ainda que barulhentas (KIRK, 2014, p. 219).

Para Kirk (2014), no entanto somente um número pequeno de pessoas conseguiria de forma clara elencar os motivos por que se consideram conservadores, tendo em vista que grande

---

<sup>9</sup> Kirk (2014) utiliza como exemplo o *Reader's Digest*, periódico alinhado politicamente com o pensamento conservador e com uma postura anticomunista, que compila em uma publicação mensal uma amostra do que vem sendo debatido em outros periódicos.

parte delas tem a dizer sobre as injustiças percebidas, mas relativamente poucas, sobre os princípios políticos fundamentais.

Nos anos 2000, surge nos Estados Unidos um movimento de extrema-direita denominado *alt-right* (abreviação para *alternative right*, em português, direita alternativa), o qual tem como uma de suas principais referências o pensamento de Kirk. O movimento surge devido à não identificação desse grupo de sujeitos com as pautas do movimento conservador tradicional, encampado especialmente pelo Partido Republicano, que agrega entre suas pautas as demandas das minorias e do “politicamente correto”.

De acordo com a BBC, trata-se de movimento que existe principalmente nas redes on-line, o que impossibilita que se identifique o número de seus membros, tendo em vista que não requer afiliação formal. É composto por nacionalistas brancos, ressentidos pelos avanços dos direitos civis de negros, de mulheres e de homossexuais nas últimas décadas.

Lá se encontram amplas parcelas dos setores médios, apavorados com a perspectiva de proletarização cada vez mais real a partir do neoliberalismo; um conjunto de homens brancos de meia idade, que não vislumbram mais o sonho americano, uma geração que viu cair por terra todo um imaginário em torno do *self-made man*, de certo modo tudo o que os fazia se entenderem como americanos; uma substancial parcela da classe trabalhadora branca, ressentida e insegura com perdas históricas de status e privilégios; e, evidentemente, setores do empresariado como bancos, indústria de energia, setor hoteleiro e do entretenimento, construtoras e prestadores de serviços sociais variados (educação, saúde, prisão, correios) (POGGI, 2018, p. 327).

Por meio de postagens anônimas em mídias eletrônicas, o grupo defende bandeiras como nacionalismo branco, etnocentrismo, islamofobia, homofobia e antifeminismo. Hancock (2018), analisando a obra da jornalista irlandesa Angela Nagle<sup>10</sup>, indica que a direita passou a utilizar a transgressão, principal arma da contracultura dos anos 1960, aproveitando-se dos meios do século XXI, com o objetivo de maquiagem o racismo e o machismo, fazendo-os parecer modernos e originais. Em seu livro a autora explica como a *alt-right*, a partir da utilização de “memes”, conseguiu sair dos cantos mais ou menos obscuros da internet e passou a dominar grande parte do debate político.

Esses memes e ataques se apresentam envolvidos em várias camadas de ironia. Seja ao desumanizar as mulheres ou espezinhar as minorias, tudo se faz através do riso. E quando alguém se mostra ressentido, a zoeira é redobrada, e se joga na cara da vítima que ela não é capaz de aguentar uma brincadeira. Quem não entender é um *normie* (um *normalzinho*, alguém que não se liga no que acontece na Internet). Já

---

<sup>10</sup> Em livro inédito no Brasil, denominado *Kill all Normies*, a autora traça a trajetória do movimento *alt-right*. O termo *normies* é uma expressão bastante utilizada em sites anônimos e significa uma maneira pejorativa de se referir às pessoas consideradas por seus membros como “normais”.

não se trata de *épater* o burguês, e sim de *épater* o progressista (HANCOCK, 2018, n.p.).

É possível considerar que as defesas desse grupo se assemelham a pautas fascistas, defendendo a preservação da cultura ocidental, a exaltação da herança europeia e negando pautas que se vinculem à diversidade, à imigração e ao politicamente correto, podendo ser considerado como um dos principais impulsionadores da campanha de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos.

Considera-se então que o *alt-right* escancara o que há de mais conservador e reacionário na extrema direita, crescendo à margem dos meios convencionais e encontrando seu espaço em veículos alternativos, com uma cultura própria na internet e que suas críticas, para além de se dirigir à esquerda, atacam pautas relacionadas à conquista dos direitos civis.

Outra referência na atual discussão do conservadorismo no mundo é o conservadorismo britânico. Segundo Garschagen (2015), o que o distingue é que mesmo que sua ideologia e religião sejam ancoradas em preceitos eternos, sua abordagem prática permanece empírica, ou até mesmo experimental, em busca de uma síntese entre o antigo e o novo.

No que concerne ao conservadorismo inglês, alguns autores vêm ganhando certa visibilidade no cenário internacional, como Michael Oakeshott, historiador e filósofo político.

De acordo com Cardoso (2018), o pensamento de Oakeshott transita entre o conservadorismo e o liberalismo, em constante tensão. Quando comparado a autores liberais, revela-se um autor preocupado com a preservação e o uso dos costumes mais valiosos da herança ocidental; no entanto, evidencia também uma ênfase no papel da liberdade individual, o que garante um aspecto liberal de seu pensamento, quando dialogando com outros conservadores. Contudo, o autor avalia que é no conservadorismo que se assentam os principais postulados do pensamento de Oakeshott. De acordo com Cunha (2016, p. 34), esse “fundo liberal” presente no pensamento de Oakeshott, parece ser coerente com a sua “disposição conservadora”, podendo ser considerado como uma tentativa de associação em termos intelectuais.

Oakeshott (2016b, p. 176-177) parte da ideia de que a “conduta conservadora” não se encaixa facilmente na linguagem das ideias gerais, o que levaria à existência de uma certa resistência em realizar esse tipo de análise. O conservadorismo, para ele, não é uma doutrina nem uma crença, mas uma forma de ser e estar. Para ele, ser conservador significa “estar inclinado a pensar e a agir de certas maneiras; significa preferir alguns tipos de condutas e algumas circunstâncias de condições humanas a outras; é ter uma tendência a fazer alguns tipos de escolhas”.

Para Oakeshott as características gerais da atitude conservadora não são difíceis de discernir, embora tenham sido constantemente confundidas (OAKESHOTT, 2016b).

Elas giram em torno da ideia da propensão desse personagem histórico em usar e aproveitar o que se encontra disponível ao invés de ir atrás ou inventar algo novo; regozijar-se com o presente e não com o passado ou com o que possa vir a acontecer. A reflexão pode suscitar certa gratidão pelo que está disponível, e portanto o reconhecimento de um presente ou uma herança do passado; ainda que não haja idolatria alguma ao que meramente jaz no passado. O que importa mesmo é o presente: e importa não devido a suas conexões com uma antiguidade remota, nem porque seja tido como mais admirável do que qualquer outra alternativa, mas sim devido a sua familiaridade (OAKESHOTT, 2016b, p. 177).

Dessa forma, em sua análise, o autor julga que é o presente que contém os melhores elementos, tendo em vista que é nele que encontramos a maioria dos elementos que são familiares aos homens. Caso seja pouco atrativo e ofereça poucos elementos que possam ser usados e desfrutados, tal inclinação será frágil ou inexistente; caso o presente seja demasiado instável, o homem deverá recorrer a uma base de apoio mais firme e, dessa forma, recorrer e explorar o passado (OAKESHOTT, 2016b).

Oakeshott (2016b) define então que ser conservador “é uma disposição típica de quem acredita ter algo a perder, algo que o tempo o ensinou a amar”, tendendo a aparecer mais no velho do que no jovem, “não porque aquele seja mais sensível a perda, mas porque está mais apto a entender melhor a escassez de recursos disponíveis no mundo, e, portanto, lhes dá mais valor”.

Dessa forma, para o autor, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido; aquilo que já foi experimentado, em relação ao novo; o próximo, em relação ao distante. Defende também que é para algumas pessoas uma escolha, enquanto para outras uma disposição que se apresenta em suas preferências e aversões, não sendo uma escolha, ou algo cultivado especificamente (OAKESHOTT, 2016b).

Em sua análise sobre o ser conservador, Oakeshott (2016b) considera que conservadores são avessos a mudanças, tendo em vista que a mudança é uma ameaça à identidade e que toda mudança significa extinção. Para ele, a única forma de se defender a identidade humana contra as mudanças seria por meio do conhecimento da experiência, apoiando-se no que garante maior firmeza, aderindo-se aos costumes que não estejam imediatamente ameaçados e assimilando-se o novo, mas sem se tornar irreconhecível para si mesmo.

Mudanças, portanto, são sempre sofridas; e um homem de temperamento conservador (ou seja, alguém muito disposto a preservar sua identidade) não consegue se fazer indiferente. [...] Uma inovação é sempre um processo que envolve riscos, em que

perdas e ganhos (mesmo que excluamos a perda de familiaridade) são tão emaranhados entre si que se torna praticamente impossível prever o desfecho: não existe melhora se não a podemos mensurar. [...] A mudança total no fim sempre é maior do que cabe nos planos; as implicações totais nunca poderão ser previstas, sequer medidas. Sendo assim, sempre que houver inovação ele espera que o produto final das mudanças exceda aos cálculos pretendidos, ciente de que haverá tanto perdas quanto ganhos e que estes não serão igualmente distribuídos entre a população afetada; há a chance de os benefícios advindos das mudanças superarem as expectativas, mas também é possível que sejam eclipsados por algumas mudanças para pior (OAKESHOTT, 2016b, p. 183-185).

Oakeshott (2016b) afirma, a partir de sua compreensão sobre mudanças, que um homem conservador pode tirar algumas conclusões, sendo a primeira delas que a inovação implica em uma determinada perda ou ganho, e cabe ao inovador em potencial determinar se a mudança será em sua totalidade boa ou ruim. A segunda conclusão possível é que quanto maior a possibilidade de crescimento, ou seja, na medida em que a proposta for compreendida e não imposta, menor será a probabilidade de haver um resultado com perdas predominantes. Posteriormente o autor afirma que uma inovação realizada como uma reação a um defeito específico, ou para consertar algum desequilíbrio concreto, tem uma probabilidade muito maior de ser aceita do que uma inovação que surge como proposta de melhoramento geral das circunstâncias humanas. Por esse motivo, o conservador prefere as inovações pequenas e limitadas àquelas que são grandes e indefinidas. Em quarto lugar o autor indica que o conservador prefere o passo lento ao rápido, fazendo pausas para observar os processos e realizar os ajustes necessários. Por fim, Oakeshott (2016b) indica que o conservador acredita na importância da ocasião, considerando que o melhor momento para a inovação é quando esta tem maiores probabilidades de se limitar àquilo a que se propõe e se torna menos vulnerável às vicissitudes do processo.

Oakeshott (2016b) define então que o indivíduo com temperamento conservador acredita em um bem conhecido e não se vê atraído por aventuras, sendo considerado por ele como alguém cauteloso e que tende a indicar sua aprovação ou desaprovação não de forma categórica, mas sim de forma prudente. Em sua análise, considera que o que os outros identificam como timidez, o conservador nota como prudência racional.

Nossa descrição aqui sobre a disposição a ser conservador e sua situação atual pode terminar com a visão do homem em que esta tendência é forte remando contra a maré, desmerecido não somente porque o que tem a dizer é falso, mas porque se tornou irrelevante; deslocado, não devido a um demérito intrínseco, mas somente pela enxurrada das circunstâncias; um caráter apagado, tímido, nostálgico, que provoca pena como pária e desdém como reacionário (OAKESHOTT, 2016b, p. 192).

A despeito da descrição em relação aos conservadores e sua marginalização geral, o teórico acredita que há ocasiões em que tal atitude não se coloca apenas como apropriada, mas como extremamente conveniente. Em determinadas condutas humanas, mais especificamente as atividades que têm o objetivo de garantir o deleite momentâneo, e não o lucro, a atitude conservadora não é apenas apropriada, mas também se coloca como condição necessária. A conduta conservadora é considerada então pelo autor como a mais apropriada sempre que a estabilidade for melhor que a mudança, que a certeza for mais valiosa que a especulação e que a familiaridade for mais conveniente que a perfeição (OAKESHOTT, 2016b).

Cunha (2016) indica que o conservador, de acordo com o pensamento de Oakeshott, é o único sujeito que tem a disposição de aceitar o estranho, o misterioso, o incerto, a alegria da tentativa e do erro. É por isso que esse sujeito é incapaz de viver uma ideologia que fascine o anti-indivíduo, visto que está preocupado com tudo o que um racionalista evita a qualquer custo.

A partir do exposto, feita essa análise de caráter mais geral, Oakeshott (2016b) passa a tratar de como interpretar a disposição conservadora na política. Para o autor, uma postura conservadora na política pode ser corretamente interpretada como tão somente seguir a mesma linha de ideias. Dessa forma defende que o conservadorismo na política está relacionado com certas crenças religiosas, que é uma contrapartida apropriada para o conservadorismo da conduta humana, ou mesmo que constitui a associação entre o conservadorismo inglês com a família real ou o anglicanismo.

O autor, no entanto, defende que uma atitude conservadora em política não deve se basear nessas crenças ou lutar por elas.

[...] as linhas que formam a figura da disposição conservadora na política não têm nada a ver com leis divinas ou ordem natural, nem com moral ou religião; é a observação de quatro maneiras de viver que combinadas com o paradigma de que a atividade de governar é específica e limitada, prevendo e zelando pelas regras gerais de conduta, que são entendidas, não como planos para se impor atividades substantivas, mas como capazes de possibilitar que as pessoas persigam seus próprios interesses com a frustração mínima. Tudo isso exige uma postura conservadora (OAKESHOTT, 2016b, p. 210).

Oakeshott (2016a) analisa, para além dos aspectos do conservadorismo, o racionalismo moderno, principalmente na política, considerado por ele como “moda” no pensamento europeu moderno. O racionalista defende a independência da mente em todas as situações, ou seja, o livre pensamento sobre qualquer autoridade, exceto a autoridade da razão. Inspirado por uma crença em uma razão comum a toda humanidade, utilizando-se de considerações racionais para

suas argumentações, para o racionalista é difícil acreditar que qualquer um que pense, de maneira honesta e clara, não pense como ele.

Ele não leva em conta o acúmulo da experiência, somente da prontidão da experiência quando esta foi convertida em uma fórmula: o passado é para ele somente um obstáculo. Ele não dispõe da capacidade negativa [...], o poder de aceitar os mistérios e as incertezas da experiência, livre da irritante busca por ordem e distinção. O que lhe sobra, ao contrário, é a capacidade de subjugar a experiência; falta-lhe a aptidão para a apreciação minuciosa do que realmente se apresenta [...], lhe restando exclusivamente o poder de reconhecer as linhas gerais que uma teoria geral impõe sobre os eventos (OAKESHOTT, 2016a, p. 60).

A mente de um racionalista é, para Oakeshott (2016a), um instrumento neutro, sofisticadamente balanceado, mais bem treinada do que propriamente bem educada, que tem a ambição, não de compartilhar a experiência da raça, mas de demonstrar que é um homem que faz tudo sozinho. Seus processos intelectuais, na medida do possível, não possuem qualquer influência externa, e funcionam no vazio. O autor acredita que o racionalista está separado de todo o conhecimento tradicional da sociedade, e que ele nega o valor de qualquer educação mais extensiva do que o treino de alguma técnica.

Para Oakeshott (2016a) o racionalista vive cada dia como se fosse o primeiro e acredita que os hábitos são uma espécie de falha. Em sua análise, o político é considerado como aquele que é o menos aberto ao tratamento racional, tendo em vista que a política é, por excelência, a arena do tradicional, do circunstancial e do transitório.

O autor afirma que os racionalistas acreditam na mente aberta, livre de preconceito e de seu resíduo, o hábito, creem que a razão humana desembaraçada e passível de ser controlada seja um guia infalível para a atividade política. Para além disso, acreditam na argumentação como técnica e operacionalização da razão; e a verdade de uma opinião, bem como o fundamento racional de uma instituição, é tudo o que importa para eles. Nesse sentido, seus atos políticos consistem em julgar intelectualmente, a partir da razão, as instituições políticas, sociais e legais (OAKESHOTT, 2016a).

Para o racionalista, nada possui valor somente porque existe (e certamente não porque isso existe há várias gerações), não há valor na familiaridade e nada é passível de ser deixado livre de qualquer escrutínio. E sua disposição faz com que tanto a destruição quanto a criação se tornem mais aceitáveis e, portanto, mais executáveis do que a aceitação ou a reforma. Remendar, consertar (quer dizer, fazer qualquer coisa que requeira um conhecimento paciente do material analisado), tudo isso ele considera uma perda de tempo; e o racionalista sempre prefere a invenção de um novo aparato ao uso de um expediente corrente e já testado. Não reconhece mudança, a não ser que ela tenha sido induzida de maneira autoconsciente, e por conseguinte, ele cai facilmente no erro de identificar o costumeiro e o tradicional como algo imóvel (OAKESHOTT, 2016a, p. 64).

Para Oakeshott (2016a, p. 65) o racionalista não consegue compreender logicamente o mérito de reter ou melhorar uma tradição, tendo em vista que ambas as situações envolvem uma postura de submissão. Nesse sentido, ele opta por destruir a tradição, e em seu lugar coloca algo que ele mesmo cria, que seria “uma ideologia, uma condensação do suposto substrato da verdade racional contida na tradição apresentada em termos formais”.

A vida política se torna, então, para o autor, dissolvida em um composto de sucessivas crises, cada uma delas superada pela aplicação da razão. Em sua análise, cada geração e cada administração vê exibida diante de si uma página em branco de infinitas possibilidades. Caso esta tenha sido deformada por alguém por algum elemento da tradição, o racionalista acredita então que tal deformação deve ser eliminada, para que possa “começar do zero” (OAKESHOTT, 2016a).

Oakeshott (2016a) define que a política racionalista possui outras duas características que devem ser observadas: a perfeição e a uniformidade. A existência de uma sem a outra denota outro estilo de política, e só a partir de sua combinação é que está presente a essência do racionalismo. O que o racionalista não pode conceber é uma política que não se baseie em resolver problemas, ou a existência de um problema político que não possua solução racional. O autor afirma então que a atividade política é considerada pelo racionalista como a imposição de uma condição uniforme de perfeição sobre a conduta humana.

Toda ciência, forma de arte, atividade prática que requer certa habilidade, para não dizer toda e qualquer atividade humana, envolvem conhecimento, de acordo com Oakeshott (2016a). De modo universal, é possível separar tais atividades em dois campos, ambos sempre envolvidos em alguma função real.

O autor define o primeiro campo como conhecimento técnico ou da técnica. Em toda forma de ciência e de arte, bem como em cada atividade prática, uma técnica se faz presente. Essa forma de conhecimento pode ser aprendida através de um livro ou manual, sendo que sua maior parte pode ser absorvida de cor e aplicada de maneira mecânica. Devido a seu traço de suscetibilidade de formulação precisas, esse campo do conhecimento adquire uma aparência de certeza, ou seja, parece ser possível se estar totalmente seguro acerca de uma técnica.

O segundo campo do conhecimento é denominado pelo autor de prático, tendo em vista que existe somente em uso, não sendo suscetível de reflexão e nem de ser formulado por regras, diferentemente do conhecimento técnico, o que não indica que não seja uma forma de conhecimento inválida. Esse campo, ao contrário do conhecimento técnico, não é passível de formulações precisas; sua expressão natural está na maneira costumeira e tradicional de se fazer



as coisas, ou seja, na prática por si só. Este pode ser considerado, então, a partir da análise do autor, como o conhecimento tradicional.

Oakeshott (2016a, p. 77) define que esse tipo de conhecimento se expressa “no gosto pelo ato do conhecimento em si, livre de qualquer rigidez e aberto simplesmente à impressão deixada na mente do receptor”. Para o autor, o conhecimento prático não pode ser ensinado ou aprendido, somente pode ser comunicado e adquirido.

Para Oakeshott (2016a, p. 73) trata-se de dois tipos de conhecimento distintos, no entanto inseparáveis entre si, “são os componentes siameses do conhecimento que permeia todas as atividades humanas concretas”. O autor afirma então que “em nenhuma área, especialmente na política, é possível separar o conhecimento técnico do prático, assim como em nenhum campo eles podem ser considerados idênticos entre si e por conseguinte um assumir o lugar do outro”.

Bem, da forma como entendo, o racionalismo é a postura que defende que o que chamo de conhecimento prático não é conhecimento de maneira alguma, uma vez que postula que fora do conhecimento técnico não há lugar para nenhum outro conhecimento que se possa chamar de real. O racionalista sustenta que o único elemento envolvido em qualquer atividade humana é o de composição técnica, e o que denomino conhecimento prático é somente uma forma de esoterismo que poderia ser deixada de lado, salvo pelo fato de seu alto potencial ludibriador. A soberania da razão para o racionalista, significa a soberania da técnica (OAKESHOTT, 2016a, p. 79).

Um ponto determinante para Oakeshott (2016a) é a insistência do racionalista na certeza, visto que em sua análise existe uma mescla entre técnica e certeza. Dessa forma, para o racionalista o conhecimento é um conhecimento que se basta, não sendo necessário olhar para além dele a fim de se confirmar sua veracidade. O conhecimento seria então aquilo que não só termina em certeza, mas começa com certeza e faz o uso da certeza durante o processo investigativo. Sendo assim, na análise que faz sobre os racionalistas, o autor indica que para eles o conhecimento é o que a técnica aparentemente representa.

A título de exemplo, a superioridade de uma ideologia em detrimento da tradição do pensamento reside em sua aparência de que se autocontém. Ela pode ser mais bem ensinada àqueles que possuem a mente vazia; e, se ela for ensinada a alguém que já crê em alguma coisa, o primeiro passo do professor é levar a cabo um expurgo, garantindo que todos os preconceitos e pressuposições sejam removidos, cimentando o caminho para a base indestrutível da ignorância absoluta (OAKESHOTT, 2016a, p. 80).

Segundo a análise do autor, somente o conhecimento técnico pode satisfazer o padrão de certeza que o racionalista escolheu, no entanto indica que este nunca se basta, e só é possível

ter essa impressão devido ao falso pressuposto de sua origem. Oakeshott (2016a) considera que a política contemporânea está amplamente infectada pelo vírus do racionalismo e somente quem escolhe dar outro nome a essa infecção rejeita tal hipótese.

O autor considera que o racionalismo deixou de ser um estilo de política e se tornou um critério para julgar toda a política respeitável. Ele identifica a política racionalista como a política das necessidades percebidas, que não é qualificada por um conhecimento concreto e genuíno dos interesses permanentes, nem por uma direção de movimento de uma sociedade, mas que é interpretada pela razão e fortalecida por uma técnica fruto de uma ideologia, que é a política dos livros de manuais<sup>11</sup> (OAKESHOTT, 2016a).

Dentre outras evidências do racionalismo na política contemporânea, também pode ser elencado o fato, cada vez mais banal, das petições para que os ditos “cientistas” (químicos, físicos, economistas ou psicólogos) sejam ouvidos em plenário; mesmo que o conhecimento envolvido na ciência vá além do conhecimento técnico, o que um cientista desses tem a oferecer não passa de uma exposição técnica. E, sob a égide dessa prática, o intelecto na política deixa de ser uma crítica em relação ao hábito político, levando a vida de uma sociedade à perda de ritmo e continuidade, vivendo portanto, de uma eterna sucessão de problemas e crises. O folclore, por não ser enquadrado como técnica, é identificado como esoterismo, fazendo com que tudo o que Burke denominou de “parceria entre presente e passado” seja perdido (OAKESHOTT, 2016a, p. 102).

Uma postura conservadora em relação ao governo e aos seus instrumentos pode ser encontrada na aceitação da atual condição humana. Essa postura se relaciona com “a propensão para fazermos nossas próprias escolhas e encontrar prazer em agir assim”, com uma diversidade de crenças, cada uma delas com a convicção da verdade exclusiva; “a inventividade, o transitório e a ausência de um plano maior; o excesso, a hiperatividade e os compromissos informais” (OAKESHOTT, 2016b, p. 216).

Para Oakeshott (2016b, p. 217) o ofício de governar não reside em impor suas crenças, nem tutelar ou educar ninguém, mas é simplesmente o de garantir que a lei seja cumprida. O autor acredita que “a imagem do mandatário é a do árbitro cujo trabalho é administrar as regras do jogo, ou a do juiz que toca um debate de acordo com as regras da audiência”.

As pessoas que comungam de tal inclinação defendem sua crença (de que a atitude propícia em relação ‘a condição atual de circunstâncias humanas é a de aceitação) apelando para certas ideias gerais. Elas alegam que há um valor absoluto no jogo aberto das escolhas humanas, que a propriedade privada (o símbolo do poder de escolha) é um direito natural, que é somente no gozo da diversidade de opinião e

---

<sup>11</sup> Minogue (1979, p. 159) indica que “os referidos manuais são geralmente redigidos por homens cultos, que examinavam sua própria experiência, descrevendo-a, em seguida, sob a forma de princípios e preceitos. Para Oakeshott tal literatura era um simples resumo de práticas correntes, uma manjedoura para os ignorantes e, geralmente, também para os impacientes ‘parvenus’”.

interesse que a crença verdadeira e a boa conduta podem ser alcançadas. [...] o conservador não supõe que o ofício de governar seja não fazer nada. [...] a capacidade que ele atribui ao governo seria a de resolver eventuais choques que tamanha diversidade de crença invariavelmente enseja; preservar a paz, não colocando empecilhos à escolha e à diversidade que nasce do exercício da liberdade de ter preferências, não impondo uniformidade substantiva, mas reforçando leis gerais e procedimentos sobre todos de maneira equânime (OAKESHOTT, 2016b, p. 217; 219).

Oakeshott (2016b) defende assim que o governo não começa da forma que os conservadores entendem, como um mundo alternativo, diferente e melhor, mas sim com os ajustes informais que são feitos para acomodar interesses com potencial de se colidirem, evitando que uma colisão maior realmente aconteça. Governar seria então para o conservador prover um *vinculum juris* para as formas de conduta que em devidas circunstâncias tenham menos chance de resultar em um conflito de interesses, sendo que a função do governo seria a de manter seus súditos em paz uns com os outros.

A análise feita pelo autor indica que um governo que não consiga sustentar a lealdade de seus súditos não vale nada; já aquele que servir à verdade é incapaz de agir, uma vez que alguns de seus comandados podem não concordar com o conceito de verdade. O governo que for indiferente tanto à verdade quanto ao erro, e se limitar a alcançar a paz, será aquele que poderá receber a verdadeira lealdade (OAKESHOTT, 2016b).

A disposição em ser conservador reflete uma posição completamente diferente em relação ao ofício de governar. Para o conservador não cabe ao governo inflamar os ânimos, mas sim injetar na população ingredientes de moderação, pacificando e reconciliando seus membros.

Ele (**o conservador**) é conectado somente com a observação de que, onde haja uma atividade de empreendimento, é necessário que haja sua contrapartida, ou seja, uma atividade de restrição. Tal reação será sempre corrupta quando seu objetivo for além da restrição, descambando para a imposição de projetos favoritos. Um árbitro que também é jogador numa partida não é um árbitro; regras nas quais não estamos dispostos a ser conservadores não são ordens, são um convite para a desordem; a conjunção de sonho com governo se degenera em tirania (OAKESHOTT, 2016b, p. 230-231, grifo nosso).

Não é fácil adquirir ou manter a postura de indiferença que a modalidade política requer, é o que afirma Oakeshott (2016b). Em sua análise, a atividade política não é adequada a todos, como por exemplo aos jovens, tendo em vista que a maioria destes não possui como características a disposição de indiferença que a modalidade política requer, sendo necessário

dominar suas próprias crenças e desejos, tolerar o intolerável, distinguir crime de pecado e respeitar a formalidade, mesmo quando parece conduzir ao erro.

O autor sustenta que a prática comum de política nas nações europeias se fixou em um vício racionalista, e que a maioria das suas falhas ocorrem devido aos defeitos do personagem racionalista no controle da coisa pública. Oakeshott considera que a política do racionalismo é a política dos politicamente inexperientes, que podem ser de três tipos: no que se refere ao novo mandatário; à nova classe no poder e à nova sociedade política (OAKESHOTT, 2016a).

O autor considera que Marx e Engels foram os mais destacados artífices da política racionalista, devido ao fato de suas obras terem atingido uma classe que nunca imaginou, “nem em seus sonhos mais delirantes, poder se debruçar sobre o exercício do poder de fato” (OAKESHOTT, 2016a, p. 110).

É importante salientar que nenhum defeito foi encontrado na fabricação desses manuais para forjar farsas políticos por seus ávidos leitores, não sendo exagero, pois, afirmar que nenhuma técnica fora imposta com tanta certeza e intensidade sobre as atividades mundanas como se fosse conhecimento concreto de fato como no campo da política: nada gerou um proletariado intelectual tão vasto, gente sem nada a perder além de sua própria técnica (OAKESHOTT, 2016a, p. 110).

Oakeshott (2016a) considera que a política racionalista é a conjunção entre inexperiência e oportunismo político. Para ele é impraticável uma política racionalista pura, o que leva um novo homem, quando chega ao poder, a invariavelmente renunciar a seu manual e se apoiar em sua experiência geral de vida.

Para o autor, o racionalista é um personagem perigoso e dispendioso quando no controle da coisa pública, sendo considerado por ele como mais perigoso quando aparentemente obtém sucesso, do que quando perde o domínio da situação, uma vez que o preço que se paga pelos seus acertos é uma tirania cada vez mais completa dessa moda intelectual sobre o conjunto da vida em sociedade. Desse modo, indica duas características do racionalismo político que fazem dele excepcionalmente perigoso para a comunidade (OAKESHOTT, 2016a).

A primeira delas refere-se à presunção do racionalista de entender corretamente a natureza do conhecimento humano, descambando para uma corrupção total da mente. O autor considera que em essência é impossível educar um racionalista, tendo em vista que o único instrumento que poderia em tese educá-lo para além do racionalismo é desmerecido por ele, como inimigo da humanidade. O que Oakeshott (2016a) constata na atualidade é que o hábito político e a tradição, princípios que eram comuns de serem encontrados entre os mais ferozes

opponentes dentro da política inglesa, foram suplantados por uma mera disposição mental racionalista.

Em segundo lugar, o autor elenca o argumento de que uma sociedade que abraçou a causa racionalista na política caminhará em direção a uma educação em geral exclusivamente racionalista. Para ele essa educação se daria no sentido de treinar uma técnica, ou seja, a metade do conhecimento, aprendido através de livros, considerados por ele como “manuais de forjas farsantes”. Conforme indica o autor, o racionalista acredita que a única forma de educação que vale a pena advém de um treinamento baseado no conhecimento técnico (OAKESHOTT, 2016a, p. 124).

Na análise de Oakeshott (2016a), a educação profissional está cada vez mais sendo vista como uma aquisição técnica, por meio do ensino à distância. O autor prevê que no futuro as profissões estarão repletas de homens espertos, mas cujas habilidades serão limitadas, tendo em vista que não tiveram a chance de aprender as nuances que compõem a tradição e o padrão de comportamentos presentes em todas as grandes profissões.

O teórico acredita que os racionalistas estão cientes de todos os seus trunfos, no entanto seus adversários ainda não se atentaram para seu revés.

Refiro-me a nada mais nada menos que o campo da moralidade e da educação moral. A moralidade do racionalista é a da busca pela autoconsciência acerca dos ideais morais, sendo a forma apropriada de educação moral a que advém dos preceitos, ou seja, da apresentação e da explicação dos princípios morais. Ela é apresentada como sendo de uma moralidade mais elevada [...] do que a extraída do hábito, essa crença cega na tradição que dita caprichosamente o comportamento moral. Sem embargo, na prática, tal moralidade do homem livre não passa de mera moral reduzida à técnica, adquirida através de treinamento dentro dos marcos de uma ideologia em oposição a uma educação no ato em si de se comportar (OAKESHOTT, 2016a, p. 128-129).

Na moralidade, assim como em tudo, o racionalista logo de início descarta toda a ignorância herdada da tradição, para preencher o vazio da mente com conhecimentos que abstraiu de sua experiência pessoal de vida, e que tem a certeza de ser aprovado pela razão comum da humanidade. Tal como a política, a moralidade do racionalista se enquadra no que alguns denominam de idolatria, não importando que a ideologia moral que o inspire seja na verdade uma relíquia desenterrada do que foi um dia uma tradição moral.

As ideias morais, acredita o autor, são o sedimento, possuem valor enquanto estão suspensas em uma tradição moral ou social, ou enquanto pertencem à vida social ou religiosa. Oakeshott (2016a) considera que os racionalistas vêm desenvolvendo um projeto de dissolver a base de sustentação de suas ideias morais, sendo deixados apenas com alguns resíduos.

Diferentemente de outros pensadores conservadores, o pensamento de Oakeshott não encontra na religião elementos para sustentar o conservadorismo; mesmo que esteja sempre falando do respeito às tradições, o autor indica inclusive a necessidade de se romper com seus preceitos, a fim de se assumir uma posição de governante.

Oakeshott rejeita a conexão entre o comportamento religioso e o conservadorismo porque ele está preocupado com dois outros perigos que, indiretamente, podem surgir na inusitada união dessas ações. Eles são, respectivamente, *a recusa de se ter uma atitude de humildade diante da realidade complexa* e, por isso, incompreensível para quem não tem os meios disponíveis de entendê-la (ou, pior, talvez ela seja apenas caos e desordem para o racionalista que queira apreendê-la na sua teoria simples e errada); e *um desejo de querer interferir* naquilo que jamais pode ser reduzido a um sistema linear, como parece ser o caso do fenômeno político, ainda mais numa sociedade intrincada como a europeia (CUNHA, 2016, p. 26-27).

É possível compreender então que o pensamento de Oakeshott possui uma tendência irracionalista, aproximando-se das ideias pós-modernas de negação dos princípios da modernidade. Em suas análises sobre a política, princípios racionais como a liberdade, a justiça ou a igualdade não estão presentes, o que permite considerar que não há julgamento político racional em sua análise, apenas o debate sobre princípios abstratos.

Constata-se também, nas problematizações colocadas pelo autor, uma aproximação ao pensamento de Durkheim, como ao exemplificar que uma das funções do governo é manter a paz entre os súditos, promovendo ajustes a fim de se evitar grandes conflitos. Apesar dessa aproximação, nas obras analisadas do autor percebeu-se que este quase não utiliza referências a outros autores ou obras para subsidiar suas ideias, o que pode indicar uma tentativa de trabalhar somente com seus próprios termos. Constatamos que na maioria das vezes a referência a autores e obras ocorre quando voltada para a crítica ao racionalismo e às ideias destes.

Analisa-se nesse sentido que o pensamento de Oakeshott pertence a uma corrente conservadora irracionalista, que considera que todos os seres humanos têm tendências conservadoras, tendo em vista que, para ele, todo e qualquer apego às tradições torna um sujeito conservador, que busca construir, em sua concepção, uma obra sem conceitos ideológicos, que para ele são conhecimentos falsos produzidos pelos racionalistas, com o objetivo de manipular a verdade.

Outro conservador britânico que tem se tornado referência na discussão é Roger Scruton. Assim como Oakeshott, busca construir referências para a discussão sobre o conservadorismo a partir da elaboração de princípios e argumentos, abordando diversos temas da vida social.

Em suas análises é possível identificar que Scruton referencia-se na obra de Oakeshott, mais precisamente quando trata da disposição conservadora, termo cunhado por este. Percebeu-se também uma referência ao funcionalismo de Durkheim, quando o autor compara a sociedade a um organismo e quando indica que algumas mudanças devem ser feitas a fim de se preservar o bom funcionamento da sociedade.

Para Scruton (2015) o conservadorismo implica a tentativa de se perpetuar um organismo social em períodos de mudanças sem precedentes, e tem o objetivo de encontrar conceitos e crenças que possam ser enunciados em termos modernos, uma perspectiva que é muito sóbria e muito séria para que possa ser considerada meramente moderna.

Definir o conservadorismo como o desejo de conservar seria para ele insuficiente, mesmo que haja em todos os homens e mulheres certo impulso para conservar o que lhes é seguro e familiar; é, portanto, necessário analisar a natureza dessa familiaridade. Nesse sentido, considera que “o conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para se determinar o que fazer” (SCRUTON, 2015, p. 52).

O instinto conservador fundamenta-se, pois, naquele sentimento: é a ratificação da vitalidade histórica, a percepção que o indivíduo tem do desejo de viver de sua sociedade. Ademais, tendo em vista que as pessoas amam a vida, amarão aquilo que a vida lhes deu. Na medida em que elas desejam dar vida, fazem-no para perpetuar o que possuem. No intrincado entrelaçamento entre indivíduo e sociedade, está a “vontade de viver” que constitui o conservadorismo (SCRUTON, 2015, p. 52-53).

Scruton (2015) considera o desejo de conservar compatível com todos os tipos de mudança, no entanto entende que é necessário que esta signifique continuidade. Segundo sua análise, a dogmática<sup>12</sup> do conservadorismo deve ser diferenciada tanto da filosofia na qual se baseia, quanto das políticas que surgem a partir dela. Ele compreende que a não existência de uma política conservadora universal levou a uma ilusão de que não há nenhum pensamento conservador, nenhum conjunto de crenças ou princípios, nem uma visão geral de sociedade que motive o conservador a agir.

Sua ação é mera reação; sua política, a procrastinação; sua crença, a nostalgia. Devo dizer que a atitude conservadora e a doutrina que a sustenta são sistemáticas e razoáveis. O conservadorismo raramente pode apresentar-se com axiomas, fórmulas ou objetivos: sua essência é inarticulada, e sua expressão, quando instigada, é cética (SCRUTON, 2015, p. 39).

---

<sup>12</sup> Scruton (2015) indica que fala em dogmática para usar o termo teológico como um sistema de crenças, que se expressa diretamente na ação e supõe respostas a questões filosóficas, em vez de fornecê-las.

Para Scruton (2015) o conservadorismo pode ser uma perspectiva definida de forma dissociada das políticas de um partido, podendo até ser um ponto de vista atraente para as pessoas que consideram repulsiva a ideia de partido. O Partido Conservador Inglês surge exatamente da aversão à política partidária, a partir de um apelo de setor “notável e inteligente” da sociedade, mais interessado na manutenção da ordem e na causa do bom governo do que nas disputas partidárias.

Os políticos têm objetivos e pretensões em relação ao povo que pretendem governar, salienta. A perspectiva conservadora considera irracional a submissão da política a objetivos determinantes, mesmo aqueles que parecem bons, tendo em vista que destroem a própria relação a qual o governo defende (SCRUTON, 2015).

A participação em uma organização social significa, para Scruton (2015), não apenas portar um conjunto de crenças, expectativas e sentimentos concidadãos, mas também exprimir um modo de ver, a partir do qual o valor da conduta possa ser reconhecido. Valor este que não será produto de algum princípio abrangente aplicado abstratamente, mas que procederá dos imediatismos da política.

Os conservadores que reconhecem valor no preconceito e perigo no pensamento abstrato tiveram que improvisar, “expressando suas crenças numa linguagem conciliatória e vaga”. Em sua análise nem os liberais, nem os socialistas foram capazes de superar a intolerância, o que não permite uma conciliação, “ao passo que suas afirmações parecem ser claras, definidas e baseadas num sistema”. É necessário que os conservadores compreendam que sem a doutrina o conservadorismo perderá seu apelo intelectual e que a política moderna, mesmo que eles relutem em acreditar, é feita por intelectuais (SCRUTON, 2015, p. 41).

Scruton (2015, p. 41) acredita que as alternativas ao conservadorismo são descritas com pouca precisão, e que a aparente clareza dos pensamentos socialista e liberal é ilusória, e sua obscuridade, mais séria, tendo em vista que pode se esconder com facilidade em uma verdade. Já a atitude conservadora continua a ser tão conivente e razoável para a mente moderna como sempre foi, e, conforme é compreendida, só será rejeitada por quem procura por um “propósito primordial ou um plano sistemático em tudo”.

Como todos os entes políticos, os conservadores defendem certas coisas: defendem-nas não porque têm argumentos a seu favor, mas porque as conhecem, vivem com elas e percebem que sua identidade é ameaçada (muitas vezes sem saber como) pela tentativa de interferência em seu funcionamento. Seu oponente mais característico e perigoso não é o radical, que se posiciona diretamente contra eles, armado com mitos e preconceitos que se equiparam aos seus próprios, mas, antes, o reformador, que,



agindo sempre com um espírito de progresso, encontra motivos para mudar tudo aquilo que não lhe apresenta razões para se conservar. É desse espírito de progresso – o legado do liberalismo vitoriano e do darwinismo social – que os socialistas e liberais modernos continuam a deduzir sua inspiração moral (SCRUTON, 2015, p. 41-42).

Segundo análise do autor, o conceito de liberdade, central para os liberais, é entendido por estes como direito absoluto e desimpedido, e as restrições impostas à liberdade surgem como algo negativo e em resposta aos direitos individuais. Os conservadores, em sentido praticamente oposto, consideram que as restrições à liberdade surgem a partir da tentativa de incorporar na lei os valores fundamentais de uma sociedade (SCRUTON, 2015).

Scruton (2015) considera a visão dos conservadores como a mais coerente e fiel aos fatos e, para além disso, analisa que a liberdade somente seria compreensível como meta social quando subordinada a algo mais, ou seja, quando vinculada a um arranjo ou organização que defina o objetivo individual. Para ele o político é quem deve definir e preservar o arranjo no qual a liberdade deve ser buscada.

A grande diferença entre conservadorismo e liberalismo pode ser observada, acredita Scruton (2015), no valor da liberdade individual, que para os conservadores não é absoluto, mas sujeito a um outro valor, mais elevado, que é a autoridade do governo existente. O conflito então não diz respeito à liberdade, mas à autoridade, tendo em vista que é por meio do ideal de autoridade que os conservadores vivenciam o mundo político.

Nesse sentido, Scruton (2015) considera que o conservadorismo não está relacionado à liberdade, mas sim à autoridade, visto que a liberdade dissociada da autoridade não seria útil para ninguém, nem mesmo para quem a detém.

Para o conservador, o poder não será capaz de se mascarar como subordinado a algum objetivo claro e justificador – ele não é o meio para a “justiça social”, para a “igualdade” ou para a “liberdade”. É um poder para mandar e influenciar, e sua justificação deve ser encontrada nele mesmo, numa ideia de legitimidade e direito estabelecido. O poder que o político procura deve ser, em outras palavras, um poder reconhecido. Ele não deve ser considerado pelo povo apenas como poder, mas como autoridade (SCRUTON, 2015, p. 59-60).

No que diz respeito à política, Scruton (2015) considera que para o conservador os políticos podem ter objetivos e pretensões em relação ao povo que pretendem governar, no entanto não pode haver submissão da política a objetivos determinantes, visto que destruiria a própria relação da qual o governo depende.

O autor analisa que a sociedade também possui uma vontade, e que uma pessoa racional deve estar aberta à persuasão. O conservador considera então que essa vontade está conservada na história, na cultura, na tradição e no preconceito. Os verdadeiros conservadores buscam uma

consonância com esses princípios e, com isso, tentam viver em amizade com a nação da qual fazem parte (SCRUTON, 2015).

Para ele

o conservadorismo tem origem numa postura em relação à sociedade civil, e é de uma concepção de sociedade civil que deriva sua doutrina política. Uma doutrina política, porém, deve conter um motivo para a ação e uma fonte de magnetismo. Os conservadores – incapazes que são de recorrer ao futuro utópico ou a qualquer outro futuro que, de certo modo, já não esteja contido no presente e no passado – devem valer-se de concepções que são diretamente aplicáveis às coisas como são e, ao mesmo tempo, indicadoras de uma força motivadora no povo (SCRUTON, 2015, p. 63-64).

Em sua análise, considera que existem três concepções que se apresentam imediatamente e que devem ser analisadas. A primeira delas refere-se à autoridade, que pode significar muitas coisas, mas particularmente, poder legítimo e estabelecido. A forma como os conservadores compreendem o vínculo da sociedade se dá a partir de um vínculo “transcendente”, que existe fora da esfera da escolha individual, e inevitavelmente os cidadãos estão dispostos a reconhecer sua legitimidade, ou seja, a conferir autoridade à ordem existente. A convivência geral é um pressuposto da condição da sociedade, e para os conservadores é necessário defender todas as práticas e instituições – sendo a família a preeminente –, por meio das quais os hábitos de obediência são adquiridos (SCRUTON, 2015).

Scruton (2015, p. 73) defende que os conservadores depositam sua fé em sistemas conhecidos e testados, buscando garantir a eles toda a autoridade necessária para constituir um domínio público aceito e objetivo. Em sua análise, “é daí que surge seu respeito pela tradição e pelos costumes, e não de qualquer fim – como a liberdade – em relação ao qual essas práticas são tomadas como meios”.

A segunda dessas concepções está ligada à ideia de obediência, que define a situação da sociedade, fazendo desta algo maior do que um simples agregado de indivíduos, como a mente liberal percebe. Scruton (2015) identifica como objeto primário da obediência a autoridade, que significa o poder concebido como legítimo e, dessa forma, atado pela responsabilidade.

Uma das características dos conservadores é o ceticismo em relação a reivindicações em defesa do valor do indivíduo, na hipótese de este entrar em conflito com a obediência necessária à sociedade. Caso a individualidade ameace a obediência, a ordem civil também é ameaçada, e tal fato certamente irá ocorrer em sociedades nas quais a individualidade procura se conceber a si mesma em oposição às instituições e tradições a partir das quais emerge (SCRUTON, 2015).

Para o autor “autoridade e responsabilidade surgem da noção de família e a sustentam como algo maior do que o agregado de seus membros, uma entidade da qual os membros participam, de modo que seu ser e o dele se misturam”, engrandecendo seus membros por meio da participação em arranjos como esses, e não diminuindo-os. “A mera individualidade”, continua Scruton, “relega primeiramente a família e em seguida a todo o organismo social, é finalmente substituída pela obediência madura, a única forma de ‘liberdade’ politicamente desejável” (SCRUTON, 2015, p. 75).

Para os conservadores a monarquia, e o tipo de patriotismo que ela gera, são valorizados, uma vez que a legitimidade do governo monárquico surge “transcendentalmente”, “ao modo dos deveres e das obrigações da vida familiar” (SCRUTON, 2015, p. 81).

A tradição constitui a terceira concepção indicada pelo autor; é posta em prática, e não planejada, apesar de ser consciente da falta de discurso. Na análise de Scruton, tem um duplo poder, conferindo, em primeiro lugar, razão à história, o que coloca o passado diante de um objetivo atual. Já em segundo lugar, considera que a tradição surge da própria organização da sociedade, não sendo um mero aprisionamento do exercício do poder.

Scruton (2015, p. 83) afirma que “as tradições surgem e exigem respeito onde quer que os indivíduos procurem se relacionar com algo transcendente”. Para o autor elas surgem nos mais diversos espaços: “em clubes e sociedades, na vida local, na religião e nos costumes familiares, na educação e em toda instituição em que as pessoas são postas em contato com seus semelhantes”.

Em sua análise, os conservadores defendem as tradições que têm a relevância de uma história bem-sucedida, como resultado de um processo que prosperou, e não como o fato mais recente em um conjunto de começos ineficazes. As tradições atraem a lealdade de seus participantes, moldando sua ideia sobre o que são e o que deveriam ser, apontando para algo durável, que sobrevive e dá sentido aos atos que surgem delas (SCRUTON, 2015).

Nesse sentido, Scruton (2015, p. 93) identifica dois princípios, tão básicos que os considera como os axiomas do pensamento conservador. O primeiro é o princípio de que não há uma política geral conservadora, visto que as formas de conservadorismo variam tanto quanto as formas de ordem social. O segundo, o de que o conservadorismo “se ocupa com a superfície das coisas, com os motivos, as razões, as tradições e os valores da sociedade dos quais obtém sua vida”.

Para o autor, a sociedade existe por causa da autoridade, e a partir de seu reconhecimento constitui-se um vínculo não contratual, mas transcendente, como o vínculo familiar. Esses vínculos necessitam de tradição e costumes para serem percebidos como um fato público. A

tradição, no entanto, não pode ser considerada como algo estático, mas sim como conquista ativa de continuidade que pode ser restaurada, aperfeiçoada e resgatada conforme o decoro e a oportunidade permitam (SCRUTON, 2015).

Como explicitado anteriormente, um dos espaços onde surgem as tradições é a religião. Scruton (2017) considera que a religião consiste na crença em um Deus, nas doutrinas que a ornamentam e nas práticas que resultam dela.

Dito de outro modo: a religião tem suas raízes na necessidade que a espécie humana tem de permanecer unida, de reivindicar e defender seu território e de realizar os tipos de sacrifício necessários para nossa sobrevivência coletiva. [...] Portanto, da raiz da filiação coletiva cresce o tronco de uma obediência comum e de uma herança coletiva de confiança. E esse tronco dá suporte a uma superestrutura ramificada do pensamento e da emoção, que preenche o coração e a mente dos crentes e modifica seu mundo. A religião abrange todas essas coisas – a raiz da filiação coletiva, o tronco da obediência, os ramos da fé e as folhas e flores da liturgia e da adoração (SCRUTON, 2017, p. 152).

O autor considera então que a religião não diz respeito aos deuses, mas, na realidade, aos homens e ao destino humano. Ele a considera como uma reafirmação do pertencimento a uma comunidade e uma postura em relação ao transcendente. Para ele trata-se da adoção de uma postura perante o mundo, enraizada no pertencimento a uma comunidade, e que influencia todos os aspectos da experiência, da emoção e do pensamento (SCRUTON, 2017).

Nas palavras de Scruton (2017, p. 108), “a religião é uma maneira de fazer com que os interesses a longo prazo da sociedade possam avivar as decisões a curto prazo de seus atuais membros”. O autor considera que a Igreja sempre tentou salvaguardar o mundo dos votos, compreendendo-o como um mundo de coisas sagradas, no qual as obrigações santas e imprescritíveis perpassam a vida dos sujeitos e os guiam ao longo de certos caminhos, independentemente de sua vontade individual. O casamento tradicional seria para ele, visto de fora, como um rito de passagem para outra condição social e, de dentro, como um voto.

O casamento não é um contrato de coabitação, mas um voto de companheirismo. [...] o casamento tem uma função, que é assegurar a reprodução social, a socialização das crianças e a transmissão de capital social. Sem o casamento, é improvável que esses processos ocorressem, mas quando ocorrem eles proporcionam tanto uma realização da união sexual quanto um meio de transcender seus exíguos imperativos, num domínio de dever, amor e orgulho. O caráter interno e sacramental do casamento é, assim, reforçado por sua função externa. Juntos, eles conferem ao casamento seu caráter distintivo, como uma instituição que é, em igual medida, normal e sublime (SCRUTON, 2017, p. 121).

Para Scruton (2017, p. 107) o casamento é “uma forma única de cooperação social e econômica, com uma divisão de papéis que promove o apoio mútuo e mais que dobra a eficácia de cada um dos companheiros em seu mútuo afã por segurança”.

Em sua análise, crianças nascidas dentro de um casamento têm uma probabilidade muito maior de serem socializadas, extrovertidas e aptas a formar seus próprios relacionamentos permanentes do que aquelas crianças que nascem fora dele, visto que pais casados firmaram um compromisso aprovado pela sociedade, que incluía filhos. “Filhos de pais casados encontram na sociedade um lugar já preparado para eles, provido por um regime de sacrifício parental e protegido por normas sociais”, defende o teórico (SCRUTON, 2017, p. 108).

Nesse sentido, considera que a sociedade tem um interesse profundo pelo casamento, e que “mudar essa instituição pode alterar não só as relações entre os vivos, mas também o futuro dos não nascidos e o legado de seus predecessores (SCRUTON, 2017, p. 107).

Segundo Scruton (2017), as mudanças processadas pelo Estado, a fim de remodelar o casamento, usurparam o rito do matrimônio, fazendo com o que antes fora uma lei sagrada, perdesse o laço marital. Quando o Estado julgou conveniente reverter o sacramento, permitindo o divórcio fácil, houve a redução do casamento a um contrato. Assim, o casamento deixou de ser um rito de passagem para uma outra e mais elevada vida, transformando-se num selo burocrático no qual as escolhas temporárias dos sujeitos são endossadas.

Scruton (2017, p. 165) afirma então que “o sacramento do matrimônio foi transformado num contrato civil; os antigos costumes de cortejo e fertilidade foram justificados de novas maneiras, tornando-se por referência as necessidades da sociedade e o dever patriótico”. Para o autor o mais recente ato de liberalização do Estado em relação ao matrimônio é a permissão do casamento, ou o equivalente civil para pessoas do mesmo sexo. Conforme sua interpretação, considerar o “casamento gay” como uma opção possível é ignorar o fato de que essa instituição molda o motivo para nela ingressar, tendo em vista que o casamento tradicional era uma dramatização da diferença sexual.

Os *gays* querem o casamento porque querem a aprovação social que ele implica; mas ao admitir o casamento *gay*, privamos o casamento de seu sentido social, como uma bênção aos vivos dada pelos não nascidos. Portanto, a pressão pela aceitação do casamento *gay* é, em certa medida, autodestrutiva. [...] Aqueles que se perturbam com isso e desejam registrar seus protestos terão de lutar contra poderosas formas de censura. As pessoas que discordam daquilo que está rapidamente se tornando a ortodoxia em matéria de “direito dos *gays*” agora são rotineiramente acusadas de “homofobia”. Essa censura fará avançar a causa daqueles que se encarregaram de “normalizar” a ideia da união homossexual. Não será possível resistir a isso mais do que se provou possível resistir à censura feminista à verdade sobre a diferença sexual (SCRUTON, 2017, p. 128;129).

Nesse sentido, o autor o considera como uma ameaça a sentimentos antigos em relação ao sagrado e ao sacramental e indica que pessoas comuns que se casam e criam filhos da maneira tradicional tenderão a votar em legisladores que defendam uma visão sacramental do casamento, que aprovelem leis favoráveis às “formas normais” do sacrifício marital (SCRUTON, 2017).

Scruton (2015) afirma que as famílias fazem sua vida no lar, sendo assim é necessário que tenham uma propriedade para seu estabelecimento. Para os conservadores, a preocupação deve ser com a distribuição da propriedade, e não apenas sua acumulação, uma vez que dada sua crença na importância política da família e a confiança na lealdade desta em respeitar uma ordem política estabelecida, os conservadores devem desejar a distribuição da propriedade por todas as classes da sociedade, respeitando, no entanto, o conceito de casa que possa ser genérico para cada um deles.

Para Scruton (2015, p. 173) a propriedade é a principal ligação entre o homem e a natureza e, portanto, “o primeiro estágio na socialização dos objetos e a circunstância de todas as instituições mais elevadas”. Para ele “por meio da propriedade, o homem impregna seu mundo de vontade e aí começa a descobrir a si próprio como um ser social”. A propriedade seria, em sua perspectiva “como uma instituição que requer não apenas a realização nas instituições do Estado, mas também a proteção delas (SCRUTON, 2015, p. 180).

É por meio da propriedade e dos direitos a ela associados que, segundo o autor, o objeto é elevado da simples condição de coisa e se entrega à humanidade, passando a carregar a marca das relações sociais humanas. O seu proprietário passa a refletir uma figura de si mesmo como um ser social. Existe então uma profunda conexão entre a propriedade privada e a autorrealização. A partir do exposto, o autor avalia a propriedade como corolário do pensamento conservador, e não sua principal preocupação.

Scruton (2015) considera que toda a tradição que tenha certa importância na vida do cidadão passará a fazer parte do *establishment* de um Estado. Para ele o *establishment* compreende tanto poder, quanto autoridade, tendo em vista que estes requerem-se mutuamente. Delegar o poder é enfraquecer o centro da autoridade; se existem juntos é possível fazer com que novos poderes sirvam ao poder do Estado.

O poder sem autoridade é um poder “infeliz”. [...] A transformação do poder em autoridade outorga-lhe reconhecimento e, assim, elimina o princípio da força arbitrária. Poder e autoridade buscam um ao outro. Sua busca é o processo da política, ao passo que o *establishment* é a condição que o encontro entre eles cria (SCRUTON, 2015, p. 253).

O *establishment*, conforme indica o autor, em um sentido político, requer três atributos: poder, autoridade e o processo que os une. Sua virtude consiste, em certo grau, no abrandamento do poder e na criação de direitos pelos quais o poder se faz inteligível.

A relação entre Igreja e Estado é para ele um dos mais complicados problemas para a doutrina conservadora e uma das características do *establishment* mais difíceis de se compreender. Scruton (2015) afirma que a atividade política pode ser independente da existência de Deus e independente da vontade de Deus, mas não pode ser independente da crença em Deus. Devido a essa crença, as pessoas são capazes de desviarem seus mais poderosos descontentamentos dos perigos da vontade de realizar mudanças para uma esperança de um dia serem redimidas sem a necessidade dessas. A situação da crença religiosa se refletirá na situação da sociedade civil, e com isso haverá a busca de garantir sua expressão na lei.

Parece, pois, que a retirada da doutrina religiosa, afinal, traz consigo um afinamento nos laços sociais transcendentais. A religião – em participar o Cristianismo – estava profundamente ligada ao modo comum de ver as coisas. A destruição de seus dogmas, de sua liturgia, de seus rituais e de sua presença cerimonial deixou um vácuo. [...] Uma Igreja firmemente estabelecida, com uma tradição de não conformismo que se fia nos mesmos textos e práticas sagrados, está apta a recompensar a busca pela religião tanto imediatamente quanto inteligentemente (SCRUTON, 2015, p. 274).

Scruton (2015, p. 284) afirma, nesse sentido, que “a Igreja legitimou a busca do autoconhecimento do rico, assim como consolidou o poder em sua miséria, fazendo-se servir das necessidades espirituais de cada um”, garantindo que os ricos se sentissem aliviados e os pobres aceitassem sua sina da pobreza.

Para o autor não há distinção de classe como má ou injusta, tendo em vista que ela provém dos princípios básicos da ordem social; nesse sentido, uma prerrogativa importante da política conservadora consiste em, preservar a imagem a partir da qual adquirem sua validade. Em sua análise a desintegração da sociedade significa o colapso da justiça, e o propósito do *establishment* é impedir que haja a fragmentação social, que ocorre devido ao rebaixamento do poder de inclinação racional a apetite (SCRUTON, 2015).

Scruton (2015, p. 289) considera então como o grande objetivo interno da política, ou como objetivo de governo, o *establishment*. A lógica conservadora defende que “a ordem do Estado precisa ser objetiva, inclusiva, e ser considerada legítima”, garantindo que as diversas condições sociais possam chegar “a sua realização ideológica ao se sujeitarem a um poder soberano comum”. Se o fim não for o *establishment*, a sociedade civil sempre estará à beira da fragmentação. Nesse sentido é necessário manter o *establishment* para sustentar os postos do

Estado, assim como é igualmente importante combater a tentativa do poder de se construir de maneira independente.

Outro teórico do pensamento conservador de especial relevância, nos últimos anos, é Theodore Dalrymple<sup>13</sup>. Diferentemente do observado nos outros autores conservadores contemporâneos, Dalrymple não se identifica em sua obra como conservador, no entanto é possível encontrar nela alguns elementos centrais do pensamento conservador.

Apesar de o autor se propor a realizar uma análise racional, o que foi possível constatar é a existência de uma obra construída a partir de sua experiência pessoal e sua apreensão daquilo com que se defrontava, elemento encontrado em várias passagens.

Isso não é meramente hipotético, ou uma construção de minha imaginação. Em minha carreira como médico testemunhei, inúmeras vezes, pessoas severamente feridas como resultado de conflitos diretos, assim como conheci detentos que foram levados a adotar medidas extremas em razão de seu vizinho ouvir música em altíssimo volume nas primeiras horas da manhã. Esses detentos não eram pessoas violentas por inclinação, mas uma vez que as autoridades se omitiram em seus poderes de sentença e de cumprimento da ordem, nada mais lhes restara a não ser o argumento do porrete e da faca (DALRYMPLE, 2015a, p. 84).

A partir da passagem descrita acima, é possível adentrar em um dos pontos centrais da análise do autor, a autoridade, citada em diversos momentos de sua obra, seja para se referir à sua presença ou à sua ausência. Para o autor “a autoridade é derivada do mero fato de se estar respirando, por meio do equivalente secular da divina providência – isso quer dizer, por direito natural” (DALRYMPLE, 2015a, p. 41).

O autor considera que o que é legalmente permissível o será também moralmente. Nesse caso, as leis, e conseqüentemente, quem as produz, são considerados como os árbitros morais da sociedade, tendo o poder de decidir o que é ou não permissível.

Existe em sua análise autoridades intermediárias, tais como a família, a igreja, dentre outras organizações, que contribuem para que a sociedade espere e aceite o direcionamento proposto para suas vidas. Outro elemento central na obra do autor é a análise acerca da necessidade de se ter preconceitos, ou ideias preconcebidas.

Dalrymple (2015a) considera que atualmente existe um forte preconceito contra todo e qualquer preconceito, sendo confundidos muitas vezes com discriminação, opressão, racismo, dentre outros.

---

<sup>13</sup>Dalrymple é um dos pseudônimos do médico psiquiatra Anthony Daniels. Em sua obra, constantemente se remete a suas experiências profissionais na Inglaterra, mais precisamente na cidade de Birmingham, e na África. O autor contribui de forma direta na discussão do conservadorismo no Brasil não apenas pela publicação de suas obras traduzidas no país, mas também por meio de artigos para o Instituto Ludwig von Mises Brasil.



Realmente duvido que hoje em dia alguém, ao menos socialmente, admitiria ter algum tipo de preconceito. Admiti-lo significaria proclamar-se um sectário, o tipo de pessoa que não pode e não quer examinar suas opiniões e concepções prévias e que, conseqüentemente, apresenta-se como alguém restrito em suas afeições, farisaico em seus julgamentos, xenofóbico em suas atitudes, rígido em seus princípios, severo diante de seus inferiores, obsequioso perante seus superiores e convencido de sua própria retidão (DALRYMPLE, 2015a, p. 19).

Apesar de explicitar seu entendimento acerca de como o preconceito não deve ser considerado, o autor se isenta de elaborar de forma clara um conceito ou sua análise sobre o termo, mas vai trazendo elementos durante a obra que permitem ao leitor ter uma noção de como deve compreendê-lo.

A partir do exposto pelo autor, chega-se então à noção de que preconceito pode corresponder a qualquer autoridade ou crença herdada. Dessa forma, um ritual visto com normalidade pela sociedade, que se torna um hábito, é considerado pelo autor como um preconceito comportamental.

Dalrymple (2015a, p. 107) afirma que “constitui-se uma das glórias da consciência que os seres humanos sejam capazes de refletir tanto em razão de preceitos quanto de exemplos e, conseqüentemente, serem aptos a fazer mudanças”.

mesmo que seja verdade que nascemos com certas predisposições, preconceitos, pressuposições e propensões, todavia, isso não implica que as nossas vidas estejam predestinadas ou predeterminadas, uma vez que essas características podem ser lidadas de distintas maneiras (DALRYMPLE, 2015a, p. 101).

Defende o pressuposto de que rejeitar o preconceito e as ideias recebidas não é um bem em si, tendo em vista que este é necessário para a manutenção da decência. A derrubada de um preconceito não significa necessariamente a destruição do preconceito enquanto tal, mas quando há a destruição, outro surge em seu lugar (DALRYMPLE, 2015a).

O autor argumenta que “uma filosofia que se destine a destruir a influência do costume, da tradição, da autoridade e do preconceito” está na verdade destruindo costumes particulares, tradições, autoridades e preconceitos específicos, que serão substituídos por outros. O novo, em todos os aspectos da existência humana, “poderá ser melhor que o antigo, mas também poderá ser pior”, nesse sentido toda melhoria, assim como toda deterioração, tem início em algum lugar. Em sua análise, o abandono dos limites estabelecidos pelos costumes e um preconceito moral invertido não conduziriam necessariamente a alguma melhoria (DALRYMPLE, 2015a, p. 85).

É como se o fundo total de indignação humana tivesse um tamanho constante. À medida que as proibições morais tradicionais, inibições e antigas considerações são destruídas pela crítica corrosiva da verborreia filosófica, novas proibições imediatamente aparecerão para preencher o vácuo gerado (DALRYMPLE, 2015a, p. 81).

O autor analisa então que a mudança pode ocorrer tanto para melhor, quanto para pior, e quando decorre de uma vontade de exhibir originalidade e de julgar tudo a partir da própria opinião, sem inferências, é mais comum que se revele uma manifestação de um egoísmo maligno do que a partir do desejo genuíno pela verdade ou por uma boa vida.

Segundo Dalrymple (2015a, p. 110), em geral, é muito mais fácil se substituir um bom preconceito por um ruim, e isso pode ocorrer “porque o coração do homem se inclina mais ao mal do que ao bem, mais à gula do que à moderação, ao ódio do que ao amor, à preguiça e não à indústria, ao orgulho em vez da modéstia”.

No caso da autoridade, ponto abordado anteriormente, Dalrymple (2015a, p. 42) afirma que “um preconceito cego a favor da autoridade constituída foi substituído por outro preconceito cego, o qual vê em qualquer autoridade, exceto aquela que emana da própria pessoa, algo inerentemente ilegítimo”.

Dalrymple (2015a) sugere que a família, uma das formas de autoridade intermediária destacada por ele, vem sendo constantemente criticada. O preconceito ligado à estrutura familiar vem sendo destruído, e em seu lugar, construído um preconceito segundo o qual as pessoas possam escolher suas próprias formas de associação íntima, não contaminadas pelos vieses e pressões econômico-sociais e que não se conformam a padrões particulares.

O autor exemplifica tal situação a partir das próprias experiências no trabalho profissional, como quando cita que “de uma forma bastante emocionante, o detendo me diria que tudo o que sempre quis foi constituir o tipo de família estável e ‘convencional’ que nunca conhecera, e de cujas condições ele não tinha a menor noção” (DALRYMPLE, 2015a, p. 95).

Para Dalrymple (2015b) o triunfo da visão romântica das relações humanas foi desastroso para as relações familiares. Essa visão defende que a felicidade é o objetivo da vida humana e, como muitos casamentos são infelizes, é preciso fundamentar as relações humanas não em bases extemporâneas e antirromânticas, como a obrigação social, o interesse financeiro e o dever, mas no amor, no afeto e na inclinação.

Em sua análise, sugere que a família há muito tempo vem sendo objeto de ódio dos intelectuais, que a denigrem e tomam seus piores aspectos pelo todo, usando a reforma como pretexto para sua destruição. Exceto para aqueles poucos que ainda são profundamente

religiosos, o casamento, na Inglaterra, foi praticamente esvaziado de seu conteúdo moral, social, prático e contratual, acredita o teórico (DALRYMPLE, 2015a).

Dalrymple (2015a) afirma que o preconceito a favor da vida familiar foi gradualmente transferido em um preconceito contrário e, de forma oposta, o preconceito contra crianças nascidas de forma ilegítima foi sendo aceito.

Outra questão abordada pelo autor sobre a família diz respeito à autoridade dentro dela. Utilizando-se novamente de exemplos cotidianos observados por ele (como um relato de jornal que destacava a experiência de uma família quando encontrou um pé de galinha no assado comprado em determinado supermercado local), o autor questiona a autoridade dos pais perante os filhos, indicando que existe uma transferência do locus de autoridade emocional, intelectual e moral (DALRYMPLE, 2015b).

O autor trata de forma individualizada as mais diversas questões envolvendo situações morais dos tempos atuais, trazendo muitas vezes para o âmbito familiar a responsabilidade pelo que considera como erros. Como exemplo, a violência doméstica, que para Dalrymple constitui a causa mais forte para que ocorra violência entre os sexos devido ao ciúme de alguns homens (DALRYMPLE, 2015b).

Para além da identificação da causa da violência doméstica, o autor aponta que o preconceito contra o preconceito é que leva as mulheres a situações de espancamento e morte.

O argumento que elas aceitam caminha mais ou menos na seguinte linha: a observação de homens que se vestem e se apresentam de determinada maneira e que se tatuam pesadamente sejam homens maus é, no melhor dos casos, uma generalização grosseira, a qual provavelmente resulta de um viés de classe. Nem *todos* os homens que bebem muito, isso quer dizer mais do que os puritanos que nos adulam e nos intimidam, são homens maus; portanto, um homem *x* que beba demais possivelmente não é um homem mau. [...] A única coisa ética a se fazer nessas questões, portanto, é a pessoa seguir as próprias inclinações, isso quer dizer, ter sexo no momento em que for oferecido, e não emitir julgamento antes de ir morar junto. Somente então a mulher poderá estar segura de que não estará sendo preconceituosa ou não estará fazendo *juízos*, mesmo que isso signifique um nariz quebrado e crianças permanentemente aterrorizadas (DALRYMPLE, 2015a, p 126).

O autor defende que o fim dos casamentos foi o que deu ao Estado determinada centralidade, tornando-se este responsável pela subvenção de metade da população britânica (DALRYMPLE, 2015b). Em sua análise (DALRYMPLE, 2015a, p. 74) o abandono da responsabilidade para com a família não ocorre como antigamente, tendo em vista que o Estado, “embora não seja exatamente o pai da criança, tornou-se ao menos o seu padrasto, e assumirá o custeio”, de modo que a degradação moral que ocorria quando um pai não assumisse a responsabilidade moral da vida familiar agora não mais se justifica.

Devido a profundas alterações sociais, tudo que não é proibido, torna-se um direito, uma vez que tudo que a pessoa terá direito de fazer, ninguém tem o direito de proibir. “De súbito, o mundo fica repleto de direitos, e novos direitos serão descobertos todos os dias, na mesma velocidade com que as expedições dos insetologistas na bacia do Amazonas descobrem novas espécies de insetos” (DALRYMPLE, 2015a, p. 82).

Segundo sua concepção, as pessoas estão muito cientes de seus direitos, e aquelas que os têm sempre presentes em suas mentes, apelando para eles ao primeiro sinal de frustração de seus caprichos, tendem, por esta e outras razões, a tornarem-se egoístas radicais. A expansão desses direitos ocorre a fim de satisfazer os egos de quem defende que a liberdade nada mais é do que a ação desimpedida de regras (DALRYMPLE, 2015a).

O autor defende que, para os racionalistas, as pessoas não apenas nascem iguais, mas também precisam ser tratadas igualmente. O caminho a percorrer seria levar os pobres para cima, até o padrão dos ricos, mesmo que na prática isso signifique expropriar os ricos com impostos pesados. No entanto, a partir de sua concepção, as recentes tentativas de promover a plena igualdade, econômica e social, não foram felizes, levando às “piores atrocidades da história da humanidade” (DALRYMPLE, 2015a, p. 105).

No que concerne à história, o autor afirma que a interpretação liberal de história não está mais em voga nos dias de hoje, tendo sido substituída pela visão da insensatez e do crime. A partir dessa visão atual, a história passa a ser interpretada como “nada mais que o registro de extremas perversidades, então nada temos a aprender”; essa postura leva a) que as pessoas de indiscutível boa vontade façam tudo diferente no futuro. Sem qualquer concepção religiosa de pecado original, a partir da qual a imperfectibilidade do homem é aceita sem, no entanto, absolvê-lo da necessidade de individualmente se esforçar para ser virtuoso, “tanto uma perfeita consistência moral quanto um completo amoralismo se tornam o padrão de julgamento” (DALRYMPLE, 2015a, p. 29).

Essa percepção, seja do amoralismo, seja do perfeccionismo, gera uma vantagem, que liberta os homens do peso do passado. Nesse caso, livres de quaisquer manchas herdadas, os homens devem fazer tudo à sua maneira, “sem a menor referência àquilo que terceiros já passaram”. O passado torna-se “algo a ser evitado a todo custo, para que não infecte mais ninguém com os seus crimes e a sua insensatez (DALRYMPLE, 2015a, p. 29-30).

Dalrymple (2015c, p. 146) defende então que o tipo de historiografia que se tornou “praticamente padrão em muitas áreas (feministas, negros, gays e daí por diante) dos estudos acadêmicos” considera a história apenas “como pano de fundo para reclamações presentes, reais

ou imaginárias, usada no intuito de justificar e inflamar o ressentimento”, com o objetivo de “desconectar a sociedade de um sentido real com o seu passado vivo e sua cultura”.

O autor observa que a população está sendo deliberadamente criada sem qualquer senso de história, ocorrendo a substituição de fatos históricos por temáticas (a)históricas até mesmo em museus (DALRYMPLE, 2015c). Em sua análise sobre história, Dalrymple (2015a, p. 129) compreende que é por “estar sobre os ombros de gigantes” que é possível ver mais longe, e não por “impertinentemente” questionar tudo o que a humanidade já alcançou.

Observa-se então que há em suas análises uma exaltação de suas experiências pessoais como verdades incontestáveis e tomadas como referências para promover análises sobre os temas. Desse modo, considera-se que a obra de Dalrymple instaura um debate a partir do senso comum, por meio de suas experiências individuais, e que é a partir delas que o autor irá teorizar sobre temas cotidianos.

Souza (2015) aponta quatro pontos na posição do conservadorismo moderno em relação ao conservadorismo clássico. O primeiro deles indica que esse novo conservadorismo dificilmente assume uma filiação teórica ou tradição ideológica, atribuindo a estas uma ideia pejorativa, de dogma. O segundo ponto sinaliza que os conservadores contemporâneos valorizam o presente, não são nostálgicos de formas sociais passadas. O terceiro ponto trata de uma aproximação com o pragmatismo, ou um acentuado empirismo, tendo em vista que esses movimentos valorizam “o possível”. Por fim, indica que o conservadorismo na atualidade não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a alguns, mais precisamente aquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas.

A defesa da propriedade se coloca como central em todas as análises, que a vinculam à família, como na análise de Scruton. Essa centralidade ocupada pela propriedade e pela família indica a vinculação desses valores com os pilares da sociedade capitalista. Manter as estruturas sociais que lhes dão sustentação é o que garante a dinâmica da sociedade do capital à ideia de imutabilidade. Para esses autores as mudanças são aceitáveis, no entanto devem ser evitadas a todo custo, uma vez que, em todas as análises realizadas, de forma geral levariam mais a prejuízos do que avanços.

Percebe-se também uma tentativa de caracterizar o conservadorismo em autores como Oakeshott e Scruton, os quais buscam identificar o “ser conservador”; ou os pilares e problemas postos ao conservadorismo, como na obra de Kirk.

Para além disso, observa-se na contemporaneidade um crescimento dos movimentos de extrema direita, como o *alt-right*, que utilizando-se da ironia e dos “memes”, vem ganhando

espaço na internet e fora dela, exercendo influência inclusive na vida política<sup>14</sup> dos países, como pôde ser comprovado na eleição de Trump para a presidência dos Estados Unidos. Esses movimentos colocam em xeque valores conquistados pela modernidade e fazem ascender na sociedade traços fascistas<sup>15</sup> ao conservadorismo.

Considera-se então o conservadorismo, em qualquer tempo histórico que se apresente, como o projeto da burguesia, que se reinventa a partir das crises do capital, mas que mantém como um de suas premissas centrais a manutenção da sociabilidade capitalista, construindo uma imagem agregadora, que é aderida inclusive pela classe trabalhadora, considerada como a única forma de sociabilidade possível.

---

<sup>14</sup>Mbembe (2016) argumenta que na atualidade as formas contemporâneas subjugam à vida o poder da morte, denominando-o de necropolítica, que promove uma política de extermínio de cunho racista e classista.

<sup>15</sup> Para uma melhor análise sobre o fascismo, ler MANN. Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

## 2 **FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL**

A análise do pensamento conservador no Brasil deve ser compreendida a partir da sua relação com a sua formação sócio-histórica, com um processo de desenvolvimento particular em relação aos países nos quais o capitalismo primeiro se desenvolveu. Essa característica nacional faz com que o pensamento conservador no país se desenvolva com raízes no pensamento europeu, no entanto com algumas particularidades próprias.

Ferreira e Botelho (2010, p. 13) afirmam que o pensamento conservador brasileiro se inspira em parte do conservadorismo europeu, mas para além disso “nossos conservadores devem lidar com as transições e continuidade vividas pela sociedade brasileira ao longo do tempo, muito diferentes das que estão na raiz do conservadorismo clássico”, o que coloca a necessidade de se compreender as particularidades nacionais brasileiras, a fim de se analisar o pensamento conservador no Brasil.

A formação do pensamento conservador no país surge em um contexto marcado pelo racismo, devido à exploração do trabalho escravo no Brasil durante séculos, bem como pelo desenvolvimento tardio das relações capitalistas. Nesse sentido, é necessário que se proceda a uma análise não só do pensamento conservador no país, mas das particularidades do processo de transição para o capitalismo no Brasil, que ocorre sem a mediação de um processo revolucionário “clássico”<sup>16</sup>.

Dessa forma o objetivo do capítulo é compreender alguns elementos do processo da formação sócio-histórica brasileira, discutir a gênese do pensamento conservador, bem como compreender o pensamento conservador na contemporaneidade.

### 2.1 **O desenvolvimento do capitalismo brasileiro: elementos para sua análise crítica**

Para tratar das particularidades assumidas pelo capitalismo brasileiro é importante, em um primeiro momento, recorrer a autores da tradição marxista que analisam as formas “não clássicas” do desenvolvimento capitalista.

---

<sup>16</sup> Considera-se um processo revolucionário clássico o que Lênin denomina de “via clássica” ou “americana”.

Lênin (1980), ao analisar a construção da ordem burguesa em diversos países, indicou que para pensar o seu processamento no campo existiriam dois caminhos. O caminho americano, ou “via clássica” ocorre onde não existe domínio latifundiário, ou nos casos em que existe, este é destruído pela revolução, que se fragmenta em pequenas unidades. Outro caminho apontado pelo autor seria o “não clássico” ou via prussiana, no qual o latifúndio feudal é convertido em empresa burguesa, a partir de um processo lento e gradual, que leva a resultados catastróficos para o campesinato.

Coutinho (2011, p. 224) afirma que pela “via prussiana” “conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extraeconômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais”.

Gramsci (2002), ao analisar o processo do Risorgimento, processo de unificação do Estado italiano, constatou que a revolução burguesa ocorreu de forma diferente entre os países. No caso francês, modelo que se tornou universal, no qual há uma transição clássica, houve uma fase revolucionária com grandes lutas econômicas e políticas. Já no caso italiano, segundo o autor, o que houve foi um processo de “revolução passiva” ou “revolução restauração”, no qual há uma conciliação entre os setores modernos e arcaicos das classes dominantes, com uma tentativa de exclusão das massas populares da participação nos processos.

Em sua análise

o conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontram lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. (GRAMSCI, 2002, p. 321).

Ainda conforme explica o marxista, o “transformismo” é uma das formas históricas de revolução passiva, no qual o grupo dos moderados age dentro de limites fixados por grupos conservadores, de forma que os ganhos democráticos ficam sempre aquém das reivindicações dos grupos mais radicais (GRAMSCI, 2002).

De acordo com Coutinho (2011, p. 226)

Na verdade, Gramsci não se refere à “revolução passiva” como uma “revolução frustrada”, isto é, fracassada ou inexistente; ao contrário, trata-se para ele de um tipo específico de revolução exitosa, ainda que feita através de conciliações pelo alto e da exclusão do protagonismo popular, o que gera um processo de transformações político-sociais do qual resulta, em suas palavras, uma “ditadura sem hegemonia”.



É a partir da análise dessas categorias que é possível pensar no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Coutinho (2011), considerando a análise realizada por Caio Prado Júnior, afirma que há no Brasil uma particularidade da transição para o capitalismo. Em outros casos “não clássicos”, como o da Alemanha, observou-se uma adaptação conservadora ao capitalismo a partir do domínio rural de tipo feudal. No caso brasileiro, essa adaptação conservadora ao capitalismo baseou-se em uma exploração rural de tipo colonial e fundada em relações escravistas de trabalho.

De acordo com Prado Júnior (2011, p. 9), “para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe”, sendo necessário que se proceda a uma análise do início do século XIX, não “se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade”. Segundo Ianni (1996, p. 60), “o passado parece não só múltiplo, diversificado, mas presente”.

O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional (IANNI, 1996, p. 60-61).

Ricupero (2011), ao analisar a obra de Caio Prado Júnior, afirma que a história do país foi feita sem se romper com o passado, o que leva à necessidade de se compreender o passado colonial brasileiro.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 28, grifos do autor).

Sendo assim, constata-se que o “sentido da colonização<sup>17</sup>” nesse contexto seria garantir o fornecimento de matérias-primas para os países europeus, sem considerar os interesses internos, destacando-se assim a importância dos vínculos do Brasil com a economia mundial capitalista.

---

<sup>17</sup> De acordo com Ianni (1996, p. 54-55), “o sentido da colonização não é único. Muda com os tempos, as relações internas e externas, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Não se limita à economia e à política. Pode compreender o poder militar, as igrejas e os meios de comunicação. Desdobra-se em formas de pensamento, ideias, doutrinas ou explicações”.

O objetivo central do colonialismo, na época do predomínio do capital mercantil, consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias não capitalistas dos povos colonizados, com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional. (...) O fato de que a extorsão crescente de valores de uso levasse, com o passar dos tempos, a uma alteração das bases econômicas e sociais do modo de produção interno num sentido mercantil e mesmo capitalista (...) é um resultado não intencional do processo de colonização, não sendo característico de seus inícios (COUTINHO, 2011, p. 37, 38).

Nesse contexto histórico, a economia brasileira baseava-se em três pilares principais: a monocultura; a mineração e o extrativismo. A monocultura necessariamente exige a existência de grandes propriedades rurais, no caso brasileiro, produzindo unicamente certos gêneros de grande valor comercial e nesse sentido, altamente lucrativos. Como principal atividade econômica, assim como era regra nas colônias tropicais, na monocultura constatava-se a presença de mão de obra inferior, mais precisamente de escravos.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Esses três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 127, grifos do autor).

O Brasil se torna uma colônia, cujo principal objetivo econômico é o fornecimento de mercadorias para o comércio europeu, mesmo que tais atividades somente interessem ao comércio metropolitano, não sendo importante localmente. Cabe sinalizar que a articulação ao sistema colonial no país se dava na forma de colônia de exploração, e não como colônia de povoamento.

A primeira “tem urna economia voltada para o mercado externo metropolitano e a produção se organiza na grande propriedade escravista”, enquanto na segunda “a produção se processa mais em função do próprio consumo interno da colônia, onde predomina a pequena propriedade”. Em outras palavras, a colônia de povoamento é aquela que não desperta o interesse econômico da metrópole e permanece à margem do sistema colonial, enquanto a colônia de exploração está ajustada às exigências econômicas do sistema (CHAUÍ, 2001, p. 33).

Nesse sentido, economicamente o país se estrutura de forma que haja um pequeno número de empresários nacionais, que dirigem e organizam seus rumos, aliado à presença de um grande contingente populacional, formado principalmente por escravos. Essas características são fundamentais para se compreender não só a economia colonial, mas os impactos na organização social e da cultura nesse contexto.

O principal veículo para realizar o “sentido da colonização” seria a grande exploração. Ela se caracterizaria pela reunião, em grandes unidades produtivas, de numerosos trabalhadores escravos. A grande exploração poderia ser agrícola, mineradora e extrativa, a produção de monoculturas como o açúcar, o algodão, o fumo e, em seguida, o café, assumindo nela especial importância. O peso da exploração na colônia seria enorme; repercutiria sobre as dimensões mais diferentes da vida, afetando a estrutura social, a organização política e as formas culturais então existentes (RICUPERO, 2011, p. 425).

É inegável, ao analisar a função desempenhada pela escravidão, que foi a partir do trabalho escravo que se estruturaram as relações de trabalho no Brasil. De acordo com Prado Júnior (2011), tendo em vista que quase todas as atividades laborais são executadas por escravos, o trabalho no Brasil passa a ser compreendido como ocupação de caráter pejorativo.

A trave mestra em torno da qual se organizaria a grande exploração seria a escravidão. Caio Prado Jr. chega a recuperar a observação de Alberto Torres de que a escravidão teria sido a única coisa organizada na colônia. Ela seria onipresente, afetando praticamente todos os aspectos da vida colonial. O principal efeito da escravidão seria fazer que o trabalhador fosse tratado como não muito mais que um mero instrumento de trabalho (RICUPERO, 2011, p. 424).

Coutinho (2011) afirma que o elemento escravista é marca determinante da formação econômico-social brasileira, interferindo na produtividade econômica do sistema, que ao contrário do feudalismo, em que havia um estímulo ao aumento da produtividade, na colônia ocorreu um bloqueio tecnológico. Esse fator impactará ulteriormente na constituição do capitalismo no Brasil para a criação de um mercado interno. Para além disso, o autor ainda indica que o escravismo no país constituiu, a partir da organização da estrutura de classes, faixas médias marginalizadas, que se reproduzem a partir do favor dos poderosos.

Para Ricupero (2009, p. 234), influenciado por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, Prado Júnior não deixa de perceber que no grande domínio desenvolve-se a família patriarcal. O patriarcalismo seria, para o autor, “um momento fundamental da totalidade colonial”, mas não se esgota nele. Segundo Prado Júnior (2011) o patriarcalismo<sup>18</sup> se encontra no germe das instituições portuguesas, mas o que realmente determinou sua difusão no Brasil foi o meio local.

É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. Em torno daqueles que a possuem e senhoreiam, o proprietário e sua família, vem agrupar-se a população: uma parte por destino natural e inelutável, os escravos; a outra, pela atração que exerce o único centro existente, real e efetivo, de poder e riqueza (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 305).

---

<sup>18</sup> De acordo com Coutinho (2011), nesse momento Prado Júnior utiliza uma terminologia weberiana para compreender a realidade brasileira.

O poder patriarcal se constituiu de tal forma no Brasil que a autoridade pública, a fim de garantir que tenha condições de agir no território nacional, precisa contar com ele. São os senhores rurais que possuem a autoridade e o prestígio, sendo necessário que a administração pública reconheça sua força, o que de fato ocorreu.

A relação do senhor com seu pessoal não era apenas uma relação de exploração comercial, bem como a relação com o escravo não se constituía tão somente da mão de obra explorada. Apesar de existir a coerção para o trabalho, por meio de açoites, do tronco e da senzala, o escravo também poderia contar com o senhor, dependendo deste para os atos e necessidades de sua existência. Os laços entre senhores e escravos eram muito maiores do que apenas a coerção, consistindo-se também de laços de dependência. Essa relação de dependência com o senhor também ocorre com homens livres, lavradores e rendeiros, que apesar da relativa liberdade, também nutrem sentimentos diversos em relação à sua situação.

Segundo Schwarz (2007), a colonização produziu, a partir do monopólio da terra, três classes de população, sendo elas o latifundiário, o escravo e o homem livre. Para o autor o “homem livre” seria na verdade dependente, tendo em vista que, por não ser nem proprietário e nem proletário, a sua reprodução, bem como seu acesso à vida social, dependia direta ou indiretamente do favor de um latifundiário.

O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre essas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para assegurar sua propriedade, e o funcionário o seu posto. *O favor é nossa mediação quase universal [...]* (SCHWARZ, 2007, p. 16;17, grifos do autor).

Ainda segundo o autor essa cumplicidade entre classes era sempre renovada, produzindo continuidades sociais profundas, assegurando a ambas as partes, em especial a mais fraca, que nenhuma era escrava. Mesmo o menor e mais miserável dos favorecidos reconhecia na concessão do favor a sua condição de pessoa livre, transformação prestação e contraprestação de favores em uma cerimônia de superioridade social (SCHWARZ, 2007).

De acordo com Prado Júnior (2011), os grandes proprietários rurais reuniam os elementos constitutivos de todas as aristocracias: riquezas, poder e autoridade. Eles formavam uma classe à parte com respeito, prestígio e reconhecimento universal na sociedade brasileira.

Segundo Fernandes (1981), não é possível associar o senhor de engenho ao burguês, ou a “aristocracia agrária” à burguesia, tendo em vista que o primeiro estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária, competindo a ele somente uma posição marginal neste processo de complementação ou substituição das riquezas naturais através do trabalho escravo, não podendo assim ser considerado o antecessor do empresário moderno.

O típico senhor de engenho da era pioneira era, de um lado, agente humano da conquista (daí precisar ser “nobre” e “militar”) e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio). A respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. “Lucro”, “ganho”, “risco calculado”, nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com o direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia (FERNANDES, 1981, p. 25,26).

A acumulação primitiva, que impulsiona o desenvolvimento do capitalismo na Europa, teve grande contribuição de países coloniais, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, a produção visando mercado externo foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo concorrencial na Europa, mesmo que no país ainda não existissem estruturas capitalistas propriamente ditas. Era essa relação entre colônia e metrópole, a partir dos processos que se desenrolavam na Europa, que ligava a grande lavoura ao capitalismo concorrencial.

O que ficava nas mãos do produtor, aponta Fernandes (1981, p. 24-25), “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização”, mas era uma “espécie de remuneração” que não foi absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais.

Para o sociólogo a Independência do Brasil foi a primeira grande revolução social ocorrida no país, colocando fim à era colonial e instaurando a formação da sociedade nacional. Não ocorre por meio de manifestações com a presença da massa populacional, com uso da violência e anseios de mudanças na estrutura social (FERNANDES, 1981). Para Ianni (1996, p. 13)

Em 1822 o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história. A declaração de Independência, a Assembleia Nacional Constituinte, os conflitos com os “portugueses” e as lutas populares não conseguiram lançar o país em um patamar avançado de história [...], não provocaram a abolição do regime de trabalho escravo, a Proclamação da República, o estabelecimento de garantias democráticas. Os movimentos e as ideias comprometidos com a república e a democracia foram derrotados, controlados ou simplesmente suprimidos. Aos poucos, o manto

monárquico recobriu muitas inquietações e desigualdades, criando a ilusão de que o poder moderador resolvia de forma benigna a maior parte dos problemas criados com o escravismo, as nações indígenas, a questão agrária, as diversidades regionais. Muitas inquietações se apagaram em diferentes lugares, dando oportunidade aos arranjos da conciliação pelo alto.

O que ocorre é uma “revolução encapuçada”, na qual não há a negação da ordem social imperante, adaptando-se às condições internas de funcionamento desta. Nesse sentido, há no processo de Independência um elemento puramente revolucionário, articulado a um elemento especificamente conservador.

O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação (FERNANDES, 1981, p. 32).

Com essa revolução dentro da ordem, manteve-se a continuidade, principalmente devido à permanência da grande lavoura e da mineração, das estruturas do mundo colonial. Rompeu-se jurídica e politicamente com o estatuto colonial, mas a substância social, moral e material seguiu sendo suporte para a construção da sociedade nacional.

É a partir da intensificação da expansão da grande lavoura, sob as condições econômicas, políticas e sociais, que a organização de um Estado nacional possibilitou que gradualmente uma parcela da aristocracia agrária saísse do isolamento do engenho ou da fazenda e conseguisse se projetar no cenário econômico e político das cidades.

Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela “aburguesou-se” (FERNANDES, 1981, p. 27,28).

É importante destacar nesse contexto como o pensamento liberal europeu, ao chegar ao Brasil, foi absorvido pelas elites nacionais e impulsionou-as a se opor aos antigos estatutos coloniais. Para Fernandes (1981, p. 34) o liberalismo cumpriu uma função ideológica e utópica, sendo seus princípios absorvidos e defendidos de maneira “extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz”.

[...] o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. No conjunto, o impacto social foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece apenas nos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional. (FERNANDES, 1981, p. 36).

Segundo Schwarz (2007), a liberdade do trabalho, o universalismo, a igualdade perante a lei, de modo geral eram princípios que na Europa visavam cobrir a exploração do trabalho, mas que no Brasil não correspondiam à realidade.

Chauí (2001, p. 44-45), ao analisar a obra de Alfredo Bosi, afirma que liberal significava “conservador das liberdades”, sendo que tais liberdades eram a de produzir; de comprar e vender, conquistadas com o fim do monopólio econômico da Coroa Portuguesa; liberdade para submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica; dentre outras. Desse modo, a autora analisa que “não havia nenhuma incompatibilidade entre ser liberal e senhor de escravos ou em ser liberal e monarquista constitucional, não havendo uma conexão necessária entre liberalismo e abolicionismo e liberalismo e republicanismo”.

No país, cujo sistema econômico baseava-se na escravidão e na produção de bens agrícolas, os estratos sociais que mais se beneficiavam desse sistema procuravam criar artificialmente ambientes com características urbanas europeias, importando para tanto a maior parte dos produtos. É nesse contexto que as ideias liberais ingressam no país, sem encontrar aqui condições para serem colocadas em prática) mas ao mesmo tempo sendo indescartáveis. Nesse sentido, se tornam “ideias fora do lugar”, tendo em vista que apesar de serem tidas como prova da modernidade, não encontravam solo em que pudessem se desenvolver no país nesse contexto (SCHWARZ, 2007).

Segundo Ianni (1996, p. 15), surgem algumas figuras como Mauá, Alves Branco e Tavares Bastos, que expressaram suas inquietações “com um país atrasado na corrente da história, anacrônico de seu tempo”. Essas figuras tentaram realizar reformas institucionais e sociais a fim de trazer o país para mais próximo do tempo presente, “interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês”, pregando a modernização, denominada naquele tempo de progresso.

De acordo com Fernandes (1981), estabeleceu-se uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal.

O que passou a existir foi uma inter-relação diacrônica e sincrônica entre presente e passado, coexistindo de maneira interdependente.

Para Ianni (1996) a forma como se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade do conservantismo e das estruturas sociais herdadas do colonialismo, prevalecendo as do passado, com a continuidade do colonialismo, do escravismo e do absolutismo.

As camadas senhoriais, afirmando-se em nome da sociedade civil, exigiam que seus desejos e opiniões deveriam ser levados em conta nos processos políticos. Nesse contexto, a democracia não se generalizava por toda a sociedade, mas se colocava como uma necessidade para garantir o equilíbrio e a continuidade da dominação estamental.

A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando resolveram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferentes aos movimentos mais gerais da sociedade (IANNI, 1996, p. 20).

É esse contexto de processo de Independência, configuração de um Estado nacional, surgimento das ideias liberais no Brasil e influência do comércio exterior, possibilitado pela abertura dos portos, que permitiu e impulsionou transformações econômicas no sentido capitalista. Dessa forma, o senhor rural foi deixando de ser um “agente econômico da Colônia”, transformando-se em um “agente econômico independente” (FERNANDES, 1981, p. 47).

De acordo com o autor, a partir dessas demandas, surgiu a necessidade de se criarem “instituições extrapolíticas complementares ou suplementares do Estado”, bem como passou a haver uma pressão sobre profissões liberais e ocupações qualificadas, que antes não encontravam “condições favoráveis para se diferenciarem e expandirem”. Começa a se formar, nesse momento, sob “condições e influxos socioeconômicos adversos”, uma “área na qual o ‘*sistema competitivo*’ pode coexistir e chocar-se com o ‘*sistema estamental*’”. À medida que se inicia uma maior identificação entre os estamentos intermediários e superiores e a expansão interna do capitalismo, passou a haver a defesa de “‘soluções políticas’ que mantinham ou ampliavam a modernização do Estado e sua intervenção construtiva na criação do substrato econômico, social e cultural requerido por uma Nação integrada e dependente” (FERNANDES, 1981, p. 48; 50).

O que se desenvolveu no país foi uma necessidade sociocultural de mudança, fazendo surgir um novo estilo de vida, que requeria uma adaptação brasileira à economia de mercado.



[...] como lembra Celso Furtado, no momento em que a divisão internacional do trabalho especializa alguns países na atividade agrário-exportadora, há uma expansão econômica cujo excedente não é investido em atividades produtivas e sim dirigido ao consumo das classes abastadas, que faziam do consumo de luxo um instrumento para marcar a diferença social e o fosso que as separava do restante da população. A essa expansão e a esse consumo, a classe dominante deu o nome e “progresso” (CHAUI, 2001, p. 34).

Coexistiam no Brasil tanto o “realismo conservador”, quanto o “ideário liberal”, que

faziam parte de adaptações políticas que correspondiam, inextricavelmente, aos desígnios políticos daquelas elites, empenhadas em privilegiar seu prestígio social, bem como alcançar e manter, assim, o monopólio social do poder. Se o reverso “idealista” e “modernizador” não se fez sentir com maior ímpeto, tenacidade e universalidade, isso não se deve à sua ausência (FERNANDES, 1981, p. 50).

A constituição do Estado nacional impôs às camadas estamentais novas possibilidades de transformação do seu estilo de vida, a partir dos meios de comunicação e mesmo dos novos padrões de mobilidade horizontal. Tal fato contribuiu para a liberação e a dinamização de “móveis puramente capitalistas do comportamento econômico”, antes sem possibilidade de se desenvolver pelo impacto do estatuto colonial (FERNANDES, 1981, p. 64).

A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiram à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital. Como essa alteração coincide com o aparecimento e a diferenciação de novos papéis políticos, econômicos e sociais das camadas senhoriais e com a emergência, em seu seio, de um novo estilo de vida que intensificava o dispêndio com o *status*, a responsabilidade social e a mobilidade horizontal, ela acabou se convertendo em condição estrutural do desenvolvimento interno do capitalismo (FERNANDES, 1981, p. 76).

Segundo o autor, o primeiro grande salto que o país deu em direção ao capitalismo foi sociocultural, antes mesmo de ser econômico, uma vez que a autonomização política trouxe alterações na sociedade e na cultura, criando um novo estilo de vida, que requeria a adaptação da sociedade à economia de mercado (FERNANDES, 1981).

Como a estrutura econômica brasileira era de base agrária, o que se modificou foi a capacidade adaptativa das elites rurais às novas situações, que podiam ser manipuladas a partir de fatores internos. O espírito burguês na sociedade brasileira surge então preso ao capitalismo concorrencial, ou às várias formas de dependência, segundo as quais o setor novo aparecia subjugado à tutela das camadas senhoriais.

[...] a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo

em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da nação também o tornava economicamente dependente. Desse ângulo, a autonomização política só conferiu autonomia política real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma *conditio sine qua non* para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo (FERNANDES, 1981, p. 83, grifos do autor).

De acordo com Fernandes (1981), o que antes era de responsabilidade da Coroa portuguesa, foi em parte reabsorvido pelo capital estrangeiro, mantendo-se a relação de dependência com o mercado externo, mesmo com as modificações ocorridas nos laços de mercado.

É então a partir desse processo que a economia brasileira ganhou determinados substratos materiais, bem como a dinâmica econômica predominante nas economias centrais. No entanto, a forma como se desenvolve no país é própria de sua condição de dependência, levando a que esses processos não fossem assimilados da forma como ocorreram naquelas economias.

A revolução burguesa no Brasil ocorreu sob formas específicas, que caracterizavam a realidade sócio-histórica nacional, com uma economia colonial, dependente e periférica. Os modelos econômicos transplantados não tinham como objetivo consolidar no país um desenvolvimento interno comparável com o dos países centrais, mas sim o de “intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas” (FERNANDES, 1981, p. 90).

[...] o neocolonialismo erigiu-se em fator de modernização econômica real, engendrando várias transformações simultâneas da ordem econômica interna e de suas articulações aos centros econômicos hegemônicos do exterior. O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nacionais” (FERNANDES, 1981, p. 93).

O processo de construção da revolução burguesa no Brasil ocorreu de forma dependente, preservando alguns traços centrais, como a produção com base no trabalho escravo e manutenção dos vínculos coloniais com o mercado mundial. Com ela, alguns sujeitos históricos se metamorfoseiam e se chocam, como o caso do fazendeiro de café, representante dos senhores rurais que vai se transformando em grande proprietário, devido às determinações econômicas. O senhor agrário se tornou então “vítima da situação heteronômica que ele geria e explorava” (FERNANDES, 1981, p. 105).

Nesse contexto surge entre os intelectuais mais jovens, influenciados pela queda das monarquias na Espanha e na França, uma proposta de construção da república.

Eram evidentes o ecletismo, o anacronismo e o exotismo, se pensamos nas convergências e nos desencontros entre as ideias e a realidade. A realidade social, econômica, política e cultural com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustava facilmente às ideias e aos conceitos, aos temas e às explicações emprestados às pressas de sistemas de pensamento elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção do pensamento capaz de pensar a realidade nacional (IANNI, 1996, p. 17).

Uma solução seria a combinação de diversas correntes de ideias e distintas práticas, no interior da qual os desafios da realidade social eram uma referência constante e necessária. A Declaração de Independência arrastou-se então pelo século XIX, e as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ela implicava só se completaram várias décadas depois, com o fim dos regimes escravistas e monárquico (IANNI, 1996).

No final do século XIX, a fim de garantir a manutenção do monopólio do poder e o controle no governo e na vida econômica, os grandes proprietários tiveram que repudiar o próprio status senhorial para se salvar. É a partir de então que se rompe com a ordem senhorial e se dá a metamorfose do senhor agrário em cidadão da república.

Foi esse o momento em que o regime monárquico e o regime de trabalho escravo revelaram abertamente a sua inadequação. As forças burguesas que germinaram por dentro e por fora do escravismo e do manto monárquico compreenderam que cabia mudar alguma coisa. Beneficiam-se dos movimentos e partidos interessados em mudanças no âmbito da economia, política, educação, cultura. A Convenção da República, do início dos anos 70, simboliza um pouco dessa transição em curso. Uma transição que irá efetivar-se mais abertamente a partir de 1888-89 (IANNI, 1996, p. 15).

Um importante elemento a ser considerado nesse processo foi a possibilidade de a extinção da escravidão ocorrer por meio de uma convulsão social incontrolável e revolucionária, impedida por meio da atuação política dos fazendeiros.

Com isso esvaziaram a revolução abolicionista de significado político e de grandeza humana. O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político (FERNANDES, 1981, p. 1116).

O trabalho livre surge no Brasil como “expressão das convenções e regularidades imperantes na sufocante ordem social escravocrata e senhorial brasileira”. Já nasce fadado a articular-se ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, como se “o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo” (FERNANDES, 1981, p. 193).

Outro sujeito a ser considerado nesse processo, devido à sua importância, é o imigrante, que participa da passagem da ordem tradicional para a ordem capitalista. Ele seria “o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil” (FERNANDES, 1981, p. 139).

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar (FERNANDES, 1981, p. 197).

Considera-se, nesse sentido, que a generalização do trabalho livre no Brasil, seja a partir de trabalhadores nacionais ou imigrantes, possuía ainda uma conotação negativa, advinda da época anterior, com forte repressão do Estado frente às demandas colocadas por estes, demonstrando que as classes dominantes, assim como vinha ocorrendo ao longo da história nacional, não toleravam as aspirações das classes subalternas.

Segundo Ianni (1996), no final do século XIX, o Brasil ainda parecia viver em fins do século XVIII, considerando-se os traços do colonialismo existentes entre setores dominantes e o próprio governo na sua relação com a sociedade. Entre 1888 e 1889, o país tentou entrar no ritmo da história com a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Nesse contexto houve, juntamente com a vinda de imigrantes, uma ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, com propostas sindicalistas, anarquistas e socialistas, porém o que prevaleceu foram os interesses de setores burgueses emergentes, combinados com os preexistentes e remanescentes.

Predominaram a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaía a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados predominava o patrimonialismo. Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares no campo e na cidade (IANNI, 1996, p. 22).

De acordo com Fernandes (1981, p. 201.202), essa análise do passado nacional permite identificar alguns elementos importantes que caracterizam o capitalismo dependente. Como não houve uma ruptura definitiva com o passado, “a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’”. Mesmo com o fim do Império e o início da República, estavam presentes ainda somente os embriões do poder burguês e da dominação burguesa. A realização da revolução burguesa<sup>19</sup> no país não se deu a partir do colapso do poder oligárquico, mas foi feita uma transição, de forma que a hegemonia da oligarquia fosse mantida, recompondo as estruturas de poder de modo a configurar o domínio da burguesia.

As burguesias da plantação e das cidades não se fundem, salienta Fernandes (1981), apenas se justapõem, preservando suas particularidades e partilhando interesses comuns. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram suas próprias instituições de poder, a burguesia nacional estabeleceu um pacto de dominação de classe a partir do Estado.

[...] a burguesia mantinha múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (FERNANDES, 1981, p. 204 – 205, grifos do autor).

Apesar de se definir como uma burguesia revolucionária, a burguesia nacional manifestou-se predominantemente de forma reacionária e ultraconservadora, preservando a tradição do mandonismo oligárquico. Dessa forma é que o “velho” e o “novo” se fundiram, de modo que a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos predominantes continuasse prevalecendo (FERNANDES, 1981).

Algumas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais provocadas pelo ciclo da cafeicultura estavam começando a se manifestar, como observa Ianni (1996). O pensamento social defrontava-se com novas realidades, buscando referências nas culturas europeia, norte-

---

<sup>19</sup> De acordo com Fernandes (1981, p. 203), “revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

americana e brasileira. Com a industrialização e o desenvolvimento das cidades maiores, outros horizontes foram sendo criados para o debate político e cultural.

Outra vez, os movimentos da sociedade indicavam tendências diversas e antagônicas, mas preocupadas em mudar alguma coisa. Mudar para frente ou mudar para trás, mas mudar. Para que o país não continuasse como ia. Um país que parecia atrasado, anacrônico (IANNI, 1996, p. 25).

Segundo Chauí (2001), a Proclamação da República foi vista por seus agentes e inimigos como uma reforma de Estado, considerada por alguns como um acontecimento que responderia aos anseios da sociedade e da nação, ou por outros, que se oporiam a tais anseios. Importa salientar que os “anseios da nação” eram compreendidos pelos liberais como a não intervenção estatal, enquanto por conservadores e positivistas, como a necessidade dessa intervenção.

Ainda conforme indica a autora, histórica ou materialmente, a República representa a realidade concreta das lutas socioeconômicas e dos rearranjos de poder no interior da classe dominante, sendo de fato o resultado de uma ação social e política, mesmo que ideologicamente não se mostre dessa forma (CHAUÍ, 2001).

No plano ideológico, ela aparece não como instituição do Estado pela sociedade e sim como reforma de um Estado já existente. E ela aparece assim porque essa aparição é aquela que corresponde ao que seus agentes e adversários esperam da República. Os liberais esperam que a separação entre Estado e sociedade seja finalmente, conseguida e não lhes interessa considerar a República uma expressão da própria sociedade porque isso poderia estimular a perspectiva intervencionista do Estado. [...] o liberalismo não podia furtar-se a admitir as conveniências de um Estado nacional, mas teoricamente preferia reduzi-lo à expressão de uma evolução natural da família ao Estado e à sua utilidade para o progresso, isto é, para a competição econômica. Em contrapartida, conservadores e positivistas esperavam que justamente intervindo na sociedade, o Estado, pudesse, enfim, fazer surgir a nação como território unificado e submetido a, mesmo código legal, com unidade de língua, raça, religião e costumes. Exterior à sociedade, no caso dos liberais, e anterior à nação e seu instituidor, no caso de conservadores e positivistas, o Estado republicano, cuja realidade concreta ou social permanece oculta, é, portanto, percebido como, antes, era percebida a Coroa portuguesa (CHAUÍ, 2001, p. 44).

De acordo com Fernandes (1981), foi com base em transformações conduzidas “a partir de cima” que se consolidou no país um poder dominante autocrático hostil a pressões populares. Na aparência, foi criado um espaço político amplo de possibilidades, mas o que realmente ocorreu foi a consolidação de uma democracia restrita, que não poderia ser acessada pelos “de baixo”, e funcional à dominação burguesa. Para o autor, em condições sócio-históricas como a brasileira, não é possível que a burguesia promova, ao mesmo tempo, a transformação capitalista e a revolução nacional democrática.

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu, aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 1981, p. 215).

O que acontece no país então é a maturação da burguesia, ao mesmo tempo que no cenário internacional tem-se a irrupção do capitalismo monopolista. Para Fernandes (1981) podem existir vários padrões de desenvolvimento capitalista, que correspondem a diversos tipos de capitalismo presentes na história. No caso brasileiro houve três fases do desenvolvimento capitalista, que foram típicas do desenvolvimento de países periféricos e heteronômicos.

A primeira fase, denominada pelo autor de “eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno”, tem início com a abertura dos portos, e se estende até a década de 60, do século XIX, sendo considerada como a fase de transição neocolonial.

A fase<sup>20</sup> de formação e expansão do capitalismo competitivo se estendeu do último quartel do século XIX, até a década de 50 do século XX e se caracterizou pela consolidação e disseminação do capitalismo competitivo e seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Nessa fase tem-se “tanto o período de consolidação da economia urbano-industrial, quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante” (FERNANDES, 1981, p. 224-225).

Por último, tem-se a fase de irrupção do capitalismo monopolista, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente posteriormente ao golpe de 1964. Essa fase “se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’” (FERNANDES, 1981, p. 225).

Nesse contexto, sob o capitalismo monopolista, as economias centrais e o mercado capitalista mundial passam a operar um controle cada vez maior na dinâmica política e econômica mundial, chegando ao ponto de a articulação no plano internacional esgotar todos os limites. O imperialismo se torna um imperialismo total, sem fronteiras e sem freios, operando “a partir de dentro e em todas as direções” (FERNANDES, 1981, p. 274).

Na ordem do capitalismo dos monopólios, a relação entre centro e periferia mantém-se, com uma relação devastadora para estas últimas em relação às economias centrais, que se

---

<sup>20</sup> É importante sinalizar que tanto a primeira, quanto a segunda fase indicadas pelo autor já foram devidamente apresentadas e discutidas anteriormente neste capítulo.

colocam na relação monopólica enquanto fontes de matérias-primas essenciais, incorporando-se à estrutura, funcionamento e crescimento das economias centrais. Houve uma incorporação “devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo” (FERNANDES, 1981, p. 253).

De acordo com o sociólogo, a economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista a partir de dois momentos. No primeiro deles, as grandes corporações vinculadas aos países imperialistas, operando por meio de filiais, drenaram matérias-primas e excedente econômico para as economias centrais. A partir de 1950, a economia brasileira se incorpora ao crescimento do capitalismo monopolista, passando a ser um dos polos dinâmicos na periferia (FERNANDES, 1981).

A crise do poder burguês, que se instaura após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1960, se resolve no Brasil sem maiores alterações na ordem social existente devido a três elementos basilares. O primeiro deles foi a capacidade de a iniciativa privada captar as irradiações econômicas das grandes corporações e nações capitalistas hegemônicas. O segundo consistiu no potencial de mobilização social e política da burguesia “como classe possuidora e privilegiada”. O terceiro elemento diz respeito à possibilidade de converter o Estado em “eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia” (FERNANDES, 1981, p. 264).

Quanto ao terceiro aspecto, é conhecida a extraordinária importância estratégica do Estado, quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe (para preservação e a ampliação de privilégios econômicos; para a política econômica posta calculadamente a serviço do alargamento da base material do poder burguês; ou para ambas) (FERNANDES, 1981, p. 266).

A restauração da dominação burguesa no Brasil fez, segundo o sociólogo, com que economicamente se desenvolvesse um padrão capitalista racional e modernizador e que politicamente fossem implementadas medidas políticas militares e policiais altamente repressivas. O que houve então no país não foi um atrelamento clássico do Estado à democracia burguesa, mas uma versão tecnocrata da democracia restrita denominada por ele de autocracia burguesa.

Assim como ocorreu com o capitalismo competitivo, o capitalismo monopolista se consolida no Brasil, coexistindo com “uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas”, não as eliminando por completo, tendo em vista



que são funcionais para o êxito do “padrão capitalista monopolista de desenvolvimento econômico na periferia” (FERNANDES, 1981, p. 269).

Em outras palavras, para se aninhar e crescer nas economias capitalistas periféricas, esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiam ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista monopolista, como fontes de acumulação originária de capital (FERNANDES, 1981, p. 269).

Para Fernandes (1981) existem certas estruturas e dinamismos essenciais que são comuns aos países centrais e periféricos, no entanto diferenças fundamentais se superpõem, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista na periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado. Nesse sentido, é preciso considerar que apesar das semelhanças entre desenvolvimento capitalista no centro e na periferia, são as particularidades do desenvolvimento periférico que constituem realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas.

Segundo o sociólogo, a grande burguesia brasileira, apesar de dependente e associada ao imperialismo internacional, não é uma burguesia permanentemente frágil, tendo em vista que quanto mais se aprofundam as transformações capitalistas, mais as nações centrais e hegemônicas carecem de parceiros fortes na periferia dependente (FERNANDES, 1981).

Um elemento importante para a consolidação do capitalismo no Brasil é a hegemonia urbana, que surge devido ao processo de industrialização, “sem promover a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente” (FERNANDES, 1981, p. 297). A dominação burguesa no país se constitui baseada na relação entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa, resistindo às pressões internas e se colocando a partir de um despotismo burguês, promovendo uma separação ente sociedade civil e nação.

Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a *Nação* a um ente abstrato (ou a uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida” (FERNANDES, 1981, p. 302, grifos do autor).

A burguesia nacional atua de forma a sufocar, tanto os anseios do reformismo burguês (que buscam a expansão do mercado interno e a reforma agrária), quanto os movimentos

democrático-burgueses (a radicalização das classes médias), converte-se então em uma burguesia pró-imperialista incapaz de conduzir, no plano dos negócios e no plano político e democrático, qualquer ação anti-imperialista (FERNANDES, 1981, p. 305).

As frações da burguesia nacional apropriavam-se do discurso irradiado principalmente a partir dos Estados Unidos de que o subdesenvolvimento seria um “fato natural”, e que deveria ocorrer no país um “desenvolvimento com segurança”. Nesse sentido, constata-se que as ideologias e utopias das nações hegemônicas se tornam as ideologias e utopias das classes dominantes das nações dependentes.

As burguesias da periferia sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes patronizadas da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da “democracia” e da “civilização cristã”. Essa reviravolta ideológica e utópica, quantos às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. [...] No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (FERNANDES, 1981, p. 316, grifos do autor).

As mudanças que se processam na burguesia não ocorrem devido a uma deterioração do liberalismo, ou à exacerbação do mandonismo tradicionalista, mas sim dessas adaptações que vêm de fora. Considera-se então que as transformações ocorridas no Brasil, ao longo de sua formação sócio-histórica, foram feitas a partir de um “pacto de elites”, com o bloqueio ou o esvaziamento da participação política das camadas mais pobres da população (SADER, 1999).

[...] todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder entre 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” jamais escondeu a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais “de baixo”. Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu *apenas* no quadro da reprodução ampliada da dependência [...], essa transição se processou *também* segundo o modelo de “modernização conservadora” prussiana (COUTINHO, 2011, p. 45-46, grifos do autor).

Essa é também uma marca da cultura brasileira, em que se percebe nas declarações de pensadores como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Farias Brito, dentre outros, um elitismo antipopular, não só entre pensadores autoritários e de direita, com uma tendência ao ecletismo,

no qual há a conciliação também no plano das ideias, tornando o pensamento liberal ao mesmo tempo moderado e conservador (COUTINHO, 2011).

Segundo Coutinho (2011, p. 50-51), “o liberal defende a mudança que se tornou necessária, valendo-se para tanto de formulações ideológicas progressistas; mas, ao mesmo tempo recusa as consequências últimas do progresso”. Existem, entre pensadores liberais moderados e até mesmo em intelectuais progressistas, tendências ao confucionismo ideológico, ao ecletismo teórico, que não resultam de um eventual oportunismo dos autores, mas de condicionamentos objetivos da formação sócio-histórica brasileira.

É, então, tendo por referência a formação sócio-histórica brasileira, que o pensamento conservador se desenvolve no Brasil, tópico que será abordado a seguir.

## 2.2 O pensamento conservador no Brasil

Segundo Chauí (2001), a sociedade brasileira, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, é caracterizada pela estrutura hierárquica, que define uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos, em que as relações sociais e intersubjetivas são realizadas como uma relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece.

As diferenças e simetrias são transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, em que o outro nunca é reconhecido como sujeito, ou como sujeito de direitos. As relações em que os sujeitos se julgam iguais são relações de “parentesco”, ou seja, uma relação de cumplicidade e compadrio; já naquelas em que são vistos como desiguais, o relacionamento assume a forma de favor, tutela, clientela e cooptação (CHAUÍ, 2001).

Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem (CHAUÍ, 2001, p. 94).

Apesar de, segundo Chauí (2001), se supor que o autoritarismo é um fenômeno político que afeta o Estado periodicamente, tende-se a não perceber que a sociedade brasileira é que é autoritária, e que dela provêm diversas manifestações do autoritarismo político. Um dos traços

marcantes trata-se da sociedade estruturada pela matriz colonial, fazendo imperar de modo exemplar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei.

Nesse sentido as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridades naturais, como é o caso de mulheres, negros, imigrantes, migrantes, idosos, e as diferenças também são naturalizadas, aparecendo ora como desvios da norma, como é o caso das diferenças étnicas e de gênero, ora como perversão ou monstruosidade, a exemplo dos homossexuais. “Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (CHAUÍ, 2001, p. 94).

Um segundo traço apontado pela autora refere-se ao fato de a sociedade se estruturar a partir de relações privadas, fundadas no mando e na obediência, o que leva a uma recusa de se operar com os direitos civis e a uma dificuldade para se lutar por direitos substantivos e contra as formas de opressão social e econômica. Para os grandes as leis são um privilégio, e para as camadas populares, repressão, o que faz com que sejam abstratas, inúteis, ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas, e não para ser cumpridas, muito menos transformadas.

A indistinção entre o público e privado também é um dos traços apontados por Chauí (2001). Sua origem é histórica, determinada pela doação, arrendamento e pela compra das terras da Coroa, que sem recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou nas mãos de particulares, que, apesar de estar sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa com o estamento burocrático.

Essa partilha do poder torna-se, no Brasil, não uma ausência do Estado (ou uma falta de Estado), nem, como imaginou a ideologia da “identidade nacional”, um excesso de Estado para preencher o vazio deixado por uma classe dominante inepta e classes populares atrasadas ou alienadas, mas é a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reinam” ou, para usar a expressão de Faoro, “são donos o poder”, mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado (CHAUÍ, 2001, p. 95).

Outro traço apontado por Chauí (2001) refere-se ao fato de o Brasil ser uma formação social que desenvolve ações e imagens com força tal, que bloqueia o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que estes negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira. Tal fato não significa que os conflitos e contradições sejam ignorados, mas que recebem uma significação precisa, sendo considerados sinônimo de

perigo, crise, desordem, tendo como resposta única a repressão miliar e policial para as camadas populares e o desprezo condescendente para os opositores em geral.

Chauí (2001) indica um último traço, determinado pela “cultura senhorial” e estamental, que usa o luxo como instrumento de demarcação de distância social entre as classes. A sociedade brasileira tem fascínio pelos signos de prestígio e poder, utilizando títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição, como é o caso do termo “doutor”, usado em situações em que o outro se sente ou é visto como superior, como um substitutivo para os antigos títulos de nobreza. Outro dado que ilustra esse traço é a manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica aumento ou diminuição do prestígio e do status.

É então a partir desses traços, que demarcam a sociedade brasileira, que o pensamento social no país, mais precisamente o pensamento conservador, encontra elementos para o desenvolvimento de suas análises, reproduzindo, dando continuidade e reforçando os traços de atraso e subordinação.

Segundo Ricupero (2010), ao contrário do que comumente se afirma, o pensamento conservador enfrenta grandes dificuldades no Brasil e na América Latina, devido à percepção disseminada na região de que o passado é um obstáculo. Tendo em vista o passado colonial dos países latino-americanos, com os processos de independência, as novas nações começam a se formar e procuram se constituir negando a obra anterior das metrópoles.

Tal fato cria um problema para o conservadorismo, tendo em vista que, desde Burke, há a defesa de que “não se deve ignorar a herança legada pelas gerações passadas, não se podendo como que (re)inaugurar a história do zero” (RICUPERO, 2010, p. 76).

Em vários momentos da nossa história intelectual, o pensamento conservador foi depreciado, levando, até mesmo, a que se negligenciasse a vigência dessas formas de pensar no âmbito da cultura política. Essa dimensão deve interessar aos que estão voltados para o estudo dos efeitos sociais das ideias, porque ela é decisiva para se compreender como se constitui no Brasil uma cultura política que menospreza a monumental desigualdade que marca nossa sociedade. E, sobretudo, porque avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece que o homem comum não leve a sério seus iguais (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 14).

Ricupero (2010, p. 79) afirma então que é muito difícil, para os conservadores na América, valorizar o passado, tendo em vista que esse passado é colonial. “Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência”.

Conforme indica Lynch (2010), a versão nacional da ideologia conservadora mais característica parece ter sido produzida, a partir de certo discurso ou linguagem, sob o regime

imperial instalado logo após a independência. O discurso político conservador presente entre as décadas de 1830 e 1850 firmou essa ideologia na forma de um modelo institucional, conformando um tipo particular de conservadorismo liberal. Tal modelo de pensamento pregava “a organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e, a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras”, para propagar o progresso nacional.

Na tentativa de conferir uma denominação particular a esta tradição conservadora brasileira, comprometida simultaneamente com o Estado de direito e com o princípio da autoridade, buscaram qualificá-las alguns dos mais notáveis estudiosos da experiência política brasileira: “verdadeiro liberalismo” (Visconde de Uruguai); “idealismo prático” (Joaquim Nabuco); “idealismo orgânico” (Oliveira Vianna e, mais recentemente, Gildo Marçal Brandão); “pragmatismo crítico” (Guerreiro Ramos); “liberalismo de transição ou conciliação” (Raymundo Faoro); “autoritarismo instrumental” (Wanderley Guilherme dos Santos); “ideologia de Estado” (Bolívar Lamounier); e, finalmente, “iberismo” (Werneck Vianna). De minha parte, vou denominá-la, pura e simplesmente, *saquarema*. Apelido conferido, no final da década de 1830, aos primeiros chefes do Partido Conservador do Império [...] (LYNCH, 2010, p. 26).

Havia, nesse contexto, dois grupos aspirando à direção do país, portadores de distintos projetos de nação. A elite coimbrã valorizava o governo-geral em nome da ordem e da autoridade, através da subordinação do interesse provincial aos interesses imperativos do reformismo imperial. Já a elite brasiliense, privilegiava o vínculo federativo na formação do Império, sugerindo então, em vez de um “Estado unitário de burocracia autônoma, um Estado federativo dominado pelas elites locais” (LYNCH, 2010, p. 27).

Os coimbrãos, grupo à direita, entendidos no contexto da Constituição de 1824 como realistas, eram chefiados principalmente pela antiga burocracia luso-brasileira, munidos de um projeto político caracterizado pela centralização política em torno da Coroa, percebida por eles como o motor de um processo de modernização pelo alto. Já os brasilienses, considerados liberais, compostos por fazendeiros e senhores de engenho provinciais liberais, eram predominantemente federalistas e compreendiam que o governo deveria se curvar diante dos interesses econômicos latifundiários e escravistas.

A disputa de poder entre os grupos, atrelada à crise econômica causada pela queda dos preços dos gêneros de exportação e pelo esgotamento das jazidas de ouro, levaram a um processo de desarticulação da aristocracia contra a Coroa, bem como desencadearam uma desordem social<sup>21</sup>, envolvendo índios, pobres e escravos. Estes eram os segmentos sociais que,

---

<sup>21</sup> No período regencial, ocorreram várias rebeliões provinciais como a Cabanagem, a Revolta dos Malês, a Baianada, a Sabinada e a Revolta dos Farrapos.

participantes de uma sociedade atrasada, deveriam ser integrados de forma tutelada, como queriam os coimbrãos, ou, por não serem considerados como parte do povo ou da nação, deveriam ser excluídos, como desejavam os brasilienses. Esses dois grupos que compunham o Partido Moderado rompem e, com a morte de Dom Pedro I, houve uma redefinição do panorama político nacional, que culminou na criação do partido conservador, também conhecido como Saquarema.

Para os saquaremas a Coroa deveria oferecer a garantia da ordem pública, escravocrata e latifundiária, a fim de conquistar o apoio dos representantes da lavoura e do comércio de exportação, colaborando com a ordem nacional. A escravidão seria então o preço que a monarquia conservadora deveria pagar ao latifúndio liberal, a fim de que este aderisse a seu projeto nacional. Seria necessário que se restaurasse parcialmente a configuração da monarquia, podando os excessos da descentralização. Nesse sentido seria necessário o regresso para que ocorresse o progresso (LYNCH, 2010).

Paulino José Soares de Sousa, que posteriormente recebeu o título de Visconde de Uruguai, foi um dos grandes autores e agentes políticos do Império, construindo uma das mais consistentes formulações do pensamento conservador brasileiro. Esteve na linha de frente do processo de construção e consolidação do Estado imperial, um Estado monárquico, centralizado em torno da capital e calcado na escravidão (FERREIRA, 2009).

O político conservador teve atuação especialmente marcante em dois momentos do processo de formação. Como deputado, e posteriormente como Ministro da Justiça, foi um dos articuladores da organização política e administrativa, que levou a uma maior centralização do poder. A reforma do Código do Processo Criminal, que garantiu amplos poderes às autoridades nomeadas pelo poder central, tinha o objetivo de aumentar a “força moral” das decisões da Coroa, reforçando o poder administrativo e conservando as tradições, garantindo certa estabilidade que servia de contrapeso aos ventos cambiantes da política (FERREIRA, 2009).

Representante dos Saquaremas, o Visconde de Uruguai declarava que cabia ao Estado o impulso geral aos melhoramentos morais e materiais, sendo missão dos governantes agir sobre as massas e pelos indivíduos. Para ele todos os meios deveriam ser empregados para salvar o país do espírito revolucionário, tendo em vista que este produz a anarquia, destrói e mata a liberdade, que somente pode prosperar com a ordem (LYNCH, 2010).

Os relatórios e discursos do futuro visconde enquanto ministro da Justiça expressam algumas de suas ideias principais sobre a sociedade e as instituições políticas brasileiras: em primeiro lugar, fica claro o quanto a experiência das rebeliões provinciais, iniciadas na Regência, foi marcante para a sua geração de políticos. A imagem desenhada por Uruguai, no início da década de 1840, era a da prevalência do

“espírito de anarquia” e do caos em algumas províncias. Em segundo lugar, a sociedade retratada por ele era heterogênea, marcada por grandes disparidades entre as províncias. À relativa “civilização” do litoral, Paulino opunha a “barbárie” do sertão, com sua população dispersa, onde a lei não penetrava. Em terceiro lugar, se, por um lado, o grosso da população carecia de instrução, de moral e de hábitos saudáveis de subordinação e de trabalho; por outro, os “poderosos” eram movidos unicamente por interesses particulares, reforçando a desordem e o arbítrio (FERREIRA, 2009, p. 21-22).

O segundo momento em que o Visconde de Uruguai exerceu papel importante no processo de construção do Estado foi a partir de 1850, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando se deparou com alguns desafios, como o tráfico de escravos, que expunha o país a uma forte pressão inglesa; a demarcação definitiva das fronteiras externas do Brasil; bem como a situação política na região platina. Ao deixar a pasta, em 1853, as questões estavam em boa parte encaminhadas. A trajetória política do Visconde reflete, de certa forma, o próprio processo de construção e consolidação do Estado centralizador brasileiro, em meados do século XIX (FERREIRA, 2009).

Ferreira (2009) destaca que Uruguai acreditava que a sociedade brasileira evocava uma sociedade heterogênea, fracamente integrada, na qual prevalecia por um lado a falta de educação cívica necessária ao *self-government*<sup>22</sup>, e do outro o arbítrio do poder privado. Segundo Uruguai, na relação entre costumes e leis, a precedência deveria ser dada aos primeiros, devido ao que ele denomina “caráter nacional”. O político conservador tecia uma dura crítica aos liberais, acusando-os de partir do pressuposto de que o despotismo vem sempre de cima, dos abusos de autoridade, mas nunca do povo, nunca de baixo, independentemente de sua educação e de seus hábitos.

Fica claro durante a argumentação de Uruguai sobre a necessária adequação das leis ao “caráter nacional” brasileiro, a prevalência dos direitos civis sobre os direitos políticos. É ainda Ferreira (2010) quem assinala.

O exercício dos direitos políticos é aceitável até o ponto em que começa a ameaçar o princípio da ordem e o respeito aos direitos individuais. Ou, em outros termos, os direitos políticos não são compreendidos como direitos abstratos, passíveis de serem gozados por qualquer cidadão de qualquer comunidade política; seu exercício é função das condições concretas da sociedade em questão, especialmente a “qualidade” dos cidadãos (FERREIRA, 2010, p. 64).

---

<sup>22</sup> Com base no pensamento de Tocqueville, o *self-government*, ou autogoverno, é a forma política da liberdade; é através dele que, constituídas as formas institucionais livres, os homens realizam a própria aprendizagem da liberdade (MORAES; PESCHANSKI, 2014).



Uruguai foi também responsável pela elaboração consistente de uma forma de pensar o Brasil que deixou profundas raízes no pensamento político e social brasileiro. Suas teses se tornaram uma referência fundamental para a formação de uma vertente do pensamento brasileiro, ganhando posteriormente novos desenvolvimentos em ensaios de interpretação do Brasil produzidos por diversos autores, como os escritos de Oliveira Vianna, por exemplo (FERREIRA, 2009).

É então na esteira do pensamento de Visconde de Uruguai, e de outros autores não abordados aqui, que o pensamento conservador brasileiro vai se desenvolvendo ao longo dos séculos XIX e XX.

De acordo com Ianni (1996), é possível verificar que parte da produção intelectual brasileira do século XX buscava compreender as condições de modernização do país. A partir das últimas décadas do século XIX, se tornava cada vez mais evidente a preocupação com as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais do fim do trabalho escravo e do regime monárquico. Essa preocupação vinha tanto dos grupos favoráveis ao movimento abolicionista e republicano, quanto daqueles que eram contrários, que queriam ou temiam as possíveis transformações.

Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar ou exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo etc. (IANNI, 1996, p. 47).

Com as mudanças econômicas, políticas e sociais que se processam a partir do final do século XIX, ampliou-se e diversificou-se o leque do debate político, filosófico e artístico, (alargando-se também o quantitativo de cidades que passaram a desenvolver atividades culturais. Segundo Ianni (1996, p. 36), “multiplicam-se núcleos intelectuais e políticos preocupados com a tradição e a modernidade, procurando explicar o presente, exorcizar o passado e imaginar o futuro”.

A partir das perspectivas dos diversos grupos, abriu-se um leque bastante amplo de ideias, compreendendo propostas de cunho liberal, liberal-democrático, corporativo, fascista, socialista, dentre outras. Nesse período há o deslocamento do centro da vida nacional do Nordeste, simbolicamente de Recife, para o centro-sul, simbolicamente para São Paulo. Essa

mudança ocorreu devido às alterações econômicas do período, com o fim do ciclo do açúcar e início do ciclo do café.

Quando se observa a história econômica do país, periodizada segundo a ascensão e o declínio dos ciclos econômicos e, portanto, segundo a subida e a queda de poderes regionais, e quando se observa a história política do país, em que o poderio regional é continuamente contrastado com o poder central, que ameaça as regiões para assegurar a suposta racionalidade e necessidade da centralização, tem-se uma pista para compreender por que os partidos políticos são associações de famílias rivais ou clubs privês das oligarquias regionais. Esses partidos arrebanham a classe média regional e nacional em torno do imaginário autoritário, isto é, da ordem (que na verdade nada mais é do que o ocultamento dos conflitos entre poderes regionais e poder central, e ocultamento dos conflitos gerados pela divisão social das classes sociais), e do imaginário providencialista, isto é, o progresso. Mantêm com os eleitores quatro tipos principais de relações: a de cooptação, a de favor e clientela, a de tutela e a da promessa salvacionista ou messiânica (CHAUÍ, 2001, p. 97-98).

A emergente burguesia paulista queria dar andamento a seus interesses, conferindo outra direção aos assuntos nacionais, o que levou a uma interpretação do passado como pertencente a “outro” Brasil, formado com matriz no Nordeste. De acordo com Ianni, (1996) nesse contexto, autores<sup>23</sup> como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre buscam explicar o presente, reinterpretando a história.

Ferreira (2010) afirma que Oliveira Vianna é um “herdeiro intelectual” do Visconde de Uruguai, tendo em vista que, assim como Uruguai, enfatiza que os costumes tinham precedência sobre as leis.

Assim como Uruguai ele tomava o “caráter nacional” brasileiro como chave explicativa central de toda a sua análise e argumentação: para neutralizar a clanificação da sociedade e da política e garantir os direitos civis da população, a única saída seria a ação de um Estado centralizado e forte, com traços autoritários. [...] Mais do que mudar os costumes, as leis e instituições deveriam levá-los em conta e neutralizar seus efeitos maléficos (FERREIRA, 2010, p. 70).

Segundo Ianni (1996, p. 41), a interpretação de Oliveira Vianna advém diretamente do pensamento conservador europeu e brasileiro, privilegiando a organização e atividade do Estado, conferindo-lhe o papel de “civilizador”. Em sua análise, o pensamento de Oliveira Vianna “baseia-se no suposto de que a sociedade civil é débil, incapaz; que o povo não está cultural e politicamente preparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos”.

---

<sup>23</sup> Para além desses autores, é possível citar outros que influenciaram e influenciam o pensamento social brasileiro, no entanto, devido ao recorte proposto no que diz respeito ao tema, destacam-se somente aqueles que possuem viés de pensamento conservador.

Para Oliveira Vianna o povo precisava ser tutelado, administrado por um poder estatal cada vez mais corporativo e modernizador. Essa é uma interpretação de Brasil que pode ser encontrada com frequência em setores empresariais, políticos, militares, jornalísticos e universitários (IANNI, 1996).

O pensamento de Oliveira Vianna, analisa Gomes (2009), pode ser considerado especialmente útil para se ter acesso aos quadros mentais de uma época e à conformação de uma cultura política que compreende o país como desprovido, quase ontologicamente, de condições históricas para que sejam desenvolvidas formas de ação coletiva.

[...] cumpria ao Estado construir o povo, amparando, estimulando e desenvolvendo todas as atividades ou movimentos associativos que representassem expressões de solidariedade. Com efeito, as tentativas de organização de “nossas classes” não chegaram a alcançar densidade: foram todas efêmeras, embrionárias, nada se consolidando em tradições e instituições. Esse “atraso”, contudo, podia ser vencido, tendo-se em vista a expansão e eficácia das novas atividades do Estado, que precisava “integrar” as novas organizações sociais a seu sistema decisório, mantendo ou não o caráter autônomo das mesmas (GOMES, 2009, p. 155).

De acordo com Ferreira (2010), o pensamento de alguns conservadores brasileiros, como Visconde de Uruguai e Oliveira Vianna, tem ponto em comum com o conservadorismo clássico, mas também há vários aspectos que os afastam. A defesa do Estado centralizado para superar os males da sociedade brasileira, sustentada por ambos os autores, é um desses aspectos que os afastam do conservadorismo clássico.

[...] o “idealismo orgânico” do Visconde de Uruguai e de Oliveira Vianna, teve sucesso em criar um certo sistema, composto por escritores, público e uma linguagem. Paradoxalmente, essa linhagem política afasta em muitas das suas características do conservadorismo clássico, mas, talvez até por isso, foi capaz de fincar raízes no Brasil (RICUPERO, 2010, p. 92).

Oliveira Vianna e Uruguai perceberam, no entendimento de Ricupero (2010), que seria necessário adaptar as instituições à realidade social, a fim de conservar ou transformar esta última. Conforme indica Gomes (2009), Oliveira Vianna debitava o atraso do país a um descolamento entre o Brasil legal e o Brasil real, sendo necessário compreender as características da realidade brasileira, a fim de buscar subsídios para a elaboração de projetos de intervenção política modernizadora.

Gomes (2009) afirma que o grande aprendizado desenvolvido por Oliveira Vianna, considerado por ele como um dos planejadores de um novo Estado e de uma nova sociedade, foi constatar que na base de qualquer invenção política sólida deveria estar a “realidade social”.

Segundo Ianni (1996), o pensamento de Gilberto Freyre ganha ênfase nos mesmos lugares em que Oliveira Vianna prevalece, sendo que um explica o Estado e o outro a sociedade. Seu pensamento é baseado no pensamento moderno europeu e norte-americano, privilegiando as formas de sociabilidade e superando os equívocos que associam raça e cultura. Suas análises se concentram nas instituições e formas sociais, como a família patriarcal e os tipos sociais.

Conforme afirma Ricupero (2010), Freyre, assim como o conservadorismo clássico, têm uma avaliação inequivocamente positiva do passado, bem como boa parte das estruturas históricas com que mais se identifica. Essas estruturas são as mesmas valorizadas por outros conservadores: a família patriarcal, a comunidade local e a região. Apesar de próximo ao conservadorismo clássico, o autor não se revelou capaz de estabelecer continuidade em relação ao pensamento político brasileiro, aparecendo e reaparecendo em diferentes momentos da história nacional.

Focaliza a família patriarcal como se fosse a miniatura da sociedade, de tal modo que o patriarca aparece como se fosse uma metáfora do governo, e o patriarcalismo, do poder estatal. As relações e os movimentos de grupos, castas, ou classes diluem-se nas relações entre os componentes da família patriarcal. Esse o contexto em que surge a ideia de “democracia racial”, na qual não aparece o escravo do eito nem o operário livre. Uma interpretação muito influente (IANNI, 1996, p. 41).

Para Gilberto Freyre a casa-grande seria, ao mesmo tempo, fortaleza, oficina, capela, santa casa, hospedaria, dentre outros espaços, sendo que seu predomínio permitiria até vincular a colônia brasileira ao feudalismo. Mas junto da casa-grande apareceria também a senzala, o que seria denominado por ele de equilíbrio de antagonismos (RICUPERO, 2010).

A unidade de colonização brasileira, para Freyre, seria a família, e não o indivíduo, tampouco o Estado, entretanto a caracterização de família patriarcal realizada por ele restringe-se à sua região de origem, o Nordeste açucareiro, onde se concentram os exemplos utilizados no livro *Casa-Grande & Senzala*. Todavia o autor não aceita tal argumentação, indicando que esse tipo de família reapareceu em outras situações, até mesmo na São Paulo do café. O patriarcalismo seria então um fenômeno social, criado pelo latifúndio monocultor e pela escravidão, e não um fenômeno geográfico (RICUPERO, 2010).

Freyre sugere que o patriarcalismo, existindo de norte a sul, é que daria unidade ao país. [...] O patriarcalismo tornaria possível falar na existência de uma cultura brasileira, não simples prolongamento da europeia, mas algo próprio e distinto, relacionado com o tipo de ambiente que o colonizador encontrou na América (RICUPERO, 2010, p. 87).

De acordo com Araújo (2009), é importante destacar o impacto produzido pela obra de Freyre para o período. O debate intelectual daquele momento estava profundamente marcado pelo tema da mestiçagem, compreendido como um problema, interpretado ora implicando a esterilidade, biológica e cultural, o que inviabilizava o desenvolvimento nacional, ora como um processo que retardava o completo domínio da raça branca, fator que dificultava o acesso do Brasil aos valores da civilização ocidental. As obras e o pensamento de Gilberto Freyre, defende Araújo, alteram essa avaliação, enfatizando o valor específico das influências indígenas e africanas, bem como a dignidade da híbrida e instável articulação de tradições, que caracterizou a colonização brasileira.

Segundo Ferreira (1996), Freyre considera a miscigenação como um sintoma da plasticidade da sociedade dominada pela família patriarcal, que surge ao mesmo tempo como fator de adaptabilidade ao trópico e como fator de integração da sociedade, diminuindo as distâncias sociais e culturais entre a casa-grande e a senzala.

Embora reconheça que a cultura dos “vencedores” acaba por ser sobrepor, Freyre está mais preocupado em demonstrar a presença de “zonas de confraternização” que permitiram a formação de uma civilização tropical, original e criativa no Brasil. Para o autor o sistema casa-grande – senzala foi uma “maravilha de acomodação” entre senhor e escravo, preto e branco, pai e filho, homem e mulher. No período seguinte, no entanto, ocorre a ascensão das cidades, atividades comerciais e industriais, o que levou a uma quebra dessa acomodação e ao reavivamento dos antagonismos presentes na sociedade (FERREIRA, 1996).

Ao “urbanizar-se”, o patriarcalismo perde muito de sua força original de absorção e de aglutinação, em torno do chefe, dos demais elementos da sociedade. Abre-se uma fase de maior individualismo “da mulher, do filho, do negro”; a “sociedade” querendo sobrepor-se à “comunidade”. Mas essa passagem não se faz sem o surgimento de contrastes e antagonismos [...]. Os senhores dos sobrados e os negros libertos ou fugidos, moradores dos mucambos, tornam-se extremos antagônicos, não sendo mais membros de uma mesma “comunidade” familiar (FERREIRA, 1996, p. 239).

Para Freyre o fim do patriarcalismo representaria também o desaparecimento do amparo que a casa-grande supostamente forneceria a velhos, doentes e a todos os incapazes, ficando o indivíduo entregue à própria sorte. Os próprios traços distintivos da cultura brasileira, marcada pelo patriarcalismo e o equilíbrio de antagonismos, se diluiriam, fazendo com que o Brasil não tivesse mais uma contribuição original a oferecer ao mundo (RICUPERO, 2010).

Nesse sentido, ao contrário do que afirmava Oliveira Vianna – que a independência colocaria uma nova tarefa de unidade nacional – Freyre acreditava que esse objetivo já havia sido alcançado antes de 1822, tendo em vista que o Brasil já tinha uma identidade própria.

Para Gilberto Freyre, ao contrário, a formação da nação não é um “dever ser”, algo a ser realizado através da superação de uma situação tradicional. A nação brasileira já existe, em essência, desde a colônia, quando se formou uma sociedade plástica e caracterizada pelo “equilíbrio de antagonismos”. Quando trata da relação entre tradicional e moderno, Freyre procura salientar, sempre, a acomodação – e não a ruptura – entre um e outro, a continuidade entre passado e presente, entre privado e público (FERREIRA, 1996, p. 246).

De acordo com Ferreira (1996), o pensamento de Gilberto Freyre é caracterizado por um extremo otimismo quanto à possibilidade de constituição do Brasil em nação, privilegiando em suas análises a ideia de conciliação, em detrimento de conflito e ruptura.

Outro ponto da análise de Freyre é o entendimento do catolicismo como o cimento da cultura e da civilização brasileiras, argumento que é usado como lente para as análises feitas por Gustavo Corção.

Corção, ao lado de Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, integrou o triunvirato da liderança leiga do catolicismo brasileiro no século XX. Influenciado por Chesterton e Maritain, considerados como principais “divulgadores e propagadores da ética católica como diretiva das ações humanas na vida política, econômica e social”, Corção teve sua reflexão e atuação marcadas pelo catolicismo oficial (JALLES DE PAULA, 2010, p. 348).

É importante sinalizar que a conversão de Corção ao catolicismo ocorreu em um ambiente católico propositivo, em espaços de sociabilidade que dialogavam com a modernidade, como o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, que irradiou o movimento de renovação litúrgica no Brasil, o Centro Dom Vital e sua revista *A Ordem*, considerados como os baluartes da democracia cristã; e a Ação Católica Brasileira, que garantiu novo impulso ao catolicismo oficial.

Quando esteve à frente do Centro Dom Vital, Corção voltou a participar da vida política do país, ocasião em que passou a colaborar na imprensa brasileira. Observa-se que sempre esteve envolvido com a vida política do país, escrevendo em jornais, nos quais explicitava suas ideias, projetos e opiniões. Durante o segundo governo Vargas, na década de 1950, havia um amplo debate sobre as possibilidades e implicações da democratização da política e da sociedade, que teve em Corção uma oposição marcadamente conservadora em relação a essas mudanças.

Corção acreditava que havia uma crise decorrente do fato de as massas ocuparem os melhores lugares, no entanto, apesar de acreditar nos “perigos da democratização”, não houve uma recusa à democracia, nesse momento, por parte do autor. Em seus escritos, Corção se preocupava em denunciar a

[...] degenerescência dos ocupantes dos postos governamentais do país, mostrar a corrupção administrativa, o estrago na política econômica com suas políticas equivocadas e inflacionárias. Em suma, tratava-se de criticar as políticas do governo Vargas e, se possível, acusá-lo de usurpação da autoridade pública. O papel de Corção, portanto, consistia no anúncio sistemático na conduta dessas elites corrompidas *vis-à-vis* a intenção de expor, mostrar, realçar as qualidades desejadas e necessárias de um bom governante e um bom governo (JALLES DE PAULA, 2010, p. 351).

De acordo com o pensamento de Corção, mesmo com a morte de Getúlio Vargas, a luta ainda não havia chegado ao fim, tendo em vista que seus herdeiros, como Goulart, pretendiam prolongá-la. Nesse sentido, cabia então à elite virtuosa estar em vigilância, conscientizando-se de que a guerra só estaria ganha com a aniquilação do inimigo, que seriam os herdeiros de Getúlio.

Nesse momento, para Corção, a solução seria alcançada pelo voto, sendo necessário introduzir nomes de qualidade nos cargos públicos, que deveriam cumprir suas promessas e ter coragem para enfrentar a impopularidade. Somente o moralismo histórico e, conseqüentemente, paralisante, não bastava, sendo necessário “disposição, serviço, desprendimento, pois ser minoria excelente era um fado, dizia respeito a um dever” (JALLES DE PAULA, 2010, p. 351).

Para Corção a omissão das elites virtuosas era a razão para o fascínio dos mais humildes por Vargas e seus herdeiros, sendo necessário que aquelas incorporassem a temática da justiça social e abandonassem o comodismo. Nesse sentido, “o remédio não era o moralismo individual e familiar dos costumes políticos, e sim a instituição do princípio ético reclamado pelo catolicismo”, ou seja, a solidariedade cristã (JALLES DE PAULA, 2010, p. 352).

Durante o período eleitoral que culminou na eleição de Juscelino Kubitschek, Corção reiterava que os problemas do Brasil eram o mau funcionamento de suas minorias excelentes e a imaturidade política das massas. Para ele, esses já eram problemas esperados, tendo em vista que o país tinha tardiamente se democratizado, o que colocava como imperiosa a tarefa das elites (JALLES DE PAULA, 2010).

A vitória de Jânio Quadros no pleito seguinte foi, para Corção, a atitude inicial do país de tomada de consciência de si mesmo, que permitiria a instauração da, nas palavras do autor, “consciência moral polarizada pelo bem comum” (Diário de Notícias, apud JALLES DE PAULA, 2010, p. 353). No entanto, com a posse de João Goulart, Corção acreditava que houve um avanço do comunismo no país, considerando comunistas os atos e sugestões do governo Goulart, a UNE, grupos nacionalistas e até mesmo alguns católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC). A solução para tal ameaça foi encontrada, segundo ele, com a intervenção militar.

Corção defendia que no Brasil a anarquia produzida pelo comunismo foi respondida com ordem, a qual considerava um elemento natural do homem. Segundo o autor, o agente da ordem era um dado divino, o rosário, que sendo “aspecto providencial, próprio da civilização cristã, triunfara e pusera a termo o governo ‘da vergonha e do medo’” (JALLES DE PAULA, 2012, p. 173).

Segundo Jalles de Paula (2010, p. 357), em todas as proposições de Corção, o combate deveria ser exercido pelas minorias excelentes. Em 1961, sem abalo à democracia e a regularidade jurídica; em 1964, preservando-se a democracia e sem respeito às regras jurídicas; e em 1968, sem democracia e respeito às regras jurídicas. Nesse sentido, “é o anticomunismo que conduz o escritor a decretar a falência da democracia, de modo a encerrar, em definitivo, seu ciclo democrata conservador”.

Para Corção, não havia condições para a democracia no Brasil porque não tínhamos provado que a maioria virtuosa não consegue conquistar os “corações e as mentes” das massas. Assim, justificava-se a ditadura militar. Além disso, no contexto brasileiro, o AI-5 era a medida que daria fim ao processo de mediocridade da sociedade brasileira. O mundo civil brasileiro dispunha-se, finalmente, do instrumento necessário para a eliminação do “inimigo vermelho” e a instalação de um regime cristão (JALLES DE PAULA, 2010, p. 358).

Nesse período, para além das defesas dos rumos políticos do país, Corção também se preocupava com os rumos da Igreja Católica. Lutando contra a implantação das novidades e denunciando a omissão da hierarquia em ditar os rumos da Igreja, aproximava-se da tese do catolicismo integral, que seria a defesa imobilista da fé católica, a fim de preservar o período pré-conciliar e restaurar o centralismo romano autoritário. Para Corção, o comunismo que já havia dominado ‘corações e mentes’ dos jovens, ameaçava cada vez mais a Igreja Católica, para ele o bastião da ordem (JALLES DE PAULA, 2010).

No campo do laicato, Corção se posicionava contrário a setores da Igreja com viés mais progressista, acusando-os de incitar a juventude na causa comunista. Sua proximidade com os quadros oficiais do país, naquele momento, era demonstrada também a partir de seu discurso, que se aproximava dos membros “linha-dura” do período ditatorial. Comunistas, subversivos, agitadores eram termos recorrentes tanto em seus argumentos, quanto nos desses membros.

Com a aproximação do II Congresso do Apostolado Leigo, Corção não poupou críticas a seus adversários, apontando alguns desafios para os leigos do país, como os comunistas, as casas religiosas marxistas e a responsabilidade dos padres nos conflitos entre pais e filhos. A Ação Popular (AP), grupo atuante nesse momento na oposição à ditadura militar, foi um dos



grupos atacados por Corção, que para ele ia de encontro à democracia, ao cristianismo, ao homem e, principalmente, a Deus (JALLES DE PAULA, 2012).

Mas era o clero quem mais o assustava. Apoiados na Encíclica Papal *Populorum Progressio*, elementos do clero colocavam-se contra a ditadura, pronunciando-se publicamente e compondo as linhas de frente de alguns movimentos, o que levou Corção a criticar fortemente a hierarquia da Igreja, que introduzia, pela chamada ala progressista do clero, confusões e deformações da Igreja no Brasil. Acusado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro de recusar diálogo com a Igreja, o escritor argumentou que dialogar seria um verbo marxista e comunista, ratificando dessa forma sua indisposição ao diálogo (JALLES DE PAULA, 2012).

Durante o período, Gustavo Corção fez críticas à hierarquia da Igreja, o que culminou com seu afastamento da Ordem dos Beneditinos. Posteriormente na década de 1970, o escritor teceu publicamente, no jornal O Globo, críticas ao Papa Paulo VI, que repudiou medidas de caráter autoritário tomadas pelo governo espanhol. É a partir dessa situação que ocorreu sua ruptura com a Igreja, tendo em vista que, com esse posicionamento, Corção rompeu com um dos principais princípios do catolicismo, que é a obediência à principal autoridade da Igreja, o Papa (JALLES DE PAULA, 2010).

A hierarquia e a obediência, portanto, são os pilares da instituição, em que o papa preside o colégio episcopal e transmite suas orientações aos bispos (líderes máximos na igreja nacional), que encarregados de divulgá-las juntos aos padres, os orientadores dos leigos. No mundo católico, portanto, não é permitido se opor às decisões e pronunciamentos papais. Mais do que isso, o discurso está nas mãos da hierarquia que delega a possibilidade de falar pela Igreja a poucos leigos condicionados às regras tacitamente aceitas (JALLES DE PAULA, 2010, p. 366).

Corção, apesar de não ter sido expulso da comunidade católica, teve seu pensamento esvaziado a cada mensagem de crítica a seu respeito divulgada pela hierarquia da igreja, o que levou a um esquecimento acerca de seu nome e militância.

A partir do exposto, é possível destacar a presença de várias correntes e direções do pensamento conservador, que a partir de cada tempo histórico, vai reforçando, cada uma à sua maneira, tentativas de retorno ao passado, ou de conservar a ordem vigente. É então segundo esses pressupostos que o pensamento conservador no Brasil se articulou e vem se articulando na contemporaneidade, tema a ser tratado a seguir.

### 2.3 Expressões do conservadorismo contemporâneo no Brasil

A crise do capital, vista no capítulo anterior, promoveu uma derrota política dos trabalhadores, culminando no relativo sucesso do projeto conservador. Segundo análise de Miguel (2016), é possível perceber, a partir de 2010, no Brasil, um avanço de vozes abertamente conservadoras. Nesse período é perceptível uma significativa presença de discursos em que há a exaltação da desigualdade como fruto da meritocracia, são rechaçadas quaisquer tentativas de desfazer hierarquias tradicionais, bem como ganha legitimidade a ideia de que os direitos humanos concedem proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial.

De acordo com Alencar (2018), os grupos de direita emergem no cenário político brasileiro, assim como na Europa, reagindo a algo; contudo a forma como essa reação ocorre no país é bastante diferente da observada nos países que consolidaram um Estado de bem-estar social.

Devido à formação sócio-histórica brasileira, marcada por uma profunda desigualdade social, não existe um passado a ser lembrado e rememorado. O passado colonial brasileiro é escravocrata, e sua força na estruturação da sociedade brasileira impede a lembrança de um momento de prosperidade vivenciado pela classe trabalhadora. O conservadorismo brasileiro “orienta sua reação à pluralidade de valores e emergência de novas configurações culturais em crescimento, principalmente no século XXI” (ALENCAR, 2018, p. 104).

Para Alencar (2018) os diagnósticos conservadores a respeito da realidade percebem os problemas sociais como consequência de uma crise no campo da cultura que afeta a integração das pessoas na sociedade, tornando-as incapazes de se orientar no mundo que se encontra em processo de intensas transformações.

Neste tipo de visão neoconservadora, as instituições basilares da sociedade estariam ameaçadas e perdendo legitimidade diante da transformação cultural que exacerbada o individualismo, a liberdade e a autonomia até últimas consequências. Sendo assim, o discurso da nova direita reflete a necessidade de delinear críticas ao pluralismo expresso pelas novas configurações familiares, pela transformação nos papéis de gênero, pela maior autonomia feminina, pela diversidade sexual e por outras manifestações da autonomia individual, entendendo que nelas estão a base da ruína social. As desilusões provocadas pelo sentimento de que o ordenamento social foi perdido são o principal motor da reação conservadora brasileira (ALENCAR, 2018, p. 104).

Miguel (2016) considera que no caso brasileiro discursos reacionários provêm “de uma conjugação heteróclita entre o ‘libertarianismo’, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. O libertarianismo, ideologia ultraliberal, defende o menor Estado possível e

que qualquer situação com origem nos mecanismos de mercado é justa por definição, mesmo que pareça desigual (MIGUEL, 2016, p. 592).

O fundamentalismo religioso, que desde a década de 1990 vem se tornando uma força política, principalmente devido ao investimento das igrejas neopentecostais para eleger seus pastores, “se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2016, p. 593).

Por fim, o anticomunismo, que parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. O autor trata inclusive de uma análise que relaciona anticomunismo e antipetismo no Brasil, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores, quando esteve à frente do governo federal, foi representado como uma encarnação do comunismo no Brasil. Tal divisão realizada por Miguel (2016) não pode ser analisada como estanque, sendo consideradas apenas didaticamente, tendo em vista que na realidade brasileira os autores e defensores de pautas conservadoras se enquadram em mais de uma dessas correntes.

Segundo Castro (2018), a extrema direita e os neoconservadores reproduzem no Brasil os movimentos da Europa Oriental – como a luta contra o comunismo e o antagonismo às minorias – em um país que nunca teve um governo comunista ou até mesmo esteve sob ameaça efetiva de um levante comunista. Do debate norte-americano, recuperam, com meio século de atraso, o discurso sobre a necessidade de combater os “ativismos” presentes hegemonicamente nas universidades a partir do “marxismo cultural” e que seriam responsáveis pela degradação dos valores da verdadeira nação brasileira. Por fim, mas de encontro ao que propõem os partidos da Europa Ocidental, o nacionalismo populista é neoliberal e cosmopolita, preterindo as indústrias e o emprego nacional pelo regresso das relações econômicas de submissão do Sul pelo Norte, principalmente aos interesses dos Estados Unidos.

É importante sinalizar ainda que nem todo conservador se identifica com a extrema direita, e o projeto conservador contemporâneo brasileiro possui claramente um projeto de defesa de um retorno a um passado falseado. Assim como o pensamento conservador brasileiro sofreu influências da literatura mundial, a difusão do conservadorismo contemporâneo no país também é influenciada por autores que vêm difundindo suas teorias em nível mundial. Por esse motivo, é preciso sinalizar a importância do debate dos autores apresentados no item 1.4 desta tese, tendo em vista sua influência nas obras a serem analisadas. Dessa forma, serão apresentados a seguir alguns expoentes desse pensamento no Brasil.

### 2.3.1 O pensamento de João Pereira Coutinho

O primeiro dos representantes do conservadorismo contemporâneo nacional abordado não se trata de fato de um brasileiro nato, mas sim de um português que, devido à importância de sua obra na realidade nacional, pode ser considerado não apenas como uma referência para a discussão no Brasil, mas como um componente desta, devido à publicação de livros em parceria com autores brasileiros, bem como por ser colunista de um jornal de grande circulação no país. Por esse motivo, optou-se por trazer a análise de seu pensamento para este momento.

O pensamento e a obra de João Pereira Coutinho filiam-se à tradição conservadora britânica, referenciando-se nas obras de Burke, Scruton, Oakeshott, dentre outros. Para Coutinho (2014) não existe conservadorismo, mas sim conservadorismos, uma vez que se trata de diferentes expressões da ideologia conservadora no tempo e no espaço. Em sua análise todos os homens são conservadores, pelo menos em relação ao que estimam, como família, amigos, lugares e memórias.

A partir do pensamento de Oakeshott, Coutinho (2014, p. 21) defende que antes de ser “ideologia” ou “doutrina”, o conservadorismo deve ser compreendido como uma forma de ser e agir. Um homem de disposição conservadora tenderá a valorizar primeiro os confortos do presente, “não porque sejam superiores a uma alternativa hipotética, mas, precisamente, porque eles não são uma alternativa hipotética”.

São reais, tangíveis. Familiares. E a possibilidade de os perder em situações de mudança, e sobretudo de mudança violenta e repentina, afigura-se como uma privação fundamental. Para um conservador, só abraçam entusiasticamente a mudança, qualquer mudança, e conseqüentemente qualquer possibilidade de perda “aqueles que são estranhos ao amor e ao afeto” (COUTINHO, 2014, p. 22).

Coutinho (2014) define então que o conservadorismo apresenta uma dimensão existencial que é anterior e até mesmo superior a qualquer ideologia política, sendo que este não é uma ideologia, identificando-se mais com “temperamentos”, “fés”, “espíritos”, “instintos” e “disposições”.

O autor faz ainda uma distinção entre disposição conservadora e conservadorismo político, que em sua análise nem sempre coexistem em um mesmo indivíduo. Para comprovar sua afirmação, o autor afirma que “basta olhar em volta”, para o “nosso pequeno pelotão”, “basta olhar para nós”, tendo em vista que muitas pessoas, tendo uma disposição conservadora,

não têm necessariamente uma preferência política pelo conservadorismo (COUTINHO, 2014, p. 24).

No entanto, mesmo que um não implique no outro, uma política conservadora tenderá a compartilhar alguns traços típicos da disposição conservadora. Segundo o autor, assim como os homens de disposição conservadora, o conservadorismo político, recusando a felicidade utópica, típica da atitude revolucionária, conduzirá para a esfera da governança o gosto pelo próximo, pelo suficiente e pelo conveniente. A disposição política conservadora não só recusa as ambições utópicas dos revolucionários, como também permite distinguir o conservador de sua caricatura habitual, o reacionário (COUTINHO, 2014).

Tendo como referência o pensamento de Anthony Quinton, Coutinho (2014) afirma que o reacionário nada mais é do que um revolucionário às avessas, com o interesse de buscar uma felicidade utópica, só que ao invés de no futuro, acha que irá encontrá-la no passado.

[...] a utopia, entendida como um estado de perfeição a ser construído por vontade dos homens, não é exclusivo dos revolucionários que eles (**os reacionários**) tanto abominam. Histórica e conceptualmente [...] é possível encontrar radicais utópicos nos dois extremos do horizonte político. Historicamente, porque o pensamento utópico sempre projetou no passado ou no futuro a “solução final” para as iniquidades que afligem o presente. E, conceptualmente, porque reacionários e revolucionários parecem atribuir às suas particulares utopias as mesmas feições exteriores: um mundo harmonioso, estático e onde os homens, porque dotados de natureza fixa e inalterável, desejam necessariamente a mesma coisa (COUTINHO, 2014, p. 25-26, grifos nossos).

De acordo com Coutinho (2018, p. 27) as mentalidades radicais partilham do mesmo impulso perfectibilista. Regressar, ao passado ou ao futuro, são duas formas de recusar o presente e a complexidade que o define. Tal mentalidade radical recusa essa complexidade e converte a política em uma forma de simplismo, a partir da “crença pueril de que as iniquidades que afligem os homens, hoje, serão removidas pela simples aplicação de um programa, de um manifesto, de uma dogmática qualquer, secular ou religiosa”.

Nesse sentido, o autor afirma que o conservadorismo político se recusa aos apelos dos utópicos, mas, para além disso, por entender o potencial de violência e desumanidade que a política utópica possui, também buscará reagir defensivamente contra tais apelos. O autor indica ainda que reagir é a palavra crucial para entender o conservadorismo como ideologia (COUTINHO, 2014).

Utilizando como referência um estudo de Samuel Huntington, Coutinho (2014, p. 27) afirma que não é possível encontrar na história das ideias uma utopia conservadora propriamente dita, no entanto, a própria ausência de uma “cartilha”, a partir da qual “conservadores utópicos” estariam dispostos a lutar e morrer por ela, é em si mesma uma

virtude. Essa virtude em si mesma também revela o tipo de ideologia que o conservadorismo será: “uma ideologia que, ao contrário das rivais, tenderá apenas a emergir quando ‘os fundamentos da sociedade são ameaçados’”.

Ainda tomando Huntington como referência, Coutinho (2014) afirma que o conservadorismo é uma ideologia posicional, que busca enfrentar uma necessidade histórica específica. Quando esta é sanada, a filosofia conservadora submerge.

O conservadorismo poderá ser assim apresentado como uma “ideologia de emergência” – e no duplo sentido da expressão: porque emerge em face de uma ameaça específica de caráter radical; e porque o faz quando essa ameaça põe em risco os fundamentos institucionais da sociedade (COUTINHO, 2014, p 29).

Nesse sentido, o conservadorismo necessita de uma ameaça concreta para se articular como ideologia, determinando inclusive o tipo de resposta a ser articulada perante tal ameaça. Para o autor é exatamente isso que singulariza a ideologia conservadora das rivais, sejam elas mais extremas ou mais moderadas (COUTINHO, 2014).

Ao assumir-se como ideologia posicional, o conservadorismo assumirá a importância das circunstâncias como base de qualquer atuação política consequente e prudente. Na política, não caberá ao estadista aplicar na sociedade um programa em abstrato, por mais perfeito ou intelectualmente substancial que ele seja. É esperado deste, pelos agentes conservadores, que conheça as circunstâncias nas quais se inscreve a possibilidade de ação política, uma vez que são elas que apontam para a necessidade de se realizar determinados cursos de ação, bem como que seja capaz de captar as constantes mudanças nos acontecimentos e nas atividades humanas, sendo essa capacidade que determinará a natureza singular de sua ação. Essa maleabilidade conservadora seria a expressão mais evidente de seu pluralismo político (COUTINHO, 2014).

Segundo Coutinho (2014), a reação conservadora não é uma expressão primitiva do medo e do repúdio à inovação revolucionária ou reacionária, mas será informada por certos princípios gerais que determinam o tipo de reação conservadora. Embasando-se em um ensaio de Anthony Quinton, indica que um dos princípios estruturais do conservadorismo é a imperfeição humana. Para ele o ser humano é intelectualmente imperfeito, visto que a complexidade dos fenômenos sociais não pode ser compreendida, nem transformada rumo à perfeição por matéria tão precária.

O conservadorismo não elimina a possibilidade de melhoria das condições terrenas, uma vez que a história demonstra o contrário. A crítica conservadora não pode assim ser confundida com uma crítica antirracional. O problema não seria decorrente do papel insubstituível da razão

“como instrumento de qualquer conhecimento válido e consequente”, mas sim do racionalismo, compreendido como uma “subversão da razão” (COUTIHO, 2014, p. 35).

Ou, talvez de forma mais precisa, com a ambição desmedida de atribuir à razão a tarefa hercúlea de construir e reconstruir a sociedade humana de forma radical e perfeita. Não é a razão *per se* quem inspira crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de “possibilidade infinita” na condução racional dos assuntos humanos (COUTINHO, 2014, p. 35).

Para Coutinho (2018) questionar o racionalismo não significa colocar em questão a razão como instrumento insubstituível do conhecimento, mas remetê-la para seu papel necessário, no entanto falível. O autor considera então que o problema epistemológico central do racionalismo moderno é a tentativa de reduzir os problemas de uma comunidade a simples equações ou postulados, que seriam resolvidos simplesmente pela razão. Para ele trata-se de uma “grotesca caricatura” sobre a realidade complexa da política, “própria de quem se deixa embriagar pela ‘filosofia da vaidade’ – a vaidade do otimismo racionalista” (COUTINHO, 2014, p. 36).

A razão, analisa, é um instrumento necessário para operar politicamente, no entanto limitado, uma vez que os homens são limitados. Para além disso, existem margens de imponderabilidade, que acabam com as melhores intenções. Segundo o autor, vive-se em um mundo de consequências indesejadas e indesejáveis, onde a imponderabilidade altera em muitos momentos as intenções primevas. (COUTINHO, 2018).

É devido à recusa a essa caricatura que o pensamento conservador busca recentrar a discussão política na imperfeição intelectual dos seres humanos, que se revela a partir de dois níveis, sendo o primeiro deles as óbvias limitações epistemológicas do agente político, que por várias vezes erra na análise das situações que lhes são apresentadas, na escolha do melhor curso de ação, ou na forma como a executa, visto que, como afirma o conservador, os homens sabem menos do que pensam que sabem e erram mais do que devem. O segundo nível refere-se às consequências que escapam ao agente quando este decide atuar politicamente, que se referem não aos conhecimentos que possuem, mas sim àqueles de que não dispõem por não ser possível obtê-los antecipadamente, e que podem subverter de forma trágica as intenções iniciais (COUTINHO, 2014).

O autor afirma que o ceticismo do conservador não deve ser interpretado como uma forma de pessimismo ou de fatalismo. Ao alertar para a imperfeição humana, a posição conservadora defende que há consequências imprevistas e imprevisíveis que podem ser indesejadas. Algumas consequências naturalmente até podem ser benignas, no entanto “a

atenção conservadora se centrará nos primeiros por entender que a política não é um jogo de cassino em que se aposta livremente ‘a essência e o sangue dos outros’” (COUTINHO, 2014., p. 39).

O reconhecimento da imperfeição humana aponta o agente conservador para uma conduta humilde e prudente, que recusa a política utópica, tanto a revolucionária, quanto a reacionária. Os excessos da razão são para ele tão perniciosos quanto sua ausência, devendo sempre escolher a via média entre os extremos. O conhecimento imprescindível para qualquer agente político seria então um conhecimento apropriado para a natureza de sua função (COUTINHO, 2014).

Para Coutinho (2014, p. 48) o conservadorismo compreende que uma comunidade pode possuir determinados valores, por vezes distintos e nem sempre compatíveis e incomensuráveis, enquanto outras podem ter outros valores. O estadista prudente reconhece a verdade do pluralismo, “ou seja, a natureza circunstancial e condicional de valores múltiplos e rivais em determinadas circunstâncias”.

Pela mesma ordem de ideias, não é função do estadista conceder a determinados valores, sempre e em qualquer contexto, primazia sobre os restantes. Um conservador entende que a realidade é sempre mais complexa, e mais diversa, que a simplificação apaziguadora das cartilhas ideológicas (COUTINHO, 2014, p. 48).

Acreditar que um valor político dogmático tenha prioridade sobre os restantes e deve ser potencializado em sua expressão máxima é crer que a política se exerce sobre realidades estanques e imutáveis. A defesa de uma hierarquia rígida de valores como base do pensamento e da ação política é então insustentável, tendo em vista a natureza evolutiva e plural de qualquer comunidade humana (COUTINHO, 2014).

Na concepção do autor, tal fato ocorre não porque o conservadorismo é uma forma de relativismo cultural ou ético, mas porque o conservador considera a existência de uma multiplicidade de valores, sem que haja a prioridade de um sobre o outro, o que determinará a impossibilidade de comparar, ou mesmo criar juízos críticos, sobre determinadas sociedades (COUTINHO, 2014).

No entanto, o autor considera a existência de valores mínimos, ou primários, que não apenas representam a base moral de qualquer sociedade civilizada, mas são a condição para a existência de um universo plural e das escolhas necessárias que o agente poderá ter. Nesse sentido, afirma que “nenhuma sociedade poderá reclamar como civilizada se, anteriormente a qualquer escolha relativa, não existirem valores mínimos que tornem, desde logo, essa escolha



possível”. Esses valores não mínimos decorrem a partir não do que os indivíduos devem fazer, mas do que eles não podem fazer (COUTINHO, 2014, p. 52).

A política conservadora seria frágil se somente se guiasse por uma concepção negativa de sua própria atividade, afirma Coutinho (2014). Nesse sentido, é necessário evitar certos males, mas é também preciso perseguir e conservar determinados valores que expressam a forma como as sociedades vivem e se organizam a fim de alcançar fins particulares, denominados valores secundários. Ao estadista cabe, abstendo-se de acrescentar males primários, identificar os valores secundários úteis para a comunidade no presente. Para o autor são esses valores secundários que “possibilitam ao agente operar politicamente sem a paralisia agônica a que o pluralismo, em especial quando marcado pela incomensurabilidade de valores, tantas vezes conduz nossas sociedades” (COUTINHO, 2018, p. 41).

Não existe na política rotas traçadas *a priori*, tendo em vista que a atividade política é um processo contínuo que permite a definição de uma rota de acordo com as necessidades da comunidade. No entanto, o fato de não existir uma rota para a navegação política não implica afirmar que não haja uma tradição que consiga nortear a rota de navegação presente (COUTINHO, 2014).

Procurar impor sobre a comunidade um programa elaborado *a priori* sem ouvir antes o que ela tem para nos dizer – o que ela necessita *agora* mas também o que ela foi continuamente preservando e valorizando ao longo das gerações – é quebrar o elo fundamental de confiança que deve existir e presidir a relação entre governantes e governados (COUTINHO, 2014, p. 55, grifos do autor).

Coutinho (2014) afirma que os conservadores têm uma sensibilidade mais apurada que seus rivais ideológicos para as mudanças repentinas, uma vez que a possibilidade de perda é maior. Sua defesa das tradições ocorre justamente porque estas sobrevivem aos testes do tempo, revelando sua qualidade e a validade, o que recomenda sua proteção no presente.

Para Coutinho (2018, p. 41) o pluralismo deve respeitar e defender os valores relativos, que servem de guia imediato para qualquer comunidade. Em sua análise, afirma que “defendemos certos valores porque são nossos; regressamos a eles porque são úteis”. Nesse sentido, defende que as tradições que mais importam foram surgindo naturalmente, sobrevivendo por sucessivas gerações que encontraram nelas vantagens que indicavam sua manutenção. Dessa forma, indica que se foram úteis e benignas por gerações, é razoável defender que serão úteis também para as gerações futuras.

As tradições passam a ter uma função educacional, fornecendo aos indivíduos a gramática básica de uma conversa, impedindo-os de existirem sem qualquer referência social,

cultural ou moral. Para o conservador, os indivíduos nascem, crescem e atuam dentro de uma tradição, mesmo que alguns de seus comportamentos ou crenças sejam espontâneos (COUTINHO, 2014).

Essas tradições, no entanto, não possuem apenas um papel educacional, sendo valiosas por terem um papel epistemológico e político fundamental, sendo consideradas pelos conservadores como o “banco geral e o capital das nações e das eras, capazes de fornecer aos estadistas recursos valiosos para a condução de uma comunidade política” (COUTINHO, 2014, p. 63).

De acordo com Coutinho (2014, p. 64), o tempo fez com que alguns termos da gramática conservadora ganhassem uma conotação negativa. Esse é o caso do preconceito, que é compreendido como o “supremo crime”, principalmente quando a “filosofia da vaidade” aconselha os homens a se apresentarem sem preconceitos. Em sua análise, os preconceitos que interessam ao conservador não podem ser confundidos com ideias irracionais sobre determinado tema ou indivíduos, “o sentido atual e rasteiro do termo”. O preconceito deve ser entendido em seu sentido clássico, como um “precedente ou um julgamento baseado em decisões ou experiências passadas que, pela sua validade comprovada, informam decisões ou experiências presentes e futuras”.

Será essa dimensão de “preconceito” que interessa a um conservador: o tempo trouxe até ele princípios ou instituições que sobrevivem aos “testes do tempo”; essa sobrevivência cria uma razão favorável à manutenção e conservação de tais princípios ou instituições. E será a eles que devem recorrer como se recorre a ensinamentos válidos e testados. Ou melhor dizendo, *válidos, porque testados* (COUTINHO, 2014, p. 64).

Coutinho (2014) indica que existe uma dimensão valorativa da tradição, que nasce da familiaridade estabelecida entre os homens e sua cultura. As tradições são ainda, para o autor, o ponto de partida para qualquer atitude reformista, e a reforma é também um importante mecanismo de conservação.

A reforma se faz necessária para preservar e melhorar o que se encontra em risco, sendo especialmente relevante para evitar o radicalismo político e as situações extremas que este alimenta. O conservadorismo político surge então indissociável de uma ideia de reforma, mas somente aquelas necessárias para manter princípios ou instituições relevantes para a comunidade. Em sua análise, afirma que “reformular é estudar; estudar é distinguir o que merece ser preservado do que merece ser alterado” (COUTINHO, 2018, p. 28).

Coutinho (2014, p. 78) defende que as reformas conservadoras devem ser realizadas a tempo de evitar situações revolucionárias, cabendo ao agente reformista ou conservador realizar uma análise criteriosa sobre o que deve ser reformado e o que deve ser preservado. O estadista deve então atentar para que “seja capaz de separar o todo da parte em falta, *reformando-se a parte em falta sem alterar a substância do todo*”.

No que concerne à relação entre conservadorismo e capitalismo, Coutinho (2014, p. 81) defende que a direita “olha para o mercado com devoção e zelo”, nunca vislumbrando no capitalismo o tipo de vícios apontados pela esquerda, não considerando a ideia do livre mercado como uma ameaça para a virtude dos homens e para a ordem social onde vivem e trabalham. Para o autor é possível articular uma defesa conservadora da “sociedade comercial” sem haver nenhum tipo de contradição entre os termos.

A função de um governo, segundo o autor, é respeitar a natureza humana, sendo necessário que se respeite também as propriedades fundamentais dessa natureza, em que alguns homens têm a propensão para negociar, permutar ou trocar coisas, a fim de melhorar sua condição (COUTINHO, 2014). Para Coutinho (2018) o problema do pensamento utópico não reside apenas na arrogância do racionalismo, mas também na crença infantil e falaciosa de que as pessoas são uniformes.

Nesse sentido, cabe ao conservadorismo respeitar a natureza dos homens, sendo necessário “observar a vontade destes em participar num sistema em que são as escolhas naturais e livres de um indivíduo, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos, que devem ser soberanas” (COUTINHO, 2014, p. 87).

Coutinho (2014) afirma que o conservador deve valorizar a sociedade comercial, tendo em vista que é o amor ao lucro, mesmo que por vezes levado a excessos, a causa da grande prosperidade de todos os Estados. Em sua análise, esta sociedade funciona, quando comparada a outras alternativas econômicas e, para além disso, funciona como expressão das livres aspirações humanas dos que desejam melhorar suas condições.

Outro argumento utilizado pelo autor da conciliação entre conservadorismo e sociedade comercial é que esta se apresenta como uma tradição estabelecida. Assim como qualquer tradição digna desse nome, e com referência em Hayek, afirma que essa ordem emergiu natural e espontaneamente, a partir de uma interação livre e incontrolada de seus diferentes elementos (COUTINHO, 2014).

Nesse sentido, Coutinho (2014) compreende que uma posição conservadora deve defender que o mercado, além de ser uma aspiração humana, apresenta-se como um tipo de ordem que não se sustenta e nem pode se sustentar, sobre um vazio axiológico e normativo. A

“sociedade comercial” exige um conjunto de virtudes que permitirão que os seres humanos sirvam, na busca de seus interesses, igualmente aos interesses de outras pessoas.

Quando há algum tipo de comportamento vicioso dentro do mercado, o autor defende que é preciso questionar se essas falhas são devidas à natureza e funcionamento desse mercado, ou se são falhas morais anteriores a qualquer participação no sistema e podem emergir em contextos externos ao mercado (COUTINHO, 2014).

Para Coutinho (2014, p. 93) “a tendência para imputar ao mercado comportamentos reprováveis do ponto de vista ético mais não é do que um lamentável expediente para desculpar moralmente os indivíduos”. Segundo o autor, é necessário não desprezar a influência prévia das famílias, escolas, igreja, bem como todos os “pequenos pelotões” que desempenham na formação moral do caráter. A mais importante instituição para o bom funcionamento da “sociedade comercial” é o Estado, tendo em vista que só ele

garante a defesa da paz e da ordem; a construção onerosa de grandes infraestruturas que não podem depender apenas do voluntarismo da iniciativa privada; e a administração independente da justiça, capaz de defender a propriedade privada, o respeito pelos contratos firmados ou a punição de crimes e abusos cometidos por homens que não são anjos (COUTINHO, 2014, p. 94).

Ao Estado cabe então a garantia da manutenção de uma “ordem superficial” que respeite a verdade última do pluralismo, qual seja: “a ideia de que as sociedades são compostas por seres distintos, que perseguem fins distintos de vida – por sua conta e risco”. Nesse sentido, ele “deve garantir uma proteção mínima para os perdedores momentâneos do jogo”, e não viciar esse jogo (COUTINHO, 2018, p. 47).

Para o autor um governo conservador será um governo mais modesto e prudente, reconhecendo a multiplicidade de valores e objetivos de vida que os seres humanos buscam no contexto de uma sociedade pluralista. Esse reconhecimento significa que não cabe ao poder político definir a hierarquia dos valores sob os quais os indivíduos terão de viver suas vidas.

Nesse sentido, de acordo com Coutinho (2014), cabe ao governo preservar e garantir a existência tanto dos valores primários, quanto dos valores secundários, devendo evitar “males primários”, ou seja, aqueles universalmente reconhecidos como tais, e as reformas implementadas pelo governo devem ocorrer com um princípio de conservação e não de inovação.

Considera-se então que o pensamento do autor se articula a outros, como o do filósofo Luiz Felipe Pondé, que vem discutindo o conservadorismo o Brasil e cuja obra tem grande alcance nacional.

### 2.3.2 O pensamento de Luiz Felipe Pondé

Assim como Oakeshott, Pondé (2018, p. 80) se define “como conservador em política e liberal no resto”, por se considerar um empirista e um cético. Para o autor a empiria nasceu do seu medo do mundo e da percepção do fracasso inevitável do homem. Pondé (2010) afirma que se tornou conservador sobretudo por medo dos excessos humanos, medo de seu caráter frágil, do desejo por poder e dinheiro e da submissão ao sexo.

De acordo com Pondé (2018, p. 78), “termos como ‘mente’, ‘espírito’, ‘ideia’, ‘sensibilidade’ e ‘atitude’ são comuns para definir o pensamento conservador” e respondem “à dificuldade de resumir uma tradição que nasce como reação à Revolução Francesa no século XVIII, recolhendo questões anteriores a ela, e que a partir daí se transformará numa verdadeira escola de trincheira”. Em sua análise, uma das posições do pensamento conservador que mais o atraem é a definição de que o problema do homem é sobretudo moral e só secundariamente político. Ele considera que a consistência dos autores conservadores relaciona-se ao pessimismo deles em relação ao homem e à estrutura da vida e do mundo.

A moral plena existe devido à culpa, afirma Pondé (2010), e a vida moral começa a se sustentar no mal-estar com os atos humanos e com o mundo. Para o autor o centro da vida moral não está na vaga noção de valores, mas sim na culpa. Em sua análise, a ética se transformou numa espécie de disciplina que se ocupa com os hábitos da moral, e a filosofia moral permaneceu mais ampla, como uma reflexão da vida humana e seus dramas, a partir de escolas filosóficas.

Nesse sentido, Pondé (2010) defende o uso da expressão vida moral, por considerar que é menos carregada de modismos éticos, uma vez que hoje não se sabe exatamente ao certo o que se deseja com o uso da própria palavra, e que este visa tão somente ao marketing de comportamento, a partir da vontade de se projetar uma imagem de si mesmo como alguém com valores, e a partir daí se compreender essa pessoa como ética.

Para Pondé (2018, p. 59) o pensamento conservador em política “bebe muito no ceticismo e na defesa do hábito do afeto, e não da razão discursiva”. De acordo com o autor, o ceticismo não é apenas dúvida em relação à religião, mas também duvida da razão, dos sentidos e dos projetos racionais para a vida.

Segundo Pondé (2018, p. 58) “o desdobramento prático dessa condição é o valor do hábito como fundamento para a sobrevivência no mundo”, que deve ser entendido como “uma espécie de somatória de costumes morais, crenças religiosas, vivências psicológicas, experiências sociais sedimentadas e afetos constituídos. O autor defende então que o hábito retém certo quantum de conhecimento que garante a vida concreta, e pode se constituir em grande parte do que se entende por tradição. Nesse sentido, o hábito é considerado pelo autor como o comportamento repetido que deu certo em determinado cenário dominado pelo acaso e pelo risco.

A partir do pensamento de Burke, Pondé (2018) defende que a sociedade é uma comunidade de almas que reúne mortos, vivos e os que ainda não nasceram. A partir dessa concepção, é possível limitar primeiramente que o passado não vale como referência, e os “mortos” significam para ele o hábito moral adquirido. A desconfiança em relação à obsessão pelos vivos, materializada no racionalismo revolucionário do presente, seria para ele diretamente proporcional à prudência como maior virtude política. Já a relação com os que ainda não nasceram demonstra a responsabilidade de não se fazer deles vítimas dos delírios de gabinetes do presente.

Para o autor grande parte do pensamento conservador critica o abstracionismo dos revolucionários franceses e de seus herdeiros, bem como cultiva o respeito à tradição, e a prudência para lidar com ela, devido à descrença na capacidade dos homens em resolver os problemas do mundo. Pondé compreende, assim como propõe Burke, que um dos fatores essenciais do ordenamento da vida moral e política seria a religião, uma vez que ela se constitui como típica sabedoria dos mortos. Do ponto de vista de vários conservadores religiosos, o valor da crença religiosa se sustenta no valor do hábito, e não propriamente no conteúdo da fé (PONDÉ, 2018).

As religiões, de acordo com o autor, são sistemas de sentido que associam crenças em narrativas cósmicas a práticas concretas e cotidianas, como os ritos e rituais, com força normativa e moral, ou seja, dizer o que é certo ou errado e quais as consequências de o homem agir de forma certa ou errada de acordo com a vontade desses seres divinos (PONDÉ, 2010).

Por isso as religiões, quase 100% delas, aliviariam a agonia da razão diante de um mundo em pedaços, logo, insuficiente. Para mim, o melhor das grandes tradições religiosas (e aqui tenho parceiros como o grande teólogo suíço reformado do século XX, Karl Barth) não é o fato de elas fazerem a vida mais fácil; ao contrário, é o fato de elas ampliarem e aprofundarem o drama humano para além das soluções facilmente científicas, políticas e sociais, típicas da ingenuidade mau caráter de muitos modernos (PONDÉ, 2010, p. 119).

Segundo Pondé (2018), a bíblia é um livro empírico que descreve a condição humana e suas agonias. Para além de ser um reservatório de sabedoria, como todo livro de grandes tradições religiosas (PONDÉ, 2014). Ao contrário do que afirmam muitos filósofos, Pondé (2010) defende que a tradição bíblica não se destina a pessoas covardes, mas sim a seus opostos.

Sempre que se aposta no pecado como grade de análise moral, existe mais chance de se fazer “ciência” da moral, visto que o temperamento humano é orgulhoso e invejoso. A esquerda promove uma clássica desqualificação da herança bíblica, confundindo-a com as mazelas da história do cristianismo, o que é um indicador de sua inconsistência intelectual (PONDÉ, 2018).

Outro ponto discutido por Pondé (2018, p. 72) é a democracia. Em sua análise, o homem da democracia “lê pouco, é generalista, pergunta para a pessoa ao lado e adota como verdade o que a maioria diz, trocando o conhecimento pela opinião pública”. Para o autor a democracia estimula em todos a crença nas próprias opiniões, visto que faz todos se acharem “igualmente” capazes de emitir opiniões sobre tudo, no entanto “sabemos que não ‘construímos’ nossas opiniões a partir de nós mesmos, e sim de uma longa teia ancestral de ideias, práticas morais e afetos”, argumenta.

Para Pondé (2018, p. 73) o pano de fundo da democracia é o capitalismo, visto que não se conhece democracia que tenha funcionado razoavelmente sem esse sistema, que “parece depender de algum modo ‘misterioso’ da liberdade de mercado (...) porque nesta os homens sentem que a vida está aberta a seus desejos e sua ação”. O autor considera então que o capitalismo é uma forma de vida ajustada à miséria do desejo infinito do homem, ou seja, o mal infinito da humanidade.

Pondé (2018) defende a ideia de que existe uma tensão contínua entre liberdade e igualdade, visto que se amplia a liberdade, amplia-se também a criatividade humana, o que faz aumentar a desigualdade entre as pessoas. Caso se acentue a igualdade, há uma elevação da taxa de mediocridade na sociedade, o que para o autor resultaria no amor da igualdade pela mediocridade. Nesse sentido, o autor considera que não é uma evidência a identidade entre democracia e liberdade.

Não há necessariamente garantia de liberdade na democracia, a menos que tenhamos poderes e instituições que entrem em conflito uns com os outros. [...] mesmo um poder que se diga amigo do indivíduo (como o governo democrático), quando entregue a sua mecânica pura, esmaga os sujeitos. Daí a necessidade de mecanismos de peso e contrapesos, assim como de pequenas e infinitas associações “locais” [...] que rotejam o indivíduo da tendência avassaladora do poder para destruí-lo (PONDÉ, 2018, p. 74).

Para o autor o que garante a liberdade não é um governo “absoluto” a seu favor, mas uma rede de poderes que se chocam, como a família, a religião, os sindicatos e os interesses múltiplos e contraditórios, que garantem muito mais liberdade do que as boas intenções dos governantes ou de um partido da liberdade (PONDÉ, 2018). Pondé (2010) considera que as famílias, assim como qualquer outra instituição moral, são fruto da ação humana ao longo do tempo, e que, mesmo que haja tortura nas famílias, o ser humano com razão tem medo de ficar sem esta.

Pondé (2018) acredita que aqueles que são mais capazes se incumbem dos cargos mais difíceis, enquanto os demais se aproveitam. A partir da teoria da objetividade do valor de Ayn Rand, o autor defende que valores de pessoas corajosas, trabalhadoras e inteligentes geram de modo objetivo vida e riqueza à sua volta, enquanto pessoas preguiçosas, medíocres e covardes empobrecem objetivamente o mundo. Em sua análise, a mediocridade e a covardia arruinam a vida cotidiana, e a esquerda utiliza uma série de argumentos para justificar sua preguiça e sua mediocridade.

Afirmar que os seres humanos são iguais é uma farsa, e é por isso que existe a inveja entre os homens, que são desiguais e uns são melhores que os outros; nesse sentido, defende a máxima de que “alguns poucos são melhores e carregam o mundo nas costas, enquanto os outros apenas se aproveitam” (PONDÉ, 2018, p. 66).

Quanto à natureza humana, assim como Burke, Pondé (2018) defende que a miséria humana é sua tendência para o orgulho; que, não suportando suas fraquezas, finitude e fracasso, o homem decide mentir sobre elas, e com isso os mentirosos ganharam o poder da sociedade, elogiando a vaidade humana. A modernidade fez então uma opção por negar as misérias humanas em favor da vaidade, e o nome dessa opção é a esquerda.

A esquerda é abstrata e mau-caráter porque nega a realidade histórica humana a fim de construir seu domínio sobre o mundo. Vende elogios ao homem para assim tê-lo como um retardado mental a seu serviço. A esquerda é puro marketing. No fundo não passa de autoajuda (PONDÉ, 2018, p. 81).

Em relação às universidades, Pondé (2018, p. 57) defende que se trata de um dos lugares de maior miséria espiritual que conhece, e acredita que se tornou foco de gente “sem posses” que busca ascender socialmente por meio de uma carreira acadêmica e que por isso não se importa com o que pensa, desde que ganhe um bom salário e tenha garantia de emprego.

Com a entrada das working classes na universidade, com o tempo concreto nela tomado por cálculos de sobrevivência e de carreira, não sobra muita matéria social



sobre a qual erguer o conhecimento desinteressado. No mundo das ciências duras e da técnica ainda existe algum espaço para o mérito, ainda que cifrado pelo cálculo de resultados. Mas, quando falamos em ciências humanas – ciências quase inúteis e de resultados dúbios –, o mérito então desaparece e, em seu lugar, resta mediocridade, corporativismo, repetições que mimetizam produtividade em termos numéricos e quantificáveis. Tudo a serviço de disputas miseráveis dos pequenos poderes institucionais (PONDÉ, 2010, p. 178).

Pondé (2014) defende que nunca se mentiu tanto e de forma organizada como hoje, e que muito provavelmente as ciências sociais se tornarão um alvo de ridículo no futuro, visto que perderam qualquer contato com a realidade e afirmam seus delírios sobre homens e mulheres que não existem. As pesquisas em Ciências Humanas não lidam com a vida como é, mas como sua ideologia gostaria que fosse.

Esperamos que um ceticismo sistemático venha nos salvar da fé cega no conhecimento institucionalizado nas universidades e nos centros culturais. Os inimigos do pensamento dominaram o comércio das ideias. E quando não se pode confiar mais na atividade comercial, seja ela qual for, perde-se o essencial da vida civilizada. O comércio é marca última da condição humana moral. Quando o comércio de ideias se contamina com a má-fé, é como se você não pudesse mais confiar em quem lhe vende um produto porque sabe que ele não vai entregá-lo. Quando se perde a fé no comércio, tudo está perdido – ele é o limite de nossa esperança histórica na civilização (PONDÉ, 2014, p. 78).

O autor considera então que nos últimos anos a esquerda venceu a batalha no Brasil, com exceção da economia, “porque com dinheiro não se brinca”, e persegue sistematicamente qualquer um que “não reze por sua cartilha”. Segundo Pondé (2014), a esquerda atrapalha o esforço de se compreender as contradições do capitalismo, por ser infantil e ter uma visão de mundo mitológica. O autor considera, partindo de Bell, que a sociedade é composta por três dimensões, quais sejam: estrutura tecnoeconômica, responsável pela geração e distribuição da produção que busca reduzir a escassez natural da vida humana; política, considerada como a instância que gera e administra o poder e a violência legítima em uma sociedade e; cultural, dimensão que produz, organiza e distribui os significados que fazem de uma sociedade uma identidade de sentido (PONDÉ, 2018, p. 81).

A disjunção entre essas dimensões gera conflitos contínuos dentro da estrutura, causando intermináveis problemas que devem ser administrados pelas instâncias responsáveis por cada uma delas ou pelo conjunto desintegrado da vida social, política e cultural. Essa disjunção é para o autor o pano de fundo amplo do que chama de era do ressentimento ou de contemporâneo (PONDÉ, 2014).

O fato de a sociedade contemporânea ser cada vez mais disjuntiva (conflituosa, contraditória, sem nenhuma cura possível) em sua operação, faz com que o movimento de nossa História tenda cada vez mais ao conflito e jamais a um “mundo de paz e igualdade”, como falam os idiotas do bem (PONDÉ, 2014, p. 24).

O autor defende que o título de era das trevas deixará de pertencer à Idade Média e será passado para a contemporaneidade, que será lembrada na história como uma era de mimados, ressentidos e covardes, com apego ao voto democrático e fé em manifestações do povo. A crença no poder revolucionário das redes sociais se comparará com o desdém que o homem tem pela crença antiga no poder de se ler o futuro nas entranhas dos animais e a própria ideia da revolução será vista como uma forma de animismo, acredita o filósofo (PONDÉ, 2014).

Pondé (2014) defende que o mundo contemporâneo é marcado pela opção secular, que se caracteriza por uma vida “racional” e programada, distante de doutrinas religiosas, pautada na democracia liberal de consumo e pelo conhecimento agregado da ciência. Em sua análise, o mundo secular nasceu com a modernidade e com o encolhimento da vida religiosa comunitária sobre uma vida profissional, individualista e industrial nas cidades, ampliado pela emancipação feminina e gay.

Segundo o autor, a revolução sexual é uma farsa, que logo levará a modernidade secular ao abismo, entregando o mundo ocidental nas mãos dos evangélicos, visto que estes engravidam suas mulheres com competência, enquanto a secularização, ao contrário do que se imagina, deixou o mundo estéril. Em sua análise mulheres religiosas praticantes que dedicam suas vidas às famílias tem uma vida mais equilibrada e se sentem mais amadas e valorizadas do que mulheres ativas profissionalmente, casadas e com filhos (PONDÉ, 2014).

Compreende-se que a obra de Pondé possui uma interlocução com autores clássicos e contemporâneos do pensamento conservador, o que garante a seu pensamento um aprofundamento teórico em determinadas discussões, como inclusive a que trata do conservadorismo. No entanto, constatam-se também alguns elementos do senso comum, principalmente em pontos que tratam da moral, com a presença de um discurso mais embasado em seu posicionamento pessoal do que em discussões teóricas.

Sua crítica ao pensamento racional e ao racionalismo traz para o seu debate uma postura empirista, e garante aos hábitos uma determinada centralidade. Ao afirmar que os hábitos possuem uma quantidade de conhecimento, e que estes se consolidam por comportamentos repetidos que deram certo, Pondé, em suas obras, garante a estes um estatuto de fonte de conhecimento a ser perpetuada, e que não pode ser contestada, visto que em sua análise as

ciências humanas, ramo das ciências que questionam a dinâmica da vida humana, não lidam com a vida como realmente é, mas a partir de uma idealização de homens e mulheres.

A partir desse traço irracionalista é que a obra de Pondé se sustenta, colocando como fundamental para o pensamento conservador a defesa do hábito e do afeto, e não da razão discursiva. Dessa forma, o autor elenca que o problema central do homem é sobretudo moral e deve ser resolvido a partir de um olhar para o passado, de modo a se obter “dos mortos” as referências necessárias para a construção da vida presente.

Em sua defesa do capitalismo, considerando-o como o mal infinito do homem, Pondé (2018) sustenta a eternidade dessa forma de sociabilidade, não havendo mudança possível; no entanto, assim como outras formas de sociabilidade anteriores, considera que os determinantes sociais são passíveis de mudanças, o que invalida sua análise de mal infinito atribuído ao capitalismo.

Quanto a considerar a democracia como fruto de sociedades capitalistas, o autor desconsidera a existência da democracia ateniense. Mesmo apresentando princípios diferentes em relação à democracia contemporânea, não é possível desconsiderá-la, visto que foi sua organização política e social que forneceu as bases para a gênese do que hoje compreende-se como democracia.

Outro ponto controverso refere-se à própria definição de democracia e suas possibilidades dentro da dinâmica do capitalismo. Coutinho (1999, p. 42) defende que democracia é sinônimo de democracia popular, ou seja, “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. O autor defende que existe uma contradição entre democracia e capitalismo, visto que a divisão da sociedade em classes é um limite intransponível para a afirmação da democracia. Dessa forma, só uma sociedade sem classes pode realizar o ideal de soberania popular e, como tal, de democracia.

A partir dessa compreensão de democracia e de soberania popular, defende-se que não é possível haver, nos limites do capitalismo, uma relação entre democracia e igualdade. Considera-se que a análise desenvolvida por Locke de que a propriedade é direito natural básico<sup>24</sup> recria uma nova forma de desigualdade entre os homens.

Pondé demonstra em sua análise um forte traço de elitismo. Um exemplo desse fato refere-se à sua consideração de que os idiotas são maioria, e que a democracia estimula a crença de que todos são capazes de emitir sua opinião. Dessa forma, o autor considera que somente

---

<sup>24</sup> A própria ideia de considerar a existência de direitos naturais já é equivocada, visto que os indivíduos não nascem com direitos; estes são na verdade fenômenos sociais, resultado da história (COUTINHO, 1999).

uma elite é capaz de se posicionar e que a maioria da população, que ele defende ser composta por sujeitos que leem pouco, são generalistas e trocam conhecimento pela opinião pública, e por esse motivo são considerados por ele como idiotas.

Essa caracterização do homem da democracia traz para o indivíduo a responsabilidade de construção de seu conhecimento, com a existência de pessoas mais capazes do que outras, desconsiderando a realidade sócio-histórica em que esses sujeitos se inserem. As reais possibilidades de acesso à educação, e mais precisamente a uma educação de qualidade, é que possibilitam aos sujeitos construir seu conhecimento, bem como fundamentar suas análises.

Dessa forma, culpabilizar a maioria da população por seus limites é uma forma meritocrática de exaltar parte da população que tem acesso a um ensino de qualidade, a bens culturais, e dispõem de acesso a determinado nível de discussões que não são acessíveis a esse grupo.

Outro ponto em que o autor demonstra seu elitismo diz respeito à sua análise sobre a universidade. O autor defende que esta se tornou um espaço de miséria intelectual quando a classe trabalhadora começou a assumir determinados espaços na carreira acadêmica, indicando uma predileção de acesso somente à elite brasileira. Dessa forma, o que se garante na dinâmica da sociedade brasileira é a perpetuação das desigualdades, do racismo e da meritocracia.

Em relação à história brasileira, Pondé defende que houve uma vitimização da esquerda durante a ditadura, e que esta na realidade livrou o país de se tornar uma grande Cuba, atendendo a um propósito nacional de salvação do país. Ao tratar desse tema de forma leviana, há na análise do autor um desrespeito histórico, primeiramente por desconsiderar os aspectos históricos que culminaram no golpe, bem como por minimizar o que representou a repressão militar, não só com a esquerda, mas com todos que se colocavam contrários a ela.

Considera-se também que a obra de Pondé é misógina e machista. Em diversos momentos de sua obra, o autor busca trazer a discussão de sexo para seus textos, a fim de talvez mostrar sua posição liberal em relação a certos valores morais, rompendo com a ideia de tabu sexual; no entanto, observa-se um caráter comum a suas observações nesse ponto, garantindo sempre que a mulher apareça, em determinada situação, inferior ao homem.

Suas referências às mulheres são feitas constantemente de forma a sexualizá-las, atribuindo-lhes certas qualidades desejadas historicamente, como certo padrão de beleza e submissão nas relações. Em suas análises, Pondé demonstra que espera das mulheres devoção, servitude e sexo.

Compreende-se então na obra de Pondé a existência de postulados básicos do conservadorismo, como a impossibilidade do surgimento de uma nova sociabilidade, o papel

da religião e das famílias como instituições morais que garantem a difusão de valores na sociedade, bem como sua análise sobre importância da falta de escolhas dos sujeitos, consideradas por ele como necessárias para a vida comunitária.

Para além dos autores já analisados, como Pondé e Coutinho, outra vertente do pensamento conservador contemporâneo pode ser observada no Brasil. Vinculada à ideologia ultraliberal, descendente da escola austríaca de economia, cujo principal expoente é Ludwig Von Mises, vem ganhando espaço no mercado editorial brasileiro. Influente nos meios acadêmicos e ativistas do Estados Unidos, essa vertente é apresentada como uma teoria intelectualmente sofisticada e capaz de enfrentar a hegemonia do pensamento progressista nas universidades.

Por meio de vários *think tanks*, como o Instituto Millenium e o Instituto Von Mises Brasil, com o financiamento de empresas nacionais e transnacionais, essa vertente vem sendo popularizada no país por autores como Bruno Garschagen e Rodrigo Constantino.

### 2.3.3 Pensamento e obra de Garschagen

De acordo com Garschagen (2015, p. 11), “conservadorismo é, em si mesmo, modernismo, e nisto reside o segredo de seu sucesso”. Em sua análise, o pensamento conservador fornece os princípios e valores que formam e orientam as bases de uma atividade política conservadora. No entanto, não existe um conservadorismo universal que se aplica a qualquer sociedade sem as devidas adaptações e a observância dos aspectos substantivos em questão.

Uma vez que não existe política conservadora universal, ou mesmo um esforço dos conservadores em elaborar um corpo teórico e sistemático sobre o que é o conservadorismo, surgiu a ilusão de que não há pensamento conservador, ou mesmo de que não existe um conjunto sólido de conceitos, valores, princípios e uma visão geral que oriente os conservadores a agirem politicamente. Nesse sentido, o conservadorismo fundamentaria sua ação por meio da reação, sua política, a partir da procrastinação e sua crença na nostalgia (GARSCHAGEN, 2015).

Garschagen (2015, p. 10) defende que os conservadores são críticos da ideologia, por compreenderem-na de forma pejorativa, “não simplesmente como um conjunto ou sistema de ideias ou de convicções políticas”. Nesse sentido, há a preocupação de não reduzir o

conservadorismo a uma dimensão ideológica, e com isso convertê-lo em mero exercício da política formal, “diluindo seu caráter de posição, e disposição, perante o mundo e as outras pessoas, e o seu entendimento acerca da natureza humana e do próprio exercício da política”. Em sua análise, afirma que “o ceticismo do conservadorismo quanto ao dogmatismo racional das ideologias e de seus projetos utópicos, e a sua posição não ideológica e antiesquemática” foram preservados por um conjunto de conservadores tanto do passado, quanto do presente.

Em relação à dimensão temporal, o autor indica que os conservadores a compreendem de maneira singular, entendendo o passado, longe de ser idealizado, como o reservatório do capital de experiências da sociedade, capaz de preservar as tradições mais profundas que emergiram naturalmente e que sobreviveram aos testes do tempo. Quando o conservador defende algo, ele o faz porque o conhece, porque isso faz parte de sua vida, cultura e ambiente, e consegue identificar a tentativa de intervenção que ameaça sua identidade, em qualquer medida (GARSCHAGEN, 2015).

Referenciando-se em Burke, Garschagen (2019) defende que há uma discrepância entre a abstração com as teorias acerca dos direitos do homem e a realidade com a natureza humana, o que acarreta a promessa de direitos sem a preocupação com sua realização concreta. Para ele é impensável que a sociedade reivindique direitos cuja satisfação a colocaria em risco.

Em sua análise sobre o governo, novamente a partir de Burke, o autor defende que este seria uma invenção da sabedoria humana para a promoção de suas necessidades, que inclui até mesmo a restrição das paixões. São essas paixões humanas que fazem os homens acreditarem que são credores de direitos e buscarem o modo para obtê-los. Na medida em que as restrições são eliminadas, com a destruição do compromisso cultural, moral, espiritual, o que para o autor é um desprezo pelo que foi construído pelas gerações anteriores, rompe-se com os impeditivos políticos e éticos para a promessa de concessão de direitos abstratos e de privilégios (GARSCHAGEN, 2019).

Para o autor, o equívoco de declarações como a Declaração dos Direitos Humanos da ONU e de constituições como a francesa e a brasileira é garantir demais, prometendo o infinito e depois impossibilitando que ele se cumpra. Devido ao “vírus revolucionário”, novas feições foram dadas ao direito, à justiça, e houve uma modificação na natureza da lei, que deixou de ser expressão de um imperativo do direito legal, de um juízo moral e comunitário, de um vínculo entre direito e dever (GARSCHAGEN, 2019).

A lei passou, então, a ser entendida como um instrumento que prescindia da tradição, da cultura, das regras sociais, dos hábitos dos indivíduos, dos fatos da vida cotidiana, enfim, de todos os elementos que estabeleciam um grau de familiaridade entre a norma

e a experiência do homem em comunidade. Desfeitos os laços que ligavam a lei às pessoas e à realidade, para legisladores e magistrados, tudo seria possível (GARSCHAGEN, 2019, p. 31).

Nesse contexto, os homens passaram a acreditar que seria função da razão produzir princípios universais, independentemente de história, circunstância e espírito nacional. A mentalidade que orienta e define o comportamento do político-legislador, dos profissionais do direito e de militantes de “causas sociais” leva a dois equívocos, sendo o primeiro deles o de descartar o contexto cultural e social a partir do qual os princípios universais são criados. O segundo erro, elaborado pelo autor a partir do pensamento de Oakeshott, é o conceito de racionalismo na política, que explica um tipo de racionalidade moderna e dogmática que utiliza o poder da sua razão para definir o valor de determinada coisa, a verdade de uma opinião ou a justeza de uma ação (GARSCHAGEN, 2019).

O autor defende que, para o racionalista, a solução perfeita para qualquer problema seria a racional. A política racionalista, a partir da crença de que existe uma razão comum para toda a humanidade, conduz a uma política de padronização da sociedade. Nesse sentido, rejeita a diversidade, tendo em vista que esta é contrária ao projeto de uniformização (GARSCHAGEN, 2019).

Segundo Garschagen (2019), o problema insolúvel nas sociedades democráticas localiza-se na ampliação excessiva dos limites da noção, que considera o homem como indefinidamente perfectível, análise que as sociedades aristocráticas estavam propensas a estreitar. Com a extinção gradual do espírito da aristocracia, ampliou-se o caráter da perfectibilidade humana atribuído pela igualdade. O ideal igualitário foi se tornando uma proposta mais ampla e distinta do que a proposta original de igualdade perante a lei. Esse corolário de igualdade abstrata, é que revertido em lei, produziu consequências imprevistas e não intencionais.

Uma delas é a violação da igualdade perante a lei em nome do combate a diversas desigualdades. Na tentativa de corrigir injustiças sociais que não são resolvidas pela igualdade legal, alguns são beneficiados em função de sua condição ou especificidade enquanto outros são prejudicados. A igualdade é, então posta em causa para que seja realizada a igualdade de oportunidades ou até mesmo a igualdade de resultados (GARSCHAGEN, 2019, p. 34).

Para o autor a Constituição brasileira seria um exemplo significativo de documento que busca, a partir do Estado, obrigar alguém ou uma instituição a fazer ou deixar de fazer algo em nome da igualdade, no intuito de privilegiar parcelas da sociedade que não são capazes de se articular politicamente. Em sua análise, a Constituição de 1988 “seria um instrumento mítico,

semidivino, de realização plena do homem fundamentado nos ideais da França revolucionária: igualdade e fraternidade”, sendo considerada uma peça fundamental para compreender a mudança de cima para baixo, realizada por profissionais e ativistas dos direitos máximos e dos deveres mínimos. (GARSCHAGEN, 2019, p. 35).

Ela ampliou os direitos sociais e lhes conferiu legitimidade social e jurídica, ao mesmo tempo em que escondeu uma agenda ideológica oculta, quando estabeleceu um leque amplo de direitos abstratos, a partir de políticas redistributivas e um “generoso Estado de Bem-Estar incompatível com a realidade econômica do país” (GARSCHAGEN, 2019, p. 40).

A nota dissonante na existência de tais direitos na Constituição e na manutenção sem oposição do discurso mantenedor dessa leviandade social é que a garantia legal e as promessas retóricas se mantêm vigorosas a despeito de os serviços públicos serem prestados de forma ruim e precária – quando são. A Constituição tipificou uma utopia. Os resultados são exemplares: desejos ilimitados para realizações limitadas geram insatisfação, impotência, ressentimento (GARSCHAGEN, 2019, p. 41).

Esta é para o autor, no entanto, apenas a ponta do iceberg de um ordenamento jurídico mais amplo, não sendo, juntamente ao conjunto das legislações, os únicos problemas. No Brasil, as leis são muitas e são ruins, e seus intérpretes fazem delas uma arma ideológica que, nas mãos de certos professores, passam a ser utilizadas como Arma de Doutrinação em Massa (ADM). Em sua análise, afirma que elas se estruturam a partir de um conjunto de autores e teorias que são utilizados pela intelectualidade estatista e/ou de esquerda para doutrinação ideológica, sendo um instrumento intelectualmente letal, capaz de cooptar de forma ideológica grande número de jovens, com o propósito de incutir e naturalizar diferentes versões de socialismo nas várias esferas da vida em sociedade (GARSCHAGEN, 2019).

Referenciando-se de forma crítica na teoria do privilégio<sup>25</sup> desenvolvida por Peggy McIntosh, Garschagen (2019, p. 52) defende que esta reforça uma ideia perversa do direito como instrumento de correção de diversas desigualdades, sobretudo a econômica. Em sua análise, ao contrário do que define a teoria do privilégio, no Brasil a parcela da população que desfruta dos benefícios não se encontra exclusivamente em uma posição de vantagem econômica e social. Para ele nesse grupo encontram-se representantes de parcelas mais pobres e mais ricas, “muitos deles políticos, funcionários públicos e empresários que representam o 1% mais endinheirado do país”.

---

<sup>25</sup> Segundo a teoria do privilégio, quem nasce homem, branco, heterossexual e rico tem uma vantagem sobre negros, mulheres, gays e pobres.



Garschagen (2019) elabora uma distinção entre direito e privilégio, a partir do jusnaturalismo, em que considera como direito genuíno, ou direito natural, todos aqueles que com seu usufruto não geram nenhum conflito ou nenhuma contradição lógica. No entanto, se o direito é negado a alguém, ou se este é uma exclusividade de uma pessoa ou de um grupo, não podendo ser usufruído por todos simultaneamente, então não seria um direito, mas sim um privilégio. O privilégio seria então o instrumento a partir do qual uma pessoa é obrigada a pagar por algo que só um terceiro poderá usufruir, criando uma obrigação para o conjunto da sociedade, e não apenas para o grupo de privilegiados.

Segundo Garschagen (2019, p. 57), “os privilégios só se tornam realidade quando há o casamento entre a busca por benefícios e a conquista de apoio político para concedê-los. O *rente-seeking*, ou rentismo, é um processo a partir do qual grupos se aproximam das instâncias de poder político para obter privilégios ou benefícios do Estado. Para o autor uma das principais consequências sociais negativas do rentismo é o encorajamento de um número crescente de pessoas que buscam vantagens por meio de apoio político. Quando determinado grupo conquista um direito ou privilégio, tem-se início a batalha dos rentistas, a partir da qual outros grupos também buscam se beneficiar.

A conquista de determinado privilégio impõe a toda a sociedade o seu custo, produzindo conflitos entre diversos grupos, que são sempre um exemplo de desgaste social. Garantir privilégios “corrói a responsabilidade individual, deteriora o sentido de dever e desestimula a descoberta de um sentido da vida” (GARSCHAGEN, 2019, p. 60).

Para o autor o Estado é o primeiro e grande privilegiado, tendo o poder de conceder para si e a outros benefícios. Em sua análise, afirma que “há um momento na vida em que é preciso decidir entre ser funcionário ou vítima do Estado”, e muitos brasileiros têm como horizonte profissional serem servidores públicos. Dessa forma o autor afirma que o Estado atrapalha a economia, ao mesmo tempo em que se apresenta para a sociedade como o melhor empregador (GARSCHAGEN, 2019, p. 66).

Em sua concepção, o servidor público possui mais direitos e benefícios do que o trabalhador da iniciativa privada que desempenha funções semelhantes. A partir de um comparativo inicial entre vencimento básico e gratificações, o autor questiona os gastos da União com gratificações dos servidores públicos, trazendo o total de gastos do Estado em relação ao quadro geral de servidores públicos. Ao discorrer sobre essas gratificações, no entanto, os dados que o autor apresenta referem-se, nos três poderes, a um grupo seletivo de servidores, como desembargadores e juízes, e de pessoas que possuem cargos comissionados ou mandatos eletivos.

Para o autor a remuneração dos servidores públicos está descolada do grau de prosperidade do país e da realidade econômica da sociedade, que é obrigada a arcar com as despesas dos privilégios. A fim de manter seus privilégios, os servidores públicos apegam-se à legalidade, de modo a manter seus pagamentos e benefícios (GARSCHAGEN, 2019).

Garschagen (2019, p. 125) indica que essa blindagem do Estado em relação aos servidores confirma a observação feita por Thomas Sowell de que “a primeira lei da economia é a escassez: nunca há o suficiente para satisfazer plenamente todos aqueles que o desejam. A primeira lei da política é desprezar a primeira lei da economia”. Para o autor há um choque entre “duas classes”, a de servidores públicos e a representada pela iniciativa privada, sendo que a parcela que faz parte do Estado está em posição superior à de quem se encontra fora e é obrigada a financiá-la. O trabalhador privado é então “vítima de um sistema que os atrapalha, que não funciona com eficiência e que gasta cada vez mais”. O autor defende, nesse sentido, que em um ambiente de incentivos ruins e de privilégios institucionalizados, a qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas é inversamente proporcional ao custo de sua manutenção.

No que concerne aos privilégios presentes na sociedade, Garschagen (2019, p. 139) defende que existem benefícios sendo distribuídos para grupos de interesse dentro da sociedade, como universitários, criminosos, LGBTTI, dentre outros. Para ele os grupos privilegiados lidam com o fato de que, uma vez oferecidos, estão respaldados pela lei e “às favas todos os escrúpulos do justo, da ética, da moral”.

De acordo com o autor, à medida em que se ampliam os grupos beneficiados em função de suas singularidades e capacidade de mobilização política, mais se sedimenta na sociedade a certeza de que depositar no Estado suas expectativas e desejos individuais vale a pena, em vez de assumir para si a responsabilidade, bem como a daqueles que foram privilegiados (GARSCHAGEN, 2019).

Garschagen (2019, p. 143) utiliza-se da expressão dos economistas Marcos Lisboa e Zeina Latif, e considera o Brasil como “república da meia-entrada”, como exemplo do rentismo no país e de subsídio cruzado, quando “uma parcela de consumidores paga preços mais altos para subsidiar outra parcela, que terá o privilégio de pagar menos”. Em sua análise, os empresários repassam os custos do desconto estabelecido no valor do ingresso e quem paga o preço total está pagando boa parte da meia-entrada.

De acordo com sua avaliação, são os políticos e servidores públicos que “decidem sobre um dinheiro que não é deles e cujos donos ignoram, inventam medidas mais disparatadas e ineficientes”, e a partir desses atos criam problemas que não existiam e que também não são

capazes de atingir plenamente o objetivo pretendido. Para o autor esse é um dos privilégios cujos efeitos negativos a sociedade não consegue perceber a partir da aparência de resultados positivos (GARSCHAGEN, 2019, p. 144).

No que concerne à política de educação no Brasil, Garschagen (2019) conduz a discussão a partir de algumas questões. O primeiro ponto refere-se ao acesso ao ensino superior, em que há, a partir de dados apresentados, um maior acesso por estudantes com renda per capita alta<sup>26</sup>. A fim de solucionar tal problema o autor argumenta que foi criado um privilégio, as cotas, a fim de minimizar o problema anterior; no entanto, não ataca a origem deste, que para ele consistia na baixa prosperidade econômica no país mantida pela política.

Para o autor, alunos cotistas, ao entrarem na universidade, passam a viver vários dramas, como dificuldades para acompanhar as exigências e ritmo das aulas, para frequentar a universidade, para comprar livros e para encontrar tempo para os estudos, visto que muitos deles têm que trabalhar (GARSCHAGEN, 2019).

Outro privilégio criado para estudantes de instituições privadas relativamente ao acesso ao ensino superior refere-se ao repasse de recursos do governo por meio do Programa de Financiamento Estudantil (FIES). O custo do programa ficaria dividido entre o pagador de impostos e quem tinha seu curso financiado pelo programa, e em caso de inadimplência, quem assumiria a responsabilidade pelo pagamento seria o Tesouro Nacional. Com a recessão econômica e a alta de inadimplência, o autor indica então que foi o conjunto da sociedade que arcou com a “farra do Fies” (GARSCHAGEN, 2019, p. 153).

Ainda em relação à política de educação, Garschagen (2019, p. 150) indica que há um descompasso entre a qualidade do ensino básico e a do ensino superior, que em sua concepção resulta do fato de estados e municípios terem “muito menos dinheiro e menos [sic] funcionários menos qualificados que o Governo Federal”.

No que concerne à política de saúde, Garschagen (2019, p. 156) considera que a garantia como direito universal é uma promessa criminosa, uma vez que converteram a saúde em utopia, e fizeram do Estado o provedor. Em sua análise, “irresponsáveis, os constituintes prometeram uma impossibilidade na Constituição de 1988”, definindo

a saúde como a concretização de uma qualidade de vida sadia, de uma vida com dignidade. Por isso, o direito à saúde dever ser cumprido adequadamente toda vez que alguém dele necessite, seja lá qual for a sua condição econômica. Isso significa que o

---

<sup>26</sup> Para o autor “universitários de classe alta” possuem renda média familiar per capita de aproximadamente R\$1422,00, a partir do critério estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 2014.

poder público deve empreender todos os esforços para que a norma constitucional que o define não seja uma letra morta da lei (GARSCHAGEN, 2019, p 156).

O máximo que o Estado pode oferecer a um sistema estatal de serviços de saúde seria o privilégio, defende o teórico. Quando os serviços de saúde são gratuitos, as pessoas passam a querer consumi-los em quantidade praticamente infinita, e esta demanda cada vez maior teria resultaria na inevitável implosão do orçamento do governo federal e do próprio sistema. Dessa forma, devido à oferta limitada e à demanda infinita, ocorre a escassez, com a formação das filas de espera para acesso aos serviços; a partir desse cenário, a forma encontrada para acessar o sistema de saúde é pela via da judicialização, a partir do preceito constitucional de que todo cidadão tem esse direito e é responsabilidade do Estado cumpri-lo (GARSCHAGEN, 2019).

Para Garschagen (2019, p. 158) o cumprimento do direito à saúde é uma impossibilidade, não apenas pela escassez de recursos, mas também devido à “medicina socializada”, baseada na universalização do atendimento, que destrói a qualidade dos serviços médicos e encarece o acesso à medicina privada, devido às regulamentações estatais. Essa situação afeta toda a população, uma vez que “os que conseguem prosperar e contratar planos de saúde privados também são prejudicados”.

De acordo com o autor, devido a regulamentação estatal e à pouca concorrência, os planos de saúde são caros, a cobertura, cada vez menor e os médicos ganham cada vez menos, o que leva parte deles a atender seus clientes sem intermediários. Para o médico bem-sucedido, com clientela e reputação sólidas, prestar atendimentos pelos planos de saúde não compensa financeiramente (GARSCHAGEN, 2019).

A legislação e as normas estatais que regem o mercado de saúde impõem a uma empresa privada que ofereçam um plano geral, obrigando um usuário com vida saudável “a pagar pela cobertura adequada a outro perfil de usuário, que não cuida da própria saúde ou tem predisposição genética a desenvolver certas doenças”. Em sua análise afirma que “quem está no governo acha que uma pessoa é incapaz de decidir por si própria” e, nesse sentido, a instituição política deve ser sua consciência ética, bem como tomar decisões que deveriam ser dela (GARSCHAGEN, 2019, p. 163).

Ao manter um sistema de saúde universal, acredita o autor, o Estado estabelece um privilégio para as pessoas que não cuidam da própria saúde, a exemplo de quem faz uso excessivo de drogas, álcool, tabaco, ou que fazem sexo sem proteção. Nesse sentido o sistema de saúde é considerado por ele como injusto e ineficiente, convertendo direito em privilégio, e para além disso o governo se torna um incentivador da irresponsabilidade (GARSCHAGEN, 2019).

Outro ponto discutido em suas análises refere-se à legislação trabalhista. Em relação ao direito social ao trabalho, Garschagen (2019, p. 237) defende que a criação de tal legislação fundamentou-se na ideia equivocada de que trabalho é um direito, no entanto considera que o trabalho é e deve ser uma conquista, e “quando deixa de ser o resultado de um esforço pessoal para ser transformado numa garantia legal, deixa inclusive de ser direito para ser convertido em privilégio”.

Segundo o autor, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é “um dos exemplos mais emblemáticos do festival de privilégios que assola o Brasil”. Criada para implementar privilégios e garantias para o trabalhador, “é um dos grandes exemplos legais dos direitos máximos para deveres mínimos”. Nesse sentido, foi instituída para manter o emprego de quem já tem, e para dificultar a contratação de quem está desempregado (GARSCHAGEN, 2019, p. 237).

Em sua análise, não deveria haver um salário-mínimo nacional, devido às particularidades regionais, o que impede a contratação de pessoas em determinadas regiões do Brasil, em que o empregador não possui condições de pagar um salário-mínimo a seus empregados, fazendo com que este seja um privilégio para quem vive em cidades onde é possível haver tal contratação.

A reforma trabalhista, que entrou em vigor em 2017, foi para o autor uma medida necessária que limitava os excessos de protecionismo cometidos pela Justiça do Trabalho. Outro ponto abordado pela reforma e que atacou um “privilégio esdrúxulo” foi a contribuição sindical compulsória, extinta por ela. Mesmo com alguns efeitos positivos, a reforma estava longe de ser ideal, e alguns obstáculos poderiam impedir sua implementação, como a própria Constituição Federal (GARSCHAGEN, 2019, p. 234).

Garschagen (2019, p. 241) considera que a ação dos sindicatos, ao atribuírem para si responsabilidade que era dos trabalhadores, “corroeram o sentido de dever e incentivaram a conduta irresponsável de uma parcela dos trabalhadores” que buscava, por meio de mecanismos legais, vencer ações judiciais, mesmo quando não tinha razão.

Quanto à relação entre Estado e empresários, Garschagen (2019) afirma que o uso de mecanismos, como a concessão de crédito subsidiado pago pela população em geral, privilegia um grupo de atividades econômicas em detrimento de outros, e que o Estado pode inclusive cobrar, no futuro, apoio dos empresários privilegiados. A partir dessa relação, o Estado transmite aos empresários não beneficiados a informação de que manda na economia e tem o poder de ajudar ou atrapalhar.

Trata-se, na opinião do autor, de uma postura anticapitalista, visto que de forma geral, “a indústria brasileira é extremamente mimada, porque protegida e privilegiada”. Devido a essa proteção do governo, o empresariado brasileiro não tem incentivos para buscar inovações e competitividade, “a produtividade global fica inerte, e o consumidor é mantido refém de produtos mais caros e de menor qualidade”. Existe no país um sistema econômico que “desincentiva a concorrência, estimula a ineficiência e incentiva a alocação inadequada de recursos”, que está no cerne da produtividade baixa e estagnada no Brasil (GARSCHAGEN, 2019, p. 219).

Segundo Garschagen (2019, p. 221), os governos brasileiros, em vez de aderirem ao livre mercado no comércio internacional e beneficiarem o país com um salto no ritmo de crescimento, vêm seguindo a receita da distribuição de privilégios a alguns setores industriais. Estes, por sua vez, que deveriam pressionar os políticos para reduzir as intervenções estatais, criam obstáculos para os seus concorrentes. Para o autor tais privilégios custam caro, e para conseguir fornecê-los, o Estado brasileiro “tira dos pobres para dar aos ricos fingindo que tira dos ricos para dar aos pobres”.

No que concerne aos grupos de interesse na sociedade, Garschagen (2019) discorre, dentre outras questões, sobre o aborto. Em sua análise, a moral deve guiar o direito, e por meio da ideia moral de que não se deve matar outra pessoa, cria-se, pela via da punição, um incentivo para que as pessoas não queiram cometer um assassinato. A não punição de quem comete aborto, mesmo nas hipóteses definidas em lei, poderia incentivar o aumento da prática sexual irresponsável e, para além disso, considera que toda e qualquer justificativa para matar legalmente uma vida seria admissível.

Garschagen (2019, p. 185) defende que o direito ao aborto significa ser contrário à constituição de uma comunidade moral fundada na família. Para ele “a agenda abortista é dos mais infames projetos de destruição da responsabilidade e do dever necessários a uma sociedade que faz escolhas responsáveis antes de conceber uma vida”, para que depois não seja tratado “como um incômodo a ser eliminado por curetagem ou sucção”.

Para o autor (2019, p. 181) o direito ao aborto, em qualquer situação, caso dependesse exclusivamente da escolha da mulher, desconsiderando o papel e a responsabilidade paterna, seria o único caso no ordenamento jurídico brasileiro em que a pessoa teria o privilégio de matar, sem responder por seu ato. Dessa forma, defende que “abrindo tal precedente, seremos obrigados a aceitar qualquer justificativa ou nenhuma justificativa para o assassinato em massa de fetos”.

Garschagen (2019, p. 178) argumenta que situações como a anencefalia e a microcefalia abrem possibilidade para que outros motivos sejam aceitos e legalizados, sendo “uma estratégia para eliminar fetos indesejados” e criar com a concessão legal para cada tipo de aborto, uma possibilidade de ampliação das exceções legais. Em sua análise, “para os defensores do aborto, são questões menores se o feto tem ou não cérebro, se tem cérebro pequeno ou de tamanho normal. O importante é destruir qualquer obstáculo legal ou moral que ainda serve de escudo contra a ideologia abortista”, até o momento em que todo aborto será permitido “e a única proibição será para quem questionar a prática”.

Em suma: o autor defende que, caso o Estado seja permissivo com quem vê no aborto uma solução conveniente para sua irresponsabilidade, ou por seu descuido ou situação financeira, criará incentivos para que mais pessoas o façam, uma vez que são as restrições legais que conseguem frear ou desestimular certas condutas individuais (GARSCHAGEN, 2019).

No que concerne à busca por privilégios de grupos identitários, Garschagen (2019, p. 187) defende que estes nem sempre buscam uma igualdade perante a lei, mas sim uma igualdade de resultados. O resultado dessas conquistas seria “a institucionalização de benefícios exclusivos travestidos de direitos que geram uma desigualdade formal e concreta, além de aprofundarem o desequilíbrio que supostamente se queria superar”. As reivindicações dos grupos identitários (de feministas radicais aos coletivos extremistas) se fundamentam em desejos abstratos que não têm relação com a realidade concreta. Para o autor “uma lei que se propõe a acabar com o preconceito contra qualquer coisa está fadada a fracassar”.

Um privilégio questionado pelo autor refere-se aos LGBTTI e a imposição do governo federal ao conjunto da população quando autoriza a cirurgia de mudança de sexo de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua interpretação, com a mudança de gênero, os homens passam a gozar dos direitos destinados a mulheres, como jogar em ligas femininas, se aposentar com um tempo e idade menores.

Em relação aos direitos, o autor defende que “o resultado dessa discussão certamente terá repercussões sociais e culturais muito mais amplas”, implicando inclusive “no debate sobre direitos e no aprofundamento da confusão relacionada à concessão de privilégios”. O autor considera então que a identificação de gênero é uma decisão individual, e que, portanto, a pessoa deve enfrentar os resultados positivos e negativos da decisão (GARSCHAGEN, 2019, p. 199).

Por fim, o autor aborda a impunidade como privilégio no Brasil. Segundo ele, mesmo com um quadro de grave violência no país, que expõe uma doença moral e espiritual, a legislação penal brasileira é leniente com os criminosos, concedendo certos direitos a

“determinados bandidos” que “podem funcionar, na prática, como privilégios inaceitáveis” (GARSCHAGEN, 2019, p. 250).

Uma das regalias recebidas consiste na saída temporária; de acordo com sua análise, esse privilégio concedido a criminosos condenados causa uma sensação de medo e impotência na população a cada vez que são liberados, tendo em vista o índice de reincidência de presos que cometem novos crimes enquanto estão soltos, devido à saída temporária.

Outro privilégio para os bandidos apontado pelo autor refere-se às audiências de custódia que, na teoria, pretendem que o preso em flagrante seja conduzido rapidamente ao juiz, que analisará a legalidade e a necessidade da prisão, bem como verificará eventuais irregularidades e violência policial. Na prática, no entanto, percebe-se que este tem se revelado como instrumento de inibição do trabalho dos policiais. A violência policial é uma realidade e deve ser combatida com rigor sem, no entanto, se incorrer no erro de se acreditar que todos os policiais agem dessa forma. Quando o Judiciário cobra da Polícia Militar investigação sobre possível agressão, cria um incentivo negativo para o policial, que pensará se deve ou não arriscar sua vida para prender um criminoso que pode ser solto no dia seguinte (GARSCHAGEN, 2019).

Em relação ao desarmamento, o autor acredita que, ao se desarmar a população, ainda que não se saiba, está se estabelecendo um privilégio legal para o bandido. Ao dificultar ou impedir a compra e posse de uma arma de fogo a uma pessoa sem antecedentes criminais, esta ficará em posição de desvantagem em relação ao criminoso, que não precisa de tal autorização para comprar uma arma nas especificações que deseja (GARSCHAGEN, 2019).

Nesse sentido, a norma de impedir ou dificultar o acesso às armas de fogo funciona em benefício do bandido em um grau menor ou maior, devido à insegurança pública institucionalizada. Dessa forma, afirma que “diante dessa incoerência, os defensores do desarmamento – políticos de turno e idiotas de plantão – pretendem ser mediadores imparciais desse debate, embora se posicionem contra a sociedade” (GARSCHAGEN, 2019, p. 266).

Outros dois pontos abordados pelo autor referem-se ao trabalho para presidiários e à redução da maioria penal. Em relação ao primeiro, ampara-se no bordão “cabeça vazia, oficina do diabo”, para defender inclusive a ideia de que, devido aos altos custos para se manter as prisões, é inconcebível que um “criminoso não possa trabalhar para sustentar o sistema”. Já em relação à maioria penal, o autor assegura tratar-se de um privilégio para menores de idade que cometem crimes, e que a perda do direito de ser julgado como menor é adotada no sistema penal de alguns países. Nesse sentido, adotar no Brasil essa flexibilização representaria o fim dos privilégios para jovens infratores (GARSCHAGEN, 2019, p. 269).



Garschagen (2019, p. 272) indica que pessoalmente defende o fim da idade penal e que “todo aquele que cometer um crime, seja lá qual for a idade, deveria ser julgado pelos seus atos, cabendo ao magistrado e aos integrantes do tribunal do júri decidir a punição mais adequada”. Para o autor um dos grandes privilégios para os criminosos seria então justamente a impunidade, que a partir das legislações, tratam os criminosos como vítimas da sociedade, o que os faz se enxergarem como tais.

Na concepção do autor, os privilégios criam, então, em toda a sociedade, um desestímulo para assumir certos deveres legais, uma vez que é a partir do pagamento de tributos ao Estado que estes são financiados, fazendo com que a população seja penalizada de várias maneiras pelos políticos e pelos representantes das instituições estatais.

Segundo Garschagen (2019), parcelas da população precisam de ajuda devido a problemas criados pelo próprio Estado, que é incompetente ou omissivo, enquanto outros grupos usufruem de privilégios porque eles existem e são mantidos com os impostos. Uma das consequências do paternalismo estatal, a partir dos direitos ou privilégios garantidos, é a transmissão da mensagem de que o beneficiado não é capaz de conseguir aquilo de forma diferente. Esse paternalismo desresponsabiliza o indivíduo e cria uma sociedade infantilizada, na qual ninguém quer assumir a culpa, acredita o autor.

Garschagen (2019) defende então que a busca e concessão de privilégios contribui para a degradação de virtudes que anteriormente eram forjadas na luta diária para se superar as adversidades da vida. A tradição alicerçada na assunção da responsabilidade e do sentido de dever foi sendo degradada pela busca e aceitação dos privilégios, o que levou a uma alteração gradual do comportamento humano.

Constata-se, nesse sentido, que há, no pensamento de Garschagen (2019), várias contradições, que dependendo do intento do autor no momento, ganham determinada conotação. Em dado momento, o autor questiona os gastos do Estado com educação, principalmente o ensino superior, indicando a necessidade de repensar a forma como este é desenvolvido. No entanto, em momento posterior, ao comparar os gastos do sistema prisional com os gastos com educação, o autor deixa subentendido para o leitor sua crítica a tais cifras.

Outra questão apresentada refere-se à forma como as situações que defende são apresentadas na obra. Traçando seus argumentos a partir de situações pontuais e individualizadas, a fim de discorrer sobre temas gerais, o autor faz das exceções a regra, buscando convencer o leitor do seu ponto de vista com situações únicas e absurdas. Um desses exemplos refere-se aos servidores públicos. Constatou-se, na análise desse ponto, que há uma confusão entre servidores públicos, de forma geral, e ocupantes de cargos públicos, o que

implica em uma distorção dos dados apresentados, levando os leitores a uma compreensão equivocada da questão.

Ainda em relação aos servidores públicos, constatou-se que em um primeiro momento o autor afirma que os profissionais mais capacitados se encontram no serviço público, na tentativa de receber os “privilégios” pagos pelo Estado, que são superiores aos pagos pela iniciativa privada. No entanto, ao tratar dos privilégios legais recebidos por políticos e pessoas com maior poder aquisitivo, Garschagen (2019) defende que os recursos da justiça só beneficiam quem tem dinheiro para pagar profissionais renomados, o que contradiz sua posição anterior, que defendia que os melhores profissionais se encontram no serviço público, que nesse caso deveriam então ser os defensores públicos.

Percebe-se que o objetivo do autor, em todos os pontos apresentados, é trazer para o Estado, seja a partir do Poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, a responsabilidade pelos problemas apresentados por ele, de forma a expor sua ineficiência e incapacidade, incompetência ou omissão.

Quando vinculado a questões econômicas, como o financiamento de políticas públicas e a regulamentação da legislação trabalhista, o autor defende que o Estado é paternalista, influenciando a dinâmica econômica, o que para ele constitui um aspecto negativo. No entanto, ao se referir a pautas morais, como o aborto, sustenta que o Estado as regulamente a fim de impedir a decisão individual.

Ao tratar da política de educação, por exemplo, Garschagen (2019) demonstra desconhecimento (ou falta de vontade em apresentar a situação real) sobre o financiamento do ensino básico. Ao defender que a baixa qualidade do ensino básico é devida à falta de recursos de estados e municípios, o autor mostra desconhecer o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que redistribui recursos a esses entes da federação para a educação básica.

O cerne da questão, tanto em relação à política de educação, quanto à política de saúde, também discutida pelo autor, refere-se ao acesso ao fundo público, que vem cortando recursos para as políticas sociais, a fim de garantir superávit primário e pagamento da dívida à custa do prejuízo daquelas políticas. Tal fato, no entanto, é incompreensível para o autor, uma vez que, em sua concepção, ao Estado não competem tais funções.

Outro ponto muito presente na análise do autor refere-se ao individualismo para debater as questões. Tratada de forma individual e desconectadas, Garschagen (2019) não compreende a dinâmica da sociedade como uma totalidade composta por sujeitos, mas de modo inverso, a

considera como um todo de indivíduos que devem ser responsabilizados por suas “opções” de vida, como hábitos de saúde, reconhecimento de gênero, dentre outros.

Por fim, outro ponto que merece destaque são os conteúdos morais apresentados por ele, mais precisamente a discussão de identidade de gênero. Ao colocar as relações LGBT no grupo de privilegiados, ele desconhece a realidade imposta a esses sujeitos que cotidianamente veem ameaçados inclusive os direitos mais básicos conquistados pela sociedade, como o direito à vida. Ao discorrer sobre mulheres trans, o autor afirma que estas afirmam-se como mulheres a fim de desfrutar de direitos concedidos a pessoas do sexo feminino, e que para ele seria “bizarro que um homem se autodeclare mulher” em busca de algumas vantagens. Mais uma vez identifica-se um desconhecimento em relação a questões básicas do cotidiano, como a presença de relações sociais machistas na sociedade, o que impõe para as mulheres um lugar e uma posição nessa sociedade, estes que não possuem nada de privilegiados (GARSCHAGEN, 2019, p. 198).

É então por meio de um discurso rasteiro que as questões são apresentadas, e a partir da constante referência a dados estatísticos, cuja interpretação pode ser considerada como tendenciosa, é que o autor busca discorrer sobre sua posição.

#### 2.3.4 Ideia e obra de Rodrigo Constantino

Outro expoente dessa vertente é Rodrigo Constantino, que elabora sua análise a partir da articulação entre liberalismo e conservadorismo. Desde seu nascimento, o liberalismo foi, na concepção do autor, uma busca tanto por liberdade, como por ordem, e não é possível falar em um movimento liberal único, tendo em vista que ele não possui doutrinadores. Em sua análise, o liberalismo teria surgido para tentar estabelecer a ordem dinâmica, que deveria ser buscada sem a necessidade de uma autoridade divina. A partir do liberalismo, em boa parte, vários avanços foram conquistados, como os direitos civis, a tolerância, o governo constitucional e o império das leis e liberdades individuais (CONSTANTINO, 2018).

Os liberais clássicos utilizam-se do princípio da subsidiariedade para destacar a importância do indivíduo, que afirma que tudo que pode ser feito por ele, assim deve ser. Caso não possa, transfere para a família, para o bairro, município, estado e governo federal, nessa ordem. A partir de sua avaliação, o poder concentra-se mais próximo ao indivíduo, que sabe o

que é melhor para si, e nas esferas locais, que conhecem melhor seus problemas (CONSTANTINO, 2018).

Constantino (2018) defende que o liberalismo se mostrou capaz de adaptações políticas e de concessões ao longo da história a fim de sobreviver. Em diferentes contextos e com diferentes obstáculos às liberdades individuais, surgiram variados pontos de vista liberais, tendo em vista que o inimigo enfrentado nem sempre foi o mesmo. O que se constata atualmente, no entanto, é uma usurpação do conceito de liberalismo pela esquerda, de forma silenciosa, sem que muitos notassem o que estava acontecendo, deturpando-o completamente. Esse processo ocorreu, de acordo com Constantino, a partir de quatro estágios:

o radicalismo tomou de assalto o liberalismo; o novo “liberalismo” elegeu como único oponente o conservadorismo reacionário; o radicalismo passa a representar tudo que há de bom no mundo e a correção de tudo que havia de ruim; os radicais têm o monopólio da verdade para fundamentalmente mudar o mundo (CONSTANTINO, 2018, p. 23).

Para Constantino (2018) o impulso original do liberalismo era no sentido de melhorar o mundo com reformas, no entanto, o radicalismo adotou uma ideologia anticapitalista, no intuito de suplantando os valores mais básicos do Ocidente, revolucionando-os. Com esse processo, o liberalismo foi desaparecendo, dando lugar a esse radicalismo “progressista” que não se assemelha mais à sua origem.

A partir da realidade estadunidense, o autor afirma que os chamados liberais de hoje não são de forma alguma os liberais clássicos, mas, na verdade, sociais-democratas defensores de um Estado grande e controlador, que se utilizam da noção antiga de liberdade individual apenas quando lhes é conveniente. Para ele esses liberais referenciam-se em fontes pós-modernas, adotam o relativismo moral como princípio e creem que não existe mais certo e errado (CONSTANTINO, 2018).

[...] o fato é que esses radicais venceram até agora a guerra cultural, e boa parte de sua agenda se tornou predominante hoje. Cada vez temos mais exemplos de intolerância “progressista”. Da ditadura do politicamente correto, com funcionários sendo demitidos por simplesmente emitirem uma opinião sobre a importância da biologia na diferença dos sexos, ou pequenos empresários sendo punidos legalmente por se recusarem a ir contra suas mais valiosas crenças religiosas para atender aos caprichos das “minorias” (CONSTANTINO, 2018, p. 39).

Os grandes pilares do mundo moderno, analisa Constantino (2018), são a democracia liberal, a economia capitalista de mercado, o foco no indivíduo e a razão como instrumento para

apreender a realidade, pilares que vêm sendo atacados pelo pós-modernismo com incrível voracidade.

Constantino (2018) defende que o pós-modernismo é uma estratégia da esquerda para reagir à crise do socialismo, sendo a linguagem sua grande arma e a juventude universitária, seu alvo. A esquerda para então de falar em riqueza absoluta, focando somente em riqueza relativa, bem como transfere o coletivismo da classe social para os grupos de identidade, como mulheres, homossexuais e negros, que seriam a parte de uma minoria oprimida. A nova esquerda conserva ainda seu caráter revolucionário, mas pretende fazê-la a partir da subversão dos valores ocidentais e atacando seus pilares fundamentais.

O autor argumenta que as políticas de identidade deixaram de ser um projeto político, considerado por ele como a defesa de tomar o poder para defender a verdade, e passaram a ser um evangelho, o que significaria falar a verdade para o poder. A esquerda abraça então o individualismo que passa a tratar como prioridade absoluta os desejos e necessidades dos indivíduos pertencentes às “minorias”, em detrimento daqueles inseridos na sociedade como um todo (CONSTANTINO, 2018).

Para Constantino (2018) existe a censura do politicamente correto, o que faz com que as ideias conservadoras sofram mais com isso, inviabilizando um debate civilizado. Nas universidades, essa censura representa, para as liberdades, tanto uma ameaça imediata quanto uma ameaça a longo prazo, uma vez que ensina aos alunos as lições erradas sobre o que seria viver livremente.

Houve uma infiltração comunista nas universidades, fazendo como que a esquerda gozasse de hegemonia nas últimas décadas, acredita o autor. Esses “intelectuais” passaram a disseminar uma ideologia de forma escancarada ou velada, que produziu um “emburrecimento” na elite, a qual sabe repetir frases prontas de efeito e “fazer muitas manifestações violentas em prol de partidos de esquerda ou encenar atos patéticos em público” (CONSTANTINO, 2018, p. 75).

Os “intelectuais” pós-modernos promoveram então uma confusão entre conhecimento e ideologia, defendendo que qualquer opinião, mesmo aquelas que são reflexos de ideias preconcebidas, são válidas. O autor continua: “todas as opiniões e valores clássicos e tradicionais acabaram sendo vistos, em consequência disso, como suspeitos, como instrumentos de uma sociedade eurocêntrica, racista, sexista e homofóbica” (CONSTANTINO, 2018, p. 305).

Em sua análise, o autor afirma que o liberalismo pregava a igualdade não de resultados, mas a igualdade perante as leis. Politizar tudo é uma grande ameaça às liberdades, uma vez que

há inúmeras esferas da vida que não devem transitar pelo governo e que devem ser resolvidas de forma voluntária pelos próprios indivíduos.

Constantino (2018, p. 53) defende que os governos democráticos, em vários países do mundo, "têm deixado um rastro de dívida públicas, elevados impostos, crises intermináveis, além de péssimos serviços e muita corrupção". A democracia defendida e valorizada pela nova elite

[...] é aquela da "autoestima". Ela enxerga apenas "minorias", e o respeito a tais "minorias" não se deve mais às suas conquistas efetivas, e sim aos seus sofrimentos no passado. Políticas assistencialistas acabam defendidas em nome dessas "minorias", o que enche a elite de orgulho próprio, como alguém que expõe sua mascote para "provar" sua bondade (CONSTANTINO, 2018, p. 304).

Quanto mais distante dos indivíduos, maior será a semelhança entre democracia e socialismo, em que os políticos vão concentrar benefícios e dispersar os custos, colocando o fardo dos privilégios que distribuem em troca de votos em ombros alheios. A partir das defesas da escola austríaca, Constantino (2018) afirma que um liberal deve sempre lutar pelas vias democráticas, buscando persuadir a maioria de que o liberalismo é o melhor caminho, além de defender também a necessidade do Estado para preservar a propriedade e a paz.

Constantino (2018) acredita então que o liberalismo é em essência democrático, e que na visão liberal-conservadora, o meio democrático é considerado como um mal necessário. Para ele "a postura de um liberal prudente" é a de preservar a democracia republicana, mesmo que imperfeita. O pêndulo do liberalismo, segundo o teórico, extrapolou demais para a esquerda, sendo urgente que volte mais para a direita agora. É necessário nesse momento ensinar os valores, os hábitos e as práticas que permitem viver e funcionar em uma sociedade livre, cabendo, a quem quer derrubar as regras, o ônus de provar quais são os benefícios das reformas.

Em sua análise, o liberal clássico acredita na evolução do conhecimento e instituições, mas teme a revolução. Destruir tudo que existe e implantar algo totalmente novo pode ser sedutor, mas também é assustador. Seduzir os jovens com propostas radicais é uma irresponsabilidade, sendo assim é preciso que os liberais atraiam a energia dos jovens, mas com foco nas reformas, e não numa revolução completa (CONSTANTINO, 2018).

Constantino (2018) defende então que os liberais clássicos devem buscar um equilíbrio saudável entre liberalismo e conservadorismo, articulando otimismo e pessimismo. De acordo com sua análise, liberais e conservadores compartilham o princípio comum de que os fins não justificam quaisquer meios, dessa forma afirma que as práticas adotadas por seus adversários seriam a morte do que defendem.

O liberal clássico compreende que a liberdade não sobrevive em um vácuo de valores morais, se aproximando por isso dos conservadores. No entanto, o resgate dos valores morais não pode ser sinônimo de moralismo puritano imposto pelo Estado, em nome de uma sociedade perfeita. O desconforto com certas tendências da modernidade é natural e até justificável, porém este desconforto não deve transformar-se em ódio à modernidade e em uma idealização do passado. O conservador pode estar preocupado com os excessos da era moderna, mas ele olha para frente e busca com cautela resgatar valores morais eventualmente perdidos, para contribuir com o avanço da humanidade. Ele então almeja a evolução sem, no entanto, cortar o elo com o passado (CONSTANTINO, 2018).

Segundo o autor, a cultura seria “um recipiente em que os valores intrínsecos são capturados e transmitidos”, que preserva ensinamentos morais que chegam até a maioria das pessoas que vivem imersas nela. A cultura ganha nos dias de hoje ainda mais relevância, devido ao declínio da religião, “como o canal mais viável pelo qual ideias éticas podem entrar na mente das pessoas céticas. O ensino religioso esteve, historicamente, “menos preocupado com a doutrina do que com rituais, máximas e histórias, cuja meta era justamente a educação moral: ensinar o que fazer e, mais importante, o que sentir, isto é, cultivar o coração”. Com essa mudança nos dias de hoje, a cultura assumiria o papel de repositório de conhecimento emocional (CONSTANTINO, 2018, p. 111).

Constantino (2018, p. 110) defende que atualmente nada mais tem um valor universal, sendo avaliado somente na utilidade em atender impulsos irracionais. Nesse ambiente, o julgamento é visto como uma ameaça. Para ele “a era do não julgamento, por medo da acusação de preconceito, é a morte da cultura” e “na prática é impossível fugir do julgamento mais objetivo”.

Segundo sua análise, um dos grandes males da modernidade, “filhote da ditadura velada do politicamente correto”, seria a “mania de ninguém mais poder julgar nada de forma minimamente objetiva, para não ser considerado um autoritário moralista” (CONSTANTINO, 2018, p. 114). Nesse contexto, o próprio conceito de normalidade desaparece, uma vez que pressupõe a existência do anormal, conceito intolerável para os relativistas.

Segundo o autor, o passado, a cultura e as tradições são fundamentais para a construção contínua de um futuro melhor, mesmo que sempre imperfeito e sob pilares frágeis, uma vez que a civilização criada a partir da natureza humana é frágil. Não é possível encontrar um paraíso terrestre, sendo assim, não é possível alcançar a felicidade plena. Essa ideia difundida especialmente pelos socialistas criou novas gerações que só querem saber de seus direitos e,

cada vez mais desesperados por prazeres insaciáveis, acabam mimados, entediados e despreparados para enfrentar as frustrações da vida.

Constantino (2018, p. 137) defende então que existe “uma guerra cultural em curso, de uma esquerda ‘progressista’ que procura deliberadamente minar todas as tradições e tabus, enfraquecendo o núcleo familiar e fomentando um comportamento promíscuo e destruidor nos jovens”.

Está em curso uma campanha progressista, liderada pelo movimento feminista, contra a família tradicional, como crê Constantino (2018, p. 144). O autor considera que o núcleo familiar sempre foi foco de resistência às ideologias totalitárias e fundamental para uma boa educação dos filhos. Atualmente somente “os religiosos, em especial os evangélicos, têm oferecido resistência a essa agenda torpe parida nas universidades”. Nesse sentido, o autor acredita que, para os progressistas, família seria o que quer que digam que é, pode ser então e tudo e nada.

O autor afirma sua concepção de ‘casamento’: “coisa de homem e mulher, para construir família”, e que seria irresponsável afirmar que não há mal para crianças envolvidas em famílias de outras naturezas. Em sua análise, certas tradições, como a família, têm sua razão de ser e são pilares fundamentais do progresso e da proteção das liberdades individuais (CONSTANTINO, 2018, p. 144).

Constantino (2018) vê a presença de homens cada vez mais afeminados, a virilidade tida como defeito ao invés de virtude e a troca de papéis entre homens e mulheres como mais uma obra do movimento feminista, bem como do descaso de muitos pais, da propaganda ideológica da imprensa e da ditadura do politicamente correto. Segundo o autor, existe uma inclinação natural do garoto à masculinidade e da garota, à feminilidade, sendo necessário, no entanto, certa formação para que a/o jovem se comporte como homem e como mulher, tarefa que vem sendo delegada à imprensa, visto que os pais estão cada vez mais ausentes e têm fugido desse papel.

Outro ponto que o autor defende em sua análise diz respeito ao patriotismo. Para ele o globalismo, ou seja, a interação comercial de indivíduos de diferentes países com um governo mundial, é que fez aumentar a xenofobia no mundo, devido à integração forçada, imposta. Os liberais sempre foram a favor dos imigrantes, compreendendo que são essenciais para o progresso, no entanto alguns liberais “passaram a confundir a defesa de imigração com liberar geral, escancarar as fronteiras e transformar a nação na casa da Mãe Joana” (COSNTANTINO, 2018, p. 217).



Com o *Welfare State* houve uma mudança, e os imigrantes passaram a receber ajuda do governo para se estabelecer, e hoje “pegam carona no trabalho alheio”. O autor afirma que os imigrantes recebem mais assistência governamental do que os americanos, que seria um fardo pesado para os próprios americanos, nesse sistema paternalista (CONSTANTINO, 2018, p. 228).

Para além disso, questiona a continuidade na prática das tradições dos países de origem desses imigrantes após a mudança. Em sua análise é preciso que os imigrantes se comprometam com a cultura do país para o qual migraram, respeitando seus valores e costumes e esquecendo aqueles do seu país de origem. Um desses exemplos refere-se ao patriotismo, valor caro aos estadunidenses, que não é assimilado pelos imigrantes, tomando como exemplo o pequeno número de recrutas hispânicos nas Forças Armadas. Nesse sentido, segundo o autor, é necessário que o povo escolha seus governantes de forma a garantir a soberania nacional (CONSTANTINO, 2018).

Segundo Constantino (2018), muitos ocidentais, na sanha de atacar o Cristianismo e o Judaísmo, fazem vista grossa aos absurdos do Islamismo, virando as costas para várias conquistas que só foram possíveis devido aos fundamentos judaico-cristãos. Para ele uma civilização se sustenta em valores, os quais, em sua opinião, dependem da religião.

Constantino (2018) indica que talvez o pecado mortal dos homens seja querer substituir o Criador, não tendo a humildade de aprender com o passado e desejar ser seu próprio Criador, revolucionando tudo e “começando do zero” um mundo novo, a partir de seu conhecimento científico. As religiões, destaca, ajudam os grupos a coexistir, a resolver problemas e a vencer a competição pela competição em um nível coletivo. Para o autor o comportamento religioso teve consequências para os indivíduos ao longo dos milênios, havendo uma evolução da cultura genética para mentes justas que acreditavam em deuses e usavam-nos para criar comunidades morais.

Um mundo com mais caridade é um mundo melhor, defende Constantino (2018), e é louvável o ato de ajudar voluntariamente sem, no entanto, fazer alarde, propaganda ou esperar algo em troca. Para ele a caridade não deve ser obrigatória, o que o leva a questionar os efeitos econômicos e morais do *Welfare State*.

Para Constantino (2018, p. 272), com o Estado de Bem-Estar Social, houve a estatização da caridade, que por sua vez a tornou compulsória, uma obrigação legal e um dever, ao invés de um direito. Isso trouxe consequências para quem recebe a caridade, que passou a vê-la como “um direito garantido (...), ignorando que isso implica o dever de terceiros trabalharem para sustentar tais benefícios”. Os cidadãos são então forçados a pagar pesados impostos, e desse

modo se sentem livres da responsabilidade moral de ajudar o próximo. Os socialistas tentam usar o Estado para impor tal ato nobre, o que anula qualquer nobreza desse ato, além de gerar resultados diametralmente opostos aos desejados. Para ele é necessário haver, sim, solidariedade, mas sempre voluntária, “como o próprio Jesus Cristo defendia”.

O autor considera então a necessidade de resgatar determinados valores de comunidade que a visão fundamentalista de mercado pode enfraquecer. A liberdade de escolha de valores morais deve ser limitada, visto que não é uma base adequada para uma sociedade justa. Nesse sentido, o Estado não deve ser neutro do ponto de vista moral, promovendo a virtude, porém seus poderes devem ser limitados (CONSTANTINO, 2018).

A concentração de todo o poder no Estado é a principal definição de fascismo, sustenta Constantino (2018), para quem o fascismo é, e sempre foi, um casamento entre nacionalistas, sindicatos e grandes empresários, uma combinação totalmente antiliberal.

O autor considera que no passado era a esquerda que tinha afinidade ideológica com nazistas e fascistas; hoje, assegura, o mais próximo que se tem do fascismo é o grupo Antifa (antifascistas). Para ele quase todos os líderes intelectuais do fascismo foram marxistas; trocavam classe por nação, mas mantinham outras inúmeras características do marxismo, começando pela noção de indivíduo, que seria um meio sacrificável para o denominado bem geral.

Nesse sentido, o Constantino (2018, p. 34) acredita que o fascismo é de esquerda, e que são os conservadores e os liberais clássicos que lutam contra o fascismo, na medida em que “que querem reduzir o Estado, descentralizar seu poder, impor limites constitucionais e preservar as liberdades individuais”, iniciativas que são contrárias ao fascismo e ao nazismo.

Constantino (2018) defende a partir disso uma articulação entre conservadorismo e liberalismo clássico, por compreender que as atuais circunstâncias clamam por um regresso, em determinada medida, como reação saudável aos exageros da era moderna, uma vez que o pêndulo extrapolou e está tendendo para a esquerda.

Compreende-se que o autor busca, por meio de suas análises, promover mais um debate moral do que econômico, mesmo que se proponha a princípio a debater o liberalismo. O autor se define como conservador, porém não como reacionário, uma vez que sua postura não é saudosista, moralista ou autoritária, no entanto, o que se constata é uma constante tendência em indicar os valores tradicionais da sociedade, tais como a religião, a família e a diferença de gênero, e a necessidade de mantê-los. Dessa forma, defende indiretamente o desmonte de alguns direitos conquistados nas sociedades ocidentais, tal como a atual definição de família.

Por meio de uma narrativa que defende a liberdade de expressão, cerceada em sua análise pela ditadura do politicamente correto, o autor apresenta um discurso repleto de preconceitos, como na análise que traz sobre os mulçumanos, na qual considera que estes não são capazes de produzir conhecimento científico.

Observa-se que a partir da defesa da liberdade de expressão, o autor indica claramente uma postura xenofóbica. A crítica à religião e sua vinculação com o Estado só é válida, a partir do pensamento do autor, quando se refere à religião do outro. Quando se trata da defesa do cristianismo, Constantino (2018) critica a ciência e o racionalismo, por se colocarem no lugar de Deus, critica a presença de um Estado antirreligioso, visto que este vem destruindo os valores das sociedades ocidentais por meio de leis.

Outro ponto constatado na obra do autor é uma defesa elitista, por meio da qual considera que os pensadores da direita são as pessoas mais educadas da elite. Para Constantino (2018) existe hoje uma nova elite que, vinculando-se ao pensamento de progressistas, deixou de lado o fardo de ser elite, que em sua concepção seria a de manter a tocha da civilização acesa, liderando e apontando as direções a serem seguidas.

No que se refere ao Brasil, Constantino (2018) defende que há no país uma clara ditadura da esquerda, que busca impor sua ideologia ao conjunto da sociedade, seja a partir da vitória dos partidos de esquerda que vem ocorrendo há décadas – da esquerda moderada, como o PSDB, ou da esquerda radical, sendo o PT um desses partidos – seja a partir dos supostos intelectuais presentes na sociedade ou mesmo a partir da grande mídia.

O autor busca então defender suas teses partindo de ataques a grupos que considera rivais, como “a esquerda” e libertários, visto que para ele tais grupos buscam destruir os pilares morais presentes na sociedade, seja a partir de uma revolução comunista, seja a partir da defesa da liberdade total.

### 2.3.5 O pensamento de Olavo de Carvalho

Outro autor de destaque no mercado editorial brasileiro, autointitulado filósofo, é Olavo de Carvalho. Segundo afirma, sua preocupação nunca foi a formatação editorial do que tem a dizer. Quando investiga assuntos que lhe interessam e chega a conclusões que lhe parecem razoáveis, transmite-as por meio oral ou por escrito, conforme as oportunidades se apresentam (CARVALHO, 2013).

Carvalho (2013, p. 187) acredita que existem duas mentalidades, uma revolucionária e uma contrarrevolucionária. A mentalidade revolucionária é “o estado de espírito, permanente ou transitório, com o qual um indivíduo ou grupo se crê habilitado a remoldar o conjunto da sociedade”, ou a natureza humana em geral, por meio da ação política. Por ser um agente de um futuro melhor, continua Olavo de Carvalho, esse indivíduo ou grupo deles está acima de todo julgamento da humanidade, presente ou passada, só devendo prestar satisfações ao “tribunal da história”. Esse “tribunal da história” é, no entanto, a própria sociedade futura que dizem representar no presente, o que os torna não somente o único juiz soberano de seus próprios atos, como também o juiz de toda humanidade, passada, presente ou futura.

Para Carvalho (2013) o movimento revolucionário seria então o maior flagelo que já se abateu sobre a espécie humana, desde o advento da terra. A mentalidade revolucionária deve ser extirpada radicalmente das possibilidades sociais e culturais admissíveis que na tentativa de forçar o nascimento de um mundo supostamente melhor, transformem esse mundo num gigantesco aborto e façam da história humana na terra uma história sem sentido coroada por um final sangrento. Esse movimento deve se dar, por sua vez, para além de qualquer futuro da espécie humana e de quaisquer que sejam as concepções pessoais dos indivíduos. Em sua análise, toda historiografia revolucionária tem uma base fraudulenta, uma vez que interpreta e distorce o passado a partir do molde de um futuro hipotético e indefinível.

Já a essência da mentalidade contrarrevolucionária ou conservadora é, para Carvalho (2013, p. 191), “a aversão a qualquer projeto de transformação abrangente, a recusa obstinada de intervir na sociedade como um todo, o respeito quase religioso pelos processos sociais regionais, espontâneos e de longo prazo, a negação de toda autoridade aos porta-vozes do futuro hipotético”. Nesse sentido, o autor considera-se, dentre outros motivos, como estritamente conservador, visto que acredita que só o ponto de vista conservador é capaz de fornecer uma visão realista do processo histórico, uma vez que este se baseia na experiência do passado, e não em deduções do futuro.

Se, considerada em si mesma e nos valores que defende, a mentalidade contrarrevolucionária deve ser chamada propriamente “conservadora”, é evidente que, do ponto de vista das suas relações com o inimigo, ela é estritamente “reacionária”. Ser reacionário é reagir da maneira mais intransigente e hostil à ambição diabólica de mandar no mundo (CARVALHO, 2013, p. 191).

Carvalho (2013) acredita que os representantes das correntes conservadoras ou reacionárias são, quase invariavelmente, seres humanos de alta qualidade moral, atestada pela

idoneidade de seu trabalho intelectual, nos quais não se encontrará fraudes monstruosas, no cotidiano e nos testes mais rigorosos da existência.

A moralidade, defende Carvalho (2013), não é uma lista de condutas louváveis e condenáveis, pronta para que os cidadãos obedeçam, mas é consciência, discernimento pessoal e a busca de uma meta de perfeição que só vai se esclarecendo, e aos poucos vai encontrando os meios para sua realização dentre as contradições e ambiguidades da vida. O autor considera que os códigos de conduta são os quadros de referência amplos e genéricos, transmitidos pela educação e pela cultura, e não representam jamais a solução do problema moral.

Para Carvalho (2013) a língua, a religião e a alta cultura são os únicos componentes de uma nação que sobrevivem quando esta chega ao término de sua duração histórica. Trata-se de valores universais que, por servirem não só ao povo em que se originaram, mas a toda a humanidade, são lembrados e admirados por outros povos. A economia e as instituições são apenas o suporte, local e temporário, que a nação utiliza para manter os símbolos a partir dos quais sua imagem permanecerá mesmo quando ela já não existir.

O relativismo e a amoralidade reinantes não são, na concepção do autor, propriamente crenças ou ideologias, mas sim doenças da alma, adquiridas pelo esgotamento da inteligência moral. Um elevado grau de imbecilidade moral coincide com a perfeita representatividade que faz de um indivíduo o porta-voz por excelência do interesse de grupos, revestindo-o em uma aura de qualidades morais e intelectuais fictícias (CARVALHO, 2013).

Todo julgamento moral sensato deve partir de certas constatações óbvias e autoprobantes, assegura Carvalho (2013, p. 18). Somente pessoas que buscam por anos a fio ampliar sua imaginação moral pelo estudo, pela experiência e pela meditação, têm condições de julgar a conduta alheia objetivamente, mesmo que ainda haja algum risco de erro. De acordo com sua análise, atualmente nenhum cidadão pode ser considerado livre e responsável, apto a votar e a “discutir como gente grande”, se não está ciente das técnicas de manipulação da linguagem e da consciência que determinadas forças políticas usam para ludibriá-lo, em uma agressão mortal à liberdade e à democracia.

Para o autor, a democracia pode ser compreendida por um liberal como menos intervenção do Estado na economia, bem como ser entendida por um social-democrata como mais proteção do Estado para pobres e desamparados. Dessa forma, não só se reedita o velho confronto entre capitalismo e socialismo, ambos com o nome de democracia, mas chega-se a um beco sem saída, uma vez que para o primeiro é preciso ampliar o controle estatal da vida privada; já para o segundo, é necessário aumentar impostos e inflar a burocracia estatal até paralisar a economia, tornando os pobres ainda mais desamparados. Carvalho afirma ainda que

existem razões para duvidar que mais democracia seja ainda democracia, uma vez que à medida que se expande, sua natureza vai se modificando, até que se converte em seu contrário (CARVALHO, 2013).

Em sua concepção, “democracia é o nome de um regime político definido pela vigência de certos direitos”, e o termo se aplica somente ao Estado, nunca ao cidadão, à sociedade civil ou ao sistema econômico, visto que em todos esses casos o guardião dos direitos é o Estado, e somente ele. Dessa forma, o Estado é o único ente que pratica ou viola a democracia (CARVALHO, 2013, p. 105).

Transpor a ideia de democracia a outros campos para além do político-jurídico, em vez de estender a esses domínios os benefícios desta, amplia-os, tornando tudo objeto de lei, colocando tudo ao alcance da mão da autoridade. Esse processo de ampliação é na verdade o oposto do que é democracia, visto que em sua essência é justamente a limitação do raio de ação do governante, acredita Carvalho. Dessa forma, estender a democracia é justamente destruí-la. A tentação de tudo democratizar, na verdade significa tudo politizar, dando a quem detém o poder político um poder ilimitado sobre todos os outros domínios e esferas da vida (CARVALHO, 2013).

De acordo com Carvalho (2013, p. 107), a normalidade democrática é medida pelas diferenças substantivas que o mero formalismo não é capaz de apreender. Essa normalidade ocorre a partir da concorrência efetiva, livre, aberta, legal e coordenada de duas ideologias<sup>27</sup> que se propõem representar os melhores interesses da população: esquerda e direita<sup>28</sup>. A esquerda propõe “o controle estatal da economia e a interferência ativa do governo em todos os setores da vida social, colocando o ideal igualitário acima de outras considerações de ordem moral, cultural, patriótica ou religiosa”. Já a direita promove “a liberdade de mercado, defende os direitos individuais e os poderes sociais intermediários contra a intervenção do Estado e coloca o patriotismo e os valores religiosos e culturais tradicionais acima de quaisquer projetos de reforma da sociedade”. Entre esquerda e direita existe uma zona indecisa de mesclagens que se consolida como política permanente de concessões entre as duas facções. O “centro” é definido como “nada além da própria forma geral do sistema indevidamente transmutada às

---

<sup>27</sup> De acordo com Carvalho (2013, p. 408), ideologia é a prostituição da inteligência, é “um discurso que, partindo de uma falsa visão do presente, atrai os homens para a construção de um futuro que, depois de pronto, é feio demais para que suportem reconhecer nele a obra de suas mãos. Por isso os desiludidos de ideologias criminosas raramente se apresentam como aquilo que são: cúmplices fracassados de um crime sem recompensa. Apresentam-se como vítimas traídas pelo destino. Falseiam o passado como falsearam o futuro”.

<sup>28</sup> Carvalho (2013) conceitua a esquerda como a revolução em geral, e a direita, como a contrarrevolução.

vezes em arremedo de facção política, como numa partida de futebol o manual de instruções pretendesse ser um terceiro time em campo”.

Os postulados do que Olavo de Carvalho (2013, p. 108) denomina extrema esquerda e a extrema direita são assim expressos: a primeira) prega a “submissão integral da sociedade a uma ideologia revolucionária personificada num partido-Estado, a extinção completa dos valores morais e religiosos tradicionais, o igualitarismo forçado por meio da intervenção fiscal, judiciária e policial”, enquanto a segunda “propõe a criminalização de toda a esquerda, a imposição da uniformidade moral e religiosa sob a bandeira de valores tradicionais, a transmutação de toda a sociedade numa militância patriótica obediente e disciplinada”. Para o autor o que define os dois extremos não é o apelo à violência, mas sim a alternância dos meios violentos e pacíficos de luta, segundo as exigências do momento.

Carvalho (2013) indica que a extrema esquerda se distingue da esquerda somente devido ao grau, visto que o objetivo último de ambas é o mesmo; no entanto, complementa que a extrema direita e a direita são incompatíveis, mesmo quando seus discursos se alinham em valores morais ou no antiesquerdismo, visto que é materialmente impossível praticar a liberdade de mercado e a preservação das liberdades individuais (objetivos da direita) e o controle estatal da economia (objetivos da extrema direita).

De acordo com Carvalho (2013), em uma democracia capitalista as regras do jogo são fixas, no entanto as finalidades gerais do esforço social vão se modificando de acordo com as inclinações da opinião pública a cada momento. Já em uma sociedade socialista, ou para os partidos que lutam por ela, ocorre o oposto: as finalidades são constantes, cristalizadas em um símbolo utópico ideal, enquanto as regras do jogo mudam de acordo com as conveniências estratégicas e táticas que os líderes vislumbram para cada etapa da luta.

O capitalismo, segundo Carvalho (2013, p. 129), é um sistema econômico, enquanto o socialismo é uma “autoatribuição ideológica dos méritos imaginários de um futuro”. No socialismo, diferentemente do que ocorre no capitalismo, não há diferença entre o poder político e o domínio sobre as riquezas, visto que quanto mais alta é a posição de um indivíduo ou de um grupo na hierarquia política, mais riquezas terão a seu dispor, não havendo classe mais rica do que a dos governantes. Já o capitalismo é uma integração de várias premeditações parciais em um ambiente geral frouxamente atado pelas regras da convivência democrática.

De acordo com o autor, com a estatização de todos os meios de produção não há mercado, sem mercado os produtos não têm preço, sem preço não se pode fazer o cálculo de preço, sem cálculo de preço não há planejamento econômico, e sem este não há economia estatizada. Nesse sentido, conclui, não é possível haver uma economia comunista, mas tão

somente uma economia capitalista camuflada ou pervertida, boa para sustentar uma “gangue de sanguessugas politicamente lindinhos”, e este “é apenas uma construção hipotética destituída de materialidade, um nome sem coisa nenhuma dentro, um formalismo universal abstrato” (CARVALHO, 2013, p. 167).

Quando os socialistas desistem da estatização integral dos meios de produção, e os capitalistas aceitam o princípio do controle estatal surge uma chamada “terceira via”, que nada mais é do que a economia fascista. Sob o seu domínio, o povo se encontra cada vez mais garantido em matéria de alimentação, saúde, dentre outros, ao mesmo tempo em que se encontra rigidamente escravizado ao controle estatal da vida privada (CARVALHO, 2013).

De acordo com Carvalho (2013), um século de liberdade econômica e política foi suficiente para que alguns capitalistas se tornassem tão ricos que não mais aceitassem se submeter às veleidades do mercado que os enriqueceu. No intuito de controlar o mercado utilizam-se de três instrumentos: o domínio do Estado, a fim de garantir a implantação de políticas estatistas necessárias à eternização do oligopólio; o estímulo aos movimentos socialistas e comunistas que favorecem o crescimento do poder estatal; e o recrutamento de um exército de intelectuais que irão preparar a opinião pública para abandonar as liberdades burguesas e entrar em um mundo de repressão onipresente, apresentado como um paraíso que articula a abundância do capitalismo com a “justiça social” do comunismo.

Esse novo mundo garante somente a liberdade econômica necessária para o funcionamento do sistema, a fim de subsidiar a extinção da liberdade nos campos político, social, moral, educacional, cultural e religioso, acredita Carvalho (2013). Em sua análise esse grupo de metacapitalistas<sup>29</sup> muda a base de seu poder, e não mais se apoia na riqueza, mas sim no controle do processo político-social. Essa nova aristocracia não nasce como a anterior, devido ao heroísmo militar premiado pelo povo e abençoado pela Igreja, mas de uma premeditação maquiavélica fundada no interesse próprio e com o aval de um clero postíço de intelectuais subsidiados que se abençoa a si mesmo.

Carvalho (2013, p. 159) afirma que, a fim de se orientar na política hoje, ou apenas compreender algo da história dos séculos passados, é necessário que se obtenha alguma clareza quanto ao conceito de “revolução”. Em sua análise, “a ideia geral de revolução é formada quase sempre na base das analogias fortuitas e do empirismo cego”, quando o que deveria ser buscado são “os fatores estruturais profundos e permanentes que definem o movimento revolucionário como uma realidade contínua e avassaladora ao longo de pelo menos três séculos”.

---

<sup>29</sup> Para Carvalho (2013) os metacapitalistas compõem a classe que transcendeu o capitalismo.



Para Carvalho (2013), somente é possível falar em revolução quando há uma proposta de mutação integral da sociedade, acompanhada da exigência da concentração de poder nas mãos de um grupo dirigente, que conduzirá essa mutação. Os equívocos quanto ao uso do termo vêm do prestígio associado à palavra, que por vezes é compreendida como sinônimo de renovação e progresso; no entanto esse prestígio advém do sucesso de duas revoluções, a inglesa e a americana, que no sentido estrito e técnico do termo não podem ser compreendidas como revolução.

Outra ilusão perigosa, conforme indica Carvalho (2013), é a de compreender o advento da administração planetária como uma fatalidade histórica inevitável. Para que haja essa administração, é necessário um governo mundial, e a maneira mais fácil de realizá-lo é a partir do fortalecimento das Nações Unidas, papel para o qual a ONU já vem buscando se consolidar. Em sua análise, o globalismo é um processo revolucionário, mais vasto e ambicioso de todos, visto que abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas também da sociedade, da educação, da moral e até mesmo das reações mais íntimas da alma humana.

O poder dos governos sobre as populações civis já é praticamente incontrolável, reduzindo-se a um mero formalismo jurídico a diferença entre ditadura e democracia, é o que sustenta Carvalho (2013, p. 163). A criação de um governo global, acredita o autor, resulta da convergência de três fatores, sendo o primeiro deles a complexidade crescente da administração pública, fortalecida continuamente pelos aportes tecnológicos e pelas ciências sociais, que fornecem aos governos os instrumentos necessários para implantar as medidas que bem desejem sem passar pelo controle legislativo, ou mesmo pelo debate público. Em segundo lugar, tem-se “a progressiva concentração dos meios de comunicação nas mãos de um reduzido número de grandes grupos econômicos íntimos do poder estatal”. Os “valores e critérios explosivamente revolucionários, hostis aos sentimentos de quase toda a população”, tornaram-se o padrão supremo de normalidade e passaram a ser apresentados como se fossem a opinião majoritária e obrigatória.

O terceiro fator apontado por Olavo de Carvalho como relevante para a criação de um governo global é a queda da União Soviética que, deixando desorientada e órfã uma massa de militantes que não sabem viver sem uma “causa social” que justifique sua existência, foi facilmente remanejada para servir às novas bandeiras da revolução global, fartamente subsidiado pela elite financeira. As militâncias locais se unificaram, argumenta Carvalho, criando pela primeira vez na história humana a possibilidade de haver mobilizações de massa quase instantâneas em escala mundial. Segundo o autor, a velha democracia representativa

tornou-se somente uma camuflagem jurídica e publicitária de novos esquemas de poder, que a maioria dos cidadãos não compreende ou não conhece. (CARVALHO, 2013).

Para Carvalho (2013, p. 175) os acontecimentos mais comuns dos últimos cinquenta anos são em primeiro lugar a ascensão de elites globalistas, desvinculadas de qualquer interesse nacional e que almejam a construção não somente de um Estado mundial, mas também de uma “pseudocivilização planetária unificada, inteiramente artificial, concebida não como expressão da sociedade mas como instrumento de controle da sociedade pelo Estado”, e em segundo lugar “os processos fabulosos das ciências humanas, que depositam nas mãos dessas elites meios de dominação social jamais sonhados pelos tiranos de outras épocas”.

Carvalho (2013, p. 171) acredita na existência de uma guerra cultural que, devido à sutileza das suas operações, parece invisível, o que lhe dá um aspecto de uma “conspiração” para quem ouve falar dele pela primeira vez. As armas utilizadas nessa guerra cultural são propriedade quase monopolística dos intelectuais e estudiosos, escapando à compreensão dos interesses do cidadão comum, mesmo da elite, que não estão envolvidos “em complexos estudos de história literária e cultural, filosofia, linguística, semiologia, arte retórica, psicologia e até mesmo sociologia da arte”.

De acordo com o autor, a indústria cultural tem usado seu poder para fomentar o preconceito contra o povo cristão, que sob pressão do lobby do politicamente correto que domina as classes superiores e a mídia, vem sendo expulso sistematicamente das instituições de ensino e cultura, que os proíbe de rezar (CARVALHO, 2013).

Em sua análise, Carvalho (2013), afirma que o universo cultural passou a girar em torno das ciências naturais e da tecnologia, excluindo-se outras perspectivas possíveis e limitando-se o imaginário das multidões aos elementos que pudessem ser expressos em termos de ação tecnológica e dos conhecimentos científicos possíveis. Tudo o que escapa a esses dois parâmetros vem gradativamente perdendo força simbolizante, e se reduz à condição de “produto cultural” ou “crença”, sem poder de apreensão sobre a realidade. Esse empobrecimento do imaginário torna-se ainda mais grave, devido à crescente devoção pública ao poder da ciência e da tecnologia, depositando-se toda autoridade nesta.

A ciência, para Carvalho (2013), é por definição a confrontação de hipóteses e quando, em vez de se examinar extensivamente, as opiniões adversas são escamoteadas, caricaturadas ou deformadas sob qualquer pretexto, isso pouco vale para as razões científicas, uma vez que não se faz ciência acumulando opiniões convergentes, mas sim a partir da busca pela verdade entre visões divergentes. Os argumentos adversos por vezes são impugnados rapidamente como

“preconceitos”, o que nada mais é do que tentar criar um preconceito contra eles, dissuadindo a plateia de examiná-los.

De acordo com o autor as pessoas mais inclinadas a usar dessa técnica são, geralmente, as que mais apregoam a tolerância, a diversidade e o respeito às opiniões divergentes, fato que deve ser analisado não como uma hipocrisia consciente, mas como um sintoma de uma deformidade cognitiva bastante grave, que pode afetar pessoas influentes e formadores de opinião, podendo trazer danos para toda a sociedade (CARVALHO, 2013).

Dessa forma, o ser humano deixa de ser julgado como bom ou mau por seus atos e sentimentos, e passa a ser julgado por aderir a uma facção previamente autodefinida, substituindo as motivações humanas por um sistema mecânico de reações estereotípicas, altamente previsíveis e controláveis. Quando o programa já se tornou tão disseminado pela mídia, no sistema de ensino e no vocabulário corrente, não mais necessita apresentar-se explicitamente, mas passa a soar como a voz impessoal e neutra do senso comum, fazendo com que a desumanização preventiva do adversário se torne o procedimento usual e dominante nos debates públicos (CARVALHO, 2013).

O autor considera então que a ciência não pode nunca ser compreendida como a autoridade última, exceto dentro dos limites que a razão lhe prescreva, limites estes que estão sujeitos à crítica racional, a qualquer momento e em qualquer circunstância do processo científico. O objeto da razão é a experiência humana em sua totalidade, limitada apenas pelo senso da infinitude, sendo um recorte operado convencionalmente dentro da totalidade, com validade relativa e provisória, condicionada sempre a crítica a partir de categorias gerais da razão, que transcende não apenas o domínio de cada ciência em particular, mas o de todas em conjunto (CARVALHO, 2013).

Segundo Carvalho (2013), a experiência humana, compreendida como totalidade ilimitada, é a mais básica das realidades, enquanto o objeto de cada ciência é uma construção hipotética, edificado a partir de um recorte mais ou menos convencional dessa totalidade. Quando desconectada do fundo desde o qual se constituiu, essa construção nada vale. Na maior parte dos debates públicos, o apego à autoridade das ciências nada mais é do que a busca de uma proteção fetichista, socialmente aprovada, contra as responsabilidades do uso da razão.

O mais evidente sintoma desse fato, continua Olavo de Carvalho, é a facilidade com a qual os porta-vozes da “ciência” transitam entre as atenuações relativistas, nas quais todos os discursos são válidos de algum modo, e as proclamações absolutistas de “fatos científicos” imunes a discussões, tão sagrados que seus contestadores são excluídos do meio universitário e expostos à execração pública. Em sua análise, “o culto da ‘ciência’ começa na ignorância do

que seja a razão e culmina no apelo explícito à autoridade do irracional”. Dessa forma, considera que as teorias científicas não são ideias puras que descem do céu, mas todas elas trazem algum elemento ideológico que, por mais discreto e indesejado que seja, acaba em algum momento por surgir à tona na superfície da história (CARVALHO, 2013, p. 395).

Os preconceitos surgem espontaneamente no mundo, a partir dos conflitos existentes entre os seres humanos; no entanto, pela primeira vez na história, os engenheiros comportamentais vêm criando um preconceito planejado com requintes de técnica pedagógica. Essa forma de ensino vem criando jovens ranhetas insuportáveis, pretensiosos e arrogantes, ao mesmo tempo que são cada vez mais dependentes, incapazes de cuidar de si próprios e de defender-se em situações difíceis (CARVALHO, 2013).

Quanto à orientação sexual, Carvalho (2013) defende que homossexualismo é uma coisa, um conceito considerado por ele como um pecado da carne, e movimento gay é outra coisa, que em sua análise seria um “acinte organizado, politicamente armado, feroz e sistemático, à dignidade da Igreja e do próprio Deus”. O autor afirma que jamais condenou a conduta privada de qualquer pessoa, por mais abominável que lhe pareça, visto que casos privados discutem-se em privado, com discrição, prudência e compaixão. Sempre que se humilha o pecador em público, isso acontece devido aos pecados públicos, de uma ação cultural ou uma política racional, premeditada e maliciosa.

Para Carvalho (2013) a violência pública contra os gays é estatisticamente irrisória, ainda mais quando alegada contra a comunidade mais perseguida e ameaçada do universo (os policiais), que tem milhões de vítimas que morreram devido aos rituais sangrentos dos construtores de “mundo melhores”. Em sua análise, muito maior do que o número e vítimas fatais da “homofobia” é o de homossexuais assassinos, fato óbvio que a mídia esconde.

De acordo com Carvalho (2013), a lista de atitudes humanas punidas como “homofóbicas” é variada, abrangendo citações da Bíblia ou de livros sagrados que façam objeções morais ao homossexualismo; opiniões médicas, psiquiátricas e psicoterapêuticas que questionem a sanidade da conduta homossexual; manifestações pessoais de repulsa física ante o homossexualismo, emoções estas tão espontâneas quanto o próprio desejo homossexual; expressões verbais populares; piadas e gracejos que colocam a conduta homossexual sob um ângulo risível; opiniões políticas contrárias aos interesses do movimento gay; análises sociológicas, estatísticas e/ou históricas que coloquem em evidência qualquer conduta negativa da comunidade gay; qualquer resistência de pais e mães que se oponha à doutrinação homossexual de seus filhos nas escolas; qualquer tentativa de impedir ou reprimir expressões

públicas de erotismo gays, sejam estas discretas ou ostensivas; e qualquer observação casual que possa ser considerada como deselegante aos homossexuais e ao movimento gay.

Carvalho (2013) defende que a alegação do movimento gay de proteger uma comunidade oprimida é somente uma camuflagem, um véu ideológico colocado acima de objetivos diferentes, muito mais ambiciosos.

O atual movimento gay é a materialização possante e assustadora de um projeto de revolução civilizacional que, a pretexto de proteger oprimidos, não hesita em entregá-los às feras quando isso convém à sua grande estratégia. Que esse projeto seja apenas um desenvolvimento específico dentro do quadro maior do movimento revolucionário mundial é algo tão óbvio que não necessita ser enfatizado (CARVALHO, 2013, p. 512).

A proibição de fornecer tratamento psicológico a pacientes que se sintam desconfortáveis com sua vida homossexual gera um impedimento legal de no sentido de se distinguir entre esses dois tipos de conduta especificamente diferentes, quais sejam, o mero impulso sexual e a sintomatologia neurótica, equalizando homossexualismo e doença (CARVALHO, 2013).

Carvalho (2013) acredita que nunca outra conduta humana gozou de tantos privilégios e de tão abrangente proteção, imunizada que está por lei contra as possibilidades de críticas. Em sua análise, o homossexualismo reivindica uma proteção legal tão claramente megalômana, desproporcional aos direitos de todas as demais pessoas e grupos, que resultará em tornar essa conduta um domínio único, intocável e inacessível às opiniões humanas.

Quanto ao movimento feminista, Carvalho (2013, p. 98) se utiliza de um tom irônico para afirmar que as mulheres sempre foram exploradas pelos homens. Quando mulheres continuam se queixando de discriminação, elas evidentemente não sentem a sua situação real, “mas o drama imaginário consagrado pelo discurso feminista”, afirma.

Com relação ao aborto, Carvalho (2013) defende que só se trata de uma questão moral porque ninguém conseguiu provar, até o momento, com certeza absoluta, se o feto é uma mera extensão do corpo da mãe ou um ser humano em pleno direito. Essa é uma dúvida legítima, continua o autor, e transposta para o campo das decisões práticas, transforma-se na escolha entre proibir ou autorizar, ato que tem cinquenta por cento de chances de ser uma inocente operação cirúrgica como qualquer outra, ou um homicídio premeditado. Considerando tais condições, a única opção moralmente justificada é abster-se de praticá-lo, visto que nenhum ser humano pode dizer com segurança se se trata de homicídio ou não. (CARVALHO, 2013).

Segundo Carvalho (2013, p. 385), o ônus da prova cabe a quem se apressa em cometer o aborto, e como não existe “um abortista capaz de provar com razões cabais a inumanidade dos fetos”, seus adversários possuem o direito de exigir que se abstenham de praticar uma ação “cuja inocência é matéria de incerteza até para ele próprio”.

Para o abortista, como se expressa Carvalho (2013, p. 386), a condição de “ser humano” não é uma qualidade inata, definidora dos membros da espécie, mas sim uma convenção que os já nascidos podem ou não aplicar aos que ainda não nasceram. Dessa forma, quem decide se o feto pertence ou não à humanidade não é a natureza das coisas, mas sim um consenso social. Se considerado dessa forma, como convenção social, nada impede que outra convenção posterior revogue a humanidade de “retardados mentais, de aleijados, de homossexuais, de negros, de judeus, de ciganos ou de quem quer que, segundo os caprichos do momento, pareça inconveniente”.

Nas palavras de Carvalho (2013, p. 386): “com toda a clareza que se poderia exigir, a opção pelo abortismo repousa no apelo irracional à inexistente autoridade de conferir ou negar, a quem bem se entenda, o estatuto de ser humano, de bicho, de coisa ou de pedaço de coisa”.

As pessoas capazes de tamanho barbarismo mental são também imunes a outras imposições da consciência moral comum, e seria tolice esperar coerência moral de pessoas que não respeitam o compromisso de reconhecer que as demais pessoas humanas pertencem à mesma espécie delas por natureza, e não por uma generosa concessão de sua parte (CARVALHO, 2013).

Para Carvalho (2013) é a elite globalista, que detém o domínio intelectual e financeiro, que vem impondo para as populações mudanças que estas não desejam, que vão de encontro aos mandamentos da moralidade tradicional. Essas pautas vêm sendo impostas no Brasil de cima para baixo, sem a aprovação do povo brasileiro, assegura.

O autor considera que o brasileiro de classe média e alta está se tornando uma gente estúpida, que deseja o fim da miséria em meio à abundância, utilizando de seus recursos para aliviar a carga de desgraça de quem está próximo, esperando uma solução mágica que mudará o quadro geral em instantes. Em sua análise, o que falta, na maioria das vezes, não é comida ou dinheiro, mas sim a compreensão de que a pobreza não é um estigma, ou uma desonra, mas sim algo que pode acontecer a qualquer um e de que ninguém se liberta somente com dinheiro, mas é necessário também o reforço psicológico de um ambiente que o ajude a sentir-se novamente normal, como membro da espécie humana.

De acordo com Carvalho (2013, p. 80), a barreira que impede o acesso dos pobres e mendicantes brasileiros a uma vida econômica é menos econômica, e mais social. Um dos

maiores problemas do país são as Organizações Não Governamentais (ONGs), que afirma Carvalho, reduziram a caridade individual, e os frutos da bondade humana já não mais vão direto ao bolso dos necessitados, mas primeiramente para estas e para os órgãos públicos, sustentando funcionários e diretores, financiando movimentos políticos, pagando por publicidade e transporte para somente, no fim, caso sobre alguma coisa, “virar sopa dos pobres, diante das câmeras, para glória de São Bentinho”.

Carvalho (2013) considera que a democracia brasileira é um doente em fase terminal, e que o jogo normal entre direita e esquerda, que permite a continuidade do processo democrático e controla os extremismos, foi substituído por um sistema de controle monopolístico no poder estatal, na cultural e na mentalidade pública, controle tão eficiente que já não é percebido como tal, e quanto mais patológica é a situação, mais confortavelmente todos se acomodam nela.

De acordo com Carvalho (2013), a facção que domina o governo, controla também as universidades, o sistema de ensino, as instituições da cultura, o meio editorial e artístico e praticamente todos os órgãos da mídia. Nesse cenário, a mais íntima falha nesse controle, o menor sinal de descontentamento, despertam ou alarmam os governistas, que buscam rapidamente mobilizar suas militâncias para combater ameaças golpistas inexistentes.

Carvalho (2013) considera que o eleitorado brasileiro é maciçamente conservador, no entanto, não havendo quem o represente na política, acaba a esmo, seduzido por simpatias do momento ou por interesse na ocasião, que o tornam tão corrupto quanto os políticos que desprezava. A oposição no Brasil deveria restaurar o senso da política como conflito de valores, em vez de alimentá-lo como uma mera disputa de cargos; no entanto não fará isso, visto que acumular derrotas é mais confortável do que fazer um exame de consciência.

Segundo Carvalho (2013), a anormalidade dessa situação é percebida pela própria esquerda dominante, que na ausência de uma oposição direitista, precisa inventar uma, composta por ficções e figuras de linguagem, para dar a impressão de que luta contra alguma coisa. Essa necessidade da esquerda de explorar o papel de “minorias perseguidas” surgiu no tempo dos militares e ela sente a necessidade de continuar a representá-lo quando já não há mais ninguém que a persiga, e que na verdade é ela quem dispõe dos meios de perseguir.

Em sua análise, Carvalho (2013) defende a tese de que a Revolução de Março (ou o golpe de abril) de 1964 foi uma mobilização militar improvisada, que bloqueou as ruas e colocou “a liderança esquerdista para correr”, instalando um regime em um país de dimensões continentais sem que houvesse, na gigante operação, mais que duas vítimas: um estudante baleado acidentalmente na perna por um colega e o líder comunista Gregório Bezerra, que foi “severamente maltratado por um grupo de soldados no Recife”.

De acordo com o autor, após o endurecimento repressivo no qual os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 1968, foram mortos 300 esquerdistas, o que representa uma modesta taxa de violência em relação ao total da população brasileira à época, e também quando comparada, por exemplo, com o regime cubano, que assassinou muito mais dissidentes (CARVALHO, 2013).

Tudo o que o próprio Carvalho (2013, p. 306) afirma ter lido sobre o movimento de 1964, de acordo com sua narrativa, divide-se em duas categorias, sendo a primeira delas uma “falsificação esquerdista, camuflada ou não sob aparência acadêmica respeitável”, e a segunda, que promove uma “apologia tosca e sem critério, geralmente empreendida por militares que estiveram de algum modo ligados ao movimento e que têm dele uma visão idealizada”. Conclui Carvalho que toda essa bibliografia não possui nenhum valor intelectual, servindo apenas como matéria-prima, de forma rudimentar, para um trabalho de compreensão profunda que ainda nem se iniciou.

Segundo o autor houve, ainda no período militar, o controle do sistema de ensino pelos esquerdistas, e a própria disciplina de Educação Moral e Cívica passou a fornecer uma tribuna para a disseminação de concepções “politicamente corretas” que forjaram a mentalidade das gerações seguintes. Na historiografia oficial, repetida pela mídia e pelos livros didáticos, consagrou-se uma visão invertida e caricatural dos acontecimentos desse período, enfatizando-se feitos singulares de violência e omitindo-se sistematicamente números comparativos que mostrariam a sua perfeita inocuidade histórica (CARVALHO, 2013).

Para o autor não existe um só livro que não condene a “história oficial”, história que celebra as grandezas da pátria e omite as misérias da luta de classes, do racismo, da opressão dos índios e da exploração machista. Não é possível achar a história oficial em livros, cursos e institutos de história oficial, o que se encontra por toda parte nas obras escritas só fala da miséria da luta de classes, de racismo, de índios oprimidos e da exploração machista. A história militante, que se opunha à história oficial, já se tornou hegemônica, e hoje ocupa o espaço todo (CARVALHO, 2013).

Conforme afirma Carvalho (2013), existe um desprezo soberano do povo brasileiro pelo conhecimento, e atualmente a linguagem da elite alfabetizada se reduziu a um sistema formal de pressões e contrapressões, no qual as palavras valem pela sua carga emocional acumulada, e com pouca ou nenhuma referência aos dados correspondentes à experiência real das pessoas que falam e daquelas que ouvem.

Carvalho (2013) acredita que o problema das classes falantes no Brasil é não compreenderem o que leem, e dessa forma não apreenderem o mundo real. A democratização



do ensino, abolindo barreiras econômicas, deveria ter instituído barreiras intelectuais em compensação, a fim de impedir que a descida do padrão social levasse a uma queda no nível de consciência.

Carvalho (2013) afirma que o trabalho dos professores-doutrinadores era complementado pela grande mídia, dominada por ativistas e simpatizantes de esquerda. A atmosfera de imbecilidade ideológica, criada e mantida pelas universidades, pelo movimento editorial e pela mídia era um produto de luxo, acessível somente às classes média e alta, deixando intacta a massa popular.

A partir da década de 1980, assegura Carvalho, a elite esquerdista tomou posse da educação pública, introduzindo um sistema de alfabetização “socioconstrutivista”, concebido por pedagogos esquerdistas para implantar na mente infantil as estruturas cognitivas aptas a preparar o desenvolvimento de uma cosmovisão socialista, praticamente sem a necessidade de uma “doutrinação” explícita. Os resultados do ponto de vista do aprendizado, do rendimento escolar e sobretudo da alfabetização foram catastróficos (CARVALHO, 2013).

Segundo o autor, hoje as mentes iluminadas dominam tudo, sistema educacional, partidos políticos, burocracia estatal, moldando o país à sua imagem. O traço mais característico da classe intelectual no Brasil dos últimos trinta anos é seu espírito de solidariedade grupal mafiosa, mais coeso e impenetrável que o das corporações similares em outros países, fenômeno produzido por vários fatores. Um desses fatores consiste na fusão indissolúvel do ofício intelectual com a militância partidária esquerdista. No país a ascensão de um professor na escala acadêmica pouco depende de suas realizações intelectuais, mas quase tudo da posição que ocupe na hierarquia partidária, ou ao menos das afeições da liderança esquerdista.

O segundo fator está relacionado à intimidade promíscua entre a mídia e a universidade, uma ditando as normas do aceitável, e a outra seguindo-as fielmente, conseguindo em troca a influência na ascensão e queda das estrelas acadêmicas, produzindo prestígios intelectuais às vezes incompreensíveis e condenando ao ostracismo quem cai no seu desagrado (CARVALHO, 2013).

Para Carvalho (2013, p. 606) “a educação superior brasileira é toda ela antieducação”, buscando somente inculcar no aluno a mentalidade dominante da classe acadêmica atual, “julgando o passado à luz do presente e nunca o presente à luz do passado”. A ascensão da “escória marxista” ao primeiro plano da vida nacional foi a principal e única causa da destruição da cultura superior e do sistema educacional brasileiro. O marxismo universitário vive e prospera de ignorar a cultura universal das ideias e sonégá-las aos estudantes, ao mesmo tempo

em que infunde neles a impressão sedutora e enganosa de que são muito cultos por terem lido os autores aprovados pelo partido.

Praticamente toda produção universitária de cientistas sociais brasileiros consiste em um longo e barulhento esforço para instigar em negros e mulatos o ódio retroativo não só aos senhores de escravos e seus descendentes, mas também aos brancos em geral, inclusive os que lutaram pela libertação dos escravos, os que se casaram com pessoas negras e os que nunca disseram uma palavra contra a raça negra ou lhe fizeram mal algum. A sociologia das raças produzida nas universidades no Brasil é puro material de propaganda, deliberadamente mentiroso e calculado para legitimar a violência revolucionária contra a elite branca. Em sua análise, ciência social no Brasil é crime organizado (CARVALHO, 2013).

Para Carvalho (2013, p. 328) o que existe no país é o total domínio da cultura por uma corrente política, muito mais grave do que em outro país, implicando um rebaixamento proposital do nível de exigência, com a ampliação semântica do termo intelectual, que no contexto gramsciano abrange a totalidade de indivíduos de qualquer nível de instrução e que possa atuar na propaganda política. O próprio termo cultura perdeu toda acepção qualitativa e pedagógica, “reduzindo-se ao seu uso antropológico como denominação neutra e geral ‘das formas de expressão’ populares”.

A partir desse domínio toda diferenciação acabou sendo condenada como discriminatória ou mesmo racista, consagrando como fundamento da cultura brasileira a proibição de distinguir. Amortecida essa capacidade de distinção, se tornou fácil disseminar por toda a sociedade contravalores que deram forma ao Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a outros instrumentos legais que protegem criminosos contra a sociedade, criando propositalmente um estado de violência, terror e anomia e do qual a esquerda se aproveita como ambiente oportuno para o comércio de novas propostas salvadoras (CARVALHO, 2013).

Constata-se então que a obra de Carvalho (2013) se encontra erigida sobre dois pilares centrais, que norteiam todas as suas análises, quais sejam, a criação de uma elite globalista, composta por oportunistas que buscam servir às suas ambições políticas, dissolvendo as soberanias nacionais, na tentativa de dominar o mundo com o auxílio da ONU; e o marxismo cultural, que vem impondo suas pautas e subvertendo os valores morais que são a base da sociedade, travando na contemporaneidade uma verdadeira guerra cultural.

Carvalho (2013) se defende ao dizer que não se trata de “teorias da conspiração”, por se apresentarem de forma escancarada e sem necessidade de que se responda aos seus críticos, o que é o oposto da conspiração, que é uma trama secreta com objetivos pontuais. A partir dessa compreensão, o autor defende que o domínio esquerdista faz parte de uma estratégia ampla e

de longo prazo, como a revolução cultural gramsciana. Dessa forma, esquerdistas que não possuem a capacidade de refutar os pontos centrais que o próprio Carvalho desenvolve é que criam essa ideia de teoria da conspiração, apenas para xingá-la.

Mesmo que Carvalho acredite que quem duvida de suas teorias não é capaz de explicá-las de modo contundente, e dessa forma reduzem-nas a teorias da conspiração, o que se observa na realidade é uma tentativa do autor de colocar como explícitos na dinâmica da sociedade elementos encontrados por ele a partir de suas teorias, recorrendo a elas para provar seus fundamentos. Dessa forma, o real é manipulado a fim de levar o leitor acreditar em sua narrativa, utilizando-se de elementos pontuais, e por vezes imaginários, para defender uma ideia projetada.

Um exemplo dessa forma de manipulação do real pode ser constatado em sua análise sobre o Foro de São Paulo<sup>30</sup>, em que se utiliza de uma organização realmente existente para difundir-lhe uma nova conotação. O relevo dado pelo autor da dimensão dessa organização extrapola o que se encontra na realidade, visto que é considerado por ele como a mais vasta organização política da América Latina e uma das maiores do mundo, tornando-se um dos principais alvos a serem enfrentados pela direita mundial na atualidade.

Dessa forma, o autor apresenta uma instituição que existe, mas na busca por criar um “inimigo a ser combatido”, imprime a ela um relevo e uma dimensão que vai além de suas reais possibilidades organizativas. Para tanto, apresenta como um de seus principais articuladores um partido que tem grande rejeição de uma parcela da população (e que possivelmente terá acesso ao material produzido por ele), passando para seu séquito a impressão de que há um “mal” que espreita e que coloca em risco os valores da sociedade brasileira, devendo então ser combatido. Sendo assim, a partir de um elemento encontrado no real, há um superdimensionamento deste, criando uma realidade encontrada somente por ele e seus discípulos.

Nesse sentido, há inclusive uma certa relativização nas análises do autor, que classifica seus oponentes como presunçosos ignorantes, que em vez de provar seus argumentos, utilizam-se de determinada carga sentimental para estabelecer sintonia com os ouvintes ou com a plateia. No entanto, suas análises, mesmo que desprovidas de provas e realizadas somente a partir de suas percepções, devem ser consideradas como legítimas. O que se observa nesse sentido é que, em diversas análises, o autor promove uma deturpação do real a fim de atender a seus objetivos,

---

<sup>30</sup> O Foro de São Paulo foi fundado em 1990 a partir de um seminário internacional organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e conta com a presença de outros partidos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe

provocando ao mesmo tempo uma distorção dos fatos e uma tentativa de sustentação de seus argumentos.

O autor defende que se utiliza de palavras grosseiras por premeditação pedagógica, o que exclui qualquer motivação passional, especialmente o ódio. De acordo com sua análise, pessoas que se esquivam de fazer uso dessas palavras o fazem apenas devido ao medo de parecerem malvadas, por temerem provocar má impressão, buscando abrigo sob uma capa de bom-mocismo (CARVALHO, 2013).

Em relação à sua interpretação do período autocrático burguês no Brasil, Carvalho (2013) vai contra as informações coletadas por documentos do período pela Comissão da Verdade Nacional e pelas comissões estaduais, a partir da transcrição de audiências e de dossiês elaborados. Considera-se que o autor procura reduzir ou ignorar a violência do período, sem o devido respeito histórico necessário para analisar um dos momentos mais truculentos da história nacional. Fato que comprova esse desrespeito é a forma como se refere a Gregório Bezerra, que não foi apenas “severamente maltratado” por um grupo de soldados, mas foi capturado, amarrado pelo pescoço e arrastado por seus algozes pelas ruas de Recife, com as imagens dessa tortura exibidas pela TV.

Quanto à sua análise sobre o movimento LGBT, Carvalho (2013) tenta construir uma narrativa como se o grupo exercesse uma dominação na sociedade, instaurando uma imposição ao conjunto desta relativamente à sua “causa”. O autor afirma, a partir de dados estatísticos, que a violência pública contra gays é irrisória. Tal afirmação pode ocorrer tanto levada pela tendência à relativização de dados para sua análise, conforme ocorrido quanto aos crimes no período autocrático burguês, quanto em razão do não reconhecimento da homofobia como causa dos crimes, fator que leva a uma subnotificação desses casos e a uma possível interpretação equivocada sobre o real número encontrado na sociedade brasileira – segundo o relatório sobre mortes violentas de LGBT’s elaborado pelo Grupo Gay da Bahia, em 2019 o Brasil registrou, 329 homicídios e suicídios de LGBT’s, número bastante expressivo, mas representa somente o número divulgado pela mídia, o que indica ainda a possibilidade de subnotificação.

Outro ponto controverso na análise do autor refere-se ao uso da palavra homossexualismo. O termo passou a existir na Classificação Internacional de Doenças (CID), a partir da 6ª Revisão, realizada em 1948; no entanto, em 1973 deixou de ser considerado transtorno mental, e em 1990 foi retirado da lista de doenças mentais pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e desde então não vem sendo mais utilizado. No debate e na análise do uso do termo pelo autor, é possível considerar que este se dá por dois motivos: primeiro, porque o

autor ainda considera a homossexualidade como doença mental, passível de ser tratada, ou, em segundo lugar, por ignorar o que vem sendo debatido e, visto que se posiciona contra o “politicamente correto”, optou pela manutenção do termo.

Observa-se então que essa forma de conduzir as discussões é realizada em diferentes análises, como a do machismo, do aborto, dentre outros, sempre na tentativa de despolitizar as questões e tratá-las como invenções da esquerda. Outro ponto presente nos debates de Carvalho (2013) refere-se à forma como dialoga com “opponentes” e referências teóricas, quando, em diversos momentos, busca adequar as referências a autores clássicos da filosofia, para se enquadrar a seus propósitos para o momento.

Ler e analisar obras de autores a partir dos seus próprios argumentos, sem um diálogo honesto com alguns de seus debatedores, é reduzir tais obras e autores a uma realidade por vezes limitada. Dessa forma, considera-se que há na obra de Carvalho (2013) um debate com alguns grandes nomes das Ciências Sociais, mas que é alimentado por elementos do senso comum, e sem realmente se apropriar das discussões elaboradas por eles. Sendo assim, considera-se que há uma grande fragilidade teórica nas análises, que buscam, a partir desse suposto diálogo, garantir uma conotação de conhecimento científico a um discurso referenciado por elementos do senso comum.

### 2.3.6 O conservadorismo e a religião no Brasil hoje

Outra influência constatada, não na produção teórica, mas na difusão do conservadorismo no Brasil hoje são as Igrejas Evangélicas. Almeida (2017) afirma que fazem parte da onda conservadora no Brasil atual principalmente os evangélicos, sobretudo pentecostais. Não se trata da totalidade deles, mas de uma parcela significativa que até o momento encontrou poucos contrapontos internos expressivos.

A categoria englobante “os evangélicos” foi algo que se consolidou ao longo das últimas décadas e se estabilizou de forma técnico-científica, a partir do censo demográfico, por exemplo, sendo que anteriormente era também comum e mais equitativo o uso das nomeações “crentes” ou “protestantes”, para se referenciar a esse segmento religioso em crescimento. A partir principalmente da divulgação pelos meios de comunicação, alguns elementos foram associados a eles, ficando caracterizado como um segmento religioso formado em sua maioria por pessoas honestas e confiáveis nas relações face a face, mas pouco tolerantes com outras

religiões e valores morais, cujas lideranças são consideradas ambiciosas e arrivistas, e por vezes até criminosas, sendo percebidas com desconfiança. Essa definição, no entanto, não compreende a diversidade dos que se autodeclaram evangélicos, tanto de fiéis, quanto de lideranças políticas (ALMEIDA, 2017, p. 9).

Alencar (2018) defende que os grupos religiosos fundamentalistas reforçam pânticos morais e atitudes neoconservadoras, bem como servem de base intelectual e moral para discursos de setores da nova direita na sociedade brasileira atual. Em sua análise, afirma que a ênfase dos estudiosos no movimento evangélico decorre da capacidade dessa religião em articular visões de mundo que perpassam não apenas as esferas religiosas da vida social, mas também a política, econômica, cultural, bem como a percepção dos papéis de gênero e sexualidade.

Almeida (2017) argumenta que, mais do que em qualquer outro momento da história nacional, o termo evangélico está em uma acirrada disputa entre aqueles que se autodeclaram dessa forma. Devido a alguns estigmas adquiridos nos últimos anos, muitos protestantes históricos e pentecostais com posicionamentos mais progressistas têm preferido identificar-se pelo termo genérico “cristão”.

De acordo com Alencar (2018), trata-se de um setor extremamente diverso, nesse sentido a forma de ativismo político dos evangélicos é composta por diversas estratégias e de repertórios simbólicos variados. Para além disso o fundamentalismo religioso pode ser considerado como uma das facetas que balizam as visões de mundo da guinada conservadora pela qual a sociedade brasileira vem passando, e entendê-lo de forma mais profunda pode colaborar para uma melhor compreensão da conjuntura política atual do país.

Ao longo de sua inserção no Brasil, a maneira como os evangélicos se relacionam com a política e a cultura se modificou bastante. A partir de missões protestantes, principalmente vindas dos Estados Unidos, que chegaram ao Brasil no século XIX, a religiosidade produzida por esses grupos era do tipo sectário, que buscava converter os indivíduos à nova fé. Em uma sociedade marcadamente católica, como era o Brasil naquele período, “ser crente, evangélico e protestante era se opor aos traços culturais da sociedade que eram influenciados de forma profunda pelo catolicismo” (ALENCAR, 2018, p. 105).

Nesse contexto os sujeitos eram incentivados

a não se envolver com o “mundo”, por ser ameaçador e marcado por aspectos pecaminosos contrários à vontade de Deus. Ser crente era sinônimo de não fumar, não beber, não participar de jogos de azar, não participar de festas e cerimônias religiosas, manter uma rigorosa disciplina moral. Basicamente os protestantes se excluíram da

sociedade por entenderem que esta era marcada por valores opostos ao evangelho (ALENCAR, 2018, p. 105).

Já no campo da política, a tônica era a ideia de que crente não deveria se envolver com política, visto que esta era compreendida como uma arena social marcada por jogos de interesses mundanos e pecaminosos, que não tinham relação com a missão do crente e da Igreja. Observa-se, no entanto, a partir dos anos 1980, a ampliação da participação de evangélicos na arena política, passando a fazer parte ativamente de diversos setores da sociedade para ampliar sua influência.

De acordo com Almeida (2017), talvez a bancada evangélica seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo “evangélicos” adquiriu nas últimas décadas, sendo formada por um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro. Essa ameaça, no entanto, pressupõe enganosamente que se tem um Estado laico no Brasil, em que as religiões têm pouca influência nas questões de ordem pública, no entanto essa percepção só é possível devido à invisibilidade que o catolicismo e a Igreja Católica gozam no espaço público, a partir de sua profundidade histórica, cultural e jurídica.

Os evangélicos ascenderam demograficamente e foram assumindo espaços políticos no Legislativo e no Executivo, principalmente. Eles têm demonstrado uma forte capacidade de indução do voto, mais do que qualquer outra religião atualmente no país.

Assim, a via eleitoral permitiu acesso às elites políticas de religiosos com menos capitais econômico, cultural e social do que o necessário para a mobilidade no Poder Judiciário, cujo perfil é predominantemente elitizado, tradicional e católico. Como corolário, para compreender por onde passam os interesses católicos no Estado, uma ampliação empírica é necessária: o Judiciário deve ser também um dos focos centrais (ALMEIDA, 2017, p. 7).

Alencar (2018) afirma que o tipo de discurso que surge dos grupos evangélicos expressa uma insatisfação moral em relação às transformações culturais. O gênero é visto pelo fundamentalismo religioso como de origem divina e biológica, e qualquer tentativa de reconstrução e redefinição é entendida como ideologia que tem objetivo de destruir a família e os pilares da civilização ocidental.

Para Almeida (2017) muitas proposições no Legislativo relativas aos direitos reprodutivos e sexuais e à família são norteadas pela moral religiosa, sendo esta um orientador significativo da atuação dos deputados.

As igrejas evangélicas prezam pela difusão de uma visão de mundo limitadora em relação à diversidade sexual e de gênero, que vai de encontro aos avanços sociais nessa área.

As visões de mundo expressas passam a moldar práticas, regular as formas como a sexualidade é experimentada e intervir nas configurações de gênero, valorizando de forma diferenciada os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. São restringidas novas configurações familiares reputadas ilegítimas e contrárias à vontade de Deus e seu plano para o desenvolvimento da sociedade (ALENCAR, 2018, p. 115).

De acordo com Almeida (2017, p. 17) o conservadorismo da própria sociedade brasileira, não somente dos evangélicos, lida de forma mais flexível nas relações interpessoais e com maior rigidez de valores morais no espaço público. Em sua análise, a disputa pela moralidade pública no Brasil “encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida”. Os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais, que conseguiram entrar, mais do que em qualquer outro momento, “na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários”.

Alencar (2018) afirma então que a face do fundamentalismo religioso presente na nova direita brasileira fornece um conteúdo intelectual vinculado a pautas como “defesa da família” e de seus valores, que historicamente tem sido uma agenda capaz de mobilizar sentimentos morais e formar alianças na esfera pública entre distintos setores conservadores. A partir de sua visão sobre gênero e sexualidade, com conteúdo teológico e científico, cria-se um conjunto de valores que fortalece posturas conservadoras a respeito dos temas.

Os discursos de religiosos mais conservadores, sejam eles católicos ou evangélicos, defendem que é necessário haver a contenção dos avanços do secularismo nos comportamentos e nos valores. As proposições de ordem moral apontam não somente para um tradicionalismo que resiste ao mundo em mudança, como comportam-se os setores da Igreja Católica, mas os evangélicos pentecostais “têm um conservadorismo ativo e não apenas reativo destinado à manutenção do *status quo* tradicional de caráter mais católico” (ALMEIDA, 2017, p. 18).

Constata-se então que entre os evangélicos não tem havido apenas o interesse da proteção da moralidade de seu grupo, mas existe uma luta pela disputa da moralidade pública, de forma que sua moralidade passe a ser inscrita na ordem legal do país.

### 2.3.7 Algumas indicações sobre o conservadorismo contemporâneo brasileiro



No debate conservador contemporâneo brasileiro atual é possível encontrar os traços mais gerais do conservadorismo moderno elencados no capítulo anterior, tais como a dificuldade em assumir uma filiação teórica ou tradição ideológica; o presentismo; a aproximação com o pragmatismo ou um acentuado empirismo; e a oposição às mudanças propostas pela classe trabalhadora, assim como definidos por Souza (2015).

Em todos os autores analisados constatou-se que a ideologia está presente no pensamento da esquerda, ou seja, é ideológico o posicionamento teórico diferente do que apresentam. Nesse sentido, a ideologia tem nessas obras uma conotação pejorativa, e os pensamentos denominados como ideológicos são considerados inferiores pelos conservadores.

Na obra de autores brasileiros constata-se que a relação com o presentismo é ainda mais forte, e que para além disso há ainda um forte desrespeito histórico, desconsiderando os momentos vividos no país, como por exemplo a banalização da tortura durante a ditadura, considerada como “vitimização da esquerda”. Constata-se uma exaltação das sociedades inglesa e estadunidense, apresentada como modelos, bem como uma falta de reconhecimento do passado nacional e de seus processos, desconsiderados em suas análises os traços da formação sócio-histórica brasileira.

Quanto ao acentuado empirismo presente nas obras, é possível observar uma tendência entre os autores de valorização de suas vivências e percepções sobre o real, desconsiderando as pesquisas científicas, principalmente nas Ciências Sociais e Humanas.

Em relação à oposição a mudanças, constata-se no caso brasileiro que elas não são rechaçadas apenas por se tratar de mudanças propostas pelas classes dominadas, em relação aos aspectos econômicos. O que se observa nas obras é uma forte recusa a toda e qualquer mudança que questiona os pilares morais da sociedade, tais como mudanças nas designações de família, na discussão de gênero e sexualidade, além daquelas que questionam o patriarcado.

Outro ponto comum nas obras analisadas refere-se à linguagem utilizada nos livros. Percebe-se que há uma forma de diálogo agressiva com os grupos de oposição ou a utilização de ironias quando no debate com estes, no intuito de reduzir ou desacreditar suas análises. Acredita-se que essa forma de enfrentamento teórico pela via da desqualificação sugere que não foi possível construir teoricamente elementos que consigam demonstrar fragilidade da obra analisada por eles, de modo que o caminho a ser seguido é o da desqualificação por meio da agressividade e de ironias.

Um exemplo dessa forma de diálogo pode ser constatado na avaliação de Constantino (2018, p. 205) do livro de Gary Allen e Larry Abraham sobre teorias da conspiração e das

críticas ao conservadorismo. Em vez de o autor debater os pontos de discordância da obra deles, acaba por diminuí-la, chamando-a de “livrinho”.

Como explicitado anteriormente, a moral é um dos pontos centrais nas obras de todos os autores analisados, apontada como um dos pilares da sociedade. A moral cristã é considerada como uma trava para a sociedade, garantindo os limites necessários para o seu desenvolvimento, e vem sendo ameaçada atualmente pela esquerda, que para eles busca o rompimento com esses valores.

Observa-se a presença de diversas formas de preconceito em todos os autores analisados, que a partir do discurso de crítica ao politicamente correto demonstram forte intolerância em relação ao outro e em relação àquilo que rechaçam. Machismo, racismo, misoginia, xenofobia, homofobia, transfobia, dentre outras formas de preconceito foram encontradas nas obras, no entanto, na opinião desses autores, em nenhum momento seu discurso é preconceituoso, uma vez que estão apenas expondo suas opiniões sobre os diversos temas.

Essa é também uma posição bastante comum nos debates do cotidiano, nos quais o desrespeito e o discurso de ódio são colocados como opinião pessoal que não deve ser proibida, tendo em vista a liberdade de expressão. A partir dessa forma de se posicionar, vê-se crescer na sociedade brasileira contemporânea as mais diferentes formas de intolerância e violência contra o outro, camufladas de opinião.

Para além dos preconceitos apresentados, constatou-se também a presença de fortes traços de elitismo no discurso apresentado pelos autores, com a desqualificação da cultura popular, bem como do espaço acadêmico, quando setores da classe trabalhadora passam a acessá-la.

Nas análises de Pondé, constata-se que há uma melhor apropriação teórica das obras analisadas, sendo possível perceber que há uma maior densidade na avaliação dos temas abordados pelo autor. Já nas análises de Carvalho, mesmo que haja uma vasta gama de autores citados, constata-se uma tentativa do autor em demonstrar certa erudição em sua análise; o que se percebe, entretanto, é uma análise com base em suas apropriações individuais desses autores, utilizadas para defender as teses apresentadas, recorrendo por vezes à deturpação teórica do pensamento deles.

Nas análises de Garschagen e Constantino, constata-se que há certa similaridade, na medida em que ambos propõem realizar uma defesa do pensamento liberal, correlacionando-o ao pensamento conservador. Percebe-se que há certa diferença em suas análises quanto à discussão dos pontos morais, sendo que Constantino, mesmo se propondo a fazer uma discussão de viés mais econômico, demonstra uma maior preocupação com o debate moral.

Assim como afirmado por Coutinho (2011) em relação ao conservadorismo clássico no Brasil, constata-se que há no pensamento dos conservadores contemporâneos brasileiros analisados uma tendência ao ecletismo, com conciliação no plano das ideias, de forma que o pensamento liberal é ao mesmo tempo moderado e conservador.

Nas obras analisadas, o Estado não deve intervir nas liberdades individuais dos sujeitos ou na economia, de forma que os direitos sociais são compreendidos como privilégios garantidos a uma minoria da população que utiliza de seu poder para a garantia de benesses, no entanto, deve haver uma forte presença estatal para definir os limites morais da sociedade, por exemplo, proibindo o aborto. Dessa forma, constata-se que há uma mescla entre liberalismo e conservadorismo, vinculando-se a discussão de pautas morais e econômicas.

Afirma-se então, a partir dos autores analisados, que há hoje no mercado editorial brasileiro dois “nichos” do conservadorismo, que por vezes coexistem dentro das obras de um mesmo autor, um dominado “conservadorismo teórico”, a partir do qual os autores buscam teoricamente apresentar suas análises, e o outro, dominado por certo “conservadorismo do senso comum”, em que os autores apresentam suas defesas a partir dos elementos mais básicos, citando autores e bibliografias no intuito de referendar suas análises, sem no entanto compreender de forma clara o conteúdo do trabalho, podendo-se considerar como meramente uma reprodução *ipsis litteris* deste.

Observa-se, a partir dos autores analisados, uma presença mais marcante desse “conservadorismo do senso comum”, principalmente quando o debate versa sobre pautas morais, assim como no embate com a esquerda. Avalia-se que esses são elementos centrais para se compreender a difusão do pensamento conservador no Serviço Social, tema que será debatido no capítulo 4.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

O capítulo ora apresentado tem o objetivo de apreender o processo de gênese e desenvolvimento da profissão no Brasil. Considera-se necessário, para efetuar a análise, abarcar não apenas os processos internos à profissão, mas buscar compreendê-los vinculados à dinâmica social do país.

Nesse sentido, em um primeiro momento será feito um exame dos elementos que compuseram o processo de emergência da profissão no Brasil, compreendendo o contexto histórico em que se desenvolve, bem como as matrizes teóricas que nortearam esse processo. Posteriormente serão debatidos os acontecimentos da profissão a partir da década de 1960, momento no qual ocorre a emergência dos movimentos de reconceituação do Serviço Social latino-americano e de renovação do Serviço Social brasileiro, para no momento seguinte fazer um aprofundamento sobre os elementos que compõem as três vertentes desse processo, que influenciaram a profissão no Brasil. Por fim, a partir dos desdobramentos do processo de renovação do Serviço Social, será feita uma análise da profissão a partir dos anos 1990, momento no qual se dá seu amadurecimento teórico e consolidação enquanto área do saber.

#### **3.1 A emergência do Serviço Social no Brasil**

O Serviço Social é uma profissão que se gesta e se desenvolve na sociedade capitalista. Dessa forma, ao analisar a profissão é necessário também analisar a realidade que a permeia. Seu surgimento enquanto profissão está atrelado à necessidade de respostas, pelo Estado e pela burguesia, das demandas colocadas pela classe trabalhadora.

Segundo Iamamoto (2014), a questão social está intrinsecamente vinculada à organização da sociedade capitalista, na qual acirram as relações de desigualdade, miséria e pobreza, pois a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se monopolizada por uma parte da sociedade, expressando disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, atingindo a vida dos sujeitos numa luta pela cidadania e no embate pelo respeito aos direitos políticos, sociais, civis e humanos.

Segundo Netto (2001), o termo surge no pensamento conservador, no primeiro terço do século XIX, para dar conta do fenômeno do pauperismo absoluto massivo da população trabalhadora. De acordo com Iamamoto (2014), a questão social foi tratada, do ponto de vista da classe dominante, como uma ameaça que a luta de classes representava à ordem instituída. Dessa forma, para o pensamento conservador a questão social vai sendo naturalizada e convertida em objeto de ação moralizadora (NETTO, 2001).

É nesse quadro que o Serviço Social surge, não baseado em medidas coercitivas estatais, mas a partir da iniciativa de grupos e frações de classe, tendo como intermédio principalmente a Igreja Católica. No contexto social brasileiro, é importante pensar nas mudanças sociais que ocorriam no contexto de 1920, condicionadas pelas alterações na estrutura socioeconômica do país. De acordo com Fausto (1995), após o fim da Primeira Guerra Mundial começam a aparecer tentativas de superar os limites da expansão industrial, e a presença dos setores médios urbanos se tornou mais visível, devido inclusive à vinda de imigrantes para o país.

Entre 1917 e 1920 várias lutas operárias, dirigidas pelos anarquistas, se desenvolviam no país, devido à queda da expansão industrial, com reivindicações dos trabalhadores, como redução da jornada de trabalho e aumentos salariais. Fausto (1995) considera que as greves, até então, só tinham repercussão quando eram greves gerais, no entanto a partir daquele momento um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país.

Esse movimento grevista concentrava-se principalmente no proletariado fabril, e suas demandas centravam-se basicamente na garantia de melhores condições de vida de um mínimo de direitos. Como resposta do Estado a tais manifestações, tem-se a promulgação das primeiras leis trabalhistas no país, a exemplo da Lei Eloy Chaves, que garantia a pensão dos ferroviários.

No cenário político nacional, constata-se uma insatisfação militar com a condução política nesse momento. Segundo Fausto (1995), o movimento tenentista pode ser dividido em dois períodos devido a uma diferença essencial. Até 1930 o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo, e após esse momento os “tenentes” entraram no governo e buscaram imprimir um rumo que promovesse seus interesses.

A partir de um acordo entre a elite mineira e a gaúcha, é lançada a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição a Júlio Prestes, que sai vencedor do pleito eleitoral. Apesar da vitória, setores da oligarquia agrária, da burguesia industrial, do exército e das camadas médias da classe trabalhadora se articulam para romper com a hegemonia paulista, o que culmina em um golpe de estado, que coloca fim à primeira república, com Vargas assumindo não só o Poder Executivo, como também o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional.

De acordo com Fausto (1995), a articulação entre a Igreja Católica e o Estado não era nova, no entanto nesse momento se tornava mais estreita, levando a massa da população católica a apoiar o governo Vargas, se tornando uma importante base de apoio. Nesse contexto da chamada “Revolução de 30”, com uma indefinição de um bloco hegemônico caberia à Igreja Católica a tarefa de

reunificação e recristianização da sociedade burguesa por intermédio da ação sobre as corporações e demais grupos básicos, concluindo pelo alinhamento doutrinário do Estado laico ao direito natural orientado por suas normas transcendentais. [...] A mobilização do movimento laico obedecerá, pois, aos objetivos de definir as relações entre Igreja e Estado a partir de um modelo que seja favorável à primeira. Isto é, que lhe garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho de Estado as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 159).

A Igreja Católica, temendo perder sua hegemonia na sociedade civil e no Estado, reformula sua atividade política e religiosa, a partir principalmente do movimento católico leigo. No que se refere às tentativas de vinculação da Igreja com a sociedade civil, tem-se a ação social católica voltada para a reconquista do proletariado. A partir de várias instâncias, como o Centro Dom Vital, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica, a Igreja volta a organizar seu trabalho social com maior intensidade.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007, p. 168), a partir da necessidade sentida pela Ação Social e pela Ação Católica de “tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja”, é criado em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Seu início oficial foi marcado pelo “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, que contou com a participação de Adèle Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Segundo Martinelli (2011), a clientela desse primeiro curso constituía-se de jovens católicas pertencentes a famílias da burguesia, algumas delas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja.

Embora fornecido primeiramente a um pequeno e selecionado grupo, dele se esperava um efeito multiplicador, aliado a uma ampliação de seus resultados pelo próprio CEAS. Historicamente, esse evento “marcou o primeiro passo da longa caminhada do Serviço Social no solo brasileiro, que já se iniciou sob o revelador signo da aliança com a burguesia” (MARTINELLI, 2011, p. 123).

O objetivo do CEAS era capacitar seus membros a partir do estudo da doutrina social da Igreja, fundamentando sua ação com base nessa formação doutrinária e no conhecimento

aprofundado dos “problemas sociais”, a fim de tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais. Suas atividades então se orientavam para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e difusão da doutrina social da Igreja.

O CEAS foi considerado como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil – e (...) o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa respaldada por assistentes sociais belgas, que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 103).

Para além desse movimento realizado no interior do bloco católico, é necessário compreender também as mudanças na dinâmica do capitalismo naquele contexto. No plano externo tem-se o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento popular operário em toda Europa. Já no plano interno, como assinalado anteriormente, os movimentos operários tornaram evidente a existência da questão social para a sociedade e a necessidade de combatê-la, seja pela via da repressão, seja por meio de garantia de direitos.

De acordo com Martinelli (2011, p. 123), em São Paulo, além das disputas entre os tenentistas e os setores políticos mais tradicionais, havia o medo das ideias comunistas, bem como um distanciamento com o governo central, o que marginalizava a burguesia paulista. Nesse sentido, o curso chegava a um momento crucial, “razão pela qual houve grande incentivo das famílias para que suas filhas jovens, solteiras, ou mesmo esposas, em minoria, dele participassem”. Considera-se que com esse curso abriu-se a possibilidade de a mulher paulista marcar presença no processo político que se desenrolava.

O governo do Estado de São Paulo, na busca de coordenar a gestão da assistência social, buscará racionalizar a assistência, centralizando sua participação e regulando as iniciativas particulares.

O governo procurará, portanto, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares – dividindo áreas de atuação e subvencionando as instituições coordenadas pela Igreja – ao mesmo tempo em que adota as *técnicas* e a *formação técnica especializada* desenvolvida a partir daquelas instituições particulares. Assim, a demanda por essa *formação técnica especializada* crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passara a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 176, grifos dos autores).

Martinelli (2011) afirma que, embora muitos de seus agentes vissem na ação social uma forma de atender motivações pessoais e religiosas no intuito de atingir objetivos filantrópicos e altruístas, para a classe dominante o que importava eram seus resultados materiais e concretos.

Tais resultados expressavam-se no atendimento às carências mais imediatas do grande número de pobres e às necessidades mais cruciais do trabalhador e sua família, e produziam um efeito social muito importante, visto que reduziam as manifestações aparentes dos problemas e fortaleciam a ilusão de que o Estado nutria um paternal interesse pelo cidadão.

Percebe-se que nesse momento a formação profissional está umbilicalmente relacionada ao Bloco Católico; nesse sentido, é importante considerar como os valores contidos nas Encíclicas Papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) foram incorporadas na formação e no discurso profissional. Segundo o Compêndio da Doutrina Social da Igreja Católica (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2004, p. 41), a *Rerum Novarum* enumera os erros que provocam o mal social, excluindo o socialismo como solução, e tornou-se a carta magna da atividade cristã no campo social. O tema central da Encíclica é a “instauração de uma ordem social justa, em vista da qual é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sócio-políticos existentes e formular linhas de ação para uma sua [sic] oportuna transformação”. De acordo com Guedes (2000, p. 70), é a partir do texto de Leão XIII, com a *Rerum Novarum*, que se “ênfatiza a caridade como solução definitiva para reverter o atual estado de coisas e exortar os cristãos a empenharem-se na tarefa de disseminar os princípios da religião que poderiam reverter a atual situação da sociedade”.

Devido à crise de 1929, o Papa Pio XI publica a Encíclica *Quadragesimo anno*, no quadragésimo ano da publicação da *Rerum Novarum*, a partir da qual reforça a necessidade de se estabelecer uma nova ordem social, baseada na justiça e na caridade, que supere o conflito de classes. Nas palavras de Guedes (2000, p. 71), “a *Quadragesimo anno* reafirma a importância da Igreja julgar questões sociais e econômicas, o que não significa sua abstenção do ofício de cuidar da dimensão eterna”. As leis econômicas, por serem fundadas na própria lei natural, se aplicam aos homens dotados de corpo e alma. Dessa forma, tais leis aplicam-se à moral que advém da esfera divina e, sendo esta superior à material, a moral que dela deriva deve ser preponderante com relação ao campo econômico-social e “respeitando esta supremacia da moral, é possível cumprir a meta da humanidade: o bem supremo”.

A Igreja considerava então que a intervenção do Estado na questão social<sup>31</sup> era legítima, uma vez que este deve servir ao bem comum. Ao Estado caberia preservar e regular a

---

<sup>31</sup> De acordo com Guedes (2000, p. 14), a questão social era compreendida como “situação derivada dos abusos do capitalismo que teriam incidido na transgressão à ordem divina porque teriam desrespeitado o homem como criatura de Deus, portador de direitos naturais anteriores à ordem social”.



propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho, bem como tutelar os direitos dos sujeitos, especialmente daqueles que necessitam de amparo.

Segundo Iamamoto (2013), a Igreja Católica compartilhava com o Estado a atuação diante da questão social, a fim de recristianizar a sociedade através de grupos básicos, especialmente a família. Foi a partir desse suporte analítico e dessa estratégia de ação que a Igreja deixou de se contrapor ao capitalismo e passou a concebê-lo utilizando uma terceira via, combatendo veementemente o socialismo e substituindo o liberalismo pelo comunitarismo cristão.

A influência de setores laicos da Igreja Católica e de grupos da elite foi responsável pela criação, em São Paulo, da primeira Escola de Serviço Social em 1936. Nesse momento, a profissão era composta por mulheres de grupos e frações da classe que, vendo decair seu poder político, se mobilizam na tentativa de renegociar suas posições e influências.

De acordo com Iamamoto (2013, p. 23), diferenciando-se “da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais”. A profissão se propunha ainda a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro da militância católica, em contraponto às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderiram ao associativismo católico. Guedes (2000, p. 14) afirma que “os primeiros assistentes sociais, membros da Ação Católica, identificavam-se como agentes portadores da ordem moral preconizada pela filosofia neotomista e pela Igreja Católica em sua missão recristianizadora”.

A fim de atingir os objetivos postos à profissão, seria necessária uma formação moral sólida, construída a partir de princípios cristãos. Nesse sentido, quatro aspectos principais compunham a formação do assistente social, sendo eles: o científico, o técnico, o moral e o doutrinário.

Nesse período os assistentes sociais filiavam-se hegemonicamente à doutrina católica, segundo Guedes (2000). Havia uma requisição da compatibilidade entre a técnica e a formação moral, o que indica a existência de duas tendências em relação ao exercício profissional, sendo uma de caráter vocacional e outra que tendia a uma preocupação de caráter metodológico.

Constata-se em ambas as tendências a preocupação com relação à finalidade doutrinária, que poderia tornar-se mais frágil frente à realidade social que aparentemente se descortinava com a atuação profissional. Dessa forma, os assistentes sociais enfatizavam a importância sobretudo do que chamavam de “forro moral”, que deveria subsidiá-los em suas respostas aos problemas sociais (GUEDES, 2000, p. 15).

Nesse momento Maria Khiel, Helena Iracy Junqueira, Guiomar Urbina Telles e Nadir Gouvêa Kfourri eram algumas das principais referências teóricas do Serviço Social, sendo a primeira delas uma das coordenadoras da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, sócia do CEAS, e as demais, suas alunas da primeira turma de Serviço Social.

Guedes (2000) afirma que nesse período havia a compreensão de que no Serviço Social a ciência e a técnica eram os recursos através dos quais se viabilizava a caridade.

Esta ênfase ao Serviço Social como uma reatualização da caridade é frequente em diversos artigos dos assistentes sociais publicados neste período. Nestes artigos, aparece uma nítida filiação ao ideal da caridade enfatizado por Leão XIII, no final da *Rerum Novarum*. A este ideal, os assistentes sociais acrescentam uma suposta base científica dada pelo conhecimento das deficiências e desajustes e, ainda, pela fidelidade à doutrina católica. Assim, pretendem que a caridade exercida no âmbito da profissão se diferenciasse daquela exercida pelas obras sociais de caráter meramente filantrópico (GUEDES, 2000, p. 128).

Segundo Guedes (2000), a partir da compreensão dos assistentes sociais da época sobre sua formação moral, só haveria uma doutrina a ser seguida, a católica, constituída por princípios verdadeiros, porque imutáveis.

A partir principalmente da década de 1940, tem-se a criação e o desenvolvimento de instituições assistenciais estatais, quando o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, como fiador e regulador destas, tanto viabilizando o processo de acumulação capitalista, quanto atendendo às necessidades sociais das classes subalternas (YAZBEK, 2009a).

A formação técnica especializada passará por várias adaptações, adequando-se às demandas postas pelo Estado e pela sociedade, sem levar, contudo, necessariamente, à eliminação do conteúdo doutrinário da formação escolar do assistente social. Cabe sinalizar que ocorre, nesse contexto, o processo de “mercantilização” da força de trabalho dos portadores dessa formação técnica especializada, que já não mais serão moças da sociedade devotadas ao apostolado social, mas sim trabalhadoras que vendem sua força de trabalho.

Iamamoto e Carvalho (2007) salientam que, nesse momento, a produção específica do Serviço Social era limitada a uma publicação regular, mas que devido à fase embrionária em que a profissão se encontrava, esta se constituía essencialmente em um veículo de doutrinação e de propaganda do pensamento social da Igreja, e a maior parte dos trabalhos sistematizados sobre ensino e trabalho profissional não era elaborada por assistentes sociais.

Destacam ainda que o Serviço Social se distingue das antigas formas de assistência por representar uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo

desenvolvimento de estudos e, sobretudo pela complexidade e intensidade dos problemas sociais no período. É a partir de tal evolução que “passou a exigir também daqueles que a ele se dedicam um preparo adequado e metódico, e é o que justifica o aparecimento das escolas de Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 202).

Nesse contexto, o conservadorismo católico começa a ser tecnificado, e suas propostas de trabalho são permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Essa mudança ocorre devido ao contato com o Serviço Social norte-americano, principalmente pela influência dos livros de Mary Richmond.

Mary Richmond foi a primeira autora a escrever sobre a diferença entre caridade, filantropia, assistência social e Serviço Social, apontando em sua análise as medidas de uma prática social competente, séria e rigorosa. Richmond secularizou a profissão, ao mesmo tempo em que ofereceu as bases técnicas e as formas de trabalhar nas quais os assistentes sociais se reconheceram. Tomando-se como base suas ideias, é possível identificar uma concepção funcional de sociedade, elaborada pela sociologia norte-americana, que somada ao arsenal técnico de Mary Richmond, Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis, dentre outros, “conferiram uma autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais no Brasil” (ANDRADE, 2008, p. 276).

Constata-se então que, nesse contexto, o intercâmbio com o Serviço Social norte-americano de cunho positivista começou a influenciar a profissão no Brasil. Iamamoto (2013, p. 24) afirma que essa junção entre o discurso humanista cristão com o suporte técnico científico com base na teoria social positivista levou a um “arranjo teórico-doutrinário” que, ao mesmo tempo, oferecia um suporte técnico-científico e preservava o caráter de profissão especial, “voltada para os elevados ideais de ‘serviço ao homem’”.

De acordo com Yazbek (2009b, p. 132), “a profissão amplia sua área de atuação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas pelo Estado” e “tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de políticas sociais”. Nesse sentido, o Estado vai gradativamente impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho, tendo em vista às novas formas de enfrentamento da questão social.

Destaca-se que, nesse contexto, à medida em que houve a necessidade histórica de racionalização dos serviços sociais com bases técnico-científicas, deu-se uma demanda por novas competências profissionais que respondessem aos novos desafios que surgiam para a profissão, aos quais o referencial doutrinário da Igreja Católica já não mais era suficiente para

atender. Vai acontecer, em razão de tudo isso, uma aproximação do Serviço Social com o referencial teórico positivista.

De acordo com Yazbek (2009a) a corrente positivista não ultrapassa a aparência dos fenômenos que compõem a totalidade social, restringindo-se apenas ao plano do imediato, das relações imediatas e fragmentação da totalidade. Essa é uma corrente que restringe a teoria ao âmbito do verificável, pela experimentação e fragmentação.

Exigia-se da profissão, nesse contexto, que remediasse as deficiências dos indivíduos e da coletividade, ajustando-os ao meio. Nesse sentido, existia uma preocupação central com as famílias, tendo em vista que era considerado como espaço de formação social, moral e intelectual dos sujeitos, e a religião seria o esteio moral que garantiria sua estabilidade.

A orientação técnica para o trabalho profissional baseava-se nas metodologias de casos individuais e de grupo, realizando o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições “normais” de vida.

O Serviço Social de Caso era orientado, de acordo com Andrade (2008), pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. Os indivíduos eram vistos como os elementos que deveriam ser trabalhados, a fim de serem ajustados ao meio social, de modo a cumprir bem seu papel no sistema vigente.

Tomando-se como referência o Serviço Social de Caso, considerava-se que o assistente social possuía competência técnica e poder institucional para promover mudanças, a partir de novas atividades e comportamentos, em indivíduos que se habilitavam para acessar os serviços e auxílios. Essa metodologia de trabalho pretendia que o profissional operasse um ajustamento do indivíduo ao ambiente, com base numa perspectiva individualizada.

Segundo Andrade (2008, p. 280-281), o Serviço Social de Caso

caracterizou-se pela primazia dada à informação e à observação. A forma de trabalho incluía a adoção do método clínico, que toma o sujeito como quadro de referência e é composto pelas fases de estudo, diagnóstico e tratamento e das teorias sociopsicológicas, que possibilitavam um elo entre os aspectos psicológicos e sociais.

O diagnóstico era considerado como a tentativa de se chegar a uma solução, a partir da opinião profissional sobre a natureza do problema e das capacidades do cliente. Andrade (2008), analisando a produção de autores do Serviço Social de Caso, afirma que o estudo encaminha para a compreensão do problema psicossocial ou de seu diagnóstico, ou seja, a opinião do profissional sobre a natureza da necessidade ou do problema que o cliente apresenta,

que prevê uma gama de percepções psicossociais, baseada no conhecimento do funcionamento social considerado normal. Esse conhecimento referenciava-se nas Ciências Sociais e, a partir dele, o assistente social obteria um histórico inteligente e formularia diagnósticos precisos e adequados. Dessa forma, chegava-se ao momento do tratamento, que tinha o objetivo de estabilizar ou melhorar a situação do cliente quanto à sua adaptação ou ajustamento social.

O Serviço Social de Caso pode ser concebido então como um instrumento ou meio para liberação da liberdade individual, com um arsenal e domínio de técnicas e instrumentos, respaldadas pela capacidade e eficiência do profissional em oferecer oportunidades de mudanças de modo educativo. Já o Serviço Social de Grupo era utilizado por meio de uma perspectiva educacional, visto que tinha o objetivo de fortalecer a personalidade individual a partir da ênfase dada à capacidade de liderança, de tomada de decisão e do aspecto psicossocial.

De acordo com Andrade (2008), o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se autodesenvolver e a se ajustar aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos. Os autores de maior influência no debate sobre o Serviço Social de Grupo eram Grace Coyle, Gertrude Wilson, Gladys Ryland, mas principalmente Gisela Konopka, Robert Vinter, e, já no início da década de 1970, Natálio Kisnermam. O ponto central no discurso desses autores era o fato de explicitarem como principal objetivo do Serviço Social de Grupo a capacitação dos indivíduos para um correto funcionamento social.

Ainda segundo Andrade (2008), as bases do Serviço Social de Grupo estão intimamente ligadas aos movimentos de autoajuda, e a estruturação científica do trabalho fundamentava-se nas teorias sociológicas de Durkheim, Weber e Simmel, bem como nas teorias da psicologia social e da pedagogia, com as quais tinha uma íntima relação devido ao seu caráter formativo e à sua conotação educativa.

O enfoque “terapêutico” e disciplinador dado ao trabalho desenvolvido junto a grupos facilita o processo de integração-adaptação, porque ele contém o comportamento do homem inadequado, desequilibrado, sem, no entanto, rever questões sociais mais profundas. Nesse sentido, o problema está no homem, não na sociedade (ANDRADE, 2008, p. 283).

O Serviço Social de Grupo era então definido, a partir de seus autores, como uma prática que visava minorar o sofrimento, ou como um procedimento metodológico que ajudava os indivíduos a aumentar o seu funcionamento pessoal social, a partir de específica e controlada intervenção de grupo com a ajuda de um profissional.

Nesse contexto foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), a fim de congregar as escolas de Serviço Social, promovendo intercâmbio entre elas

com a garantia de um padrão mínimo de ensino, e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que buscava o aperfeiçoamento e a garantia do nível profissional dos assistentes sociais.

Ao final da década de 1940, ocorrem três congressos<sup>32</sup> em âmbito nacional e panamericano, onde há a divulgação e incentivo à utilização das metodologias relacionadas ao Desenvolvimento de Comunidade. Essa metodologia surgiu devido às ideias de desenvolvimentismo, difundida pelos organismos internacionais, a partir da criação da Organização das Nações Unidas, (ONU), em 1945.

Provocado pelas demandas dos países de capitalismo dependente e pelo contexto de Guerra Fria do segundo pós-guerra, o governo estadunidense inicia um programa de assistência para a América Latina. O atraso e a pobreza tornam-se principais fontes de preocupação, tendo em vista que a parcela da população acometida por essas mazelas teria maior aceitação às ideias comunistas.

A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social – tudo isso potencialmente viável, bastando que se traga à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 340-341).

O Desenvolvimento de Comunidade se torna então ponto estratégico para o processo nacional de desenvolvimento dos países da América Latina, sendo executados principalmente nas áreas rurais pelos organismos internacionais.

Segundo os defensores do desenvolvimento comunitário – do ponto de vista do seu conteúdo, características e alcance –, tratava-se essencialmente de um método de trabalho destinado a facilitar a integração de recursos da população e do governo para colimar o “progresso nacional” (CASTRO, 2011, p. 149).

Seria necessária, para as proposições do desenvolvimento de comunidade, a preparação de profissionais e técnicos aptos a desempenhar as formulações desenvolvimentistas. Os assistentes sociais, profissionais convocados a ocupar-se do “social”, foram os mais

---

<sup>32</sup> I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile em 1945; I Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS em 1947; e II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1949.

precocemente expostos à influência das colocações desenvolvimentistas, pois considerava-se que sua intervenção nesse campo seria de extrema importância.

Com a sua incorporação plena no desenvolvimento comunitário, o Serviço Social passou por um processo de mudanças substantivas que incidiram no conjunto da profissão. Socialmente, experimentou uma etapa de revalorização, que lhe atribuiu novas responsabilidades e lhe conferiu uma posição melhor no interior das administrações públicas que, também elas, viviam um processo de modernização (CASTRO, 2011, p. 151).

Passou a ser requisitada dos assistentes sociais, a fim de se responder às exigências do desenvolvimentismo, a execução de trabalhos no interior das comunidades, direcionados a satisfazer suas necessidades fundamentais, com o objetivo de alcançar o maior grau possível de participação popular, formando líderes nessas comunidades. No que concerne ao desenvolvimento de comunidade no Brasil, esta se torna orientação econômica, política, ideológica e cultural do governo de Juscelino Kubitschek (JK), ampliando a intervenção do Estado.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007), no governo de JK, o conteúdo econômico da ideologia desenvolvimentista se constituía como o elemento central, que marcaria o conteúdo dos demais fatores presentes no discurso. A miséria e a pobreza seriam parte de uma etapa transitória que seria superada *no e pelo* desenvolvimentismo. Nesse contexto, apesar de assumir caráter dominante, o Serviço Social se encontrava alheio ao seu chamamento, sendo vários os motivos que podem ter contribuído para esse desencontro. É importante destacar em primeiro lugar o fato de o desenvolvimentismo juscelinista se centrar principalmente na expansão econômica, subordinando o restante das questões a esse nível. Em segundo lugar, os autores destacam que o apelo à participação das massas se chocava e se contrapunha à tendência conservadora da profissão.

Já com Jânio Quadros, o desenvolvimentismo assume características diferentes daquelas propostas por JK. O projeto Janista se baseia no tripé eficiência, moralização e despolitização, propondo-se a um desenvolvimento harmônico e humano. De acordo com tal projeto, a causa da crise seria a crise moral e político-social; dessa forma, propunha soluções moralizantes, justiça social e solidariedade como resposta.

No contexto do governo janista, o Serviço Social era demandado como instrumento de consecução dos objetivos nacionais, sendo requisitado a trabalhar com diversas modalidades de atuação em Desenvolvimento de Comunidade. Com essas novas requisições, seria necessário que a profissão se readaptasse, procurando sintonizar seus discursos profissionais e sua

metodologia de trabalho com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação às respostas a serem dadas à questão social. Era solicitada à profissão, nesse momento, uma maior especialização na graduação e o cumprimento de determinadas funções ante as demandas postas por esse novo modelo de desenvolvimentismo.

Como tratado anteriormente, de acordo com Castro (2011, p. 153), a adesão ao Desenvolvimento de Comunidade significou para a profissão uma posição diferente do que norteava anteriormente o trabalho do assistente social, redefinindo suas estratégias e táticas. Diferentemente do que foi colocado naquele primeiro momento, seria necessário agora que se assumisse uma grande variedade de elementos que renovavam seu trabalho concreto, bem como seria “necessário visualizar a profissão inserida em esforços coletivos orientados para o bem-estar geral e o desenvolvimentismo”. Já não mais se tratava somente de um trabalho assistencialista, mas abria-se a possibilidade de “inscrever esforços particulares e coletivos do Serviço Social num projeto orientado à superação dos problemas de fundamento estrutural”.

Nesse momento, com as novas configurações do capitalismo mundial e as imposições aos países latino-americanos, o Serviço Social assumiu as inquietações e insatisfações desse tempo e, se articulando de forma ampla, passou a promover um movimento de revisão global nos níveis teórico, metodológico, operativo e político, que será abordado no próximo item.

### **3.2 O movimento de reconceituação latino-americano e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro**

Em toda América Latina, a partir da década de 1960, surge um movimento que durou cerca de uma década que contestava o Serviço Social tradicional<sup>33</sup>. Esse movimento, denominado movimento de reconceituação, ocorre em uma realidade repleta de diversidades, devido aos distintos contextos sociopolíticos e econômicos.

De acordo com Iamamoto (2019a), o movimento de reconceituação é um importante marco do Serviço Social latino-americano, que ocorreu no período de 1965 a 1975,

---

<sup>33</sup> De acordo com Netto (2008, p. 117-118) o Serviço Social tradicional deve ser compreendido como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.



impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente a partir da experiência cubana de 1959, contestando o imperialismo norte americano e as relações de dependência, bem como o colonialismo cultural no Serviço Social com a importação de parâmetros profissionais.

Silva (1982) afirma que mesmo com o reconhecimento das diferenças e peculiaridades dos países, a problemática do movimento tende a ser considerada em sua totalidade. O Serviço Social latino-americano possui como base uma origem histórica comum, emergindo em um período no qual predominava a concepção funcionalista de sociedade.

Segundo Iamamoto (2019a), verifica-se nesse momento um amplo questionamento do Serviço Social em relação a suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional, que assumiu formas diferentes nos diversos países.

A unidade do movimento, no entanto, assentava-se na busca pela construção de um Serviço Social latino-americano, com a recusa à importação de teorias e metodologias alheias à história desses países e pela crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de Caso, de Grupo e o Desenvolvimento ou Organização de Comunidade.

Para Silva (1982), a reconceituação foi recebida particularmente pelos profissionais que pretendiam estender o alcance técnico da profissão, como movimento que pretendia superar o marco conceitual tradicional em que se apoiava a profissão. Apesar do referido movimento apresentar enfoques distintos de ordem teórica, prática, metodológica e ideológico-filosófica, havia um consenso entre esses enfoques sobre a necessidade de mudanças devido à realidade social em que o Serviço Social estava inserido. A autora considera que o movimento de reconceituação foi uma tentativa de teorização que se adequasse às exigências e especificidades das condições reais dos países latino-americanos.

Kruse (1971 apud Silva, 1982) afirma que o movimento de reconceituação possuía três enfoques principais, quais sejam, teórico, metodológico e ideológico. O enfoque teórico poderia ser abordado a partir de três correntes, uma corrente praxiológica de concepção althusseriana, fundamentada no conceito de prática teórica; uma corrente logicista, que explorava o campo aberto pelo empirismo lógico e neopositivismo; e uma corrente lógico-matemática, que buscava converter o Serviço Social em uma nova ciência com o objetivo de esquematizar modelos planejados alternativos na vida cotidiana.

O enfoque metodológico pretendia a utilização de meios de ação mais eficazes a partir de duas linhas de busca, sendo a primeira delas uma busca externa, voltada para o conhecimento e adaptação de novos instrumentos criados pelas ciências sociais; e de uma busca interna, voltada para a revisão da metodologia do Serviço Social tradicional. Já o enfoque ideológico

era abordado a partir de duas perspectivas, sendo uma delas conservadora, que propunha a manutenção do status quo, e a outra renovadora, que visava modificar a orientação ideológica da profissão (SILVA, 1982).

O movimento de reconceituação tinha então o objetivo de romper com o Serviço Social tradicional, denunciando a pretensa neutralidade política ideológica da ação profissional e a dicotomia entre teoria e prática. Se anteriormente a profissão voltava-se para os problemas individuais, grupais e comunitários de modo parcial e isolado do contexto global, com a reconceituação passou-se a se considerar os problemas a partir de um conjunto, relacionando-os com os problemas estruturais da sociedade.

Segundo Iamamoto (2019b, p. 446), dentre os eixos fundamentais de preocupação do movimento de reconceituação, é possível salientar o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos particulares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, que considerava as características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; “a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a ‘transformação social’”. Essas preocupações canalizavam-se para a reestruturação da formação profissional que articulasse ensino, pesquisa e exercício profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção do conhecimento a partir do estreitamento de seus vínculos com a sociedade. As unidades de ensino foram então o lócus principal, ainda que não exclusivo, desse movimento.

Nesse momento, há a primeira aproximação do Serviço Social latino-americano com a tradição marxista, porém essa aproximação ocorre de forma enviesada, visto que foi “a aproximação a um marxismo sem Marx”. A categoria trabalho, tão presente na análise de Marx, nesse momento está inteiramente ausente na discussão. (IAMAMOTO, 2014).

Segundo Netto (1989a, p. 98), o que “ocorreu foi uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista, um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’”.

No entanto, com a instauração de governos ditatoriais por toda a América Latina e a ausência de suportes teóricos claros, o movimento na América Latina foi se exaurindo. Apesar de perder forças em âmbito latino-americano, é a partir do movimento de reconceituação que desenvolveu-se no Brasil o processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Segundo Ianni (1981), no Brasil, no período entre 1961 e 1964, ocorreu uma profunda crise de hegemonia, com o ascenso político dos operários e camponeses, enfraquecendo o poder burguês e a crise do governo populista. Nesse contexto de crise política e crise econômica,

inicia-se uma crise de hegemonia, na qual, através do golpe de Estado, concretizou-se a opção pelo capitalismo dependente, determinado pelo grande capital financeiro e monopolista.

De acordo com Fernandes (1981, p. 319), as classes dominantes executaram um golpe civil-militar no país, completando o “ciclo da Revolução Burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente”, aumentando a dominação imperialista sobre o país, com o objetivo de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa”, de forma a neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”.

Conforme afirma Ianni (1981, p. 34), “diante da possibilidade de formação de um governo de base popular, ou da possibilidade de surtos revolucionários, de base operária e camponesa” as forças nacionais mais reacionárias, vinculadas ao imperialismo, organizaram e realizaram um golpe.

A rigor, em perspectiva histórica ampla, a ditadura militar configura uma dupla contrarrevolução. Por um lado, é uma contrarrevolução no sentido de golpe de Estado e reação contra as classes operária e camponesa. Nesse sentido, rompe e destrói amplamente um vasto, lento e sistemático processo de ascenso político das classes oprimidas, operários da indústria, operários do campo, camponesas, empregados e funcionários pobres. Foi toda uma época de avanço político, organizatório, de conscientização e luta que se interrompeu com o golpe e a ditadura. Por outro lado, toda a reação burguesa e fascistoide havida desde 64 assinala também uma contrarrevolução burguesa, contra a própria democracia burguesa. O assalto ao poder constitucional, representado pelo governo do presidente João Goulart, representou também, em termos jurídico-políticos e econômicos, em termos ideológicos e práticos, a destruição das prerrogativas da sociedade civil, da cidadania, da classe operária e outras, que haviam sido conquistadas, ainda que limitadamente, entre 1946 e 1964. Sob esses aspectos, pois, o golpe de Estado de 64 e a ditadura desenvolvida desde então representaram os desdobramentos de uma dupla contrarrevolução (IANNI, 1981, p. 197).

De acordo com Netto (2008) o golpe de abril foi uma tentativa de parte dos grupos dominantes nacionais para garantir a maturação da inserção do Brasil na dinâmica dos monopólios, representando o massacre das forças democráticas e a condução dos processos diretivos da sociedade, definidos “pelo alto”. Há no contexto autocrático burguês um aprofundamento dos traços heteronômicos do capitalismo brasileiro, tendo o Estado intervindo diretamente na economia, como repassador de renda para os monopólios e politicamente mediando conflitos em benefício estratégicos das corporações transnacionais.

A grande burguesia financeira e monopolista comandava o bloco de poder; no entanto não precisava exercer diretamente o poder, preferindo exercer seu comando por intermédio de

alguns representantes de classes e grupos sociais associados ao bloco de poder. O bloco de poder que se constituiu nesse contexto reproduzia e ditadura e conjugava e reconjugava os interesses do imperialismo com os interesses das classes dominantes no país (IANNI, 1981).

É evidente que o êxito histórico relativo, alcançado pela burguesia brasileira, embora possua uma base estrutural [...], só alcança eficácia prática a curto prazo. [...] Ele deu e continuará a dar, por algum tempo condições para que as classes e os estratos de classe burgueses possam formular e aplicar uma política global, que produzirá efeitos estruturais e dinâmicos de médio e longo prazos. O poder burguês está alcançando e continuará a alcançar, assim, os objetivos imediatos que provocaram a sua crise e exigiram uma reordenação da ordem burguesa em direções autocráticas, autoritárias e totalitárias (FERNANDES, 1981, p. 320).

Dessa forma, considera-se que a instauração do golpe autocrático burguês se constituiu numa contrarrevolução preventiva, a fim de manter as bases de dependência ao capital externo, aprofundando a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas.

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas ideias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização (CHAUÍ, 2001, p. 41-42).

Segundo Ianni (1981), a ditadura formou-se e desenvolveu-se como contrarrevolução, sendo uma resposta da grande burguesia financeira e monopolista, associada a setores da classe média, da Igreja, de militares, dentre outros, ao ascenso político da classe operária e do campesinato.

Conforme analisa Prado Júnior (2012), principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, as forças revolucionárias no Brasil vinham adquirindo impulso considerável, não somente em termos de acúmulo de potencialidades, mas enquanto consciência coletiva do processo em curso. O nome “revolução”, dado ao golpe de 1964, não foi por acaso ou por simples exibicionismo, mas por saberem da ressonância popular da expressão e a penetração que esta tem em largas camadas da população.

A contrarrevolução burguesa embutida no golpe de Estado de 1964 e na ditadura militar formada desde essa ocasião expressa o desenvolvimento e – talvez – o encerramento da revolução burguesa no Brasil. Vistos em perspectiva histórica ampla, o golpe e a ditadura assinalam não apenas uma ruptura drástica e brutal do processo

democrático burguês na história recente da sociedade brasileira, mas assinalam também o que pode ser uma manifestação derradeira do tipo de predomínio que a burguesia nacional e imperialista tem conseguido manter sobre o povo, a sociedade civil, o cidadão e, principalmente, os operários e camponeses (IANNI, 1981, p. 203).

É então a partir desse contexto que ocorreu a maturação da inserção do Brasil na dinâmica monopólica mundial, mantendo-se os traços de heteronomia e dependência do capitalismo nacional. De acordo com Netto (2008), o Estado autocrático burguês instalado a partir de 1964 conduziu um modelo de “modernização conservadora”, beneficiando grupos nacionais específicos e o grande capital internacional.

De acordo com Fernandes (1981), a dominação burguesa criou e aperfeiçoou a versão do “capitalismo selvagem” que cabia aos países de periferia, o “capitalismo possível”, sendo este um capitalismo cuja realidade é a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de minorias burguesas ricas e suntuosas, bem como de nações imperialistas ricas e poderosas.

Netto (2008) afirma que o Estado erguido no pós-1964 tinha a finalidade de assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, com uma funcionalidade econômica e política, intervindo diretamente na economia, com o papel de repassador de renda para os monopólios e mediando conflitos setoriais e intersetoriais em benefícios das corporações transnacionais. Essa funcionalidade econômica e política do Estado é que determinava simultaneamente as suas bases sociais de apoio e recusa.

[...] ele é *antinacional e antidemocrático*; o sistema de mediações que ele efetiva só se viabiliza na escala em que amplia e aprofunda a heteronomia (traço antinacional), mas, prejudicando um larguíssimo espectro de protagonistas de *todas* as classes, deve, para exercer seu poder, privá-los de mecanismos de mobilização, organização e representação (traço antidemocrático). A exclusão é a expressão política do conteúdo econômico da heteronomia (NETTO, 2008, p. 29).

Segundo Netto (2008), naquele período houve diversas mudanças nas modalidades de intervenção e (auto) representações que caracterizavam a profissão desde o início dos anos de 1950. O tradicional grande empregador de assistentes sociais (Estado) reformulou as estruturas nas quais estes profissionais se inseriam, a partir de 1966-1967, alterando de cima para baixo as instituições e aparatos governamentais através das quais se interfere na questão social.

A partir dessas modificações, altera-se também o perfil profissional requisitado pelo mercado de trabalho, passando-se a exigir assim um profissional “moderno”, que substitua os traços “tradicionais” por procedimentos “racionais” (NETTO, 2008, p. 123).

Para além das novas demandas postas pelo mercado, ocorre também a entrada do Serviço Social nas universidades, o que possibilitou um diálogo mais próximo com outras profissões e a aproximação ao marxismo, mesmo que em um primeiro momento sem recorrer a fontes originais, devido à repressão imposta. Nas palavras de Netto (2008, p. 127): “é nesse contexto que se desenvolve a renovação do Serviço Social: ele fornece as balizas históricas-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país”.

Netto (2008) afirma que a renovação foi um processo no qual, no marco das constrições da autocracia burguesa, renovou-se o conjunto de características novas que o Serviço Social articulou, implicando na construção de um pluralismo profissional radicado em procedimentos diferentes que embasavam a legitimação do exercício profissional e a validação teórica, bem como as matrizes teóricas nas quais elas se baseiam.

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro se desenvolve entre as décadas de 1960 e 1980, e apresenta distintas direções e/ou projetos para a profissão, sendo caracterizadas por Netto (2008) como perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo ou vertente fenomenológica; e a intenção de ruptura, que serão apresentadas a seguir.

### **3.3 As vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro**

Conforme apresentado anteriormente, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro apresentou três direções distintas. A perspectiva modernizadora constituiu-se como a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, tendo como objetivo adequar o Serviço Social às exigências postas naquele contexto histórico, sem romper com as bases conservadoras da profissão.

Segundo Netto (2008), havia um esforço nessa perspectiva para adequar a profissão, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais, às exigências colocadas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-1964. O núcleo central dessa perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento.

A vertente modernizadora se caracteriza pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas de matriz positivista, buscando repensar e modernizar o Serviço Social. Para Netto (2008, p. 155), o caráter modernizador dessa

perspectiva referia-se ao fato de aceitar “como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites”, o que confere um cariz tecnocrático ao Serviço Social no país.

De acordo com Yazbek (2009a, p. 149), para se alcançar os objetivos propostos pela vertente, busca-se na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais os recursos necessários. Trata-se de um “projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que deve nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional”.

Ela emerge no encontro de Porto Alegre, realizado em 1965, mas firma sua formulação com os resultados do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social”, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)<sup>34</sup>, ocorrido em 1967, na cidade de Araxá (MG), desdobrando-se nos trabalhos do segundo evento, também patrocinado pelo CBCISS em 1970, em Teresópolis.

Tal perspectiva não se esgota somente nos documentos supracitados, mas também a partir de inúmeros trabalhos desenvolvidos por profissionais e docentes. Segundo a proposta apresentada pela vertente, o Serviço Social, no documento de Araxá, “se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, sendo que “tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986, apud NETTO, 2008, p. 167). Nesse sentido, constata-se que a partir dos direcionamentos colocados, seria necessário haver o processo de desenvolvimento pensado globalmente, o que levaria a necessidade de mudanças na profissão, rompendo com o tradicionalismo e passando a recorrer a procedimentos modernos.

De acordo com Netto (2008, p. 165), nos documentos de Araxá e Teresópolis “se alcançou a mais expressiva síntese de um dado modo de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro”. A vinculação desses documentos à ideologia das políticas de desenvolvimento era algo pacífico, inclusive para os profissionais que os elaboraram. A problemática do desenvolvimento se colocava como um dilema central para a vida dos brasileiros, impulsionada por projetos experimentais que contavam muitas vezes com a colaboração de governos e agências internacionais.

---

<sup>34</sup> De acordo com Bravo et al. (2019), o CBCISS é uma instituição extrauniversitária que marcou a instância da formação profissional, definido principalmente por iniciativas de natureza normativa-legal.

É a esta concepção desenvolvimentista que se conecta a perspectiva renovadora configurada nos documentos de Araxá e Teresópolis: o processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as normas dadas de inserção na econômica capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além, naturalmente, da sincronia de “governos” e “populações” –, com uma consequente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em “problemas econômicos e sociais” (NETTO, 2008, p. 166-167).

Netto (2008) afirma que todo o escopo do documento de Araxá foi construído de forma consensual a partir das reflexões dos assistentes sociais presentes naquele momento. O documento ia na direção do rompimento do condicionamento da atuação profissional ao uso exclusivo dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, com a revisão de seus elementos constitutivos e a incorporação de novos métodos e processos, o que seria a ruptura com a exclusividade do tradicionalismo. No entanto, para o autor, o que ocorre realmente não é o rompimento, mas a captura do tradicional sobre novas bases.

O Serviço Social é considerado pelo documento de Araxá (CBCISS, 1986, p. 19), a partir de sua evolução, como uma prática institucionalizada, que “caracterizou-se pelo desempenho de papéis relacionados com disfunções manifestadas no nível do indivíduo sob formas de desajustamentos sociais e ao mesmo tempo identificadas ao nível das estruturas sociais”. Naquela fase de sua evolução no Brasil, um esforço de teorização era um imperativo inadiável, que deveria ser realizado a partir da busca de análise e síntese dos seus componentes universais, de seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico social da realidade brasileira.

Na análise do documento constata-se que há a compreensão da profissão como prática institucionalizada que se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, que decorrem de estruturas sociais inadequadas. A fim de se corrigir esses desajustamentos, seria necessária a intervenção na realidade, a fim de se remover as causas que impedem ou dificultam o desenvolvimento do indivíduo, grupo, comunidade e/ou populações.

O Serviço Social deveria atuar a partir de dois níveis, um de microestrutura, intervindo em causas inseridas em sua esfera operacional, de administração e prestação de serviços diretos, e o outro de macroestrutura, quando participava da correção de causas que transcendiam a sua possibilidade de ação direta ou isolada (CBCISS, 1986).

Como técnica, o Serviço Social dispunha de uma metodologia de ação que utilizava diversos processos: de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, considerados até o momento como o “modus operandi” da profissão em sua intervenção na realidade social, sendo



que só a partir daquele momento é que se iniciou a utilização também de processo de trabalho com a população de maneira mais sistematizada (CBCISS, 1986).

Segundo o documento (CBCISS, 1986, p. 31), ao analisar a natureza dos diferentes níveis de atuação, inferiu-se que estes eram de duas categorias, sendo o primeiro nível de microatuação e o segundo de macroatuação. O nível de microatuação era “essencialmente operacional, compreendendo as funções de Serviço Social aos níveis de administração e prestação de serviços diretos”. Compreendia “a prestação de serviços diretos, através dos processos de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade e Processos de trabalho com populações”, sendo este último também empregado a partir daquele momento ao nível de macroatuação, exigindo a elaboração de sua metodologia e estratégia de ação.

Já o nível de macroatuação compreendia a integração das funções do Serviço Social ao nível de política e planejamento para o desenvolvimento, integração esta que supunha “a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infraestrutura social. Ao nível de macroatuação o “modus operandi” do Serviço Social consistia em “a) participar de todas as fases de programação para o macro plano; b) formular metodologia e estratégia de ação para elaborar e implantar política social; c) planejar e implementar a infraestrutura social” (CBCISS, 1986, p. 32).

Netto (2008) analisa que o documento delimitava o campo da macroatuação do Serviço Social com o que subvertia o tradicionalismo. O fulcro renovador apontado pelo Documento de Araxá, e que poderia ser considerado como ponto arquimédico, referia-se ao fato de a demanda da macroatuação comandar todas as reflexões substantivamente novas do documento em face ao passado profissional.

Ainda segundo o autor, “posta a necessidade de combinar a micro e a macroatuação, seus autores veem-se compelidos a indicar a ‘utilização adequada’ – quer em face desta combinação, quer em face da ‘realidade brasileira’ – dos ‘processos’ de Serviço Social”. É notável no documento a recuperação sistemática do Caso, do Grupo e do Desenvolvimento de Comunidade, desde que funcionais à mudança e ao desenvolvimento, o que se coloca como questão, portanto é a determinação do que seja (NETTO, 2008, p. 173).

Segundo o documento, o permanente desafio à atuação do Serviço Social era o desenvolvimento harmônico do homem, que exigia que sua adequação à realidade fosse uma constante. Para as transformações necessárias ao desenvolvimento, seria exigida uma ampla e consciente participação do próprio homem, que era considerado como o sujeito e objeto do Serviço Social. Disso decorria a necessidade de um trabalho cientificamente embasado, que

fundamentasse uma sistemática realista e eficaz à nova estratégia do Serviço Social, a fim de atingir seus objetivos (CBCISS, 1986).

Segundo Netto (2008), embora expressamente preocupado com uma teorização do Serviço Social, o Documento de Araxá não a enfrenta explicitamente, sendo de fato impossível localizar nele uma concepção teórica objetivada sobre a profissão. O que ocorre na realidade é uma redução da teorização a uma abordagem técnica e operacional, que vem determinada por duas ordens de razão. Primeiramente porque não se registrou um consenso entre atraso e modernização na caracterização teórica da profissão, o que obrigou o grupo a abandonar qualquer discussão acerca da posição do Serviço Social no quadro dos conhecimentos humanos. Em segundo lugar, só é possível o acordo quando se coloca no centro da reflexão o perfil interventivo da profissão, o que levou à consensualidade de tomar a profissão como uma técnica social.

De acordo com Netto (2008, p. 176), a subsunção modernizadora se efetiva deixando imprecisas as determinações macroscópicas, nas quais os confrontos não permitiriam acordos sem problemas de fundo e tratando de esgotar a concepção teórica na operacionalidade técnica. Esse artifício, no entanto, não é capaz de escamotear a teoria, visto que “se ela vem revestida pela tecnicidade, não está devidamente cancelada”, mas ao contrário, “existe uma clara dominância teórica a enformar o Documento de Araxá”, que é o referencial estrutural-funcionalista.

As “disfunções” colocam-se como objeto de intervenção justamente porque o equilíbrio dinâmico do sistema guarda potencial para corrigi-las (e mesmo preveni-las). As dissincronias no ritmo de mudanças nos vários subsistemas, ainda que não totalmente previsíveis e controláveis, mostram-se equacionáveis como campos de processos que são passíveis de programação corretiva. O paradigma, sem qualquer dúvida, é extraído das teorias da ação social, pensada enquanto intervenção reguladora sincronizada à dinâmica nuclear do conjunto do sistema e guiada por uma intencionalidade cujos valores o incorporam (ao sistema) como tal (NETTO, 2008, p. 177).

Netto (2008) afirma então que a ausência de uma explicitação teórico- metodológica rigorosa não equivale a uma ausência de orientação teórico-metodológica. Sendo assim, na afirmação da perspectiva modernizadora, a composição de orientações teórico-metodológicas e ideoculturais diversas se garante em indicativos prático-operacionais que não deixam de conter feixes de colisões.

Se o Documento de Araxá apresentou um texto orgânico, expressando o que emergiu de consensual entre os seus formuladores, o Documento de Teresópolis possui características

diferentes, sendo organizado a partir dos relatórios elaborados pelos dois grupos de estudo nos quais os participantes foram divididos.

O temário do Seminário de Teresópolis foi elaborado a partir de três pontos, sendo eles a fundamentação da metodologia do Serviço Social; a concepção científica da prática do Serviço Social, dividido em *conhecimentos científicos que embasam a prática do Serviço Social* e a *apreciação dos critérios e das tendências que vêm orientando a formulação da metodologia do Serviço Social*; Aplicação da metodologia do Serviço Social, também dividido entre *teorias que fundamentam o diagnóstico e técnicas para sua elaboração* e *teorias fundamentam a intervenção e técnicas para sua elaboração* (CBCISS, 1986).

O primeiro tema foi debatido a partir de três trabalhos<sup>35</sup> preparatórios para o Seminário; no entanto, segundo a análise de Netto (2008), é a produção de Dantas que mais influenciou a vertente, precisamente por se mostrar como um perfeito produto da modernização do Serviço Social.

Netto (2008), analisando a obra de Dantas, afirma que este defendia uma tese de que a prática do Serviço Social necessitava desenvolver-se e adquirir um nível mínimo de cientificidade. Para Dantas o método profissional seria um método científico aplicado e era constituído por duas categorias básicas, sendo elas o diagnóstico e a intervenção planejada.

Na análise de Dantas, o método não passava de um jogo de ordenações formais, envolvendo a matéria e os critérios utilizados para imprimir ordenação a essa matéria. Suas análises eram vinculadas a uma racionalidade empobrecida do neopositivismo, bem como estava presente a formal assepsia ideológica da cientificidade, na qual as problemáticas ideológicas são escamoteadas, havendo deslocamento para o terreno burocratizado da instrumentação técnico-profissional (NETTO, 2008).

Netto (2008) afirma que, para Dantas, o objeto de intervenção do assistente social seriam as situações sociais problemas, que surgiam com o processo de desenvolvimento. A intervenção micro e macro seriam definidas, respectivamente, pela existência ou não de relação direta entre o profissional e seus sistemas clientes.

De acordo com Netto (2008), há uma recuperação da metodologia profissional tradicional, de caso, grupo e comunidade, que eram redefinidos devido às novas requisições tecnocráticas do contexto histórico.

---

<sup>35</sup> Os três trabalhos debatidos foram:

— Introdução às Questões de Metodologia — Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social, elaborado por Suely Gomes Costa.

— Teoria Metodológica do Serviço Social, uma Abordagem Sistemática, elaborado por José Lucena Dantas.

— Bases para Reformulação da Metodologia do Serviço Social, elaborado por Tecla Machado Soeiro.

O procedimento é engenhoso: Dantas, nesta redefinição conserva a legitimação das práticas tradicionais, mas as amplia largamente, inserindo no seu marco (e/ou possibilitando a inserção de) *práticas suscetíveis de serem comandadas pelas exigências do processo da “modernização conservadora”* (NETTO, 2008, p. 185, grifos do autor).

As elaborações de Dantas foram então de importância central para o desenvolvimento da perspectiva modernizadora, conferindo organicidade teórica de fundo estrutural-funcionalista, no entanto eclética, embasando a angulação desenvolvimentista, a partir da qual o assistente social teve de se adaptar à tecnoburocracia, até então ausente.

No que concerne aos pontos restantes do temário, houve uma diferença na forma como os grupos trabalharam, ou seja, o Grupo A se aprofundou mais no Tema 2, e o Grupo B seguiu fielmente o esquema proposto. A diversidade nas formas como os trabalhos foram conduzidos impossibilitou a fusão dos dois relatórios apresentados (CBCISS, 1986).

As discussões realizadas pelo grupo A no estudo do segundo tema foram norteadas principalmente por Leuret. O grupo desenvolveu os estudos a partir de cinco etapas, sendo elas: levantamento de fenômenos significativos observados na prática do Serviço Social; levantamento das variáveis significativas para o Serviço Social nos fenômenos observados; levantamento das funções correspondentes às variáveis abordadas; redução das funções identificadas e, finalmente, classificação dessas funções (CBCISS, 1986).

Para o grupo, a análise das funções do Serviço Social conduziria ao estudo de sua metodologia nas seguintes hipóteses: quando se verificava que as funções identificadas eram todas elas de intervenção, sendo que mesmo aquelas classificadas como de pesquisa, referiam-se “à pesquisa de necessidades e de métodos de intervenção”; quando se identificava que as variáveis de uma só necessidade determinavam a importância da atuação nos níveis micro e macro; e quando se constatava a interdependência entre fenômeno e variáveis, visto que as variáveis se repetiam e o mesmo dado aparecia ora como fenômeno, ora como variável (CBCISS, 1986).

O papel do Serviço Social na sociedade brasileira, naquele estágio de desenvolvimento, foi considerado pelo grupo como um fenômeno significativo, que não poderia ser esquecido na prática profissional. O “problema do método” era interpretado como indissociável da questão do objeto, visto que a partir da análise das funções, ficava evidente que as variáveis (objeto de intervenção do Serviço Social) configuravam situações sociais problema dentro de um quadro de subdesenvolvimento (CBCISS, 1986, p. 64).

Em relação ao tema três, o grupo A fez um estudo a partir de 10 itens, divididos entre itens da investigação-diagnóstico e itens da intervenção, que permitiram a formulação da sequência do procedimento metodológico de intervenção do Serviço Social.

Segundo a análise do grupo, os procedimentos metodológicos que não tinham por objetivo a intervenção, mas que visassem “à verificação da validade dos conhecimentos do Serviço Social e/ou a produção de novos conhecimentos com vistas à formação de sua teoria, conduziam a investigações científicas em Serviço Social” (CBCISS, 1986, p. 69).

De acordo com Netto (2008), o grupo reiterava em sua análise a necessidade de uma visão global, tendo em vista tanto o enquadramento dos fenômenos a partir do princípio da causalidade circular acumulativa de Myrdal, quanto à moldura do subdesenvolvimento.

Em relação ao grupo B, no tema dois, concluiu-se que a apreciação da metodologia do Serviço Social não poderia ser feita exclusivamente a partir do critério de identificação do sistema-cliente, ou unidade-cliente, visto que se compreendeu que esse critério limitava a questão quase exclusivamente ao nível da prática direta, impedindo que se considerassem válidos outros níveis de atuação. Dessa forma, concluiu-se que embora tal enfoque de análise fosse válido, deveria ser considerado como parte de um esquema mais amplo, no qual se distinguíssem os diversos níveis de atuação do Serviço Social (CBCISS, 1986).

De acordo com a análise do grupo, a categoria “níveis de atuação” seria considerada como um dos critérios válidos para a especificação dos métodos de Serviço Social, e as distinções dos níveis em micro e macro, conforme proposto no Documento de Araxá, seriam então uma abordagem adequada.

Quanto ao tema três, o grupo considerou o planejamento como o procedimento que orienta a tomada de decisões políticas racionais, com vistas ao desenvolvimento. Dessa forma, concebia o planejamento como um processo integrado e interdisciplinar, no qual a disciplina do Serviço Social estaria incluída. O papel do Serviço Social nesse processo desdobrava-se na sua presença efetiva nas etapas técnicas de elaboração de plano e de estabelecimento da população no planejamento, a partir de suas organizações representativas. O processo de planejamento seria então composto de quatro etapas sucessivas, sendo elas de natureza política, técnica, administrativa e técnico-administrativa (CBCISS, 1986).

Nesse ponto, o grupo elaborou ainda algumas conceituações a fim de auxiliar o desenvolvimento dos estudos: a de diagnóstico, considerado como o “conjunto de operações visando à coleta e à interpretação de dados, à luz de hipóteses para determinação dos objetivos dos programas, metas e projetos”, e a de intervenção, compreendida como o “conjunto de

operações administrativas visando à execução e à avaliação de resultados” (CBCISS, 1986, p. 90).

Uma das preocupações consistiu em fornecer uma indicação do conjunto de disciplinas sociais que poderiam subsidiar a intervenção em cada nível de atuação, quais sejam, a prestação direta de serviços; a administração de serviços sociais e o seu planejamento. Outro ponto de preocupação indicado foi a necessidade de sugerir a adoção de procedimentos metodológicos, tanto em fases de conhecimento, quanto em fases de ação (NETTO, 2008).

Segundo Netto (2008, p. 188), nos relatórios dos dois grupos, apesar de suas diferenças, havia um denominador comum:

a “concepção científica da prática do Serviço Social” é assumida como uma intervenção (1) sobre elementos intelectualmente categorizados da empiria social, (2) ordenada a partir de variáveis de constatação imediata e (3) direcionada para generalizar a integração na modernização (entendida como já era posta em Araxá: como sinônimo de superação do subdesenvolvimento).

É a partir do Documento de Teresópolis que a perspectiva modernizadora alcança seu ponto mais alto, com um nítido avanço em face dos resultados que o Documento de Araxá consagrou. O que se cristalizou com o documento foi a determinação precisa do papel do assistente social como um real funcionário do desenvolvimento, em detrimento da retórica que o situava como agente desse processo. Ao situá-lo como funcionário do desenvolvimento, o documento realizava tanto uma redução quanto uma verticalização do saber profissional (NETTO, 2008).

Essa redução estava ligada à própria condição funcionária do profissional, segundo a qual este era “investido de um estatuto básico e extensamente executivo”, “mas longe de atribuições terminais e sem subalternidade”. Já a verticalização compreendia “precisamente a apropriação ideal de um elenco mais operativo de técnicas de intervenção, com a consequente valorização da ação prático-imediata” (NETTO, 2008, p. 192).

Netto (2008) afirma que a perspectiva modernizadora, até meados dos anos 1970, imantava indiscutivelmente a reflexão profissional, momento em que teve sua hegemonia, em um plano ideal, colocada em questão. A dinâmica sociopolítica e cultural da autocracia burguesa e seus rebatimentos no Serviço Social contribuíram para reduzir sua expressão na (auto) representação dos assistentes sociais.

De uma parte, seu conteúdo reformista não atendia às expectativas do segmento profissional que se encontrava articulado às mais antigas tradições, resistia ao movimento de laicização e se recusava a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos assumidos pela

profissão. Esse segmento, de extração e vinculação católica, privilegiava os componentes mais conservadores da tradição profissional, e era resistente às inovações introduzidas pela perspectiva modernizadora, com seu empenho em legitimar-se como profissão, assimilando parâmetros e referências teórico-metodológicas do pensamento estrutural-funcionalista. De outra parte, o traço conservador e a proximidade com a ditadura fizeram com que essa vertente fosse incompatível com os segmentos mais críticos da categoria (NETTO, 2008).

Assim como os Seminários de Araxá e Teresópolis representam o momento ascendente da modernização conservadora, os Seminários do Sumaré e Alto da Boa Vista representam seu deslocamento.

A reatualização do conservadorismo, segunda vertente do processo de renovação, se consolidou a partir dos Seminários do Sumaré e do Alto da Boa Vista, também promovidos pelo CBCISS em 1978 e 1984, respectivamente. A vertente se colocava como opção entre as discussões realizadas pelo grupo da modernização, de base positivista-funcionalista, bem como as que vinham sendo construídas por um outro grupo, que se propunha romper com o Serviço Social tradicional, de base marxista.

Inspirada na fenomenologia, priorizando as concepções de pessoa, diálogo e transformação social, essa vertente recuperava os elementos mais tradicionais da profissão, reatualizando o conservadorismo presente em seu pensamento inicial. O que se constata, porém, é que o alcance dos seminários de Araxá e Teresópolis não é encontrado nesse novo contexto.

Ainda que considere o panorama diverso do final do decênio de setenta (quando se realiza o encontro do Sumaré) e o dos primeiros anos da década de 1980 (quando ocorre o do Alto da Boa Vista) – vale dizer: tomando em conta o *caráter datado* dos eventos em tela –, as elaborações e preocupações que tiveram curso nos dois colóquios possuíam traços tais que as tornavam muito pouco aptas para galvanizar a atenção das vanguardas profissionais emergentes. Esses traços podem ser resumidos se se alude ao seu denominador comum: a extrema *pobreza teórica* que exibiam, em comparação com a discussão simultaneamente operada nos foros acadêmicos, culturais, e políticos da profissão e fora dela (NETTO, 2008, p. 197, grifos do autor).

O Seminário do Sumaré organizou-se a partir de documentos-base produzidos por dois grupos de profissionais, um do Rio de Janeiro<sup>36</sup> e o outro de São Paulo<sup>37</sup>, bem como por meio

<sup>36</sup> Segundo o documento de Sumaré (CBCISS, 1986) foram representantes do grupo do Rio de Janeiro: Ana Luiza de Lyra Vaz; Anna Augusta de Almeida; Balbina Ottoni Vieira; Celina Magalhães Ellery; Dulce Malheiros Araújo; Ilda Lopes Rodrigues da Silva; Maria Adelaide Ferreira Gomes; Maria Aparecida Barbosa Marques; Maria Augusta de Aguiar Ferraz Temponi; Maria Cristina Salomão de Almeida; Maria da Glória Nin Ferreira; Maria Durvalina Fernandes Bastos; Maria Elvira Rocha de Sá; Maria Júlia Nin Ferreira; Maria Luiza Testa Tambellini; Maria Madalena do Nascimento; Maria Teresinha Bruzzi de Andrade; Marisa Alves de O. Senn; Regina Marconi Franco; Tecla Machado Soeiro.

<sup>37</sup> Segundo o documento de Sumaré (CBCISS, 1986) foram representantes do grupo de São Paulo: Arcelina Ribeiro de Araújo; Décio da Silva Barros; Denise M. F. P. Delgado; Evaldo A. Vieira; Geraldo Pinheiro Machado;

de conferências. A proposta do seminário era debater três temas básicos: a relação do Serviço Social com a cientificidade, com a fenomenologia e com a dialética.

Constata-se, no Documento de Sumaré, que o procedimento científico seria ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia e elaboração de uma norma. Para se chegar ao verdadeiro conhecimento da realidade, seria necessário captá-la em sua própria produção, considerar a ação nela mesma, em sua efetuação, e não em seus efeitos (CBCISS, 1986).

Em relação ao Serviço Social, o grupo partiu das elaborações de Howard Goldstein<sup>38</sup>, que tinha a preocupação de classificar os conhecimentos aplicáveis na moderna prática do Serviço Social a partir de quatro grandes níveis: os conceitos gerais, da mais alta ordem de abstração, e que servem para organizar e expandir percepções; os conceitos funcionais, de natureza mais específica, e que decorrem da compreensão de fenômenos particulares; estratégias, consideradas como guias para uma eficiente e efetiva aplicação de conhecimento em determinadas situações e; estratégias, que seriam operações táticas, procedimentos explícitos empregados em relação a problemas ou tarefas específicas, dentro de limites particulares (CBCISS, 1986).

De acordo com o documento, no Serviço Social, caso os aspectos epistemológicos e teóricos fossem negligenciados em proveito apenas de uma manipulação de técnicas, a discussão sobre a cientificidade do Serviço Social se encerraria antes mesmo de se iniciar. O grupo considerou então que o conhecimento de Serviço Social só poderia ser produzido a partir da conceituação de seu objeto formal (CBCISS, 1986).

De acordo com a análise feita no segundo documento, o Serviço Social se constituiria como uma prática ou disciplina profissional, por possuir um corpo de conhecimentos em relativo grau de sistematização referente a seus componentes básicos – valores, ideologias, princípios filosóficos e éticos –, que norteariam a ação profissional; objetivos ou finalidades que se propunham a alcançar e, se fossem intencionados, postulariam posicionamentos; conhecimentos sobre os fenômenos objeto da ação; método de ação na realidade e processos técnicos apropriados e; atitudes e habilidades relacionadas ao sentir e agir profissionais (CBCISS, 1986).

---

Helena Iracy Junqueira; J. Luiz G. Paixão; Jocelyne Louise Chamuzeau; José Pinheiro Cortez; Maria Carmelita Yazbek; Maria Cecília Zilioto; Maria do Carmo B. Falcão; Maria Ignez Bernardes Pinto; Maria José T. Peixoto; Maria Lúcia Carvalho da Silva; Maria Lúcia Martinelli; Mariângela Belfioso; Mário da Costa Barbosa; Nelson José Suzano; Pedro Malheiros; Suzana A. R. Medeiros; Vicentina Velasco.

<sup>38</sup> De acordo com Netto (2008), o grupo não assumiu formalmente a posição de Goldstein, bem como a remissão a ele tirava de cena o questionamento da tradição profissional de raiz funcionalista, que era a razão medular do debate emergente.



O Serviço Social, na condição de prática ou disciplina profissional, perseguiria “um comportamento progressivamente científico, visando a que a sistematização de seus conhecimentos e ação se torne cada vez mais coerente, orgânica, consistente e objetiva”. O comportamento científico perseguido seria, nas considerações do grupo, “tão somente um meio e não um fim em seu processo de construção” (CBCISS, 1986, p. 140).

O grupo defendia ainda que o Serviço Social não se atrelasse a uma única abordagem filosófico-científica, visto que todas se fundamentavam em uma dada visão e compreensão de homem e mundo. Para além dos valores científicos compreendidos como prática e disciplina profissional, o Serviço Social teria, dessa forma, sua ação impregnada de valores que transcenderiam os valores científicos, decorrentes de uma concepção de homem e de sociedade. Considera-se, nesse sentido, que o aspecto ideológico seria parte integrante do Serviço Social, visto que a direção social para qual sua ação transformadora era orientada pressupunha sempre uma opção ideológica.

O compromisso filosófico, ideológico, valorativo e científico do Serviço Social com o ser humano implica necessariamente um contínuo diálogo despreconceituoso e aberto que permita chegar a um esquema conceptual que sirva de parâmetro para orientar sua ação profissional a respostas operacionais válidas face à problemática de uma determinada realidade social (CBCISS, 1986, p. 143).

Sendo assim, a partir do Documento do Sumaré, o objeto do Serviço Social se configuraria a partir da análise das conjunturas de cada sociedade, que constituía um elemento histórico a ser cruzado com os elementos teóricos elaborados, tendo como referência a ação profissional e seus resultados (CBCISS, 1986).

Em relação ao Documento do Alto da Boa Vista, constata-se que há um lapso temporal de quatro anos entre a realização do Seminário e a elaboração daquele, sendo publicado somente em 1988, com a organização das conferências e trabalhos apresentados. Em um primeiro momento do documento, são apresentadas as sete conferências que nortearam as discussões no Seminário. Primeiramente apresentou-se a discussão de Francisco Martins de Souza acerca da problemática autoritária no Brasil, a partir da qual o autor defendia a necessidade de um Estado interventor no país até que a sociedade estivesse suficientemente amadurecida para assumir seu papel; só então, defende Souza, poderia existir um Estado democrático liberal, que para o autor seria o Estado Mínimo.

Na segunda conferência, Leandro Konder tratou de aspectos da história do marxismo no país, defendendo a ocorrência de uma distorção de sua interpretação e de algumas de suas

categorias. O autor adverte, desde o início, que a abordagem foi feita de forma limitada, indicando inclusive seu posicionamento favorável ao pensamento de Marx.

Já Henrique Batista da Silva Oliveira se propôs a tratar do positivismo no Serviço Social. O autor teve a preocupação de trazer alguns elementos da obra de Augusto Comte, bem como de discorrer sobre a apropriação e a difusão dessa corrente no Brasil. Observa-se, no entanto, que não houve uma reflexão sobre a relação entre a profissão e a corrente de pensamento para além dos pontos em que os fundamentos históricos do positivismo se vinculam aos fundamentos históricos do Serviço Social.

Na quarta conferência, Telma Aparecida Donzelli tematizou sobre a fenomenologia. Em sua argumentação, a autora faz uma diferenciação entre método científico e método fenomenológico. Definiu o primeiro como “a busca de uma ‘natureza’, de algo que permanece individualmente idêntico nas diversas experiências próprias a cada indivíduo, mediante a eliminação do que lhes é único e singular, isto é, do caráter propriamente fenomênico da experiência”. Já o método fenomenológico, ao contrário do científico, buscaria compreender o humano em sua especificidade de se dar como vivência. A autora defende que tanto o método científico, quanto o fenomenológico, partem da experiência, no entanto, diferentemente deste, o científico dela não deriva (CBCISS, 1988, p. 44).

Na avaliação da autora, o Serviço Social fenomenológico seria essencialmente “aquele que busca abordar os problemas sociais do indivíduo, do grupo, das instituições”, a partir do encontro do sentido originário ou “razão” que fundaria “maneiras específicas de vivenciar o mundo, permitindo compreender (não explicar) comportamentos e atuações sociais”. Donzelli defendia então que um Serviço Social fenomenológico “se ocuparia em definir ‘espaços fenomenológicos’, ou seja, ‘engajamentos’ de pessoas, de grupos ou comunidades” (CBCISS, 1988, p. 44).

Na quinta conferência, Antônio Paim dissertou sobre o estatismo e a questão social, orientado pelo positivismo, enquanto Ricardo Vélez Rodriguez, na sexta conferência, relacionou o “Estado autoritário” com as Ciências Sociais no Brasil, também a partir da influência positivista. Cílio R. Ziviani, na sétima e última conferência, abordou a tecnologia social, ancorado na teoria dos sistemas, a partir da qual buscou relacionar psicologia social com a prática do Serviço Social.

Considera-se que, de modo geral, houve defasagem e pobreza teórica nas conferências, o que não indica que essas limitações sejam dos pesquisadores que as conduziram, mas sim do fato de que naquele Congresso as discussões realizadas estavam aquém do conhecimento alcançado até então pela categoria.

Os trabalhos apresentados por assistentes sociais no Seminário debateram o pensamento científico e o Serviço Social, assim como o Serviço Social e a cientificidade, elaborados pela mesma autora<sup>39</sup>, bem como elaboraram um balanço dos encontros regionais que debateram Araxá e Teresópolis e sobre alguns questionamentos acerca das discussões do Serviço Social segundo o método fenomenológico.

Em relação ao primeiro tema, a autora buscou traçar uma relação entre a cientificidade e os princípios profissionais, a fim de questionar os tipos de conhecimento que eles estabeleceriam e se coincidiriam ou difeririam. Em sua abordagem, indicou conhecimento científico a partir de dois níveis de análise, o epistemológico e o metodológico, buscando analisar, na tentativa de adoção desse tipo de conhecimento nas ciências humanas, alguns impasses encontrados. Tal procedimento incorreria em um risco de se construir conhecimento ilusório acerca do objetivo, visto que conferiria a qualquer prática dele decorrente um risco de outra natureza, que é o risco social. Quanto ao Serviço Social, era considerado pela autora como atividade profissional, e seus princípios<sup>40</sup> seriam a única especificidade visível, sendo o elo justificativo e toda a diversidade e multiplicidade de sua ação.

No segundo artigo, a autora indica os esforços de teorização do Serviço Social, alcançando o nível de prática refletida, que se inicia com as discussões propostas por Mary Richmond, inspirada na Psicanálise. Yahyabeyoglu defende que “quando o Serviço Social souber justificar moral e politicamente suas práticas sobre o homem e a sociedade” é que sua ação profissional se firmará coerente com seus princípios e se estabelecerá “ao nível do realmente útil”. É também no processar dessa justificativa que a profissão determinará com responsabilidade o próprio caminho na construção racional de seu conhecer. Dessa forma compreende-se que “na dialética da razão científica e da razão moral e política que essa prática voltada, em sentido largo, para o ‘bem-estar de pessoas’ deveria “se organizar como conhecimento refletido e se firmar de fato como necessária” (CBCISS, 1988, p. 87-88).

Balbina Ottoni Vieira publicou um trabalho no qual analisava os encontros regionais realizados após os Seminários de Araxá e Teresópolis. Em sua análise o Documento de Araxá tinha como referência teórica o positivismo e apresentava o Serviço Social como um tipo ideal, ou seja, como deve ser o Serviço Social, tratando-se, portanto, de um modelo conceitual. Em relação aos encontros regionais que se seguiram ao seminário, a autora destaca que apontaram

---

<sup>39</sup> Ambos os artigos foram escritos por Edna Maria Donzelli Yahyabeyoglu.

<sup>40</sup> A autora do artigo afirmava que os princípios do Serviço Social fundamentalmente afirmavam a liberdade, a autodeterminação e a participação, e permaneceram inalterados no processo de reconceitualização.

falhas e formularam indagações, por vezes ingênuas, mas que a partir deles houve um significativo progresso em relação à busca por cientificidade.

Já no Documento de Teresópolis<sup>41</sup> foi possível notar, não apenas uma mudança em relação à introdução de novos termos, mas também na exposição do assunto, “pelo emprego de uma terminologia mais científica do que a filosófica e reagindo contra certo ‘preciosismo’ terminológico” (CBCISS, 1988, p. 115). Quanto aos encontros regionais de Teresópolis, a autora afirma que não trouxeram maiores contribuições aos estudos, nem propuseram respostas aos questionamentos levantados em Araxá, o que poderia indicar que o curto espaço de tempo entre os seminários não possibilitou maiores estudos e experiências.

Marília Bini Pereira realizou uma análise em seu trabalho que correlacionava os princípios e elementos operacionais definidos no Documento de Araxá com a inserção em um espaço sócio-ocupacional, apontando os problemas nos vários níveis da empresa e as soluções apresentadas pelas chefias, bem como a forma como a profissão conduz seu trabalho profissional nesse espaço.

Anésia Souza Carvalho, em seu trabalho, elaborou algumas questões a partir das discussões realizadas no Alto da Boa Vista, para os assistentes sociais que pretendessem trabalhar o método fenomenológico na abordagem dos fenômenos, no cotidiano da profissão, indagando a quais tipos de problemas do Serviço Social caberia uma abordagem fenomenológica; qual seria a formação exigida para o exercício efetivo de uma abordagem fenomenológica em Serviço Social e; a que forma de vivenciar o mundo responde uma atividade como a do Serviço Social.

Os grupos de assistentes sociais tematizaram o Serviço Social cibernético, a consciência crítica do Serviço Social, e um deles discutiu a proposta de produção do conhecimento do próprio seminário, indicando problemas pertinentes ao evento (NETTO, 2008).

Nos trabalhos elaborados por grupos, constatou-se, quanto às argumentações que sustentavam a existência de matrizes teóricas diferentes, visto que em um trabalho as autoras afirmavam utilizarem-se da teoria dos sistemas, e nos outros dois trabalhos houve uma clara aproximação com as discussões dentro do campo marxista.

No trabalho que foi feita a discussão sobre o próprio seminário, as destacavam a baixa adesão da categoria, apontando como possíveis causas o valor da taxa de inscrição, o local de difícil acesso, a participação em horário integral, ou ainda a imagem conservadora que se tinha

---

<sup>41</sup> A autora considera a existência de dois documentos tendo em vista que os relatórios dos grupos A e B apresentados são bastante diferentes um do outro.

a respeito da entidade promotora (CBCISS), o que tenderia a afastar a categoria, em vez de estimular a participação e contribuir “por dentro” para sua renovação.

O Documento de Sumaré representa o momento histórico em que foi construído, em que já circulava um acúmulo teórico de relevância entre os assistentes sociais com uma postura crítica. É preciso considerar, no entanto, que ele representa um importante elemento dessa segunda vertente do processo de renovação. Mesmo que já houvesse um avanço crítico no Serviço Social, o documento representava o lastro conservador que permanecia (e ainda permanece) na profissão.

De acordo com Netto (2008), o lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora. Ela explorou particularmente seu vetor reformista e subordinou suas expressões às condições das novas exigências que a modernização conservadora colocou ao exercício profissional.

A perspectiva da reatualização colidiria com duas variáveis naquele contexto, sendo elas a laicização da profissão, que jogava contra o retorno aos velhos confessionalismos, e a crescente ponderação de tendências católicas que se alinhavam a uma posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros analíticos extraídos da tradição marxista, o que complicava a legitimação de operações regressivas com apelo ao antigo integrismo.

A empresa restauradora possível, portanto, deveria travar um duplo combate: deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração – supunha, *reatualizar* o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta”, e “em construção” (NETTO, 2008, p. 203, grifos do autor).

Segundo o autor, uma característica relevante dessa perspectiva é a exigência e a valorização energética da elaboração teórica. Seus documentos significativos insistem na necessidade de um esforço sistemático de produzir e/ou organizar conhecimentos para fundar as práticas profissionais. Considera-se que seja devido a tal característica que os documentos norteadores da perspectiva se preocupavam tanto com o debate sobre a cientificidade no Serviço Social (NETTO, 2008).

A crítica da vertente ao Serviço Social tradicional incidia sobre dois componentes nucleares do legado positivista incorporados à profissão, sendo eles a interpretação causalista da sociedade e a assepsia ideológica do conhecimento. Seus representantes recusavam-se a serem vistos como se seu labor teórico fosse asséptico, afirmando clara e nitidamente seus valores, que eram sintomaticamente cristãos, e seus objetivos profissionais, compreendidos a

partir do simultâneo repúdio às práticas ajustadoras e priorizando o que conotavam como transformação social (NETTO, 2008).

Para Netto (2008) é no âmbito do exercício profissional defendido por essa verdade que seu giro diante dos parâmetros próprios da modernização se assinalou. O Serviço Social era compreendido como uma intervenção que se inscrevia rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial.

Nesse sentido, a partir de um dos documentos da perspectiva, a profissão se propunha a desenvolver a consciência reflexiva das pessoas, a partir de um movimento dialético entre o conhecimento do sujeito como ser no mundo e enquanto ser sobre o mundo, em uma dimensão histórica e temporal. O Serviço Social como profissão, para atingir esses níveis de compreensão, só poderia chegar ao conhecimento do ser, se esse ser se descobrisse para o assistente social. Esse processo se dinamizaria por meio do diálogo, compreendido pelos representantes da vertente como uma forma de ajuda psicossocial.

Netto (2008, p. 207) afirma que “enquanto um dos elementos constitutivos dos avanços promovidos pela modernização conservadora constituiu precisamente em não se conformar com a limitação do âmbito profissional aos marcos da ajuda psicossocial”, o que se propõe pela perspectiva da reatualização residia “exatamente na reentronização do espaço profissional consagrado pela tradição e objeto da crítica (não importa se diplomática ou não) modernizadora”.

Em relação ao pensamento crítico dialético, a vertente mantinha uma postura discreta, o que interessava mais ao projeto de profissão defendido pela ela, que era se apresentar como uma alternativa que o excluía. Por vezes, a reatualização recorria a autores conectados ao pensamento crítico dialético, em outras parecia ignorá-los, e não estabeleceu com eles qualquer polêmica franca e frontal. No entanto, a linha de ruptura com o pensamento crítico dialético era inquestionável, devido a incompatibilidades teóricas, metodológicas e ideológicas, fundando-se elementarmente na dissolução das determinações de classe, a partir de um cariz nuclear do transclassismo (NETTO, 2008).

A partir desse direcionamento, é possível perceber, no Documento do Sumaré, a incorporação de algumas categorias presentes no debate marxista, porém a partir de outras

referências teóricas e desconsiderando o acúmulo já realizado. Esse debate pode ser percebido nas discussões sobre dialética<sup>42</sup>, práxis<sup>43</sup> e historicidade<sup>44</sup>.

De acordo com Netto (2008), ao analisar a literatura produzida pelos autores mais significativos desta vertente, que recorrem à fenomenologia, constata-se que há uma particularidade em suas produções. Em primeiro lugar, nota-se uma ausência de relação entre estes e as fontes originais do pensamento fenomenológico. O que se percebe é o recurso a fontes secundárias, a partir de comentaristas e divulgadores, de forma enviesada.

Em segundo lugar, constata-se a falta de referências às problematizações da fenomenologia; o método fenomenológico aparece como algo sem contestação, como matriz teórica em que não há críticas, polêmicas ou reservas. Não há, entre os autores dessa vertente, que se colocam como referenciados pela fenomenologia, um debate sobre as interlocuções feitas entre os autores dessa corrente de pensamento, ou entre esses autores e outros, de matrizes teóricas distintas.

A resultante é, nestas condições, um método fenomenológico que parece conformado, na ausência de confrontos, pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratário aos grandes debates da contemporaneidade – o que, obviamente, é pura ficção (ou deformação) (NETTO, 2008, p. 213).

Em terceiro lugar, a incorporação das posturas e procedimentos efetivados pelos autores da vertente levou a um empobrecimento teórico e crítico de categorias, promovendo um processo de simplificação da matriz fenomenológica.

Segundo Netto (2008, p. 215), se essas indicações estão corretas, o recurso que os representantes da reatualização do conservadorismo fizeram à fenomenologia, apesar do pioneirismo, aparecia como uma operação cujas resultantes profissionais foram necessariamente modestas. Na avaliação do autor, a apropriação de tal recurso “denota antes

---

<sup>42</sup> No documento existe, no grupo de São Paulo, a discussão de dialética vinculada ao pensamento de Hegel e coincidindo em parte a formulação da filosofia marxista; no entanto sem assumir uma posição não idealista como em Hegel, e não materialista como em Marx, conforme descrito pelo grupo. Considera-se que esse posicionamento é bastante confuso e reduz a compreensão de dialética. Já na conferência realizada por Creusa Capalbo, há a vinculação à fenomenologia, mais precisamente a elaboração realizada por Merleau-Ponty.

<sup>43</sup> A práxis é compreendida no documento como a atividade humana sobre dada realidade social. No pensamento fenomenológico, mais precisamente em Husserl, é possível encontrar como correlatas ação e reflexão, uma vez que a reflexão busca dar significação às próprias ações. Por ser humana, a práxis supõe uma ação de reciprocidade, ou seja, de diálogo, que é uma forma de enriquecer a própria ação.

<sup>44</sup> A historicidade é compreendida pelo grupo paulista a partir do pensamento hermenêutico de Dilthey, sendo considerada não apenas como a busca pelo que já se realizou, mas também o tecido da vida que se perpetua. Para o grupo o objeto das ciências humanas é histórico, visto que se encontra em devir, bem como essas disciplinas, uma vez que se desenvolvem ao mesmo tempo que a ação e o espírito humanos. Nesse sentido, o grupo considera que o conhecimento histórico é também humano.

uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados frequentemente segundo uma ética elementar e eclética”.

O procedimento em face da fenomenologia – e que não diz respeito apenas a esta matriz ou à perspectiva que estamos considerando – é o *procedimento canônico na tradição histórica do Serviço Social*: dado um quadro de referência determinado (que aqui se toma sem qualquer contextualização sócio-histórica e ideocultural e em relação ao qual é admitida explicitamente a carência de um conhecimento aprofundado [...]), dele se extraem as categorias que interessam a uma operação particular; não entram em linha de conta as mediações, extremamente complexas, entre a articulação sistemática de categorias na elaboração de uma compreensão filosófica da realidade (ou de aspectos seus) construída pelo sujeito sócio humano e sua instrumentação parametrada por exigências sociotécnicas e institucionais bem limitadas (NETTO, 2008, p. 215-216, grifos do autor).

Dentre as referências teóricas da vertente, merecem destaque as formulações feitas por Anésia de Souza Carvalho, Ana Maria Braz Pavão e Anna Augusta de Almeida. Pavão, em uma conjuntura de generalização do questionamento ao tradicionalismo e da emergência de alternativas críticas, publicou um ensaio sobre o princípio da autodeterminação no Serviço Social, tendo como referência a visão fenomenológica. Esse princípio é compreendido pela autora como pacífico e indiscutível, como fenômeno observável da prática profissional (NETTO, 2008).

Segundo Netto (2008), não havia nenhum objetivo em compreender a constituição do princípio, sua inserção no *ethos* profissional, o seu processo no interior do Serviço Social. O que havia era um dado, e a tarefa analítica consistia em pesquisar a sua essência a partir de sua condição fenomenal. Para além disso, a autora desconsiderava toda a literatura crítica em face do tradicionalismo. Dessa forma, não foi realizada em sua análise nenhuma ruptura com as bases ideoculturais que suportavam tradicionalmente o princípio, que passou a ser formulado por ela com uma ênfase personalizada que convergia o humanismo cristão abstrato, o diálogo e o amor, permanecendo incógnita a diferença entre a formulação tradicional e a nova atitude proposta.

Por sua vez, Carvalho, diferentemente de Pavão, comportava elementos interessantes e fecundos em sua proposta, no entanto inscritos em um enquadramento cujo potencial de instrumentação conservadora parecia, para Netto (2008), extremamente ponderável. Sua fonte básica era Merleau-Ponty, o que responde em grande parte pelos componentes valiosos de seu trabalho.

Netto (2008) considera que essa aproximação foi feita com algumas debilidades, visto a imediatividade e a seletividade com que ela se operou, conduzindo a autora



a estabelecer nexos muito unívocos, diretos e mesmo mecânicos não só entre o processo profissional de que trata (entrevista) e o pensamento de Merleau-Ponty, mas entre este e todo o quadro profissional do assistente social em passos que só se justificam através de um verdadeiro fórceps intelectual (NETTO, 2008, p. 222).

O ensaio de Carvalho objetiva realizar a ultrapassagem da entrevista como se constituía pela perspectiva clássica do Serviço Social, dicotomizando sujeito e objeto, fundamentado pelo pensamento causal, superando-o mediante a metodologia fenomenológica (NETTO, 2008).

Para o autor, a proposta metodológica de Carvalho superou em grande medida o psicologismo próprio da dita entrevista clássica; no entanto, mostrou-se muito adequada para cristalizar o patamar no qual o psicologismo era apenas uma expressão metodológica e técnica possível, qual seja, o da centralização do exercício profissional circunscritos à dinâmica individual do cliente (NETTO, 2008).

Tanto o ensaio de Pavão, quanto o de Carvalho, pela natureza de seus objetivos restritos, não ofereceram uma visão mais ampla das características globais pertinentes à perspectiva da reatualização do conservadorismo. Eles avançam em vias determinadas, mas não a desenham em sua extensão e alcance plenos (NETTO, 2008).

Para Netto (2008, p. 227), o objetivo profundo da reatualização do conservadorismo era de cancelar as formas particulares de que a profissão se investiu até a década de 1960, (re)legitimando-as, bem como as constelações ideológicas que a norteavam, “redimensionando-as de modo tal que elas se rerepresentem, sem modificações substantivas, como alternativas mais adequadas e contemporâneas quer à ‘natureza’ da profissão, quer às demandas do ‘homem’”. Na avaliação do autor, esse é o desenho construído na obra de Almeida, na qual formulou a sua “nova proposta”.

O que tornou seu trabalho peculiar foi sobretudo “o empenho em pensar globalmente o Serviço Social, sem a limitação posta pela ênfase em um ou outro aspecto da sua realidade”. Nesse sentido, compreende-se que “cabe à autora a formulação seminal desta vertente no processo de renovação do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2008, p. 227).

Conforme análise de Netto (2008) a concepção de Almeida de constituição profissional era rigorosamente tradicional, não incorporando nenhuma das problemáticas relativas às lutas de classes, às formas de manipulação ideológica, à divisão sociotécnica do trabalho, ao Estado, dentre outros, as quais, entretanto, vieram à tona, com maior ou menor consistência, na contribuição valiosa que creditou ao grupo da reconceituação. Ao contrário, por meio de um desdobramento da velha corrente de (auto)representação profissional, ela fundou o estatuto

profissional do assistente social em uma metodologia, produto de modelos construídos pelos próprios assistentes sociais.

A contribuição de Almeida tratava-se, de acordo com Netto (2008, p. 232), de uma elaboração derivada “expressamente do solo do pensamento conservador, absolutamente conforme às mais consagradas tradições do Serviço Social de extração católica”. É a partir desse solo original que se pode dimensionar a contribuição de Almeida a partir do duplo combate travado pela perspectiva da reatualização do conservadorismo, “a polêmica contra as tendências da modernização, de um lado, e a luta contra as incidências da tradição marxista no campo profissional, de outro”, a partir do recurso a formas que se pretendiam novas de fundamentação teórico-metodológica e profissional.

Uma das formas, já o vimos, é o apelo à fenomenologia. No caso de Almeida, este apelo tem uma característica particular: ele se vincula a uma decidida escolha [...] pelo personalismo cristão (mais exatamente: católico); filtrada pelo seu entusiástico resgate do legado de Mounier. De fato, o que peculiariza a posição renovadora de Almeida no marco da perspectiva em que se inscreve a sua proposta teórico-profissional é justamente a sua dupla e simultânea invocação da fenomenologia e do personalismo católico (NETTO, 2008, p. 233).

À nova proposta, elaborada por Almeida, comparecem tanto a reivindicação fenomenológica, quanto a visão personalista, próprias da autora, e tinha como marco referencial teórico a tríade conceitual diálogo, pessoa e transformação social, cuja articulação e implementação constituíram a metodologia profissional, a partir de uma interpretação do Serviço Social enquanto ajuda psicossocial (NETTO, 2008).

Netto (2008, p. 246) afirma então que essa nova proposta conservará, por muito tempo, um cariz emblemático, visto que “recolocou, procurando legitimá-lo, o tradicionalismo presente no debate contemporâneo; no terreno da prática profissional”. Seu fôlego profissional-operativo, no entanto, será curto devido, não à culpa de seus formuladores, mas da dinâmica das relações sociais, tomadas a partir de sua objetividade.

Nesse sentido, considera-se que essa vertente é a que tem menos densidade teórica, propondo-se a um retorno ao passado profissional, sem, porém, embasar de forma satisfatória os elementos que se propõe discutir.

Diferentemente do que estava em jogo no caso das perspectivas modernizadora e de reatualização do conservadorismo, que encontravam suporte para o seu desenvolvimento no curso anterior do acúmulo profissional, a vertente da intenção de ruptura se constituiu a partir de bases quase inteiramente novas. Ela, ao contrário, das vertentes anteriores, questiona o Serviço Social tradicional conservador, colocando-se como “alternativa que procura romper

com o tradicionalismo no plano teórico metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2008, p. 263).

De acordo com Netto (2008), assim como as outras correntes cuja emersão e confronto animaram o processo de renovação, a intenção de ruptura não foi um puro resultado da vontade subjetiva de seus protagonistas, mas expressou, no processo de laicização e diferenciação da profissão, de tendências e forças que percorriam a estrutura da sociedade brasileira naquele período.

A partir de 1968, o curso do processo ditatorial se define com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), rompendo com os impasses vividos até então. O que até o momento se caracterizava por ser uma “ditadura reacionária”, que conservava um discurso de alusões à democracia, converte-se em um regime político com nítidas características fascistas. Se entre 1964 e 1968 a ditadura assumiu o Estado, a partir desse momento ela passa a criar as suas estruturas estatais (NETTO, 2008).

O rápido desenvolvimento econômico vivenciado nesse momento, ao invés de eliminar a pobreza, conduziu um processo de aprofundamento da concentração de renda, ampliando ainda mais a desigualdade social e regional no país. Nesse período ocorreu o denominado “milagre econômico brasileiro”, no qual o país viveu, de acordo com Prado Júnior (2004, p. 353), um breve surto de atividades econômicas condicionado pela conjuntura internacional, cujo fim culminou na “degringolada catastrófica do castelo de cartas que se lograva erigir e por um momento sustentar”.

O foco central da perspectiva tinha um caráter de oposição à autocracia burguesa, o que a distinguia das outras vertentes do processo de renovação. Inicialmente a intenção de ruptura se destacou somente no espaço acadêmico, no entanto, com a crise da autocracia burguesa, com a reinserção da classe operária no cenário político nacional, constituindo-se como resistência democrática, a vertente extrapolou as fronteiras da academia e ganhou visibilidade com a categoria profissional.

Expressa-as como as outras correntes e naturalmente, do modo mediatizado e complexo que é próprio das configurações ideoculturais e profissionais: através de condutos e formas específicos que viabilizam a relação viva entre classes e forças sociais, projetos societários, instâncias de produção e divulgação do saber, organismos de intervenção social etc. Mas esta dialética se operou num quadro, o da autocracia burguesa, que impedia o desenvolvimento sem travas de sua dinâmica profunda: já sabemos que uma das funções da autocracia constituiu mesmo em frear os vetores desta dinâmica, dinamizar outros etc., na moldura do seu sentido e objetivo histórico-sociais (NETTO, 2008, p. 256).

Ao projeto de ruptura, de uma parte, impunha-se um formidável trabalho teórico metodológico, tanto a partir de uma crítica aos substratos do tradicionalismo, quanto da apropriação de um arcabouço teórico diferente. De outra, também de forma diferente das outras vertentes da renovação, buscava encontrar formas e modos de experimentação para as propostas interventivas para o novo embasamento teórico-metodológico (NETTO, 2008).

Devido a essas razões, o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se inicialmente como produto universitário, uma vez que foi possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam dedicar-se à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional, tornando possível ali experiências-piloto destinadas a verificar e apurar os procedimentos interventivos propostos pela vertente.

Segundo Netto (2008, p. 253), as experiências dessa perspectiva acabaram se defrontando com sérios problemas, com vários embates que opuseram os protagonistas dessa linha renovadora “e os que, na academia ou fora dela, representavam posições compatíveis com a ditadura ou expressavam interesses de segmentos profissionais atrasados e tradicionalistas”. As explicitações de tal perspectiva colidiam de frente tanto com o peso do tradicionalismo, quanto com a globalidade da ordem autocrática. Dessa forma, o caminho da ruptura não tinha pertinência apenas profissional, mas também poderia ser considerado como exercício da desobediência civil.

Netto (2008) afirma que se verificava uma dupla dificuldade na relação das vanguardas com o grosso da categoria profissional. De um lado, havia um descompasso entre o universo simbólico da produção teórico-metodológica e profissional das vanguardas e aquele que parece pertinente à categoria profissional. Outra dificuldade relacionava-se à pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que a perspectiva oferecia aos profissionais. Em relação à primeira dificuldade, ela foi gradualmente sendo superada; já a segunda envolvia uma gama maior de variáveis, fazendo com que as vanguardas profissionais tivessem uma gravitação menor que a anterior.

A vertente da intenção de ruptura expressava, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira, tendo como base política de seu desenvolvimento a afirmação do protagonismo da classe operária e seus aliados, bem como as lutas pela recuperação desse processo sob a ditadura.

De acordo com Netto (2008) a perspectiva apresentou três momentos diferenciáveis: de emergência, de consolidação acadêmica e de espraiamento sobre a categoria profissional. No momento de sua emergência, o projeto de ruptura aproximou-se da tradição marxista, especialmente pelo viés da militância política. As indicações sugerem que a interação entre os

profissionais originalmente envolvidos no projeto de ruptura e a tradição marxista operou-se pela via política, normalmente pelos grupamentos de esquerda influenciados pela Igreja Católica. Era filtrada, nesse primeiro momento, por autores que de alguma forma chancelavam as deformações próprias de uma instrumentalização, que legitimavam estratégias e táticas de reflexão teórica sistemática.

No momento seguinte, de dominância clara pertencente ao marxismo acadêmico, a referência à tradição marxista, ainda com fortes traços de redução epistemologista, fundou “um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática”. Já no terceiro momento, a partir dos desdobramentos dos anteriores e em condições postas pelo adensamento das tendências democráticas, houve a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista para analisar a profissão naquele momento (NETTO, 2008, p. 269).

A maturação intelectual e política dos protagonistas da intenção de ruptura representou de algum modo a consolidação do processo dessa vertente. Dois profissionais foram fundamentais na constituição do processo de ruptura no Brasil. Suas trajetórias não são típicas dos protagonistas da projeção da ruptura, mas são representativas, visto que nelas “se contém como que o diagrama evolutivo do projeto da ruptura: a dialética continuidade/mudança aparece nelas claramente configurada”, a partir inicialmente da crítica ao tradicionalismo e culminando em “uma progressiva aproximação às realidades, condicionalismos, possibilidades e limites da intervenção do Serviço Social e da categoria profissional” (NETTO, 2008, p. 274).

A primeira dessas referências indicadas pelo autor é Leila Lima Santos, que exerceu papel central no experimento de Belo Horizonte, e que, na sequência imediata da crise da experiência, vinculou-se ao Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)<sup>45</sup>, ao qual esteve ligada, exercendo funções diretivas e acadêmicas, até a década de 1980. Santos avançou em sua reflexão crítica e autocrítica da proposta de Belo Horizonte, a partir de sua intervenção em nível continental, propiciada pelo trabalho no CELATS. Esse avanço foi promovido em dois planos, sendo o primeiro deles a importância atribuída à análise da dimensão técnico-operativa da profissão em relação à hipertrofia da sua dimensão como campo do saber. No segundo plano, destaca-se a compreensão do papel da categoria profissional como espaço para a redefinição do

---

<sup>45</sup> Yamamoto (2019a) afirma que nesse período ocorre a (re)criação de entidades de Serviço Social na América Latina, como o CELATS, organismo acadêmico da *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (Alaets). Segundo Bravo et al. (2019), a Alaets foi criada em 1965 com a finalidade de estimular e coordenar o debate na região, a partir de uma organização político-profissional que seria desenvolvida em cada país, em articulação com a sociedade civil. O CELATS e a Alaets exerceu um papel importante no financiamento de atividades no país, nas décadas de 1970 e 1980.

Serviço Social. As reflexões de Santos conduziram a um esforço inédito para o conhecimento das formas organizativas da profissão e para a ultrapassagem de laivos messiânicos e idealistas na concepção das tarefas imputadas.

Segundo Netto (2008, p. 272), a resultante desse processo de maturação foi o “direcionamento da reflexão (e da ação) para as práticas institucionais e o redimensionamento das possibilidades profissional-interventivas no marco das políticas sociais”, em uma colocação pioneira no desenvolvimento da projeção da ruptura.

Vicente de Paula Faleiros é segunda referência indicada pelo autor, tendo incidido fortemente sobre as vanguardas progressistas, com a publicação de seu primeiro trabalho<sup>46</sup> significativo, quando estava no exílio. Devido às condições sociopolíticas do período, o trabalho circulou muito discretamente no Brasil, mas mesmo assim se constituiu como obra fundamental, como elemento para a emergência e desenvolvimento da intenção de ruptura (NETTO, 2008).

Netto (2008) afirma que Faleiros procurou fundar o projeto da ruptura no domínio do fazer profissional, em uma análise que conjugava as conexões entre a dinâmica social e a dinâmica institucional, a partir das correlações de força, oferecendo fecundas indicações prático-operativas, ao mesmo tempo em que enfocava, a partir de um ponto de vista analítico, problemáticas socioeconômicas que produziam espaços sócio-ocupacionais para a intervenção profissional, buscando encontrar referências críticas para a prática cotidiana dos assistentes sociais.

Em Santos e em Faleiros, de modo concentrado e privilegiado – uma vez que se trata de formuladores talentosos –, registram-se com nitidez as metamorfoses pelas quais o projeto da ruptura, desenvolvendo-se como tal, ajusta-se progressivamente ao debate e à intervenção profissionais tomados com a evicção de qualquer laivo vanguardista (NETTO, 2008, p. 274).

O projeto de ruptura caracterizou-se como um processo permeado por mudanças na compreensão da profissão e da própria realidade, no qual a categoria profissional, apesar de seus limites e alguns equívocos, buscou romper com o passado tradicional e aprofundar tanto em nível teórico, quanto no nível técnico-operativo, as discussões realizadas a partir de novas referências.

A emergência do processo de intenção de ruptura ocorreu com proposta alternativa formulada pela equipe docente da escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas

---

<sup>46</sup> Nesse momento o autor publicou, em Buenos Aires, o livro *Trabajo Social: ideologia y método*.

Gerais, que se efetivou tanto no âmbito da elaboração teórica, com a reestruturação curricular, quanto pela experimentação, via projetos de extensão e campos de estágio.

De acordo com Batistoni (2019, p. 548), esses eram os demonstrativos da equipe de Belo Horizonte (BH) em relação às “preocupações teórico-práticas, operando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional”. As mudanças implicaram ações em dois níveis: numa reestruturação do ensino teórico-prático, a partir de uma análise crítica da universidade brasileira; e a partir da articulação no contato da realidade por meio de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa, dentre outros, realizados semestralmente.

Segundo Batistoni (2017, p. 141), a concepção globalizadora da proposta de currículo estava ancorada “na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas ‘unidades de ensino e aprendizagem’ (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país”.

Dentre seus protagonistas, é preciso destacar os jovens docentes, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, que assumindo a hegemonia na Escola, puderam direcionar seu projeto de formação e exercício profissional. De acordo com Batistoni (2017), os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura inviabilizaram a difusão do projeto da Escola de BH, bem como de outras escolas e organismos da categoria no país, permanecendo isolada até o fim da década de 1970<sup>47</sup>. Suas formulações, no entanto, ganharam ampla visibilidade no meio acadêmico-profissional latino-americano, afirmando-se como uma de suas referências exemplares, devido à sintonia com a feição crítica da Reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina.

Ressalte-se que o isolamento da experiência belo-horizontina é acrescido pelo fato de que no meio acadêmico-profissional a reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) conduzidas pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) com traços de funcionalidade ao regime autocrático, demarcando projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro (BATISTONI, 2019, p. 540).

---

<sup>47</sup> Devido à sua intrínseca articulação com o capital internacional, o “milagre brasileiro” encontra seu fim a partir da crise mundial do capital da década de 1970. De acordo com Netto (2008), a crise do milagre foi um dos fatores que levaram ao momento derradeiro da ditadura. Prologando-se por mais de uma década, a crise da ditadura deu lugar a uma situação política democrática.

Essa experiência vivida pela Escola ficou conhecida como Método de Belo Horizonte e foi sistematicamente experimentada no interior do Estado, a partir de critérios e controles previamente definidos, entre o período de 1972 a 1975.

De acordo com Netto (2008, p. 275), com equívocos maiores ou menores, o Método BH configurou a primeira elaboração cuidadosa no país, sob a autocracia burguesa, “de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática”, articulado a partir de uma perspectiva que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas.

As formulações de Belo Horizonte expressam a base ideopolítica de sua projeção, repelindo posturas transclassistas ou assépticas, ao definirem seus objetos e objetivos. Rompe com procedimentos típicos do tradicionalismo, construindo críticas nas perspectivas ideopolíticas, teórico-metodológicas e operativos funcionais (NETTO, 2008).

De acordo com Batistoni (2017), o Método de BH conteve um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo tanto em âmbito geral do Serviço Social, quanto na particularidade que assumiu na trajetória própria da escola. A partir da crítica ao Serviço Social tradicional, e sua aparente neutralidade teórico-prática, exercia-se um papel realmente conservador no desempenho das funções voltadas para a defesa de determinados interesses. A crítica desdobrou-se à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas, bem como a visão normalizadora da sociedade que culminava em objetivos profissionais com o propósito de eliminar disfunções, a partir de uma orientação funcionalista da dinâmica social.

É a partir desse sentido crítico que a proposta se estabeleceu como contraposição à perspectiva da modernização conservadora e em recusa ao conservadorismo reatualizado.

Nas formulações do Método de BH, considerava-se que o objeto da atuação profissional seria “a ação social da classe oprimida”, “incorrendo em um simplismo teórico, com desdobramentos práticos para o exercício profissional”. A noção de classe oprimida, sendo principalmente uma noção política, encobre as determinações da exploração inerentes às relações sociais de produção capitalista, sugerindo uma sociedade dicotômica, o que comprometia o potencial do vínculo profissional com os interesses do conjunto das classes trabalhadoras. Esse objetivo conectava-se ao objetivo meta, que era a transformação da sociedade e do homem, a partir de objetivos meio, que seriam a conscientização, a capacitação e a organização (BATISTONI, 2019, p. 549).



De acordo com a autora, essas definições resultavam em profundos equívocos e limitações, carregando as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista, atualizando as marcas messiânicas, “no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da ‘pedagogia do oprimido’, inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos” (BATISTONI, 2019, p. 550).

O Método BH referenciou-se teoricamente vinculado à perspectiva marxista, no entanto sem contato direto com Marx, mas sim a partir principalmente de Althusser e Mao Tsé-Thung, pelo que é considerado como marxismo de manuais. Batistoni (2019, p. 554) afirma que a natureza da aproximação incipiente com a tradição marxista impregnou a proposta da Escola de um lastro eclético, “percorrendo todas as suas formulações, expressas no empirismo constituinte da estruturação do ‘Método BH’, orientadas por uma reflexão sustentada no epistemologismo”. A partir dessas bases, não foi possível concretizar a iluminação teórica pretendida, “pois só cancelaram os equívocos próprios da instrumentalização eivada da via política da militância”.

Um dos elementos decisivos nesse ecletismo teórico deveu-se às dificuldades e impedimentos de acesso às fontes, devido às imposições da censura da ditadura militar. Dessa forma, constata-se que tal aproximação incipiente não deve recair sobre lacunas e equívocos dos sujeitos, mas sim nos constrangimentos históricos e conjunturais (BATISTONI, 2019).

Segundo Batistoni (2017), a incorporação da tradição marxista pela proposta de BH possui algumas debilidades e equívocos que a comprometeram, no entanto, não é possível desconsiderar a importância teórica e ideológica dessa incorporação, realizada em condições adversas, mas que abriram horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

A experiência é interrompida em 1975, devido às forças repressoras da autocracia burguesa, com a demissão de seus principais formuladores. O que poderia, à primeira vista, ser considerado como algo episódico e marginal ao desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, ganha visibilidade, na medida em que é recuperado em trabalhos produzidos a partir da década de 1980.

Outros importantes acontecimentos, fundamentais para a ruptura na formação profissional, podem ser observados, como a introdução do Serviço Social no âmbito da Pós-Graduação *strictu sensu* no Brasil, com a criação dos primeiros mestrados na área em 1972; a federalização das Escolas de Serviço Social; a criação de novas Unidades de Ensino nas universidades públicas; a ampliação do número de professores por meio de concursos públicos

e; a maior interação entre as diversas áreas de conhecimento e Departamentos de Ensino (BRAVO et al., 2019).

De acordo com Bravo et al. (2019), em 1973, na XVIII Convenção da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)<sup>48</sup>, se deu o encontro desses novos sujeitos sociais e a divulgação de experiências inovadoras que começavam a ser implementadas pelas Unidades de Ensino de Serviço Social, e parte dos representantes presentes consideraram a importância do projeto da Escola de Minas Gerais para nortear a nova proposta curricular do Serviço Social no Brasil – a decisão de uma nova proposta para o Currículo Mínimo dos Cursos de Serviço Social postergada até 1979.

A partir da segunda metade da década de 1970, tem-se a crise do modelo econômico conduzido pelos militares, devido à conjuntura de crise do capital, e nesse contexto ocorre a reinserção da classe operária na arena política brasileira, a emergência do novo sindicalismo e das Comunidades Eclesiais de Base, bem como do movimento pela anistia. Na profissão, foi-se construindo uma articulação entre algumas entidades e grupos de assistentes sociais com movimentos sociais e organizações políticas, o que favoreceu a consolidação da vertente da intenção de ruptura. Essa proposta de ruptura só foi possível tanto pela conjuntura política presente no país naquele momento, bem como pela mobilização de uma vanguarda da categoria, que buscou se organizar de forma ampla no país.

De acordo com Faleiros (2009, p. 52), no final da década de 1970, “o debate teórico da profissão já havia superado as discussões apenas técnicas e assumia uma dimensão nitidamente política e crítica”. Para Abramides e Cabral (2019), é nesse período de crise da autocracia burguesa, de redemocratização e (re)organização dos movimentos sociais, que ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como Congresso da Virada. A categoria contava com vinte e duas entidades sindicais, pré-sindicais e de oposição, sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas)<sup>49</sup>. A organização dos assistentes sociais se inseria em um movimento mais amplo da classe trabalhadora na luta contra a exploração do capital, por melhores condições de trabalho e salário, contra o desemprego, dentre outras pautas que norteariam as discussões naquele momento.

---

<sup>48</sup> Segundo Bravo et al. (2019), a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi criada em 1946, e em 1973 teve sua primeira mudança de nome para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

<sup>49</sup> De acordo com Abramides e Cabral (2009), a Ceneas foi criada em 1979 como um mecanismo de articulação que se recusava naquele momento a construir uma Federação, visto que a legislação somente incluía os sindicatos para serem a ela filiados, quando a quase totalidade das entidades eram Associações Pré-Sindicais (APAS).

O apoio técnico-organizativo e o patrocínio financeiro do CELATS foram fundamentais para a realização de diversos encontros preparatórios, incluindo um seminário com o objetivo de debater as propostas de ruptura com o “Serviço Social Conservador” e unificar encaminhamentos para dar suporte a uma ação organizada, a ser efetuada no III CBAS (BRAVO et al, 2019). De acordo com Faleiros (2009, p. 53), o III CBAS se colocou como um elo de ligação entre a ditadura e a democracia, bem como entre assistentes sociais e trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade “e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação”.

O III CBAS caminhava na contramão das lutas sociais, nas quais parcela significativa da categoria se vinculava e atuava profissionalmente, colocando em disputa dois projetos profissionais: um que se vinculava com o polo crítico, combativo e de ruptura, e outro, do setor conservador e tecnocrático ainda presente nas entidades do exercício profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 2019).

Segundo as autoras, a insatisfação com o III CBAS foi fruto da conjugação de “vários processos de lutas de resistência que se expressavam sindicalmente, na formação, em experiências profissionais, na articulação e solidariedade aos movimentos populares, aliados à retomada do movimento estudantil”. A crítica dos profissionais e estudantes ao Congresso estava latente, e as entidades sindicais organizadas assumiram sua direção política, a partir da decisão da categoria, o que culminou na “virada do congresso com assembleias diárias de deliberação de seu rumo” (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 41).

A Ceneas e as entidades sindicais, pré-sindicais e oposições sindicais da categoria chegaram, portanto, ao CBAS, de forma organizada, com um documento de denúncia do caráter conservador do Congresso, que passou a ser lido em todas as sessões temáticas, com adesão dos participantes – profissionais e estudantes. As entidades sindicais catalisam a insatisfação presente e organizam assembleias diárias, com ampla participação da categoria, que alteram o rumo do congresso, com debates, reorganização de conteúdos, articulação e ampliação das temáticas das palestras e conferências, o que culminou com a manifestação de repúdio à ditadura militar e seus representantes, com a destituição da comissão organizadora do Congresso, e com a homenagem às representações dos movimentos sociais que travavam a luta contra a ditadura militar (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 42).

Na plenária final, deliberou-se que os congressos posteriores deveriam ser organizados pelas entidades sindicais de assistentes sociais e pela Ceneas, e o evento se encerra com uma faixa que prestava homenagem a todos que morreram lutando pela democracia no país.

De acordo com Abramides (2016), o III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos profissionais como trabalhadores; no compromisso com os direitos e conquistas da classe trabalhadora; na disputa da direção política dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) e do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), que estavam sob hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; na retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e do Celats; dentre outras tantas.

Como exposto no primeiro capítulo, a década de 1970 é marcada no cenário internacional pela crise do capital, que exige respostas nas esferas produtiva, política e da cultura. No Brasil, a crise começa a ser percebida mais tardiamente, já na década de 1980, devido à própria dinâmica do capitalismo, que de forma desigual e combinada atinge países do centro e da periferia.

O Brasil ingressa na década de 1980 com uma enorme expansão do endividamento interno, o que fez com que a década fosse considerada perdida, do ponto de vista econômico. A fim de se tentar recuperar a economia no país, tem-se a montagem de um pacote emergencial de assistência, via empréstimos do FMI, que tornou a política econômica brasileira diretamente dependente de seu endosso moral.

O FMI apresenta para os dirigentes do país um programa de estabilidade com imposição de algumas metas, e seu não cumprimento levou à não liberação de parcelas de créditos, culminando em um período de desgastantes negociações entre o capital financeiro internacional, as agências financeiras multilaterais e as autoridades econômicas brasileiras.

O resultado desse processo foi a redução do gasto público interno, incompatível com o processo de redemocratização vivenciado naquele momento, que demandava a descompressão salarial e o aumento dos gastos governamentais.

Netto (2014) afirma que, já nessa década, as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a moratória deixaram clara a vulnerabilidade com que o “modelo econômico” do período ditatorial conduziu o país. Vulnerabilidade esta que se aprofundou em uma conjuntura em que a recessão mundial estava acompanhada pela alta dos juros, pela queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial e pela interrupção do fluxo de créditos internacionais.

Para o autor, nesse período tem-se também o fim do bipartidarismo, que possibilitou a criação de novos partidos, com a criação, nesse contexto, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (PT), que se apresentava como expressão de uma nova esquerda, ao mesmo tempo que contou com uma reorganização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com

a criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que formou uma frente democrática opositora hegemônica por setores burgueses, denominada de “oposição de elite” (NETTO, 2014, p. 224).

Constata-se também, nesse momento no país, devido ao fim da ditadura militar, um processo de democratização política e de ampliação das lutas por direitos sociais. Segundo Netto (2014), observa-se nesse contexto o ressurgimento do movimento grevista no Brasil no período denominado de Novo Sindicalismo, que contou com amplo apoio de segmentos sociais e organizou diversas greves gerais. O desastre econômico social do modelo da ditadura contribuiu para que as lutas reivindicativas dos trabalhadores entrassem em refluxo, ao mesmo tempo em que se registravam explosões de desespero popular, espontâneas, violentas e despolitizadas.

O projeto de abertura do governo Figueiredo converteu-se efetivamente em processo de democratização, quando a classe operária se colocou também como protagonista da dinâmica política brasileira, alterando a qualidade da abertura. Nesse momento, a frente democrática dirigida pela “oposição de elite” ganhou um conteúdo popular que até então não se constituía como um elemento essencial (NETTO, 2014).

De acordo com Netto (2014), houve na década de 1980 uma acentuação do desgaste e do isolamento do regime ditatorial. Pretendia-se nesse momento não apenas encontrar um nome confiável para a sucessão do General Figueiredo, mas exigiam-se também transformações que afetassem a organização econômica e social do Brasil. Nesse momento uma lista de “figurões” do empresariado vai se agregando à alternativa que poderia culminar em uma candidatura que não significasse a continuidade política do regime que os favoreceu.

A campanha das Diretas Já começa com um modesto comício e se transformou em uma das maiores mobilizações cívicas do país, ganhando a massa da população, o que levou até mesmo a imprensa mais comprometida com a ditadura a repercuti-la em suas páginas. Apesar do grande apoio popular, não havia correspondência na instância representativo-parlamentar, o que levou à derrota da Emenda proposta.

Houve então a formação da Frente Liberal e sua posterior constituição em partido, que passou a fazer as negociações para o fim da ditadura, com uma natureza mais complexa, abrigando pontos da agenda da frente democrática. Composta por representantes das classes dominantes, deixou claro que tais setores não poderiam defender ou suportar uma democracia de participação ampliada: dessa forma a partir de um acordo entre a elite, um compromisso pelo alto, optou-se por uma transição que priorizasse e privilegiasse o plano institucional, eliminando então as massas desse processo (NETTO, 2014).

Netto (2014, p. 247) afirma que “no ocaso do regime ditatorial, tendia-se a repetir, mais uma vez, uma tara da nossa história: apontava-se para a supressão de um regime político, que a massa do povo recusava, através de uma *conciliação* com aqueles que foram responsáveis por ele”. De acordo com o autor, afirma-se que houve uma saída pelas portas do fundo, sem a quebra do sistema estatal existente e sem alterações substantivas na natureza do poder político, a partir dos acordos “pelo alto”.

Nesse momento, tornou possível para os assistentes sociais se aproximar novamente da teoria marxista; agora, porém, os profissionais puderam se apropriar da leitura de Marx. Já não era mais possível, devido a mudanças societárias, uma mera continuação do movimento de reconceituação.

É possível afirmar que com a intenção de ruptura firmou-se a presença de vários marxismos no interior da profissão, visto que parcela da categoria, ou seja, alguns profissionais, continuaram interpretando a teoria social de Marx a partir da lógica militante, outra parcela se aproximou de um chamado marxismo ortodoxo, enquanto outra reproduz o que pode ser considerado como uma corrente reformista revolucionária (OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Netto (2008), o que a renovação profissional fez, através da elaboração de seus formuladores, foi construir um acúmulo no interior do qual é possível reconhecer pela primeira vez, no Serviço Social brasileiro, tendências fundamentais que mobilizaram as classes e grupos sociais brasileiros no enfrentamento dos problemas da economia, cultura e história.

Bravo et al. (2019) afirmam que a década de 1980 foi fundamental para a vertente da intenção de ruptura iniciar seu processo de consolidação acadêmica, sendo significativo nesse processo a vinculação efetiva às universidades e o respaldo da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Os profissionais vinculados a essa perspectiva tiveram que travar, nesse momento, um combate árduo nas academias, confrontando-se com pensadores de diferentes matrizes teórico-metodológicas, e esse espaço só se revelou efetivamente produtivo na década de 1980, devido ao processo de redemocratização do país e da articulação das entidades da categoria que se evidenciou no Congresso da Virada.

O projeto curricular de 1982, formulado a partir de 1979, foi uma das expressões mais significativas do processo de renovação da formação profissional nos últimos 20 anos. Esse processo foi retratado “na produção teórica do Serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145).

Outra questão presente no projeto de formação profissional foi a centralidade dada à profissão no projeto de 1982. Foi a partir da análise histórica do significado da profissão, no

processo de reprodução das relações sociais capitalistas, que se desvelaram as implicações sociais do trabalho profissional em suas contradições fundantes. Essa postura possibilitou a explicitação teórica de uma direção social assumida anteriormente enquanto compromisso político-ideológico. A partir dessas questões, a profissão avançou em sua produção teórica, no entanto o processo de implantação do currículo de 1982 expressou uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético (ABESS/CEDEPSS, p. 145).

Segundo Castro e Toledo (2011, p. 14), algumas críticas foram apontadas em relação ao currículo de 1982, e dentre as mais contundentes indica-se o não estabelecimento de um “referencial teórico que pudesse garantir a ação reflexiva e crítica, substituindo o conhecimento científico pela visão abstrata, crítica, sem categorias científicas que a sustentassem”. Outra crítica refere-se à fragmentação entre conhecimentos básicos e profissionalizantes, o que dificultaria a articulação entre a análise da realidade econômica, social e política e a inserção do Serviço Social dentro dela, originando falsos dilemas e reproduzindo a dicotomia entre teoria e prática.

De acordo com Bravo et al. (2019), nos anos 1980 ganhou destaque a implementação de uma política de pesquisa no âmbito nacional, além do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), a criação de uma linha própria de financiamento de projetos de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como tiveram início eventos de pesquisa em nível nacional e o apoio da ABESS/CEDEPSS para a realização de pesquisas e encontros em níveis local e regional. Essas pesquisas transcenderam os objetivos a que se propunham, visto que se constituíram também como estratégia de mobilização e monitoramento do processo de implantação do Novo Currículo Mínimo de Serviço Social de 1982, permitindo a avaliação das experiências implantadas.

Segundo Abramides e Cabral (2009), até o final da década de 1970 as entidades relativas ao exercício profissional encontravam-se majoritariamente sob a direção do setor conservador na profissão, alinhadas às vertentes modernizadora e de reatualização do conservadorismo.

De acordo com CFESS (1996) em meio ao fortalecimento do movimento sindical, com a Ceneas e posteriormente da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS)<sup>50</sup>, em 1983,

---

<sup>50</sup> De acordo com Abramides e Cabral (2009), a ANAS foi fundada em 1983 como continuidade da CENEAS, extinta naquele momento e “simboliza um patamar da organização sindical nacional da categoria no sentido de se constituir em uma entidade que congrega associações e sindicatos, rompendo com as amarras da CLT”. A categoria reconhecia a ANAS como sua legítima federação, que se constituiu como entidade livre e autônoma em relação ao Estado. Teve um papel político de direção e centralização das lutas sindicais e políticas da categoria, tendo a ela filiados as APAS e os sindicatos de todo o país. A ANAS foi extinta em 1992 por deliberação unânime da categoria, que passou a se organizar por ramo de atividade.

iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo nas esferas dos conselhos de fiscalização da profissão. Esses espaços eram até então caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, alvo inclusive de críticas pelo grupo da ruptura. A partir desse contexto eles passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.

Com o Congresso da Virada, inaugurou-se um processo irreversível com “a imprescindível e legítima disputa da esquerda junto aos demais segmentos e propostas políticas que perpassam o conjunto da categoria dos assistentes sociais, na busca contínua pela consolidação da hegemonia do projeto anticapitalista no Serviço Social” (CFESS, 1996, p. 176).

De acordo com Santos (2019), é provável que o primeiro e mais profundo resultado desse processo que realinhou o perfil profissional após a “virada” tenha sido a revisão do Código de Ética de 1975, que pela primeira vez alterou integralmente os fundamentos da ética profissional e afirmou o *ethos* de ruptura por meio do Código de Ética promulgado em sua substituição, no ano de 1986.

A reformulação do Código de Ética dos Assistentes Sociais ocorreu, não sem polêmicas, podendo ser considerada como mais uma referência daquelas conquistas políticas e teóricas, “cujo lastro de crítica visava a recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora, que informava o Serviço Social e se pautava pela ‘ética da neutralidade’”. O Código de 1986 afirmava o então novo perfil do assistente social, que era defendido pelo grupo de ruptura, como “não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente” (CFESS, 1996, p. 176).

Tido como uma referência do processo de renovação profissional, na perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, o Código de Ética de 1986 reafirma a dimensão política da prática [trabalho] profissional e avança eticamente no sentido de sua crítica aos valores universais tomados abstrata e a-historicamente nos códigos anteriores. Sua oposição ao conservadorismo ético-profissional reafirma o processo de avanço teórico-político da profissão legitimando a construção de uma prática comprometida com a transformação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146, grifos nossos).

Considera-se que a proposta de ruptura com o Serviço Social tradicional ocorreu devido tanto às condições materiais e institucionais dadas, como à vinculação às lutas da classe trabalhadora, em um contexto no qual os profissionais repensavam a profissão e vinculavam seu desenvolvimento às relações societárias. Essa proposta se articulava à construção de um novo posicionamento ético-político, o que requeria a introdução de novas referências teóricas.



Esse campo constrói-se de modo hegemônico, envolvendo os Assistentes Sociais, e expressa-se conjuntamente no âmbito da ação profissional, no âmbito político-organizativo e no âmbito acadêmico, seja pela inserção simultânea dos diferentes sujeitos desse processo, seja pela expressão simultânea de posicionamentos ético-políticos convergentes, os quais ocorreram nessas diferentes esferas (EIRAS et al., 2020, p. 36).

Outro marco da perspectiva da intenção de ruptura é a produção elaborada por Iamamoto, no início dos anos 1980, resultado de uma pesquisa financiada pelo CELATS, que inaugurou uma abordagem crítico-analítica, que analisa o Serviço Social a partir da sua inserção na dinâmica das relações sociais. Ressalta-se que suas análises foram realizadas a partir do resgate da reflexão clássica marxiana. Destaca-se que nesse momento já há um maior amadurecimento teórico dos profissionais dessa vertente, recorrendo às fontes originais, bem como apropriando-se teoricamente de debates e análise da teoria marxista.

Segundo Oliveira (2020), o livro de Iamamoto torna-se uma referência para os profissionais, que passam a utilizá-lo como leitura imprescindível para a compreensão da profissão na ordem do capital. Outra contribuição importante desse momento é a de Netto, que aponta o processo de renovação com uma intencionalidade de romper com o legado conservador, o que não significa a ruptura em si, mas a disputa que se inicia no Serviço Social e permeará a trajetória da profissão nos anos após o fim do regime militar.

Com a incorporação da tradição marxista na produção teórica do Serviço Social, principalmente com as obras produzidas por Iamamoto e Netto, rompe-se com a visão endógena<sup>51</sup> da profissão, e passa-se a analisá-la a partir da produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, a compreensão da profissão passa a ser feita a partir de uma perspectiva totalizante, seu surgimento, compreendido a partir de uma demanda social, e sua institucionalização, atravessada pela contradição fundamental que determinará as possibilidades de posicionamento da categoria e seus respectivos reflexos no direcionamento das ações profissionais.

Segundo Iamamoto (2011, p. 240),

o Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário agora realizar a “viagem de retorno à profissão” para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como “concreto pensado”.

---

<sup>51</sup> De acordo com Montaña (2009), a partir da perspectiva endógena não se considera o real como fundamento e causalidade da gênese e desenvolvimento da profissão, mas vinculado às opções particulares, sem conectá-la aos contextos históricos.

De acordo com a ABESS/CEDEPSS (1996, p. 153), o marco da redefinição profissional dos anos 1980 “foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho”. A partir dessa perspectiva, salientou-se “fundamentalmente o caráter de historicidade da profissão, entendido no quadro das relações sociais entre classes e destas com o Estado e com o conjunto da sociedade”.

Conforme indica Oliveira (2020), a vertente da intenção de ruptura foi crucial para que a profissão caminhasse para uma crítica ao conservadorismo, presentes no exercício profissional até então.

A partir do processo de ruptura, com a aproximação ao marxismo e os avanços no campo teórico, houve um amadurecimento profissional à época. É importante frisar que apesar do êxito do movimento no que concerne ao aprofundamento das discussões teóricas, não houve a eliminação do conservadorismo na profissão, seja no campo teórico, seja no político.

Segundo Netto,

A década de oitenta consolidou, no plano ideo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendemo-nos essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. (...) Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ideo-política (NETTO, 1996, p. 111).

Constata-se então que a partir desse processo houve um amadurecimento teórico da profissão, devido à remissão às teorias e disciplinas sociais. Os quatro aspectos mais importantes que resultaram desse processo são: 1) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político na profissão, rompendo com a sólida tradição de monolitismo ideal; 2) a crescente diferenciação das concepções profissionais (como sua natureza, funções, objeto, objetivos e prática), que ocorreu devido ao recurso diversificado de matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com a homogeneidade de visões e de práticas no interior da profissão; 3) a sintonia entre as discussões teórico-metodológicas realizadas no interior da profissão e aquelas do conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural como protagonista, buscando romper com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; 4) por fim, tem-se a constituição de segmentos de vanguarda, principalmente, mas não exclusivamente, daqueles inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (NETTO, 2008, p. 131-136).

Considera-se que na década de 1980 o projeto de ruptura com o Serviço Social tradicional foi amadurecendo, consolidando um novo projeto profissional, atualmente conhecido como Projeto Ético-Político. Mesmo que nesse momento ainda não houvesse uma sólida fundamentação teórico-metodológica, bem como uma apropriação suficiente e abrangente da teoria social de Marx, pode-se afirmar que tais condições não eliminam o fato de que houve uma ruptura com a ação profissional tradicional, mesmo que sem eliminá-la, e a emergência de uma nova ação profissional crítica (EIRAS et al., 2020).

Uma leitura da produção teórica do Serviço Social entre os anos de 1980 e 1990 sugeria que a profissão aprofundou o debate sobre a vertente marxista com importantes rebatimentos na superação das debilidades teórico-metodológicas da formação profissional. Também nesse período, as discussões sobre pluralismo contribuíram para romper com a perspectiva eclética da formação, bem como enfrentou o debate sobre a crise de paradigmas nas ciências sociais e humanas (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Dessa forma, compreende-se que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir de suas vertentes, provocou a emergência de elaborações teóricas acerca da profissão por meio de um significativo debate teórico-metodológico. Esse foi um processo complexo, a partir do qual diferentes correntes de pensamento passaram a ser apropriadas pela profissão, rompendo com o Serviço Social tradicional e abrindo caminhos para a existência do pluralismo no debate, quebrando com o monopólio político e teórico conservador.

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 foi de suma importância para a tentativa de rompimento com o Serviço Social tradicional e a incorporação de correntes democráticas e socialistas pelos profissionais. Considera-se então que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro promoveu um amadurecimento teórico na profissão, com a incorporação de novas correntes e a revisão do Serviço Social tradicional. Esse processo de amadurecimento levou à consolidação da profissão no país, e será abordado a seguir.

### **3.4 O amadurecimento teórico da profissão e sua consolidação enquanto área do saber**

É importante sinalizar que nesse momento em que o Serviço Social aprofunda e amadurece suas discussões, tem-se no Brasil o avanço do neoliberalismo e a reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo, com a acumulação flexível, que ocasionou em diversas perdas para a classe trabalhadora, tanto no que concerne à garantia de direitos e

condições de trabalho, quanto no redirecionamento das intervenções do Estado no que se refere às políticas sociais.

De acordo com Abramides (2019), o Consenso de Washington, ocorrido em 1989, define o receituário neoliberal para a América Latina, sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do governo estadunidense.

Como uma das expressões da reestruturação produtiva, tem-se o aprofundamento do Estado ampliado do capital, ao qual as economias nacionais e internacionais se vinculam, reguladas por mecanismos multilaterais como a

a) flexibilização de direitos sociais e trabalhistas; b) privatização dos serviços públicos e das empresas estatais; c) redução orçamentária para as políticas sociais; d) privatização dos setores estratégicos (petróleo, comunicação e siderurgia) associados à sua internacionalização com sobrevalorização da taxa cambial. Evidencia-se, sobretudo, uma política econômica monetarista de desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais públicas, com transferência de renda e patrimônio público para o capital privado internacional (ABRAMIDES, 2019, p. 139-140).

De acordo com Behring (2008), a partir da década de 1980 começa a se delinear, na periferia do mundo e no Brasil, o sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista e já na década de 1990 o país adentra em um período marcado por uma nova ofensiva burguesa, adaptando-se às requisições do capitalismo mundial.

Abramides (2019) afirma que a programática neoliberal para o continente se estabelece em três fases, sendo a primeira delas a fase de estabilização macroeconômica, com o objetivo de garantir o *superavit* primário, promover uma revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação do sistema de previdência pública. A segunda fase seria composta por reformas estruturais de liberalização financeira e comercial, privatização de empresas estatais, reformas do Estado e desregulamentação dos mercados. Já a terceira fase seria a de retomada do investimento e do crescimento econômico.

Segundo Abramides (2019, p. 146), “a década de 1990 no Brasil se constituiu por uma nova hegemonia do capital nas esferas da produção material e da reprodução social”. Os ajustes estruturais são então determinados pelas transformações no mundo do trabalho e no reordenamento do Estado.

De acordo com Alves (2008, p. 112), o toyotismo “restrito” da década de 1980 deu lugar ao toyotismo sistêmico das décadas de 1990 e 2000, com a adaptação dos princípios organizacionais “às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como ‘momento predominante’ do novo complexo de reestruturação produtiva”.

A reestruturação produtiva produz rebatimentos expressivos na gestão e no controle da força de trabalho do operariado industrial. Braga (2017, apud ABRAMIDES, 2019, p. 147) afirma que

o capital recompõe novas formas de flexibilização do trabalho por meio da terceirização, diminuição consecutiva de postos de trabalho nas montadoras, subcontratação, trabalho temporário, parcelar, surgindo uma nova composição operária, mais precarizada, sem direitos, com formas destrutivas nas relações de trabalho, diferentemente do operariado fabril do período fordista-taylorista, composto pela ampliação do precariado.

De acordo com Braga (2012, p. 19), o precariado é o proletariado precarizado. Excluídos o lumpemproletariado e a população pauperizada, tem-se o que Marx denominou de superpopulação relativa. É possível diferenciar analiticamente o lumpemproletariado do precariado, uma vez que esses trabalhadores precarizados “são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica”.

O processo de acumulação flexível fragiliza sobretudo a classe operária, e no Brasil surge com um discurso de que é necessário que os trabalhadores escolham entre a garantia de empregos ou a garantia de direitos trabalhistas. Ao longo dos anos em que se vê instalada essa forma de organização do trabalho no país, constata-se que o que realmente ocorreu foi a perda de direitos trabalhistas, atrelada à perda de postos de trabalho, com a eliminação de vínculos de trabalho formais e uma crescente informalização do mercado de trabalho.

Quanto ao reordenamento do Estado, o neoliberalismo apresenta suas primeiras investidas no Brasil já na transição do período autocrático burguês, no final do governo da Aliança Democrática de José Sarney, em 1988. Devido à inflação, aos baixos níveis de investimento público e privado, a nenhuma solução consistente para o endividamento e à grave situação social, o neoliberalismo encontra espaço para se consolidar no país, freando os avanços propostos pela Constituição Federal de 1988, que desde sua aprovação é desqualificada pelas classes dominantes, considerada como irresponsável e populista. Outro fator importante para o estabelecimento do neoliberalismo no país é o Consenso de Washington, já tratado anteriormente.

Afirma-se que é a partir do governo Collor de Mello que a programática neoliberal instala-se efetivamente no Brasil, por meio de contrarreformas estruturais, que podem ser consideradas como as primeiras contrarreformas neoliberais no país.

A fim de combater a inflação, Collor realiza uma política de desmanche do Estado e de privatizações, abrindo a economia ao mercado internacional por intermédio da liberalização comercial, com redução significativa das taxas alfandegárias. Outra ação de seu governo foi o confisco das poupanças das contas dos brasileiros, golpe extremamente violento, mas que mesmo assim era visto por muitos como um sacrifício a ser realizado em nome de um país novo e mais justo (ABRAMIDES, 2019).

Ainda segundo a autora, entre 1991 e 1993, as políticas deflacionárias de Collor conduzem a umas das maiores recessões da história do país, com medidas provisórias anticonstitucionais e vetos presidenciais às decisões parlamentares, o que fragilizou a democracia recém-reestabelecida. Ao instituir medidas neoliberais, o Plano Collor empobreceu ainda mais os pobres, para os quais o presidente afirmou que enfrentaria a situação de pobreza existente, bem como atuava politicamente de forma autoritária, afirmando falar diretamente com a sociedade civil, acima de partidos e instituições democrático-burguesas (ABRAMIDES, 2019).

Em curto espaço de tempo, pode-se constatar que a aventura eleitoral que conduziu Collor de Mello à presidência demonstrou sinais evidentes de esgotamento: recessão, inflação, crise econômica e social profundas, instabilidade política, tensão no interior das classes dominantes e dirigentes, corrupção escancarada; elementos mais que suficientes de um descontentamento generalizado, voltado ao Presidente da República (ABRAMIDES, 2019, p. 151).

As contradições que marcaram o governo Collor culminaram em um *impeachment*, inédito no Brasil, levando ao fim de seu mandato; seu vice, Itamar Franco, assumiu então a presidência do país. De acordo com Abramides (2019), Franco propala um reformismo social, fruto de sua trajetória política, de um passado nacionalista e reformista, que não se viabiliza. O presidente propõe atacar a miséria e a fome e desenvolver uma política de atendimento social, no entanto ao mesmo tempo

[...] estabeleceu uma política econômica de continuidade ao neoliberalismo voltado aos interesses dos usineiros e do capital privado; privatizou a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), tributou os trabalhadores assalariados e implantou programas assistencialistas”. Estabeleceu uma retórica de mudanças para manter tudo sob a mesma lógica de favorecimento do grande capital em uma situação agravada pela crise interna deixada por Collor de Mello (ABRAMIDES, 2019, p. 152-153).

A fim de garantir governabilidade a seu mandato, Franco recompõe a articulação política, por meio de uma recomposição ministerial, com a inclusão do PSDB. Essa articulação com a coalizão conservadora ocorre em torno do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique

Cardoso (FHC), que formula um plano de estabilização monetária, com a criação de uma nova moeda, o real. De acordo com Behring (2008), o Plano Real serviu, poucos meses antes da eleição, como uma verdadeira chantagem eleitoral, visto que ou se votava no candidato do plano, ou se colocava em risco a estabilidade da moeda, com um possível retorno da inflação.

Abramides (2019) afirma que os oito anos do governo FHC foram marcados por quebra de monopólios e privatizações de estatais rentáveis, desresponsabilização diante das políticas sociais e diversas contrarreformas do Estado, privilegiando os interesses privados pela lógica suprema do mercado. A tática política de seu governo foi adquirir apoio das massas trabalhadoras excedentes a partir da aplicação de programas compensatórios e de estímulo ao neocorporativismo, na tentativa de que parcelas majoritárias e hegemônicas do movimento sindical se adequassem às negociações na institucionalidade e abdicassem das lutas sociais de massas.

Bresser Pereira, Ministro de Reforma do Estado, formulou um Plano Diretor de Reforma do Estado, buscando reconstruí-lo, que tem, segundo sua análise, a função de ser um coordenador suplementar, visto que a crise se localiza na insolvência dele, em seu excesso de regulação e rigidez, bem como na ineficiência do serviço público.

Nesse sentido, uma reforma do Estado seria necessária, a fim de recuperar sua governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). O objetivo dessa reforma seria garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa, devendo deslocar-se do Estado o local da política social, ficando os serviços de saúde, educação e outros, contratados e executados por organizações públicas não estatais competitivas, conhecidas como terceiro setor (BEHRING, 2008).

Bresser Pereira (1998) defende que as conquistas da Constituição são um retrocesso burocrático, e caso sejam implementadas, podem perpetuar e agravar a histórica herança de clientelismo, patrimonialismo e burocracia na relação entre sociedade civil e Estado existente no Brasil. Em sua análise, a principal crise de 1980 foi dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais; nesse sentido defendia que deveria haver a transferências destas para a sociedade civil e para o mercado.

De acordo com Abramides (2019, p. 155), “os decretos e contrarreformas no governo FHC adotam o receituário da ordem econômica do grande capital pela privatização de empresas estatais rentáveis e de monopólio de áreas estratégicas para o país pela introdução de oligopólios”.

Segundo Behring (2008), uma das estratégias decisivas para adaptar o país à lógica mundial do capital foram as privatizações, que favoreceram segmentos determinados do capital nacional em articulação com a especulação financeira internacional. Foram ampliadas e flexibilizadas as condições de participação do capital estrangeiro, mesmo em setores estratégicos, como a abertura da exploração de petróleo e de grandes riquezas minerais e do sistema bancário. Nesse contexto tem-se um retrocesso nas possibilidades de autonomia do país em relação à dinâmica capitalista, devido à contrarreforma do Estado, que seria uma parte indispensável da contrarrevolução burguesa.

No que concerne aos direitos sociais, afirma-se que seu governo reduziu a previdência social pública e incentivou a previdência privada, bem como operou um processo de “publicização” da saúde e da educação, com a intervenção e soberania do mercado, aliadas às privatizações. Nesse sentido, as políticas sociais transformam-se em políticas compensatórias, e os direitos trabalhistas são revistos. Considera-se que o projeto avassalador do neoliberalismo no governo FHC dilapidou o patrimônio público, privatizou, desregulamentou e desconstitucionalizou direitos sociais e trabalhistas, de abertura irrestrita ao capital internacional (ABRAMIDES,2019).

Segundo Duriguetto (2007), dessa forma, há uma desvinculação da noção de direitos que tem como referências os parâmetros da justiça e da igualdade, passando a ser associados a custos e ônus que atrapalham a modernização da economia, ou até mesmo como privilégios corporativos a serem superados.

Ainda segundo a autora, a transferência dos serviços sociais tanto para instituições públicas não estatais, quanto para o mercado, promove a privatização parcial ou total dos serviços sociais, gerando uma dualidade discriminatória, trazendo, para aqueles que tenham condições de pagar, a garantia de serviços de melhor qualidade, e para quem depende do acesso gratuito, a oferta de um serviço de qualidade inferior (DURIGUETTO, 2007). Para Mota (2015), os processos de privatização e assistencialização da proteção social instituíram ao mesmo tempo as figuras do cidadão-consumidor, que consegue pagar pelos serviços ofertados pelo mercado, e do cidadão-pobre, objeto da assistência social.

De acordo com Yazbek (2009a), inserido nesse processo contraditório, o Serviço Social da década de 1990 se vê confrontado com esse conjunto de transformações societárias, sendo então desafiado a compreender e intervir nas novas configurações da questão social, que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores.



No início da década de 1990 estamos diante de uma sociedade brasileira com novas feições: com uma distinta conformação das classes sociais, dispondo de formas peculiares de organização dos processos de trabalho, e de uma ampla diferenciação interna das classes subalternas, acompanhada da ampliação significativa da população excedente, alijada do mercado formal de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 158).

Iamamoto (2014) afirma que é no cenário dos anos 1990, radicalmente distinto das amplas mobilizações políticas e sindicais que tiveram lugar na década de 1980 e que retardaram a generalização do neoliberalismo no país, que foram pensadas ações de fortalecimento de um projeto político-profissional que vinha sendo construído coletivamente pela categoria desde a década anterior.

Considera-se que, desde o “Congresso da Virada”, vem sendo construída uma cultura profissional que repõe e recria o sentido do projeto coletivo do Serviço Social.

Nesse tempo histórico de construção e materialização do projeto ético-político profissional, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico prenhe de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social (SANTOS, 2010, p. 706).

De acordo com o CFESS (1996), é a partir da compreensão gestada historicamente que se construiu uma categoria de profissionais politizada a ponto de definir como prioritárias as lutas coletivas dos trabalhadores.

Para Iamamoto (2014, p. 113), “o projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade” se materializa por meio do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação Profissional do mesmo ano e da nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, “que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário histórico”, marcado pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva.

É nesse solo político que o debate ético foi realizado e trouxe a discussão sobre a oportunidade, necessidade e sentido da revisão do Código de Ética de 1986. Era importante que se construísse uma nova formulação ética, “fundada na superação de voluntarismos, na inspiração do pluralismo, na qualificação profissional, e na competência para a intervenção, a pesquisa e a formulação, gestão e implementação de políticas sociais” (CFESS, 1996, p. 183).

Segundo Abramides (2019), o intenso debate sobre as revisões necessárias ao Código de Ética de 1986 teve início em 1992, por meio da análise da questão da ética em geral para, em seguida, tratar da ética profissional, no âmbito das atividades sociais da vida cotidiana.

Conforme afirmam Santos et al. (2010), o Código de Ética do Assistente Social de 1993 representou um grande avanço em relação aos códigos anteriores, com o rompimento com a base filosófica tradicional e a definição da liberdade, da justiça social e da democracia como valores fundamentais na luta por um novo projeto societário<sup>52</sup>.

O novo Código de Ética (1993) reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá um outro tratamento à dimensão ético-política da profissão: o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa. Assim, o Código de Ética propõe a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; a consolidação da democracia, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146-147).

O atual Código de Ética é resultado do amadurecimento das reflexões da profissão, fruto de uma construção coletiva da categoria. Ainda em 1993 é aprovada a Lei de Regulamentação da Profissão, que também pode ser considerada como um grande avanço para o Serviço Social. De acordo com Santos (2019), apesar da disputa em torno de seu conteúdo, a atual Lei de Regulamentação da Profissão coloca o exercício profissional em outro patamar, a partir da atualização de suas atribuições e competências. Destaca-se que do ponto de vista da organização política dos assistentes sociais, a lei promove três outras alterações fundamentais.

A primeira foi a democratização do processo eleitoral dos conselhos, tanto na esfera regional, quanto na federal, visto que após as mudanças passaram a realizar eleições diretas. A segunda mudança refere-se à instituição dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS como fórum máximo de deliberação da categoria, também ampliando a presença do princípio democrático no campo da organização política (SANTOS, 2019).

Portanto, além de termos entidades dirigidas no sistema da democracia representativa direta, também a programática dessas entidades vem sendo construída de modo participativo com poder de decisão partilhado entre profissionais de direção e da base das entidades (SANTOS, 2019, p. 89).

A terceira alteração se deu no que diz respeito à nomenclatura dos conselhos, que passaram a se chamar Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de

---

<sup>52</sup> Netto (1999) afirma que o projeto ético-político de uma profissão, se circunscreve, de uma parte, a noção de projeto societário, ou seja, uma construção coletiva voltada para o conjunto da sociedade, possuindo uma clara defesa de classe, por outra, é elaborado pelo corpo profissional de determinada profissão, composto por um sujeito coletivo diferenciado e heterogêneo, que formula os requisitos necessários para o exercício profissional e estabelece relações com outras profissões, com organizações empregadoras e com os usuários de seus serviços.

Serviço Social (CRESS), e não mais de assistentes sociais (CFAS/CRAS). A alteração das nomenclaturas e siglas não foi apenas semântica, mas indicou uma diretriz importante que passou a ser observada na reformulação de todo o conjunto de normativas da profissão. A partir desse momento, a defesa do conselho passa a se dar em nome dos interesses da sociedade, dos usuários, e não necessariamente dos profissionais que a exercem. Esse direcionamento contribuiu para que se consolidasse uma interpretação não corporativa da dinâmica dos conselhos de Serviço Social (SANTOS, 2019).

Santos et al. (2010) afirmam que no bojo desse processo a fiscalização do exercício profissional também passou por ampliações. A Política Nacional de Fiscalização, elaborada em 1999, foi fruto desse processo histórico de organização do Conjunto CFESS/CRESS, afirmando a centralidade que a fiscalização tem nas ações do conjunto.

Dessa forma, a PNF traz, por meio da dimensão político-pedagógica, a afirmação do compromisso da categoria com o constante aprimoramento intelectual dos profissionais, na perspectiva de orientação quanto aos princípios éticos e políticos da profissão, tendo assim um caráter preventivo e indo além da dimensão normativo-reguladora. Destaca-se também a dimensão afirmativa de princípios que expressam o compromisso com as lutas mais gerais dos trabalhadores, com a qualidade dos serviços prestados à população usuária e, portanto, com a defesa e o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social (SANTOS et al., 2010, p. 157).

De acordo com Santos (2019), tanto o Código de Ética de 1993, quanto a Política Nacional de Fiscalização, juntamente com a “virada” ocorrida no âmbito dos conselhos, foram fundamentais no enfrentamento, realizado pelo conjunto CFESS/CRESS, das adversidades contemporâneas.

A partir de então, o conjunto CFESS/CRESS vem amadurecendo e aprofundando ainda mais o arsenal teórico-metodológico, ético-político e os instrumentos normativos da profissão, apreendendo questões e demandas postas no exercício profissional e criando resoluções para contribuir com a melhoria das condições de trabalho para os assistentes sociais, visto que regulamentam temas presentes no cotidiano profissional.

De acordo com Netto (1996), na entrada da década de 1990, o Serviço Social encontra-se relativamente consolidado e maduro, uma vez que já existem, nesse momento, aproximadamente 70 unidades acadêmicas, concentradas na região Sudeste do país, e já há reconhecimento institucional da profissão pelas agências fomentadoras de pesquisas. Em relação à produção de conhecimento no interior da profissão, nota-se que nesse momento já há “maioridade intelectual”, e que está sendo construído um amplo diálogo interdisciplinar.

É nesse contexto que surge uma proposta da ABESS junto com o CEDEPSS de revisão do currículo mínimo dos cursos de Serviço Social, tendo como norte a preservação dos avanços do currículo de 1982 e do Código de ética aprovado em 1993.

A proposta curricular se fez necessária para que houvesse uma apropriação das demandas tradicionais e emergentes e das estratégias que mobilizavam o exercício profissional do assistente social nessa época. São retrabalhadas, no contexto da década de 1990, duas questões já trabalhadas anteriormente, mas que foram reapropriadas: o entendimento do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, em cujo mercado de trabalho se insere o assistente social como trabalhador assalariado, que realiza um trabalho que objetiva um produto concreto. E o entendimento do significado social da profissão, vinculado historicamente ao tratamento da “questão social”, compreendendo que é impactado por questões que reproduzem a mesma tensão contida nas demandas que se impõem ao profissional, sendo necessário reconhecer “a existência de alterações na formação do mercado, na requalificação profissional, no domínio operativo de um conjunto de procedimentos” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 162).

Para que haja um novo tratamento a essas questões, é necessário que o assistente social se admita enquanto um sujeito social e compreenda que os resultados de sua ação são atravessados por componentes objetivos originários de sua situação de classe, sua subjetividade e por todas as mudanças e processos que afetam o mundo do trabalho, no qual ele está incluído. Nesse sentido é preciso considerar que o mercado de trabalho é uma mediação do trabalho profissional, uma vez que é por meio deste que se manifestam “as diversas formas institucionais de enfrentamento da questão social e que também são objeto das requisições da profissão” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 164).

Considera-se que, ao se repensar a profissão e a formação profissional, é impossível fazê-lo sem se levar em conta as mudanças societárias, uma vez que é inerente a realidade social.

A perspectiva fundante da formação profissional é um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Sua hipótese é a adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social. É a historização do movimento da realidade que permite perceber as tendências do real, a implicação dessa formulação é problematizar a sociedade capitalista do ponto de vista da reprodução social, qualificando a unidade da produção material e da reprodução das relações sociais (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 166).

Sendo assim, ao se compreender o assistente social como um trabalhador assalariado exige-se que se entenda, primeiramente, o modo de produção capitalista como uma totalidade

articulada, compreendendo o âmbito da produção e da reprodução das relações sociais, bem como o trabalho e os processos de trabalho nesta sociabilidade.

Assim, a partir desse momento, no interior da profissão, já estão constituídas as bases que dão suporte às análises da sociedade, sendo que devido ao posicionamento de classes e ao embasamento teórico-metodológico, há na profissão determinados pontos de vista de análise da realidade, dentre eles, a análise da questão social e o entendimento de que esta é o objeto de trabalho do assistente social.

No Brasil, têm-se a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, em 2002. Nota-se, no entanto, que ainda no período eleitoral, Lula apresentou uma “Carta ao Povo Brasileiro”, contendo indicações de que daria prosseguimento à política fiscal e monetária que já vinha sendo realizada por FHC. O direcionamento macroeconômico de seu governo pôde ser considerado então como uma herança do período anterior, visto que foram mantidos os principais pilares deste, como a manutenção do *superavit* primário, o câmbio flutuante e o regime de metas da inflação.

Segundo Abramides (2019), os governos do PT apresentaram uma complexidade maior para os setores populares, visto que eram governos que se originaram do apoio de amplas massas e setores organizados de trabalhadores, com histórico de resistência, como na ditadura, e construíram organismos independentes e classistas de luta.

Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que as medidas implementadas nos governos Lula destacam claramente a adoção de modelo liberal periférico, marcado pelo tripé liberalização, privatização e desregulação; pela subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e; pelo predomínio do capital financeiro e de sua lógica financeira na dinâmica macroeconômica.

Braz (2007, p. 51) afirma que Lula inaugura uma nova fase do Estado neoliberal no país. A primeira delas, com FHC, se constituiu em “liquidar parte substancial da estrutura estatal por meio das criminosas privatizações e em tornar o Estado um serviçal das finanças globais”. Com Lula, para além da continuidade da primeira, houve também “a recuperação parcial do papel estatal como garantidor/financiador dos espaços de acumulação de capital no país”.

Percebe-se que a política econômica dos primeiros governos petistas foi, em essência, a mesma desenvolvida por FHC. A prioridade posta pelo segundo governo de Lula foi a de um resgate do crescimento econômico no Brasil, buscando superar as dificuldades econômicas presentes desde a década de 1980. O quadro colocado a partir do segundo governo Lula não previa alterações significativas nos níveis de concentração de renda e propriedade no Brasil.

Diferentemente do governo FHC, que contou com resistência de sindicatos e movimentos sociais para aprovação de suas contrarreformas do Estado, administrativa, sindical, do ensino superior e da previdência, aquelas propostas por Lula contaram com o silêncio ou a anuência destes.

Segundo Abramides (2019), no segundo governo Lula ocorrem novos ataques à classe trabalhadora, por meio de diferenciação entre direitos trabalhistas de micro e pequenas empresas, jovens e trabalhadores da economia informal e aumento salarial a partir de acréscimo à variação da inflação, mas sem reposição das perdas salariais. Além das perdas materiais, tais medidas dividem os trabalhadores e criam uma terceira (re)construção da classe trabalhadora no Brasil. Outro ponto de ataque refere-se à limitação do direito de greve dos trabalhadores em serviço público, ao definir 72 horas de aviso prévio para se deflagrar uma greve, bem como a possibilidade de contratação temporária de servidores para substituir os grevistas.

Em relação às políticas sociais, devido ao crescimento da desigualdade social, fruto da política econômica desenvolvida, há um aumento da função assistencial, como um dos principais instrumentos de legitimação do Estado, e a figura do cidadão pobre torna-se o centro das políticas focalizadas de assistência social. É então imprescindível que se tenha clareza de que existe uma relação direta entre da política social nos governos Lula e a política econômica desenvolvida.

Constata-se nesse contexto que há uma extinção de direitos, com a substituição de políticas sociais universais, que exigem um grande volume de recursos, por políticas sociais focalizadas, a fim de liberar mais recursos financeiros para obtenção de *superavits* fiscais primários e para o pagamento da dívida pública.

De acordo com Abramides (2019), os governos de Dilma Rousseff, do PT, deram continuidade às medidas neoliberais em curso por meio de diversos decretos e contrarreformas até 2016, quando sofre o *impeachment* sem o julgamento de crime de responsabilidade, por meio de um golpe institucional parlamentar de direita no país.

Na tentativa de geração de *superavit* primário, Dilma propõe algumas mudanças trabalhistas e previdenciárias, como alteração dos critérios para o abono salarial e mudanças nas regras de pensão, bem como alguns ajustes fiscais, que recaíram sobre cortes em programas sociais e no reajuste de servidores públicos federais. No que concerne às políticas sociais desenvolvidas, constata-se também uma continuidade em relação às dos governos Lula, centradas fortemente na oferta de um programa social destinado à parcela mais pauperizada da população, o Bolsa Família.

A partir dos anos 2000, tem-se uma expansão do ensino superior no Brasil, promovida a partir de contrarreformas operadas nos governos Lula, em que há o predomínio da vinculação do ensino superior às orientações dos organismos internacionais e à lógica do mercado, como o PROUNI<sup>53</sup> e o REUNI<sup>54</sup>, além de regulamentar a oferta de cursos de graduação na modalidade Ensino a Distância EAD. Tais propostas massificam o processo de precarização do ensino superior, com salas de aulas lotadas, visto que não há concursos para docentes e técnicos, bem como a infraestrutura precária de algumas instituições.

Os impactos dessas alterações para o Serviço Social podem ser notados, com a expansão de cursos nesses últimos anos. Realidade no Serviço Social e responsável pela formação de um grande número de profissionais, os cursos de EAD promovem o aligeiramento da formação, com materiais de qualidade duvidosa e conteúdo de caráter essencialmente instrumental.

Segundo Oliveira (2020) pode-se afirmar que a relação do Serviço Social com a universidade ocorre a partir de dois aspectos. O primeiro deles refere-se a uma universidade pública, que tem em seu currículo uma formação crítica assentada na teoria social de Marx, contrariando outras áreas que apostam na fragmentação, em análises micro da realidade e no pensamento único. Por outro lado, observa-se nas universidades privadas e na modalidade EaD um aligeiramento da formação, com produção acadêmica limitada ou inexistente, com pouco ou nenhum recurso para a pesquisa, com um viés mercadológico e privatista, e com disciplinas que aparentemente se identificam com a matriz curricular defendida pela ABEPSS, mas que em sua essência refutam a teoria social crítica.

Nesse cenário, constata-se um tipo de formação de baixa qualidade, sem rigorosidade teórica, e que rompe com princípios básicos defendidos pelo Serviço Social para a educação, como gratuidade, publicidade, laicidade e qualidade de ensino.

De acordo com Barroco (2011), é necessário refletir sobre as bases sociais do projeto ético-político da profissão, visto que seu surgimento foi determinado fundamentalmente pela ação de certos sujeitos e condições históricas, ou seja, a construção dessa base social está intrinsecamente vinculada com o processo de reorganização da classe trabalhadora e dos movimentos democrático-populares, no contexto da redemocratização da sociedade brasileira

---

<sup>53</sup> O Programa Universidade para Todos (PROUNI) oferece bolsas de estudos parciais e integrais em instituições privadas de ensino, com a transferência de recursos públicos, o que impulsiona e fortalece o mercado de ensino superior no Brasil.

<sup>54</sup> O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) prevê que as universidades adotem uma política de criação de cursos de curta duração, dissociando ensino-pesquisa-extensão, que atendam aos interesses imediatos do mercado e, conseqüentemente, do capital.

na década de 1980, tendo como protagonistas desse processo os sujeitos da intervenção profissional, ou seja, a classe trabalhadora.

A precarização da formação profissional, resultado da qualidade da formação, o aumento do número de cursos de Serviço Social na modalidade à distância e o desmantelamento da universidade pública, colocam em risco o projeto Ético Político (PEP) da profissão. Não é possível desconsiderar que com o aumento do número de cursos de Serviço Social a partir dos anos 2000, o contingente profissional sofreu um aumento exponencial, o que leva a se pensar sobre a hegemonia do PEP.

O PEP foi forjado no campo das disputas profissionais que surgem com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, e estas disputas continuam presentes no interior da categoria até o momento. É no cotidiano que são travadas as lutas pela direção hegemônica da profissão, o que permite inferir que constantemente surgem ameaças que podem garantir outra direção à profissão. Por outro lado, é também no cotidiano que são travadas as resistências, o que exige um compromisso com o fortalecimento das lutas políticas vinculadas à defesa dos interesses da classe trabalhadora, o que demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam.

Segundo Yamamoto (2019a, p. 47), os princípios éticos norteadores do projeto profissional estão fundados no ideário da modernidade “que apresenta *a questão central da liberdade do ser social* no coração da reflexão ética; ser social *que se constitui pelo trabalho e dispõe de capacidade teleológica consciente, afirmando-se como produto e sujeito da história*”. No entanto é preciso considerar que a ordem burguesa é contraditória, uma vez que ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento de demandas vinculadas à liberdade, simultaneamente bloqueia e impede sua realização.

Segundo Rodrigues (2016), os governos PT representaram uma verdadeira prova para o projeto ético-político da profissão, tendo em vista a contribuição e influência do partido em momentos decisivos para o projeto.

Parcela da vanguarda da profissão participou do processo de construção de algumas legislações da política de assistência social, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). É importante sinalizar nesse momento que há entre alguns desses sujeitos uma clara vinculação partidária, o que promoveu uma certa cooptação desses setores às propostas do partido. No entanto, conforme ressalta Rodrigues (2016), as entidades representativas da profissão souberam manter elevadas suas agendas de lutas e defender um padrão de seguridade sintonizado com o projeto ético-político.



De acordo com Braz (2019), o projeto ético-político do Serviço Social, já nos anos 2000, em meio às dificuldades em torno da preservação de sua autonomia e manutenção de sua hegemonia, foi capaz de mantê-las e preservar a autonomia da profissão e de suas entidades até os dias atuais, conseguindo, a partir do que afirma Rodrigues (2016), passar na prova que a nova conjuntura lhe impôs.

Devido aos baixos índices de crescimento econômico, atrelados à baixa popularidade garantida ao governo de Dilma Rousseff, em razão das medidas antipopulares de ajuste fiscal e quebra de direitos, a direita encontra solo propício para dar um golpe parlamentar, rompendo com a soberania das urnas que elegeu a presidente (ABRAMIDES, 2019).

O golpe atendeu aos interesses da burguesia, do grande empresariado, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da oposição de direita representada pelo PSDB e PMDB, sendo o último, até as vésperas do golpe, coligado ao governo Dilma, de partidos menores de direita a eles aliados, da grande mídia, da rede Globo, dos jornais e revistas de grande circulação, do agronegócio, da Polícia Federal, do Ministério Público, da OAB, do Movimento Brasil Livre (MBL), de direita sustentado pelos institutos liberais internacionais. Frente a um governo enfraquecido, articularam-se, interna e externamente, para manter-se no poder em defesa de seus interesses de classe a serviço do capital nacional e internacional, agora sob a direção da direita, via “*golpe institucional*” (ABRAMIDES, 2019, p. 185-186, grifo da autora).

Com o golpe parlamentar, Michel Temer assumiu a presidência da República, e em um curto período encaminhou para o Congresso Nacional medidas de destruição dos direitos historicamente conquistados no Brasil. Em dois anos de seu governo, o país teve enormes retrocessos tanto na legislação trabalhista, quanto na legislação social.

De acordo com Oliveira (2020), Temer encaminhou sua proposta de reforma trabalhista e previdenciária ao Congresso, recorrendo à compra de votos e acordos políticos, e enquanto seguia com a agenda de reformas do capital, vários políticos eram denunciados por desvios de verba, corrupção e formação de quadrilha. Nesse momento, a Operação Lava-Jato e seu chefe, o juiz Sérgio Moro, despontaram como uma espécie de herói brasileiro, paladino da ética na política e do combate à corrupção, que segundo defendia a grande mídia no país, era herança dos governos petistas.

Sob a argumentação de que é necessário, para recuperar os índices de crescimento econômicos nacionais, reduzir a insegurança jurídica e diminuir o desemprego, no ano de 2017 são aprovadas mudanças que alteram a legislação trabalhista brasileira. Em março de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.429, que permite a terceirização em todas as atividades de uma empresa, sendo que anteriormente a aprovação dessa lei, as atividades-fim não poderiam ser terceirizadas. Poucos meses após a aprovação da lei da terceirização, o Congresso aprovou a

reforma trabalhista, alterando mais de cem artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A reforma trabalhista brasileira tem a finalidade de estimular os contratos atípicos, visto que são vínculos mais frágeis, se comparados com os contratos por tempo determinado. De acordo com Krein et al. (2018, p. 101), “a reforma trabalhista, ao estimular a contratação atípica, pode contribuir para precarizar o mercado de trabalho, gerando ocupações mais inseguras e deixando os trabalhadores em uma condição de maior vulnerabilidade”.

O crescimento das formas de terceirização ocorre, visto que a população trabalhadora brasileira transita no mercado de trabalho de forma instável, precisando, muitas vezes, a fim de obter uma melhor remuneração, combinar diferentes ocupações. De acordo com Biavaschi et al. (2017), as experiências de alteração nas leis trabalhistas apontam para alguns elementos importantes, indicando que a reforma não é feita, em regra, para reduzir os custos do trabalho, não tem impactos na criação de empregos, aumenta a precariedade do trabalho e não resolve os problemas de judicialização de conflitos, mas sim cria obstáculos para o acesso ao poder judiciário.

Oliveira (2020) afirma que a reforma trabalhista do governo Temer reforçou os ganhos do capital e possibilitou uma maior flexibilidade das relações de trabalho no país. Dentre alguns exemplos, é possível citar a retirada das atividades de higiene e descanso da jornada de trabalho, a ampliação da jornada de trabalho e a regulação do trabalho intermitente.

Outro ponto de retrocesso foi a PEC nº 241, também conhecida como PEC da morte, que foi sancionada em 2016 como Emenda Constitucional (EC95). Essa medida alterou a Constituição de 1988 com a instituição do Teto de Gastos Públicos, congelando por 20 anos o orçamento para áreas sociais, como saúde, educação e assistência social, revertendo-o para o pagamento da dívida pública.

Várias foram as respostas dos trabalhadores frente a esses ataques, com mobilizações, paralisações e passeatas, que culminaram na maior greve qualitativa e quantitativa já ocorrida no Brasil, com a paralisação de 35 milhões de trabalhadores. No entanto uma greve de um dia não foi suficiente para colocar abaixo o governo Temer (ABRAMIDES, 2019).

Afirma-se então que tanto a reforma trabalhista, quanto o congelamento do teto de gastos, tinham como entrave a Constituição Federal; nesse sentido foi preciso, para acelerar as reformas consideradas como necessárias, recorrer, como em governos anteriores, às emendas constitucionais e a medidas provisórias. Tanto o contingenciamento dos gastos públicos, quanto a precarização das condições de trabalho, foram alvo da difusão ideológica e mentirosa dos meios de comunicação para convencer a população de que tais medidas seriam necessárias para

o país não ficar paralisado. O discurso utilizado defendia então que seria necessário a contribuição de toda a população para salvar o país (OLIVEIRA, 2020).

De acordo com a autora, foi essa lógica que definiu as eleições de 2018, mesmo que o novo nada apresentasse de novidade. O cenário eleitoral no país foi marcado por um discurso que defendia a ética na política, o resgate dos valores tradicionais da família burguesa, contra o aborto e a favor da vida, pela recuperação do emprego, pela ordem e pelo fim da velha política de compra de votos. É nesse contexto que se apresenta um candidato com valores contrários aos defendidos pelos petistas, e que na visão obscurantista, religiosa e moralista de parcela da população romperia com as práticas comunistas, com a violência desenfreada, com o avanço do feminismo, dentre outras. Jair Messias Bolsonaro, candidato que defendia as pautas morais e conservadoras defendidas pelos “cidadãos de bem” chega ao segundo turno, concorrendo com o candidato do PT, Fernando Haddad, em uma eleição marcada por uma grande quantidade de votos nulos e brancos (OLIVEIRA, 2020).

Bolsonaro é então eleito no pleito de 2018, ancorado por “um séquito de cavaleiros e damas do ódio”, que se utilizam de notícias falsas e falaciosas para conseguir apoio da população para suas ações. Mesmo discordando das posições misóginas, homofóbicas, machistas e racistas de Bolsonaro, a grande mídia acena com total concordância para a política econômica e as reformas em curso propostas por sua equipe econômica (OLIVEIRA, 2020, p. 94).

A reforma da previdência, também proposta pelo governo Temer, não conseguiu ser aprovada naquela conjuntura; no entanto, no governo seguinte, com a vitória no pleito eleitoral de 2018, Jair Messias Bolsonaro, militar reformado, assume a presidência do país e conseguiu aprovar, já no ano seguinte, uma reforma.

De acordo com Oliveira (2020), em reação à política social, o governo Bolsonaro reforça a política de assistência social caracterizada pelo assistencialismo, recuperando o primeiro damismo, ao criar o Programa Criança Feliz, para educar os filhos dos beneficiários do programa Bolsa Família e delegar à sua esposa a sua condução.

Ainda segundo a autora, os governos Temer e Bolsonaro não representam a volta do neoliberalismo no país, mas sim a exacerbação do capitalismo em sua faceta mais aguda e incivilizada. As divergências com os governos anteriores consistem apenas na forma e na velocidade com que as medidas são adotadas. Apoiado por um congresso que renovou partidos e nomes, mas não a prática de representar interesses corporativos e eleitoreiros, o país segue em direção ao passado, com Bolsonaro atuando como bobo da corte, chocando o mundo com

suas imbecilidades e obscenidades verbais, enquanto sua equipe econômica segue arquitetando mudanças para atender ao capital (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, defende-se que com o governo Bolsonaro há a ascensão da extrema direita ao Executivo nacional, e as medidas de contrarreforma se acentuam vertiginosamente. Há também um claro direcionamento conservador em seu governo, trazendo determinadas pautas morais para o debate e propostas governamentais.

Presencia-se, também, no tempo cotidiano, um influxo do pensamento conservador, que invade todas as esferas da vida social, disseminando o anti-humanismo, o pessimismo, o individualismo, naturalizando as contradições sociais e suas consequências, como observado nos capítulos anteriores.

Nesse contexto há a moralização da questão social, ao se considerar a expressão como “problemas” de ordem social, que já não é dirigida prioritariamente ao ajustamento dos indivíduos, como pode ser observado ao que ocorria no início da profissão, mas à sua punição. De acordo com Barroco (2015, p. 625), “esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização”.

Essa onda neoconservadora vem sendo incorporada também pela juventude, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL), que vem ganhando força e espaço no país nos últimos anos. Observa-se que assim como o conservadorismo vem se espraiando nas esferas da vida social, não poderia ocorrer de forma diferente nas profissões, bem como no Serviço Social.

As profissões não são imunes a essa invasão. A intolerância e o racismo institucional perpassam pela formação e pelo exercício profissional. O irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade. Mas a incorporação do irracionalismo não decorre somente de opções ideológicas. São oriundas também da reprodução do senso comum, favorecida pela precarização das condições objetivas de trabalho, de aprendizado e de existência dos alunos e professores (BARROCO, 2015, p. 633).

De acordo com Cantalice (2016), não é possível negar que as atuais mediações sócio-históricas que disseminam uma peculiar via de leitura do real, e influenciam amplamente o campo da produção do conhecimento, também tenham inflexões no Serviço Social. Para além do neoconservadorismo, também é preciso destacar as elaborações pós-modernas, que vêm gerando uma tensão com a atual direção social e estratégica da profissão.

Sant'Ana e Silva (2020) afirmam que o impacto do conservadorismo reacionário no Serviço Social tem sido amplo e diverso, afetando as bases materiais da profissão e refletindo negativamente no trabalho e na formação profissional.

Diante das inflexões pós-modernas, é preciso analisar como está sendo feita a leitura dos objetos de investigação e intervenção da profissão. Nota-se na profissão nos dias de hoje uma incorporação, tanto indiscriminada quanto consciente, de autores e teses vinculados ao universo das elaborações pós-modernas, o que indica que o pensamento pós-moderno adentrou o campo das leituras e elaborações do Serviço Social, “imprimindo nessas a forma particular de visão de mundo pós-moderna e, o mais grave, inflexionando a prática no interior de nossa profissão”, com traços ecléticos e sincréticos, “à sua direção difusa, desarticuladora, consternadora, compartimentalizada” (CANTALICE, 2016, p. 252).

Ainda segundo a autora, é possível observar que em determinadas produções teóricas do Serviço Social, afasta-se o raio das análises realizadas dos processos e referências macrossociais que sustentaram inicialmente o processo de problematização, e é feita uma redução das análises “à dimensão do fragmento, do caso, do individual, da superfície e do imediato”, “como se os objetos se autoproduzissem e se autoexplicassem” (CANTALICE, 2016, p. 254).

Dentre outras justificações, os autores utilizam-se da ideia de que é preciso dar respostas imediatas e concretas às mais diversas demandas postas ao assistente social no nível do cotidiano, e isso implica articular ações nos microespaços e nas microrrelações de poder. O que suplantaria quaisquer possibilidades de articulações macrossociais ou universalizantes, quer seja na problematização das respostas profissionais, quer seja na emissão propriamente dita delas. Ao fim, o que se argumenta, dessa maneira, é a “impossibilidade” de suspensão do cotidiano e de sua imediaticidade no campo da prática profissional, nos termos de Paulo Netto (2004) (CANTALICE, 2016, p. 254).

A precarização da formação, como indicado anteriormente, abre espaço para que cheguem ao mercado de trabalho profissionais que não possuem as habilidades técnicas requeridas a fim de exercer um trabalho na direção proposta pelo projeto ético-político da profissão, o que coloca em xeque a direção social da profissão. De acordo com Simionatto (2009, p. 101), “as novas exigências do mercado de trabalho impõem ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais”.

Dessa forma, partindo da perspectiva de análise que considera o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, a construção de seu exercício ocorre a partir das demandas de diversos segmentos de classe, que surgem a partir da heterogeneidade

da vida cotidiana. Essas demandas se constituem como objetos da ação profissional e indicam, na aparência, “necessidades práticas essenciais à produção e à reprodução da vida material dos sujeitos sociais”. Reduzindo-se à apreensão imediata da realidade, a ação profissional também se limita a procedimentos burocráticos basilares das relações capitalistas contemporâneas, e essas ações burocratizadas geradas pela economia de mercado impedem o contato criador do homem com a sociedade e estimulam uma visão acrítica, alienante e fetichizada das relações (SIMIONATTO, 2009, p. 101).

Reduzir o exercício profissional a mera identificação de demandas e a seu atendimento focalizado, “mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas”. As ações do Serviço Social, quando movidas a partir do campo da imediatividade cotidiana e reduzidas a mera aparência, constituem “um foco aberto para o fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, da fragmentação entre teoria e prática”, de acordo com as tendências pós-modernas e com um distanciamento dos paradigmas críticos totalizantes (SIMIONATTO, 2009, p. 101).

Proceder a uma análise da sociedade de forma a superar sua aparência, buscando conexões entre os fenômenos, superando o senso comum e identificando o que está por detrás dessa cortina de fumaça que encobre as determinações da sociedade capitalista, tudo isso exige dos profissionais uma capacidade técnica que só é possível de ser alcançada com alto rigor teórico (CANTALICE, 2016).

De acordo com Cantalice (2016), é preciso considerar alguns fatores, como o fato de o conservadorismo não ter sido expurgado da cultura profissional; a existência de uma cultura antimarxista em frações da profissão; a conjuntura atual, desfavorável aos setores democráticos da sociedade brasileira; as condições sociopolíticas que se firmam na contramão dos anseios e objetivos inscritos no marco do projeto ético-político do Serviço Social; e o discurso pós-moderno que se generaliza tanto no âmbito das universidades, quanto das Ciências Sociais que estão em interlocução com a profissão. A partir desses elementos é possível que as inflexões pós-modernas identificadas no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, caso se capilarizem, inaugurem o questionamento da atual direção sócio- -estratégica da profissão, tanto em relação ao projeto profissional de forma geral, quanto no que concerne às perspectivas de orientação da instrumentalidade profissional.

A capilarização dessas incidências se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele, já que, por seu viés neoconservador, pode de fato significar a deflagração de um

processo de rearticulação das frações que advogam em favor do conservadorismo profissional que persiste no interior do Serviço Social. E esse movimento endógeno, encontrando ressonância exógena diante da regressiva sociocultural que se generaliza nas articulações do capitalismo contemporâneo, pode inaugurar outro momento na profissão e certamente este não é prenhe de demandas revolucionárias (CANTALICE, 2016, p. 256).

O retorno do discurso da cultura profissional que compreende que teoria e prática são distintas e não se articulam, no qual há um superdimensionamento do saber-fazer, alinha-se à razão instrumental, ao crescente processo de burocratização da vida social e aos aportes teóricos do pensamento pós-moderno. Dessa forma, indica-se a necessidade de se compreender a realidade a partir de um rigoroso exercício com referência na razão crítica, que seja capaz de captar as suas diferentes dimensões, sejam elas particulares ou universais (SIMIONATTO, 2009).

Constata-se, então, que ao longo de sua trajetória histórica, setores da categoria profissional vêm tentando romper com seu passado conservador; no entanto é possível perceber nos últimos anos um forte retorno de concepções conservadoras, colocados de forma aberta e clara, se contrapondo ao atual projeto de profissão.

Tal fato não ocorre aleatoriamente, mas os sujeitos que compõem a profissão, inseridos na dinâmica da vida social, vivem e reproduzem em sua atuação profissional sua orientação conservadora, “objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações” (BARROCO, 2015, p. 634).

Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas (BARROCO, 2015, p. 635).

Observa-se também que os assistentes sociais vêm sendo pressionados por seus empregadores para executar tarefas policiais, como as determinações impostas pelo Judiciário, que exigem o cumprimento de determinadas demandas que seriam de responsabilidade de juízes, promotores, ou mesmo de investigação da polícia. Atividades de caráter moral vêm surgindo como demandas à profissão nesses últimos tempos, tarefas estas muitas vezes contrárias ao Código de Ética, culminando em quebra de sigilo profissional, ou

não raro indo de encontro aos direitos dos sujeitos usuários das políticas em que os assistentes sociais atuam.

De acordo com Braz (2019, p. 186), “a história do Serviço Social nos últimos quarenta anos foi marcada por conjunturas adversas e duríssimas que não foram capazes de travar os avanços da profissão”, isso porque nesse período a profissão escolheu se aliar a um projeto societário vinculado aos trabalhadores, um projeto de construção de outra sociedade.

Segundo Sant’Ana e Silva (2020), o neoconservadorismo inevitavelmente vem impactando a direção social estratégica da profissão do final dos anos 1990, o que altera e debilita as condições materiais para sua objetivação. Esse processo faz com que graves problemas, que já existiam anteriormente, adquirem nesse momento uma maior complexidade.

Nesse sentido, segundo sinaliza Simionatto (2009, p. 102), é possível indicar que o Serviço Social defronta-se com duas grandes tendências teóricas, uma delas “vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho”, demandando do profissional “um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais”. Já a segunda tendência, “relacionada à tradição marxista, compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais”. O fortalecimento de uma tendência depende, dentre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais, bem como de suas opções ético-políticas, considerando e compreendendo o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão.

Constata-se então que a profissão vem enfrentando, de forma aberta e clara, nesse momento, uma disputa entre correntes de profissão, disputa esta que mesmo com a garantia de hegemonia do projeto de ruptura, nunca foi eliminada da profissão, mas que hoje se apresenta de forma mais aberta. Desse modo, no próximo capítulo será feita uma análise dos alguns grupos conservadores atualmente articulados no Brasil.



#### 4 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O capítulo ora apresentado tem por objetivo apresentar as perspectivas teóricas em três páginas do Facebook analisadas na pesquisa: “**Serviço Social e Pluralismo**”, “**Serviço Social Conservador**” e “**Serviço Social Libertário**”.

Para a análise das páginas, dividiu-se o capítulo em sete partes, a fim de se garantir uma melhor exposição dos elementos ali debatidos. Nesse sentido, em um primeiro momento será apresentada uma caracterização da investigação, no intuito de indicar ao leitor como se procedeu à análise. Em seguida, a partir das indicações das matrizes teóricas presentes nas páginas, será elaborada uma discussão que relaciona suas análises com o debate de temas mais gerais, vinculados à dinâmica do real e exógenos à profissão.

A partir do terceiro momento, serão analisados elementos endógenos à profissão, tais como, a gênese da profissão tal como aparece nas páginas, bem como algumas concepções sobre o Serviço Social. O quarto momento do capítulo se dedica a promover uma discussão sobre as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas, seguida, no quinto momento, de uma análise acerca da crítica à hegemonia crítica na profissão elaborada.

Em um sexto momento será apresentada e debatida a proposta de reforma da profissão contida no material analisado para, por fim, se elaborar algumas indicações, indagações e reflexões sobre as páginas.

##### 4.1 Caracterização da investigação

No início da investigação sobre o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social realizou-se uma busca sobre o que tem sido publicado em livros cujos autores se afirmam hoje abertamente como conservadores. Nessa primeira análise, no entanto, não foi possível encontrar material de relevo para a pesquisa, o que levou a se pensar em outras formas de encontrar os espaços onde a categoria tem dialogado sobre o tema. Dessa forma, considerou-se que a internet é atualmente um espaço o qual diversos setores da sociedade têm buscado para expressar seus posicionamentos.

A escolha por analisar páginas do Facebook foi feita primeiramente devido à abrangência das redes sociais na atualidade – acessada diariamente por milhões de pessoas em todo o mundo, é considerada como um espaço no qual há uma grande participação da sociedade. Silveira (2015) aponta, a propósito, que a partir de uma pesquisa realizada em 2012 pelo Comitê Gestor da Internet, 74% dos brasileiros conectados à internet utilizavam redes sociais e consideravam o Facebook como o espaço mais envolvente entre todos aqueles que promovem debates políticos.

Nesse sentido, optou-se por essa rede social, tendo em vista que, segundo informações do Facebook for Business (2021), é acessada diariamente por 1,79 bilhões de pessoas, além do que as páginas são perfis públicos, nas quais todas as informações estão disponíveis. Ali, a forma de interação é pública, e os usuários podem seguir, avaliar, comentar, curtir e compartilhar as publicações ou lançar mão de mensagens privadas.

A escolha das páginas utilizadas na pesquisa partiu da página “Serviço Social Libertário”, tendo em vista que, por ser mais divulgada entre os assistentes sociais, já era conhecida. Posteriormente, realizou-se a pesquisa das palavras “Serviço Social”, “Conservadorismo” e “Conservador” no campo de busca, filtrando a seleção por páginas, na qual encontrou-se a “Serviço Social e Pluralismo” e a “Serviço Social Conservador”, delimitando assim os espaços nos quais a pesquisa seria realizada.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2020 com a coleta de todas as publicações disponíveis. Nesse momento, observou-se que a última publicação da “Serviço Social e Pluralismo” havia se dado em junho de 2019, o que levou ao questionamento sobre se esta deveria ou não permanecer na pesquisa. No entanto, ao acompanhar seu alcance e interação, definiu-se por sua manutenção, tendo em vista que a página continuava tendo novas “curtidas” e “seguidores”, mesmo que não tivessem havido novas publicações.

No que concerne às informações sobre elas, a “Serviço Social Libertário” foi criada em março de 2016, e em agosto de 2020 contava com 5390 seguidores e 5139 curtidas. Dela foram analisadas 178 publicações, postadas entre maio de 2016 e agosto de 2020. Criada em maio de 2019, a “Serviço Social e Pluralismo” contava, em agosto de 2020, com 3126 seguidores e 3070 curtidas; foram analisadas 45 publicações de maio a agosto do mesmo ano. Já a “Serviço Social Conservador” foi criada em maio de 2018 e contava, no início da pesquisa, com 372 seguidores e 350 curtidas, com a divulgação de 49 postagens no período de novembro de 2018 a junho de 2020.

Primeiramente foi realizado um levantamento das publicações e, em seguida, após análise de seu conteúdo, realizado um agrupamento dos dados, que se encontra no quadro do

apêndice 1. Destaca-se que foi feita a opção de manter a redação dos textos tal como aparece nas páginas, de modo a preservar e expor, ao mesmo tempo, uma construção de texto não raro canhestra.

Todas as páginas, mesmo que apresentando elementos distintos, se propõem a fornecer elementos que permitam aos assistentes sociais pensar para além do chamado pensamento hegemônico, bem como promover discussões sobre temas que são, segundo suas análises, marginalizados no debate profissional.

Postagens da “Serviço Social e Pluralismo” dão conta de que sua proposta é olhar para o Serviço Social a partir de vários ângulos e internacionalmente, abordando diversas teorias e modelos de intervenção utilizados no mundo, a fim de se construir um debate sobre a formação e a profissão no Brasil, bem como seu atual estado teórico e metodológico, a partir da garantia de pluralidade teórica prevista no Código de Ética profissional. É importante destacar que, a cada publicação, são apresentados extratos de referências bibliográficas de diferentes autores, o que a princípio induzia a que se pensasse tratar-se de análises com uma maior densidade teórica. Ao se fazer a leitura de algumas referências bibliográficas, observou-se que foram citados 58 livros, artigos, dissertações e teses; no entanto, alguns deles eram de fato extratos de outras obras também indicadas, o que levou a uma redução para 31 obras principais.

Segundo informações da “Serviço Social Libertário”, o movimento foi criado com o intuito de lutar por melhorias no Serviço Social brasileiro, bem como propagar ideias que contribuam com a liberdade e integridade de atuação profissional. Consideram que para a excelência e desenvolvimento de uma profissão ou área do conhecimento, a liberdade de pensamento, de produção científica e de atuação é imprescindível. Como defesas indicam a vida, a liberdade e a propriedade, sinalizando que o movimento foi iniciado por alunas(os) e profissionais de Serviço Social insatisfeitas(os) “com a doutrinação marxista” sustentada pelo curso e que “fundamentam uma prática profissional político-ideológica” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Nesse sentido, afirma-se que a página seria um

espaço para refletir e desenvolver propostas para os problemas socioeconômicos do nosso país e para Serviço Social brasileiro enquanto profissão, bem como as respostas dadas às demandas profissionais, baseando nossas ideias nos princípios de inspiração liberal – direito a vida, a liberdade e a propriedade – e comprometidos com a qualidade dos serviços prestados aos usuários de nossos serviços (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Nela há a defesa que se preza pela liberdade de consciência e de crença, pela contraposição de ideias e pela curiosidade que leva “a conhecer amplamente bases teóricas, filosóficas e econômicas diversas, que desenvolvam os sujeitos. Nesse sentido, não raro, apresenta “profissionais e movimentos de vertentes diferentes, de conservadores a social-democratas”, não por coadunar com todos, afirma, mas porque defende tratar-se de um espaço no qual “a verdadeira pluralidade profissional tem respaldo” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

O nome ‘libertário’ foi usado para demonstrar identificação com outras páginas de Facebook ligadas a categorias profissionais de afinidades liberais/libertárias. Indica-se que seus redatores são liberais, em sua maioria, e a propagação de ideias de liberdade é um dos seus principais focos. De acordo com informações das postagens, o libertarianismo é uma filosofia política que parte da premissa de que os sujeitos são melhores planejadores de suas ações e preferências do que qualquer outro planejador, como o Estado. Nesse sentido, defendem que é necessário haver liberdade para produzir, pensar, opinar, comercializar e fazer contratos. Dessa forma consideram que “o libertário é, principalmente, contrário à violência e coerção. Ele não prega um planejamento central da sociedade ou diz como as pessoas devem ser, mas, do contrário, afirma que sociedades justas abarcam ideias diferentes e não legitimam a violência” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n.p.).

Defende então a Serviço Social Libertário que não é libertária por se preocupar estritamente em difundir sua filosofia como única contraposição à hegemonia do Serviço Social, mas devido a sua premissa basilar, que consiste na crença de que a profissão deve ser aberta a outras abordagens de atuação; nas suas palavras, que “os profissionais devem ter liberdade de pensamento e de escolha sobre seu embasamento teórico” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Sendo assim, indicam que são um movimento composto por assistentes sociais que não defendem o projeto ético-político classista, o qual consideram possuir uma orientação societária comunista, e buscam fazer frente a isso indicando elementos que possibilitem aos profissionais conhecer novas formas de se pensar a profissão.

Seu objetivo principal “é trazer a teoria liberal para dentro do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não sejam a ‘ditadura do proletariado’ e a utópica ‘revolução comunista’”, bem como “evidenciar o quão prejudicial é a atuação desmedida do Estado que não se limita às suas funções essenciais, de segurança e de proteção, mediante a lei, da inviolabilidade dos direitos individuais”. Outro objetivo indicado é o de alcançar mais pessoas que, assim como as editoras,

“conseguem identificar a doutrinação do curso e a grande armadilha que é o socialismo” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Dessa forma, consideram que os princípios basilares do “Serviço Social Libertário” são: a “pluralidade teórica para a atuação profissional, para o ensino e produção acadêmica”; o “fim do monopólio CFESS/CRESS e abertura de espaço para outras entidades de representação”; a “abertura e/ ou ampliação de novos espaços de trabalho para além do Estado” e; a “propagação e desenvolvimento de ideias libertárias/liberais para o Serviço Social brasileiro” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A página “Serviço Social Conservador” é apresentada como uma derivação da “Serviço Social Libertário”, tendo em vista que seus conteúdos não estão em oposição, e que na verdade trata-se de “uma das correntes teóricas que pode ser adotada dentro do Movimento “Serviço Social Libertário”, assim como a visão liberal ou mesmo a crítico/científica” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Sendo assim, aponta,

foi criada para oportunizar a todos os profissionais da assistência social e de áreas afins, ou simplesmente a quem se interessar por assistência social, um meio de discutir e se aprofundar teoricamente sobre a doutrina conservadora, infelizmente pouco desenvolvida nas graduações em Serviço Social e nas Ciências Sociais e humanas em geral (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Afirmam que a assistência social, antes de mais nada, é uma competência humana de amplo espectro humanitário, não se limitando às fronteiras da formação acadêmica, embora a profissionalização seja necessária no Brasil para se ocupar cargos específicos em instituições públicas ou privadas.

Já em outra publicação há a indicação de que um dos objetivos da página “Serviço Social Conservador” é fomentar e fundamentar a criação de tecnologias inovadoras, capazes de emancipar os sujeitos de suas vulnerabilidades e não os tornar dependentes delas, através da difusão do pensamento conservador. Considera-se que essa afirmação se apropria de algumas categorias presentes no debate da categoria profissional, sem, no entanto, imprimir a elas a mesma conotação, deixando de relacionar a inevitabilidade da revolução e de uma nova ordem societária, para indicar a necessidade de redução de políticas sociais públicas. Ocorre que a partir da discussão acumulada pela categoria, tendo como referência o marxismo, a emancipação dos sujeitos não é possível de ser realizada individualmente ou pela ação de uma categoria profissional. A garantia da emancipação humana não é mesmo uma possibilidade na

sociedade capitalista, mas sim será capaz de ser alcançada através da luta de classes e com o surgimento de uma nova sociabilidade.

Há também a afirmação de que seu objetivo precípua

é difundir e dialogar sobre o conservadorismo e como esse modelo de enxergar o mundo pode fundamentar as ações assistenciais e criar tecnologias sociais inovadoras com o propósito verdadeiro de emancipar os sujeitos das suas vulnerabilidades, e não o de torná-los dependente delas (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Nesse sentido há a indicação de três dos conceitos fundamentais que nortearão os debates, bem como a interação entre os seus seguidores: o conservadorismo, a assistência social e o Serviço Social.

Esta é a única dentre as páginas analisadas que indica que comentários de caráter político/partidário não serão aceitos, a fim de provocar atritos ideológicos, visto que o tema (conservadorismo) é pouco desenvolvido nos cursos acadêmicos e não “desfruta do acolhimento merecido por parte de editores de periódicos científicos no Brasil” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Dessa forma, no próximo item será realizada uma análise dos debates mais gerais apresentados, elaborados a partir das matrizes teóricas presentes.

#### 4.2 As discussões sobre as matrizes teóricas da teoria social

A vinculação a matrizes teóricas do pensamento social sempre fez parte das discussões do Serviço Social no Brasil e no mundo. Na realidade brasileira, a princípio vinculava-se à doutrina social da Igreja Católica, e durante a sua trajetória histórica diversas correntes de pensamento foram as predominantes dentre os profissionais. Com o processo de renovação do Serviço Social, rompe-se com a indicação de uma única vertente teórica, tendo em vista que a partir desse momento há formalmente a garantia do pluralismo teórico pelo Código de Ética de 1993.

Nas publicações analisadas, são encontrados elementos que revelam as vinculações teóricas das páginas, indicações de referências bibliográficas, bem como a crítica a correntes de pensamento do campo crítico. Observa-se que somente a “Serviço Social e Pluralismo” possui uma abordagem segundo a qual todas as discussões se localizam no interior da profissão;

ali não ocorre um diálogo direto com matrizes teóricas do pensamento social ou com indicação de autores que são expoentes das matrizes. Assim como não há explicitamente nenhuma crítica, ataque direto ao pensamento crítico ou qualquer discussão sobre o socialismo.

A partir das análises realizadas tanto na “Serviço Social Libertário”, quanto na “Serviço Social Conservador”, observou-se que apresentam de maneira explícita a vinculação a duas matrizes de pensamento, sendo elas o liberalismo e o conservadorismo. É a partir dessas duas correntes de pensamento que as análises sobre capitalismo, Estado, socialismo, marxismo, democracia, a realidade brasileira e temas conjunturais são apresentadas.

Considera-se que há uma vinculação com os posicionamentos defendidos pelo liberalismo em grande parte das análises realizadas pela “Serviço Social Libertário”, tendo em vista tanto a referência a autores que se vinculam a essa corrente, quanto a construção de elementos que compõem o debate das categorias tratadas.

Foi possível observar a divulgação de autores tanto do pensamento liberal, quanto do pensamento neoliberal, percebendo-se uma maior vinculação e interlocução com seus expoentes a nível mundial, como Ludwig Von Mises, John Locke, Frédéric Bastiat, Milton Friedman e Friedrich Hayek, bem como das ideias de Ayn Rand, uma das principais divulgadoras do pensamento libertário. Destaca-se que mesmo presente a referência a Locke, o debate realizado não se aproxima dos autores clássicos da teoria liberal, centrando-se principalmente nas análises realizadas por Mises sobre as categorias abordadas.

Consideram que, mesmo com a existência de várias escolas de pensamentos liberais, a Escola Austríaca de Economia, à qual Mises se vincula, é a mais completa, “por abranger não apenas ao pensamento econômico, mas também tratar de filosofia e direito, por isso, os assuntos tratados pela página terão como base os teóricos dessa escola” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Apesar de carregar no nome a denominação libertária, o que supostamente demonstraria uma maior afinidade com essa corrente, a “Serviço Social Libertário” utiliza-se mais de referências do liberalismo do que propriamente do libertarianismo, fato comprovado pelo fato de Ayn Rand, principal autora da corrente, ser citada apenas em algumas publicações. Outro ponto observado refere-se à necessidade de realizar um aprofundamento sobre a diferença entre libertarianismo e liberalismo, tendo em vista que dentro do pensamento conservador brasileiro há um debate das diferenças entre essas duas correntes, conforme pode ser observado nas análises realizadas por Constantino (2018), indicadas no item 2.3.4, do capítulo 2.

Na “Serviço Social Libertário”, os temas são abordados a partir da micro e não da macroeconomia; dessa forma procuram-se os fenômenos econômicos a partir das ações

individuais e do valor subjetivo que cada participante do mercado atribui a determinado bem ou serviço.

O caminho da liberdade e do respeito aos direitos individuais, como a vida e a propriedade, são considerados essenciais para a organização da sociedade e do bem-estar comum. De acordo com as defesas da página, não é possível acreditar que existe alguma forma de harmonia entre os conceitos de liberdade e igualdade. Um sistema que tem como base a ideologia da igualdade erra por não compreender que os homens são naturalmente, e não historicamente, desiguais. A igualdade condenada aqui não se refere à igualdade prevista no texto constitucional, ou seja, a igualdade formal, mas sim o que denominam de igualdade material, considerada como “aquela que só pode ser estabelecida mediante um controle total do Estado sob seus cidadãos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Constata-se que esse debate se distancia dos preceitos defendidos por seus principais expoentes do liberalismo clássico, cujos pensamentos nortearam os ideais da Revolução Francesa, tendo em vista a defesa destes dos ideais de liberdade e igualdade. Observa-se que as análises se aproximam mais do debate de autores conservadores contemporâneos brasileiros, que também são influenciados pela escola Austríaca e pelo pensamento de Mises, corrente que indica uma impossibilidade de articulação entre esses dois ideais. Partindo de Mises, há a defesa da liberdade econômica, visto que esta não se encontra dissociada de outras liberdades e significa “que é dado às pessoas o poder de escolher o próprio modo de se integrar no conjunto da sociedade”. Defendem que em uma sociedade regida pela economia livre, todos prestam serviços aos seus concidadãos e são, em contrapartida, servidos por ele. Consideram que no capitalismo os chefes são, em última instância, os consumidores, ou seja, aquele “que detém o poder de compelir os empresários a abandoarem ou a ajustarem suas ações conforme os desejos e as ordens de seus consumidores” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Dessa forma, tomando como referência essa corrente do pensamento liberal é que o debate sobre o capitalismo vai ser desenvolvido na página. De acordo com as análises, esse modo de produção é considerado como o “único sistema criado organicamente por todos os indivíduos”, conforme suas necessidades, e que se desenvolveu pelo “simples respeito à propriedade e pela possibilidade de transformar ideias e força de trabalho em algo que um terceiro carece”, sendo considerado como o “sistema que faz necessário que, aquele que deseja ser servido, sirva a alguém”. Segundo as publicações, deve acontecer o incentivo à livre concorrência, uma vez que se acredita que o empreendedorismo e a criatividade permitem trazer soluções novas para os problemas (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).



Nas postagens que se propõem a explicar ou defender esse modo de produção a partir de Misses, há a compreensão de que, com o surgimento do capitalismo e da indústria de massa, as pessoas passaram a se desenvolver conforme seu trabalho e esforço. No entanto, afirmam que, mesmo com tantos avanços possibilitados pelo capitalismo, este é “extremamente mal visto por grande parte da sociedade”, sendo necessário desmistificar algumas histórias, como as condições de trabalho feminino e infantil. Indicam que, apesar de “nada satisfatórias”, as fábricas acolhiam esses sujeitos e produziam para tantos outros e, se não tivesse ocorrido dessa forma, “o desenvolvimento, assim como a sobrevivência das pessoas estariam fadados ao fracasso”. A partir dessa perspectiva, “as únicas pessoas ‘prejudicadas’ com o desenvolvimento da indústria de massa foram os aristocratas, que tiveram que pagar salários maiores para os seus servos, para que esses não fugissem para as cidades e trabalhassem nas fábricas”. Dessa forma, constata-se que “grande parte dos aspectos negativos imputados ao capitalismo, foram, na verdade disseminados pelos aristocratas que foram perdendo o seu poder econômico e status social” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Há também a defesa da ideia de que o capitalismo possibilitou a mobilidade social, afirmando-se, a partir de Misses, que apesar de haver diferenças entre as pessoas, não são como as que se verificam em uma sociedade de status.

Isso significa que haverá sempre no topo da escala social pessoas ricas, politicamente importantes, mas essas pessoas – essas elites – estão em contínua mudança. Isso se aplica perfeitamente a sociedade capitalista. Não se aplicaria a uma sociedade pré-capitalista de status (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Segundo a avaliação, em uma sociedade capitalista há uma contínua mobilidade, com “pobres que enriquecem e descendentes de gente rica que perdem a fortuna e se tornam pobres”. Considera-se que todos são livres para mudar seu status, sendo isto o que distingue “o sistema de status do capitalista de liberdade econômica, em que as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Em uma das postagens, a partir do pensamento de Ayn Rand, tem-se a defesa de que o capitalismo, mesmo sendo chamado de um sistema de ganância, elevou o padrão de vida dos cidadãos mais pobres a níveis que nenhum “sistema coletivista” conseguiu igualar e que nenhum “sistema de gangue tribal” foi capaz de conceber. Considera-se que tais afirmações reforçam a ideia de meritocracia, a qual afirma que, no capitalismo, a partir do esforço individual é possível ao sujeito romper com sua situação de classe.

Constata-se que há, nas análises, uma exaltação do capitalismo, desconsiderando em seu processo de desenvolvimento os problemas causados por esse modo de produção. Ao indicar que este, em sua gênese, só prejudicou a aristocracia, que teria de pagar melhores salários a seus servos, a página promove uma alteração dos rumos da história, não apenas indicada pela bibliografia marxista, mas a partir de obras da literatura, como por exemplo a de Victor Hugo, e das legislações daquele contexto, como as leis elizabetanas.

Considera-se que essa análise indica alguns elementos importantes do pensamento conservador e aproxima-se do debate conservador realizado após a consolidação desse modo de produção, no qual, assim como exposto no item 1.2 do capítulo 1, há o abandono da ideia difundida por Burke de um conservadorismo antiburguês, passando a ser central o protagonismo antiproletário.

Compreende-se então que as análises sobre capitalismo realizadas têm como referência as ideias liberais, ao considerar que esse modo de produção possibilitou a mobilidade social, com o rompimento do que denominam de sociedade de status. Em outro momento, a partir desse mesmo direcionamento, afirma-se que o sujeito tem a possibilidade de escolher o modo como irá se integrar ao conjunto da sociedade.

Observa-se que as análises realizadas desconsideram que foi somente com o capitalismo que houve o desenvolvimento das forças produtivas, o que permitiu que pela primeira vez na história não houvesse escassez. Outro elemento desconsiderado na análise refere-se às desigualdades sociais promovidas por um sistema no qual cada vez mais se coletiva a produção, que por sua vez se encontra apropriada por cada vez menos sujeitos e grupos conglomerados.

Conforme explicitado no item 1.1 do capítulo 1, Marx (2017a) afirma que a lei de acumulação capitalista encontra-se mistificada em uma lei da natureza, que exclui a diminuição do grau de exploração ou a elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista. Dessa forma, o processo de produção capitalista envolve também a reprodução da própria relação capitalista.

Afirma-se que, em sua aparência e devido à difusão da ideologia dominante, a relação capitalista é tida como natural e imutável, sendo considerada por muitas correntes de pensamento, assim como defende a teoria liberal, como o ponto mais alto de desenvolvimento que a humanidade seria capaz de experimentar.

É a partir desses elementos que a análise do capitalismo é desenvolvida, considerada somente com base em uma apreensão rasa, sem um maior aprofundamento na corrente teórica que se propõe a defender. As discussões realizadas ali não se apropriam de forma densa de autores da teoria liberal, por exemplo os contratualistas, mas sim de modo superficial da obra

de Misses, considerado por eles como a principal referência. A falta de aprofundamento teórico e a não apropriação de autores que são referência nas correntes de são elementos demonstrados por Netto (2011b), conforme visto no item 3.3 do capítulo 3, na análise da vertente da reatualização do conservadorismo.

Dessa forma, a partir de tais justificativas, a página promove o debate sobre a diferença entre o livre mercado e a intervenção do Estado. Devido a seu direcionamento a partir do pensamento liberal, constata-se que há a defesa do livre mercado, considerado como “melhor amigo do consumidor”, em contraposição ao Estado, cujo papel é tentar “limitar a liberdade do consumidor”. Referenciando-se em Misses, há a defesa de que privar o indivíduo de sua liberdade de consumo logicamente conduz à suspensão de todas as liberdades (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Já tomando como referência o pensamento de Hayek, há a indicação de que “apesar da sagacidade dos políticos, o direito à vida, a liberdade e a propriedade precedem toda e qualquer legislação humana e são superiores a ela”. Nesse sentido, compreende-se que existe uma relação inversa entre autoridade governamental e liberdade individual, o que leva à constatação de que na página há a defesa de que menos Estado garante mais liberdade aos indivíduos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

O livre mercado é capaz de oferecer serviços privados de melhor qualidade e com custos menores devido, dentre outros fatores, ao mecanismo de concorrência – essa é a afirmação com que se depara nas análises. Se houver regulação do mercado, os únicos beneficiados serão alguns poucos empresários atrelados ao Estado, enquanto a população será obrigada a pagar mais caro por serviços de que necessitam, que por sua vez terão qualidade inferior.

Afirma-se, dessa forma, segundo apregoa Misses, que o governo deve proteger o funcionamento harmônico da economia de mercado, devendo se posicionar contra a fraude e contra a violência originada dentro ou fora do país. Nesse sentido, considera-se que é necessário fazer a crítica à intervenção estatal, bem como a defesa de que a disseminação de algumas ideias no campo político é nociva para a sociedade. Assim, a melhor forma de proteger os trabalhadores, segundo se analisa, seria através da defesa da liberdade e da propriedade privada, com a exclusão do Estado; defender os trabalhadores – complementa-se – deve significar, necessariamente, defender menos impostos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Faz-se, a partir do pensamento de Bastiat, a defesa de que “nada entra no tesouro público em benefício de um cidadão ou uma classe que outros cidadãos e outras classes não tenham sido forçados a colocar lá”. Dessa forma, afirma-se que os benefícios que as políticas governamentais proporcionam para certos indivíduos são garantidos a partir de recursos que os

demais indivíduos forneceram, sendo estes privados de usufruir de seus próprios recursos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Considera-se que essa forma de compreensão do Estado não corresponde à realidade ou ao que representa o papel do Estado na dinâmica capitalista. De acordo com Marx e Engels (2007b), toda classe que aspira à dominação deve conquistar primeiramente o poder político, a fim de apresentar seus interesses como interesse geral. Ao longo da história, devido às crises vivenciadas no capitalismo, bem como à luta de classes, houve algumas alterações no modo como o Estado se organiza e responde às demandas sociais.

Compreende-se que a análise de Estado elaborada pela página se assemelha ao que vem sendo defendido pelos pensadores conservadores contemporâneos brasileiros, tais como Garschagen (2019) e Constantino (2018), cujas ideias foram apresentadas nos itens 2.3.3 e 2.3.4 do capítulo 2. No entanto, avalia-se que há um descompasso histórico nas possibilidades de retirada das funções do Estado. Esse descompasso ocorre devido à dinâmica do modo de produção capitalista que, com os monopólios, amplia as funções do Estado e, assim como afirma Netto (2011b), requisita uma nova modalidade de intervenção, tendo em vista que o capitalismo monopolista demanda um vetor extraeconômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. Dessa forma, a intervenção estatal é direcionada para garantir os superlucros dos monopólios, atuando como poder político e econômico, desempenhando uma multiplicidade de funções econômicas diretas e indiretas.

Conforme discutido no capítulo 1, as mudanças efetuadas nos anos 1970 promovem o esgotamento dos Estados de bem-estar social e a difusão do neoliberalismo no mundo. Dessa forma, observa-se uma constante disputa pelo fundo público, a partir da qual capitalistas competem entre si e com a classe trabalhadora pelo montante de recursos destinados a seu segmento.

Considera-se nesse sentido que essa proposta defendida pela página “Serviço Social Libertário” – de livre mercado e de um Estado liberal –, devido à própria dinâmica do capitalismo, se mostra inviável, tendo em vista que não atende as necessidades da burguesia. O que se coloca como possibilidade histórica é a disputa pelo fundo público e o esvaziamento cada vez maior da oferta de políticas sociais pelo Estado.

Há na “Serviço Social Libertário” a busca por articular a defesa do Estado liberal com uma suposta defesa dos interesses da classe trabalhadora, principalmente dos segmentos mais pobres, principal público atendido pelos assistentes sociais em seus espaços de trabalho. No entanto, considera-se que existe uma incompatibilidade entre as propostas, tendo em vista que a não oferta de serviços por parte do Estado, os quais estão limitados ao mercado, não é capaz

de atender ao exército industrial de reserva e ao lumpemproletariado, segmentos que não possuem recursos financeiros para acessar os serviços ofertados pelo mercado, mesmo que se cessem os impostos pagos.

Foi possível constatar, nesse sentido, que a página compreende que a intervenção do Estado, seja na economia, seja na garantia de direitos sociais, promove a construção de uma sociedade socialista. Dessa forma, afirma-se que existe uma incompatibilidade entre os ideais de igualdade e liberdade, com a possibilidade de existir apenas uma igualdade formal, e não uma igualdade material.

Conforme explicitado na “Serviço Social Libertário”, o sistema que tem como base a igualdade não permite que o indivíduo tenha liberdade de não concordar com ele e de se tornar oposição. A imposição da igualdade não apenas possui o poder de acabar com a liberdade, como também com a produtividade, o desenvolvimento, a meritocracia e outros tantos elementos essencialmente importantes para a sociedade.

Retornando ao pensamento de Misses, tem-se a afirmação de que, diferentemente do capitalismo, “onde os bens de produção pertencem a quem os manufaturou”, no socialismo “todos os meios de produção são da comunidade e a sua distribuição se dá por um corpo decisório central, talvez votado pelo povo”. Dessa forma, o Estado teria a possibilidade de escolher a distribuição dos bens de produção conforme suas necessidades, ou seja, podendo fornecer a maior fatia a um grupo, ou decidir reservar a si a maior parte (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Mesmo que se parta do princípio de que o Estado trataria a todos igualmente, independentemente de idade, sexo ou raça, as pessoas receberiam a mesma quantidade de cupons de troca. Caso não haja quantidade suficiente de bens para o conjunto da população, com o controle do Estado, não seria possível saber o real preço dos bens de acordo com as mudanças na demanda, visto que, se fosse divulgado, pessoas poderiam tentar auferir alguma vantagem sobre as demais, a fim de receberem a mercadoria de maior valor. Assim como os bens, os trabalhos também possuem valores diferentes, o que torna “impraticável regular uma distribuição sem saber a importância que determinado serviço tem para a comunidade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

A partir desses argumentos, busca-se convencer os seguidores de que o socialismo é um sistema injusto, no qual “claramente não se pode fazer a relação entre renda e despesa”, em que há uma distribuição aleatória de salários, para além do fato de que tenta manter o controle da distribuição de bens pelo Estado (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Com referência em Misses, há nas publicações a avaliação de que no socialismo existe uma única autoridade econômica que detém o poder de determinar as questões relativas à produção. Afirma-se que um dos sinônimos de socialismo é planejamento, sendo este referente a um planejamento central, “realizado única e exclusivamente pelo governo e que impede todo planejamento feito por outra pessoa”. Dessa forma o homem fica submetido ao planejamento governamental e se torna como um soldado, não cabendo a este “o direito de escolher sua guarnição, a praça onde servirá”, mas “somente cumprir ordens”. Nesse sentido, o “sistema socialista” consistiria “na transposição do regime militar a todo o sistema de produção” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Assim, no sistema socialista todo funcionamento da sociedade depende da sabedoria, dos talentos e dos dons daqueles que constituem a autoridade suprema – como se fosse possível acumular todo conhecimento da humanidade em uma só pessoa (ou em seu comitê) e ainda dotá-la dos mais diferentes dons e habilidades para novas descobertas e novos caminhos que possibilitem o progresso tecnológico e econômico (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Na direção do pensamento de Misses, vê-se a defesa de que um grande problema do socialismo seria o controle governamental sobre uma ideia ou inovação, que só seria desenvolvida caso o “corpo governamental” primeiramente se convencesse de seu valor; caso contrário, tal projeto ou ideia não seria executado. Nas análises elaboradas, defende-se que no socialismo o Estado é o dono dos meios de produção, determinando quais bens de consumo devem ser produzidos, como devem ser produzidos e como cada indivíduo terá acesso a eles.

Assim como na “Serviço Social Libertário”, acontece também na página “Serviço Social Conservador” o debate sobre socialismo, imiscuído às discussões sobre democracia e marxismo. Afirma-se que democracia “é um regime político que se caracteriza pela liberdade individual e alternância de poder” e que o autoritarismo se caracteriza “pelo controle de um só governante ou por parte de um grupo sobre a sociedade e não admite a troca de poder”; dessa forma, “reprime as liberdades individuais e força a todos seguirem as suas próprias decisões” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

A partir dessa caracterização afirma-se na postagem que as pessoas com “uma orientação ideológica de esquerda” declaram-se a favor da democracia, mas, no entanto, defendem ditadores como Fidel Castro, Joseph Stálin, Mao Tsé-Tung e Kim Jong-II. Para além de promover essas defesas, os governos no Brasil “com orientação de esquerda” financiaram diversos países com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com governos autocráticos, como o caso da Venezuela, com Nicolás Maduro. Nesse

sentido questionam se “quem se denomina de orientação marxista” defendem alguma nação “realmente democrática” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

No que concerne ao debate sobre o marxismo, na página “Serviço Social Libertário” afirma-se que o movimento libertário é totalmente avesso ao marxismo por compreender que a teoria incorre em equívocos a saber: a teoria do valor, a teoria da exploração e a luta de classes, bem como “por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Em outra postagem, de forma irônica, afirmam que Marx defendia que “os socialistas devem arrancar toda a riqueza da nação e colocar nas mãos do Estado”; porém, a fim de polir o discurso, expressam-se dizendo que o proletário deve utilizar-se do seu poder político para retirar pouco a pouco o capital da burguesia e centralizar os instrumentos de produção na mão do Estado (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Além disso, a partir de um trecho extraído de uma publicação de Engels para um dos jornais da época, indicam a incompatibilidade entre socialismo e cristianismo. Considera-se que o intuito da postagem é fazer com que os assistentes sociais que se declaram cristãos compreendam que não é possível ser-se um socialista cristão, e optem pela religião. Isso é notório, visto que ao sintetizarem o pensamento de Engels afirmam que este “faz fortes críticas aos cristãos comunistas, afirmando que eles não conhecem a Bíblia”, o que não representa uma mentira, mas indica também uma tentativa de deslegitimar junto a esse grupo o pensamento do autor (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Compreendem assim que a teoria marxista precisa ser ensinada nas escolas; no entanto é necessário que se apresentem também, com a mesma profundidade e seriedade, as principais correntes teóricas. Somente dessa forma é que a educação “terá deixado de ser um instrumento para a formação de um pensamento crítico, para se tornar um instrumento de doutrinação político-ideológica” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Em relação às críticas ao marxismo e ao socialismo, tanto na página “Serviço Social Libertário”, quanto na “Serviço Social Conservador”, considera-se que elas são elaboradas a partir de elementos construídos por autores que fazem a crítica à teoria e, em alguns momentos, inclusive, a partir do senso comum. Não foi possível observar, em nenhuma das publicações, análises que criticam Marx a partir de suas obras, ou o socialismo, a partir de autores marxistas, socialistas ou mesmo de autores alinhados com a perspectiva crítica. O que se observa é um

debate raso sobre os temas, que não possibilita um mínimo de profundidade que ultrapasse os limites do senso comum.

Um ponto observado que remete à noção de como as discussões se limitam ao nível do senso comum diz respeito às críticas realizadas pelo “Serviço Social Libertário” de que a teoria marxista possui equívocos, como por exemplo a teoria do valor trabalho, da luta de classes e da exploração. Observa-se que a página cita essas categorias como se fossem equívocos da análise marxiana, sem contudo elaborar qualquer argumentação (que justifique sua tese).

Constata-se dessa forma que há um alinhamento direto entre as análises da página e a realizada por autores expoentes do pensamento conservador brasileiro hoje, principalmente com Garschagen (2019) e Constantino (2018), tendo em vista que nas postagens, assim como nas obras elaboradas por eles, há uma articulação entre defesas do pensamento liberal, como a defesa de que o Estado não deve intervir nas liberdades individuais, com as pautas conservadoras, com a defesa dos valores tradicionais.

Para além do pensamento liberal, é também possível observar nas análises, assim como afirmado anteriormente, alguns elementos do pensamento conservador, principalmente no que se refere à defesa de pautas morais, notadamente nas postagens elaboradas pela “Serviço Social Conservador”. Constatou-se, em uma das primeiras postagens, a recomendação de páginas do Facebook que se vinculam ao pensamento conservador, como a “Burke Instituto Conservador” e a “*Relación Familiar*”; ao pensamento liberal, como a “Instituto Misses Brasil” e “Instituto Liberal de São Paulo”, bem como algumas vinculadas ao Serviço Social, como a do “Serviço Social Libertário”.

Como referências bibliográficas e teóricas, aparece a indicação da obra de Roger Scruton, *Como ser um Conservador*, considerada como uma leitura obrigatória para quem deseja compreender o conservadorismo. Outro autor citado é Thomas Sowell, principalmente com o objetivo de fomentar o debate racional, quando trata da hipótese de que não há diferença entre brancos e negros, e que racismo na verdade é a criação de “um dia para lembrar ao negro que ele é diferente do branco” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Há, por parte dessas publicações, a preocupação em defender pautas características do pensamento conservador, tais como a defesa da família, da religião e do “movimento pró-vida”. De forma a chamar a atenção de seus membros, tem-se a imagem de um feto e a defesa de que “se fere a minha existência, sempre haverá quem seja resistência”, a fim de se demarcar a posição contrária ao aborto (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

De acordo com as postagens, o direito à vida é um direito fundamental do indivíduo, sendo o primeiro e mais básico direito do homem. Dessa forma, há claramente um



posicionamento contrário à legalização do aborto, uma vez que compreendem que “a lei serve para proteger os direitos individuais e não para usurpá-los”. Referenciando-se em Bastiat, indicam que a vida, a liberdade e a propriedade existem antes que os homens fossem levados a criar leis, e nesse sentido consideram que as leis devem ser uma organização coletiva do direito individual de legítima defesa (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

No que concerne à defesa da família, esta é considerada, em uma das publicações, como “a célula mais importante do corpo social”, sendo o espaço no qual o ser humano “nasce e adquire dela as primeiras ferramentas de sobrevivência cultural, psicológica e de sobrevivência material”. Apregoa a defesa de que “prima pela saúde, bem-estar e estabilidade do núcleo familiar, em primeiro lugar”, uma vez que “o indivíduo bem inserido na família reproduz a estabilidade na sua comunidade, no trabalho, na cidade e na sociedade” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

A partir de uma vinculação entre família e religião, há ainda a defesa de que a família é responsável pela educação dos filhos e que “pais bem educados, educarão bem seus filhos”, dessa forma o Estado não deveria “se intrometer” na educação religiosa, tendo em vista que esta é uma decisão dos pais (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Um ponto controverso pode ser observado entre o conteúdo de duas postagens. Em uma delas há a afirmação de que o Serviço Social, na perspectiva conservadora, deve intervir sempre em favor da família, seja ela “tradicional, extensiva ou homoafetiva”. No entanto, em uma postagem posterior, ao tratar de doutrinação ideológica e da relação com os conselhos profissionais (denominados como “conselhos de classe”, que impõem que seus membros sigam “a ‘cartilha’ progressista da ONU”), defendem a família tradicional, considerada como a constituição familiar heteronormativa, e se colocam contrários à ideologia de gênero. Nesse contexto afirma-se que a “heterossexualidade é um padrão biológico inquestionável, não uma construção cultural, como alguns querem fazer pensar”, fato que é assegurado pela ciência, segundo defendem (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Considera-se então que, diante dessa duplicidade de posicionamentos, não está claro o entendimento da página acerca dos tipos de família e de qual deve ser o discurso dos profissionais em relação a elas. Considera-se, no entanto, a partir de uma análise global das defesas elaboradas por todas as publicações, que há uma tendência a se vincular a defesa da família tradicional, em detrimento de uma concepção mais ampliada de família. Essa análise se justifica, levando-se em conta o posicionamento observado no capítulo 2, quanto ao tema, no discurso dos autores conservadores contemporâneos brasileiros.

Diferentemente das outras páginas, há nesta uma forte vinculação e defesa de preceitos religiosos<sup>55</sup> – em sua defesa da família tradicional, afirma-se que a “família é sagrada”. Outro dado que comprova essa hipótese são as publicações em comemoração da celebração do Natal, em que se expressam os votos de que “Cristo abençoe a todos e forneça a força necessária para reconstruírem, dos escombros de um projeto perverso, um novo país” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

As análises vinculadas a pautas morais, de modo geral, são tratadas nas páginas; da mesma forma, tais pautas constituíram-se em temas nos debates do pensamento conservador brasileiro na contemporaneidade, como em Garschagen (2019), Constantino (2018), Carvalho (2013) e Pondé (2010; 2014; 2018), sem a indicação das referências teóricas que as norteiam, o que leva à compreensão de que são realizadas a partir da perspectiva individual de seus administradores.

Observa-se que a análise desenvolvida pela “Serviço Social Libertário” sobre a política de educação se aproxima daquelas elaboradas por esses autores, principalmente as realizadas por Carvalho. Nesse sentido, considera-se a educação como instrumento de doutrinação político-ideológica, tendo em vista que tão somente o ensino do marxismo é aprofundado nas escolas, enquanto outras correntes teóricas não são apresentadas com a mesma profundidade e seriedade, o que possibilita a difusão do chamado marxismo cultural.

Segundo Simionatto (2019), os conservadores brasileiros têm promovido um ataque ao marxismo, buscando libertar o Estado brasileiro do marxismo cultural, que segundo as análises desse grupo, tem provocado a união da esquerda com as oligarquias corruptas para minar os valores da nação, do Estado, da família, da Igreja, da escola e da cultura. Para eles, o marxismo é visto como a encarnação do mal e estaria destruindo o país, sendo necessário eliminá-lo, principalmente do ambiente acadêmico, sobretudo nas universidades e escolas públicas.

A autora afirma que a expressão marxismo cultural não está relacionada ao debate e às produções marxistas; sua origem se vincula aos ambientes intelectuais conservadores norte-americanos, principalmente a partir dos anos 1990. O denominado marxismo cultural seria então “uma teoria conspiratória, uma ameaça à civilização ocidental e aos valores cristãos, evidenciando-se no multiculturalismo e nos movimentos de defesa do feminismo, do ambientalismo, dos direitos das minorias e LGBT, contra o racismo e a xenofobia” (SIMIONATTO, 2019, p. 120).

---

<sup>55</sup> Na página “Serviço Social Libertário” é possível encontrar uma vinculação com a religião, no entanto essa vinculação não ocorre de forma tão expressiva quanto na “Serviço Social Conservador”.

O combate ao marxismo cultural, através de intensos apelos ideológicos, subverte e desvia a atenção de graves problemas estruturais que fazem parte da história da sociedade brasileira, “evitada de resquícios da escravidão, do latifúndio e do colonialismo, sedimentando um senso comum em torno de ideias e valores que encobrem os antagonismos de classe, a desigualdade e a exploração” (SIMIONATTO, 2019, p. 121-122).

Constata-se na “Serviço Social Conservador” uma aproximação com as discussões realizadas por Carvalho (2013), com a elaboração de um discurso raso, sem fundamentação e com críticas à direção mundial, com a culpabilização da ONU pela destruição da família tradicional. De acordo com Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 316), a defesa da família tradicional, além de provocar opressões sobre outras expressões familiares, desdobra-se em duas dimensões, dialeticamente indissociáveis. A primeira delas é ideológica, com a naturalização de papéis sociais conservadores garantidos às mulheres; a segunda é material, devido à “superexploração das mulheres no corpo, trabalho, produtos do trabalho e no tempo que são apropriados gratuitamente pelas famílias e pelo mundo do trabalho”.

Em relação à análise da realidade nacional, constata-se que os debates realizados sempre têm como referência teórica o liberalismo, o positivismo, bem como as pautas morais do conservadorismo. Dessa forma, promovem a divulgação de algumas obras nacionais, bem como de debates sobre diversos temas conjunturais.

A indicação da obra *A menina do Vale* demonstra como a teoria liberal e a meritocracia estão presentes nas análises. A autora, Bel Pesce, a partir de suas experiências pessoais, exalta o empreendedorismo e a percepção de que “o impossível é delimitado por nós mesmos, não pelas circunstâncias”. A partir de uma reflexão sobre o livro, o que se tem é que o Brasil pode “se tornar independente, com um povo forte e proativo, arquiteto de seu próprio futuro”, mesmo para aqueles que “tentam escorar-se” em cargos públicos, “reprimindo seus talentos e acomodando-se à situação delicada que vive o país” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016).

A partir da obra *Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado*, de Garschagen, tem-se a defesa na página de que os brasileiros não confiam nos políticos, por considerarem que estes prometem o que não podem cumprir, que não cumprem adequadamente aquilo que poderia ser feito, ou que ainda usam o governo para seus projetos pessoais; ao mesmo tempo, os brasileiros amam o Estado, não identificando a relação entre este e os governos. Nesse sentido afirmam ser necessária uma mudança institucional e uma reforma cultural, que permitirá e preservará a mudança constitucional, bem como contribuirá na formação de uma sociedade independente e vigilante na qual emergirão as

elites políticas preocupadas em preservar esses elementos, que serão respeitados e conservados pela instituição.

De acordo com as análises, grande parte dos problemas do país são gerados pelo intervencionismo dos políticos que formam o Estado, cuja atuação afeta diretamente a vida da população. Uma das críticas elaboradas refere-se à legislação tributária brasileira que, devido a sua complexidade, “é responsável por criar insegurança jurídica e atrapalhar a vida das pessoas”. Há então a defesa de que “o gigantismo do Estado brasileiro, sustentado pelo pagador de impostos, mais tem atrapalhado, do que ajudado a população”, visto que os impostos são muito altos e o retorno, na forma de serviços públicos, é quase inexistente ou de péssima qualidade. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Esse estado de coisas repercute na população pobre, que acaba sofrendo, visto que fica sem acesso ao serviço e não possui os recursos financeiros para utilizar o serviço privado. Defende-se então que é necessário reduzir o tamanho do Estado, visto que é caro, ineficiente e por vezes corrupto, de forma a livrar ou mesmo aliviar “o peso que está sobre os ombros do trabalhador”. Nesse sentido considera-se que seja necessária uma mudança na legislação por parte daqueles que realmente se importam com os trabalhadores (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Nas análises sobre a realidade efetuadas pelas páginas, é possível identificar o *ethos* individualista do projeto burguês, que pode ser associado a vários debates propostos pelos autores conservadores, apresentados no primeiro capítulo. Considera-se que a relação com as correntes do pensamento conservador, sem haver indicação de que se referem às análises desses autores, demonstra que não há nas páginas uma apropriação destes, mas sim que é reproduzido a partir do que esses sujeitos consideram como “natural”, indicando uma naturalização do seu pensamento na dinâmica da sociedade.

A análise acerca da realidade brasileira elaborada em uma das publicações da página “Serviço Social Libertário”, na qual aparece a queixa sobre o gigantismo da legislação tributária brasileira, é feita sem nenhuma fundamentação teórica, utilizando apenas reportagens de jornais de grande circulação e material elaborado por colunistas de portais liberais, como o Instituto Von Misses. Não se trata aqui da impossibilidade de aprofundamento em razão de a discussão estar “hospedada” em uma página de Facebook; trata-se de uma escolha, consciente ou não, por desconsiderar as principais referências de análise da realidade brasileira e se centrar em análises pontuais, sem grande aprofundamento e que consideram apenas alguns elementos econômicos.

O que se observa na análise quanto à particularidade do Brasil, é que a proposta apresentada é incompatível com a realidade nacional. De acordo com as reflexões realizadas no

item 2.1 do segundo capítulo, constata-se que o desenvolvimento do capitalismo no país não ocorreu a partir da via clássica, mas sim por meio de revoluções passivas nas quais o Estado era o agente impulsionador. Dessa forma, considera-se que no país Estado e desenvolvimento capitalista caminham juntos, não sendo possível aqui desconectá-los.

No que concerne ao debate de temas conjunturais, observa-se nas análises apresentadas nas páginas há a defesa de princípios liberais e conservadores. Dessa forma, temas como estupro, ocupação das escolas públicas, o rompimento da barragem de Brumadinho e a PEC 241 são abordados, direcionando-se sempre os debates de modo a infligir no indivíduo a culpa, criticar o Estado e exaltar o mercado.

Um exemplo disso pode ser observado em um texto elaborado por Oliveira e divulgado na “Serviço Social Libertário”, no momento da eleição de 2018, no qual afirma que naquele período vivia-se “um processo de abuso do uso da linguagem de forma mais emocional do que racional”, denominado de novilíngua por Scruton, e que traz que prejuízos para a formulação de juízos e escolhas. Na análise defende-se que “na atualidade existe um processo que corrói o bom pensar, pois na sua maioria não passa de manipulação de linguagem, afetando e estimulando os sentimentos e as emoções que muitas vezes são divergentes da realidade ou de fatos racionais”, que “vem favorecendo o aprofundamento de um espaço pós-verdade sem precedentes em nossos dias, onde questões básicas e lógicas são “desconstruídas” por ideias que não tem solidez e sensatez” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

O conceito de novilíngua apresentado pelo autor, na verdade foi cunhado por George Orwell em sua obra de ficção *1984* para tratar de uma nova linguagem criada por um governo autoritário como elemento fundamental do projeto de dominação. Constata-se, no entanto, que o termo foi sendo apropriado por alguns autores, como Scruton, que o utilizou para debater e destruir o discurso dos principais intelectuais marxistas. A análise elaborada por Oliveira na página “Serviço Social Libertário” afirma que o uso da linguagem aprofunda um espaço de pós-verdade e aproxima-se não apenas das ideias e defesas de Scruton, mas também possui uma vinculação com os debates da pós-modernidade, como o elaborado por Lyotard (1998), apresentado no item 1.4 do capítulo 1, no qual o autor considera a sociedade como uma rede de comunicações linguísticas.

A análise realizada pelo autor promove uma elevação do peso do relativismo, dissolvendo a ideia de verdade, convertendo a ciência em um jogo de linguagem. Considera-se que tal análise converge o relativismo pós-moderno e a eliminação da ideia de verdade, com a perseguição à esquerda promovida pelos autores conservadores. No entanto, não há no texto qualquer indicação de que o autor está vinculando sua análise àquela elaborada por Lyotard

(1998), o que indica que há a apropriação de elementos sem que na verdade se conheça a análise desse autor.

No que concerne à vinculação dos debates mais gerais promovidos pelas páginas com o Serviço Social, foi possível observar que a análise realizada pela página “Serviço Social Libertário” parte da abordagem da escola austríaca, que, conforme explicitado anteriormente, é elaborada a partir da microeconomia, compreendendo dos fenômenos a partir das ações individuais. Considera-se que a opção por essa abordagem se reflete na análise da profissão, que também é feita a partir desses elementos.

Segundo a página, existe um discurso ideológico que acompanha a profissão, o qual afirma que esta “se propõe a defender os direitos do indivíduo, independentemente de sua condição socioeconômica, cor de pele, gênero, etnia, opção sexual, preferências políticas e crença religiosa”. Dessa forma, consideram que “diferente do discurso ideológico que acompanha o Serviço Social”, compreende-se que “defender os direitos da ‘minoria’, em detrimento dos demais indivíduos, não é defender direitos de fato”, o que demonstra uma aproximação com as defesas de princípios do pensamento liberal (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Essa forma de análise aproxima-se das discussões realizadas por Constantino (2018) e Garschagen (2019), principalmente o segundo, quando identifica que existe um festival de privilégios no país, direcionado a segmentos específicos da população, conforme trazido pelo no capítulo dois. Dessa forma, constata-se que há uma vinculação com certos preceitos e defesas tanto do pensamento liberal, quanto do pensamento conservador, característica que está diretamente relacionada ao modo como os autores conservadores brasileiros realizam suas análises, principalmente os autores contemporâneos, elementos que se fazem presentes nas análises realizadas acerca da realidade nacional e dos temas conjunturais apresentados.

Observa-se que as análises da profissão a partir de um nível microestrutural estavam presentes nas discussões apresentadas pelo documento de Araxá, representante da vertente da modernização conservadora, sendo resgatadas nesse momento a partir de outras bases teóricas, tendo em vista que também se articulam com a fragmentação da realidade proposta pelas teses pós-modernas, construindo uma outra proposta para a profissão.

É importante sinalizar também a vinculação operada pela página “Serviço Social Conservador” entre a defesa de valores morais e a análise que realizam da profissão. A partir do discurso de uma suposta neutralidade, observa-se a defesa de uma postura moralizante da ação profissional. Essa postura se vincula aos debates conservadores contemporâneos, conforme observado nos itens 1.4 do capítulo 1 e 2.3 do capítulo 2, mas também remetem às

discussões realizadas por setores da categoria profissional que se vinculavam à vertente da reatualização do conservadorismo, observada?? principalmente devido à relação proposta entre Serviço Social e religião.

Dessa forma, considera-se que é a partir desses elementos que as páginas analisam a dinâmica do real, o que também inclui suas análises sobre o Serviço Social, tema que será tratado a seguir.

#### **4.3 A análise da gênese da profissão e algumas concepções sobre o Serviço Social**

A análise da gênese do Serviço Social com que se depara nas páginas contrapõe-se ao que vem sendo discutido pelos estudos críticos nos últimos anos, principalmente a partir da obra de Yamamoto. Constata-se que a “Serviço Social e Pluralismo” e a “Serviço Social Libertário” buscam abordar modos de se compreender o surgimento do Serviço Social.

Dessa forma, neste momento serão apresentados elementos construídos pelas páginas que se relacionam com a análise sobre a gênese da profissão, as diversas concepções sobre ela disponíveis em tais publicações, bem como suas avaliações sobre seu objeto.

Observa-se que as análises sobre a gênese da profissão elaboradas por elas são realizadas a partir de uma visão endógena do desenvolvimento da profissão, seja de forma explícita, como na “Serviço Social Libertário” e na “Serviço Social e Pluralismo”, seja de modo implícito, como ocorre na “Serviço Social e Conservador”, na qual não há essa defesa de forma clara, mas é possível percebê-la por meio da compreensão que traz de profissão. A partir dessa constatação considera-se que o Serviço Social surge como evolução das formas de ajuda e caridade.

De acordo com Netto (2011b), é somente com o conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais do capitalismo monopolista que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão, em nível mundial. Proceder a uma análise da história da profissão sem considerar esse marco específico retira dela a concreção e transforma-a em uma crônica essencialmente historiográfica e linear.

Segundo o autor, essa crônica geralmente é rica em informações sobre o itinerário que vai dos intentos da racionalização da assistência, a partir da segunda metade do século XIX, até a criação dos primeiros cursos de Serviço Social, que ocorre já na passagem do século XIX para o século XX. Ela se assenta na simples tese que

a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o evolver como que desenharia um continuum (NETTO, 2011b, p. 69).

Essa tese, ora inscrita em análises ingênuas, ora em investigações mais pretensiosas, pode ser observada em autores de diversas posições teóricas e ideológicas, o que lhe confere uma aura de prestigioso consenso. Sua debilidade, para além do traço mecanicista, com maior ou menor evidência, é indiscutível, mostrando-se incapaz de conseguir compreender o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social, elemento central do processo sobre o qual se debruça. O que se torna inatingível para esta angulação é justamente o que, a partir da perspectiva de análise defendida por esta tese, constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social, que é “a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta”, ou mais exatamente o “estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho” (NETTO, 2011b, p. 70).

A “Serviço Social e Pluralismo”, a partir de literatura que referencia suas análises<sup>56</sup>, segundo Pantoja (2014), compreender “que o Serviço Social é resultado do desenvolvimento de formas embrionárias de assistência, como a ajuda aos outros” e demarca um posicionamento contrário “àqueles que julgam ser nossa profissão resultante da consolidação do capitalismo”, no entanto consideram que sua institucionalização ocorre “a partir do alargamento das contradições inerentes a esse sistema” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p). Já segundo a página “Serviço Social Libertário”, existem várias abordagens para se compreender a gênese do Serviço Social, para além da questão social.

Nesta, a partir de Natálio Kisnerman, compreende-se que a origem da profissão, segundo análises positivistas, pode remeter a Augusto Comte, remontando para o século XIX. Complementar a essa explicação, na “Serviço Social e Pluralismo”, referenciando-se no pensamento do autor, há a afirmação de que “a gênese da profissão pode ser identificada como uma forma de ajuda sistemática de orientação protestante e, por outro lado, como uma forma prática da Sociologia”? (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Outra visão apresentada nas publicações é a de Norberto Alayón. Na análise do autor, a gênese e especificidade do Serviço Social “decorrem de um processo que levou a

---

<sup>56</sup> É importante sinalizar que a página “Serviço Social e Pluralismo”, em todas as publicações, elabora suas discussões a partir de extratos de referências bibliográficas que defendem o que está sendo tratado na publicação.



institucionalização das tarefas “benéfico-assistenciais””. Para além dessas, apresentam também a concepção de Bóris Aléxis Lima, que identifica quatro grandes etapas históricas de desenvolvimento da profissão, sendo elas a pré-técnica, a técnica, a pré-científica e a científica (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p; SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Já a partir de Oliveira (2015), afirma-se que a profissão surge como atividade vinculada à caridade e à ajuda aos pobres e necessitados, “com forte teor religioso da caridade cristã e desde a Idade Média com os estudos de Juan Luis Vives (1492-1540). Tal forma de compreensão abordada por Oliveira é também defendida por Ezequiel Ander-Egg (1995), autor utilizado em outra postagem para indicar “como o ato de ajudar transformou-se em profissão” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

De acordo com a postagem mencionada no parágrafo anterior, Ander-Egg (1995) compreende que tanto na história, como na sociedade e na natureza, não existe um fenômeno ou fato que seja ocasionado por uma só causa, visto que o desenvolvimento do processo histórico é complexo. Nesse sentido avalia-se que não há uma cadeia evolutiva linear, mas sim uma tentativa de se destacar alguns dos marcos fundamentais para a compreensão da gênese da profissão. Considera-se que “o ato de ajudar é algo tão antigo quanto a humanidade”, e que em sociedades primitivas “a ajuda aos necessitados era assumida pela família”. Juan Luis Vives é considerado, também, na postagem em questão, como responsável pela organização já na Idade Média, da primeira sistematização do modo de agir da ajuda (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Vives foi o precursor da assistência social organizada e do trabalho social como forma de ação. No seu livro "De Subventionem Pauperum" (Socorro dos Pobres), o autor buscava explicar o modus operandi do atendimento aos necessitados, com propostas concretas de como fazer (os aspectos técnicos/operativos) e com que fazer (os aspectos materiais e financeiros), sendo portanto a primeira sistematização das formas de ajuda, ou melhor, o primeiro livro sobre a ação social com a expressa intencionalidade de atentar para o problema da pobreza (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Ainda na publicação em pauta, afirma-se que o trabalho de Vicente de Paulo (1581-1660), do mesmo período, tornava mais enfática a lógica da caridade sistematizada. É então a partir das “transformações econômicas, a revolução científico-tecnológica, os novos problemas sociais”, dentre outros, que se configura uma nova situação, a partir da qual surgem outras instituições de ajuda e as primeiras legislações de cunho social (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Dessa forma, compreende-se que a partir da Idade Moderna, “com a progressiva secularização da sociedade e o auge do individualismo, rompidos os modelos de ajuda mútua nos grêmios, as organizações das obras de ajuda deixam de ser exclusivas da Igreja”; porém é somente no século XIX que “as intervenções públicas adquirem maior importância e significação”. Avalia-se então que um fator importante que contribuirá para a necessidade de uma nova profissão é o surgimento da política social como responsabilidade do Estado (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Segundo a publicação, o último marco que levou à institucionalização do Serviço Social como profissão foi a criação e desenvolvimento das Sociedades de Organização da Caridade (COS). Com a tecnificação e organização da ajuda social, que tinha a intenção de ser cientificamente fundamentada, surge a figura de agentes, denominados *charity workers* e *friendly visitors*, modelos que prefiguram o que viria a ser depois o assistente social. Dessa forma, afirma-se que foi com a expansão das COS que se evidenciou a necessidade de haver pessoas capacitadas para o desenvolvimento dessas atividades.

Dois marcos são destacados como importantes para a institucionalização e profissionalização do Serviço Social. O primeiro deles refere-se ao desenvolvimento dos primeiros cursos, em 1883, a partir da iniciativa de Octavia Hill, que culminou na criação da primeira escola de Serviço Social em Amsterdã após vinte anos, em 1899. Outro marco diz respeito à criação de uma “Escola de Filantropia” por Mary Richmond, em 1897, por considerar que o senso comum e as boas intenções não seriam suficientes, e a posterior publicação de seu livro *Diagnóstico Social*, em 1917, no qual é feita a primeira sistematização “do método de intervenção do Serviço Social” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Os nomes de Octavia Hill e Mary Richmond aparecem como pioneiros da profissão, tanto na página “Serviço Social e Pluralismo”, quanto na “Serviço Social Libertário”. Em uma série de postagens, denominada “a história do Serviço Social: aquela esquecida ignorada pela hegemonia”, buscam apresentar personalidades consideradas como fundamentais na construção do Serviço Social ao longo dos séculos e que são ignoradas pela história do Serviço Social brasileiro (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Todas as publicações dessa série são escritas por Jan Steyaert e podem ser encontradas em um site que se propõe a tratar da história do Serviço Social. É importante sinalizar que na análise não é feita nenhuma distinção teórica entre as personalidades apresentadas; dessa forma, para os leitores que desconhecem quem são esses sujeitos, é possível considerá-los todos como pertencentes a uma mesma vinculação teórica. Destaca-se, no entanto, que nela encontram-se

retratadas diferentes matrizes teóricas e vinculações políticas que compõem o cotidiano e a trajetória histórica da profissão.

Na primeira postagem da série, apresentam Elizabeth Gurney Fry (1780-1845), conhecida pela defesa da reforma nas prisões inglesas, que buscava a melhoria moral dos prisioneiros, alcançada por meio de conversas, educação e trabalho. Indica-se que ela introduziu outra inovação com a criação de comitês voluntários de mulheres para organizar visitas às prisões, bem como organizar apoio a prisioneiros que estavam retornando à comunidade, o que seria um “precursor dos serviços de estágio profissional”. Fry pode ser considerada como uma fonte de inspiração para a pioneira Florence Nightingale e, nos Estados Unidos, o prédio onde a escola de Serviço Social da Universidade de Stanford se localiza leva seu nome.

Thomas Chalmers (1780-1847), também apresentado pela série, era ministro de uma paróquia e sua reputação como pregador se espalhou pelo Reino Unido e em Glasgow. Confrontou-se com a pobreza severa, considerada por ele como profundamente perturbadora, devido a seu passado rural. Chalmers “desaconselhava veementemente os pobres de sua paróquia a confiarem” na assistência oficial aos pobres, visto que “se opunha fortemente à assistência pública”, por acreditar que “quase todo tipo de ajuda era um desestímulo para encontrar trabalho e usar recursos próprios”. Em sua análise “a solidariedade local e o apoio mútuo nos bairros eram significativamente mais eficazes do que as esmolas dadas pelo governo”, que seriam “apenas um incentivo para pedir cada vez mais e, portanto, corroer a responsabilidade e os esforços dos indivíduos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Chalmers considerava que o necessário seria uma ligação ativa com a comunidade, que abordaria os problemas a partir da solidariedade local. Ao serem incluídos na comunidade, “os pobres poderiam trabalhar e ser despreziosos, ao mesmo tempo em que aumentariam sua própria responsabilidade”. Sempre que fosse necessário haver ajuda financeira, esta deveria vir da comunidade religiosa, visto que a caridade “tinha que ser preferida, pois gerava altruísmo no doador” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Com esses princípios, ele traduziu um de seus principais conceitos em prática: ajudar os pobres a se ajudarem (o que é notavelmente semelhante ao lema de Octavia Hill 'Ajuda sem esmolas'). Tudo isso foi apoiado por visitas amigáveis. A abordagem de Thomas Chalmers despertou interesse substancial e influenciou outros como Charles Loch (que fundou a Sociedade da Organização de Caridade em Inglês), Joseph Tuckermann (fundador da Sociedade de Prevenção do Pauperismo de Boston, 1835), Mary Richmond (que a usou em sua visita amistosa entre os pobres, 1899). As ideias de Chalmers foram exportadas, por exemplo, para a Alemanha (no modelo Elberfelder em Wupperthal, 1853) e para os Países Baixos (o 'liefdadigheid naar vermogen', 1871) (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

De acordo com a publicação, os conceitos de Chalmers são relevantes para o Serviço Social até os dias atuais, e “os principais elementos de sua abordagem podem ser encontrados nos cuidados comunitários e nos atuais desenvolvimentos de políticas sobre Big Society<sup>57</sup> na Grã-Bretanha” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Outra personalidade apresentada é Jean Henri Dunant (1828-1910) que, deparando-se com as consequências de uma batalha na Itália, se motivou para ajudar os feridos, mobilizando mulheres, membros da igreja e outros voluntários. Dunant “propôs a estruturação de organizações de ajuda nacionais permanentes com voluntários que cuidariam dos feridos em tempos de guerra e conflito” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Seu pedido foi respondido com a reunião em Genebra do comitê internacional da Cruz Vermelha, em 1863 e, desde então “a Cruz Vermelha e seu movimento Crescente Vermelho se tornaram um movimento de mais de 190 organizações nacionais e quase 100 milhões de voluntários e funcionários”. A Cruz Vermelha ajuda “não só os que são prejudicados pela guerra e pelo conflito armado”, mas também busca aumentar a conscientização e conhecimento sobre primeiros socorros, bem como inclui outras atividades como “o fornecimento de ajuda aos refugiados”, o reestabelecimento de laços familiares entre eles, o trabalho “em um ambiente de vida sustentável” nas áreas de conflito, para além de realizar visitas a presos políticos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Octavia Hill (1838-1912), professora e artista que trabalhava em bairros mais pobres de Londres, é mais uma personalidade apresentada pela série. Hill trabalhava “com pessoas do fundo da escala social: os pobres e os desempregados, que viviam em moradias frias e úmidas”. Em sua análise, “um lar bem conservado, por menor que fosse, com luz, ar e espaço” e vizinhos que se preocupavam uns com os outros eram considerados por ela como uma das principais necessidades da vida. Suas ações estavam enraizadas “nas ideias e experiências das classes médias bem intencionadas” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Hill comprou algumas casas no centro de Londres e semanalmente passava para coletar o aluguel e discutir com os inquilinos os problemas que enfrentavam. Depois de um tempo, construiu uma espécie de clube nos fundos de sua própria casa para realizar atividades de fim de semana e à noite com crianças, mulheres e idosos. Seus projetos habitacionais se tornaram

---

<sup>57</sup> De acordo com Ferguson (2019, p. 443; 445), a iniciativa da *Big Society* foi apresentada pela primeira vez por David Cameron, então primeiro-ministro do Reino Unido, em 2009. A *Big Society* é uma crítica ao *Big State* e seu suposto papel no enfraquecimento da responsabilidade pessoal e é vista “como uma tentativa de enfraquecer e abalar as esperanças da população ao procurar apoio no *Welfare State* quando estão doentes, desempregados ou idosos, transferindo a responsabilidade do Estado para o indivíduo”.

um investimento atraente, e algumas mulheres passaram a receber treinamento para assumir um papel semelhante ao seu.

De acordo com a publicação, “a abordagem adotada por Octavia Hill e seus colegas de trabalho foi projetada para fortalecer o autorrespeito dos inquilinos e a confiança em suas capacidades”, o que atualmente seria chamado de “fortalecimento e resiliência”. Ela “odiava o tipo de filantropia ou caridade que cria dependência” e foi uma das fundadoras da COS, “com o objetivo de modernizar o trabalho social para erradicar a pobreza”. Sua importância na história do Serviço Social deve-se à rejeição das esmolas beneficentes, visto que “sua intenção era fornecer ajuda sem esmolas, argumentando que a caridade tendia a ser ressentida e servia para manter as pessoas à margem da pobreza” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Arnold Toynbee (1852-1881), apresentado na sequência, foi um dos críticos aos efeitos da Revolução Industrial que viu emergindo a seu redor. Toynbee propôs esquemas de extensão universitária, na qual os estudantes trabalhariam nas comunidades mais carentes, aplicando e estendendo seu material didático por meio do trabalho voluntário. A partir dessa ação, eles “se conscientizariam das condições cotidianas de vida e esse confronto com a dura realidade da desigualdade social não apenas aumentaria seu senso de responsabilidade social, mas também diminuiria as divisões de classe”, ideia que mais tarde foi denominada de “socialismo prático” pelo padre anglicano Samuel Barnett, aliado ideológico de Toynbee (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Mesmo após a morte de Toynbee, Barnett continuou a promover o conceito de extensão universitária com o estabelecimento de assentamentos universitários, que “forneciam acomodação para que os estudantes não trabalhassem apenas para melhorar as condições de vida dos pobres, mas também poderiam viver entre eles por pelo menos um ano”, com o objetivo de “fortalecer os vínculos entre os estudiosos e os moradores das favelas urbanas e que obtivesse melhores resultados em termos de melhoria social e aprendizado mútuo”. A partir dessa compreensão, em 1884 é inaugurado o Toynbee Hall, onde alunos de pós-graduação passaram a residir, enquanto trabalhavam em outros locais (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Jane Addams (1860-1935) visitou o local e, entusiasmada com a ideia, exportou-a para a América do Norte, desenvolvendo uma iniciativa semelhante em Chicago, a Hull House. Ela é outra personalidade apresentada pela publicação e sua iniciativa se tornou “um centro de ação real para crianças, educação para adultos, cultura e foco no progresso social” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Addams “não só trabalhou com os pobres, mas também se envolveu em ações políticas destinadas a estabelecer novas leis para protegê-los”. Reunindo um grupo de jovens mulheres comprometidas, se tornaram a face feminina do movimento de democratização na era progressista, quando os Estados Unidos viveram uma onda de interesse pela emancipação das mulheres, por novas leis sociais e por atenção às tensões sociais e raciais. O grupo Hull House “profissionalizou a contribuição das mulheres no Serviço Social” e “com o trabalho da vizinhança, eles contribuíram para um foco político mais estrutural (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Seu grupo buscou realizar uma profunda análise das situações reais, o que contribuiu para a posterior pesquisa em ciências sociais, e mesmo que a coleta de dados realizada por elas tenha sido feita para propósitos próprios, sua pesquisa foi uma ferramenta e um ponto de partida para a pesquisa estruturada. Addams estabeleceu uma base específica para o Serviço Social nos Estados Unidos que despertou interesse internacional - a Hull House recebeu inúmeros visitantes do exterior. Seu trabalho traduziu-se em um amplo engajamento social e até hoje é ativamente lembrado nos EUA.

A série traz também Joseph Rowntree (1836-1925), capitalista que mostrava profundamente preocupado com os problemas sociais de seu tempo. Rowntree se tornou um “filantropo ativo e comprometido com a reforma social, com o objetivo de “erradicar a pobreza e outros males sociais de seu tempo”, visto que estes poderiam ser enfrentados por pesquisas sistemáticas. Atualmente existe uma fundação com seu nome, criada em 1904, que “por meio de seus muitos projetos de pesquisa, inspira o trabalho social no Reino Unido e em outros lugares” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Mary Ellen Richmond (1861-1928) compõe igualmente a série. Richmond “construiu as bases para o desenvolvimento da metodologia científica do Serviço Social profissional”, procurando “as causas da pobreza e exclusão social na interação entre um indivíduo e seu ambiente”. Iniciou sua carreira em uma filial estadunidense da organização do Reino Unido que se estabeleceu no país com Octavia Hill (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Richmond foi quem desenvolveu o conteúdo e a metodologia de diagnóstico no período de 1910. A partir de seus estudos, considerou que o diagnóstico e a pesquisa devem ocorrer “antes da prestação de cuidados”. Seu primeiro princípio era que o cuidado tinha que se concentrar na pessoa dentro de sua situação e a partir de “seu famoso diagrama circular visualizou a harmonia entre o cliente atendido e o ambiente” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Em suas análises, a autora “identificou seis fontes de poder que estão disponíveis para os clientes e seus assistentes sociais”, sendo elas “as fontes dentro do lar, na pessoa do cliente, na vizinhança e na rede social mais ampla, em agências civis, em agências privadas e públicas”. Essa análise pode ser considerada como precursora da teoria do sistema, popular no Serviço Social na década de 1970 (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Mary Richmond introduziu a metodologia de 'aprender dos casos'. Ela forneceu comentários extensivos a seis situações práticas elaboradamente descritas. Também inovou ao abordar elementos psicológicos. Primeiro veio, no entanto, uma comunicação aberta e honesta com os clientes, sem comprometer as formalidades. O fortalecimento da resiliência dos clientes é um componente natural dessa abordagem (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

O trabalho de Mary Richmond, altamente influente nos EUA e internacionalmente, ainda “fornece inspiração, mesmo um século depois”. No mundo, há poucos países em que o Serviço Social “não foi influenciado por seu trabalho e pensamento (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Alice Salomon (1872-1948), também apresentada pela série, foi figura chave no desenvolvimento do Serviço Social na Europa na primeira metade do século XX. De acordo com a publicação, “embora as mulheres de classe alta pudessem ser boas em assistência social, suas origens nem sempre as preparavam para os aspectos práticos desse trabalho”, o que “tornou necessário um treinamento formal que pudesse reunir o desenvolvimento profissional, o desenvolvimento pessoal e a emancipação” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Salomon “enfocou uma maneira metodológica para o ato de cuidar”, ressaltando “a importância de ‘planos de cuidados’ baseados em pesquisas”, ao mesmo tempo que “defendia a ‘arte de cuidar’, usando criativamente uma diversidade de fontes que a auxiliassem nessa questão”. Seu objetivo era “mudar as circunstâncias e atitudes dos clientes atendidos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Ela “desempenhou um papel importante no estabelecimento de uma abordagem internacional para a organização da educação” do Serviço Social. A partir da comparação entre “mais de cem contextos de educação em Serviço Social”, chegou à conclusão de que seria necessário reduzir “as diferenças de métodos e currículos”, “apesar da necessidade de ajustar o trabalho social ao contexto local” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Outra personalidade apresentada é Frances Perkins (1880-1965), Secretária do Trabalho do governo Roosevelt. De acordo com a publicação, o trabalho desenvolvido por Perkins “não

foi o tipo de trabalho social de Mary Richmond, mas certamente foi um trabalho social e teve um enorme impacto em muitas vidas” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Bertha Reynolds (1885-1978), outra personagem da série, foi uma assistente social desencantada “com o desenvolvimento dentro do Serviço Social que patologizava todo problema, transformando-o em uma questão individual, um problema pessoal”, vendo “mais benefícios em abordagens estruturais e institucionais combinadas com o cuidado com o indivíduo”. Pode ser considerada como uma das precursoras do que mais tarde foi denominado como Serviço Social radical (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Reynolds se interessou pelo socialismo e pelo marxismo, passou a defender que a prioridade do Serviço Social deveria se assemelhar a “um navio em condições de navegar antes de lidar com os indivíduos” e a partir dessa visão fez “uma ponte entre o trabalho social individual e o desenvolvimento comunitário”. Criticada por seu posicionamento, foi perseguida pelo macarthismo dos EUA da década de 1950, tendo sido basicamente expulsa da comunidade do Serviço Social, no entanto permaneceu ativa como assistente social, instrutora e autora. Atualmente pode ser considerada como “uma mãe fundadora do trabalho social baseado na força” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Robert Holbrok Smith (1879-1950), médico com “vício em álcool” que conheceu Bill Wilson (1895-1971), “homem de negócios” que enfrentava “a mesma luta”, é outro protagonista da série). Smith e Wilson “estavam convencidos que o alcoolismo só poderia ser vencido pelo apoio mútuo dos pares”, razão pela qual montaram um grupo de autoajuda, o Alcoólicos Anônimos (AA), que recebeu esse nome após a publicação de um livro com esse título. O AA recebeu um impulso significativo após uma reportagem na revista *Reader's Digest*<sup>58</sup> e a partir de então se tornou “de longe o grupo de autoajuda mais conhecido” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Sir William Henry Beveridge (1879-1963), arquiteto do Estado de bem-estar Social, é outra personalidade apresentada pela série. Seu trabalho rotulou os cinco principais desafios para a política social: a miséria, a ignorância, a falta, a ociosidade e a doença, indicando que alguns elementos importantes para “enfrentar esses desafios” seriam o seguro social, a oferta dos serviços de saúde, habitação e emprego, que segundo a publicação são setores nos quais os assistentes sociais estão atualmente ativos.

Para Beveridge, “o Estado deveria ter um papel central na garantia dos recursos necessários para o bem-estar das pessoas, além de ser o principal provedor de serviços”, que

---

<sup>58</sup> É importante lembrar a influência do periódico na difusão do pensamento conservador dos Estados Unidos, apontada por Kirk (2014) no primeiro capítulo.



seriam financiados por todos os cidadãos, que contribuiriam para esse sistema universal através do pagamento do seguro nacional, “definidos de acordo com suas capacidades, e seriam capazes de usá-lo de acordo com suas necessidades” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A assistente social Eileen Younghusband (1902-1981) é também apresentada. Afirma-se que sua contribuição para a profissão foi substancial e “continua a inspirar a prática atual”. Ela presidiu muitos comitês e esteve envolvida em diversos relatórios, vários dos quais resultaram em mudanças para o Serviço Social (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A partir de seu trabalho para o *Carnegie UK Trust*, preparou relatórios sobre emprego e formação de assistentes sociais, conhecidos como relatórios Carnegie. Neles defendia “fortemente o treinamento genérico para o trabalho social, construído em torno do conhecimento básico comum a todos os assistentes sociais, independentemente de sua especialização”. Posteriormente, presidiu “o Comitê de assistentes sociais em serviços de saúde e bem-estar das autoridades locais”, que produziu “recomendações radicais sobre educação e treinamento em Serviço Social”. Younghusband atuou também em nível internacional e buscou “promover altos padrões de educação em trabalho social em todo o mundo” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

O fundador dos bancos de alimentos, John Van Hengel (1923-2005), também aparece na série, sob a argumentação de que ao longo da história “as pessoas desenvolveram iniciativas para aliviar o fardo da fome por seus concidadãos” e no Cristianismo “alimentar os famintos é a primeira das Obras de Misericórdia”. Hengel fundou o primeiro banco de alimentos do mundo e “não apenas ajudou a alimentar os famintos, mas também ajudou a resolver o desperdício indesculpável de alimentos perfeitamente comestíveis pela indústria de alimentos comerciais” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Com a crise de 2008, as demandas dos bancos de alimentos aumentaram, o que levou ao temor de que a oferta não seria mais suficiente. A ascensão desses bancos levantou algumas questões, como a confiabilidade desse tipo de apoio, e se eles “representavam um modelo de cidadania ativa e solidária ou um símbolo do colapso do setor da rede de segurança pública” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Na série apresentam-se também algumas personalidades responsáveis por mudanças de paradigma sobre os princípios fundamentais da deficiência. Denis Diderot (1713-1784), Charles-Michel de l'Épée (1712-1789) e Valentin Haüy (1745-1822) demonstraram preocupação com a questão e, cada um a seu modo, desenvolveram algumas iniciativas. Nas últimas décadas são indicadas outras personalidades, como Bengt Nirje (1925-2006) e Wolf

Wolfensberger (1934-2011), considerados como embaixadores, além de Michael Oliver (1932), que “cunhou o termo ‘modelo social’ para distingui-lo do modelo médico”. De acordo com o ‘modelo social’, “a ajuda é focada na sociedade e na acessibilidade”, enquanto no modelo médico esta “é focada no indivíduo e em suas deficiências”. Essa mudança no pensamento sobre deficiência e pessoas com deficiência culminou, em 2006, na “Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A assistente social Ann Hartman figura entre as personalidades apresentadas. Segundo a publicação, fez duas contribuições relacionadas ao Serviço Social que ainda influenciam a profissão. A primeira delas foi a introdução do ecomapa, ou ecograma, e o genograma “como técnicas de desenho que permitem aos assistentes sociais retratar as relações sociais e familiares”, sendo ambos utilizados para avaliação, planejamento e intervenção. Segundo a publicação, “podem ser utilizados apenas pelo assistente social ou como auxílio em uma entrevista com os clientes” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A segunda contribuição “pode ser rotulada de trabalho social ecológico e decorrente do ecomapa e do genograma”. De acordo com a publicação, “o foco da prática clínica não deve ser apenas do cliente, mas incluir sua rede social”, nesse sentido o assistente social deve envolver-se com essa rede “e desencadear o que ela pode contribuir em termos de cuidado e apoio”. Dessa forma, é possível “crescer além da abordagem tradicional”, na qual “as intervenções são orientadas para os indivíduos”. Essa abordagem “poderia ser descrita como o meio termo entre trabalho social individual e trabalho social político” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Charles Murray (1943) também é apresentado nas publicações, sob a alegação de que “é útil aprender sobre seu trabalho, pois ele é silencioso e influente na direita política e molda seus argumentos nas discussões sobre o trabalho social e o Estado de bem-estar social”. Defende que “altos benefícios com menos exigências” torna mais atraente para as pessoas “confiar no Estado de bem-estar do que procurar trabalho e ganhar sua própria renda” e considera que “o trabalho social e o *Welfare State* se tornaram uma das causas da pobreza” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Para Murray a desigualdade social é geneticamente determinada, trabalho que foi ferozmente criticado. Crítica semelhante à de Murray é feita mais recentemente por Theodore Dalrymple, que argumenta que “o trabalho social desvincula as pessoas de suas próprias responsabilidades” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Na última postagem da série, aparece Robert Putnam (1941), cientista político responsável pela divulgação do termo capital social. Em seus argumentos, “introduz o conceito de capital social como um ingrediente importante da qualidade de nossa sociedade”. Para ele capital social refere-se a aspectos da organização social, como redes e normas e aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano. Na postagem afirma-se que “o capital social é crítico para a prosperidade econômica, visto que a partir desse conceito “o bem-estar social não é o resultado do crescimento econômico, mas a base para isso” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Putnam “argumenta que o capital social é importante, não apenas como um objetivo em si, mas também porque contribui para a segurança pública, melhor saúde e aumento dos níveis de cuidados”, mas que nas últimas décadas encontra-se em declínio devido ao “número decrescente de filiações a sindicatos e igrejas, o declínio das taxas de participação nas eleições e o aumento da tendência de praticar sozinho, e não como membro de um clube”. Essa erosão é considerada por ele como motivo de preocupação, sendo necessário que haja então investimentos na área (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Essa série apresenta então diversos atores, que na concepção da página “Serviço Social Libertário” fizeram parte da história da profissão. Considera-se que estudo elaborado nela propõe uma análise que tanto se vincula à visão endógena da profissão, quanto a extrapola, tendo em vista que para além de serem trazidos atores que contribuíram para a gênese da profissão, como a proposta por alguns expoentes da reconceituação, tais como Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg e Natálio Kisnerman, a análise elaborada pela série também considera como importantes, personalidades que se vinculam mais ao debate das políticas sociais e da caridade, do que propriamente ao desenvolvimento da profissão. Compreende-se que essa forma de apresentar a profissão elaborada pela série considera que o Serviço Social está organicamente vinculado com a ajuda, não apenas como “antecessora” da profissão, mas que se encontra imbricada a ela, podendo ser considerada como um componente desta até o presente.

Dessa forma, a série apresenta alguns atores importantes para o debate das políticas sociais. Há nas publicações a apresentação de William Beveridge, responsável pela elaboração do plano Beveridge, que de acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 93), “propunha uma nova lógica para a organização das políticas sociais, a partir da crítica aos seguros sociais bismarkianos”, que não tinham caráter universal e operavam sob a óptica privada. No entanto, é apresentado também Charles Murray, que se opõe a esse plano, tendo em vista que considera a oferta de políticas sociais pelo Estado como uma das causas da pobreza. Ao se analisar as

publicações da página para além do apresentado nesta série, considera-se que há um alinhamento com as ideias difundidas por Murray, tendo em vista a defesa do pensamento liberal.

Observa-se também que há uma relação direta entre a análise de Chalmers apresentada e a desenvolvida atualmente por Theodore Dalrymple (2019a), trazida no item 1.4 do capítulo 1, bem como as desenvolvidas por Garschagen (2019) e Constantino (2018), mencionadas nos itens 2.3.3 e 2.3.4 do capítulo 2, o que é mais uma indicação de que o conservadorismo contemporâneo vem resgatando algumas bases do pensamento conservador dos séculos XVI e XVII, como por exemplo a obra de Burke. Dessa forma, considera-se que há nessas análises da profissão uma vinculação ao que vem sendo debatido no pensamento conservador atualmente, mesmo que não seja percebida ou construída de forma intencional.

Considera-se, a partir do posicionamento teórico e político defendido nesta tese, que as análises a partir de uma visão endógena da profissão desconsideram os fatores objetivos que demandaram este agente profissional, e que estender essa análise até o presente demonstra não apenas uma confusão entre o que é a profissão e o que são as atuais formas de ajuda ofertadas pela sociedade civil, mas também a incompreensão sobre as atribuições dos assistentes sociais em seus espaços de trabalho.

Conforme indicado no item 3.1 do capítulo 3, considera-se que a gênese da profissão se vincula à necessidade de o Estado e burguesia responderem as demandas da classe trabalhadora. Dessa forma, requisita-se um profissional técnico que seja capaz de atuar junto às políticas sociais criadas pelo Estado a fim de (se) tentar garantir o consenso.

O que se observa nas análises é um retorno a elementos do Serviço Social tradicional de forma a tratar a questão social a partir da perspectiva do pensamento conservador, convertida em objeto da ação moralizadora. Dessa forma, não apenas nas análises sobre a gênese da profissão, mas em todas os elementos debatidos nas páginas, observa-se a compreensão de que o assistente social em seu cotidiano de trabalho atua com os problemas sociais, em uma perspectiva de ajustamento do indivíduo ao meio.

Dessa forma, avalia-se que nos debates sobre a gênese da profissão existe um movimento de rompimento com os acúmulos teóricos conquistados pela categoria profissional nas últimas décadas, apresentados no item 3.4 do capítulo 3, buscando-se promover um retorno às formas de análises sobre o Serviço Social presentes antes do processo de renovação. Considera-se que movimento semelhante foi realizado pelos sujeitos da reatualização do conservadorismo, que também desejavam operar um retorno ao passado profissional naquele

contexto, o que indica uma proximidade entre o conservadorismo presente hoje na profissão e a vertente reatualizadora.

Na produção acadêmica do Serviço Social, muito se tem analisado sobre a própria profissão. Principalmente desde o movimento de reconceituação, um dos pontos presentes no debate refere-se à natureza da profissão. Constata-se que nas publicações das páginas do Facebook destacadas, apresentam-se diversas compreensões sobre o que é a profissão e o que os assistentes sociais fazem em seu cotidiano de trabalho profissional.

No que concerne à natureza da profissão, verifica-se a apresentação de diversas concepções sobre o Serviço Social, o que implica em diferentes formas de se compreender a atuação profissional, bem como seu objeto de trabalho. Foi possível identificar a compreensão de Serviço Social como profissão de intervenção e disciplina acadêmica, como área, como disciplina científica, como tecnologia social, como técnica social, como ajuda, como processo e como ciência.

Em uma postagem da “Serviço Social Libertário” há a indicação, a partir de Ander-Egg (1995), de que na língua germânica predominou a expressão ‘Trabalho Social’, enquanto nos países de língua romana a expressão ‘Serviço Social’ foi a que prevaleceu. Há ainda a indicação de que que, mundialmente, o Serviço Social pode ser compreendido de várias formas, como profissão, tecnologia social, arte, disciplina, dentre tantas outras.

Há nessa página, assim como na “Serviço Social e Pluralismo” (2019, n. p.), a apresentação de uma “definição global<sup>59</sup>” que compreende o Serviço Social como “uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da pessoa”. Segundo a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) “o Serviço Social promove a mudança social, a solução dos problemas de relações humanas e a capacitação da pessoa com vista a melhorar seu bem-estar”.

Tal definição, também apresentada na “Serviço Social e Pluralismo”, é adotada pela IASSW e pela IFSW, aprovada pelas assembleias gerais da IFSW e da IASSW em junho de 2012. Considera-se, no entanto, que para além de apresentar a definição, é necessário compreender-se que o processo que culminou em tal definição não ocorreu sem divergências.

Em 2000, a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) e a IFSW aprovaram em assembleia uma proposta de definição que considerava que o exercício profissional do

---

<sup>59</sup> Na página não há indicação da fonte que originou essa definição; somente indica que se trata da a “definição global”. Constatou-se que tal definição é a adotada pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) e pela Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW).

assistente social promoveria “a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do bem-estar”, por meio da aplicação de teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais. Na definição considera-se que o Serviço Social focaliza sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia, e que os princípios dos direitos humanos e da justiça social seriam elementos fundamentais para o trabalho social (CFESS, 2012a).

Em 2012 foi realizado no Rio de Janeiro um *workshop* sobre a definição global de Serviço Social, seguido de um Simpósio Internacional, que debateu os fundamentos e perspectivas do Serviço Social no mundo. Alguns países da América Latina defendiam uma nova proposta de definição que considerasse as particularidades históricas dos países, a força política e os conhecimentos teóricos e práticos que os assistentes latino-americanos possuem, bem como que promovesse a integração da categoria enquanto coletivo profissional em âmbito mundial.

As entidades de diversos países como Brasil, Argentina, Uruguai e Porto Rico apresentaram outras propostas de definição para serem debatidas, que culminaram na elaboração de uma definição única e que foi levada para a Conferência Mundial. A proposta de definição elaborada pela América Latina e Caribe considerava o Serviço Social como profissão inserida no âmbito das relações sociais entre sujeitos sociais, e entre eles e o Estado, em diversos contextos sócio-históricos. Segundo a definição a profissão

desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (CFESS, 2012b).

A proposta foi então apresentada na Conferência mundial, e após intensos debates houve uma reformulação da definição de 2000, atendendo em parte às demandas apresentadas pelos países latino-americanos. É importante sinalizar que a atual definição global ainda não se alinha ao que vem sendo debatido na América Latina e Caribe, mas o debate colocado por esse grupo promoveu uma alteração, indicando-lhe uma vitória. Dessa forma, compreende-se a necessidade de, cada vez mais, haver um diálogo da profissão a nível mundial, mesmo que ainda não haja um mesmo direcionamento entre as entidades internacionais e a proposta de profissão nesses países. Tal diálogo não deve ter como objetivo criar uma proposta universal de profissão, tendo em vista que devido às particularidades de cada país ou região as requisições

para a profissão são diferentes, mas buscar a promoção de uma maior interlocução e ampliar as discussões e debates.

Em uma publicação da “Serviço Social Conservador” trata-se a concepção de Serviço Social como área, considerando que, assim como a educação, “são áreas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil”. A educação teria “como meta reverter o processo de doutrinação ideológica a que três gerações de brasileiros foram submetidas, os impedindo de obter uma formação consistente e adequada para o trabalho” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

A profissão teria então a “tarefa de criar condições de acolhimento aos mais vulneráveis, mas ao mesmo tempo estabelecer critérios não políticos”; além disso, deveria “estruturar redes de apoio externo para a ‘porta de saída dos beneficiários” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Avalia-se que essa forma como a página compreende a profissão demonstra uma confusão entre o que é uma profissão e o que é uma política, confusão esta observada não apenas na análise em questão, mas de forma recorrente em diversas publicações. Considera-se que essa não é apenas uma confusão entre os termos, mas em relação à forma como a profissão é compreendida pela página, como se o Serviço Social fosse a profissão, e a assistência social fosse a ação realizada pelos sujeitos profissionais.

A página “Serviço Social e Pluralismo” realiza um debate em que apresenta algumas concepções de profissão, a partir de diferentes autores. Esse debate remete ao estudo elaborado por Alayón (1987), no qual o autor buscava identificar as diferentes definições de Serviço Social formuladas por profissionais latino-americanos, em suas publicações, revistas, teses e livros. Ali aparecem, dentre outras, as concepções de Serviço Social como ciência, como tecnologia e como ajuda, concepções estas que podem ser encontradas nas publicações analisadas. Ao tratar delas é necessário considerar o país, as condições sociopolíticas no contexto em que determinada definição é elaborada e debatida, bem como o processo de desenvolvimento do Serviço Social no momento.

Uma das concepções apresentadas nas publicações é o entendimento de Serviço Social como um processo e, para defendê-la, utilizam diversas referências. A partir da perspectiva de Ponticelli (apud MARCELO, 2017), o Serviço Social é “um processo de ajuda realizado por um profissional que se encontra integrado num sistema organizado de serviços” que são direcionados a indivíduos, grupos e sujeitos coletivos. Maria José Caparrós (1992, apud PENA, 2012a) também defende a profissão como processo de ajuda, a partir do qual o assistente social, “através de técnicas e procedimentos próprios, promove recursos (comunitários, individuais)

para ajudar os indivíduos a superar conflitos e resolver problemas” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Segundo Cristina de Robertis (2003, apud PENA, 2012a), a ajuda seria como um conjunto de processos e atos que os assistentes sociais desenvolvem a fim de dotar uma pessoa de autonomia pessoal. Dessa forma, os profissionais têm “a missão de possibilitar que as pessoas passem de uma situação de dependência a uma situação de autonomia”. De acordo com Maria João Pena (2012a), essa relação de ajuda rompe com os parâmetros assistencialistas, a partir do qual as pessoas que utilizam os serviços eram consideradas como beneficiárias de uma intervenção. Nesse quadro “da prática profissional, em direção a uma cidadania, as pessoas utilizadoras dos serviços constituem-se como sujeitos da intervenção, atores no desenho do seu projeto de vida”. Nesse sentido, “o profissional e o utilizador do serviço trabalham em conjunto a fim de desenvolver a sua capacitação, tornando-o capaz de defender de forma eficaz os seus direitos, o que constitui a finalidade do empowerment<sup>60</sup>”. Dessa forma, os sujeitos passam a ser “participantes ativos na solução dos problemas ao lado dos profissionais com quem estabelecem uma relação de parceria” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Já Lawrence Brammer (2003, apud PENA, 2012a), também apresentada na publicação, defende que a relação de ajuda não pode ser deslocada das características e competências do profissional, uma vez que é a personalidade dele que, combinada com suas competências específicas, sobretudo no âmbito de compreensão, apoio e ação, que produzem as condições para se atingirem os resultados. A relação que se estabelece entre o assistente social e o utilizador do serviço tem por base a comunicação, definida a partir de Pena (2012a) como o processo através do qual partilham-se informações, significados e sentimentos entre as pessoas, através tanto de mensagens verbais, quanto não verbais.

Dessa forma, para Pena (2012a), “quando o assistente social encontra-se com os usuários/clientes o profissional deve ser empático e procurar a compreensão”, visto que, segundo Howe (2009, apud PENA, 2012b), a pessoa precisa se sentir compreendida, acreditar que existe uma procura de sentido e a partir dele conquistar “o controle, a recuperação da esperança, a construção da resiliência e a capacidade para lidar com a situação” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

De acordo com a análise de Alayón (1987), a compreensão da profissão como processo de ajuda foi desenvolvida na década de 1980, divulgada por Ander-Egg, da Argentina, e

---

<sup>60</sup> Na publicação, explicam que o empowerment, de acordo com John Friedman, seria todo o acréscimo de poder que permite que os sujeitos aumentem a eficácia do seu princípio de cidadania.



analisava que esta era projetada para ajudar indivíduos, grupos e comunidades na mudança de comportamentos (ALAYON, 1987).

Há também, na “Serviço Social e Pluralismo”, a compreensão do Serviço Social como uma profissão que ajuda as pessoas a descobrirem seus pontos fortes e suas potencialidades, a fim de terem uma melhor qualidade de vida. Constata-se que, para essa concepção de profissão, não foi indicada qualquer referência bibliográfica, o que impede de se localizar o tempo histórico em que foi realizada.

O Serviço Social como tecnologia social também é apresentado, sendo esta concepção de profissão defendida por Aylwin e Rodriguez (1979, apud ALAYON, 1987), que consideram-na como tecnologia por aplicar “os conhecimentos das ciências sociais à realidade a fim de transformá-la e, ao focalizar cientificamente os problemas práticos, vai fazendo que novos conhecimentos surjam, e estes, por sua vez, são uma contribuição às ciências sociais” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A página cita ainda Ottenberger (1974, apud ALAYON, 1987), que defendendo a mesma concepção, afirma que “o Serviço Social tem como tarefa fundamental a intervenção para tentar a modificação ou supressão dos fatores que atravancam o desenvolvimento dos seres humanos, além disso reverter as situações que causaram esses problemas”. (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Outro autor ainda (que milita) na mesma defesa é Kruse (1972, apud MONTAÑO, 2007), que tem suas ideias apresentadas tanto na “Serviço Social e Pluralismo”, quanto na “Serviço Social Libertário”. Kruse argumenta que a profissão é uma tecnologia, visto que sua ação procura uma mudança. Não há, no entanto, em qualquer das publicações, a identificação de qual seria essa mudança.

A discussão do Serviço Social como tecnologia social, de acordo com a análise de Alayón (1987), esteve presente no debate latino-americano entre as décadas de 1960 a 1980, em países como Chile, Argentina, Colômbia, Peru e México. A compreensão como técnica é colocada por alguns autores em oposição ao debate sobre o Serviço Social como ciência, sendo considerado como uma técnica que aplica o conhecimento de uma ciência social.

Apresenta-se ainda a concepção de Kisnerman (1983), que considera o Serviço como disciplina científica “que se ocupa de conhecer as causas-efeitos dos problemas sociais e conseguir que os homens assumam uma ação organizada, tanto preventiva como transformadora que os supere”. Nesse sentido a profissão não é somente executora do que outras profissões elaboram, mas está “investida e transforma, apropriando-se de uma realidade concreta de trabalho, o que comprova seus conhecimentos, melhora-os em quantidade-

qualidade e produz novos conhecimentos, levando-os ao resto das disciplinas sociais” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Outra forma de se compreender o Serviço Social apresentada é pensá-la como uma Ciência Social. Na publicação afirma-se que essa visão é rejeitada pela literatura hegemônica brasileira, no entanto considera-se que essa abordagem também deveria ser estudada para se aprofundar o conhecimento de outras compreensões da profissão, para se ter acesso às literaturas internacionais, bem como para se saber o que os assistentes sociais discutem no mundo. Somente a partir dessa análise é que seria possível criar uma visão crítica própria sobre essa e outras questões ligadas ao Serviço Social.

Nas páginas “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social Libertário”<sup>61</sup>, afirma-se que o Serviço Social “pode e deve ser uma ciência social aplicada na gestão do design de serviços sociais para o bem-estar e sustentabilidade humana”. Essa ciência utiliza o “método de trabalho unificado e integrado” de investigação e intervenção, para “estudar, projetar, prototipar, aplicar (executar) e avaliar projetos de serviços sociais”, em organizações do primeiro, segundo e terceiro setor, tendo sempre como foco e centralidade o ser humano, principalmente aqueles em risco e vulnerabilidade social. Para além disso, “possui a finalidade de gerar ações (serviços) tanto no nível macro (institucional e organizacional), meso (para grupos e comunidades) e micro (para pessoas)” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Outro objetivo consiste em “gerar formas interativas de melhorar sua qualidade de vida, o exercício de sua cidadania, do seu bem-estar e sua participação e responsabilidade de mudar a sua vida e da sociedade em que está inserido”, a partir de “uma cosmovisão integral e integrada”, que considera “os vários aspectos do viver humano em uma sociedade paradoxal, complexa, líquida”, o que “requer inteligência, estratégias, ações condizentes, adequadas e eficientes para sua finalidade maior: o bem-estar humano, a justiça, a dignidade e preservando os direitos humanos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

De acordo com a análise, “isso deve acontecer por meio de processos inovadores, integrais e integrados”, que “contribuam efetivamente para a construção de uma sociedade, com ações dentro de seus limites profissionais, cada vez mais democrática, justa e digna de viver e de o ser humano se desenvolver como ser integral e integrado”; resgatando Richmond, defende-se que a centralidade “é o ser humano e sua realização” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

---

<sup>61</sup> Essa análise encontra-se na vigésima terceira tese.

De acordo com a análise de Ferreira (2011), considera-se que o assistente social é também um cientista social que “necessita de conhecimento científico não apenas sustentado em teorias e modelos de intervenção, mas essencialmente de conhecimentos, de metodologias de pesquisa e de método quantitativos e qualitativos”. A partir desses conhecimentos é que seria possível “analisar, interpretar e fazer propostas de desenvolvimento social e humano no contexto do debate político, profissional e científico” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A análise de Serviço Social como ciência, de acordo com Alayón (1987), data do mesmo período (entre 1960 e 1980) nas discussões chilenas, colombianas, uruguaias e argentinas, assim como também foi realizada no Brasil na década de 1980.

De acordo com Netto (1989b, p. 148), no período, enfrentavam-se, no Brasil, duas concepções sobre Serviço Social, nem sempre devidamente explicitadas. A primeira compreende “o Serviço Social como profissão cujo fundamento elementar é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo”. Já a segunda o compreende como profissão “cujo fundamento elementar é um espaço sócio-ocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura”.

Considera-se, na análise, que nem a primeira ignora as determinações sociais do trabalho, nem a segunda menospreza as dimensões teóricas que compõem a profissão, e o que as especifica é a legitimação preferencial do exercício profissional. Na primeira a legitimação seria “uma função do campo de saber do qual o exercício profissional constituiria um sistema de mediações”. Ao ser orientada por balizas teóricas e científicas, se instauraria neste “uma prática profissional que, tratada analiticamente, propiciaria um conhecimento do ser social que, no plano da reflexão articularia uma teoria referenciada àquela prática”. Já na segunda, “a legitimação elementar independe das eventuais e possíveis elaborações teóricas dos protagonistas da profissão, vinculando-se antes ao desempenho de papéis e funções que lhes são institucionalmente atribuídas”. Ao contrário da concepção anterior, a elaboração teórica “é, para a legitimação da profissão (e para a fundação) da profissão, um epifenômeno” (NETTO, 1989b, p. 148-149).

Em nenhuma das alternativas interdita-se a prática profissional como campo para a elaboração teórica; mas enquanto a primeira – que a concebe como fundante da profissão – pensa-a como um ramo autônomo no elenco das chamadas Ciências Sociais, a segunda translada-a para o âmbito comum dessas ciências ou o tratamento que lhe pode conferir a tradição marxista (NETTO, 1989b, p. 149).

Dessa forma, segundo o autor, na primeira alternativa a sistematização da prática aparece como uma dupla requisição, sendo condição para otimizar o exercício profissional e, ao mesmo tempo, é o passo compulsório para a fundação profissional. Já na segunda alternativa, considera-se que o Serviço Social opera com um conjunto de representações teóricas que extrai das chamadas ciências sociais (NETTO, 1989b).

A partir das produções elaboradas até os dias de hoje, constata-se que as discussões caminharam para a compreensão elaborada pela segunda alternativa, tendo como referência o debate desenvolvido pelo CELATS, que considerava a pesquisa como um instrumento auxiliar para o desenvolvimento do objetivo principal da profissão, que seria a intervenção nas mais diversas situações. Outro ponto importante a ser destacado é o elaborado por Netto (1989a), ao afirmar que o Serviço Social é uma profissão que se institucionaliza e se consolida, nutrindo-se de um conjunto de saberes ancorados em uma vertente teórica. De acordo com Santos (2016), um dos grandes avanços em 80 anos de existência foi a constatação de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, discussão elaborada por Iamamoto (2014) e que se tornou referência para os debates no Brasil.

De acordo com Mota (2013), o Serviço Social é compreendido no Brasil a partir de duas determinações inerentes à sua constituição nessa quadra histórica: como profissão e como área do conhecimento. Essa análise não representa qualquer imediatismo, tendo em vista que utiliza-se como referências a produção intelectual do Serviço Social brasileiro acumulada desde a década de 1980 e debatidas no capítulo 3.

Compreende-se que as concepções de profissão apresentadas não são feitas de forma aleatória, mas existe uma intencionalidade na escolha, tendo em vista que se articulam com as orientações teóricas. Dessa forma, observam-se elementos das teorias dos sistemas, ecológica e positivista/funcionalista, o que indica um retorno aos elementos tradicionais do Serviço Social, promovendo, no entanto, ao mesmo tempo sua adequação às novas demandas sociais, sinalizando uma vinculação ao que era promovido pela vertente modernizadora do processo de renovação brasileiro.

É então a partir dessa relação entre a visão endogenista e as diversas concepções sobre a profissão apresentadas que seu objeto é pensado. Identifica-se nas publicações das páginas analisadas a indicação de que, para além de análises sobre o objeto de trabalho profissional, há também, em um momento específico, a exposição do que se considera, na realidade, como objeto de pesquisa<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> Na página “Serviço Social e Pluralismo”, apresenta-se uma concepção de objeto elaborada por Kisnerman (1983), que o considera como um descobrimento que é encontrado na prática, existindo antes mesmo que se tenha

No que concerne à análise deste, indica-se nas publicações que “nas discussões entre a categoria profissional no mundo, não há consenso para o conjunto de termos dado ao objeto de estudo e intervenção do Serviço Social” e, citando Montaña (2007), afirmam que pode ser tematizada como especificidade, identidade, natureza, perfil ou cultura. Indica-se que se defende ali que o objeto é “aquilo que se deseja estudar, aquilo com que trabalha uma disciplina, para conhecê-lo e transformá-lo” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

O Serviço Social, em sua construção, “passou e ainda passa por vários pensamentos distintos quanto a sua área específica”. Dentre algumas tendências históricas, a página cita a de Balbina Ottoni Vieira, que considera como objeto “a pessoa ou indivíduo; as relações sociais; o funcionamento social; situação social problema” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A literatura hegemônica no Brasil hoje, adota, como objeto profissional, a partir da análise de Yamamoto (2014), as expressões da questão social; no entanto, uma crítica a esse pensamento é feita por Oliveira (2017), que considera que “no cotidiano e nos espaços de trabalho o que os assistentes sociais atendem e pelo que trabalham não são essas expressões”, que estariam longe do seu alcance, mas sim “os seres humanos, as pessoas, cada qual com seus dramas, angústias e aflições”. Na sua expressão, são essas pessoas que procuram o assistente social “com a esperança de encontrarem respostas ou pelo menos uma luz para seus problemas concretos” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

De acordo com publicação da “Serviço Social Libertário”, a centralidade do Serviço Social é o ser humano, e não as expressões da questão social, consideradas como muito longe do alcance factual. Constatou-se que essa análise desenvolvida na publicação se assemelha à elaborada por Oliveira (2017) e apresentada também na página “Serviço Social e Pluralismo”.

De acordo com a página, a profissão “tem sua matéria-prima direcionada no impacto do contexto social adverso na vida dos indivíduos”, e o assistente social irá “intervir nestas ocasiões através de sua instrumentalidade técnico-operativa para ‘empoderar’ o indivíduo nas mais variáveis intercorrências sociais”. Essa seria a “primazia do objeto de trabalho desta profissão, e não se deve confundir o arsenal técnico desta com ativismo social ou militância partidária (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

---

contato direto com ele, mas que ganha sentido quando se começa a apreendê-lo. Avalia-se que o objeto indicado pelo autor não se relaciona a um debate sobre o objeto do Serviço Social, mas sim sobre o que seria objeto de pesquisa nas ciências sociais.

Na “Serviço Social Conservador”, há a indicação que o objeto do Serviço Social é o humano, e este é “universal e atemporal”. Afirma-se que “desde os primórdios da humanidade, passando pelo feudalismo, capitalismo e socialismo”, as mazelas humanas existiram e sempre existirão. Estas, segundo argumenta, não são fruto de uma ideologia ou de um regime político, e se esse fosse o caso, “a promessa dos assistentes sociais socialistas seria contraditória”, visto que ao se implementar o socialismo, a questão social não mais existiria, o que colocaria em dúvida a serventia do assistente social (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019).

Ora, senhores e senhoras - essa tese é autodestrutiva da própria profissão. Assim, parece-nos mais apropriado resgatar o objeto original do Serviço Social - as necessidades humanas. As necessidades humanas não se restringem à política - ao contrário, a participação política livre e cidadã só se realiza após as necessidades físicas, psicológicas e sociais estarem satisfeitas. As relações familiares e de amizade, a educação, o bem-estar mental e psicológico, o lazer saudável, o trabalho produtivo (diferente de emprego), a saúde reprodutiva e a criação dos filhos são algumas das facetas da vida humana em que o assistente social deveria estar intervindo com resultados muito mais eficazes e promissores para a sociedade brasileira do que militando nas pautas essencialmente políticas e ideológicas (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Por fim, a apresentação da análise elaborada por Ferreira (2011) considera que o objeto do Serviço Social é “o homem na sua dimensão de sujeito de direitos e na sua Dignidade Humana em sociedade”, que exige do assistente social “competência para conhecer e compreender uma realidade complexa, que apresenta dimensões múltiplas, dotada de uma pluralidade de relações e interações e caracterizada por uma mudança contínua” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Considera-se que, nas análises sobre o objeto do Serviço Social, as publicações o compreendem de forma individualizada, ao considerá-lo como sendo o ser humano. Considerar o homem como objeto da profissão foi uma das elaborações feitas pelo CBCISS (1986), a partir de uma matriz estrutural-funcionalista, que considerava o homem como sujeito e objeto da ação profissional, análise que se vinculava à vertente da modernização conservadora.

Uma das publicações parte das proposições de Oliveira (2017) para fazer a crítica à compreensão do objeto de atuação como sendo as expressões da questão social, sob a alegação de que essa forma de compreender a profissão e seu objeto coloca os sujeitos como vítimas de um sistema, e não como autores de suas histórias. Essa análise, assim como defendido no item 3.4 do capítulo 3, se vincula ao pensamento conservador de moralização da questão social, que se dirigia ao ajustamento dos indivíduos, assim como realizada no início da profissão.

Segundo Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 320), essa forma de compreender a profissão considera que a centralidade da atuação profissional deve ser o indivíduo, visto que

“considerar a relação existente das condições objetivas e subjetivas inseridas em uma estrutura social desigual é vitimizar o sujeito”. Nessa análise existe uma perigosa armadilha que pode levar os profissionais facilmente à responsabilização dos indivíduos em detrimento de uma posição crítica que permita a apreensão das determinações concretas que estruturam a questão social. Considerar a questão social como objeto de trabalho profissional na realidade não impede de se levar em conta as singularidades dos sujeitos, buscando-se alcançar as mediações das particularidades das expressões da questão social com as quais os profissionais trabalham.

Compreender o objeto de trabalho dos assistentes sociais como as expressões da questão social ou como o ser humano vincula-se à perspectiva teórica adotada pelos autores e também à compreensão da gênese e desenvolvimento da profissão. Considera-se que a perspectiva que reflete sobre o Serviço Social como evolução da ajuda, que pensa a profissão vinculada às formas de ajuda e assistência, possui uma abordagem individualizada da profissão, apresenta uma visão particularista e focalista, e dessa forma compreende o homem como objeto de atuação dos assistentes sociais. Já a perspectiva que compreende a emergência do Serviço Social como decorrência de um conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teóricos culturais, considera as expressões da questão social como base de sua fundação como especialização do trabalho e seu objeto de intervenção. Dessa forma, analisa as demandas postas à profissão não de forma isolada ou individual, mas relacionada à dinâmica em que os sujeitos se inserem, sem, no entanto, desconsiderar suas particularidades e singularidades.

Nesse sentido, existe uma articulação entre os elementos presentes nas análises, tendo em vista que são as concepções teóricas que irão influenciar a forma de compreender como a profissão é vista e analisada pelos sujeitos profissionais. Sendo assim, no próximo item será apresentado o debate teórico-metodológico e tecno-operativo sobre Serviço Social presente nas páginas.

#### **4.4 O debate sobre as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa**

As diversas teorias que norteiam a profissão, para além de conduzir o debate sobre a sua gênese, a partir de determinada perspectiva, encontram-se diretamente relacionadas com a direção dada ao debate teórico-metodológico e se vinculam também a uma perspectiva técnico-operativa que se alinha a ele. Dessa forma, compreende-se que é preciso analisar essas

dimensões, não de forma isolada, mas sim como uma unidade, em que são mutuamente influenciadas.

Em relação ao debate teórico, constata-se que somente a “Serviço Social Libertário” indica uma corrente teórica que supostamente norteará as discussões elaboradas. Observa-se que na “Serviço Social e Pluralismo” há a indicação de várias correntes teóricas, no entanto compreende-se que não são apresentadas como se fossem a matriz teórica que norteará o debate da página, mas sim como uma expressão do pluralismo, que constitui a defesa central da página.

Ainda que “Serviço Social Libertário” indique uma corrente, considera-se que em nenhuma das páginas há uma apresentação clara das correntes teóricas que compõem as análises elaboradas nas postagens. Esta é uma diferença percebida entre o conservadorismo atual no Serviço Social e aquele presente no processo de renovação, tendo em vista que todas as suas três vertentes indicavam claramente uma corrente teórica que seria o norte para as elaborações, mesmo que em algumas delas fosse possível constar certo ecletismo nas análises.

Foram encontradas análises que se vinculam principalmente ao positivismo e ao funcionalismo, no entanto elementos da fenomenologia, da teoria sistêmica e do pensamento pós-moderno também foram identificados.

Em relação ao positivismo e ao funcionalismo, considera-se que há uma explicação dos fenômenos a partir de sua aparência, restringindo-se a análise apenas ao âmbito do verificável, tratando-se o Serviço Social como um modelo conceitual, que deve ser compreendido e seguido pelos profissionais. É a partir dessas correntes que se fundamentam as defesas elaboradas pelas páginas sobre a profissão, tanto no que concerne à assepsia ideológica, quanto à concepção de que tanto a solução quanto os problemas da vida dos sujeitos dependem dos indivíduos.

Em relação à fenomenologia, observa-se, em diversos momentos das análises elaboradas pelas páginas, a valorização da ajuda psicossocial na profissão, observada inclusive na forma como os usuários são denominados durante as postagens – clientes ou utentes. Para além disso, considera-se que a defesa do Serviço Social Clínico também pode ser avaliada como um elemento que remete a essa corrente.

A abordagem sistêmica é resgatada quando são trazidas algumas análises sobre os procedimentos metodológicos no Serviço Social, pensados a partir de um sistema de análise, que divide o real em etapas ou fases, a fim de melhor se estruturar e administrar os problemas. Já o pensamento pós-moderno pode ser observado principalmente nas análises que objetivam tratar da inserção do assistente social no mercado de trabalho, que, na percepção apontada por elas, requisita um profissional que trabalhe o empoderamento dos sujeitos.



Observa-se nas páginas, assim como analisado por Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 317), que na atual conjuntura brasileira podem ser observadas diferentes frentes de investida do conservadorismo no Serviço Social, tais como

a capitulação diante da ideologia neoconservadora pós-moderna; o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional; prescrição da profissão pelos manuais das políticas sociais, em detrimento da direção social e estratégica da profissão; o tecnicismo profissional que assinala para construção de um perfil profissional jurídico-normativo e pretensamente neutro.

Uma publicação da “Serviço Social Libertário” indica que existem diferentes matrizes teóricas na profissão, como a “teoria geral dos sistemas, a teoria ecológica dos sistemas, as teorias cognitivas comportamentais, a teoria da complexidade, a teoria radical e marxista, as teorias clássicas e contemporâneas do Serviço Social”, dentre outras que são indicadas pela página “Serviço Social e Pluralismo”, como o estruturalismo, a teoria da complexidade, a fenomenologia, o construtivismo, etc. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Já em outra postagem, afirma-se que o livro de Payne, *Teoria do Serviço Social Moderno*, fornece uma revisão os principais agrupamentos de teorias dentro do Serviço Social, “as ideias de onde elas vêm, os debates a que deram origens e as vantagens e problemas da sua implementação na prática”. No entanto, “a militância e desonestidade intelectual do Serviço Social brasileiro da atualidade tem impedido que obras utilizadas em graduações de Serviço Social/Trabalho Social mundialmente como esta cheguem às nossas mãos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p.).

Na publicação da “Serviço Social e Pluralismo” (2019), segundo aponta Olga Restrepo (2003, apud PENA, 2012b), defende-se que a teoria geral dos sistemas, bem como um conjunto de teorias sociológicas e filosóficas (interacionismo simbólico, fenomenologia, construtivismo, teoria da ação comunicativa, hermenêutica, cibernética de segunda ordem), “centrando a atenção na subjetividade como constitutiva do social, nos processos de comunicação que, mediatizados pela linguagem, configuram a ação social intencionalizada e na interação e percepção como componentes das relações sociais e humanas”. Essas teorias, na concepção da autora, são “dinâmicas, abertas, flexíveis e como tal estão em constante processo de desconstrução e construção, estabelecendo um equilíbrio entre a dimensão individual e coletiva, nomeadamente os modelos sistêmicos, ecológicos, comunicacionais e construtivistas”.

Segundo a “Serviço Social Conservador” (2019)<sup>63</sup>, existe uma defasagem teórica e prática do Serviço Social brasileiro em razão da ausência na profissão uma cultura política, filosófica, teórica e epistemológica que permita o diálogo saudável, respeitoso e inteligente. Na página “Serviço Social Libertário” (2017), afirma-se o desejo de se ter um quadro teórico e prático no qual seja possível a pluralidade de ideias e a liberdade de discordar do pensamento hegemônico.

Essa cultura política presente na profissão vem corroendo o que Oliveira (2017) denomina de “males do bom pensar”, que seria “a praga do politicamente correto”, visto que na profissão só se debate “o que agrada e expressa o ‘pensamento’ hegemônico teórico e político”. Este, por sua vez, continua Oliveira, “proclama juras de amor pela democracia e pluralidade”, mas na realidade não aceita outro ponto de vista que não seja a “expressão do pensamento hegemônico”. Conclui, questionando se realmente existe a defesa da pluralidade e da democracia na categoria, visto que o que se observa é “a defesa a ferro e fogo de um único pensamento hegemônico” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

O segundo ponto abordado refere-se à forma arbitrária que leva a uma visão maniqueísta, a partir da qual o que não é marxista “não é digno de ser ouvido ou respeitado, pois está a favor de tudo que é ruim no mundo, do capitalismo, da exclusão, que é favorável à desigualdade, à injustiça”. Afirma-se que não há mais a defesa de uma ideia, uma posição teórica, mas sim de “uma religião, um processo fanático e irracional, pois quem não comunga das teses marxistas é excluído, execrado e desqualificado” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

O terceiro ponto abordado fala de uma esquizofrenia intelectual, a partir da qual “se professa uma teoria e discursos revolucionários com nítido saudosismo de um socialismo e comunismo cinzento” que “nunca aconteceu e muito menos funcionou, negando a dura realidade prática e concreta da história e do seu próprio cotidiano”. Por fim elabora a crítica ao policiamento epistemológico, que gera um processo de contradição política, tendo em vista que se defende a pluralidade, a liberdade e a democracia; no entanto “não abre para outras matrizes teóricas, e ao contrário, fecha-se numa única matriz e vertente” que considera ser possível dar “conta de tudo e de todas as coisas”. Nesse sentido, afirma-se a necessidade de se “reformular o modo de pensar, dar liberdade, sermos autênticos, originais e, principalmente, respeitarmos os diferentes” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017).

---

<sup>63</sup> A análise se encontra na segunda tese.

Uma das publicações da página “Serviço Social e Pluralismo” (2019) defende, a partir de Beckett (2006, apud PENA, 2012b), dos assistentes sociais pensem ecleticamente, visto que o uso de uma só teoria “tem dificuldade em possibilitar uma compreensão de contextos tão diversos e complexos”. A ideia desenvolvida é que quando se compreende que “as teorias do Serviço Social competem e não podem ser integradas, ignora-se os elementos comuns e interdependentes”.

De acordo com as análises de Oliveira (2017)<sup>64</sup>, indica-se o desejo de que haja pluralidade de fato na profissão, não uma “pluralidade fingida que contradiz o que se fala com o que de fato se faz”, mas com coerência entre o falar e o fazer, sendo necessário “exercer o papel e a função de facilitador e mediador de conhecimentos que permitam apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Conforme indicado, é necessário que o assistente social forme uma visão, “ou melhor, uma cosmovisão integral e integrada, a fim de ver o ser humano como um ser completo, em suas múltiplas dimensões: corporal, mental, social, econômica, cultural, espiritual etc.”. A partir disso, o profissional deve saber dialogar com os conhecimentos e estratégias disponíveis, bem como criar outras que “visam a uma intervenção criativa e, sobretudo, propositiva”. Nesse ponto, a análise de Oliveira (2017) indica que se utilizem os ensinamentos bíblicos para se refletir sobre os falsos profetas, ou “intelectuais de plantão”, que se aproximam sob falsos pretextos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Para além disso, afirma-se a necessidade de que a pluralidade tanto no curso quanto na profissão seja empática, e não simplesmente simpática, tendo em vista que, segundo a análise de Oliveira (2017), a pluralidade simpática confunde pluralidade (“mais do que um”), com ecletismo, (“supostamente uma mistura de teorias destituídas de razão”). Nesse sentido “a pluralidade no Serviço Social brasileiro tem sido entendida com dialogar com outras matrizes que sejam ‘simpáticas’, quando não iguais, a exemplo da relação entre o marxismo e o pensamento de Habermas”; além disso quando se dialoga com outras correntes que são diferentes, isso pode ser entendido como ecletismo (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Defende-se a necessidade de se estimular a pluralidade empática, na qual se dialoga principalmente com o diferente: “ou seja, a unidade verdadeira só existe na diferença, na diversidade, no respeito ao outro como legítimo”. Na análise, defende-se que somente haverá

---

<sup>64</sup> Análises contidas na décima segunda e décima terceira teses.

respeito e solidariedade quando houver acolhimento, respeito e liberdade para as pessoas buscarem e fazerem “suas escolhas teóricas, espirituais, sociais, sexuais, políticas e de cosmovisão de mundo, sem serem rotuladas ou encaixadas em compartimentos e etiquetas do bem e do mal” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes, nem acreditam só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada, ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos. Outros muitos declaram juras de amor a Marx, José Paulo Netto e Iamamoto, mas no cotidiano recorrem a Balbina Ottoni Vieira e outros que falam do fazer teórico/prático da profissão (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Afirma-se então, a partir da análise de Oliveira (2017), que é necessário romper-se com o medo de expressar o que realmente se pensa e se sente, “principalmente os profissionais que estão na prática, no cotidiano, no enfrentamento diário”, e é também necessário que “a academia saia de seus muros, ouça e se conecte com a realidade, deixando de apresentar teorias e conceitos que não têm conexão com a prática”. Uma ciência que “fica só na cabeça dos intelectuais sem condições de aplicação na prática, é mero prazer solitário intelectual, em si é estéril e vazia, pois seus frutos são confusão, ilusão e angústia”. A pluralidade deve sair do papel e dos discursos para se tornar uma realidade cotidiana, “vista pelos seus frutos e não só por discursos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Segundo informações da página “Serviço Social Conservador” (2018, n. p), antes de falar sobre algo ou emitir opinião a respeito de algum assunto, é necessário que se conheça sobre o que se está falando. Dessa forma, “qualquer categoria tem um conceito, uma origem, seus precursores, seus pioneiros que a operacionalizam, o seu desenvolvimento ao longo do tempo e quem são os autores originais e os seus seguidores que continuam a desenvolvê-la”. “O saber científico sempre foi e sempre será forjado com a amálgama da pluralidade de saberes, respeito à multiplicidade de métodos e à subordinação à liberdade de pensamento e de expressão” e tudo aquilo construído fora desses parâmetros é “qualquer coisa menos científico”.

Indica-se também, segundo Viscarret (2007, apud PENA, 2012b), que o assistente social pode ser considerado como um teórico, tendo em vista que “busca a compreensão do problema que afeta a pessoa de modo a intervir de forma adequada”, sendo que essa compreensão “é dada pela perspectiva teórica adorada, possibilitando-lhe posteriormente tornar coerentes os objetivos, métodos e técnica que irá desenvolver”. Dessa forma, avalia-se que a diversidade teórica se deve a complexidade e a sutileza da condição humana. Para Almeida (2006) “o ecletismo centra a atenção na possibilidade de utilizar diversas teorias ao mesmo tempo, de

forma combinada”, o que irá beneficiar os clientes/usuários, que podem se beneficiar de todo o conhecimento disponível, visto que “as teorias pertencem a diversos domínios disciplinares ou podem trabalhar a diferentes níveis” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Observa-se, dessa forma, que as abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas identificadas nas análises eram também incorporadas pela vertente modernizadora do processo de renovação. Da vertente reatualizadora é possível encontrar elementos fenomenologia, vinculando-se a concepções de pessoa e diálogo, conforme observado no item 3.3 do capítulo 3. Dessa forma, considera-se que a incorporação dessas correntes no debate atual promove uma identificação com o passado profissional, típico do proposto pela reatualização do conservadorismo. No entanto, também é identificada uma aproximação com a teoria pós-moderna, o que indica que para além desse retorno, pensa-se também numa adequação da profissão às demandas que se apresentam na contemporaneidade.

Como abordado no capítulo 3, desde sua gênese o Serviço Social é marcado pela vinculação ao pensamento conservador; com o processo de renovação, inicia-se o diálogo entre a profissão com a tradição marxista. O que se constata nesta pesquisa é que não houve uma ruptura com o conservadorismo, mas há, sim, com a renovação do Serviço Social, a garantia do pluralismo teórico, no qual correntes antagônicas passam a disputar espaço na profissão.

A não indicação de uma corrente teórica única pelas páginas, avalia-se, funciona como uma tentativa de afirmar sua defesa do pluralismo, colocando-se como contraponto ao suposto monolitismo existente no Serviço Social hoje, que sofre de uma doutrinação marxista, defendida, seja de forma explícita, como na “Serviço Social Libertário” e na “Serviço Social Conservador”, seja de maneira implícita, como na página “Serviço Social e Pluralismo”. Uma das estratégias apresentadas por elas para se romper com essa realidade é a garantia da pluralidade teórica na profissão, do diálogo de saberes e a compreensão das diferentes abordagens da profissão pelo mundo.

É possível observar em diversas postagens a defesa do pluralismo, compreendido como uma das estratégias para se romper com o suposto monolitismo da teoria marxista na profissão. Segundo Iamamoto (2014, p. 186-187), vários debates sobre pluralismo e ecletismo encontram-se instaurados na arena profissional; e o tônus da polêmica “marcado pela tradição histórico-crítica instaurada por Marx e sua interlocução contemporânea com as Ciências Humanas e sociais, traduzida na ‘crise dos paradigmas’”, abordada no item 1.3 do capítulo 1 deste trabalho e “em suas refrações nas análises concernentes ao Serviço Social, ante os questionamentos postos aos fundamentos da modernidade”.

Ainda segundo a autora, algumas indagações<sup>65</sup> que emergem nas discussões apontam “para a questão de como manter um debate teoricamente plural no Serviço Social, sem resvalar para os efeitos danosos derivados do ecletismo teórico”. Para encaminhar tal questão, é necessário explicitar a compreensão defendida neste trabalho, elaborada a partir da perspectiva teórico-metodológica marxiana, segundo a qual considera-se que o diálogo é possível com as contribuições no campo do conhecimento produzidas a partir de outras matrizes ou paradigmas analíticos que enriquecem o acervo científico (IAMAMOTO, 2014, p. 187). De acordo com Coutinho (1991), é absolutamente necessário o debate de ideias, mas isso, no entanto, não pode implicar em um ecletismo, ou seja, não é possível pensar em conciliar pontos inconciliáveis em nome do pluralismo.

O que se observa nas análises, entretanto, é a presença do ecletismo, tendo em vista que as diferentes correntes de pensamento são apresentadas e tratadas como se fosse possível conjugar “as melhores partes” de cada uma delas. De acordo com Faleiros (1989), o ecletismo “busca compor um painel multicolorido de ideias para as situações diversificadas, introduzindo combinações de teorias e propostas para um arranjo que se assemelha mais a um buquê de flores de plástico que a uma planta viva”.

Oliveira (2020) afirma que o ecletismo teórico, que fundamenta produções e práticas, utiliza-se de uma variedade de autores que são inconciliáveis teoricamente, dessa forma se contradizem quando escrevem, atuam e leem. A crescente mercantilização e privatização da educação superior, os cursos ofertados pela modalidade à distância e suas disciplinas que reproduzem o diálogo dos novos paradigmas, se contrapõem ao referencial crítico e rebatem diretamente na consolidação ou permanência do ecletismo. Outro ponto a ser destacado refere-se à crescente subordinação do pensamento ao ideário do pensamento único, no qual há uma tendência de misturar vários autores para explicar a realidade.

O que se constata nas páginas é a presença de um ecletismo dentro do conservadorismo, no qual buscam-se articular diversas correntes teóricas do pensamento conservador, montando-se um mosaico de ideias a fim de se explicar o real. Considera-se que essa estratégia é realizada no intuito de modernizar a profissão, na busca de articular elementos teóricos de seu passado com novas correntes que surgem nas ciências sociais, principalmente com a suposta “crise dos paradigmas”.

---

<sup>65</sup> Yamamoto (2014, p. 187) indica que vem sendo debatida na profissão a sustentação da necessidade de uma “interlocução de paradigmas” no debate do Serviço Social, a fim de que a profissão “não se alheie das múltiplas tendências teóricas que hoje atravessam a produção das ciências sociais, tais como os paradigmas da subjetividade, hermenêutica etc.”.

Observa-se que o pluralismo e o ecletismo não são uma característica apenas das análises do Serviço Social na atualidade. Conforme trazido no item 2.1 do capítulo 2, Coutinho (2011) defende que é uma marca da cultura brasileira a tendência ao ecletismo, o que reverbera nas análises empreendidas pela profissão. Em relação ao pluralismo, observa-se que nas análises dos conservadores nacionais contemporâneos há a defesa de que o pluralismo é um dos princípios do pensamento conservador, conforme observado por Coutinho (2014; 2018).

Este trabalho coaduna com o posicionamento elaborado por Netto, no debate contido nos cadernos ABESS (1989), de que existem teorias melhores e piores, na medida em que explicam mais ou menos a realidade. As melhores dão conta do real, enquanto as piores tomam apenas parte dele, sendo que a questão não é aprender certo ou errado, mas, sim, é a da totalidade e a da parcialidade. Segundo o autor, a teoria é um modelo do real e se se considerar o conhecimento teórico como um “resgate aproximado de tendências que operam no movimento do real, ou seja, se se tem uma visão ontológica de teoria e não epistemológica, gnoseológica, a questão de reflexão sobre a prática muda inteiramente de sentido” (ABESS, 1989, p. 112).

Compreende-se, então, conforme indica Kameyama (1989), que é a partir de uma teoria que cada método científico é elaborado, e, embora teoria e método constituam dois aspectos independentes, com formas diferentes, estão interligados e dependem um do outro. De acordo com Maciel e Cardoso (1989), o método, a partir do materialismo histórico-dialético, perspectiva antidualista, é entendido como meio de ligação entre a teoria e o objeto, como ativação da primeira sobre o segundo, e só tem sentido como parte de um corpo teórico, não como conjunto de regras prefixadas.

Guerra (2014) afirma que a concepção de método, enquanto direção analítica, se diferencia daquela que o compreende como o conjunto de procedimentos ou meio de aplicação imediata do conhecimento. O que se constata nas publicações da página “Serviço Social e Pluralismo” e “Serviço Social Libertário” é que as análises consideram o método a partir dessa segunda concepção indicada pela autora.

Em uma das publicações, a partir de Kisnerman (1978), consideram que o método de Serviço Social resulta em uma “forma aplicada do método científico, abordado através de duas categorias de operações”. As primeiras atribuídas ao plano do conhecimento, denominadas de operações cognoscitivas, e as demais, ao plano de ação, chamadas de operações práticas (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na publicação é apresentada também a análise de Pena (2012b), que “caracteriza os métodos de caso, grupo e comunidade como sendo os clássicos em Serviço Social” e a de

Robertis (2003, apud PENA, 2012a), que elabora sua análise a partir do que identifica como fases do método (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na análise a de Robertis (2003, apud PENA, 2012a), a primeira fase consiste na “identificação do problema social ou do pedido”, tendo como ponto de partida “o encontro entre o assistente social e a pessoa utilizadora do serviço”; esse encontro, no entanto, pode surgir de diferentes iniciativas. Posteriormente tem-se a “análise da situação”, que consiste no recolhimento de informações acerca dessa pessoa, “a sua situação e o seu contexto global e, por outro lado, a análise do setor de intervenção, das respostas sociais existentes no contexto das políticas públicas”. A partir desses conhecimentos é que o assistente social “vai compreender e delimitar a realidade social em que vai atuar” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Como terceira fase, a autora indica a “avaliação preliminar e operacional” na qual, a partir dos elementos recolhidos, elabora-se “uma síntese e uma interpretação dos dados, formulando hipóteses de trabalho”. Em sua análise, “a avaliação é uma síntese explicativa em que se relacionam os fatores materiais, afetivos, sociais, físicos, intelectuais e de relação de modo a compreendê-los na sua dinâmica”. A próxima fase apresentada refere-se à “elaboração do projeto de intervenção, negociação do projeto e contrato”, etapa na qual são definidos “os objetos de intervenção, a determinação do nível de intervenção, que pode implicar uma pessoa, uma família, um grupo, uma comunidade ou uma instituição social e a eleição das formas de intervenção ou estratégias” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A quinta fase constitui a “execução do projeto”, momento em que este “é posto em prática e são eleitas as intervenções que podem assumir uma forma direta ou indireta, presença ou não do utilizador do serviço durante a ação”. Em seguida realiza-se a “avaliação dos resultados”, que pode ser parcial, a fim de se fazer um balanço e algum reajuste necessário, ou final, quando se trata de finalizar a intervenção. São avaliados o caminho percorrido e “as mudanças que foram produzidas na situação, entre o início e o fim da intervenção”. Como última fase, tem-se a “finalização do processo” e, segundo a autora, “o fim da ação está presente desde o primeiro encontro com o utilizador do serviço”, no entanto este pode estar mais ou menos explícito, visto que “em algumas situações não é verbalizado esse fim e em outras situações está previsto e é utilizado como uma referência no estabelecimento do contrato” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Existe também nas publicações a defesa de que, para além da compreensão teórica, é necessário que haja aprofundamento nos estudos dos processos e técnicas, sendo necessário um olhar mais atento para as teorias, mas também para a prática e seus instrumentais, considerando-



se que todo assistente social possui autonomia de adotar e seguir qualquer corrente democrática (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em relação aos modelos de atuação, na página “Serviço Social e Pluralismo” (2019, n. p) encontra-se a concepção de Restrepo (2003 apud PENA, 2012b), que tipifica os modelos em tradicionais, críticos, contemporâneos e de convergência. De acordo com a autora, “os modelos contemporâneos em Serviço Social surgem como alternativa de atuação, com preocupação pelas interações das pessoas com o meio social numa perspectiva holística”. Esses modelos

estão inspirados na teoria geral dos sistemas e em um conjunto de teorias sociológicas e filosóficas como o interacionismo simbólico, fenomenologia, a teoria da ação comunicativa, o construtivismo, a hermenêutica e a cibernética de segunda ordem centrando a atenção na subjetividade como constitutiva do social, nos processos de comunicação que mediatizados pela linguagem configuram a ação social intencionalizada e na interação e percepção como componentes das relações sociais e humanas (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Depara-se nas publicações, a partir de Pena (2012a), com a argumentação de que “em Serviço Social cada modelo é uma forma de observar e atuar” e que os modelos descrevem “a ação do assistente social, a recolha de dados, a elaboração de hipóteses de ação, a seleção de objetivos, estratégias e técnicas que resultam para a resolução dos problemas detectados”, exigindo uma unidade nos aspectos teóricos e metodológicos, oferecendo, “para além da explicação que pretende orientar a intervenção”, “um esquema referencial para guiar a prática”. Ainda conforme a análise, a autora afirma que “o modelo de intervenção em Serviço Social vem responder à articulação entre a teoria e a prática, pois embora cada uma seja orientada por uma lógica diversa, de compreensão e transformação da realidade, cabe ao modelo de intervenção a mediação entre elas”, visto que é a partir do modelo que a teoria refere-se à realidade (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em uma publicação da “Serviço Social Libertário”, afirma-se que existem inúmeros modelos de intervenção em Serviço Social. A página cita como exemplos o psicossocial, de intervenção em crise, modelo de intervenção centrada em tarefas, evidências e comunicação, de intervenção comunitária, o modelo centrado na resolução de problemas, dentre outros.

De acordo com a publicação da “Serviço Social e Pluralismo”, “a intervenção profissional do assistente social desenvolveu um conjunto de modelos”, sendo possível citar a problematização realizada por Malcolm Payne, que aborda os modelos do Serviço Social ao longo da história (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A discussão de Oliveira (2017) <sup>66</sup>, apresentada na “Serviço Social Libertário” (2017) e na “Serviço Social e Pluralismo” (2019), considera a peculiaridade do Serviço Social de “auxiliar e mediar o acesso a informações, conhecimentos, serviços e estratégias aos seus clientes”. Atualmente considera-se como especificidade do Serviço Social “o processo de acesso a informações e conhecimentos socialmente relevantes para o exercício pleno da cidadania e bem-estar dos sujeitos, além de uma sustentabilidade humana efetiva por meio de ações inovadoras”.

Dessa forma, segundo o autor, o método de trabalho se desdobra em fases. A primeira delas é a de investigação, na qual realiza-se uma pesquisa, elabora-se um diagnóstico e por fim um planejamento de possibilidades de intervenção. A segunda fase é a de intervenção, na qual há a execução do que foi planejado, seguida do “monitoramento, acompanhamento e correções necessárias”, para, por fim, se realizar uma “avaliação e retroalimentação da ação planejada” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

De acordo com a análise, “essa constatação e evidência histórica é fruto da compreensão de um processo peculiar do Serviço Social, notadamente na produção do conhecimento com a finalidade de intervir e mudar a realidade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Nesse sentido, Oliveira (2017) avalia que é preciso tomar a vida e obra de Richmond como exemplo de quem “elaborou com maestria, as bases de uma nova ciência e uma nova profissão chamada Serviço Social”. Indica-se a necessidade de “voltar a fazer e valorizar” um conhecimento elaborado a partir da prática, e não apenas de “saberes acadêmicos distantes da vida real, restritos aos muros da academia e das bravatas político-ideológicas sem nenhum compromisso com sua aplicabilidade”, tendo em vista que é preciso dialogar com intelectuais e profissionais que estão fora da academia, “logo, são lavras e ideias destituídas de carne e osso, e da mínima possibilidade de sua aplicação no mundo real e na vida prática-cotidiana profissional”. Nesse sentido, considera que é preciso então modificar aquilo que não funciona (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Observa-se, então, no que se refere ao debate sobre “método” presente nas publicações, que este na realidade diz respeito aos procedimentos metodológicos de que os assistentes sociais se utilizam em seu cotidiano de trabalho profissional. Essa preocupação com o enfoque metodológico remete às discussões realizadas pelo CBCISS, na década de 1970, momento no qual foram discutidos os procedimentos metodológicos para o Serviço Social a fim de se construir uma proposta de intervenção profissional, com base em níveis, discussões que

---

<sup>66</sup> Análise elaborada na décima tese.

estavam vinculadas à vertente da modernização conservadora, conforme demonstrado no item 3.3 do capítulo 3. Observa-se, por exemplo, as discussões realizadas no Seminário de Teresópolis e apresentadas no documento, as quais debatiam a metodologia do Serviço Social, em que eram apresentados os fenômenos observados no exercício profissional, algumas possíveis variáveis presentes nos fenômenos que seriam significativas para a profissão, para então apresentar as possíveis funções do Serviço Social.

Constata-se que em todas as publicações o debate do “método em Serviço Social” se propõe a apresentar esquemas para o exercício profissional do assistente social, composto por fases ou níveis que devem ser executados cronologicamente. Essa forma de compreender o exercício profissional vai de encontro às proposições elaboradas pela categoria profissional no Brasil nas últimas décadas. Considera-se então que o Serviço Social é uma profissão interventiva que se utiliza de teorias e métodos das ciências sociais para desenvolver seus procedimentos metodológicos para o exercício profissional.

No que concerne às análises elaboradas sobre a dimensão técnico-operativa, indica-se que há em todas elas a apreensão desta como elemento central da profissão e nesse sentido deve ser melhor explorada. Esse é um dos principais pontos a que as críticas à formação profissional se vinculam, tendo em vista que, na avaliação destas, atualmente não é dada a importância e a relevância que a dimensão técnico-operativa deveria ter. Essa interpretação pode ser comprovada, inclusive pela própria compreensão de metodologia abordada pelas páginas, considerada como passo a passo para nortear o exercício profissional.

Segundo Guerra (2014), entre o conhecimento e a ação existem mediações de diferentes naturezas, especialmente determinações objetivas da realidade e subjetivas dos sujeitos, que apesar de serem desveladas pelo método, não são solucionadas por ele.

De acordo com Santos (2016, p. 270), “os profissionais agem pautados por valores e ideologias que orientam a busca de um referencial teórico”; nesse sentido não é a teoria, a princípio, que direciona os valores, mas sim os valores, a cultura e a ideologia que influenciam a opção do profissional por determinada teoria. Isso não significa, no entanto, que posteriormente a teoria não possibilite “a tomada de consciência desses valores e o questionamento sobre eles, haja vista que a relação teoria-prática não é uma via de mão única”.

A partir desses elementos avalia-se que a análise elaborada por Pena (2012a) e apresentada na “Serviço Social e Pluralismo”, quando considera que teoria e prática são orientadas por uma lógica diversa, está equivocada. Compreende-se, assim como indica Santos (2016), que teoria e exercício profissional são pautados por valores e um referencial teórico e,

dessa forma, defende-se que uma dimensão incide sobre a outra e que são orientadas por uma mesma lógica.

Observa-se então que há a compreensão do exercício profissional pensado como processo de conhecer para intervir, o que indica a existência da exaltação de um suposto conhecimento prático, que poderia ser obtido através do aperfeiçoamento de uma metodologia. Esse é um movimento percebido também nas análises da vertente da reatualização do conservadorismo, a partir da compreensão de que para se obter o verdadeiro conhecimento da realidade seria necessário captá-la em sua produção, o que coloca a necessidade de aperfeiçoamento de uma metodologia, elemento do procedimento científico.

No que concerne às discussões realizadas sobre as competências dos assistentes sociais em seu exercício profissional, considera-se que o debate proposto compreende o assistente social como o profissional da ajuda, que atua com as relações individuais a partir de uma prática de envolvimento das pessoas. Esse debate se assemelha às discussões realizadas pela reatualização conservadora, que considera a atuação profissional como uma forma de ajuda social. Outro modo de compreender a profissão apresentado consiste em entender o profissional como mediador de conhecimentos e educador social informal.

Kisnerman (1983) avalia que o assistente social é um educador social, visto que encoraja, intencionalmente, os sujeitos com os quais trabalha, a refletir a respeito de suas situações problemas. É um profissional que “interpreta e transmite cientificamente a realidade dos problemas sociais que lhe desvelam as pessoas e as instrumentaliza, para que elas de maneira organizada planejem e executem as ações tendentes a superá-las”. É um profissional que “aprende e ensina e busca com as pessoas obter soluções para os seus problemas”, garantindo assim o “sentido tradicional atribuído de “ser agente de mudança”” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Considera-se que essa forma de compreender a atuação profissional remete às discussões elaboradas por Iamamoto (2013, p. 178) acerca do debate do CELATS da década de 1980 sobre as funções do Serviço Social de “dar soluções aos problemas sociais” e de ser um “educador informal do povo”. Em primeiro lugar defende que a característica do assistente social de “dar solução aos problemas sociais” se vincula a noção de *problem solving* do tradicional Serviço Social norte-americano, teoricamente prisioneira do arsenal categorial da teoria dos sistemas, de raiz neofuncionalista.

Essa noção pode ser considerada como exagerada e ambiciosa, tendo em vista que vai além do que o assistente social faz, bem como daquilo que os empregadores esperam que ele faça. Por outro lado, por vezes, a “solução de problemas” era trabalhada como sinônimo de

“prestação de serviços”; no entanto, esta segunda articula-se à ação do Estado e suas estratégias de política social dirigidas ao conjunto da classe trabalhadora. Dessa forma, a “prestação de serviços” “não pode ser equalizada ao *problem solving*, cuja matriz é o indivíduo que, apresentando dificuldades no seu funcionamento social (sejam anômicas ou patológicas), carece de uma ação técnica para a solução de problemas”. Outro erro é atribuir ao “povo” a expectativa de que o assistente social contribua na solução de seus problemas, o que poderia ser considerado como uma “inversão das bases sociais efetivas e históricas de legitimação da profissão, que foram calcadas nos blocos de poder” (IAMAMOTO, 2013, p. 179).

Segundo a autora a noção de “educador informal do povo” também opera um reducionismo similar. De acordo com a análise, a educação que o assistente social efetuará não teria o propósito de transferir conteúdos, mas de iluminar concepções e desenvolver atitudes. Essa ênfase foi considerada pelo CELATS como herdeira da tradição católica, que a priorizava em detrimento da dimensão técnica, enfatizada pela tradição laica. A autora considera que, da forma como foi apresentada, a dimensão aparece inteiramente descolada de qualquer análise das políticas sociais e dos organismos institucionais (IAMAMOTO, 2013).

Constata-se que as noções defendidas pelas páginas, mesmo que não se restrinjam somente às duas destacadas por Iamamoto (2013), se assemelham ao que se apresentava como pauta do debate na década de 1980. Essas noções vinculam-se diretamente a uma perspectiva individual de análise das situações, com indicativos de retorno à metodologia de casos individuais utilizada no passado profissional, se aproximando das defesas elaboradas pela vertente da reatualização do conservadorismo. No entanto, para além desse retorno constata-se a aproximação com os debates teóricos que vêm sendo apropriados pela profissão nos últimos anos, como aqueles vinculados à teoria holística e sua análise de cosmovisão dos sujeitos, o reforço ao empoderamento proposto nas teses pós-modernas, bem como o debate sobre vulnerabilidade, o que indica uma ligação com os debates propostos pela modernização conservadora.

Observa-se então que se opera um duplo movimento nessa análise, tendo em vista que ao mesmo tempo em que há nas páginas um retorno às bases do Serviço Social tradicional, com a discussão do assistente social assim como proposto pela vertente da reatualização do conservadorismo, ocorre também uma tentativa de incorporação de novas funções, como na relação entre o Serviço Social de Caso e o *empowerment*.

Nesse sentido, é possível encontrar, nas páginas, diversas apreensões sobre o exercício profissional, compreendido ali como prática. Negreiros (1999, apud FERREIRA, 2011) integra a discussão, e a considera estruturada em três níveis, sendo o primeiro deles o cognitivo, nível

que promove a informação, fomenta “a compreensão do funcionamento da estrutura social e das formas de utilização dos seus recursos”. O segundo nível é o relacional, que facilita “o desenvolvimento das relações interpessoais e grupais, capacitando para o assumir de novos papéis e estimulando formas de comunicação e expressão”. Já o terceiro nível é o organizativo, que promove “a integração entre cidadãos, organizações e estruturas societárias, acionando ou criando novos recursos sociais, e desenvolvendo a participação e capacidade organizativa dos indivíduos e grupos” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Constata-se, em uma das publicações, a defesa de que o “assistente social é um mediador de conhecimentos, saberes, informações, recursos, serviços e direitos”. Em outra publicação, a partir de Adams, Dominelli e Payne (2005, apud FERRÃO, 2016), o assistente social é tido como o profissional que deve ter a capacidade de ser “sensível, atencioso e preocupado” com os usuários com quem trabalha, atribuições consideradas pelos autores como relacionadas “com competências pessoais de sensibilidade e de autoconhecimento” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Há também a argumentação de que os assistentes sociais são “valerosos profissionais que possuem a habilidade de amalgamar a técnica e a sensibilidade humanitária transformando-as em bem-estar para os mais vulneráveis”. Em outra publicação, afirma-se que o assistente social “é o especialista em reinserir o sujeito em situação transitória de vulnerabilidade de volta à dinâmica social, através do trabalho”. Segundo a o texto, os assistentes sociais devem ser os “porta-vozes dos clientes e de suas necessidades”, não atuando em favor dos governos” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Oliveira (2017)<sup>67</sup> defende que os assistentes sociais podem se afirmar e ser considerados “como os profissionais designers das relações sociais”.

Por meio do projetar (Design) de serviços sociais que visam atender as reais necessidades das pessoas - sejam elas de quais forem as classes, credos, orientação sexual, religiosa - o que é importante é saber gerenciar recursos, articular forças e saber propor (desenhar, criar) projetos que contribuam efetivamente para a sustentabilidade humana de seus clientes e usuários, procurando, sobretudo, envolver e empoderar esses clientes para serem autores dessa projeção de ações (projetos de intervenção social) (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Sendo assim, Oliveira (2017) considera que o assistente social “deve ser mais do que um mero repassador desses serviços e benefícios”, sendo necessário “ir além do mero repasse e cadastramento”, e para além disso, deve “investigar e intervir na realidade que é apresentada

---

<sup>67</sup> Defesa apresentada na vigésima primeira tese.

cotidianamente pelos seus clientes”. Segundo a análise, os profissionais possuem a capacidade de ser “articuladores de acesso a informações e conhecimentos que permitem aos cidadãos exercerem e utilizarem os seus direitos”, visto que a boa cidadania é feita com informação, que precisa ser acessada, compreendida e utilizada (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

De acordo com Oliveira (2017)<sup>68</sup>, afirma-se que a profissão tem o seu exercício materializado em uma “prática pensada como um processo de conhecer para intervir”, almejando “uma profissão com ações concretas, que visa defender os direitos humanos e que viabiliza o acesso à serviços sociais, especialmente direcionados às pessoas em situação de vulnerabilidade social”. De acordo com a análise, a produção de conhecimento, a identidade e a peculiaridade do Serviço Social se materializam em uma ação praxipragológica, que conjuga uma prática pensada (práxis = ação pensada) com um processo de conhecer para intervir (pragma = ação feita). Dessa forma, o seu fazer cotidiano deve estar com o foco voltado para o ser humano, em suas necessidades, imediatas e mediatas, a fim de “buscar alternativas para sua realização e bem-estar juntamente com ele” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Assim o papel dos profissionais de Serviço Social (como profissão) é de ser um mediador e facilitador do acesso a informações e conhecimentos socialmente relevantes para criar juntamente com seus clientes o design de seu projeto de vida e de estratégias de enfrentamento e superação de sua condição de risco e vulnerabilidade social. Desse modo, contribuem com ações concretas que visam defender os direitos humanos, o acesso a usufruto de direitos e de possibilidades de ter qualidade de vida, bem-estar e, sobretudo, uma sustentabilidade humana (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Considera-se então que é necessário que se reveja a formação para que esta atenda às necessidades da era dos serviços, principalmente a “formação de profissionais que sejam verdadeiros designers dos serviços sociais de qualidade”. A análise de Oliveira (2017) defende que “não será necessária a luta e a purificação para garantir uma hegemonia”, visto que “essa visão do design sócio-humano” tem como um dos principais valores “a centralidade no ser humano e na diversidade para encontrar soluções para problemas complexos”. Avalia-se então que “isso só será possível se cultivarmos uma pluralidade empática, um amor biológico e uma centralidade profissional no ser humano e termos a coragem e honestidade de mudar e ampliar o diálogo numa ecologia efetiva de saberes” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Defende-se, dessa forma, a tese de que o discurso geral da profissão vai além da garantia de direitos, apregoando-se que o assistente social, mesmo que seja um mediador de

---

<sup>68</sup> Análise elaborada na décima primeira tese.

conhecimentos, informações e serviços, busca, para além disso, o bem-estar social e a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Em outra publicação da página afirma-se que os assistentes sociais são “responsáveis pela defesa dos direitos individuais, pela efetivação de políticas sociais eficientes e capazes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país”, justificando-se que é a partir dessa perspectiva que se defende a limitação do Estado (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Com base em Robertis (2003, apud FERREIRA, 2011), afirma-se que o assistente social, como profissional da ajuda, “dirige-se a uma pessoa em situação de ‘incapacidade social’” e tem a “missão” de fornecer os elementos que lhes permite “passar de uma situação de incapacidade a uma situação de capacidade e de uma situação de dependência à situação de autonomia, podendo exercer os seus direitos” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em outra publicação afirma-se, a partir de Trevithick (2003, apud LOPES, 2015), que no passado a relação entre os clientes e os assistentes sociais era vista como “o coração do Serviço Social” e considerada como essencial para uma boa prática: no entanto, acrescenta-se, nos últimos anos sua importância e valor se tornaram “confusos e ambivalentes”. Segundo Dominelli (2004 apud QUEIROZ, 2013) o “Serviço Social é uma prática de envolvimento com as pessoas, no sentido de estas relatarem as suas histórias de vida em relação com os problemas particulares que enfrentam”, sendo esta a base interativa que faz com que seja uma profissão relacional (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

De acordo com Lopes (2015), ainda no século XIX, os pioneiros do Serviço Social “focavam o seu interesse nas pessoas e acreditavam que uma boa relação poderia alavancar a mudança social”. Biestek (1960, apud LOPES, 2015) afirmava que muitos assistentes sociais se ocuparam do fenômeno que hoje é denominado de relação muito antes que tivesse esse nome, visto que vários termos foram surgindo na profissão para fazer referência a este aspecto, como “‘amizade’, ‘contato’, ‘solidariedade’, ‘empatia’, ‘relação positiva’, e ainda ‘transferência’” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Lopes (2015) afirma, impulsionada por um grupo de assistentes sociais e investigadores britânicos, que atualmente assiste-se a uma revalorização da relação em termos individuais na profissão. Para os autores dessa linha, a “‘relação’ profissional funciona com vista ao empowerment dos usuários/clientes”. Ainda na publicação afirma-se que mesmo que as pessoas não venham até o assistente social à procura de uma relação e embora este não substitua o suporte prático, ainda sim o Serviço Social é um dos poucos grupos “que reconhece o valor da



relação com o outro de forma que reconhece as suas experiências como fundamentais para a compreensão e ação (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em outra publicação, a partir de Oliveira (2008; 2017), considera-se que o assistente social “deve formar uma visão, ou melhor, uma cosmovisão integral e integrada, a fim de ver o ser humano como um ser completo, em suas múltiplas dimensões: corporal, mental, social, econômica, cultural, espiritual, etc.”, além de “saber dialogar com os vários conhecimentos e estratégias disponíveis, tais como criar novas estratégias que visam a uma intervenção crítica, criativa e, sobretudo, propositiva”. De acordo com o autor, o assistente social deve investigar a realidade com criticidade, a fim de conhecer para intervir, e a partir de sua intervenção mudar pessoas, grupos, comunidades e organizações. De acordo com sua análise, é necessário mais do que somente analisar a realidade, devendo-se “viver e exercitar uma pluralidade empática, uma ecologia de saberes, um processo dialógico, mais do que dialético”. Para além disso é fundamental “saber apresentar estratégias e ações concretas que gerem impactos e efetividade dos seus serviços na vida das pessoas e dê sentido, significado e credibilidade profissional junto à sociedade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017; SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019).

Oliveira (2017)<sup>69</sup> afirma que é preciso “dar centralidade ao ser humano para que possa sanar suas necessidades e contribuir para sua realização”, sendo necessário, nesse sentido,

redefinir o olhar profissional, o seu fazer, o que define de verdade a identidade e especificidade profissional, considerando sua gênese e as experiências, tanto positivas como negativas, e extrair dessa experiência uma profissão renovada de sentido e significado (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

De acordo com a análise, “ter o ser humano como objetivo central do Serviço Social, para sanar suas necessidades e contribuir para sua realização, é um ato de cidadania global, de direitos humanos ampliados, de dignidade e de justiça”. Compreende-se que focar no ser humano não seria uma fragmentação do atendimento, muito menos culpabilizá-lo pelos problemas que enfrenta, mas sim que “deve-se focar no ser humano com o entendimento de que ele faz parte de um todo, onde é afetado e também pode afetar” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Nesse sentido, afirma-se que é preciso, do ponto de vista profissional, definir o olhar, o fazer, o que define de verdade a identidade e especificidade do Serviço Social a partir de sua gênese e experiências, “tanto positivas como negativas até o momento presente, e extrair dessa

---

<sup>69</sup> Análises elaboradas na nona tese.

experiência uma profissão renovada de sentido e significado” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Em outra publicação, tendo como referência as ideias de Ander-Egg (1995) arrolam várias funções do assistente social, tais como:

- Consultor-assessor-orientador-conselheiro social.
- Animador-viabilizador-mobilizador-conscientizador.
- Executor de programas e projetos sociais e atividades de atendimento, ajuda e apoio.
- Agenciador-intermediário entre usuários e instituições.
- Fornecedor de serviços sociais.
- Pesquisador e diagnosticador de problemas sociais.
- Identificador de situações-problema e recursos.
- Administrador de programas e serviços sociais.
- Planejador/programador de intervenções e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida.
- Reformador das instituições
- Avaliador de necessidades, serviços e programas e da sua própria intervenção social.
- Informador-agente se remissão de recursos e serviços.
- Educador social informal.
- Mobilizador de recursos humanos, institucionais, técnicos, materiais e financeiros (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na publicação há a indicação de que posteriormente seriam apresentados os comentários do autor sobre cada uma das funções apresentadas, no entanto observou-se que o debate não foi retomado.

A partir de uma imagem elaborada pela Escola de Serviço Social de Tijuana e compartilhada por outra página do Facebook, denominada “Trabajo Social Mundial”, há uma publicação na página “Serviço Social Pluralismo”, que apresenta algumas “funções” do assistente social. Primeiramente, indicam que o assistente social diagnostica, apoia e fomenta “a integração social das pessoas, famílias, grupos, organizações ou comunidades, a constituição de uma sociedade coesa e o desenvolvimento da qualidade de vida e bem-estar social” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na imagem indicam que os profissionais guiam, escutam e organizam, bem como canalizam, educam e identificam “problemas sociais que vivem indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades, atendendo, lidando com conflitos e exercendo a mediação”. Destacam também que os assistentes sociais previnem, informam e administram, para além de compreenderem, orientarem, promoverem e formularem políticas sociais. Por fim afirmam que eles investigam, mediam e articulam “a cidadania ativa por meio do empoderamento e da garantia dos direitos sociais” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em outra publicação, divulga-se um Manual de Serviço Social para a intervenção em caso-família elaborado pelo *Centro de Estudiantes de Trabajo Social* da Universidade de

Concepción, no Chile. De acordo com a publicação, o manual “possui diversos instrumentos profissionais, usados para auxiliar no estudo social, no conhecimento da realidade dos utentes”, sendo utilizado por assistentes sociais do México e de outros países latino-americanos.

O Manual de Serviço Social é composto por duas partes: a primeira, com a indicação de instrumentos de diagnóstico, como um padrão de diagnóstico da família, um diagnóstico psicossocial, modelo de plano de intervenção, genograma, ecomapa, uma escala de coesão e adaptabilidade familiar, dentre outros. Na segunda parte, são apresentados alguns exemplos de relatórios, como relatório social da criança, com a sugestão de conceitos que podem ser utilizados, relatório socioeconômico e um relatório de status de progresso. Constata-se que o Manual busca fornecer instrumentais que os assistentes sociais podem utilizar em seu cotidiano de trabalho, indicando inclusive algumas escalas de avaliação para os diagnósticos.

Compreende-se, partindo-se de Yamamoto (2014, p. 151), que o exercício profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si mesmo, só adquirindo inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão. Desse modo, a fim de se desvelar o exercício profissional cotidiano é necessário inseri-lo no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade, ou seja, compreendê-lo no “jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro”.

Ao se considerar que o assistente social atualmente não é somente um executor de políticas sociais, mas atua também em sua formulação e gestão; ao se levar em conta que sua atuação é demarcada pelo espaço sócio-ocupacional em que se insere, bem como pela dinâmica das relações sociais, esquematizar suas funções como se todos os profissionais fossem desenvolvê-las é reduzir a análise sobre a atuação profissional, desconsiderando as particularidades que permeiam sua intervenção.

Por compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e o assistente social como um trabalhador especializado, afirma-se que existem competências e atribuições profissionais que a caracterizam como privativa, no entanto estas variam de acordo com os espaços de atuação, bem como com as demandas colocadas à profissão pelo Estado e pela sociedade de acordo com o jogo de relações entre as classes sociais.

Dessa forma, acredita-se que a divulgação de manuais para nortear o trabalho dos assistentes sociais não contribui para seu exercício profissional, uma vez que não existe uma resposta pronta para as situações dos sujeitos, tendo em vista suas particularidades. Entretanto, é possível oferecer algumas balizas para nortear-lo, como, por exemplo, o material elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS, que fornece parâmetros para atuação em determinadas políticas.

Esses parâmetros não são “receita de bolo”, mas, sim, indicam alguns elementos que auxiliam os profissionais a refletir sobre seu cotidiano de trabalho profissional.

Observa-se também nas análises que há uma tentativa de trazer para o Serviço Social brasileiro referências teóricas e/ou experiências profissionais de outros países. Nesse sentido, apresentam-se em algumas publicações artigos e reportagens sobre a atuação profissional em outros países “para quem deseja conhecer melhor a profissão para além do contexto brasileiro”. No artigo de Aheam (2000), que trata dos cem anos do Serviço Social no EUA, em um primeiro momento é feito um resgate dos fundamentos históricos da profissão no país, desde o surgimento das COS, em 1898 (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em seguida é realizada uma análise sobre a profissão no contexto dos anos 2000, a partir da qual o autor apresenta um quadro-síntese com as funções do Serviço Social, divididas a partir dos objetivos da atuação. São eles: a promoção da resolução e problemas e desenvolvimento da capacidade das pessoas; a promoção da utilização dos sistemas que facultam serviços, recursos e oportunidades; a promoção da efetivação e humanização dos sistemas; e o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas sociais.

A análise realizada pelo autor compreende a profissão vinculada às políticas sociais, ao comprometimento e financiamento governamental e à própria cultura profissional, considerando que a atividade profissional desenvolve-se em instituições públicas e privadas. Para o autor, mesmo que existam “organizações de prestação de serviços sociais com caráter abrangente e generalista, a maioria tende a ter um âmbito delimitado, centrando-se numa área específica, num certo tipo de problemas ou num grupo alvo determinado”. Por fim, indica alguns apontamentos sobre o futuro da profissão, tendo em vista o desmonte do Estado de bem-estar social no país, o avanço tecnológico e a globalização; estes dois últimos, segundo ele, tendem a segmentar as sociedades (AHEAM, 2000, p. 122).

Artigo apresentado e com estrutura semelhante é o de Bouquet (2003), que trata do Serviço Social na França. De acordo com a autora, a profissão surge na França devido à manifestação da questão social<sup>70</sup> no século XIX e, como forma de enfrentar a pobreza, obras de caridade foram criadas a fim de se juntar as associações filantrópicas que buscavam a reconciliação entre as classes sociais.

O Serviço Social nasce, por um lado, na corrente higienista e, por outro, “no cadinho filantrópico do qual se pretendem demarcar por uma concepção educativa e um espírito de muito maior justiça social”. A profissão se caracterizará por dois modelos que coexistirão até

---

<sup>70</sup> A autora compreende como questão social a pobreza, a miséria e as duríssimas condições de vida da classe operária.

1938: as enfermeiras visitantes e as trabalhadoras sociais. A autora descreve algumas mudanças na profissão ao longo dos anos, citando marcos importantes indicando seus agentes, suas estratégias e saberes (BOUQUET, 2003, p. 46).

Outras publicações foram elaboradas acerca do Serviço Social no Reino Unido e em Portugal. Com relação ao Reino Unido, foi apresentada uma reportagem com uma assistente social sobre seu cotidiano de trabalho. Já em relação a Portugal, foi exibido o cotidiano de trabalho de uma profissional em uma postagem e, em outra, divulgou-se um *site* português que apresenta alguns elementos da profissão no país. Ali é possível encontrar informações acerca do percurso histórico do Serviço Social em Portugal, sobre a definição de profissão, sobre organizações da profissão e instituições de ensino. Para além destas, são disponibilizadas informações sobre a atuação profissional, como modelos de intervenção social e diagnóstico social, uma biblioteca contendo manuais e guias práticos, legislações e oportunidades de estágio e emprego (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na página “Serviço Social e Pluralismo”, há a argumentação de que “cada país possui determinadas construções sociais, políticas, culturais e características distintas”; no entanto, acrescenta-se que as profissões e os profissionais realizam intercâmbios, eventos internacionais, publicações, análise das diretrizes curriculares de outros países. Sendo assim, questiona-se por que o Serviço Social seria uma exceção, visto que “mesmo com as diferenças específicas de cada ambiente, toda e qualquer profissão é dotada de uma essência, que permanece, independente do contexto a qual esteja inserida”, o que justifica a divulgação de relatos profissionais ou a análise do desenvolvimento da profissão em outros países (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A “Serviço Social Libertário” (2019, n. p), em uma de suas publicações, seguindo a mesma linha de argumentação da postagem da “Serviço Social e Pluralismo”, afirma que cada país tem uma construção histórica, política e social distinta; complementa que, no entanto, “toda profissão tem uma essência e por mais que mude de país e época, essa essência permanece”. Na análise afirma-se que é preciso olhar para o Serviço Social a nível mundial para que a profissão avance no país, inclusive indicando a necessidade de alteração nas diretrizes curriculares que “devem estar em consonância com o Serviço Social mundial” e exalta-se a importância de existir “um pluralismo de fato na profissão e nos espaços”.

Sendo assim, indica-se que é necessário ampliar “os espaços de formação continuada, alterar os currículos, alargar os intercâmbios locais, regionais e globais; e, sobretudo, criar uma cultura plural de conexão de uma rede e uma ecologia de saberes” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Esse movimento remete à gênese da profissão, no Brasil e na América-Latina, quando tinha-se a incorporação de referências teóricas principalmente dos Estados Unidos e franco-belgas. Considera-se que a crítica a esse direcionamento foi feita pelo movimento de reconceituação latino-americano, que mesmo com suas diferenças teóricas e políticas, garantiu uma unidade ao movimento com a recusa à importação de teorias e metodologias que não se adequavam às realidades nacionais, conforme pôde ser observado no item 3.2 do capítulo 3. Defende-se que devido à conquista de hegemonia teórica da vertente de intenção de ruptura do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, há nesses grupos uma tentativa de rompimento com as conquistas desse movimento, na perspectiva de imprimir um novo direcionamento a profissão.

É então a partir dessas argumentações que as páginas compreendem as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas, bem como indicam quais devem ser os rumos que a profissão deverá tomar. Dessa forma, avaliam que, para “evoluir”, é necessário romper com o atual direcionamento posto ao Serviço Social, tema que será tratado a seguir.

#### 4.5 A crítica à hegemonia crítica na profissão

Constata-se, nas páginas que se ocupam da crítica à profissão na contemporaneidade, que algumas vezes remetem ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Nessas análises há a indicação de que a profissão foi perdendo a sua essência desde esse momento, o que exige uma avaliação e mudanças na atualidade.

Dessa forma, defende-se que tais críticas se relacionam com a direção teórico-metodológica atual, com seu direcionamento ético-político, bem como com alguns elementos que se vinculam à sua dimensão ético-política. Nesse sentido, observa-se que são feitas a partir da análise de elementos da reconceituação, da formação na profissão, da relação entre teoria e prática, de sua inserção no mercado de trabalho, da crítica às entidades, bem como se relacionam a uma discussão sobre ideologia e doutrinação, debate que se encontra em praticamente todos os autores do conservadorismo contemporâneo, sejam eles nacionais ou vinculados à corrente anglo-americana, conforme observado no item 1.4, do capítulo 1 e no 2.3 do capítulo 2.

Observa-se nas páginas um debate que indica que há certa intolerância no Serviço Social atualmente com os assistentes sociais que se projetam para além do chamado pensamento

hegemônico. Dessa forma, afirmam que, a fim de garantir a pluralidade de fato na profissão, é necessário que se rompa com as análises relacionadas à teoria social crítica, tendo em vista que consideram o marxismo como uma ideologia de doutrinação.

Na análise da “Serviço Social Libertário” (2018, n. p), afirma-se a necessidade de se romper com a visão e o discurso maniqueístas que reinam na profissão, a partir do uso e aplicação equivocada de uma teoria crítica discriminatória, que confunde as novas gerações e “cria um pensar de ressentimento e de antagonismo violento regado de ignorância com ar de sapiência, ao ponto de alguns alimentarem a crença de que para ser assistente social de ‘verdade’ tem que ser marxista, caso contrário, será um falso profissional”. De acordo com a tese, muitos intelectuais no Serviço Social “têm conclamado a categoria a uma atitude agressiva e truculenta luta declarada contra os opositores hereges da hegemonia”.

Segundo a análise, os ataques desses intelectuais são “fruto de uma pluralidade que não existe, ou no mínimo de uma pluralidade simpática que vê no diferente, face a esse perigo de contaminação”, que deve ser combatido e purificado, visto que “é imundo e pode contaminar a pureza do pensamento revolucionário altamente intelectualizado com esse maldito vírus do querer encontrar ações concretas e efetivas para gerar congruentemente os resultados objetivos para os seus clientes”. A avaliação contida ali defende que os autores vinculados à teoria marxista compreendem que o melhor a ser feito é a elaboração de análises de conjuntura, visto que “se preocupar com o como fazer é coisa ruim, é para impuros e contaminados” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Afirma-se então que

é preciso resgatar a capacidade de comunicação com outros saberes, da maturidade intelectual, da honestidade epistemológica coerente e factível, e saber aceitar e permitir o diálogo sem essa cultura e linguagem da discórdia, da luta que requer manter o poder hegemônico a todo custo (os fins justificam os meios), o que precisa mesmo ser combatido é essa epistemofobia que está tomando conta de nossa profissão no Brasil (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Considera-se que “o pensar ideologicamente”, bem como a matriz hegemônica marxista, ficam só “no plano das ideias”, e a forma como “vem sendo aplicada na categoria”, faz com que se tenha “grandes dificuldades de se materializar e de ter alguma plausibilidade como abordagem profissional”, devido a três motivos básicos. O primeiro refere-se ao fato de o socialismo científico e o método dialético materialista histórico, criado por Marx e Engels, “não para ser adotado e aplicado por uma profissão”, mas sim “como um conjunto de organizações da classe trabalhadora com a finalidade de subsidiar os movimentos sociais e

partidos políticos, para a passagem de uma sociedade socialista para uma sociedade e modelo comunista” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

O segundo motivo consiste em que uma profissão, cuja origem tem natureza de intervenção e investigação da realidade e possui o objetivo de “intervir e modificá-la (praxepragmalogia)”, não pode “adotar de forma orgânica e mecânica uma matriz que não se propõe a essa finalidade profissional e tão somente política e ideológica”. Por fim, como terceiro motivo, defende-se que “seus autores criaram uma abordagem que não é plural, pois foi criada por Marx e Engels para ser um programa político, e a natureza e função de um programa político não é ser plural (mais de um) e sim, o de ser aceito, com suas teses, princípios e objetivos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

De acordo com a análise, nem Marx nem o marxismo são plurais, dessa forma, uma profissão que “adota organizadamente e mecanicamente essa ideologia” não pode afirmar que é plural. Tal fato “gera uma incongruência, pois se tenta forçar o uso e aplicação dessa matriz em todas as áreas e situações (intervenção e instrumentos técnicos operativos) as quais requerem pluralidade e diálogo com outros saberes”. Dessa forma, constata-se que é necessário mudar o rumo que a profissão está seguindo, qual seja, “de uma militância descabida que desfigura e nega a nossa origem e os limites naturais que deve ter uma profissão” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Ainda na análise do autor<sup>71</sup>, atenta-se para “o fenômeno das novas demandas sociais que emergem no século XXI, de forma rápida e complexa, de modo que vêm marcadas por profundas crises ideológicas, de poder e por novos arranjos éticos e políticos”. Os profissionais do campo social, em especial os assistentes sociais, para além de disseminar discursos e ideias “que esperam a revolução das superestruturas ou só aprofundamento ideológico, precisam estar preparados para intervir eticamente e tecnicamente nessas demandas emergentes”. Dessa forma, questiona-se se a formação profissional “tem proporcionado a apreensão de ferramentas técnicas adequadas para uma intervenção eficaz e ética junto às novas demandas dos clientes/pacientes” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

O que se espera são profissionais que consigam lidar com as demandas cotidianas “dentro dos limites institucionais e profissionais” e que “rompam com a falta de visibilidade e materialidade de suas ações”, o que requer deles preparo “para saber ler com criticidade, mas, sobretudo, saber intervir”. Afirma-se que “isso requer abertura de novos espaços e manutenção

---

<sup>71</sup> Análise elaborada na terceira tese.



dos espaços históricos e leva a uma formação que caminha junto com a dinâmica das demandas e desafios da sociedade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Segundo análises da “Serviço Social e Pluralismo” (2019, n. p), partindo das afirmações de Barros (1983), a profissão “vem sofrendo do mal do ideologismo e confundido as prerrogativas profissionais com sua prática”. Para o autor, não se pode confundir profissão com ideologias, da mesma forma que não se pode confundir ideologias com as ciências, tendo em vista que a profissão “é lógica, racional, consciente”, enquanto as ideologias “são passionais, emotivas, partidárias, logo não podem orientar uma profissão que tem por embasamento as ciências”. Dessa forma, se o Serviço Social é uma profissão, não pode ser uma ideologia”. Defende-se também que haja na profissão menos ideologia política e mais cientificidade, bem como “menos militância e mais autonomia profissional”.

Ainda segundo a página (2019, n. p), é a própria dinâmica do mercado de trabalho que “demonstra a efetividade das medidas aplicadas”, “a receptividade de um serviço, o retorno de uma ação para o usuário”, e “não os critérios de um planejador superior unidimensional”. Segundo a análise, o Serviço Social brasileiro “é uma das áreas mais prejudicadas” no que se à liberdade profissional, tendo em vista “que há anos está fechada em uma única vertente teórica no seu projeto ético político”.

Há também a indicação da necessidade de mudanças na formação profissional, visto que se observa no Serviço Social brasileiro uma “formação de militância de esquerda, em que as questões objetivas e realmente necessárias para a atuação como assistente social são deixadas para segundo plano”. Afirma-se que as diretrizes curriculares são um “um sistema de ideias tão religioso que permeia o entendimento sobre o homem, a história, a dinâmica social e a moralidade é a única filosofia que delimita a ética de atuação e ensino” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Defendem que a profissão se encontra fechada a uma única vertente teórica, eliminando assim a liberdade profissional e, para além disso, que ela vem sofrendo “do mal do ideologismo”, a partir do qual suas prerrogativas profissionais são confundidas com militância política. Esse debate se aproxima das discussões que vêm sendo elaboradas pelos autores conservadores contemporâneos sobre a análise da sociedade, nas quais indicam que há a difusão da teoria marxista, principalmente com o “marxismo cultural”.

A partir dessa perspectiva, afirma-se<sup>72</sup>, na “Serviço Social Libertário” (2018, n. p.), que atualmente existe o cansaço com uma teoria engessada que está impregnada no curso de Serviço

---

<sup>72</sup> Análise elaborada na décima sétima tese.

Social e não propõe nada sobre o “fazer profissional sobre a prática cotidiana, sobre como responder as demandas dos usuários dos serviços, mas na verdade exclui “qualquer proposta que traga ganhos reais para indivíduos e sociedade, limitando-se a análises e discursos vazios e/ou utópicos”. Segundo a tese, “a pluralidade empática deve alargar e não restringir a comunicação com outras correntes de pensamento”, o que significa “permitir que as pessoas sejam livres para beber na fonte que desejam, respeitando esses valores universais, éticos e profissionais, e de uma visão do ser humana integral (mente, corpo, alma, espírito, social, ecológico, etc.)”. A partir disso, seria possível dar concretude “a um viver plural de fato, respeitando o outro como legítimo, principalmente como ele é diferente, logo, sem restringir, constranger ou rotular esse ou aquele ponto de vista”.

Dessa forma, tais análises, seja de forma explícita, ou implicitamente, indicam a necessidade de se fazer uma revisão da formação profissional, tendo em vista que atualmente se encontra fechada a uma corrente teórica, não sendo capaz de atender a determinações postas pelo mercado de trabalho.

A base curricular do curso também é objeto de análise, segundo a qual, a partir das diretrizes da ABEPSS, documento este “todo referenciado de autores contemporâneos e clássicos do marxismo”, “são apontados os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional”, “embebidos de categorias marxistas expressas por ‘visão social crítica’, ‘questão social como fundamento básico’ e identificação do capitalismo como obstáculo ao fazer profissional” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Dessa forma, consideram que, diante da atual formação profissional, “a fronteira entre o profissional e o que não passa de mera militância pró-esquerda” torna-se obscura. O compromisso da profissão deve ser com a população atendida, que espera “encontrar um profissional capacitado, que lhe oriente e direcione quanto à sua demanda” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Há atualmente uma ausência de discussão em relação aos instrumentos e técnicas, apontam as discussões presentes nas páginas, e não há na maioria dos currículos acadêmicos dos cursos disciplinas obrigatórias que tratem de políticas sociais específicas, tendo em vista que esses espaços absorvem a maioria dos profissionais. Considera-se ainda as diretrizes como um “sistema de ideia religioso”, fechado a uma só vertente teórica, não permitindo que haja liberdade profissional, desprezando as dimensões do comportamento humano, dimensões neurobiológicas, semióticas, psicológicas. Nesse sentido, uma mudança na formação

profissional seria necessária, tendo em vista que atualmente o que ocorre é a formação de militantes de esquerda.

Indica-se que nos espaços sócio-ocupacionais, os profissionais possuem sérias restrições e limitações reais de atuação, situação que vem piorando devido à “falta de clareza e precisão de responder questões básicas e fundamentais, tais como “o que faz o Serviço Social’, ‘como faz’, ‘quais os resultados esperados do que faz’”, dentre outras (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Para isso é preciso permitir uma formação ampla, plural, democrática (de verdade e não fingida que está só nos discursos e no papel, mas na prática inexistente) onde, entre tantas outras, seja considerado como um exercício pleno de diálogo entre saberes, necessário para entender o mundo atual, e encontrar soluções efetivas para questões complexas. Isso só poderá ser feito com visões diferentes, mas que tenham uma centralidade - como aqui defendido - na realização do ser humano e as suas relações sociais (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Afirma-se, nesse sentido, que nas grades curriculares de diversas universidades no país, disciplinas sobre políticas públicas e sociais, essenciais para o trabalho profissional, tais como saúde, habitação e assistência social, são isentas de obrigatoriedade, “não levando em consideração o fato de que estes são os setores que mais absorvem os profissionais da área”, preocupação ausente “por parte de quem monta a grade curricular da profissão”. Destaca-se então a necessidade de se repensar a formação “que esteja de acordo com a realidade do assistente social e também da lógica do mercado de emprego, pois não se trata de militantes ou de filantropia”. Ao que se complementa: “somos profissionais e almejamos uma boa colocação e recompensa no mercado de trabalho” e quem não tiver esse objetivo “nada impede que milite ou faça trabalhos sem remuneração” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016).

Em publicação da página “Serviço Social Conservador” (2019, n. p), afirma-se que é necessário apoiar uma transformação na formação profissional devido à “ausência de reconhecimento da profissão no mercado de trabalho, e a consequente precarização dos salários, aliado a um processo-aprendizagem pífio”. Segundo a análise, a “profissionalização do assistente social tem obedecido a uma lógica político/ideológica em detrimento de uma cultura profissional científica amparada na transdisciplinaridade e na interprofissionalidade”.

Considera-se, na análise<sup>73</sup> da página, que a maior parte das atividades profissionais se relaciona a atendimentos, orientações, encaminhamentos “e gestão de informações estratégicas de acesso aos direitos”. No entanto, na formação, os alunos não estão sendo preparados para

---

<sup>73</sup> Indicada na sétima tese.

tais atividades “e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e ideológico, a realidade é mais dura e surpreende muitas vezes o profissional de linha de frente” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Outro ponto abordado refere-se ao teleatendimento. Indaga-se: se há a possibilidade de se pensar em teleaudiências no judiciário, porque não seria possível se pensar em teleassistência? Em outra publicação, apresentam dados de uma reportagem sobre as solicitações nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Distrito Federal, registravam cerca de 500 atendimentos presenciais diários, e que, em março de 2020, registraram uma média de mil e duzentas solicitações diversas, crescimento observado devido à “nova metodologia de trabalho, por meio do teleatendimento”. A partir dessas informações, questiona-se na publicação se este não seria “o novo normal para o Serviço Social” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2020, n. p).

Segundo a análise, a formação “abandonou essas dimensões e não prepara os seus profissionais para atuarem no atendimento dessas questões” e ainda impede “que outras visões, modalidades e fontes de inspiração possam ser acessadas, pois só se dá mais do mesmo, sem trégua para outras experiências e proposições”. Tal fato ocorre, acrescenta, devido a alterações, desde os anos de 1980, do objeto e objetivos da profissão (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Ainda segundo a análise, o objetivo é ter uma profissão com foco no indivíduo, no ser humano, e a realidade vem mostrando que a profissão vem sendo chamada para atuar no campo do atendimento individual, grupal e comunitário. Afirma-se: “a centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

São indivíduos que não podem esperar por uma nova ordem societária utópica e destituída de clareza concreta de sua existência. Enquanto isso, na vida real, as pessoas estão sem respostas, sem esperança ou sem alternativas e só recebem “isso não é da minha competência” ou “vou cadastrar no sistema para receber os benefícios” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Dessa forma, considera-se que é preciso alterar a projeção e o entendimento dos objetivos da profissão, visto que sem isso não é possível “alterar o percebido e muito menos o vivenciado”. Nesse sentido é necessário que novas categorias de análise sejam “formuladas e/ou adequadas a partir do resgate do objeto e da missão (razão de existir) de nossa identidade profissional” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Ainda conforme análise presente na página<sup>74</sup>, a educação à distância é considerada como modo legítimo de formação profissional, indicando que “é urgente cultivar uma formação continuada e uma postura de saber aceitar e respeitar, dentre outra coisas, a modalidade do ensino à distância como legítima, “sem fazer o escárnio e a execração sistemática e pueril que tem sido feito, mais eivada de preconceito e de uma crítica obtusa do que dados e argumentos teóricos consistentes”. Como exemplo indica-se a campanha “Diga Não EaD Educação não é Fast-food”, realizada pelos Conselho Federal e Regionais, que foi impugnada pela justiça “por ser considerada ofensiva e discriminatória, uma vez que ‘expõe os consumidores deste método ao ridículo, tratando-os como pessoas de pouca inteligência e discernimento’” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Devido a essas ações, alunos e profissionais da EaD “estão sendo rotulados e estigmatizados como se fosse uma formação, muitas vezes até não considerando como formação”. A análise afirma que, no entanto, os resultados do ENADE realizado em 2016 provaram o contrário, visto que os alunos da modalidade EaD obtiveram notas melhores do que os que frequentavam cursos presenciais, e estão obtendo os primeiros lugares em concursos públicos. Nesse sentido, observa-se que na realidade o que vem ocorrendo é um crescimento da população da EaD, o que “tem levado alguns dos críticos mais argutos a mudarem repentinamente de opinião e estarem agora lecionando em instituições EaD” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 20, n. p).

Indica-se que é necessário, no entanto, ter atenção aos objetivos dessa repentina mudança, que se desdobram em dois. O primeiro deles consiste em “continuar a vender a ideia doutrinária da hegemonia de profissionais militantes e dar continuidade à formação de novos adeptos e seguidores do pensamento hegemônico, e é lógico, garantir a continuidade da venda de seus livros e convites para palestras”. Já o segundo refere-se à tentativa de “neutralizar uma possível “ofensiva” desses futuros profissionais, quem vêm com outra mentalidade e já estão questionando com maior rigor essa doutrinação descabida que existe na profissão” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Essas constatações fazem com que tenhamos que ser honestos, vigilantes e sóbrios para entender e atender, e dar o devido apoio para a qualidade dessa formação profissional, mas também de outras, e mudar drasticamente o modo de ver e agir em relação à EaD e a esse tema da qualificação profissional (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

---

<sup>74</sup> Análise elaborada na décima nona tese.

Dessa forma, considera-se que é necessário não mais debater a incompatibilidade do Serviço Social com a Educação à distância, mas, sim, “qual a qualidade da educação e formação profissional que queremos, seja ela EaD, presencial, pública ou privada”, tendo em vista que é preciso garantir mais educação e menos doutrinação (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

É a partir desse discurso ideológico que as páginas defendem que há uma perda gradativa de espaço no mercado de trabalho para outros profissionais, e que os assistentes sociais estão sendo desvalorizados. Constata-se a defesa de que atualmente existe um “Serviço Social marxista”, monolítico e fechado a outras correntes, que deve ser combatido, tendo em vista que devido a essa corrente teórica o Serviço Social vem se tornando ideologia e deixando de ser realmente uma profissão.

De acordo com Netto (1989a), boa parte da história profissional em todas as latitudes foi marcada pelo traço antidemocrático e anticomunista, por vezes antimarxista e anticomunista – os constrangimentos de que Bertha Reynolds foi vítima nos Estados Unidos são um exemplo disso, denuncia. Constata-se, no Brasil, a partir da análise de seu processo histórico, que esse traço anticomunista e antimarxista sempre esteve presente; contudo, ganha na atualidade um novo fôlego, não só no Serviço Social, mas nos debates de forma geral, conforme pôde ser observado no capítulo 2.

De acordo com a atual defesa da existência de um “Serviço Social marxista”, esse debate tem se ampliado, tendo em vista que a crítica ao marxismo e a presença do conservadorismo nunca foram eliminadas da profissão, e atualmente tem ganhado maior destaque em alguns setores da categoria. Na análise de Netto (1989a, p. 101), por mais rigorosa, intensa e extensa que seja a interlocução com a tradição marxista, não é se possível constituir um “Serviço Social marxista”, tendo em vista que enquanto profissão, “sempre contemplará uma tal inclusividade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais”.

No que concerne ao debate da formação na modalidade à distância, considera-se que existe apenas a divulgação de informações, sem que de fato haja sua comprovação, no intuito de dialogar com os assistentes sociais que se formam nessa modalidade, que hoje já representam um número significativo. A partir de dados coletados pelo site do MEC<sup>75</sup>, considera-se que existe uma expansão desmesurada de cursos de Serviço Social e um crescimento

---

<sup>75</sup>Pesquisa realizada no endereço eletrônico <http://emec.mec.gov.br/> em novembro de 2020.

desproporcional dos cursos ofertados por instituições privadas. Nesse cenário, constata-se um tipo de formação de baixa qualidade, sem rigorosidade teórica e que rompe com princípios básicos defendidos pelo Serviço Social para a educação, como a gratuidade, publicidade, laicidade e qualidade de ensino.

Conforme observado nas análises, é notória a tentativa de deslegitimar, não a formação profissional de forma geral, mas uma formação baseada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que é feito de forma superficial e sem apresentar elementos que são capazes de comprovar o que está sendo afirmado.

O que se observa então é uma tentativa de inverter o debate que vem sendo trazido pela categoria nos últimos anos, de forma a considerar como formação de baixa qualidade aquela que se vincula ao projeto defendido pela ABEPSS. Ao mesmo tempo, pretende-se fortalecer a tese de que as formações ofertadas por instituições privadas, principalmente na modalidade EaD, são capazes de formar profissionais capacitados para responder às demandas colocadas pelo cotidiano de trabalho profissional.

Avalia-se que na realidade os cursos de EAD promovem o aligeiramento da formação, com materiais de qualidade duvidosa e conteúdo de caráter essencialmente instrumental. Dessa forma, tem-se uma formação precarizada, que abre espaço para que cheguem ao mercado de trabalho profissionais que não possuem as habilidades técnicas requeridas a fim de exercer um trabalho na direção proposta pelo projeto ético-político da profissão, o que coloca em xeque sua direção social.

Considera-se que, ao se pensar a formação profissional, levando-se em conta como fundamental o que é requisitado pelo mercado de trabalho, bem como o domínio do instrumental técnico-operativo, corre-se o risco de se isolar a dimensão técnico-operativa das demais. A consequência disso é a criação da possibilidade de se promover uma formação de caráter tecnicista, assim como ocorria em meados da década de 1960 no país, por parte da vertente da modernização conservadora e sua tentativa de adaptar a profissão às novas requisições postas pelo mercado de trabalho.

De acordo com Santos (2016), desde a origem do Serviço Social no Brasil, sob influência católica, se exaltava o bom uso dos instrumentos e técnicas como primordial para uma intervenção competente. Nesse primeiro momento, essa técnica deveria garantir o ideário cristão, sendo substituída alguns anos depois, com a aproximação do aporte científico positivista na profissão, por uma técnica que deveria estar a serviço da ciência, fundamentada na sociologia positivista e funcional/sistêmica.

Considera-se que atualmente não há um descaso com a dimensão técnico-operativa, ou que disciplinas sobre políticas específicas necessariamente precisem compor o rol de disciplinas obrigatórias dos cursos de Serviço Social. O que se observa é uma incompreensão da relação entre as dimensões e o fato de não haver nas disciplinas uma relação direta com a atuação profissional, como o fornecimento de procedimentos técnicos, tais como manuais e modelos de instrumentos.

Segundo Santos (2016), no campo técnico-operativo existe o desafio “de efetivar as finalidades ideais, aprendendo as mediações necessárias à passagem dos conhecimentos teóricos e políticos à intervenção profissional”. Nesse sentido, o desafio que se coloca à profissão não seria reduzir o debate teórico e ampliar o debate “prático”, mas sim debater, nos espaços de formação profissional, a necessidade de que, no cotidiano de trabalho, os assistentes sociais façam mediações entre os conhecimentos teóricos e os fenômenos que ali se apresentam, de forma que se rompa com a ideia dual de teoria e prática.

Outro ponto considerado como confuso nas discussões das páginas refere-se ao suposto desprezo pelas dimensões (neurobiológicas, semióticas e psicológicas) do comportamento humano. Assim como outras discussões que têm ganhado fôlego na categoria profissional nos últimos anos, como o debate do Serviço Social clínico<sup>76</sup>, constata-se que quem as defende afirma que a formação profissional é insuficiente para dar conta dessas questões. Entretanto, considera-se que essas supostas demandas colocadas para a profissão, e que não têm sido atendidas pela formação, na realidade vinculam-se a demandas de outras categorias profissionais, que fogem à competência profissional do Serviço Social.

Essa compreensão de que a profissão é capaz de elaborar um diagnóstico psicossocial a fim de indicar um tratamento para melhorar a situação do cliente remete à gênese do Serviço Social com a difusão das ideias de Mary Richmond. Afirma-se então que operar um movimento no sentido de retorno ao passado profissional compõe um dos objetivos propostos pela vertente da reatualização do conservadorismo e que está sendo resgatada nesse momento.

No que concerne à relação teoria/prática, constata-se que nas páginas considera-se que existe uma dicotomia entre essas dimensões, sendo que em algumas tem-se o indicativo de que a teoria crítica promove essa separação. De acordo com os debates, avalia-se que, com o movimento de reconceituação, a discussão voltou-se somente para a dimensão teórica, ficando a prática profissional esquecida.

---

<sup>76</sup> O debate sobre Serviço Social Clínico pode ser encontrado em: GRAVE, F; LEE, J. (Org.). *Em Foco: Serviço Social Clínico*. 2ed. Rio de Janeiro: CRESS 7a Região, v. 01, 2009.



A partir de Faleiros (1985, apud PANTOJA, 2015), indica-se que um dos traços do movimento consistiu em abandonar a consideração do trabalho institucional do Serviço Social. Já segundo Sarmiento (1994, apud SANTOS; SANTOS; SILVA, 2012), consideram que houve uma “deficiência na construção e elaboração do acervo técnico-operativo no Serviço Social depois do Movimento de Reconceituação”, o que levou à ausência de discussões em relação aos instrumentos e técnicas, temática que segundo o autor “caiu em abandono” na atualidade (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

A publicação traz também as considerações de Pantoja (2014) sobre o tema, que reafirma a negligência com a dimensão prática e acrescenta: “na ânsia por hegemonizar a teoria marxista no seio do Serviço Social, os fins justificaram os meios”. Na análise defende-se que o movimento voltou sua atenção apenas para o processo teórico, se esquecendo “da prática profissional de grande parte dos trabalhadores sociais, criando dessa forma uma gama de contradições entre os campos da prática e os campos da produção teórica da profissão”, realidade que ainda se mostra atual. Apesar da preocupação dos assistentes sociais “com seu agir profissional”, existe um descompasso entre a produção acadêmica, centrada, “pelo que parece, em provar a verdade do marxismo para a vida do homem, deixando em segundo plano as premissas da profissão e, por sua vez, a relação teoria-prática” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Na “Serviço Social e Pluralismo” (2019), indica-se que há diferença entre a compreensão teórica e o aprofundamento nos estudos dos processos e técnicas. Consta-se então que nas páginas acontece a defesa de um posicionamento que considera que o referencial teórico marxista não é capaz de fornecer os elementos necessários para o exercício profissional, levando dessa forma a uma incompatibilidade entre as dimensões teórica e técnico-operativa.

Em publicação da “Serviço Social e Pluralismo” (2019, n. p), a partir de Oliveira (2015), afirma-se que atualmente existem algumas incongruências que permeiam a profissão, dentre elas: a “dissonância entre discurso e prática efetivada; a ênfase na linguagem política e ideológica e com baixa instrumentalidade; a preferência a uma lógica e discurso dialético do que dialógico o que impede a pluralidade e inovação”. Na análise realizada pelo autor, há a indicação que ignora “e até despreza as dimensões do comportamento humano, dos estudos e avanços, das descobertas, seja em suas dimensões neurobiológicas, semióticas, e psicológicas, e só enfatiza a dimensão política e econômica como explicação de tudo”. Compreende que é preciso “considerar a complexidade da sociedade e do ser humano, requerendo-se maior diálogo com outros saberes e portanto, maior pluralidade”.

Considera-se então que é necessário que haja “congruência entre formação e intervenção, e do papel das organizações de fiscalização, ensino, pesquisa profissional”, não devendo ocorrer, como tem sido, confusão entre o “papel de representação de uma categoria profissional” e a “defesa orgânica de movimentos sociais, ideologias, partidos políticos”.

Afirma-se que é preciso atender as “demandas sociais como profissão e não como movimento social, sindical ou uma ONG ativista”, visto que “nem todo mundo é de esquerda, é de direita (se é que ainda pode-se dizer que isso existe) e nem todo mundo concorda com defesa ao aborto, nem todo mundo é ateu ou homossexual, ou heterossexual”. Essas questões devem ser tratadas com ética e respeito por todos, cidadãos e profissionais, mas não podem ser levantadas como bandeiras exclusivas, caso contrário “seria agir por interesse próprio de um segmento, o que “pode dar a entender” que “está em curso o aparelhamento dos equipamentos representativos da categoria para disseminar uma única forma de ver e agir sobre a profissão e consequentemente a vida”. É necessário “defender os interesses da profissão, com ética profissional, respeito, dignidade e justiça” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Maciel e Cardoso (1989) indicam que o pensamento positivista e as explicações conservadoras da sociedade, especialmente a visão estrutural-funcionalista, principal base teórica do Serviço Social tradicional, contribuíram para que a “profissão se definisse reproduzindo a dicotomia teoria x prática como uma determinação do domínio de classe ao qual está servindo”. Observa-se que as análises realizadas caminham na mesma direção daquela apontada na gênese da profissão, o que indica uma tentativa por parte desses grupos de promover um retorno ao passado profissional, assim como era desejado pelos atores da vertente de reatualização do conservadorismo.

Netto, em debate realizado pela categoria profissional (ABESS, 1989), afirma que a teoria não é o receituário da prática, tendo em vista que esta tem um grau de complexidade que nenhuma teoria consegue apreender. O que existe é uma unidade entre elas.

O método deve refletir as propriedades e as conexões sobre as quais queremos desenvolver a atividade prática. Essas propriedades e conexões são descobertas pela teoria e interpretadas por ela. O método de conhecimento consiste, portanto, em reproduzir na consciência o objeto em todas as suas conexões e relações principais. Esta reprodução mental e integral efetiva-se com a ajuda de conceitos abstratos. É o método que permite elevar-se do abstrato ao concreto, que nada mais é do que o modo como o pensamento se apropria do concreto sob a forma de concreto pensado; que não é, de modo nenhum, o próprio concreto (KAMEYAMA, 1989, p. 102).

Santos (2016), a partir da visão marxista, considera que a função da teoria, em seu sentido amplo, é a reprodução ideal do movimento real do objeto a ser conhecido. Nesse

sentido, a teoria oferece a interpretação do real; já sua transformação está no âmbito da prática social e requer outras mediações. Sendo assim, a teoria não se aplica à prática ou é possível se extrair dela uma teoria diretamente, tendo em vista que a prática oferece insumos para a teoria, mas não de forma direta.

De acordo com Kameyama (1989, p. 101), teoria e prática constituem “aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade”. Segundo Maciel e Cardoso (1989, p. 169), a unificação entre teoria e prática é a “síntese do processo histórico real, a partir do que Gramsci ressalta as especificidades de cada um desses elementos, compreendidos na unidade da relação entre eles”.

Dessa forma, compreende-se que teoria e prática compõem uma unidade; entretanto, é importante considerar que, para se conhecer o real, são necessárias aproximações sucessivas, e que durante o processo de abstração constroem-se mediações que permitem uma melhor compreensão da realidade, a fim de se identificar as singularidades e particularidades dos fenômenos. Sendo assim, a teoria fornece os elementos teóricos necessários para se conhecer o real, de modo que posteriormente seja possível atuar sobre ele. Guerra (2014, p. 63) afirma que “exigir das formulações teóricas marxianas respostas a um nível de intervenção na realidade, referente a um ramo de especialização da divisão social e técnica do trabalho, é transformá-las numa técnica social, ou no limite, enquadrá-las na lógica formal”.

De acordo com Oliveira (2020), a persistência da dicotomia entre teoria e prática presente na compreensão do exercício profissional pode ser atribuída tanto à permanência de vários marxismos no interior do Serviço Social, quanto à incompreensão do método marxiano. Guerra (2014, p. 65), na mesma direção, afirma que a fragmentação que existe ou persiste na profissão “se atribui mais a equívocos na forma de conceber a teoria, a uma aproximação ainda defeituosa entre Serviço Social e teoria marxiana, do que a insuficiências desta proposta teórico-metodológica”. Ainda segundo a autora, para além das definições operacionais, o que se faz ou como se faz, é necessário que os profissionais compreendam para que se faz, bem como que analisem as consequências que as ações profissionais produzem.

Conforme afirma Santos (2016, p. 276), a relação entre teoria e prática indica que existe uma “dificuldade de se fazer a mediação entre o conhecimento sobre a realidade e os fundamentos da profissão e as dificuldades de ordem objetiva e subjetiva da ação profissional”, que são creditadas por parcela da categoria “a uma suposta separação entre teoria e prática”. É a partir da aproximação do Serviço Social com a teoria marxista que nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 a dimensão técnico-operativa aparece em relação de unidade na diversidade com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, e o ensino da prática

é sustentado como central na formação, de modo não segmentado entre ensino teórico e ensino prático, mas chamando a atenção para um ensino teórico-prático.

Ainda segundo a autora, o anseio por um bom domínio dos instrumentais técnico-operativos é extremamente necessário e legítimo, no entanto é necessário considerar que este não requer somente habilidades operacionais, mas também o entendimento do conteúdo a ser tratado com a população, o que implica a consciência de seu compromisso político e dos valores que subjazem às respostas profissionais, a fim de se romper com uma atividade profissional que seja apenas rotineira e reiterativa (SANTOS, 2016).

Quero afirmar com isso que uma prática profissional requer diferentes tipos de conhecimentos – teórico, filosófico, artístico, procedimental etc. – e condições que pertencem às diferentes dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Esses âmbitos se articulam e se complementam, formam uma unidade, apesar de diferentes, e precisam ser cuidados na formação profissional (SANTOS, 2016, p. 271).

Contudo, observa-se que há uma ingenuidade ou desconhecimento nas análises, principalmente na “Serviço Social Conservador”, ao pensar que instrumentos utilizados para garantir uma maior subordinação do trabalhador poderiam ser considerados como avanços para a profissão. Por exemplo, o teleatendimento. Esse é mais um tipo de precarização do trabalho à qual a categoria tem sido submetida no judiciário, que intensifica sua exploração e, para além disso, desconsidera a realidade da população que utiliza os serviços, tendo em vista que nem sempre é capaz de acessar a internet para conseguir atendimento, ou mesmo compreender o que está sendo requisitado, de modo a obtê-lo. É possível utilizar o mesmo exemplo das postagens para demonstrar o inverso, tendo em vista que é possível observar, nos equipamentos da política de assistência social, requisições oriundas da dificuldade de acesso ao teleatendimento, tanto no judiciário como na previdência, o que leva esses sujeitos a procurar algum serviço que os auxilie nesse processo, dificultando e prolongando o tempo necessário para conseguir sanar sua demanda.

Considera-se então que, devido aos problemas na formação, que promovem uma dicotomia entre teoria e prática, bem como a ausência de um bom domínio do manuseio dos instrumentais técnico-operativos, que a profissão encontra-se hoje em crise.

A análise com que se depara em todas as páginas defende que uma mudança nos rumos e na atual trajetória da profissão se faz necessária, a fim de não se perder cada vez mais espaços de atuação, visto que “não sabendo o que faz, como faz, por que faz, gera perda de espaços de

trabalho e dificuldades de se definir junto aos demais atores”<sup>77</sup>. Em uma publicação da “Serviço Social e Pluralismo”, defende-se que existe uma “profunda falta de objetividade e clareza”, visto que o discurso propõe uma coisa – “nova ordem societária, garantia de direitos, revolução da classe trabalhado sobre a burguesia, resistência ao capitalismo etc.” –, enquanto a ação exige “atendimento, orientação, encaminhamento, entrega e mediação do repasse de serviços sem alteração de vidas das pessoas, etc.”, vai em outra direção, o que leva a uma crise de materialidade (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

A “Serviço Social Libertário” (2019, n. p), promove a defesa de que os assistentes sociais gradativamente estão sendo desvalorizados e substituídos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, e que a forma de se romper com essa realidade se dá a partir da pluralidade teórica, do diálogo com diversos saberes e com as diferentes abordagens em Serviço Social pelo mundo, bem como com suas literaturas e discussões. Para além disso, afirmam ser necessário avançar “em setores de trabalho pouco explorados, abrindo-se para os não explorados e firmando-se nos mais tradicionais, dando respostas concretas as demandas sociais complexas”.

Afirma-se em outra publicação que o Serviço Social brasileiro “passa por um dos momentos mais delicados em toda sua história, uma profunda crise de sentido e materialidade”. Dessa forma indicam que “tudo que foge da atual literatura hegemônica brasileira é rejeitado e estigmatizado precocemente, não tendo espaço, nem diálogo, taxando-se logo de ‘psicologizante’, ‘tecnicista’, ‘culpabilizador do indivíduo, etc.’”, que na análise representa um erro. A ausência de espaço para as diferentes compreensões e modos de agir da profissão se concretiza de diversas formas, como “na falta de eventos com outras temáticas e perspectivas, nas universidades, na direção teórica dos órgãos representativos da categoria”, dentre outros (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Afirma-se que não há a pretensão de direcionar as relações sociais previamente e “de forma sectária com ar de salvação apocalíptica”, como vem sendo feito, mas sim, consideram necessário haver um processo auto-organizativo, a partir do qual as pessoas definem o tipo de sociedade que querem. Dessa forma, cabe ao assistente social se colocar “como um mediador, decodificador no acesso e na compreensão das informações e nos conhecimentos sociais relevantes para essa realização” e aos órgãos representativos da profissão “agirem em conformidade ao seu real papel de defender os interesses da profissão, seja na formação como no exercício profissional” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

---

<sup>77</sup> Análise elaborada na décima quarta tese para reforma do Serviço Social brasileiro.

A análise da “Serviço Social Conservador” (2019, n. p.) expõe a crença de que atualmente “os cursos de Serviço Social estão às moscas e os profissionais sem algum reconhecimento”, o que leva à necessidade de a profissão ser refundada no Brasil sob um novo foco, apolítico e mais científico. Uma “simples mudança de foco a formação seria suficiente para quebrar a hegemonia do trabalho social”, que atualmente está refém dos organismos estatais, que tendem a encolher ao longo do tempo, e em organizações não governamentais, que também terão alcance restrito no Brasil.

Outra defesa<sup>78</sup> expõe a argumentação de que uma profissão não tem sua identidade construída por um grupo hegemônico, “que oprime a todos os seus opositores com ações grotescas e violentas (como o que ocorreu no chamado Congresso da Virada)”. A fim de se renovar a profissão, é preciso que a identidade profissional seja formada “a partir da interação com a dinâmica da vida social, das demandas dos sujeitos e dos atores que interagimos, e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

A proposta é que se tenha uma profissão como as demais, salvaguardando e destacando suas especificidades como “do campo sócio-humano”. A identidade profissional, seja no campo das leis, publicações ou nos espaços de formação, é construída, assim como se viu há cem anos com o pioneirismo de Richmond, a partir de muito trabalho, no campo intelectual e principalmente pautado “na realidade e não somente atrás dos muros das faculdades” (SERVIÇO SOCIAL E LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

A identidade, seja ela pessoal ou profissional, é formada a partir da interação com a dinâmica da vida social, das demandas dos sujeitos e atores que interagimos, e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária. Muito menos por lutas de poder para manter uma hegemonia, onde um grupo, querendo formar profissionais/intelectuais/militantes, acaba por não fazer nem uma coisa nem outra. Essas lutas não formam bons militantes, bons intelectuais e muito menos bons profissionais, ficando um vazio existencial, uma desorientação ocupacional que vem gerando incertezas e incongruências na relação teoria e prática (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

De acordo com a publicação, a construção da identidade profissional “passa pela aceitação, pelo respeito e pelo diálogo honesto e fraterno de opiniões e estratégias diferentes, e não da exclusão do que não expressa o comando hegemônico, que por si só já é contra a dignidade de uma verdadeira pluralidade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

---

<sup>78</sup> Essa análise pode ser encontrada na quinta tese.

Observa-se, nas análises, a defesa de uma suposta crise de materialidade, a partir da alegação de que tem havido perda de espaço no mercado de trabalho, bem como um esvaziamento dos cursos de Serviço Social no país. Considera-se que para se pensar a profissão não é possível descolá-la da realidade em que se insere; nesse sentido, é preciso analisar não só a retração dos campos de trabalho da profissão, mas compreender que esta retração se insere em um contexto de crise do capital, a partir do qual há a extinção de vagas de trabalho e o aumento do desemprego estrutural para o conjunto da classe trabalhadora, conforme exposto no item 1.3 do capítulo 1.

Nesse sentido, observa-se que as análises são realizadas levando-se em conta apenas elementos endógenos à profissão, o que promove a sua desconexão com a dinâmica das relações sociais, considerando-a como autônoma e resultado apenas da intencionalidade de seus agentes. Considerar o desmonte dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, bem como a precarização de suas condições de trabalho, como resultado da identidade, prática, materialidade e difusão de uma suposta lógica militante é promover uma análise desonesta, tendo em vista que, devido à precarização da formação profissional, atualmente muitos profissionais não se apropriam de leituras que lhes possibilitem enxergar para além da imediatividade dos fenômenos, o que os leva a acreditar em análises rasteiras. Esse aligeiramento da formação é agravado pelo fato de o debate ter como norte as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, instrumento que não tem poder legal, o que leva muitas instituições de ensino a ignorarem-na, principalmente as privadas, seja na modalidade presencial ou no Ensino à Distância.

Segundo Yamamoto (2014), na esfera do mercado de trabalho profissional as refrações do processo de crescimento ampliado da pobreza indicam uma tendência ao redimensionamento de seu perfil. Tal processo não parece indicar uma crise de materialidade do Serviço Social, mas sim que a “base material e organizacional do exercício profissional, dependente das organizações públicas e privadas atuantes no campo das políticas sociais, está sofrendo uma mudança de forma”. Considera-se então que é a partir desse modo de compreensão da realidade, com um acúmulo para além da aparência dos fenômenos, é que os debates devem ser realizados.

Nesse sentido, considerando apenas uma leitura de elementos endógenos à profissão é que as páginas buscam construir elementos de crítica à atual direção política da profissão, bem como a suas entidades representativas. Nas páginas há várias críticas à dimensão política da profissão, indicando que a fronteira entre a profissão e a militância política está obscura e que os conselhos de profissão não devem se posicionar politicamente. Considera-se que essas

defesas pretendem operar um retorno à suposta neutralidade defendida pelo Serviço Social tradicional e que somente com ela é que o Serviço Social seria realmente uma profissão.

Conforme afirma Oliveira (2017)<sup>79</sup>, “não cabe mais defender um projeto ético profissional que seja ideológico-político-partidário”, vinculado “a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica matriz e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa”. É necessário não permitir que “esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos”. É necessário que, assim como todas as demais profissões, que o Serviço Social tenha um código de ética “que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

A centralidade e o dever do profissional devem buscar articular, estimular e investigar de forma inteligente, crítica, criativa e propositiva, formas éticas, humanas e profissionais de chegar aos seus fins, assim como é feito por outras categorias profissionais. Com isso gerar, junto com os seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização de seu bem-estar e, conseqüentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Para que isso ocorra, é necessário “mudar e resgatar a serenidade de uma profissão e de profissionais, e não de militantes e de um grupo sectarista que defende todo tipo de causa social, menos a do interesse de fato de sua categoria como profissão”. Compreende-se, nesse sentido, que é urgente que se resgate uma profissão que tenha um código de ética que simplesmente defenda sua identidade profissional “e não um projeto ideológico-político-partidário classista unilateral carregado de uma cultura de ressentimento e ódio aos opostos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Ainda segundo análise contida na página<sup>80</sup>, a dimensão política do Serviço Social deve se colocar em uma postura consciente do papel dos assistentes sociais para articular e negociar recursos para suas ações, “não no sentido de militância ideológica-política-partidária”. A dimensão política profissional “está na centralidade de atendimento ao ser humano”, sendo assim considera que a profissão está “centrada no ser humano e na sua realização”, e a ética profissional que permeia essa centralidade não está em uma classe ou ideologia, mas sim na

<sup>79</sup> Presente na décima quinta tese elaborada pelo autor.

<sup>80</sup> Análise elaborada na décima sexta tese.



vitalidade da defesa de valores universais, “como os direitos humanos, da justiça, da dignidade para todos, do saber de sua responsabilidade e caráter para com as suas ações em relação ao seu trabalho e o quanto isso afeta a vida das pessoas que envolvem esse saber” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Dentro dos limites profissionais, “é preciso contribuir para uma sociabilidade justa, digna e, por fim, para a consolidação de uma democracia de fato, forte, plural, livre, respeitosa, na aceitação do outro como legítimo”, o que só é possível se houver uma retomada “a patamares lógicos de uma profissão, considerando os avanços e conquistas que nesse horizonte são válidos, tanto teóricos como metodológicos”. Alguns estudos são indicados, como o de Malcom Payne e Antônio López Peláez, que “mostram como recuperar a legitimidade profissional do trabalho com pessoas, grupos, comunidades, organizações profissionalmente”, não confundindo com “ações de militância e hegemonia que só pregam ideais e não fazem nada efetivo de forma congruente, mais cultura profissional, menos cultura ideológica-política-partidária” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Afirma-se então que “é preciso criar uma cultura verdadeiramente profissional, uma identidade e caráter de profissão e não de uma simples organização política com pautas seletivas”; sendo assim torna-se necessário que se repense “o Serviço Social, seu significado e seu sentido” (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Em uma publicação da página “Serviço Social Libertário está colocado que existe uma incoerência entre professores, intelectuais militantes da esquerda, entidades representativas da profissão e movimentos sociais a eles vinculados no que diz respeito à politização de “absolutamente todos os problemas da humanidade”. Ao politizar os assuntos, a discussão e o “próprio tratamento dos problemas”, são reduzidos pelas lutas políticas da esquerda por poder e pelas lutas revolucionárias “pelo estabelecimento da utópica ordem social comunista que há séculos vem se caracterizando pelas ditaduras, genocídios, miséria e caos que instalam nos países por onde passa” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

De acordo com a análise, a incoerência dos militantes “é tão grande que os mesmos que lutam ferozmente contra o racismo a negros, são os mesmos que justificam atos violentos contra a violência”, “que se calam diante de outras violências que não são convenientes com sua ideologia e não tem utilidade em suas lutas segmentadas e classista”. Dessa forma, consideram que “a defesa intransigente dos direitos humanos é, antes de tudo, a defesa dos direitos mais fundamentais e elementares da pessoa humana”, ou seja, o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Só é possível falar acerca de outros direitos ou sobre uma dimensão política quando os direitos mais básicos são respeitados; dessa forma, afirma-se que “o discurso

politicizado torna-se não só antiético, como desumano” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Para além disso, defende-se que é preciso “atingir patamares de democracia, civilidade, dignidade e justiça”, o que só é possível se as “organizações de representação da categoria assumirem de fato o seu papel de qualificar, ampliar e dar condições legais e educativas”, bem como garantir “formação continuada para os seus profissionais e deixar de ficar levantando bandeiras que nada agregam a esse papel real que eles têm que assumir” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Avalia-se nesse sentido que “é preciso apoiar, sistematizar, capacitar e normatizar esse espaço profissional tão importante e significativo e não ficar restringindo e até constringendo e humilhando profissionais”. Um exemplo dessa restrição, argumenta-se, é o Serviço Social Clínico, que em diversos países da Europa e América Latina há algum tempo vêm “preparando para atuarem nessa área”, que também “tem sido feito com maior tradição na cultura norte-americana” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Afirma-se que o Serviço Social Clínico realmente existe, tendo em vista que “a abordagem terapêutica é uma das correntes do Serviço Social mundial, inclusive na América Latina”, e essa abordagem “só tem crescido e ganhado espaço, reconhecimento e regulamentação em outros países” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

No Brasil o “boicote acontece em nome de uma pseudo crítica, de pessoas que só vivem da teoria nos berços esplêndidos da academia, sem nunca terem exercido a prática profissional e se acham capazes de opinar sobre tudo”. Em relação ao Serviço Social Clínico, o grupo hegemônico, segundo a página, alega que a abordagem “é positivista e fragmenta o atendimento e reforça o idealismo e lógica do capitalista, da burguesia, e fere o tal projeto ético político” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Considera-se que a crítica feita é “rasa, superficial, preconceituosa, antiprofissional e puramente ideológica-partidária”, e que enquanto isso outros espaços profissionais históricos, como a inserção no INSS, excluem a categoria de seus quadros. De acordo com a análise, não é possível que uma categoria profissional permita “que uma minoria dite as regras do que pode ou não pode fazer”, tendo em vista que “a centralidade da ação e do conhecer do Serviço Social deve ser, como sempre foi, e sempre será, entender a pessoa e o seu meio para, assim, criar ações concretas de bem-estar para si com vistas a mudar o seu meio ambiente e coletividade” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Divulga-se ainda um seminário realizado em 2018 sobre o tema, em cuja descrição está dito que “a prática clínica do assistente social” é proibida pelo conjunto CFESS/CRESS. Segue-

se a consideração de que tal postura por parte do Conselho “deixa milhares de profissionais sem campo de trabalho, perdendo espaço para outras profissões” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

A “Serviço Social Conservador” (2019, n. p), também em uma publicação sobre o tema, traz uma reflexão sobre a resolução 569/2010 do CFESS, que trata da vedação da realização de práticas terapêuticas associadas ao exercício profissional do assistente social. Segundo o que se veiculou, a resolução “usurpou do assistente social uma função na área da saúde legitimamente adquirida pela profissão em todos os países democráticos e desenvolvidos do mundo” e “o único objetivo razoável para tal despautério é tornar o assistente social refém da política ideológica partidária”.

Conforme indica a publicação, aparentemente, para o CFESS, “o assistente social deve ser formado para a militância política e não para o exercício de uma profissão que sempre atuou como mediadora entre o Estado (não de governos) e o cidadão acometido por alguma necessidade transitória ou definitiva”. A atuação profissional relaciona-se com a “busca do bem-estar do sujeito com necessidades básicas não atendidas pelo Estado e isso nada tem a ver com posições político/ideológicas”, e sim “tem a ver com justiça” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

A análise indica que “grupos visivelmente comprometidos politicamente privatizaram a profissão e usam os assistentes sociais como massa de manobra política em prol dos seus próprios interesses e privilégios”. Nesse sentido, torna-se necessária uma mudança, que comece por alterações na base curricular das graduações em Serviço Social e pela revogação da resolução 569/2010, “que permitirá um alargamento substancial no mercado de atuação do assistente social no Brasil” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Segundo a publicação, a resolução atingiu assistentes sociais especializados em “terapia familiar, psicodrama, socioterapia, terapia comunitária, dentre outras,” e “desequipou o assistente social na saúde mental por pura mesquinhez e vingança dirigida a essa parcela da categoria que não abandonou a vertente psicossocial da profissão e ampliou conhecimentos na área”. Essa resolução gerou inúmeros prejuízos, como a não inclusão de assistentes sociais como público alvo nas boas instituições formadoras, devido ao “receio de ter problemas com o CFESS”, restando para os assistentes sociais que desejam ingressar na área clínica apenas cursos sem credibilidade (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Dessa forma, defendem que é necessário que o Conselho Federal de Serviço Social, juntamente com as faculdades e universidades, garantam condições legais para a criação de um curso que qualifique e profissionalize os assistentes sociais a atuarem nessa área com respaldo

técnico, legal e científico, não só na área clínica, mas também de assessoria e consultoria”. Segundo a análise, teorias e ideologias não podem ser “colocadas na prática” e somente “pagam os salários dos formuladores”. Os profissionais que “estão no mercado na lida dura cotidiana da prática, precisam mais do que meras teorias e bravatas pretensamente carregadas de verdades tidas como absolutas e dogmáticas”, precisam “de mais espaços de trabalho e menos ideologia vazia e sem sentido (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Segundo indicado (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p), alunos e assistentes sociais relatam sofrer “perseguições ou constrangimentos por manifestarem pensamentos contrários à doutrinação ideológica do Serviço Social” e, dessa forma, afirmam que não irão se abster

de denunciar as típicas atitudes intolerantes, fatalmente arrogantes e totalitárias daqueles que se dizem defensores da democracia, da liberdade, da igualdade e do pluralismo, mas que defendem um sistema opressor; tão pouco deixaremos de ironizar ou polemizar os assuntos que dizem respeito ao Serviço Social e à ideologia marxista e seus teóricos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n. p).

Na página “Serviço Social Conservador”, o tom de ameaça é evidente:

está passando dos limites legais a fiscalização do tipo persecutória contra os profissionais que se posicionam contrários às pautas marxistas que têm orientado a formação nas áreas das ciências sociais aplicadas e de saúde. Isso nada tem a ver com ciência, isso é ideologia (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

De acordo com a análise, “a política de classe equivocada nos últimos anos resultou na desqualificação e no não reconhecimento de uma das mais nobres e importantes vocações laborais – a ajuda ao necessitado”. Apesar de ser considerado como o “especialista em reinserir o sujeito em situação transitória de vulnerabilidade de volta à dinâmica social, através do trabalho”, o que se observa é “uma aliança político-ideológica que levou a profissão ao descrédito e ao engessamento das práticas de ajuda aos assistidos, os mantendo reféns do assistencialismo e à política partidária” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

A atividade profissional dos assistentes sociais é valorosa e fundamental em qualquer sociedade civilizada do mundo - não merece ser rebaixada a mera militância ideológico/partidária, refém de políticos ou de grupos com interesses outros que não a valorização, o aperfeiçoamento, o reconhecimento da profissão. Certamente os profissionais da assistência social já se deram conta dos equívocos na formação e a consequente desvalorização salarial no mercado de trabalho (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR. 2019, n. p).

Lê-se na publicação da página “Serviço Social Conservador” que, enquanto os Conselhos Regionais e o Conselho Federal “se empenham em militar politicamente sobre causas que já estão amparadas pela lei brasileira, como o feminicídio, o racismo, a homofobia (recentemente criminalizada), entre outras”, a primeira-dama do governo Bolsonaro “percorre o Brasil em busca de soluções aos problemas que atingem os verdadeiros desvalidos e excluídos”. Segundo a publicação, “é vergonhosa a posição política da cúpula de uma profissão que nasceu da tradição de ajudar os mais vulneráveis” e que diuturnamente desvirtuaram a profissão, que perde espaço de trabalho e reconhecimento social (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Interessante lembrar que a adoção de uma ideologia revolucionária só poderia terminar assim, destruindo tudo - incluindo a própria profissão. Não adianta nada distribuir panfletos com as atribuições "privativas" do assistente social se a categoria é reconhecida como mera porta-voz de partidos políticos. Se não se posicionar, não espere nada de diferente para a sua profissão (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Assim está expresso na postagem: “chega de militância política, chega desse discurso marxista vazio e desconectado com as necessidades dos usuários dos nossos serviços” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p). Já em outro momento, defende-se a necessidade de as “profissões que foram cooptadas por grupos políticos/ideológicos” reaverem “o controle para os seus profissionais” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Afirma-se, desse modo, que “existem várias associações de representação da categoria e também por áreas de atuação”, assim como ocorre na medicina. Nesse sentido, defendem que “quem se sente representado por esta ou aquela se associa”, sendo que ninguém deveria ser obrigado a pagar anuidade ou algo semelhante (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Outro ponto abordado pela página é que “se conselho profissional fosse bom, ninguém seria obrigado por lei a pagar por ele”, posicionamento que se torna mais frequente quando é apresentada pelo governo Bolsonaro uma proposta de emenda constitucional (PEC109/19) que visa consolidar o entendimento de que os conselhos não compõem a estrutura da administração pública e “desobriga os profissionais da inscrição compulsória, delimita seus poderes de fiscalização e aplicação de sanções” e estabelece o valor máximo de taxas, multas e anuidades (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Defendem que a PEC “traduz a materialidade da liberdade individual do profissional em optar por pagar ou não a instância”, bem como “abre possibilidade para o egresso em Associações profissionais que representem o eixo do qual o profissional se identifica”. Caso

aprovada, permitirá que os profissionais exerçam a profissão sem pagar a taxa de anuidade, ficando este pagamento voluntário “para àqueles que se sentem representados por essa entidade e veem alguma utilidade nela” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n, p).

A página faz ainda outras críticas sobre os Conselhos que envolvem diversas questões, dentre elas a de que o conjunto se ocupa “em promover ações que confundem a identidade, o objetivo e o sentido da profissão com militância política-partidária-ideológica”. Segundo a publicação, cabe ao conjunto “representar o interesse dos profissionais assistentes sociais” e, não, realizar “ações para a construção de nova ordem societária e defesa de interesses de classe trabalhadora, isso pode ser ação de organizações ativistas, movimentos sociais, sindicatos, partidos e qualquer outra coisa, mas jamais de uma profissão” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Essa postura “tem gerado crise na identidade da profissão, na materialidade das ações profissionais, falta de objetividade e clareza sobre o exercício profissional”, o que leva a certas dificuldades para se definir, junto a outros profissionais no trabalho interdisciplinar, bem como a empregadores e clientes/usuários dos serviços, o sentido e o significado da profissão, com perda de espaços de trabalho, desvalorização profissional, dentre outros prejuízos (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A profissão possui uma natureza técnica, interventiva e propositiva tendo como centralidade o ser humano e seu contexto. Ao Assistente Social cabe atuar como profissional, saber investigar, planejar e propor ações interventivas efetivas com competência, ética e humanidade, para saber lidar com as demandas cotidiana cada vez mais complexas. Ao conselho federal cabe basicamente o papel de disciplinar e defender esse exercício profissional e não viver de militância, não fazendo protestos e levantando bandeiras de lutas classistas e seletivas, comumente carregada de partidarismo, não apostando em projeto socialistas, não apresentando a teoria crítica revolucionária de Marx como única corrente teórica! (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Afirma-se<sup>81</sup>ainda que, para ser profissão, é preciso considerar sua identidade como profissão. O Serviço Social, como está atualmente, “como uma identidade de classe, deixará em breve de ser uma profissão” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Logo, não vai precisar ter lei de regulamentação profissional, código de ética profissional e muito menos organizações no campo de fiscalização, formação e pesquisa profissional, pois tudo passará a ser movimento social, sindicato, ONG etc., qualquer coisa, menos profissão (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

---

<sup>81</sup> Essas análises foram elaboradas nas quarta e sexta teses.

Segundo a análise, isso ocorre devido ao investimento de tempo e recursos “em todas as causas e frentes das questões sociais do mundo, menos no campo profissional, o que leva a uma perda de espaços, esvaziamento dos órgãos, baixa participação e desvalorização profissional”, como o que vem ocorrendo no INSS, no SUS e com as baixas notas dos cursos de Serviço Social no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). De acordo com a análise, isso se dá, não devido à política neoliberal, mas “a identidade, prática e materialidade profissional o que causa perda de sentido e significado, além de crises existenciais, desorientação e angústias insolúveis, pois a lógica militante fala mais alto do que a profissional” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

De acordo com a postagem, a vida cotidiana “clama, grita, berra com a realidade carne e osso” por uma postura cada vez mais profissional, e esse grito ensurdecido “colide frontalmente com um discurso vazio destituído do mínimo de plausibilidade concreta de sua realização”. É preciso então resgatar a real natureza e identidade do Serviço Social, “uma profissão centrada no ser humano, e na busca conjunta de recursos para viabilizar o seu bem-estar, sua realização, exercício de sua cidadania e de seus direitos e deveres plenos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Outra defesa refere-se à necessidade de se ter uma profissão com profissionais capacitados. Segundo a análise, “sem uma identidade adequada, não somos mais uma profissão, logo, a identidade é resultado do que somos, pensamos, agimos e interagimos com o nosso cotidiano”. Nesse sentido, para ser profissional, é necessário agir e pensar como um, restringindo-se a atuar como profissionais, visto que “facilita o estado mental e dá sentido e significado no fazer profissional cotidiano”, para além de dar “direção para os processos de formação assim como para os de investigação e intervenção”. Dessa forma, é necessário que “a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e as disciplinas nos cursos, sejam revistas” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Essas normativas e diretrizes precisam estar adequadas à lógica da profissão, “e não da militância”, tendo em vista que o mercado de trabalho “não contrata militantes para militarem em causa própria, e ainda serem pagos para isso”, mas sim, “profissionais que saibam investigar, planejar e propor ações interventivas efetivas com competência, ética e humanidade, para saber lidar com as demandas que se mostram cada vez mais complexas”, ações que somente podem ser realizadas por uma profissão, “a qual é determinada pela clareza de nossa identidade como tal” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Dessa forma, indica que se espera dos conselhos “o compromisso com a categoria profissional e não com o ‘posicionamento crítico’, que nada mais é que militância”. A página

afirma ainda seu orgulho por representar um grupo de sujeitos profissionais que são responsáveis por “atacar a direção teórica e política autoritária do pensamento único que de fato está presente na formação do Serviço social brasileiro” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Defendem então a necessidade de se “romper com uma trajetória de ‘proficídio’ do Serviço Social no Brasil”, e que para tanto é preciso que o Conselho Federal, os Conselhos Regionais, a ABEPSS e representantes da categoria tenham posturas “em conformidade ao seu real papel de defender os interesses da profissão - seja na formação, como no exercício profissional -, e não as posturas política-partidária-ideológicas”<sup>82</sup> (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

É possível presenciar, segundo a análise, “líderes profissionais e docentes” afirmando a necessidade de defender o projeto ético-político do Serviço Social, compreendido por ela como projeto marxista, mesmo que para tanto os profissionais tenham que perder seus empregos. A análise defende que “isso deixou de ser profissionalismo há muito tempo” e trata-se na verdade “de um ativismo político-ideológico que usa a profissão como pretexto e plataforma” “para disseminar suas teses e ganhar e doutrinar adeptos à sua causa” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

De acordo com a análise, as entidades de representação da categoria não devem defender “causas sociais”, visto que se trata de uma profissão e não uma organização ativista, e para além disso a categoria paga uma anuidade cara e sem retorno efetivo, que financia e alimenta uma “uma postura e atitude de palanque e plataforma política, partidária e ideológica”. Dessa forma é preciso buscar “mais defesa aos interesses profissionais e menos uso e aparelhamento político partidário e ideológico da profissão, de seus profissionais e de suas organizações representativas”, visto que se não se romper com a trajetória atual é possível que ocorra “um verdadeiro profisuicídio” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Compreende-se então que as análises buscam construir a indicação de que existe uma fiscalização persecutória, a fim de buscar uma justificativa para a extinção dos conselhos profissionais, e que se criem na profissão associações de representação, como supostamente existe na medicina. O que se constata, na realidade, a partir do que propõe a Política Nacional de Fiscalização, é a indicação de atividades de cunho orientativo, ao invés de punitivo. Considera-se que existe um equívoco na comparação entre o que são as associações e o que são os conselhos profissionais, tendo em vista que a existência dessas tem o objetivo de organizar

---

<sup>82</sup> Análise elaborada na vigésima tese.



os profissionais que trabalham em uma determinada área específica dentro das categorias profissionais, a fim de facilitar os debates e discussões sobre ela. No entanto, tais associações não são capazes de substituir os conselhos profissionais<sup>83</sup>, tendo em vista que estes possuem a atribuição de regulamentar e fiscalizar o exercício profissional no país das profissões regulamentadas. A existência dos conselhos é mais do que a cobrança de anuidade da categoria profissional, tendo em vista que é a partir de suas atividades que se zela pela dignidade e autonomia profissional.

Essa concepção defendida pelas páginas de um exercício profissional supostamente neutro e da assepsia ideológica do conhecimento era um dos elementos que compunham o denominado Serviço Social tradicional, conforme descrito no item 3.3 do capítulo 3, denunciado, no entanto, pelo movimento de reconceituação, na tentativa de sua superação. Questionar o posicionamento político dos profissionais e das entidades é promover um retorno ao passado profissional, rompendo com os avanços conquistados nas últimas décadas. Foi a partir do diálogo com as ciências sociais, inclusive ao analisar e questionar o pensamento de Durkheim, defensor do pensamento social neutro, que se acumulou na profissão a compreensão de que não existe neutralidade, visto que a própria escolha por uma teoria já demonstra um posicionamento político. Dessa forma, considera-se que é impossível pensar em uma atuação profissional neutra, da mesma forma que não é possível pensar que uma entidade da categoria, ou seu Código de Ética, sejam neutros.

Observa-se então que todas as páginas indicam em suas análises posições que vão de encontro ao projeto de formação, bem como à direção hegemônica dada pelas entidades da categoria. Esse contraponto de ideias ora é apresentado de forma direta por meio de críticas às entidades representativas, ora por intermédio da exposição de ideias de autores que se opõem ao que vem sendo debatido. É a partir desse debate que surge, por parte desses atores, uma proposta de reforma para o Serviço Social, a fim de adequar a profissão ao tempo presente, mas mantendo-se elementos de seu passado.

#### **4.6 Uma proposta de reforma da profissão: o retorno de elementos do Serviço Social tradicional em análises recentes**

---

<sup>83</sup> Fato que se comprova inclusive na medicina, exemplo dado pela página, que apesar de possuir diversas associações, possui também um conselho de profissão, que a regulamenta e fiscaliza.

É possível observar nas páginas estudadas um movimento de trazer elementos do Serviço Social tradicional para o debate presente. Considera-se que essa é uma tendência comum a todas e não é feito de forma pontual, mas encontra-se presente em praticamente todo o debate trazido por elas.

Avalia-se que a proposta de reforma para a profissão defendida ali tem como principal referência o debate proposto por Oliveira (2017) em suas 23 teses, o qual foi apresentado em todos os itens do capítulo, tendo em vista que foi uma das primeiras sistematizações elaboradas por um autor conservador contemporâneo no Serviço Social.

De acordo com a “Serviço Social Libertário” (2018, n. p), o objetivo dessas teses “é disseminar ideias e experiências inovadoras e alternativas no Serviço Social afim de resgatar uma cultura profissional e científica, que vem se perdendo por conta da predominância do pensamento hegemônico e ideologia marxista”. Já a “Serviço Social Conservador” (2019, n. p.) as considera como “um divisor de águas para a profissão – do descaso ao reconhecimento”.

A “Serviço Social Libertário” afirma em uma de suas publicações que seu intuito “nunca foi criar uma nova profissão”, mas sim “apresentar outra visão teórica como alternativa para a corrente até então hegemônica do nosso curso, fazendo valer o direito à liberdade e a pluralidade de posição, opinião e pensamento” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Já a “Serviço Social Conservador” indica que “voltar às origens não é retroceder – é encontrar o elo perdido para avançar e encontrar novos caminhos”. Segundo a página, reformar o Serviço Social não se refere apenas a uma proposta, mas sim à necessidade de se modificar “os rumos da profissão que beira à estagnação metodológica e técnica e conseqüente desvalorização e desaparecimento”, e a luta para tal deve ser de “todos os profissionais da área da assistência”, defendendo que “política partidária seja feita nos comitês partidários”. (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p).

Para além disso, é necessário que se alinhe a tradição clássica do Serviço Social aos avanços da visão crítica, com criatividade de ação, visto que o Serviço Social tem um papel fundamental num mundo já não é mais apenas industrial, como no século XIX, mas um mundo dos serviços. Dessa forma, considera-se que é necessário o “resgate da essência do Serviço Social como profissão e como ciência”, formulação feita por Richmond em 1917 e que deve considerar “as novas demandas e áreas emergentes de conhecimento” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Afirma-se, ademais, que a reforma do Serviço Social brasileiro é necessária, tendo em vista que reformar “é resgatar a essência de sua origem como da profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma

‘profissão militante político-ideológico partidária’” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p). Nesse sentido seria necessário observar três premissas: a primeira delas, “criar algo novo”, a segunda, “consertar algo que já existe e foi modificado”, e a terceira, “reformular mantendo a sua forma original” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

De acordo com a análise, “é necessário mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório”, que não caberia a uma profissão, mas sim em organizações militantes, sindicatos, movimentos sociais. A proposta então não é a criação de uma nova profissão, mas que ela se apresente como foi em sua gênese, há mais de 100 anos, sem desconsiderar a dinamicidade para atender “ao chamado da realidade humana de cada tempo-contexto e não meramente um voltar mecânico às suas origens” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Compreende-se então que é necessário revisitar as origens da profissão, buscando nesse sentido uma reforma, na tentativa de se proceder a um reencontro com a essência e magnitude profissional, conforme preconizado por Richmond, que já via o assistente social “como um artífice das relações sociais, profissão que intervém e produz efeito prático na vida e realidade humana, e uma ciência que estuda sistematicamente a realidade para melhor conhecê-la e elaborar junto com seus clientes ações de intervenção” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Conforme se lê na página, “é muito importante que trabalhos como esse alcancem grande visibilidade e deem voz a todos os estudantes e profissionais que estão cansado do mesmo discurso político-ideológico infrutífero que está posto no nosso curso e na nossa formação” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Afirma-se na análise que a reforma é necessária, tendo em vista o contexto profissional há muito desfavorável para o assistente social e para o “cliente”, sendo possível indicar:

- a) perda de espaços profissionais tradicionais para outras profissões e profissionais;
- b) abertura de novos espaços e alternativas de postos de trabalho;
- c) contextos onde os serviços de atendimento tanto individuais, grupais e comunitários são incessantemente requisitados;
- d) outras competências, habilidades e posturas profissionais são exigidas, mas não são ofertadas nas faculdades e nem em cursos de qualificação contínua;
- e) as demandas e comportamento dos clientes das organizações, das políticas, dos serviços cada vez requerem mais estudos e planejamento estratégico interventivo, e menos discursos e defesa de narrativas globalizantes destituídas de praticidade, materialidade e resultados efetivos para os cidadãos, políticas públicas, organizações e sociedade;
- f) formação, currículo, estágios e formação continuada precisam estar conectados às reais demandas e não em serviços e numa ideologia e em um projeto político-partidário, o qual a cada dia se distancia mais da identidade profissional do assistente social. São os novos desafios do século XXI que exigem um novo Serviço Social (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Defende-se<sup>84</sup> também que “retomar a origem do Serviço Social como profissão e como ciência é resgatar a centralidade no ser humano”, não “como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio”. Dessa forma, esse ser seria recolocado “não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos”, o que possibilitaria não apenas a sua sobrevivência, mas “um viver com dignidade, tendo sempre um olhar crítico, mas com proposições criativas, factíveis, plausíveis, viáveis e efetivas, as quais vão além do atendimento individual”. O cidadão deixaria então de ser um mero consumidor de serviços e direitos e se transformaria em protagonista de direitos e deveres (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

A partir dessa perspectiva, os assistentes sociais “deixariam de ser meros repassadores de direitos, com um discurso de garantidores de direito”, tendo em vista que na atual realidade os profissionais “não conseguem garantir nem os seus próprios direitos, quanto mais de seus usuários, no máximo, viabilizar o acesso aos direitos já existentes”. Como resultado desse processo tem-se a “perda de espaços de trabalho da desvalorização do profissional e da importância da ação profissional no campo social”, visto que atualmente outros profissionais de outras áreas estão “mais preparados para de fato intervir na realidade humano-social, que para além da retórica revolucionária estão mostrando ações concretas, e estão substituindo e ocupando espaços tradicionais dos assistentes sociais”. Sendo assim “centralizar o ser humano é gerar uma consciência para atender os direitos humanos ampliados, uma vez que os indivíduos não estão isolados”, visto que “para ser social, é preciso ser e partir do indivíduo que não vive sem o coletivo e nem na busca do bem-estar comum a todos” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2017, n. p).

Em outro momento<sup>85</sup> há a defesa de que “a visão reformada do Serviço Social pode permitir sermos uma profissão de fato”, abrindo outros horizontes, dentre eles a possibilidade de ser uma profissão que pode atuar na esfera pública, privada e no terceiro setor. Ademais os assistentes sociais poderão “ser profissionais formais contratados, seja por concurso público, por carteira registrada, como autônomos (consultoria e assessoria ou freelancer) entre outras modalidades” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Isso será possível, tendo em vista que “as amarras ideológicas” já não mais irão prender o profissional. Segundo a análise, a “ideologia não paga as contas no final do mês, nem mesmo

---

<sup>84</sup> Análise presente na oitava tese.

<sup>85</sup> Essa análise pode ser encontrada na vigésima segunda tese.

põe comida na mesa, (...) não tem classe trabalhadora para ajudar, você está só” e é devido a essa individualidade que o sujeito “tem que dar conta de suas próprias necessidades”, dentro de seus limites e possibilidades (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

[...] pois com isso e com essa postura, o profissional sabe o que faz, como faz, para quem faz e quais os resultados que quer atingir, além do que pode ser feito em qualquer espaço e atividade profissional, sem o peso de ter que sustentar um discurso revolucionário em “defesa” de um projeto de sociedade que não cabe a uma categoria profissional e muito menos a um profissional. Pois na maioria das vezes, mal dá conta do básico e do cotidiano, quanto mais de criar uma “nova ordem societária” e “garantir os direitos dos outros” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

É então com a implementação da visão da reforma do Serviço Social que “o profissional se sentirá livre para fazer suas escolhas e ações pautadas em sua identidade profissional e não em uma única classe ou um programa político-ideológico-partidário”. A partir da reforma, “a preocupação será o atender ao ser humano”, e dessa forma o profissional “ficará livre para dialogar, viver e trocar saberes e experiências, além de buscar a inovação contínua com outras áreas sem perder de vista a sua especificidade e sua centralidade da realização do ser humano” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

De acordo com a análise, a missão universal do profissional é melhorar o mundo em que está inserido, dentro dos limites e possibilidades e, dessa forma,

será possível dormir em paz, sabendo que está fazendo o seu melhor dentro do seu possível, sem se frustrar por não conseguir colocar em prática uma utopia impraticável e ilusória que não é profissional, muito menos ser rotulado como conservador, neoliberal, positivista, funcionalista, eclético, impuro e compulsivo por querer buscar respostas práticas e efetivas para sua ação profissional. Tudo isso como se essas escolhas fossem uma heresia, uma blasfêmia, uma doença, um pecado para a religião fundamentalista que se implantou no curso com a visão da tal hegemonia, liberdade, liberdade, para ser profissional e não militante de uma ideologia que não representa os valores da maioria (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Segundo a análise contida nas teses elaboradas por Oliveira (2017), espera-se então que a atual geração seja aquela que sabe resgatar e reformar, para “além de dar a sanidade e natureza a uma profissão e ciência”. Afirmar-se ainda a necessidade de se “ter sabedoria para não cometer os mesmos erros, como os que foram realizados na reconceituação”, como o “de jogar fora e desprezar toda uma construção profissional sem filtrar o que poderia ser reformado” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Precisamos cuidar para não cair no extremo, como estamos hoje, de um ativismo político-partidário-ideológico que não coaduna com uma profissão que quer ser significativa e atuante em seu tempo. Que, assim, possamos ser essa geração que

aprofunda, aprimora e redesenha o Serviço social no contexto e cenário que se mostra líquido, mas com problemas tão sólidos e complexos, e saibamos passar essa tocha as futuras gerações de profissionais, sabendo honrar a memória e o trabalho de nossos antecessores (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

Tendo em vista a publicação, a ideia seria resgatar a especificidade da profissão, “retomando a essência e a identidade profissional”, que teria se perdido “ao se afastar radicalmente da visão originária” e ao “vincular-se a um projeto político ideológico de orientação socialista, centrado na transformação utópica da sociedade em detrimento a centralidade do indivíduo” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2018, n. p).

A divulgação de uma biblioteca, em uma das publicações, tem o objetivo claro de mostrar um espaço no qual são apresentados textos considerados como importantes e relevantes para o Serviço Social “que tem caído no esquecimento e/ou tem sido ignorado pela hegemonia profissional brasileira por não corresponder aos seus dogmas político-ideológicos, mas que pode ser usado como referência bibliográfica por aqueles que assim desejarem”. Na publicação afirma-se que não há uma defesa de “uma aplicação acrítica de teorias elaboradas no passado do Serviço Social, mas o resgate da sua essência enquanto profissão incentivando a atualização de teorias que verdadeiramente a representam” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

Uma das formas em que se constata essa viagem ao passado é a divulgação do pensamento de Mary Richmond; a “Serviço Social e Pluralismo” destaca a importância de Richmond como fundadora da profissão e criadora de um dos primeiros símbolos do Serviço Social. A obra *Diagnóstico Social* é apresentada em todas elas, sendo que a “Serviço Social Libertário” a disponibiliza para *download*, indicando que a temática se mostra atual em diversas partes do mundo, onde estão revisitando e atualizando tanto o pensamento da autora, quanto “sua essência no que diz respeito ao primor teórico, técnico e humano, e sua centralidade no ser humano” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p).

A “Serviço Social Conservador” destaca a recomendação da autora para o tratamento de toda a família e se mostra contrária ao “isolamento dos membros da família de seu contexto natural”, apresentando o conceito de coesão familiar da autora, que “tinha um toque incrivelmente moderno, antecipado, como realmente o fez” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n. p). Já a página “Serviço Social e Pluralismo” aborda o ponto da obra que afirma que é em cada uma das relações sociais do homem que sua história mental está principalmente inscrita; e que é nessas relações que se encontram as causas dos infortúnios que ameaçam sua felicidade, bem como que sua realização e os meios para assegurar seu

restabelecimento devem ser procurados. A apresentação de outra citação da autora também é objeto de outra publicação, na qual afirma que “a única prática infeliz do Serviço Social é aquela que se acomoda a uma certa rotina, a adoção invariável das mesmas medidas tomadas em qualquer situação sem qualquer reflexão prévia ou espírito de aventura”<sup>86</sup>. Nessa postagem, no entanto, não há indicação da fonte, limitando-se a creditar a fala a Richmond (SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO, 2019, n. p).

Constata-se também, nas páginas “Serviço Social e Pluralismo” e “Serviço Social Libertário”, a divulgação de um mesmo extrato da obra de Balbina Ottoni Vieira. De acordo com o anúncio da segunda página, Balbina foi “completamente esquecida pela hegemonia” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p). O extrato publicado afirma que não houve mudança no significado da profissão, mas apenas em seu enunciado e na maneira de se expressar. Como não houve mudança de significado, é possível admitir a existência de uma essência, que se revela na realidade por aspectos e linguagem diferentes, que pode, portanto, ser considerada como uma verdade universal que o Serviço Social persegue a realização do homem.

As páginas “Serviço Social Libertário” (2019) e “Serviço Social Conservador” (2019) apresentam também o trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Renan Theo, considerado como “mais um TCC de qualidade realizado por um aluno de Serviço Social com diretrizes para além do materialismo dialético de Marx”. O trabalho, cujo título é: “Religião e Serviço Social: liberdade de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador”, questiona se o assistente social, “frente aos desafios e as demandas sociais, tem realmente a liberdade dentro da categoria profissional para expressar suas ideias e escolhas”, tanto as que se referem a questões técnicas, quanto às religiosas, “mesmo que essas opções sejam contrárias as teses defendidas pela hegemonia da categoria profissional” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019, n. p). Outro trabalho divulgado na “Serviço Social Conservador” é o livro *Serviço Social para corajosos*, de autoria de Edson Oliveira, considerado como inspirador e que vai renovar as esperanças na profissão.

Em publicação direcionada “aos valorosos assistentes sociais que fazem do seu ofício um sacerdócio” afirma-se que os anos 2000 foram “difíceis para a profissão, que sofreu fortes reveses de forças ocultas, a fim de formarem uma massa amorfa e homogênea de profissionais para melhor manipulá-los e assim obter privilégios políticos”, processo este que transcorreu de forma sutil, “o que retardou a reação dos profissionais”. Dessa forma, na publicação tem-se a

---

<sup>86</sup> Na elaboração deste trabalho não foi possível identificar de qual referência bibliográfica esta citação foi retirada.

avaliação de que para elevar o reconhecimento do Serviço Social, a partir de uma “virada na formação e na prática”, é necessário que haja uma “reflexão profunda sobre o ensino em sala de aula e o papel do CFESS e suas orientações equivocadas junto aos assistentes sociais brasileiros” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n. p).

Segundo a página “Serviço Social Conservador” (2019, n. p), os assistentes sociais conservadores são considerados como “profissionais à frente de seu tempo, que anseiam em discutir e conhecer novas possibilidades e estratégias para a assistência social no Brasil”. E ainda mais: os “assistentes sociais não se formam para militar politicamente, mas para atuar cientificamente no bojo das políticas sociais de assistência ou como profissionais liberais”. Nesse sentido indicam a necessidade de que haja uma reformulação no Serviço Social, tendo em vista que só dessa forma “a profissão reconquistará reconhecimento social e profissional, valorizando-se inclusive no mercado de trabalho”.

A página “Serviço Social Libertário” (2018, n. p.) reforça que não se vinculam a uma “hegemonia ideológica que há 30 anos nos incube uma única vertente teórica (o marxismo) como a soberana que deve limitar nossos passos”. Nesse sentido, afirma-se ser necessário refletir sobre o que foi retirado da profissão há trinta anos (momento do processo de renovação do Serviço Social brasileiro), para moldar a profissão em um “ativismo genérico, que nega suas origens, que nega a pluralidade e o ecletismo de correntes teóricas”, sendo necessário resistir “à hegemonia da categoria” e lutar por “uma reformulação profissional”.

É então a partir desses elementos que surge a proposta de uma reforma do Serviço Social, tendo em vista que as análises consideram que, para que o Serviço Social continue sendo de fato uma profissão, seria necessário que ocorresse uma mudança em seus rumos. A proposta de reforma do Serviço Social apresentada<sup>87</sup> utiliza como principal elemento para o debate a garantia de espaço no mercado de trabalho, o que vai ao encontro de um dos principais anseios da categoria na atualidade. Considere-se, a propósito, o aumento exponencial da oferta de cursos de Serviço Social no Brasil nos últimos anos, a retração do mercado de trabalho, devido à crise do capital vivenciada nos últimos anos, bem como o avanço do neoliberalismo, que precariza e sucateia as políticas sociais, principal espaço de atuação dos assistentes sociais. Esses elementos contribuíram para a criação do que hoje pode ser considerado como exército

---

<sup>87</sup> As páginas “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social Libertário” explicitam a proposta da reforma. Já em relação à “Serviço Social e Pluralismo”, apesar de não apresentar nenhuma publicação nesse sentido, considera-se que de forma indireta essa proposta se apresenta, tendo em vista não apenas o teor de suas publicações, mas também por citar, dentre as bibliografias indicadas, referências que tratam da reforma do Serviço Social brasileiro.



assistencial de reserva, tendo em vista o número de profissionais à procura de alocação no mercado de trabalho na atualidade.

Considera-se então que as análises elaboradas pelas páginas realizam um movimento que parte da alegação de que atualmente o Serviço Social é mais uma ideologia do que uma profissão, e que, sendo assim, é necessário resgatar elementos de sua gênese, visto que com o movimento de reconceituação foram cometidos vários erros ao não se preservar elementos que deveriam ser reformados. Nesse sentido, defendem, assim como proposto pelas análises de Dantas na vertente da modernização conservadora, que seria necessário garantir um nível mínimo de cientificidade, sem influências políticas, o que garantiria uma formal assepsia ideológica.

Dessa forma, segundo se lê, as páginas, há uma confusão entre profissão e militância política, que culmina em críticas às diretrizes curriculares e aos currículos dos cursos, à literatura hegemônica na profissão, bem como às entidades da categoria profissional. Argumenta a “Serviço Social Conservador” que não foi possível reagir anteriormente, tendo em vista que os processos de mudança na profissão se deram de forma sutil, o que retardou a reação dos profissionais. Observa-se que essa análise se assemelha à defendida por Carvalho (2013) no item 2.3.5 do capítulo 2, quando o autor discorre sobre os desmontes que têm sido operados pela “esquerda ideológica” e que vêm destruindo nos últimos anos os valores centrais da sociedade, como, por exemplo, vem acontecendo com a educação no país.

Essa proposta de alteração dos rumos da profissão é percebida também na análise dos princípios do Código de Ética de 1993, tendo em vista que consideram a defesa intransigente de direitos humanos como a defesa dos direitos a partir de uma análise liberal. Nesse sentido, promovem uma distorção do Código, ao considerar que defender o seu princípio seria defender a vida, a liberdade e a propriedade.

Dessa forma, tem-se que a proposta de reforma do Serviço Social busca, ao mesmo tempo, articular um retorno às origens da profissão, negando os avanços que foram conquistados a partir do movimento de reconceituação, ao mesmo tempo em que sugere que adequações sejam feitas a fim de se atender as atuais requisições do mercado de trabalho, na tentativa de se conseguir uma maior inserção dos assistentes sociais nele.

Constata-se, a partir disso, que a proposta da reforma consiste em romper com os avanços das últimas décadas, buscando novas referências em outros países quando não se as encontra aqui, ou o retorno àquelas que compunham a formação até a década de 1960, a fim de garantir uma retomada ao que se supõe se constituir um “Serviço Social puro” não corrompido pelo mal do marxismo.

#### 4.7 Indicações, indagações e reflexões sobre as páginas

Considera-se que essa proposta de reforma da profissão se relaciona ao projeto do grupo da reatualização, tendo em vista que o objetivo dela é um retorno às origens da profissão, recuperando elementos e referências da época, a fim de resgatar o que se supõe ser a essência da profissão. Defende-se que essa proposta da profissão se vincula diretamente ao debate conservador contemporâneo, conforme pode ser observado nas análises da corrente anglo-americana no item 1.4 do primeiro capítulo, bem como nos debates de autores brasileiros, indicados no item 2.3 do segundo capítulo.

Compreende-se que o debate realizado pelos autores conservadores na contemporaneidade, seja pela corrente anglo-americana, pelos autores nacionais, ou o que é elaborado no interior da profissão, não estão desconectados. De fato, essas análises possuem alguns elementos que lhes garante unidade. Entretanto, observou-se que existe uma falta de conexão entre as defesas das páginas e matrizes teóricas a que se vinculam, o que indica o desconhecimento dos elementos contidos nas análises de autores que são referência para o debate das ciências sociais e promove a naturalização dos elementos nelas contidos.

Defende-se que, por se tratar de páginas de Facebook, não há um maior aprofundamento teórico sobre as discussões, o que faz com que sejam apresentadas de forma rasa, impossibilitando um maior aprofundamento ou acúmulo sobre os temas abordados. Sendo assim, de modo geral nas páginas considera-se que não há um aprofundamento teórico das correntes indicadas, nem uma abordagem que trate de forma mais densa os assuntos apresentados, o que indica que há uma grande fragilidade nas análises, impedindo que as discussões realizadas contribuam como um real espaço de conhecimento para profissionais que as acessam. É importante sinalizar que a página “Serviço Social Conservador” é, dentre elas, a mais frágil e contém diversos equívocos, como, por exemplo, em relação à própria análise da profissão. Essa incompreensão faz com que, em alguns momentos, não se saiba o que está sendo defendido nas postagens.

Considera-se que as análises realizadas, em todos os momentos dos debates, se vinculam às correntes do pensamento conservador, como o positivismo e o funcionalismo, analisadas no item 1.2 do capítulo 1. Essa vinculação, no entanto, não pode ser encontrada de forma explícita nelas, visto que não há em nenhuma publicação referência ou sinalização de

que os debates apresentados naquele momento são norteados por essas teorias. Tal movimento pode ocorrer devido à não apropriação da análise dos autores que são referência dessas correntes de pensamento, o que indica como o pensamento conservador é disseminado na sociedade e tratado inclusive ao nível do senso comum. Isso reforça o que Iamamoto e Carvalho (2007) enfatizam sobre o modo capitalista de produzir supor um modo capitalista de pensar, que expressa a ideologia dominante, em sua forma e nas suas ambiguidades.

Dessa forma, é possível afirmar que o pensamento conservador presente ideologicamente na sociedade pode constatado nos elementos mais simples do senso comum, de modo a ser considerado como um dos mecanismos de consenso utilizados a fim de garantir a integração social e a redução das tensões causadas pelas relações sociais antagônicas entre as classes.

Observa-se a vinculação das análises ao irracionalismo presente na obra de Burke, trazendo a religião como um dos elementos centrais para o debate, principalmente na “Serviço Social Conservador”. O traço do conservadorismo antiproletário bem como a garantia da propriedade privada e a moralização da sociedade das análises de Comte também são observados, assim como uma aproximação ao debate durkheimiano.

Do pensamento de Durkheim está presente, por exemplo, a compreensão da sociedade como um sistema que depende da moral para que permaneça coesa, e qualquer alteração que gere perturbação é considerada como anomia. Considera então que a moral contém a ideia do dever, da autoridade e da disciplina, sendo que a família e a escola seriam os principais responsáveis para garantir a harmonia social.

Esses são alguns elementos das correntes teóricas observados nas análises das páginas, mas, para além desses, é possível perceber outros, advindos de outras correntes, tais como o neotomismo, a pós-modernidade e o conservadorismo contemporâneo. Em relação a abordagem de Parsons, observa-se uma aproximação à sua ideia de que o equilíbrio social deveria ser mantido a partir de um processo de não modificação, elemento retomado pelos autores conservadores contemporâneos da corrente anglo-americana e brasileira.

Nas análises de alguns autores que expressam o pensamento conservador na contemporaneidade foi possível constatar que, de forma geral, há a defesa de preconceitos direcionados a pessoas de outras nacionalidades, outras religiões ou concepções teóricas. Nas obras de autores nacionais foi possível observar, como no caso de Constantino, defesas que são provenientes do pensamento conservador europeu, como a islamofobia, sendo incorporadas em suas análises como se fizessem parte da realidade nacional, assim como a imigração ilegal, típica em países europeus e nos Estados Unidos. Outro ponto observado nas obras é a crítica ao

politicamente correto e aos limites impostos, o que é considerado como uma alternativa utilizada pelos autores para expressar seus diversos preconceitos.

De acordo com Iasi (2015), o preconceito no pensamento conservador deriva tanto do nacionalismo, como do imediatismo e do racionalismo apaixonado. A maioria dos conservadores têm que afirmar algum tipo de supremacia que justifique sua ação, sendo necessário criar um estigma ou preconceito para que sua paixão violenta se expresse. Nas defesas dos grupos conservadores do Serviço Social, o preconceito é também um componente das análises, no entanto considera-se que o nacionalismo não é um elemento que o justifique, visto que na realidade o que ocorre é um movimento contrário, no qual se vê a exaltação da forma como a profissão vem sendo analisada em outros países, principalmente em Portugal atualmente, em detrimento do que vem sendo debatido no Brasil. No caso do debate conservador do Serviço Social, o que se observa é o preconceito em relação ao que eles denominam de setores marxistas da profissão.

Observa-se, no pensamento conservador brasileiro, tanto em autores do passado, quanto nos pensadores conservadores contemporâneos, uma estreita vinculação com a religião, o que representa o reflexo da forma como o povo brasileiro enxerga a vinculação da religião com seu cotidiano. Considera-se que as análises de autores como Coutinho (2014; 2018), Pondé (2010; 2014; 2018) e Carvalho (2013) reiteram essa forma de pensar do brasileiro, fazendo uma articulação entre o moralismo cultural e religioso presente na sociedade brasileira, e o liberalismo econômico e a defesa da redução do papel do Estado. Essas também são as defesas indicadas nas análises conservadoras contemporâneas do Serviço Social, o que reforça a ideia de alinhamento dos setores conservadores da profissão com o que vem sendo debatido atualmente de forma mais geral.

Ainda no que se refere a pautas morais, observa-se que de modo geral os autores conservadores brasileiros e as páginas analisadas promovem uma defesa de valores, como a família tradicional, e dessa forma se posicionam contrários aos movimentos feminista e LGBTTI. De acordo com Iasi (2015), o moralismo e suas manifestações associadas, como a defesa da família, são um elemento constante no discurso conservador, mas também é necessário a alteridade, um outro elemento que ameace a ordem e a harmonia do padrão moral; nesse sentido o discurso conservador associa o nacionalismo, a irracionalidade e o moralismo com a homofobia.

Nas análises conservadoras recentes do Serviço Social, esses elementos também compõem o debate, tendo em vista que se observa a defesa desses valores morais tanto no que se refere à análise da sociedade, quanto da própria profissão. Esse fato pôde ser constatado nas

análises acerca de quais valores devem ser defendidos pela profissão e quais estão sendo atacados, trazendo para os indivíduos a família e a religião como “células centrais”.

Uma marca do conservadorismo atual, tanto na vertente anglo-americana, quanto no debate nacional e no do Serviço Social, é o fortalecimento da moral religiosa e dos costumes, colocando na moralidade um peso que na realidade diz respeito às questões econômicas. Há uma tentativa de adequação presente nas reivindicações de caráter econômico, mas trazendo do passado elementos que garantem a continuidade dos costumes e valores tradicionais.

Considera-se desse modo que existe na profissão um influxo do pensamento conservador que é resultado tanto da não eliminação do conservadorismo no Serviço Social, quanto da própria dinâmica do real, tendo em vista que nos últimos anos este vem ganhando espaço em amplos setores da sociedade civil, o que permitiu, por exemplo, a vitória eleitoral da extrema direita em diversos países do mundo, como é o caso do pleito eleitoral brasileiro de 2018.

Analisa-se que a proposta conservadora presente nas páginas articula dois elementos centrais: por um lado, resgatam-se alguns elementos da perspectiva da modernização conservadora, a partir da incorporação dos debates atuais e da tentativa de “readequar a profissão aos novos tempos”, por meio de um projeto tecnocrático, buscando uma melhor eficiência e eficácia na atuação profissional. Por outro lado, é possível perceber também elementos presentes da perspectiva da reatualização do conservadorismo, tendo em vista que os debates realizados nas páginas podem ser considerados como esvaziados teoricamente, fragmentados e bastante ecléticos. Para além disso, nota-se a presença de outros elementos inseridos na perspectiva, como a concepção de pessoa, de diálogo, bem como uma tentativa de se resgatar elementos presentes no pensamento inicial da profissão, tal como a tentativa de trazer a leitura de Mary Richmond para os dias de hoje. Outro ponto que deve ser destacado refere-se à escolha de referências teóricas da profissão de outros países e a quase ausência de referências nacionais, mesmo nas discussões sobre o Serviço Social tradicional.

Essa análise, bem como algumas diferenças nas elaborações das publicações da página “Serviço Social e Pluralismo”, indica que apesar de existir alguns componentes em comum entre os movimentos, há também diferenças entre eles, demonstrando que não possuem apenas diferentes denominações, mas também propostas diversas em alguns aspectos.

A partir desses elementos, conclui-se que, apesar de haver diferenças entre as páginas analisadas, um traço que garante unidade ao conservadorismo contemporâneo no Serviço Social é a tentativa de retorno aos elementos presentes na gênese da profissão, como defendido também pela vertente da reatualização do conservadorismo, atrelada a uma proposta de

adequação ao que é requisitado pelo mercado de trabalho, tal como na modernização conservadora.

É importante destacar que há neste trabalho a compreensão de que existe um processo dialético de ruptura e continuidade com o passado profissional; dessa forma, defende-se que os elementos das vertentes encontrados nesta análise não representam uma transposição destas para o tempo presente, mas sua reentronização nos debates mais amplos elaborados pela categoria, o que leva à apropriação, intencional ou não, de alguns de seus elementos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de um trabalho por vezes não representa sua finalização, ou que se conseguiu apreender todas as determinações colocadas sobre o objeto de estudo, como é o caso desta tese. Compreender as determinações do conservadorismo no Serviço Social na atualidade é um fenômeno em movimento que se repõe e se reatualiza a partir da dinâmica do real. Dessa forma, neste momento realizou-se uma primeira aproximação com o estudo, o que abre caminhos para novos aprofundamentos e debates.

Observa-se que existe uma variedade de concepções e definições atribuídos ao conservadorismo, de modo que até mesmo os autores que se autoproclamam conservadores exprimem em seus escritos qual a sua compreensão sobre o conservadorismo e sobre ser conservador. Isso se deve à ausência de uma teoria política comum que os defina, bem como a suas dificuldades em sintetizar as próprias ideias, que variam de acordo com o tempo e o lugar de onde se fala.

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, fruto de uma educação mal feita ou de preconceitos vazios de significado, mas sim deve ser compreendido como uma das expressões da consciência reificada, a partir dos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, a partir de Gramsci. Ou seja, o conservadorismo deve ser compreendido como uma expressão da consciência imediata que prevalece em determinada sociedade e que manifesta, mesmo que de forma desordenada e bizarra, os valores que têm por fundamento as relações sociais (IASI, 2015).

Dessa forma, compreende-se neste trabalho que o conservadorismo não é o apego às tradições ou aos costumes, mas sim, que deve ser considerado como um fenômeno que surge no contexto da moderna sociedade de classes, a partir das ideias de Burke em reação à Revolução Francesa, com defesa dos valores aristocráticos e com um traço anticapitalista. É possível afirmar também que o pensamento conservador de Burke é irracionalista e reacionário, atuando numa perspectiva restauradora da ordem feudal.

Em seu processo histórico de desenvolvimento, observa-se que a partir de 1848 esse traço anticapitalista vai reduzindo, e o pensamento conservador vai ganhando outras feições. Considera-se então que este vai variando ao longo da história, a depender da configuração da luta de classes, para cumprir a função de ser o modo de pensar compatível com determinado momento econômico. Para além disso, é possível observar também variações no pensamento conservador de acordo com as realidades nacionais dos países.

Segundo Iasi (2015), o conservadorismo sempre esteve presente nas relações que constituem o cotidiano e na sua consciência imediata, que é delineada, segundo Lukács, pelos aspectos da imediaticidade, da heterogeneidade e da superficialidade extensiva<sup>88</sup>. Nesse sentido, o pensamento conservador não se preocupa se antes defendia uma ideia e agora defende outra, tendo em vista que não é feita a conexão entre essas dimensões – para o pensamento conservador só existe o agora, um presentismo exacerbado.

Essa característica remete a outros dois traços do próprio pensamento conservador: a preponderância das paixões e o irracionalismo. Por não existirem determinações mais profundas para além da aparência dos fenômenos, bem como história que articule formas passadas às presentes, tudo se resume a reações instintivas e animais, às paixões. Nesse sentido considera-se que o conservador é por natureza violento e irracional (IASI, 2015).

Observou-se aqui a presença dessas características na análise do pensamento conservador, ao investigá-lo desde suas origens até os dias atuais, bem como autores e obras internacionais a atores que compõem o pensamento conservador no Brasil. Em sua gênese tinha um traço anticapitalista, como já mencionado, mas com a ascensão da burguesia como classe dominante e a emergência do proletariado na cena política houve uma alteração na forma de se expressar do pensamento conservador.

Já com Durkheim percebe-se que, mesmo que guarde certa dose de irracionalismo, não é possível afirmar que é irracionalista, como Burke. O positivismo promoveu uma separação entre o pensamento conservador, o poder feudal e as doutrinas teológicas, com o debate científico, e se torna a partir do século XIX umas das mais fortes matrizes de pensamento das ciências sociais. Na teoria positivista compreende-se que é possível fazer uma transição das ciências da natureza para as ciências sociais, e por este motivo autores como Durkheim e Parsons consideram que é possível classificar os fatos sociais e comparam as relações sociais a organismos.

Apesar de se colocar como contraponto das doutrinas teológicas, é possível afirmar que, assim como indica Oliveira (2020), o pensamento positivista - que se fundamenta em princípios individuais, segundo os quais o indivíduo é tido como problema e solução da sua vida – as

---

<sup>88</sup> Segundo Iasi (2015, n. p) a imediaticidade “significa que é uma consciência que se forma nas relações imediatas do ser social com as coisas e pessoas próximas, nos contextos presenciais e que tem por horizonte de ação o tempo presente”. A heterogeneidade que implica nas diferentes esferas da ação da pessoa, em suas diferentes relações, como trabalho, vida afetiva, vínculos com o sagrado (que não significa somente a religião, mas que pode incluir, por exemplo, o futebol), que “ganham autonomia e coexistem lado a lado sem a exigência de coerência entre os elementos que conformam um determinado modo de vida e uma correspondente concepção ideal de mundo”. Já a superficialidade extensiva, ou ultrageneralização é o “mecanismo pelo qual a experiência imediata é estendida e universalizada de contextos particulares para generalizações carentes de mediações, o que leva ao preconceito como forma imediata do pensamento no cotidiano”.



doutrinas religiosas e o liberalismo se casam perfeitamente, tendo em vista que alimentam ideias de culpabilização e responsabilização de todas as mazelas aos sujeitos que as vivenciam, sem realizar qualquer vinculação com o modo de produção capitalista.

Considera-se então que, assim como houve modificações do pensamento que vai de Burke até Durkheim, também há alterações nos debates promovidos por este e o que vem sendo construído por teóricos pós-modernos e conservadores do tempo presente. O que se observa no pensamento conservador na atualidade é a presença de traços que remetem um retorno ao pensamento de Burke, com caráter reacionário e irracionalista.

O conservadorismo contemporâneo se apresenta aberta e orgulhosamente como conservador e não se inibe em destilar seu ódio contra grupos que são considerados por ele como “rivais” pelo fato de colocarem em xeque a defesa da tradição e do *status quo* capitalista. O grupo conservador se coloca contrário aos direitos sociais e trabalhistas, às conquistas da classe trabalhadora, defendendo um retorno ao liberalismo; no entanto, o que se observa é que ele é compatível com as políticas econômicas ultraliberais desenvolvidas nos últimos anos e que buscam naturalizar a barbárie. Dessa forma esse conservadorismo rompe com um outro tipo de conservadorismo, desenvolvido por exemplo por autores vinculados aos organismos multilaterais, que possui um traço pseudo progressista e com isso agrega esses setores da sociedade.

Esses traços podem ser encontrados nas análises conservadoras recentes no mundo e também no Brasil, em que, a propósito, alguns outros traços também podem ser observados. O que se observa no conservadorismo brasileiro é uma estreita relação entre capital, Igreja e Estado, que cumpre o objetivo de disseminar para a população uma forte cultura moralizante.

A relação entre Estado e religião no Brasil pode ser considerada como um traço constitutivo do pensamento conservador nacional desde sua gênese, fato que deve ser relacionado à formação sócio-histórica do país, em cujos acontecimentos esses atores tiveram um papel central. Segundo Oliveira (2020), o Estado se torna então um aliado na difusão das ideias e na manutenção da ordem, com a constituição de legislações que permitirão um funcionamento harmônico da sociedade, sem dispensar, no entanto, os mecanismos de repressão. A burguesia utiliza-se de discursos palatáveis para garantir sua hegemonia, apropriando-se daquilo que é conveniente para manter seu projeto conservador.

Dessa forma, de modo geral, o pensamento conservador desqualifica e recusa o marxismo, negando importantes categorias, como a luta de classes, a mais valia e a exploração do trabalho, considerando-o como uma expressão positiva da sociedade capitalista. A partir dessa negação, os conservadores contemporâneos demonstram uma total aversão ao marxismo,

baseando-se no que denominam de marxismo cultural, cujo entendimento refere-se a uma postura moralista conservadora segundo a qual o marxismo é contrário à religião, à família, às tradições e valores morais, à ideologia de gênero, ao aborto, dentre outros. Para além disso, atribuem às universidades e escolas públicas, bem como à grande mídia, a presença do marxismo cultural, o que demonstra que esses sujeitos nada entendem sobre a realidade brasileira e utilizam-se disso para mascarar suas intenções nefastas e sórdidas de manter o povo brasileiro na mais completa ignorância cultural e política (OLIVEIRA, 2020).

Ainda segundo OLIVEIRA (2020), com o advento de todas as expressões da barbárie capitalista, é preciso que haja um inimigo para justificar a degradação do ser humano e da vida social. Dessa forma os conservadores culpabilizam o marxismo cultural pela ruptura com a tradição e valores mais nobres, pela destruição da família nuclear, dentre tantos outros fatores. Devido ao fato de o Brasil ser um país com um atraso cultural e educacional, para além da pobreza econômica em patamares aviltantes, essa concepção de marxismo cultural é facilmente difundida, criando mais retrocessos, bem como um contexto de intolerância, ódio, violência e até mesmo promovendo uma segregação entre progressistas e reacionários, mascarando o projeto econômico que entrega o patrimônio nacional aos interesses do capital internacional em sua face mais predadora.

São esses alguns dos elementos encontrados nas análises do conservadorismo neste trabalho, o que indica alguns elementos centrais para compreender a gênese e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. O surgimento da profissão está atrelado aqui ao Estado, à Igreja Católica, bem como à dinâmica do capital naquele contexto que exigia um profissional capaz de lidar com as demandas que se apresentavam. De acordo com Oliveira (2020), essa parceria entre capital, Estado e Igreja na disseminação da cultura moralizante perpassa a formação pessoal e profissional do assistente social e é um exemplo evidente dessa relação e da funcionalidade da profissão no capitalismo.

Observa-se então que o Serviço Social se aproxima em um primeiro momento da doutrina social da Igreja e posteriormente passa a dialogar com algumas correntes das ciências sociais, como o positivismo, o funcionalismo, o pragmatismo, dentre outras. Essas referências teóricas possuem alguns pontos em comum, como a individualização das situações vividas pelos sujeitos, a culpabilização e uma resposta profissional direcionada ao atendimento de um caso específico.

Com a renovação do Serviço Social brasileiro inicia-se um processo de ampliação das bases teóricas da profissão e de tentativa de superação do Serviço Social tradicional. Nesse processo surgem três vertentes, indicadas por Netto (2008), sendo elas a modernização

conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. As duas primeiras vinculavam-se ao pensamento conservador, mesmo com propostas e referências distintas, tendo em vista que a modernização buscava adequar a profissão às novas exigências do mercado de trabalho e a reatualização era composta por um grupo mais conservador, vinculado à Igreja e que defendia um retorno às origens da profissão. Já a intenção de ruptura promoveu uma aproximação com o marxismo, levando a que se instituisse o pluralismo teórico na profissão.

Apesar das mudanças na profissão que ocorreram principalmente a partir dos anos 1980, com a construção de um projeto ético-político do Serviço Social, considera-se que não houve a ruptura da profissão com o conservadorismo. Conforme afirma Oliveira (2020), a intenção de ruptura não eliminou a presença de outras vertentes, mas conviveu com elas de forma harmônica. O que houve foi a eliminação do espaço de diálogo entre as vertentes, o que deu a ideia de que havia um consenso entre os assistentes sociais sobre a direção que a profissão assumira. Desde esse momento a profissão tem enfrentado problemas na tentativa de conciliar um referencial teórico ideológico com um exercício profissional que pouco ou nada superou os velhos traços tradicionais e conservadores, o que reverberou na permanência nos circuitos profissionais da separação entre teoria e prática, ou ainda a incompreensão do método crítico dialético para compreensão da realidade.

Nesse sentido afirma-se que o pensamento conservador está presente na profissão desde a sua gênese, passando por modificações ao longo dos anos, assim como também ocorre na dinâmica da vida social.

Compreende-se que este conservadorismo de hoje se mostra como uma ameaça aos direitos e avanços conquistados pelo Serviço Social brasileiro nos últimos anos, podendo ser considerado como reacionário. O que se observa é o crescimento ou uma maior visibilidade dos grupos conservadores na profissão, fazendo-se necessário que se debata, discuta e dialogue com esses grupos a fim de não apenas compreendê-los, mas também combatê-los.

Considera-se que um importante elemento a ser considerado ao se discutir o conservadorismo hoje no Serviço Social é a precarização da formação profissional, promovida pela expansão dos cursos, sem a garantia das diretrizes curriculares e da direção social defendida pela profissão. Segundo Oliveira (2020), alguns gestores de escolas de Serviço Social, objetivando apenas lucrar com a prestação desse serviço educacional, desconsideram a ênfase no pluralismo, desde que resguardada a direção social crítica, fazendo-o parecer letra morta. No caso dos cursos na modalidade à distância, em sua maioria, oferecem uma formação aligeirada, com pouco controle da política de estágio, sobretudo para atender a aportes tecnicistas e assépticos, promovendo uma total separação entre teoria e prática, que reverbera

diretamente na qualidade do ensino e da prestação do trabalho do assistente social. Somado a isso, deve-se também considerar os precários contratos de trabalho e os baixos salários pagos aos profissionais, o que implica em uma baixa organização política destes.

O que se observou nas análises das três páginas do Facebook foram defesas de posicionamentos que se aproximam das discussões realizadas pelo pensamento conservador contemporâneo, inclusive de conteúdo moralista sobre alguns temas. Outro ponto a ser destacado refere-se à confusão existente no Brasil entre petismo e socialismo encontrada em quase todas as análises do pensamento conservador brasileiro estudadas, sejam elas realizadas pelo Serviço Social ou de forma geral.

Conforme destacado no item 3.3 do capítulo 3, a vertente modernizadora buscava adequar o Serviço Social às demandas emergentes que surgiam para a profissão devido ao processo sociopolítico decorrente do golpe de abril de 1964 e a maturação da inserção dependente e associada do Brasil na dinâmica dos monopólios. Dessa forma, as mudanças seriam necessárias, a fim de romper com o tradicionalismo e recorrendo, a partir de então, a procedimentos modernos.

Observa-se que a vertente se caracterizou pela incorporação de correntes funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas de matriz positivista. Segundo Netto (2008), a perspectiva modernizadora incorporou diversas orientações teórico-metodológicas e ideoculturais que continham alguns feixes de colisões. A obra de José Lucena Dantas, um de seus principais expoentes, foi central para a perspectiva, tendo como uma de suas características a incorporação eclética das correntes teóricas, bem como a formal assepsia ideológica da cientificidade.

Considera-se que um dos principais elementos da perspectiva seria o desenvolvimento do exercício profissional, a fim de se garantir um nível mínimo de cientificidade. Nesse sentido, o grupo defendia que fosse fornecido um conjunto de disciplinas sociais que pudessem subsidiar a intervenção em cada “nível de atuação”. Dessa forma, observa-se que os atores da vertente defendiam uma concepção científica da prática profissional que orientasse a formulação e a aplicação de uma metodologia do Serviço Social, a partir de teorias que fundamentassem o diagnóstico e também a intervenção, bem como técnicas para elaboração tanto de uma, quanto de outra. Sendo assim, considera-se que a vertente modernizadora não promoveu um rompimento, mas sim a captura do tradicional sobre novas bases.

Em relação à reatualização do conservadorismo, conforme já debatido no item 3.3, do capítulo 3, avalia-se que esta referenciava-se no aporte teórico fenomenológico, mas uma de suas principais características refere-se à extrema pobreza teórica, quando comparada às discussões que simultaneamente estavam presentes nos espaços acadêmicos, culturais e

políticos da profissão. Segundo Netto (2008), uma das particularidades da literatura produzida por autores dessa vertente foi a ausência de uma relação entre eles e as fontes originais do pensamento fenomenológico, articulada com o a utilização de fontes secundárias, optando por se aproximar do debate fenomenológico a partir de seus comentaristas e divulgadores. Essas posturas culminaram com um processo de simplificação da matriz fenomenológica, levando a um empobrecimento teórico e crítico de categorias.

Outra característica relevante refere-se à recusa de seus representantes de considerar o exercício profissional como asséptico, sob a argumentação de que deveria haver, clara e nitidamente, a defesa de valores cristãos, para a qual propõem um retorno a alguns elementos do humanismo cristão, presente na gênese da profissão. Nesse sentido, afirmam a preocupação em produzir e/ou organizar conhecimentos sobre o exercício profissional. A partir desses elementos, avalia-se que essa vertente não impunha mudanças significativas para a profissão, tendo em vista que seu objetivo era operar um retorno ao passado profissional, resgatando dele seus principais elementos.

No que concerne à defesa da tese aqui proposta, avalia-se que esta pode ser comprovada, tendo em vista que elementos tanto da modernização conservadora, quanto da reatualização do conservadorismo foram observados nas análises. Considera-se que há, mesmo que não seja explicitada essa indicação, a incorporação principalmente de correntes funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas de matriz positivista, operada de forma a articular os “melhores” elementos de cada corrente, o que leva a uma forte presença de ecletismo nas análises, assim como defendido pela modernização conservadora. Observa-se, no entanto, que mesmo que tais correntes sejam a principal referência para as análises, há atualmente uma maior interlocução com outras vertentes teóricas, de modo que as páginas se apropriam também de elementos do pensamento pós-moderno, da fenomenologia, dentre outros. Considera-se também que, assim como na modernização, o conservadorismo contemporâneo na profissão demonstra a necessidade de se promover uma adequação desta às demandas colocadas pelo mercado de trabalho, sugerindo, inclusive, a necessidade da reforma do Serviço Social para atender a essas demandas.

Outro elemento destacado na pesquisa é a indicação da necessidade da neutralidade no Serviço Social, assim como defendido pela proposta modernizadora. Ao mesmo tempo, as páginas “Serviço Social Libertário” e “Serviço Social Conservador” indicam em suas análises a defesa dos valores cristãos, que devem ser respeitados pelos assistentes sociais, assim como apresentado pela vertente da reatualização. Dessa forma, considera-se que essa dicotomia

ocorre devido à elevação de alguns valores conservadores a conceitos, o que garante sua defesa, ao mesmo tempo em que se tem a aparência de neutralidade.

Para além desses elementos, observa-se que mesmo que haja na publicação “Serviço Social e Pluralismo” a indicação de várias concepções de profissão, constatou-se que ocorre a defesa do Serviço Social como ciência, defesa exposta pela análise de Oliveira (2017) e que é incorporada por todas as páginas. Há também a concepção de método como procedimentos metodológicos, o que leva à indicação nestas de que há uma “metodologia de Serviço Social”, com a construção de etapas a serem seguidas pelos profissionais, elementos estes que podem ser encontrados na vertente modernizadora.

Outra questão a se destacar consiste na ausência de uma fundamentação teórica de relevo, o que indica que há em todas as análises um empobrecimento teórico e crítico, assim como foi observado por Netto (2008) na análise sobre a reatualização do conservadorismo. Defende-se que tal empobrecimento não se relaciona somente ao fato de se tratar de páginas do *Facebook*; fato também observado nas análises de Oliveira (2017). Por mais que seja feita uma tentativa de interlocução com diversos autores tanto das ciências sociais, quanto do Serviço Social, o que se constata é a difusão do senso comum travestido de um suposto conhecimento científico.

Por fim, indica-se que as análises das páginas sobre o Serviço Social contemporâneo são elaboradas de modo a se colocar criticamente contra o direcionamento dado à profissão a partir do movimento de reconceituação, o que torna urgente uma reforma na profissão que recupere seus elementos anteriores a este movimento, de forma a resgatar as principais referências teóricas, tais como Mary Richmond e Balbina Ottoni Vieira, bem como seus elementos ético-políticos. Considera-se que o retorno às origens da profissão defendido hoje se assemelha àquele que foi abraçado pelo grupo da reatualização.

Denominar o conservadorismo na profissão hoje como reatualização conservadora não significa a compreensão de que se trata de uma mera junção ou articulação das duas vertentes - de modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo - apresentadas por Netto (2008). Compreende-se que as atuais vertentes do conservadorismo observadas a partir da análise das páginas do *Facebook* possuem diversos traços que as distinguem, como a relação com a religião, as matrizes teóricas, bem como as principais defesas de cada uma delas. No entanto, a opção por denominá-lo como tal relaciona-se ao que dá unidade a esses três movimentos, que se refere à proposta de realizar uma reforma da profissão, buscando promover um retorno ao passado profissional, levando em consideração, contudo, as demandas colocadas atualmente para o Serviço Social.

Defende-se, no entanto, que este ainda é um dado preliminar, e que para além de se compreender os elementos que trazem unidade aos movimentos conservadores, é necessário entender aqueles que os diferem, para que dessa forma seja possível se construir estratégias de enfrentamento e buscar conter seu avanço no interior da profissão.

Considera-se então que é possível agrupar e indicar que, nas três páginas, há esse processo de reatualização do conservadorismo tendo em vista a falta de fundamentação teórica, a proposta de reforma da profissão, a partir da qual se resgatam elementos da gênese da profissão no país, bem como a crítica à formação profissional, considerada por elas como insuficiente para dar conta da realidade atual.

Considera-se, por fim, que apesar de o avanço do conservadorismo no Serviço Social e da hegemonia do projeto ético-político estarem em xeque, é preciso traçar estratégias de resistência na profissão, não apenas no sentido de se garantir a defesa dos direitos já conquistados, mas na direção de ampliar a luta, articulando-a à luta geral dos trabalhadores, não como sujeitos organizadores e promotores destas, mas como partícipes desse processo, tendo em vista que só a partir do fortalecimento das lutas coletivas é que se poderá romper com a sociabilidade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ABESS. Debate sobre a intervenção de Nobuco Kameyama. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 105-116, 1989.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 127, p. 456-475, 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social brasileiro. In: CFESS (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

AHEAM, Frederick L. Cem anos de trabalho social nos Estados Unidos. *Revista Intervenção Social*. Lisboa: Lusíadas, n. 22, p. 115-130, 2000.

ALAYÓN, Norberto. **Definiendo al trabajo social**. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1987.

ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interloções com a Política. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 101-117, 2018.

ALMEIDA, HELENA N. Elogio da Prática como Fonte de Teoria. *Estudos e Documentos*, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1: 1 – 26, 2006.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*. São Paulo, nº 50, p. 5-30, 2017.

ALVES, Giovanni. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. **Confluências**. Rio de Janeiro, v.10, nº 1, p. 97-121, 2008.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introdução ao Trabalho Social**. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **O pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.



ANDRADE, Isla. De quem é a real culpa pelo estupro. Revista Amálgama, 2016. Disponível em: [http://www.revistaamalgama.com.br/05/2016/real-culpa-estupro/?fbclid=IwAR0vtsx2yJkOJJhIgz07FoHtDZwNl3Y2\\_5LD03iWULcrkBBuyAhwkMZlkQ](http://www.revistaamalgama.com.br/05/2016/real-culpa-estupro/?fbclid=IwAR0vtsx2yJkOJJhIgz07FoHtDZwNl3Y2_5LD03iWULcrkBBuyAhwkMZlkQ)

ANDRADE, Maria Ângela R. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social e Realidade**. Franca: UNESP, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo/Coleção Mundo do trabalho, 1999.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. I, parte I. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ARAÚJO, Ricardo B. Chuvas de Verão. “Antagonismos em equilíbrio” em Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARRUDA, Maria A. Florestan Fernandes. Vocação científica e compromisso de vida. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 106, p. 205-218, 2011.

\_\_\_\_\_. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 623-636, 2015.

BARROS, Decio S. Serviço Social: profissão ou ideologia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 13, 1983.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2017.

\_\_\_\_\_. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social e Sociedade**, n. 136, p. 538-558, 2019.

BBC. A extrema-direita está em ascensão nos EUA? BBC Brasil, 13 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40916727>. Acessado em: 14/04/2019.

BEHRING, Elaine, R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Capitalismo em crise: Política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine, R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2008.

BIAVASCHI, Magda B., et. al. **Os impactos de algumas reformas trabalhistas na regulação e nas instituições públicas que atuam no mundo do trabalho.** Campinas: Unicamp/Cesit, 2017.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. Estruturalismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (orgs). **História da Análise Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BOUQUET, Brigitte. História e mutação da profissão de Assistente Social na França. **Intervenção Social.** Lisboa: Lusíadas, n. 27, p. 43-61, 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na *virada* da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BRAZ, Marcelo. O PAC e o serviço social. Crescimento para quê e para quem? - Os 70 anos da profissão e seus desafios conjunturais. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, v. 91, p. 49-61, 2007.

\_\_\_\_\_. Projeto ético-político e luas sociais: história em processo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (Org.) **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et at (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

CANTALICE, Luciana B. O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis.** Brasília, n. 32, p. 231-259, 2016.

CARDOSO, Felipe G. Entre a liberdade e a virtude: pensamento social e político de Michael Oakeshott. Tese de doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, 2018.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASTRO, Felipe Araújo. Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Marina M. de C.; TOLEDO, Sabrina N. A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora. v.11 n. 2, p. 9-33, 2011.

CATHARINO, Alex. A formação e o desenvolvimento do pensamento conservador de Russell Kirk. In: KIRK, Russel. **A política da prudência**. São Paulo: É Realizações, 2014.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social**: documento do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

\_\_\_\_\_. **Teorização do Serviço Social**: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

Centro de Estudiantes de Trabajo Social. Manual de Trabajo Social para la intervencion em caso-familia. da Universidade de Concepción, Chile, 2012.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, p. 172-190, 1996.

\_\_\_\_\_. **Definição de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Workshop sobre a definição de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012b.

CHAUÍ, Marilena. **Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes**, 2000. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci>. Acesso em 17/12/2019

\_\_\_\_\_. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2017. *E-book*.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 5 ed. 2001.

CISNE, Mirlla; CANTALICE, Luciana B. O.; ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora. **Libertas**, Juiz de Fora: UFJF, v. 20, nº2, p. 307-327, 2020.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Confissões de um ex-libertário**: salvando o liberalismo dos liberais modernos. Rio de Janeiro: Record, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 4, p. 5-17, 1991.

\_\_\_\_\_. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais. São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, João P. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014. *E-book*.

\_\_\_\_\_. Dez notas para a definição de uma direita. In: COUTINHO, João P.; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita**: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

CUNHA, Martin V. Sobre a humildade: a filosofia idiossincrática de Michael Oakeshott. In: OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Âyiné, 2016.

DALRYMPLE, Theodore. **Em defesa do preconceito**: a necessidade de ter ideias preconcebidas. São Paulo: É Realizações, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Podres de mimados**: as consequências do sentimentalismo tóxico. São Paulo: É Realizações, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Nossa cultura...**: ou o que restou dela. São Paulo: É Realizações, 2015c.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

DUSSEL, Enrique. **A Produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra et al. **Serviço Social e ação profissional crítica**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2020.

ESCORSIN NETTO, Leila. **O conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FACEBOOK FOR BUSINESS. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/marketing/facebook>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da metodologia em Serviço Social: reproduzir-se e representar-se. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 117-132, 1989.

\_\_\_\_\_. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos anos 70. In: CFESS (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERGUSON, Ian. Da modernização à Big Society: continuidade e mudança no Serviço Social no Reino Unido. In: YAZBEK, Maria Carmelia; IAMAMOTO, Marilda Villela (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019a.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRÃO, Vânia Felipe Forte. **Assistente social e diretor técnico: complementaridade ou dualidade de funções no serviço de apoio domiciliário**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal, 2016.

FERREIRA, Gabriela. N. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. São Paulo: Lua Nova, 1996.

\_\_\_\_\_. Visconde de Uruguai: teoria e prática do Estado brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In: FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. Introdução: revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FERREIRA, Jorge. Contributos para o debate da epistemologia em serviço social. *Trabajo Social Global*. Granada, nº 2, v. 1, p. 67-78, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio M.; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GARSCHAGEN, Bruno. O conservadorismo segundo Roger Scruton. in: SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É realizações, 2015.

\_\_\_\_\_. **Direitos e máximos, deveres mínimos: o festival de privilégios que assola o Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GIANNOTTI, José Arthur. Comte (1798-1857). Vida e obra. In: COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Angela C. Oliveira Vianna: um statemaker na alameda São Boaventura. IN: In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: O Risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Olegna de Souza. **Implicações da Concepção Neotomista de Homem na Gênese do Serviço Social Brasileiro – 1930/1940**. 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em revista** - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v.4, n. 1, p. 7-26, 2001.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

HANCOCK, Jaime Rubio. Do sapo Pepe aos incel: a ascensão da extrema direita dos EUA na Internet: Como os memes se converteram em uma arma política. El País. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/internacional/1525699491\\_195641.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/internacional/1525699491_195641.html) Acessado em: 20/05/2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In. YAZBEK, Maria Carmelia; IAMAMOTO, Marilda V. (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019a.

\_\_\_\_\_. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 136, p. 439-461, 2019b.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IANNI, Octávio. A crise dos paradigmas na sociologia. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, UNICAMP*, n. 20, p. 195-215, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, Mauro. De onde vem o conservadorismo?. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>

JALLES DE PAULA, Christiane. Gustavo Corção: militante da ordem e da autoridade. In: FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

\_\_\_\_\_. Gustavo Corção: apóstolo da ‘linha-dura’. *Revista brasileira de História, São Paulo*, v. 32, n. 63, p. 171-194, 2012.

\_\_\_\_\_. O antiliberalismo católico no Brasil. Um estudo da atuação de Jackson de Figueiredo. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

KAMEYAMA, Nobuco. Concepção de teoria e metodologia. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 99- 104, 1989.

KIRK, Russel. **The conservative mind: from Burke to Eliot**. Chicago: Gateway Edition, 1960.

\_\_\_\_\_. **A política da prudência**. São Paulo: É Realizações, 2014.

KISNERMAN, Natalio. **Sete Estudos sobre Serviço Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Trabalho Social**. São Paulo: Moraes, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

KREIN José D., et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José D.; GIMENEZ, Denis M.; SANTOS, Anselmo Luis. (orgs) **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

LAURELL, Asa. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LENIN, Vladimir. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

LIMA, Telma Cristiane S.; MIOTO, Regina Célia T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.10, p. 37-45, 2007.

LOPES, Fátima. **A relação no Serviço Social: perspectivas sobre a sua pertinência e expressão na prática.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, Universidade do Porto, Porto/Portugal, 2015.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LYNCH, Christian E. C. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci G. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 162-181, 1989.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, M. M. (org.) **Karl Mannheim.** São Paulo: Ática, 1982.

MARCELO, Vânia Cristina M. **Burnout e stress nos assistentes sociais.** Tese (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro II.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Crítica da Economia Política Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2017a.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global da produção capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007b.



MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro: UFRJ, nº 32, p. 123-151, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2009.

MINOGUE, Kenneth R. Michael Oakeshott: o oceano ilimitado da política. In: CRESPIGNY, Anthony de; MINOGUE, Kenneth R. **Filosofia Política Contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Renato; PESCHANSKI, João A. O igualitarismo de um liberal: com e para além de Tocqueville. Rio de Janeiro: Interseções, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**. Florianópolis, v. 16, nº esp., p. 17-27, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 30, p. 89-102, 1989a.

\_\_\_\_\_. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social A metodologia do Serviço Social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 141-153, 1989b.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 50, p. 87-132, 1996.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. **Módulo I de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, 2001, n. 3, p. 41-45, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NISBET, Robert. Conservadorismo e Sociologia. In: MARTINS, J. S. (org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

OAKESHOTT, Michael. Racionalismo na política. In: OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Âyiné, 2016a.

\_\_\_\_\_. Ser Conservador. In: OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Âyiné, 2016b.

OLIVEIRA, Ednéia, A. **Serviço Social e redemocratização: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

OLIVEIRA, Edson M. **Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho a realidade**. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2008.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, marxismo e luto: tempus fugit. XXIII Semana Acadêmica de Serviço Social, UNIOSTE, Toledo, 2015.

\_\_\_\_\_. 23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view?fbclid=IwAR0Q0pkKZG9ZjEUU0fceFqdu9J9uWOFvp-9jk1WXeETIUCWyo4YunKfz8WI>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade, carne e osso**. Maringá: Viseu, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, José Marcelo D. de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ORTIZ, Fátima S. G. O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PÁDUA, Elisabete M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PANTOJA, Gleidson A. O Olhar de Assistentes Sociais da Educação sobre a prática profissional: estudo em uma perspectiva fenomenológica no Distrito DAGUA em Belém do Pará. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PENA, João Maria. **Relação profissional: utopia ou realidade?** Tese (Doutorado em Serviço Social). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2012a.

PENA, João Maria. Da construção do conhecimento ao processo metodológico em Serviço Social. *Revista Intervenção Social*, Lisboa: Lusíada, n.º 40, 2012b.

POGGI, Tatiana. Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo. *Marx e o Marxismo*, Niterói: UFF, v.6, n. 11, p. 326-354, 2018.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Contra um mundo melhor: ensaios do afeto**. São Paulo: LeYa, 2010.

\_\_\_\_\_. **A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo**. São Paulo: LeYa, 2014.

\_\_\_\_\_. A formação de um pessimista. In: COUTINHO, João P.; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. A revolução brasileira. In: PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUEIROZ, Maria José. Contextos Contemporâneos da Prática: questionamentos e propostas Críticas do Serviço Social. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Lisboa, 2013.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

\_\_\_\_\_. História e política em Formação do Brasil contemporâneo. *in*: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROCHER, Guy. **Talcot Parsons e a Sociologia Americana**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

RODRIGUES, Mavi. Assistência social e vanguardas do Serviço Social na era neoliberal. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 2, p. 35-50, 2016.

SADER, Emir. **Que Brasil é este?** Dilemas Nacionais no Século XXI. 4. ed. São Paulo: Atual, 1999.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 104, p. 605-631, 2010.

SANT'ANA, Raquel S.; SILVA, José Fernando S. Recrudescimento conservador no Brasil: as bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 351-372, 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Joseane Soares et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 101, p. 146-176, 2010.

SANTOS, Joseane Soares. A “virada” do CFAS ao CFESS e o exercício profissional hoje. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Luziane; SANTOS, Laísa D.; SILVA, Rony R. do N. A prática do assistente social e a importância dos instrumentos técnicos-operativos. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão: Sergipe, 2012.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético político profissional, **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 104, p. 695-714, 2010.

SCHWARZ, Robert. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2007.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015.

\_\_\_\_\_. **Uma filosofia política: argumentos para o conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR. **Publicações**. [S. l.], 2018. Facebook: Serviço Social Libertário @servicosocialconservador. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialconservador/>. Acesso em: 01 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Publicações**. [S. l.], 2019. Facebook: Serviço Social Libertário @servicosocialconservador. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialconservador/>. Acesso em: 07 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** [S. 1.], 2020. Facebook: Serviço Social Libertário @servicosocialconservador. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialconservador/>. Acesso em: 11 set. 2020.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Publicações.** [S. 1.], 2016. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Publicações.** [S. 1.], 2017. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** [S. 1.], 2018. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** [S. 1.], 2019. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** [S. 1.], 2020. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SERVIÇO SOCIAL E PLURALISMO. **Publicações.** [S. 1.], 2019. Facebook: Serviço Social Libertário @ssplural. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssplural/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, Cláudia N. A Presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social. Londrina: Semina: Ciências Sociais e Humanas, 2003.

SILVA, Maria de Guadalupe de O. **Ideologias e Serviço Social:** reconceituação latino-americana. São Paulo: Cortez, 1982

SILVEIRA, Amadeu S. Direita nas redes online. In: **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. CRUZ, Sebastiao V.; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: UNB, 2009.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 122, p. 1-22, 2015.

SOUZA, Renan Teodoro. **Religião e Serviço Social:** liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Universitário Metropolitano de Maringá -UNIFAMMA, Maringá, 2018.

SOUZA, Rogério Luiz. O pensamento de Jacques Maritain e de Emmanuel Mounier no campo católico brasileiro e a educação libertadora de Paulo Freire. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.39, nº 82, p. 177-198, 2019.

TEIXEIRA, Joaquina B.; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS, **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Sandra, O. Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia. In: SALVADOR, Evilásio et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

TOURINHO, Carlos D. C. A consciência e o mundo na fenomenologia de Husserl: influxos e impactos sobre as ciências humanas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.12, nº 3, p. 852-866, 2012.

VIDAL, Camila F. O movimento conservador norte-americano da década de 1950 e a percepção conservadora a respeito da sociedade, economia e política externa. **Revista Tomo**, Aracajú, UFS, nº 23, p. 259-294, 2013.

WOLFF, Kurt H. Fenomenologia e Sociologia. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UNB, 2009a.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social: In: Guerra, Yolanda et. al. (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

ZEFERINO, Maria Terezinha; CARRARO, Telma Eliza. Alfred Schütz: do referencial teórico-filosófico aos princípios metodológicos de pesquisa fenomenológica. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 826-834, 2013.

**APÊNDICE A - Conteúdo das publicações por tema**

Quadro 1 – Conteúdo das publicações

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
<b>Defesas das páginas</b>	Serviço Social Conservador	8	19/11/2019	Apresentação e objetivos da página
		49	10/11/2018	
	Serviço Social e Pluralismo	3	12/05/2019	Apresentação dos objetivos da página
		25	04/06/2019	Comemoração de seguidores e indicação dos objetivos
		40	17/07/2019	Comemoração seguidores
	Serviço Social Libertário	2	01/05/2016	Defesas da página
		22	20/07/2016	“Quem somos”
		78	11/04/2018	Objetivos e defesas da página
		137	10/05/2019	Princípios do Serviço Social libertário
		176	09/06/2019	Comemoração de seguidores
<b>Defesa de princípios (liberais e conservadores)</b>	Serviço Social Conservador	4	10/11/2018	Referências a páginas e sites conservadoras
		2	10/11/2018	Defesa do movimento pró-vida
		6	12/11/2018	
		5	12/11/2018	Defesa da família como célula central
		7	13/11/2018	
		15	27/11/2018	
		13	23/11/2018	Indicação da obra “Como ser um Conservador”, de Roger Scruton
		14	24/11/2018	Discussão de racismo reverso a partir de Thomas Sowell
	17	01/12/2018	Vinculação da família com religião	
	Serviço Social Libertário	3	01/05/2016	Defesa de princípios conservadores (contra o aborto)
		5	02/05/2016	Defesa de princípios liberais (apresentação da escola austríaca)
		6	03/05/2016	Defesa de princípios liberais
		9	07/05/2016	
		10	07/05/2016	
		19	05/07/2016	
21		19/07/2016		
23		20/07/2016		
31	21/08/2016			
45	06/11/2016			

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
		94	31/08/2018	
		108	29/10/2018	
		112	04/11/2018	
		113	06/11/2018	
		114	09/11/2018	
		8	04/05/2016	Defesa de princípios liberais
		12	22/05/2016	Defesa de princípios liberais; divulgação de livro
		13	26/05/2016	Defesa de princípios liberais
		14	26/05/2016	Defesa de pautas conservadores
		15	01/06/2016	Defesa de princípio liberais; divulgação da obra de Misses
		16	06/06/2016	
		17	18/06/2016	
		18	29/06/2016	
		20	18/07/2016	
		32	13/09/2016	
		45	06/11/2016	
		48	08/11/2016	
		49	09/11/2016	
		51	17/01/2017	
		26	24/07/2016	
		33	14/09/2016	Defesa de princípios liberais; falência do socialismo
		38	12/10/2016	Defesa de princípios liberais; PEC teto de gastos
		39	26/10/2016	
		40	26/10/2016	
		44	31/10/2016	Defesa do capitalismo (a partir de Ayn Rand)
		52	19/01/2017	Defesa de princípios liberais
		53	23/03/2017	Defesa de princípios liberais (equívocos sobre regimes econômicos)
		85	01/05/2018	Defesa de princípios liberais (menos impostos)
		88	14/05/2018	Defesa de princípio liberais
		170	18/02/2020	Defesa de princípios liberais
		<b>Crítica ao marxismo e as correntes críticas</b>	Serviço Social Conservador	12
Serviço Social Libertário	11		08/05/2016	Crítica ao marxismo (marxista não pode ser cristão)
	19		05/07/2016	Crítica ao socialismo
	28		27/07/2016	
	24		21/07/2016	Crítica ao marxismo
	111		03/11/2018	



<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
		30	08/08/2016	Crítica ao PT/esquerda
<b>23 teses</b>	Serviço Social Conservador	16	28/11/2018	Apoio às 23 teses
		26	26/02/2019	Divulgação das teses
		27	27/02/2019	
		28	28/02/2019	
		29	07/03/2019	
		30	12/03/2019	
		32	21/03/2019	
		33	27/03/2019	
		36	08/04/2019	
		38	16/05/2019	
	Serviço Social Libertário	57	09/10/2017	
		70	18/10/2017	
		77	01/02/2018	
		58	10/10/2017	Divulgação das teses
		59	11/10/2017	
		60	11/10/2017	
		61	12/10/2017	
		62	12/10/2017	
		63	13/10/2017	
		64	14/10/2017	
		65	16/10/2017	
		66	16/10/2017	
		67	16/10/2017	
		68	17/10/2017	
		69	18/10/2017	
		71	19/10/2017	
		72	28/10/2017	
		73	28/10/2017	
		74	30/10/2017	
		75	30/01/2018	
		76	01/02/2018	
		79	17/04/2018	
80	18/04/2018			
81	24/04/2018			
82	24/04/2018			

Tema	Página	Nº da publicação	Data	Conteúdo da publicação
		115	16/11/2018	
		158	22/08/2019	Disponibilização das 23 teses para <i>download</i>
		160	13/09/2019	Comemoração dos 2 anos de lançamento das 23 teses
<b>Divulgação de obras conservadoras nacionais atuais</b>	Serviço Social Conservador	21	09/01/2019	Divulgação do TCC de Renan Theo
		41	29/11/2019	Divulgação livro Edson Oliveira
	Serviço Social Libertário	25	22/07/2016	Divulgação de TCC sobre escola austríaca de Vanessa Rodrigues da UEC
		83	26/04/2018	Divulgação texto Edson Oliveira
		117	07/01/2019	Divulgação do TCC Renan Theo
		150	15/07/2019	Divulgação da biblioteca do Serviço Social Libertário
Serviço Social e Pluralismo	22	29/05/2019	O surgimento do Serviço Social no mundo	
	30	14/06/2019	Ato de ajudar transformou-se em profissão	
<b>Análise da gênese do Serviço Social</b>	Serviço Social Libertário	121	08/02/2019	Série: “a história do Serviço Social: aquela esquecida ignorada pela hegemonia”
		123	15/02/2019	
		124	18/02/2019	
		125	25/02/2019	
		126	04/03/2019	
		127	11/03/2019	
		128	19/03/2019	
		130	27/03/2019	
		131	01/04/2019	
		132	08/04/2019	
		133	15/04/2019	
		134	22/04/2019	
		135	29/04/2019	
		138	15/05/2019	
		140	21/05/2019	
		142	07/06/2019	
		145	14/06/2019	
147	17/06/2019			
155	24/07/2019			
<b>Defesa de pautas conservadoras no Serviço Social atual ou retorno ao passado profissional</b>	Serviço Social Conservador	9	20/11/2018	Citação de Mary Richmond (relação entre Serviço Social e família)
		20	07/01/2019	Transformação na formação
		31	20/03/2019	Messianismo
		35	04/04/2019	Assistente social: fazer do seu ofício um sacerdócio; objeto da profissão, naturalização da pobreza; discussão corporativista da profissão; objeto original do SS: necessidades humanas

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>	
<b>(defesa do Serviço Social tradicional)</b>		39	13/08/2019	Assistentes sociais conservadores estão à frente de seu tempo, confusão entre Serviço Social e Política de Assistência Social	
		44	30/03/2020	Teleatendimento na política de assistência social	
		45	13/06/2020		
	Serviço Social e Pluralismo		8	15/05/2019	Busca de cientificidade; citação de Balbina Ottoni Vieira
			11	18/05/2019	Compreensão do objeto do Serviço Social
			13	21/05/2019	Símbolo do Serviço Social (Mary Richmond); culpabilização dos sujeitos; história mental; disfunção
	Serviço Social Libertário		7	03/05/2016	Defesa do Serviço Social libertário
			93	26/08/2018	Defesas do Serviço Social libertário
			152	18/07/2019	Divulgação do livro Diagnóstico Social - Mary Richmond
	<b>Concepção de Serviço Social</b>	Serviço Social Conservador	18	24/12/2018	Profissionais que possuem a habilidade de amalgamar a técnica e a sensibilidade humanitária transformando-as em bem-estar para os mais vulneráveis
31			20/03/2019	Serviço Social como área e não como profissão	
40			13/08/2019	Assistente social como especialista em reinserir o sujeito em vulnerabilidade de volta a dinâmica através do trabalho; como porta-voz dos clientes; Serviço Social como vocação	
Serviço Social e Pluralismo			6	13/05/2019	Diferença de denominações nos países de língua romana e de língua germânica
			7	14/05/2019	Serviço Social como disciplina científica
			9	16/05/2019	Serviço Social como tecnologia social
			10	17/05/2019	Serviço Social entendido como ciência social
			4	12/05/2019	Definição global de Serviço Social
			14	22/05/2019	Concepção de Serviço Social para a Associação Internacional de Escola de Serviço Social
			19	25/05/2019	Serviço Social como ajuda
			32	20/06/2019	Teorias contemporâneas em Serviço Social
			34	24/06/2019	Ecletismo e Serviço Social
			35	27/06/2019	Serviço Social como um processo
			37	05/07/2019	AS como mediador de saberes
			39	15/07/2019	AS como educador social
			42	22/07/2019	Dimensão relacional do SS
			43	30/07/2019	Métodos em Serviço Social
45		06/08/2019	Imagem da profissão		
Serviço Social Libertário			89	15/05/2018	Matéria prima; instrumentalidade técnico-operativa para empoderar; crítica a direção hegemônica da profissão

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
		129	26/03/2019	Definição global de Serviço Social; mudança na formação; diálogo com outros países para avançar; debate sobre essência da profissão
<b>Questões de natureza técnico-operativa ou ligadas ao merc. de trabalho</b>	Serviço Social e Pluralismo	12	20/05/2019	Metodologia de trabalho
		16	23/05/2019	Modelos de intervenção profissional
		23	30/05/2019	Funções do Serviço Social
		31	18/06/2019	Mary Richmond sobre prática profissional
		36	01/07/2019	Habilidades necessárias para o assistente social
		38	09/07/2019	Assistente social com intervenção propositiva
	Serviço Social Libertário	44	05/08/2019	Manual de trabajo social para intervenção
		36	06/10/2016	Inserção no mercado de trabalho
		40	26/10/2016	Funções do assistente social
		86	01/05/2018	Intervenção em problemas psicossociais
		91	26/05/2018	Defesa do Serviço Social clínico
<b>Questões que envolvem a formação profissional</b>	Serviço Social e Pluralismo	41	18/07/2019	Defesa da pluralidade teórica
	Serviço Social Libertário	27	25/07/2016	Crítica ao marxismo na formação
		36	06/10/2016	Crítica a formação
		54	07/10/2017	
		56	09/10/2017	
<b>Análise da profissão em outros países</b>	Serviço Social e Pluralismo	15	22/05/2019	Atuação profissional a partir da definição do Trabajo Social mundial
		20	27/05/2019	Teorias no Serviço Social a partir e autores de outros países
		24	03/06/2019	Serviço Social nos EUA
		26	05/06/2019	Serviço Social na França
		27	06/06/2019	Serviço Social em Portugal
		28	10/06/2019	
		29	12/06/2019	Serviço Social no Reino Unido
<b>Crítica a hegemonia crítica do Serviço Social</b>	Serviço Social Conservador	25	12/02/2019	Profissão cooptada por grupos político ideológicos
		37	15/05/2019	“Menos ideologia política, mais cientificidade. Menos militância, mais autonomia profissional”.
		40	13/08/2019	Crítica ao texto de Vasconcelos; cursos às moscas e sem reconhecimento; Serviço Social apolítico e mais científico
	Serviço Social e Pluralismo	18	24/05/2019	Profissão vem sofrendo de ideologismo
		21	28/05/2019	Crise de materialidade no Serviço Social
		33	21/06/2019	Considerações críticas sobre o Serviço Social brasileiro
	Serviço Social Libertário	35	16/09/2016	Crítica a teoria crítica no Serviço Social
		55	07/10/2017	Crítica a ser assistente social e não ser marxista
		84	28/04/2018	Defesa do pluralismo; cada indivíduo com singularidade de ideias

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
		98	17/10/2018	Relação do curso com o PT
		116	16/11/2018	Crítica a falta de pluralismo
		171	24/02/2019	Incoerência ao politizar todos os problemas da humanidade
<b>Crítica ao Conjunto CFESS/CRESS</b>	Serviço Social Conservador	15	27/11/2018	Fiscalização persecutória contra profissionais que se posicionam contra pautas marxistas
		23	08/02/2019	Aspirações do CRFESS/CRESS
		24	12/02/2019	Crítica a resolução nº 569/2010
		34	03/04/2019	Ideologia revolucionária destrói tudo; CFESS/CRESS não faz nada para ajudar os mais vulneráveis
	Serviço Social Libertário	100	18/10/2018	Vinculada ao período eleitoral
		118	08/01/2019	Crítica ao Conjunto CFESS/CRESS
		136	07/05/2019	Hackeamento da página do CFESS; crítica aos “boatos” sobre a página ter realizado
		139	20/05/2019	Crítica a texto do informativo anual do CFESS sobre ataque ao pensamento crítico
		141	28/05/2016	Crítica ao CFESS por desenvolver ações anticapitalistas
		143	11/06/2019	Contrária a greve; chamamento do CFESS
		144	13/06/2019	Crítica de que o CFESS confunde a identidade profissional com militância
		146	17/06/2019	Fotos de integrantes de diretorias dos Conselhos na greve com camisetas e bandeiras do PT e com faixas dos CRESS
		149	10/07/2019	Desmonte dos Conselhos; crítica ao Conjuntos
		151	17/07/2019	Desmonte dos conselhos
		154	23/07/2019	Desmonte dos conselhos; crítica ao CFESS
		156	05/08/2019	
		159	02/09/2019	
		161	28/09/2019	
		162	22/10/2019	Divulgação de dados sobre o CFESS
		163	31/10/2019	
		164	01/11/2019	
		165	02/11/2019	
		166	03/11/2019	Crítica ao CBAS (afirma que os assistentes sociais farão revolução socialista em seus CRAS e CREAS)
		167	04/11/2019	Texto de Edson Oliveira com críticas aos CBAS
		168	05/11/2019	Não votar nas eleições do Conjunto CFESS/CRESS
		175	05/06/2020	Ironia sobre competência dos CRESS
	Serviço Social Conservador	10	21/11/2018	Confusão entre a política de assistência social e a profissão

<b>Tema</b>	<b>Página</b>	<b>Nº da publicação</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo da publicação</b>
<b>Equívocos graves nas análises</b>		11	22/11/2018	Mistura conservadorismo, racismo e o assistente social na escola
<b>Temas conjunturais</b>	Serviço Social Conservador	43	25/03/2020	Sobre coronavírus - informações de Israel
	Serviço Social Libertário	34	16/09/2016	Crítica ao “Lula livre”
		37	09/10/2016	Análise da política de assistência social
		41	26/10/2016	Fim do imposto sindical
		42	28/10/2016	Crítica aos sindicatos; ocupação nas escolas
		46	07/11/2016	Crítica a esquerda; ocupação nas escolas
		47	08/11/2016	Ocupação nas escolas; realização do ENEM,
		50	17/01/2017	Necessidade reforma da previdência
		90	25/05/2018	Dados comparativos entre Brasil (socialista) e EUA (capitalista)
		95	02/09/2018	Recursos da Lei Rouanet
		96	02/09/2018	Defesa do voto livre
		97	16/10/2018	
		99	17/10/2018	
		101	19/10/2018	Posicionamento nas eleições
		102	20/10/2018	
		103	22/10/2018	
		106	27/10/2018	
		104	25/10/2018	
		105	26/10/2018	Concepção de fascismo
		109	29/10/2018	Texto Edson Oliveira
119	30/01/2019	Debate sobre as eleições; ataque à esquerda		
122	11/02/2019	Crítica aos governos de esquerda; declaração de apoio a Guaidó		
148	26/06/2019	Defesa de princípios de liberais na avaliação de Brumadinho		
172	02/06/2018	Apoio a reforma da previdência		
172	02/06/2018	Comparação de fascismo com comunismo		
<b>Notas elaboradas</b>	Serviço Social Libertário	92	26/08/2018	Nota de apoio a assistente social criticada por votar em Bolsonaro
		110	30/10/2018	Nota de esclarecimento em relação ao vídeo divulgado satirizando a páginas
		157	15/08/2019	Nota crítica ao artigo de José Rodolfo Santos da Silveira sobre as 23 teses
<b>Publicações descartadas</b>	Serviço Social Conservador	1	10/11/2018	Bem-vindos
		3	10/11/2018	Atualização de foto de perfil
		19	07/01/2019	Ano novo
		22	09/01/2019	Enquete sobre formação com habilitação para atuar como terapeuta social, sem resultado

Tema	Página	Nº da publicação	Data	Conteúdo da publicação	
		42	17/12/2019	De Natal	
		46	13/06/2019	Atualização de endereço de site	
		47	29/06/2020	Divulgação de <i>lives</i> com Edson Oliveira	
		48	29/06/2020		
	Serviço Social e Pluralismo		1	11/05/2019	Atualização de foto de capa e perfil
			2	12/05/2019	
			5	13/05/2019	
			17	23/05/2019	
	Serviço Social Libertário		1	01/05/2016	Atualização de foto de perfil
			4	01/05/2016	Comemorativa seguidores
			29	07/08/2016	Charge para “pensar fora da caixinha”
			43	30/10/2016	Charge igualdade, justiça e liberdade; texto: só a liberdade pode derrubar barreiras sem causar dor
			87	02/05/2018	Atualização de endereço de site
			107	27/10/2018	Atualização de foto de perfil
			120	02/02/2019	Divulgação da série: “a história do Serviço Social: aquela esquecida ignorada pela hegemonia”
			153	19/07/2019	Divulgação do grupo no <i>Instagram</i> , <i>Twitter</i> e <i>WhatsApp</i>
			169	14/02/2020	Divulgação do curso “Serviço Social centrado no ser humano”
			173	03/06/2019	Atualização de horário de funcionamento
			177	28/07/2020	Vídeo com reflexão sobre mudanças na sociedade nos últimos 200 anos

Fonte: o autor, 2020.